

HERÓDOTO

Volume 7, Número 2, Julho de 2023

ISSN Eletrônico – 2448-2609

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e
Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e
suas Conexões Afro-Asiáticas

<http://mundoclassiconectado.unifesp.br/>

V.7, N. 2/dezembro de 2022 – Brasil
Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História



Imagem da capa disponível em:

<https://fineartamerica.com/art/herodotus>

Editor de Layout/Layout Editor
Prof. Glaydson José da Silva

sglaydson@hotmail.com

Prof. Gilberto da Silva Francisco

gisifran@gmail.com

Suporte Técnico/Technical Support
Glaydson José da Silva

sglaydson@hotmail.com

Responsável/Principal Contact

Glaydson José da Silva

mundoclassiconetado@unifesp.br

Heródoto [recurso eletrônico]: revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões afro-asiáticas / Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História . – v. 4, n. 2 (março 2016) . – Guarulhos : UNIFESP/EFLCH, 2016-

Anual, v. 1, n.1 (2016)

Semestral, v. 7, n.2 (2022)

ISSN 2448-2609

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: <<http://www.herodoto.unifesp.br>>

1. História Antiga - Periódicos. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. II. Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas. Volume 2, Número 1 - Maio/2017 Unifesp/Guarulhos/Brasil.

EQUIPE EDITORIAL - EDITORIAL STAFF

EDITORES-CHEFES - EDITORS-IN-CHIEF

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

EDITOR ASSOCIADO - ASSOCIATE EDITOR

AVALIADORES - REVIEWERS

Prof. Airton Brazil Pollini Junior, Université de Haute Alsace, França

Prof. Anderson de Araujo Martins Esteves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Profa. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Delfim Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Profa. Esther Paglialunga, Universidad de los Andes, Venezuela

Prof. Fábio Augusto Morales, Pontifícia Universidade Católica (Campinas), Brasil

Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Ivan Esperança Rocha, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Prof. José Antonio Alves Torrano, Universidade de São Paulo, Brasil

Pofa. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Julio César Mendonça Gralha, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Kátia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 -2022.2. p.01-05

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15464

Profa. Leonor Santa Bárbara, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Profa. Lorena Lopes da Costa, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil
Prof. Manuel Albaladejo Vivero, Universidad de Valencia, Espanha
Profa. Margaret Marchiori Bakos, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Profa. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Cecilia Colombani, Universidad de Morón, Argentina
Profa. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Marcelo Rede, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Raquel dos Santos Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Profa. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Renato Pinto, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Profa. Silvia Calosso, Universidad Nacional del Litoral, Argentina
Profa. Typhaine Haziza, Univeristé de Caen, França
Prof. Uiran Gebara, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Vagner Cavalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

CONSELHO EDITORIAL EDITORIAL ADVISORY BOARD

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Julio César Magalhães de Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Luciano César Garcia Pinto, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Patrícia Teixeira Santos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Samira Adel Osman, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

REDE UNIVERSITÁRIA

Univeristé de Caen, França
Universidad de los Andes, Venezuela
Universidad de Valencia, Espanha
Universidad Nacional del Litoral, Argentina
Universidade de Coimbra, Portugal
Universidade de São Paulo, Brasil
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Universidade Estadual Paulista, Brasil
Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Université de Haute Alsace, França

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / PREFACE

APRESENTAÇÃO

Carlos Fabião, Pedro Paulo Funari & Filipe Noé Silva_____06-07

FOREWORD

Carlos Fabião, Pedro Paulo Funari & Filipe Noé Silva_____06-07

ENTREVISTAS / INTERVIEWS

DESAFIOS PARA A ARQUEOLOGIA DO MUNDO ROMANO: ENTREVISTA COM CARLOS FABIÃO

Filipe Noé Silva & Pedro Paulo Funari_____08-18

CHALLENGES FOR ROMAN WORLD ARCHAEOLOGY: INTERVIEW WITH CARLOS FABIÃO

Filipe Noé Silva & Pedro Paulo Funari_____08-17

DOSSIÊ / DOSSIER

GRAFITES APOTROPAICOS E MATERIALIDADE: UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL NOS ESPAÇOS ESCRITOS

Pedro Paulo Funari & Reanata Senna Garraffoni_____19-42

APOTROPAIC GRAFFITI AND MATERIALITY: A POST-COLONIAL PERSPECTIVE ON WRITTEN SPACES

Pedro Paulo Funari & Reanata Senna Garraffoni_____19-41

HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E NUMISMÁTICA: AS REPRESENTAÇÕES NO IMPÉRIO ROMANO TARDIO

Cláudio Umpierre Carlan_____43-52

HISTORY, ARCHEOLOGY AND NUMISMATICS: REPRESENTATIONS IN THE LATE ROMAN EMPIRE

Cláudio Umpierre Carlan_____43-52

O MITREU DE *LONDINIUM* E A ESCAVAÇÃO DE DOIS IMPÉRIOS

Renato Pinto_____53-78

THE *LONDINIUM MITHRAEUM* AND THE EXCAVATION OF TWO EMPIRES

Renato Pinto_____53-77

LÍVIA E A “INSTITUCIONALIZAÇÃO” DA MULHER ROMANA

Tais Pagoto Bélo_____79-107

LIVIA AND THE “INSTITUTIONALIZATION” OF THE ROMAN WOMAN

Tais Pagoto Bélo_____79-106

A CONQUISTA ROMANA DA *HISPANIA CITERIOR*: UM MODELO TEÓRICO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

Cesar Carreras, Laia Catarineu, Esther Rodrigo, Núria Romaní & Joaquim Pera _____108-138

LA CONQUISTA ROMANA DE LA *HISPANIA CITERIOR*: UN MODELO TEÓRICO A PARTIR DE LA ARQUEOLOGÍA

Cesar Carreras, Laia Catarineu, Esther Rodrigo, Núria Romaní & Joaquim Pera _____108-138

AS EMISSÕES DE JUBA II DA MAURITÂNIA COM A ICONOGRAFIA DA VITÓRIA

Luis Amela Valverde & Lluís Pons Pujol_____139-161

LAS EMISIONES DE JUBA II DE MAURITANIA CON LA ICONOGRAFÍA DE LA VICTORIA

Luis Amela Valverde & Lluís Pons Pujol_____139-161

A IDENTIFICAÇÃO... EM ARQUEOLOGIA E AFINS

José d’Encarnação_____162-180

THE IDENTIFICATION IN ARCHAEOLOGICAL SCIENCES

José d’Encarnação_____162-180

A FILIAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DE NEROLA NA ÉPOCA ROMANA

Marco Buonocore_____181-195

L'APPARTENENZA AMMINISTRATIVA DEL TERRITORIO DI
NEROLA IN EPOCA ROMANA

Marco Buonocore_____181-196

TRADUÇÕES / TRANSLATIONS

VIDAS LABORAIS NUMA ERA DE REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA:
PERÍODO ÚRUK, MESOPOTÂMIA

Susan Pollock_____197-223

RESENHAS / REVIEWS

KAPELLOS, AGGELOS. THE ORATORS AND THEIR TREATMENT
OF THE RECENT PAST. BERLIN, BOSTON: DE GRUYTER, 2023,
531P. ISBN: 9783110791815.

Priscilla Gontijo Leite_____224-227

KAPELLOS, AGGELOS. THE ORATORS AND THEIR TREATMENT
OF THE RECENT PAST. BERLIN, BOSTON: DE GRUYTER, 2023,
531P. ISBN: 9783110791815.

Priscilla Gontijo Leite_____224-227

CIROPÉDIA DE XENOFONTE. TRAD. DE LUCIA SANO. SÃO
PAULO: EDITORA FÓSFORO, 2021, 400P. ISBN: 978-65-89733-24-9.

Tobias Vilhena de Moraes_____228-232

CIROPÉDIA DE XENOFONTE. TRAD. DE LUCIA SANO. SÃO
PAULO: EDITORA FÓSFORO, 2021, 400P. ISBN: 978-65-89733-24-9.

Tobias Vilhena de Moraes_____228-232

APRESENTAÇÃO

Carlos Fabião¹

Pedro Paulo Abreu Funari²

Filipe Noé da Silva³

Desde a Antiguidade, sobretudo se considerarmos as práticas antiquárias examinadas nos estudos de Momigliano (1992), Schnapp (1998) e alhures, tem-se reconhecido que o estudo do passado (e mesmo do presente) pode beneficiar-se da utilização dos artefatos como fonte privilegiada de conhecimento. Transmitida à posteridade de maneira fragmentada, a documentação da tradição textual, a despeito de sua inegável importância humanística, pode se nos oferecer, contudo, uma visão parcial sobre as sociedades antigas. A este propósito, Géza Alföldy (1986: 18) foi enfático quanto à imprescindibilidade, em nossa época, da Arqueologia para o estudo da História Antiga: *daß in unserer Zeit alte Geschichte ohne Archäologie nicht mehr denkbar ist* (Em nosso tempo, a História Antiga não é mais concebível sem a Arqueologia). Esse “nosso tempo” está já três décadas e meia atrás!

Tal constatação, por sua vez, desabona a pretensão de subordinar a Arqueologia à condição de disciplina auxiliar ou complementar à História. Ao contrário, como os textos que compõem este dossiê tornam patente, o estudo da cultura material é regido por metodologias e especificidades próprias. Ainda que a utilização de recursos tecnológicos, na Arqueologia, sinalize uma paulatina especialização e aprofundamento de suas especificidades, também é inegável que a constituição de bases de dados, e tantos outros meios informatizados (Pérez González, 2018), tem colaborado sobremaneira para a democratização e o acesso ao documento

¹ Professor Associado – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: cfabaiao@campus.ul.pt.

² Professor Titular – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

³ Professor Doutor – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: fnd.silva@udesc.br.

arqueológico, de modo a beneficiar a História (cada vez mais diversa graças à amplitude documental propiciada por esta mesma Arqueologia) e as demais Ciências Humanas. Este volume vai nesse sentido: a Arqueologia a serviço do conhecimento crítico.

Referências Bibliográficas

ALFÖLDY, Géza. *Die Römische Gesellschaft. Ausgewählte Beiträge*. Stuttgart: Franz Steiner, 1986.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Classical Foundations of Modern Historiography*. Berkeley: University of California Press, 1992.

PÉREZ GONZÁLEZ, Jordi. Epigrafia Lapidaria en la era digital. *Boletín del Archivo Epigráfico*, n. 02, 2018, p.05-16.

SCHNAPP, Alain. *The Discovery of the Past. The origins of Archaeology*. London: The British Museum Press, 1996.

ROMAN ARCHAEOLOGY

FOREWORD

Carlos Fabião¹

Pedro Paulo Abreu Funari²

Filipe Noé da Silva³

Since Antiquity, especially if we consider the antiquarian practices examined by the studies of Momigliano (1992), Schnapp (1998) and others, it has been recognized that the study of the past (and even of the present) can be benefitted by the use of artifacts as privileged sources of knowledge. For having been transmitted to modernity in fragments, the textual tradition, despite its undeniable humanistic importance, offer us only a partial and biased view of ancient societies. Géza Alföldy (1986: 18) was emphatic about the indispensability, in our time, of archaeology for the study of Ancient history: *daß in unserer Zeit alte Geschichte ohne Archäologie nicht mehr denkbar ist* (In our time, Ancient history is not conceivable without archaeology). That "our time", however, was three and a half decades ago!

It is fundamental not to subordinate archaeology to the condition of an auxiliary or complementary discipline to history. On the contrary, as the texts of this dossier attest, the study of material culture is conducted through its proper methodologies and specificities. Although the use of technological resources in archaeology suggests the gradual specialization and deepening of its specificities, it is also undeniable that the constitution of electronic databases and computerized means (Pérez González, 2018) has contributed to the democratization and access to the archaeological document. It has benefited Ancient history (a discipline increasingly diversified thanks to the documental enlargement provided by Archeology

¹ Associate Professor – University of Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: cfabiao@campus.ul.pt.

² Full Professor – Campinas State University, Campinas, Brazil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

³ Assistant Professor – Santa Catarina State University, Florianópolis, Santa Catarina, Brazil. E-mail: fnd.silva@udesc.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 6-7

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15465

itself) and the other Human Sciences. This volume goes in that direction: archeology collaborating to a critical knowledge.

Bibliography

ALFÖLDY, Géza. *Die Römische Gesellschaft. Ausgewählte Beiträge*. Stuttgart: Franz Steiner, 1986.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Classical Foundations of Modern Historiography*. Berkeley: University of California Press, 1992.

PÉREZ GONZÁLEZ, Jordi. Epigrafia Lapidaria en la era digital. *Boletín del Archivo Epigráfico*, n. 02, 2018, p.05-16.

SCHNAPP, Alain. *The Discovery of the Past. The origins of Archaeology*. London: The British Museum Press, 1996.

DESAFIOS PARA A ARQUEOLOGIA DO MUNDO ROMANO: ENTREVISTA COM CARLOS FABIÃO¹

Filipe Noé Silva²

Pedro Paulo Funari³



Entrevista realizada pela plataforma Google Meet, no dia 28 de janeiro de 2022.

Link: [<https://www.youtube.com/watch?v=KKOBICeFBWw>]

Filipe Noé Silva: Daremos início, então, à entrevista com o professor Carlos Fabião, da Universidade de Lisboa, a quem gostaríamos de agradecer por ter aceito com prontidão nosso convite. A entrevista será realizada por mim, Filipe Noé Silva, professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, e pelo professor Pedro Paulo Abreu Funari, professor titular nesta mesma universidade. Esta entrevista será publicada na Revista Heródoto, da

¹ Professor Associado – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: cfabaiao@campus.ul.pt.

² Professor Doutor – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: fnd.silva@udesc.br.

³ Professor Titular – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 08-18.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15466

Universidade Federal de São Paulo, a quem também gostaríamos de agradecer por todo apoio e suporte. Passo, então, a palavra ao professor Funari para que possamos iniciar.

Pedro Paulo Abreu Funari: Eu sou Pedro Paulo Funari, da Unicamp, do Departamento de História. Em primeiro lugar, gostaria de saudar a participação do professor Carlos Fabião, nesta nossa entrevista, e dizer que é uma satisfação muito grande esta oportunidade de trocarmos ideias e aprendermos com o professor Fabião sobre diversos temas relativos ao mundo antigo. Então, eu gostaria de começar, professor Fabião, com uma pergunta a respeito de sua trajetória. Nós somos contemporâneos, nascemos no mesmo ano, 1959, o que nos aproxima ainda mais. Mas, a questão que me parece interessante e relevante em sua trajetória é o fato de o professor atuar, digamos, em diversas áreas: História, Arqueologia, Letras. Então, eu gostaria que o professor falasse um pouco sobre a sua trajetória, as características. Como hoje, na maturidade, você olha para trás e avalia essa trajetória.

Carlos Fabião: Bom, muito boa tarde! Em primeiro lugar, eu queria agradecer o honroso convite que me endereçaram e dizer que é um enorme prazer estar a conversar com meu querido amigo, professor Pedro Paulo Funari e com o Filipe Silva também. Minha trajetória se iniciou com uma licenciatura em História. Na altura em que eu fiz minha licenciatura, aqui em Portugal, só existia licenciatura em História. Depois, surgiram a licenciatura em História da Arte, paralela, e a licenciatura em Arqueologia, paralela também, embora exista sempre um tronco comum entre essas três licenciaturas nas universidades portuguesas. Eu fiz a minha licenciatura em História, já então com muito interesse em Arqueologia, embora a Arqueologia nesse tempo (anos setenta do século passado), fosse algo um tanto marginal, secundária. Era uma atividade que hoje consideraríamos amadora. Ou seja, normalmente, as pessoas procuravam um emprego, tinham um emprego, e nas horas livres dedicavam-se à pesquisa. No meu caso, eu comecei justamente como professor do Ensino Secundário, pré-universitário, e paralelamente eu fazia os meus estudos, continuava os meus estudos com os meus professores da universidade, no Verão. Tive a boa fortuna de fazer a licenciatura em um tempo (anos setenta, restaurada a Democracia, regressados muitos professores que estavam exilados e entraram no sistema universitário) e em uma universidade, Universidade Nova de Lisboa, que estava começando. Eu pertenço à primeira graduação

em História da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. E era então uma instituição muito dinâmica [atenção, não me interpretem mal, não estou dizendo que agora o não seja...], sobretudo promovendo bastante relação com o universo das Ciências Sociais. Depois, eu tive uma oportunidade e entrei para a docência no ensino universitário, na Universidade Nova de Lisboa, onde lecionava no Departamento de História, mas também lecionava no Departamento de Antropologia. Essa experiência mista foi extremamente importante e interessante justamente porque estas tarefas de ensino me desafiavam, me obrigavam, no fundo, a continuar minha própria formação nesses dois domínios: Ciências Sociais e História, mas com uma atração permanente por Arqueologia. Arqueologia essa que, gostaria de sublinhar, eu nunca entendi como outra coisa senão uma forma de fazer História. Não considero que sejam campos distintos ou separados. São exatamente a mesma coisa. A única diferença reside, fundamentalmente, no *corpus* de fontes que o arqueólogo utiliza e no *corpus* de fontes que frequentemente o historiador utiliza. No entanto, quando pensamos no mundo clássico, do mundo provincial romano, aquele em que eu trabalho, naturalmente, o legado textual, a dimensão epigráfica, as inscrições sobre suportes duros e tudo isso, estão naturalmente, constantemente convocados não podemos ficar somente com os dados do registro arqueológico. Entretanto, abriu uma licenciatura em Arqueologia na Universidade de Lisboa, que é a outra universidade pública de Lisboa, e eu candidatei-me a um lugar de professor, visto não existir então o curso de Arqueologia na Universidade Nova. Por isso, apresentei-me de docência na Universidade de Lisboa e para lá me mudei. A partir daí, a partir de 1990, toda minha atividade de docência e investigação tem sido desenvolvida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Penso que, em linhas gerais, isto dá uma ideia do percurso, sobretudo do percurso profissional. Depois, paralelamente, existe o percurso de investigação, que me tem levado para distintas regiões de Portugal e para diferentes contextos de pesquisa.

FNS: Ficou claro, portanto, que sua trajetória tem sido interdisciplinar. Na sua atuação como arqueólogo, como estudioso da Antiguidade, quais foram as vantagens de passar por uma formação interdisciplinar? Quais são os eventuais benefícios e, eventualmente, limitações que essa formação interdisciplinar tem lhe proporcionado ao longo de sua trajetória?

CF: Eu diria que as vantagens são evidentes. Multiplicar os modos como olhamos para as realidades da Antiguidade é extremamente importante. Devo dizer que para além da minha formação, primeiro escolar e licenciatura já de si interdisciplinar, depois, eu próprio senti a necessidade de caminhar para outros territórios de interdisciplinaridade. Dou apenas alguns exemplos: estudando o universo da economia romana, eu sentia a necessidade de alargar o tipo de estudo que fazíamos, por exemplo, sobre as ânforas. Senti a necessidade de conhecer melhor os seus fabricos. A partir daí, estabeleci contato, comunicação e diálogo com equipas que trabalham em pesquisa na área da Química e da Geologia também. Foi um processo importante de aprendizado, na medida em que eu tive que estudar quais eram os métodos de trabalho que esses cientistas utilizam, quais as limitações e vantagens desses métodos. A partir daí de perceber o que a Geologia e Química poderiam me dar, era importante transmitir o que queria eu saber, para podermos afinar métodos e procedimentos. Queria também que eles percebessem o que eu queria saber. Este foi um primeiro nível. Mas, depois, naturalmente, trabalhando com o universo dos metais, cheguei também à conclusão de que era importante aprofundarmos o estudo sobre as questões de proveniência e composição das ligas metálicas. Temos presentemente um estudo sobre chumbos romanos em fase de finalização com outros colegas que trabalham com metalografia. Fui percebendo também outra coisa importante: os sítios arqueológicos de época romana guardam um conjunto de realidades a que o arqueólogo Lewis Binford chamava de ecofactos, para os distinguir dos artefactos, que são, no fundo, todos os vestígios que resultam das interações entre as sociedades humanas e seu meio-ambiente, a exploração de recursos e tudo mais. Percebi que esse enorme manancial de informação não era devidamente aproveitado, explorado. Havia e há muitos estudos de arqueozoologia, em nível de pré-História, mas quando chegamos em época romana não há muitos estudos nessa área, embora haja um enorme manancial de informação disponível. Nesse sentido, também, aproximamos e desenvolvemos trabalhos de pesquisa com grupos de biólogos, fundamentalmente, e desenvolvemos também abordagens a outro tipo de dados em sítios de longa tradição de pesquisa. Por exemplo, nas *villae* romanas, há muita investigação importante sobre as grandes residências senhoriais, com suas arquiteturas, seus mosaicos, estuques pintados, nesse tipo de realidade. No entanto, são interessantíssimas as lixeiras que existem nessas *villae*. E nós temos, por exemplo, nos mosaicos e na pintura, estes personagens que seriam justamente os membros da elite caçando, a cavalo, veados. Ora, diríamos que isso é uma cena estereotipada. No entanto, estudando as lixeiras e caracterizando as faunas encontrada nessas lixeiras, vamos encontrar, exatamente, os cervídeos, os

veados. Ou seja, podemos perceber que havia prática venatória com animais de grande porte, como a iconografia ou os textos latinos nos mostram. Mas, mais interessante é encontra-los nas lixeiras. Também encontramos nas lixeiras das *villae*, às vezes a grande distância, a mais de 300 quilômetros do mar, ostras. E sabemos, portanto, naturalmente, que há a possibilidade de conservar essas ostras e transportá-las a grandes distâncias. Depois, lendo o livro romano de culinária de Apício (*De Re Coquinaria*), sabemos que está lá uma receita para conservar ostras. Os romanos tinham receitas para conservar ostras. Mas, é olhando para lixeiras que nós encontramos o resultado prático dessa conservação. Uma outra questão, por exemplo, é a exploração dos recursos marinhos. Existe uma série de referências dispersas, na literatura latina e grega, sobre a exploração dos recursos marinhos e a produção de condimentos de peixe. O *garum*, o *halec* e outros preparados e condimentos, e conhecemos também algumas descrições sobre a natureza desses preparados. No entanto, quando nós encontramos as unidades de produção, as fábricas, digamos assim, onde se produziam esses artigos, os tanques onde essa produção era feita, encontramos no seu interior restos de ictiofauna (vértebras e escamas de peixes). Em uma perspectiva arqueozoológica, essa ictiofauna, esses restos de peixe, dão-nos uma ideia clara sobre a natureza do produto que se estava a produzir. Portanto, libertamo-nos, de alguma forma da imagem estereotipada dos textos, para descer ao mundo real e acrescentar informação. Tudo isso faz com que meu trajeto de interdisciplinaridade tenha crescido e espero que continue a crescer porque tem imensas potencialidades. É tudo aquilo que podemos retirar de interessante sobre o passado e que está muito para além dos nossos próprios conhecimentos, na medida em que eu tenho uma formação, apenas, em História e Ciências Sociais. Eu não sei identificar os ossos de veados, as vértebras de peixe ou as ostras. Eu sei, hoje em dia, o que é uma casca de ostra. Mas, obviamente, o percurso é sempre o de trabalhar em equipa. E quanto mais diversificadas forem, mais rica se torna a perspectiva, mais diversos os olhares, mais rica a informação.

PPAF: Muito interessante tudo o que o professor mencionou. Primeiro porque, muitas dessas reflexões também tiveram ressonância em minha trajetória, como essa questão de trabalhar com pessoas de diversas formações e com vestígios tão variados. Isso exige, naturalmente, uma intensa cooperação com áreas diferentes. Com isso, embora o professor já tenha respondido uma parte da questão que eu havia esboçado, que é sobre a Arqueologia para o estudo da Antiguidade. O senhor já exemplificou de maneira abundante essa importância dos vestígios materiais. Mas, para

aprofundar um pouco mais nesse tema, a questão que eu faria é: em que medida as áreas tradicionais, História Antiga, Arqueologia Romana, História da Arte Antiga, entre outras, como Letras e Literatura, Latim, Grego, são áreas que têm licenciatura, como ficam todas essas disciplinas ante o desafio da evidência arqueológica? No caso das Letras, por exemplo, há pessoas que estudam Catulo, mas que vão à busca da materialidade mencionada nos textos. Como ficam as outras áreas ante ao desafio da Arqueologia, das informações da cultura material e que vêm complementar, contradizer ou suplementar o que está nos outros registros.

CF: Há uma questão e alguns equívocos em torno disso, costumo dizer que trabalho Arqueologia Provincial Romana e não Arqueologia Clássica em termos genéricos, na medida em que essa Arqueologia Clássica, muitas vezes, está mais vocacionada aos objetos estéticos, às arquiteturas e para o domínio filológico. Acho que tudo isso, obviamente, toda essa tradição que remonta a Winckelmann e aos estudos da arte antiga tem sentido e só ganha em ser articulado com outros domínios da investigação. Tome-se o caso da agronomia romana, bem conhecida por diversos tratados da época, mas quando olhamos os grandes domínios rurais do mundo romano, não faz muito sentido estarmos a falar sobre a produção de azeite ou do vinho sem sabermos como se faz o vinho ou o azeite. Tudo isso tem, naturalmente, que passar por um conhecimento dos agrônomos latinos para saber, efetivamente, como eles lidavam com essas realidades e, simultaneamente, também, com a observação dos processos tradicionais de produção desses alimentos para podermos cruzar essas realidades com as materialidades do registo arqueológico. Quanto ao domínio mais puramente literário, há todo o interesse em aprofundar a relação e cruzar informação. Falo de uma experiência que nós realizamos há pouco tempo, e que culminou em uma pequena exposição, no âmbito de um congresso de filólogos sobre o poeta latino Estácio e a discussão de sua obra. Ora, nos poemas de Estácio, encontramos uma série de referências que conseguimos associar às materialidades que obtemos no registro arqueológico. E o que fizemos foi, justamente, uma exposição em que os artefatos arqueológicos selecionados eram utilizados como ilustração dos apontamentos feitos pelo poeta Estácio. Portanto, esse cruzamento continua, naturalmente, a existir e tem sido extremamente interessante e profícuo, também com engenheiros e arquitetos, ou seja, com pessoas que sabem como é que um edifício da complexidade dos edifícios romanos se monta e funciona, com todos o seu sistema de drenagem de águas pluviais: sobre como se constrói, se estrutura, e tem sido verdadeiramente interessante. Não há, efetivamente, limite nenhum e não creio que o registo arqueológico, sob o

grande desenvolvimento que a Arqueologia sobre o período romano, como tem tido nos últimos tempos, ponha em causa ou entre em conflito com as abordagens tradicionais. Acho que tudo isso acrescenta e enriquece.

FNS: Gostaríamos que o professor Fabião comentasse um pouco sobre História da Arqueologia. Há alguns anos, o senhor publicou um livro interessante e detalhado sobre a História da Arqueologia Portuguesa. Comente um pouco a importância desse tipo de estudo no mundo atual, sobre a importância de refletirmos sobre como cada época olha, interpreta e faz uso do passado.

CF: O tema da História da Arqueologia entrou relativamente cedo na minha vida de pesquisador e docente. Nasceu nos anos de 1980, sobretudo após a leitura de dois livros do professor e arqueólogo inglês Glyn Daniel, respectivamente *A hundred and fifty years of Archaeology* e uma antologia de textos que acompanhava esse volume. Gostei imenso de ler ambos os livros e, naturalmente, a pergunta que se colocou foi: e aqui, em Portugal, como foi esse processo? E como eu gosto de trabalhar em bibliotecas e arquivos, parti, também, para o desenvolvimento dessa linha de pesquisa, de História da Arqueologia, que eu costumo dizer, que é o meu retiro. Quando estou cansado dos temas da cerâmica, da economia e da alimentação, tiro uns dias para me dedicar à História da Arqueologia. E, obviamente, a grande questão é essa: a curiosidade que eu sinto hoje, e que me fez caminhar no sentido do estudo da Antiguidade através dos vestígios arqueológicos sob uma perspectiva multidisciplinar, o que é que moveu as pessoas? O que é que moveu o erudito do século XVI, do século XVII, do século XVIII, do século XIX e do século XX? A partir daí nós vamos, naturalmente, tal como hoje, percebendo como viram e interpretaram os vestígios do passado, eu, por exemplo, penso o mundo em que vivo por minha postura política, também esses pesquisadores do passado refletiam, naturalmente, seu próprio tempo. Todos nós, no fundo, somos como aquele provérbio árabe que diz: todos os homens se parecem mais com o seu tempo do que com seus próprios pais. E acho que isso é muito correto, pois somos sempre fruto do nosso tempo. É também um fascinante mergulho, por assim dizer, nas diversas épocas e nos diversos contextos culturais. Os usos e abusos do passado, usos esses que nós tentamos, digamos assim, não fazer deliberadamente, mas que acabamos sempre por fazer. Por exemplo, quando hoje em dia falo dos vestígios arqueológicos e do passado, sempre sublinho o caráter aberto e

cosmopolita da Península Ibérica. No contexto de Portugal, sempre que falo disso, é para dizer e sublinhar que todas as identidades são, por assim dizer, mestiças e que incorporam realidades de diferentes âmbitos culturais, de diferentes esferas de sensibilidade e que a construção de identidades é, hoje em dia, não um fator de exclusão, mas um fator de aproximação, de compreensão e tolerância para com o outro, que é também uma parte de nós. E aqui, bom, poderei também ser acusado de estar a fazer usos do passado.

PPAF: Sua última menção é muito encorajadora para nós. Essa ideia de convivência, interação, é um olhar crítico sobre o passado, mas com uma mensagem positiva, esperançosa sobre o presente. Gostaria que o professor comentasse um pouco sobre sua relação com o estrangeiro. Sua cooperação com estudiosos de fora de Portugal é algo evidente em sua trajetória: o que isso significa para os jovens? Qual a importância da cooperação fora das fronteiras? Acho que isso coaduna, um pouco, com a questão mencionada sobre as identidades mestiças.

CF: A questão é esta: acho verdadeiramente extraordinário a possibilidades que se abre hoje aos jovens pesquisadores de fazerem alguma formação no exterior, por exemplo, que existe o Programa Erasmus, segundo o qual, um estudante universitário de todo o espaço europeu pode circular por diferentes universidades de qualquer país da Europa. Penso que também, de fato, no nosso tempo, professor Funari, não querendo parecer o discurso do idoso, isso era uma aventura. Qualquer saída para o exterior era uma aventura. E uma aventura complicada! Daí que minhas primeiras aventuras, minhas primeiras saídas para fora de Portugal tivessem sido para a Espanha porque era o país que estava mais próximo e acessível, inclusive do ponto de vista financeiro era aquilo que eu podia suportar. Desde essas saídas comecei a perceber a enorme vantagem, o enorme enriquecimento decorrente desses contatos, de conhecermos outros mundos, outras realidades, sob todos os pontos de vista. Eu tive um professor nos anos 70 que dizia uma coisa extraordinária. Era um tempo em que Portugal ainda estava muito fechado: já havia acabado a ditadura, mas havia muitas limitações, sobretudo de natureza financeira. Ele dizia que devia haver a hipótese de dar uma pequena bolsa de estudo para um qualquer estudante ir até Paris, bastava só poder olhar as montras das livrarias, para saber que rumos estava tomando a investigação, o que se está fazendo fora deste espaço limitado e fechado

que era o nosso (era também um tempo em que a cultura científica portuguesa na área das Humanidades e Ciências Sociais era sobretudo francófona). Não havia os voos *low cost*, não havia o conjunto de apoios que existe hoje em dia. Sair do nosso espaço é extremamente importante, por exemplo, para observar realidades novas. Experimentar ambientes diferentes. Quem estuda o Imério Romano não pode esquecer que ele se estendia desde a Síria à Grã-Bretanha, e do norte da África até ao Danúbio. Há uma herança comum que deve ser valorizada. Há uns anos atrás, fui convidado para participar de umas jornadas de encontro entre universidades portuguesas e do Marrocos. O que eu disse nesse encontro era que nós, da Península Ibérica, e o Norte da África tínhamos a mesma herança cultural. Hoje em dia se encontra fraturada, em termos políticos e religiosos. Nós, membros da União Europeia e as pessoas do Marrocos, membros da OUA (Organização de Unidade Africana) são duas instituições distintas, mas todos pertencemos à ONU. Portanto, uma fronteira política e religiosa. O mundo da Península Ibérica com sua tradição judaico-cristã e o Marrocos com sua matriz islâmica. No entanto, historicamente, essas duas realidades, a fronteira política e religiosa são recentes e se rasgaram sobre uma herança comum. Portanto, temos esses pontos de contato, esses pontos em comum e de aproximação mais rico e interessante é o que nos aproximou no passado do que o que nos separa hoje.

FNS: O senhor já esteve no Brasil algumas vezes. Além do diálogo com a Unicamp e com o professor Funari, o senhor também manteve, e ainda mantém, contato com outras instituições, grupos de pesquisas e estudantes de História Antiga aqui do Brasil. Sobre a História Antiga que tem sido feita aqui no Brasil, quais aspectos te chamaram a atenção? Há alguma peculiaridade que a aproxima o História da Antiguidade feita aqui no Brasil daquela que o senhor tem acompanhado na Europa ao longo da sua trajetória.

CF: Eu corro o risco de ser injusto, na medida em que meu conhecimento é bastante limitado. O Brasil é um mundo, é quase um continente, seguramente, com matizes muito diferente. Provavelmente, seria interessante que o Brasil criasse as suas próprias escolas em Roma e Atenas. Sei de pesquisadores que têm trabalhado no âmbito de projectos integrados nas grandes escolas internacionais sediadas em Roma e Atenas, o que tem, naturalmente, contribuído para o enriquecimento de sua

formação e tem efeito multiplicador entre os estudantes desses pesquisadores. Mas criar organismos próprios, poderia tornar a pesquisa brasileira menos dependente das iniciativas individuais e elevar a sua qualidade pela imersão em ambientes mais cosmopolitas. No que diz respeito àquilo que são as linhas de pesquisa do Brasil, àquilo que eu noto, tem muito a ver com uma matriz anglo-saxônica, com uma atenção muito especial às perspectivas epistemológicas ditas pós-coloniais. Percebe-se que as coisas ganhem sentido nessa direção. Pessoalmente, não sou muito adepto das abordagens pós-coloniais no que diz respeito ao Império Romano, por exemplo, na medida em que eu acredito que o Império Romano foi, fundamentalmente, um império inclusivo na forma como incorporou novas entidades, como foi absorvendo e dando espaço ao desenvolvimento dessas novas realidades. Em menos de dois séculos já havia imperadores provinciais, e quando olhamos a lista de imperadores romanos vemos pessoas da Península Ibérica, imperadores norte-africanos e um imperador sírio. Há, efetivamente, uma grande diversidade que nos faz ver e pensar que o Império Romano era inclusivo. Aliás, acho que a longevidade do Império Romano alcançou tem a ver com isso, com o fato de ser um império inclusivo. É interessante que o universo dos imperialismos contemporâneos tardiamente percebeu que a estratégia inclusiva era o maior garante da continuidade. O interesse pelos estudos clássicos, por exemplo, da Grã-Bretanha, estava intimamente relacionado com a apreciação que se fazia do seu Império. Aqui em Portugal aconteceu algo parecido, muito tardiamente, já na década de 1960, já no pós-Segunda Guerra Mundial, quando ocorre o grande movimento das descolonizações. Nessa altura, tardiamente, criou-se também uma escola superior de estudos coloniais aqui em Portugal onde captavam-se, pessoas originárias das colônias que vinham estudar para Lisboa. Sendo suposto, depois, que seriam a elite administrativa do império. Naturalmente, por demasiado tardio, no caso concreto português, saiu tudo ao contrário e a concentração de estudantes africanos aqui em Lisboa, se transformou no principal foco de nascimento e desenvolvimento dos movimentos de libertação das antigas colônias portuguesas. Concentrando essas pessoas, elas consideram e ganham consciência de que iam se voltar contra a potência colonial. Penso que o Império Romano foi, fundamentalmente, um Império inclusivo e essa inclusividade é, para mim, a principal justificativa da sua longevidade e da absorção de toda essa diversidade cultural. Seria impossível sustentar um Império por cinco séculos (no Ocidente) e quinze (a Oriente) com base na violência e coação.

PPAF: Resposta inspiradora. Novamente, a mensagem é de incorporação. Compartilho, com o professor Fabião, de boa parte dessas considerações a respeito dessa inclusividade, como característica importante, e por contraste com o imperialismo moderno e contemporâneo. É muito útil, também, em termos de análise historiográfica para que possamos criticar os usos da Antiguidade, do Império Romano, para fins imperialistas modernos. Sempre menciono um exemplo que é o Império Otomano, que perdurou por muito tempo, e que teve um caráter inclusivo. Pessoas da mais alta elite eram judeus, pessoas vindas da Península Ibérica e de outros lugares. E isso é muito interessante. Eu gostaria de agradecer o professor Fabião pela disposição de estar conosco hoje. Sua entrevista foi muito importante porque não tínhamos, que colaboramos com o professor há anos, uma noção clara sobre sua trajetória e de alguns de seus pontos de vista sobre alguns aspectos do estudo da Antiguidade. Então, esta publicação será muito útil. Agradecemos muito e contamos com sua preciosa revisão, antes da tradução. Também gostaria de agradecer ao professor Filipe, que está comigo na Unicamp. Agradecemos, ainda aos professores Glaydson José da Silva e Gilberto da Silva Francisco, que coordenam a Revista Heródoto, e que fizeram esse gentil convite a nós. Agradecemos muito, professor Fabião.

CF: Eu quem agradeço o convite. Foi, como sempre, um prazer estar convosco. Espero que da próxima vez estejamos em presença física e não esta nova realidade em que vivemos, na qual estamos reduzidos a retângulos no ecrã do computador. Muito obrigado.

CHALLENGES FOR ROMAN WORLD ARCHAEOLOGY: INTERVIEW WITH CARLOS FABIÃO¹

Filipe Noé Silva²

Pedro Paulo Funari³



Interview conducted by the Google Meet platform, on January 28, 2022.

Link: [<https://www.youtube.com/watch?v=KKOBICeFBWw>]

Filipe Noé Silva: We will then begin the interview with Professor Carlos Fabião, from the Universidade de Lisboa, whom we would like to thank for having promptly accepted our invitation. The interview will be conducted by me, Filipe Noé Silva, collaborating professor at the Department of History at the Universidade Estadual de Campinas, and by professor Pedro Paulo Abreu Funari, titular professor at the same university. This interview will be published in the journal *Heródoto*, from the Universidade Federal de São Paulo, whom we would also like to thank

¹ Associate Professor – University of Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: cfabiao@campus.ul.pt.

² Assistant Professor – Santa Catarina State University, Florianópolis, Santa Catarina, Brazil. E-mail: fnd.silva@udesc.br.

³ Full Professor – Campinas State University, Campinas, Brazil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 08-17.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15466

for all the support. I will then hand over to Professor Funari so that we can begin.

Pedro Paulo Abreu Funari: I'm Pedro Paulo Funari, from Unicamp, from the Department of History. First of all, I would like to welcome Professor Carlos Fabião's participation in this interview, and say that this opportunity to exchange ideas and learn from Professor Fabião on various topics related to the ancient world is a great pleasure. Professor Fabião, I would like to start with a question about your trajectory. We are contemporaries, we were born in the same year, 1959, which brings us even closer. But the issue that seems interesting and relevant to me in your trajectory is the fact that the professor works, shall we say, in several areas: History, Archaeology, Literature. So, I would like to hear the professor talk a little about his trajectory, the characteristics. How today, in maturity, you look back and evaluate this trajectory.

Carlos Fabião: Well, good afternoon! First of all, I would like to thank you for the honorable invitation you extended to me and say that it is a great pleasure to be talking with my dear friend, Professor Pedro Paulo Funari, and with Filipe Silva as well. My career began with a degree in History. When I did my degree, here in Portugal, there was only a degree in History. Afterwards, the degree in History of Art would appear, parallel, and the degree in Archeology, also parallel, although there is always a common core between these three degrees in Portuguese universities. I did my degree in History, even then with a lot of interest in Archeology, although Archeology at that time (the seventies of the last century) was something somewhat marginal, secondary. It was an activity that today we would consider amateur. That is, normally, people were looking for a job, had a job, and in their free time they dedicated themselves to research. In my case, I started precisely as a secondary school teacher, pre-university, and at the same time I did my studies, I continued my studies with my professors at the university, in the summer. I had the good fortune to do a degree at one time (the 1970s, democracy was restored, many professors who had been exiled and entered the university system returned) and at a university, Universidade Nova de Lisboa, which was just starting out. I belong to the first degree in History at Universidade Nova de Lisboa, to the Faculty of Social and Human Sciences. At the time, it was a very dynamic institution [attention, don't get me wrong, I'm not saying that it isn't now...], above all, it promoted a strong relationship with the universe

of Social Sciences. Afterwards, I had an opportunity and started teaching in university, at Universidade Nova de Lisboa, where I taught in the Department of History, but also taught in the Department of Anthropology. This mixed experience was extremely important and interesting precisely because these teaching tasks challenged me, forced me, deep down, to continue my own training in these two domains: Social Sciences and History, but with a permanent attraction for Archaeology. Archeology, which, I would like to emphasize, I never understood as anything other than a way of doing history. I do not consider these to be distinct or separate fields. They are exactly the same thing. The only difference lies, fundamentally, in the corpus of sources that the archaeologist uses and in the corpus of sources that the historian often uses. However, when we think of the classical world, of the Roman provincial world, the one in which I work, naturally, the textual legacy, the epigraphic dimension, the inscriptions on hard supports and all that, are naturally, constantly summoned, we cannot just stick with the data from the archaeological record. Meanwhile, a degree in Archeology opened at the Universidade de Lisboa, which is the other public university in Lisbon, and I applied for a professorship, as there was no Archeology course at the Universidade Nova at the time. Therefore, I introduced myself as a professor at the Universidade de Lisboa and moved there. From then on, from 1990 onwards, all my teaching and research activity has been carried out at the Faculty of Letters of the Universidade de Lisboa. I think that, in general terms, this gives an idea of the path, especially the professional path. Then, in parallel, there is the research path, which has taken me to different regions of Portugal and to different research contexts.

FNS: It was clear, therefore, that your trajectory has been interdisciplinary. In your work as an archaeologist, as a scholar of antiquity, what were the advantages of undergoing an interdisciplinary training? What are the possible benefits and, eventually, limitations that this interdisciplinary training has provided you throughout your trajectory?

CF: I would say the advantages are obvious. Multiplying the ways we look at the realities of antiquity is extremely important. I must say that in addition to my training, first school and a degree that was already interdisciplinary, later, I myself felt the need to move towards other areas of interdisciplinarity. I will give just a few examples: studying the universe of Roman economy, I felt the need to broaden the type of study we did on

amphorae, for example. I felt the need to get to know their products better. From then on, I established contact, communication and dialogue with teams that work in research in the field of Chemistry and Geology as well. It was an important learning process, as I had to study what were the working methods that these scientists use, what are the limitations and advantages of these methods. From then on, realizing what Geology and Chemistry could give me, it was important to convey what I wanted to know, so that we could refine methods and procedures. I also wanted them to understand what I wanted to know. This was a first level. But then, naturally, working with the universe of metals, I also came to the conclusion that it was important to deepen the study on issues of origin and composition of metallic alloys. We currently have a study on Roman lead in the finalization phase with other colleagues who work with metallography. I also realized another important thing: archaeological sites from the Roman era keep a set of realities that the archaeologist Lewis Binford called ecofacts, to distinguish them from artifacts, which are, basically, all the remains that result from interactions between human societies and their environment, the exploitation of resources and everything in between. I realized that this huge source of information was not properly harnessed, exploited. There were and are many studies of archaeozoology, at the level of prehistory, but when we arrive in Roman times there are not many studies in this area, although there is an enormous source of information available. Thus, we also approach and develop research work with groups of biologists, fundamentally, and we also develop approaches to other types of data in sites with a long tradition of research. For example, in the Roman villae, there is a lot of important research on the large manor houses, with their architecture, their mosaics, painted stucco, this type of reality. However, the rubbish bins that exist in these villae are very interesting. And we have, for example, in mosaics and painting, these characters who would be precisely the members of the elite hunting, on horseback, deer. Now, we would say that this is a stereotypical scene. However, studying the dumps and characterizing the fauna found in these dumps, we will find, exactly, the deer. we can see that there was a hunting practice with large animals, as the iconography or the Latin texts show us. But, more interesting is to find them in the dumps. We also find oysters in the garbage cans of the villae, sometimes far away, more than 300 kilometers from the sea. And we know, therefore, of course, that there is the possibility of preserving these oysters and transporting them over great distances. Then, reading Apicius's Roman cookbook (*De Re Coquinaria*), we know that there is a recipe for preserving oysters. The Romans had recipes for preserving oysters. But it is by looking at dumps that we find the practical result of this conservation. Another issue, for

example, is the exploitation of marine resources. There are a number of scattered references, in Latin and Greek literature, to the exploitation of marine resources and the production of fish seasonings. Garum, halec and other preparations and condiments, and we also know some descriptions of the nature of these preparations. However, when we found the production units, the factories, so to speak, where these articles were produced, the tanks where this production was carried out, we found remains of ichthyofauna (fish vertebrae and scales) inside. From an archaeozoological perspective, this ichthyofauna, these fish remains, give us a clear idea of the nature of the product that was being produced. Therefore, we free ourselves, in some way, from the stereotyped image of the texts, to descend to the real world and add information. All this makes my path of interdisciplinarity grow and I hope it continues to grow because it has immense potential. It's all that we can draw from the past that is interesting and that goes far beyond our own knowledge, insofar as I only have a background in History and Social Sciences. I can't identify deer bones, fish vertebrae or oysters. I know, nowadays, what an oyster shell is. But, obviously, the path is always to work as a team. And the more diversified they are, the richer the perspective becomes, the more diverse the perspectives, the richer the information.

PPAF: It is very interesting everything that was mentioned. Firstly, because many of these reflections also resonated in my trajectory, such as this issue of working with people from diverse backgrounds and with such varied vestiges. This naturally requires intense cooperation with different areas. Then, although the professor has already answered a part of the question I had outlined, which is about Archeology for the study of Antiquity. You have already abundantly exemplified the importance of material traces. However, to delve a little deeper into this theme, the question I would ask is: to what extent are the traditional areas, Ancient History, Roman Archaeology, History of Ancient Art, among others, such as Letters and Literature, Latin, Greek, areas that have a degree, how do all these disciplines stand up to the challenge of archaeological evidence? In the case of Letters, for example, there are people who study Catullus, but who go in search of the materiality mentioned in the texts. How do the other areas face the challenge of Archaeology, material culture information that complements, contradicts or supplements what is in other records.

CF: There is a question and some misconceptions around this, I usually say that I work in Provincial Roman Archeology and not in Classical Archeology in general terms, insofar as this Classical Archeology is often more dedicated to aesthetic objects, architectures and the philological domain . I think that all of this, obviously, this whole tradition that goes back to Winckelmann and to ancient art studies, makes sense and only benefits from being articulated with other fields of investigation. Take the case of Roman agronomy, well known for several treatises of the time, but when we look at the great rural domains of the Roman world, it does not make much sense to be talking about the production of olive oil or wine without knowing how the wine or the olive oil are made. All of this has, of course, to go through a knowledge of Latin agronomists to know, effectively, how they dealt with these realities and, simultaneously, with the observation of the traditional processes of production of these foods in order to be able to cross these realities with the materialities of the archaeological record. As for the more purely literary domain, there is every interest in deepening the relationship and crossing information. I am talking about an experience that we carried out not long ago, and which culminated in a small exhibition, within the scope of a congress of philologists on the Latin poet Statius and the discussion of his work. Now, in Statius' poems, we find a series of references that we manage to associate with the materialities that we obtain in the archaeological record. And what we did was, precisely, an exhibition in which the selected archaeological artifacts were used as an illustration of the notes made by the poet Statius. Therefore, this crossing continues, naturally, to exist and has been extremely interesting and fruitful, also with engineers and architects, that is, with people who know how a building of the complexity of Roman buildings is assembled and works, with all its stormwater drainage system: about how it is built, how it is structured, and it has been truly interesting. There is, effectively, no limit and I do not believe that the archaeological record, given the great development that Archeology over the Roman period, as it has had in recent times, calls into question or conflicts with traditional approaches. I think all this adds and enriches.

FNS: We would like Professor Fabião to comment a little on the History of Archaeology. A few years ago, you published an interesting and detailed book on the History of Portuguese Archeology. Comment a little on the importance of this type of study in today's world, on the importance of reflecting on how each era looks at, interprets and makes use of the past.

CF: The theme of the History of Archeology entered relatively early in my life as a researcher and teacher. It was born in the 1980s, mainly after reading two books by the English professor and archaeologist Glyn Daniel, respectively *A hundred and fifty years of Archeology* and an anthology of texts that accompanied this volume. I really enjoyed reading both books and, naturally, the question that arose was: and here, in Portugal, how was that process? And as I like to work in libraries and archives, I also started to develop this line of research, the History of Archeology, which I usually say is my retreat. When I'm tired of ceramics, economics and food, I take a few days off to dedicate myself to the History of Archaeology. And, obviously, the big question is this: the curiosity that I feel today, and that made me move towards the study of Antiquity through archaeological remains from a multidisciplinary perspective, what moved people? What moved the scholars of the 16th, 17th, 18th, 19th and 20th centuries? From then on, we will, naturally, as we do today, perceive how they saw and interpreted the traces of the past, I, for example, think of the world I live in through my political stance. These researchers of the past also naturally reflected their own time. All of us, deep down, are like that Arabic proverb that says: all men are more like their time than their own fathers. And I think this is very correct, because we are always the product of our time. It is also a fascinating dive, so to speak, into different eras and different cultural contexts. The uses and abuses of the past, uses that we try, shall we say, deliberately not to do, but which we always end up doing. For example, when I talk today about archaeological remains and the past, I always emphasize the open and cosmopolitan character of the Iberian Peninsula. In the context of Portugal, whenever I talk about this, it is to say and underline that all identities are, so to speak, mestizo and that they incorporate realities from different cultural spheres, from different spheres of sensibility and that the construction of identities, nowadays, is not a factor of exclusion, but a factor of approximation, understanding and tolerance towards the other, which is also a part of us. And here, well, I could also be accused of using the past.

PPAF: Your last mention is very encouraging for us. This idea of coexistence, interaction, is a critical look at the past, but with a positive, hopeful message about the present. I would like the professor to comment a little about his relationship with the foreigner. His cooperation with scholars outside of Portugal is evident in his trajectory: what does this mean for young people? How important is cooperation across borders? I think this is somewhat consistent with the issue mentioned about mixed-race identities.

CF: The question is this: I find it truly extraordinary the possibilities that are open today to young researchers to do some training abroad, for example, that there is the Programa Erasmus, according to which, a university student from all over Europe can circulate through different universities from any country in Europe. I also think that, in our time, professor Funari, not wanting to sound like an elderly person's speech, this was an adventure. Any trip abroad was an adventure. And a complicated adventure! That's why my first adventures, my first trips out of Portugal were to Spain because it was the country that was closest and most accessible, even from a financial point of view it was what I could afford. Since those trips, I began to realize the enormous advantage, the enormous enrichment resulting from these contacts, of getting to know other worlds, other realities, from all points of view. I had a teacher in the 70's who said an extraordinary thing. It was a time when Portugal was still very closed: the dictatorship had already ended, but there were many limitations, especially of a financial nature. He said that there should be the possibility of giving a small scholarship to any student to go to Paris, it was enough just to be able to look at the windows of bookshops, to know what direction the investigation was taking, what was being done outside this limited space and closed that ours was (it was also a time when Portuguese scientific culture in the area of Humanities and Social Sciences was mainly French-speaking). There were no low cost flights, there was no set of support that exists today. Leaving our space is extremely important, for example, to observe new realities. Try different environments. Those who study the Roman Empire cannot forget that it stretched from Syria to Great Britain, and from North Africa to the Danube. There is a common heritage that must be valued. A few years ago, I was invited to participate in meetings between Portuguese and Moroccan universities. What I said at that meeting was that we, from the Iberian Peninsula, and North Africa had the same cultural heritage. Today it is fractured, in political and religious terms. We, members of the European Union and the people of Morocco, members of the OAU (Organisation of African Unity) are two separate institutions, but we all belong to the UN. Therefore, a political and religious boundary. The world of the Iberian Peninsula with its Judeo-Christian tradition and Morocco with its Islamic matrix. However, historically, these two realities, the political and religious boundaries are recent and torn over a common heritage. Therefore, we have these points of contact, these points in common and a richer and more interesting approach is what brought us together in the past than what separates us today.

FNS: You have already been to Brazil a few times. In addition to the dialogue with Unicamp and Professor Funari, you also maintained, and still maintain, contact with other institutions, research groups and students of Ancient History here in Brazil. About the Ancient History that has been done here in Brazil, what aspects caught your attention? There is a certain peculiarity that brings the History of Antiquity made here in Brazil closer to the one you have followed in Europe throughout your trajectory.

CF: I run the risk of being unfair, as my knowledge is quite limited. Brazil is a world, it is almost a continent, certainly, with very different nuances. It would probably be interesting for Brazil to create its own schools in Rome and Athens. I know of researchers who have worked in the context of integrated projects in the great international schools based in Rome and Athens, which has naturally contributed to the enrichment of their training and has a multiplier effect among the students of these researchers. But creating its own bodies could make Brazilian research less dependent on individual initiatives and raise its quality through immersion in more cosmopolitan environments. With regard to what are the lines of research in Brazil, what I notice, has a lot to do with an Anglo-Saxon matrix, with a very special attention to the so-called post-colonial epistemological perspectives. It seems that things make sense in this direction. Personally, I am not a big believer in postcolonial approaches to the Roman Empire, for example, insofar as I believe that the Roman Empire was fundamentally an inclusive empire in the way it incorporated new entities, how it absorbed and giving space to the development of these new realities. In less than two centuries there were already provincial emperors, and when we look at the list of Roman emperors we see people from the Iberian Peninsula, North African emperors and a Syrian emperor. There is, indeed, a great diversity that makes us see and think that the Roman Empire was inclusive. By the way, I think that the longevity of the Roman Empire has to do with that, with the fact that it was an inclusive empire. It is interesting that the universe of contemporary imperialisms belatedly realized that the inclusive strategy was the greatest guarantor of continuity. The interest in classical studies, for example, in Great Britain, was closely related to the appreciation that was made of its Empire. Here in Portugal something similar happened, very late, already in the 1960s, already in the post-Second World War, when the great decolonization movement took place. At that time, belatedly, a higher school of colonial studies was also created here in Portugal, where people from the colonies who came to Lisbon to

study could be found. Supposedly, later, that they would be the administrative elite of the empire. Naturally, too late, in the specific case of Portugal, everything turned out the other way around and the concentration of African students here in Lisbon became the main focus of the birth and development of liberation movements in the former Portuguese colonies. By concentrating these people, they considered and gained awareness that they were going to turn against the colonial power. I think that the Roman Empire was, fundamentally, an inclusive Empire and this inclusiveness is, for me, the main justification for its longevity and the absorption of all this cultural diversity. It would be impossible to sustain an Empire for five centuries (in the West) and fifteen (in the East) on the basis of violence and coercion.

PPAF: An inspiring answer. Again, the message is one of incorporation. I share, with Professor Fabião, a good part of these considerations regarding this inclusiveness, as an important characteristic, and in contrast with modern and contemporary imperialism. It is also very useful in terms of historiographical analysis so that we can criticize the uses of antiquity, of the Roman Empire, for modern imperialist purposes. I always mention an example, which is the Ottoman Empire, which lasted for a long time, and which had an inclusive character. People of the highest elite were Jews, people from the Iberian Peninsula and elsewhere. And this is very interesting. I would like to thank Professor Fabião for being with us today. His interview was very important because, having collaborated with the professor for years, we did not have a clear notion of his trajectory and of some of his points of view on some aspects of the study of Antiquity. Thus, this interview will be very helpful. We thank you very much and we count on your precious revision, before the translation. I would also like to thank Professor Filipe, who is with me at Unicamp. We also thank professors Gláydson José da Silva and Gilberto da Silva Francisco, who coordinate the journal *Heródoto*, and who extended this kind invitation to us. Thank you very much, Professor Fabião.

CF: I am grateful for the invitation. It was, as always, a pleasure to be with you. I hope that next time we are physically present and not this new reality we live in, in which we are reduced to rectangles on a computer screen. Thank you very much.

GRAFITES APOTROPAICOS E MATERIALIDADE: UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL NOS ESPAÇOS ESCRITOS

Pedro Paulo Funari¹

Renata Senna Garraffoni²

Resumo

Construído a partir das teorias arqueológicas pós-coloniais e de um estudo anterior sobre grafites apotropaicos de um dos autores, neste artigo discutimos a importância de este *corpus* de grafites como fonte para um estudo de gênero sobre o cotidiano romano. O objetivo deste artigo é, portanto, distinto do que o inspirou, mudando a perspectiva para a importância do espaço da escrita para repensar a identidade romana no início do Principado. Argumentaremos que espaços da escrita, quando analisados a partir de sua materialidade, se torna evidência para a discussão de conflitos sociais, identidade e diversidade na sociedade romana. Também permitem uma leitura mais balanceada do Império, levando em consideração as diferentes visões de mundo das pessoas de origem humilde.

Palavras-chave

Epigrafia Romana; Pompeia; Arqueologia pós-colonial.

¹ Professor Titular – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

² Professora Doutora – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: resenna93@ufpr.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

Abstract

Building on post-colonial archaeological studies and earlier reflections on apotropaic graffiti by one of the authors, we shall now discuss the value of this *corpus* of graffiti as evidence for a gender approach of Roman daily life. The aim of this paper changed considering the former one to an approach which emphasises the role of graffiti and the urban written spaces in rethinking Roman identity during the Early Principate. We shall argue that such written-on spaces, when analysed in their material context, can be taken as evidence in the discussion of social conflicts, identity and diversity in Roman society. They also enable a more balanced approach to the Roman Empire by taking into consideration the worldviews of people of humble origins.

Keywords

Roman Epigraphy; Pompeii; Post-colonial Archaeology.

Introdução

Escrever nas paredes é um dos hábitos mais antigos da humanidade e um componente da comunicação e representação visual que as pessoas usam desde os primórdios conhecidos da arte rupestre (Baird; Taylor, 2011). Dada a essa antiguidade, os significados simbólicos e culturais do ato de escrever ou desenhar nas paredes, assim como seu conteúdo, se modificaram bastante tanto no tempo e quanto no espaço. Basta pensarmos como hoje em dia escrever nas paredes pode ser passível de punição legal, algo completamente desconhecido no passado. Diversidade cultural, de modos de perceber e significar o mundo e mesmo sua efemeridade são os fatores nos levaram a um estudo mais detido dos grafites das paredes de Pompeia (Garraffoni, 2022). Ou seja, por não serem textos completos nos encantamos com sua potencialidade desestabilizadora: classistas, muitas vezes acostumados a discutir princípios da filosofia e do pensamento ocidental a partir de textos de oradores, historiadores, filósofos, retóricos e poetas romanos, podem se surpreender com a concisão da crítica de um grafite a um político local ou uma reflexão sobre a vida, a morte, o amor.

Os grafites de Pompeia nos oferecem uma excelente oportunidade para o estudo dos aspectos materiais da escrita de várias maneiras. Os diferentes objetos e materiais usados para dar forma às inscrições estão relacionados a suas várias funções. Grafites podem ser definidos como incisões nas paredes feitas com um estilete (*graphium*), mas podem ser encontrados em vários lugares. Funari (2003: 108) afirma que, em contraste com as inscrições de tintas feitas por pincéis (*tituli picti*), os grafites podem ser entendidos como inscrições manuscritas não oficiais que se diferenciam daquelas maiores escritas para uma maior visibilidade como anúncios ou pedidos de pagamento de taxas. Além disso, cobrem uma variedade de temas cotidianos, o que define algumas de seus traços essenciais: podem tratar de qualquer tema e são efêmeros. O acesso aos grafites quase sempre é acidental, é um tipo de escrita que frequentemente aparece fragmentada e, embora boa parte esteja em latim, também podem ser encontrados em grego ou outras línguas antigas.

Compondo, portanto, um *corpus* epigráfico bastante heterogêneo, os grafites têm sido estudados de diferentes maneiras ao longo das décadas (e.g. debates no campo da história social, diferentes tipos de *ethos* popular, a criação de variações na língua latina, expressão de visões de mundo, memórias e sentimentos, etc). Mesmo que os grafites não ofereceram uma teoria mais elaborada sobre a vida, o contexto de onde provém, as formas como as pessoas comuns pensam o mundo e as

situações cotidianas, eles proporcionam uma ampliação de nossa visão sobre a sociedade (Funari, 2003: 113). Seguindo essa lógica da posição marginal ou subalterna, pesquisadores têm enfatizado, nas últimas décadas, o potencial dos grafites como fontes. Williams (1999), por exemplo, afirma que os grafites são importantes fontes de estudo do homoerotismo romano; Feitosa (2005) e Clarke (2001), por sua vez, os estudaram expandindo a discussão sobre amor e sexualidade entre os romanos que não pertencem às elites.

Neste sentido, no presente artigo focaremos em um tipo particular de grafites, os chamados apotropaicos, encontrados em diferentes áreas de Pompeia – em especial próximo às áreas do prostíbulo – com o objetivo de discutir alguns conceitos na tentativa promover aquilo que Lucy Grig (2017: 2) chamou atenção em sua discussão sobre cultura popular: ir além das categorias cima-baixo (*top-down*) e buscar construir um desenho mais autêntico do contexto romano do início do Principado. Para tanto, focaremos neste tipo particular de grafite, os apotropaicos, para enfatizar que o lugar que se encontram nas paredes podem gerar novas reflexões sobre a vida urbana. A proposta de análise está baseada nos estudos pós-coloniais e, também, em um estudo prévio de um dos autores (Funari, 1993) e avança do sentido de atualizar o debate e enfatizar como os grafites são evidências importantes para estudos sobre questões de gênero no cotidiano romano. Neste sentido, o objetivo central deste artigo mudou bastante com relação ao anterior de Funari, pois agora visa enfatiza não só papel do grafite como fonte, mas também os espaços da escrita urbana para repensar a identidade romana no início do Principado. Argumentaremos que os espaços de escrita, quando analisados em seu contexto material, podem ser fontes para o estudo de conflitos sociais, identidade e diversidade na sociedade romana, permitindo leituras mais balanceadas do Império Romano levando em consideração as visões de mundo das pessoas de origem mais humildes.

O hábito epigráfico e a materialidade do grafite

Inscrições são importantes para reconstruir vários aspectos da sociedade romana como política, economia ou cultura e podem ser interpretadas de muitas maneiras dada sua diversidade. Alföldy (2003) comenta que, durante o período de Augusto há uma explosão epigráfica e, baseando-se no conhecido estudo de McMullen (1982), afirma que os romanos desenvolvem uma cultura epigráfica e transformam as inscrições dos mais variados tipos em um meio de comunicação eficaz, difundindo

valores simbólicos e atingindo a opinião pública nas mais distintas esferas.

No entanto, é preciso ressaltar que não há um consenso entre os estudiosos sobre como definir o que consiste em uma inscrição e os meios de abordá-las. López Barja (1987), por exemplo, afirma que, para alguns, uma inscrição pode ser definida como a escrita em uma superfície dura, enquanto para outros o fator de definição da inscrição é a própria escrita em si, sua forma e conteúdo, não a importando o local onde foi cunhada. Esse descompasso entre as duas perspectivas metodológicas geraria aquilo que Funari (1994) definiu como uma encruzilhada dos estudos epigráficos. Para Funari, a principal dificuldade produzida por esse impasse reside no fato de que alguns especialistas publicam a tradução das inscrições, mas não comentam o contexto material em que foram encontradas, criando um fosso entre a cultura material e a inscrição epigráfica. Nesse sentido, epigrafistas acabam desconhecendo os trabalhos de arqueólogos e vice-versa dificultando um diálogo que poderia ser profícuo para ambas as áreas de especialização.

Embora haja esse debate no campo da epigrafia, alguns aspectos são mais consensuais entre os estudiosos. Muitos afirmam que as inscrições variam em quantidade tanto no tempo como no espaço. López Barja (1987), assim como Meyer (1990), afirma que há uma maior ocorrência em áreas urbanas e no período imperial e que, na parte ocidental do império, há uma predominância de inscrições em latim, enquanto na parte oriental há muitas inscrições em grego. Mesmo diante da variedade de tipos e formas de inscrições, López Barja afirma que, quando um estudioso transforma a inscrição em fonte primária para sua investigação acerca do mundo romano, deve considerar suas particularidades como os aspectos legais, religiosos ou urbanísticos que podem vir a expressar. Ao destacar que os dados epigráficos não equivalem a uma realidade objetiva, indica que elas precisam ser interpretadas de acordo com seus limites e potenciais³.

Essas considerações nos levaram a discutir as inscrições de Pompeia considerando seu suporte material, as paredes, que podem ser estudadas em diferentes níveis. Por um lado, os grafites podem nos informar sobre a vida e seus prazeres, por outro, ajudam a iluminar padrões de hábitos e deslocamentos espaciais já que seus autores andavam pelas ruas a pé, materializando discursos de pedestres (Keegan, 2011: 166). Como

³ Este debate inicial é parte de um estudo mais amplo publicado como Garraffoni e Pantaleão, 2010: 72-73.

Pompeia é um dos maiores sítios arqueológicos da Europa, contém uma grande quantidade de material ainda por ser estudado, incluindo as paredes que foram preservadas. As paredes que sobreviveram à erupção vulcânica se tornaram um tipo muito particular de *corpus* arqueológico: há pinturas, de diferentes períodos e uma grande quantidade de inscrições, constituindo um rico e heterogêneo material de estudo. As inscrições nas paredes de Pompeia podem ser divididas em dois grandes grupos: *tituli picti* e os grafites. A maior parte dos *tituli picti* aparecem como espécie de posters chamados de *programmata*. Produzidos para campanhas eleitorais, *programmata* constituem um *corpus* único para estudar eleições municipais na sociedade romana (Savunen, 1995). *Tituli picti* também incluem anúncios de espetáculos de gladiadores que ajudam a entender diferentes aspectos dos *munera* e suas estruturas dinâmicas (Garraffoni, 2021; Weeber, 1996).

Ambos os tipos de anúncios eram pintados do lado de fora dos edifícios por profissionais e podiam ser lidos a longa distância. Os grafites, no entanto, são inscrições pequenas feitas por pessoas comuns. Essa situação possibilitou um tipo particular de interação com o suporte material e estimulou o/a leitor/a a responder ou modificar a inscrição. Devido a essa interação, consideramos as paredes – suportes materiais sobre os quais os grafites foram inscritos – como parte constitutiva da relação com o/a leitor/a; em outras palavras, qualquer lugar onde o grafite tenha sido riscado leva a uma relação particular entre superfície, texto, imagem, autor e público (Baird; Taylor, 2011: 6). Assim, o grafite pode ser considerado não apenas uma caligrafia informal e fragmentada, mas também, como apontam Baird & Taylor (2011: 7), uma forma de prática de escrita ou ato de fala.

Como Pompeia, no início do Principado, era uma cidade com uma vida comercial movimentada, muitas pessoas percorreram suas ruas e deixaram mensagens em seus muros, chegando a quase onze mil inscrições registradas (Feitosa, 2005: 61). O grande número de grafites, aliado a um ambiente urbano repleto de atividades cotidianas, nos fornece dados que ajudam a compreender melhor o cotidiano romano. Como hoje em dia os estudiosos assumem que qualquer pessoa que soubesse escrever poderia deixar uma mensagem riscada nas paredes (Baird; Taylor, 2011), como já indicado, neste artigo nos concentraremos em alguns tipos de grafites que podem ser associados a grupos populares e discutir sua visão de mundo. Nossa abordagem não pretende criar uma divisão entre cultura popular e cultura erudita; ao contrário, busca formas de compreender a diversidade de testemunhos escritos deixados pelos romanos. Nesse sentido, olhamos para este tipo particular de

inscrições romanas a partir de uma perspectiva que considera o suporte material e o contexto em que foi encontrado e, assim, procuramos criar meios alternativos de interpretação da vida cotidiana das pessoas comuns.

Para tanto, adotamos uma abordagem pós-processual para o estudo do grafite de Pompeia. Como afirmam Baird & Taylor (2001: 3), a contextualização do grafite como um tipo particular de evidência material permite novas contribuições para diversos debates sobre a oralidade, a relação entre texto e imagem e a performance ou construção material da memória. Essa busca por formas alternativas de pensar os espaços escritos pode levar os classicistas a repensar suas teorias e métodos, bem como suas interpretações de sociedades passadas (Garraffoni; Laurence, 2013). Como já observou Ucko (1995), essa perspectiva também pode contribuir para a construção de uma pluralidade de interpretações. Um estudo de caso, portanto, tem o potencial de servir como uma ferramenta analítica (van Dommelen, 1997). Se vincularmos essas questões e considerarmos a superfície material sobre a qual qualquer inscrição é rabiscada e observarmos como o latim é usado nela, podemos reconsiderar a ideia do latim como língua restrita a determinados membros da elite e compreender as diversas manifestações assumidas por esta escrita em cada contexto. Ao não centrarmos nossa percepção da escrita em textos canônicos ou monumentos oficiais com suas abreviaturas padronizadas, podemos capturar a lógica inerente às diferentes formas de expressão e evitar a noção de transferência cultural, seja dos romanos para os nativos ou da elite para as classes mais baixas.

Nesse sentido, a variedade evidências manuscritas evita as limitações dos textos clássicos ou das inscrições monumentais e, ao mesmo tempo, considera as formas de expressão das camadas populares, explorando uma maior diversidade de visões de mundo e opiniões. Mesmo que a escrita de homens e mulheres de origem humilde seja encontrada em menor quantidade, seu valor é inegável (Barbet, 1987; Bowman; Woolf, 1998; Feitosa, 2005; Funari, 1991; 1993; Garraffoni, 2021; Langner, 2001; Sabbatini Tumolesi, 1980; 1988).

Inscrições apotropaicas de Pompeia: um estudo de caso

Antes de discutir o *corpus* apotropaico e os suportes materiais que selecionamos para esta ocasião, devemos ressaltar que os grafites aparecem em diversos lugares, dentro e fora de casas e outros edifícios. Isso significa que eles podem ser lidos por pessoas diferentes, *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

dependendo de onde foram arranhados. Por isso, o contexto material em que o grafite foi inscrito precisa ser analisado caso a caso. Por exemplo, o número e o tipo de pessoas que lêem os grafites em uma casa ou *uilla* dependeria do nível de acesso de estranhos a diferentes cômodos do edifício. A conhecida inscrição '*Rufus est*' (Este é Rufus; CIL VI, 9226) acompanhada de um desenho que exagera a calvície, nariz e queixo de Rufus, e acentuando suas orelhas muito pequenas e lábios sem dentes, é uma caricatura/crítica a um membro da elite da cidade. Este grafite, encontrado na parede norte do átrio (sala 64) da chamada *Villa dei Misteri* (*Villa dos Mistérios*) está na sala principal, acessível aos hóspedes. Como se trata de uma fazenda romana suburbana bem preservada nos arredores de Pompeia, a presença da caricatura de Rufo sugere várias implicações: rivalidades entre a elite; tolerância do grafite por parte do rico proprietário da *uilla*; o tipo de crítica que só as pessoas permitidas a circular na casa poderiam ter visto.

Outros grafites podem ter sido lidos por um número bem maior de pessoas, como no caso de uma discussão entre dois homens, que foi encontrada em um bar (I.10.2 Pompeia. *Caupona di Coponia* ou *Thermopolium de Prima* ou *Caupona de Iris*. Ligado à inscrição I .10.3. Escavado em 1927 e 1934). Esses dois homens eram indivíduos humildes tentando conquistar o amor de uma atendente escrava de um bar. A troca de mensagens em uma taverna implica em alfabetização, mesmo em um nível social menos nobre, como é o caso em outros lugares de Pompeia. De acordo com Della Corte (CIL IV 8259-58), o conjunto de perguntas e respostas entre os dois homens aparece em letras minúsculas à direita da entrada. Os nomes dos homens eram Severo e Sucesso:

*Successus textor amat coponiaes ancilla(m)
nomine Hiredem quae quidem illum
non curat sed illa com(m)iseretur
scribit rivalis vale*

*invidiose, quia romperes, sedare noli formonsiorem,
et qui est homo pravessimus et bellus. [CIL IV 8259]*

*Dixi scripsi amas Hiredem, quae te non curat. Sev (erus?) Successo, ut su[p]ra(?)...s...
Severus [CIL IV 8258]*

(Severo) – Sucesso, o tecelão, ama a escrava taberneira chamada Iris.
Ela, no entanto, não o ama.
Ainda assim, ele implora que ela tenha pena dele.
Seu rival escreveu isso. Adeus.

(Resposta de Sucesso) – Intervéns porque és um invejoso.
Não queiras bancar o engraçadinho, seu mau-caráter galanteador.

(Resposta de Severo) – Disse e escrevi a verdade: tu amas Iris que não quer saber de ti. De Severo a Sucesso, o que escrevi é exatamente o que se passa. Assinado Severo. (Tradução de Funari, 1989: 19)

A discussão entre Sucesso e Severo indica que as pessoas costumavam interagir com grafites com mais frequência em espaços como tavernas. Assim, responder a um grafite fazia parte da prática de interação com o suporte material (as paredes), embora possamos encontrar mais exemplos dessa atitude em locais menos controlados do que a *uilla* onde a inscrição sobre Rufo foi encontrada. Grafites, portanto, podem ser descritos como sendo imediato e carregado de emoções (Barbet, 1987); podem servir como evidência de um impulso pessoal, expressando uma visão de mundo particular, como uma caricatura do político local Rufo ou uma discussão amorosa em uma taverna, mas o lugar onde eles são marcados, ou seja, sua materialidade, pode nos ajudar a entender como as pessoas alfabetizadas interagem na vida urbana.

Apesar do pessimismo de alguns estudiosos quanto à possibilidade de acessar o testemunho de pessoas comuns (MacMullen, 1990: 186) ou sua caracterização como grosseira e vulgar (Cèbe, 1966: 372), há uma consciência crescente de que visões como as chamadas 'antigo desprezo por qualquer atividade manual' não deve ser aplicado à *Weltanschauung* das pessoas. Os altos níveis de alfabetização entre os romanos comuns⁴ fortalecem a noção de que havia, de fato, diferentes tipos de identidades romanas e diferentes maneiras de falar e estar no mundo. Isso pode ser melhor compreendido se tomarmos as inscrições apotropaicas como estudo de caso e tentar nos aproximar do *ethos* e da religiosidade das pessoas comuns por meio desse tipo de epigrafia. Tomando como estudo de caso as inscrições parietais de Pompeia, particularmente seus grafites apotropaicos – como discutido na sequência – argumentamos que os grafites feitos por pessoas comuns constituem uma espécie de discurso social e têm o potencial de iluminar aspectos da vida e sentimentos romanos que raramente foram explorados pelos estudiosos.

Atos e símbolos apotropaicos para afastar o mau-olhado ou as más influências desempenharam um papel importante na sociedade romana. As representações e ilustrações fálicas foram especialmente usadas para afastar feitiços malignos (cf. o verbo grego 'ἀποτρέπω', desviar, evitar): '*contra inuidantium effascinationes*' (contra encantos invejosos; Plínio Nat. His. 19, 50). Há um consenso de que a função apotropaica do falo estava

⁴ Como indicam estudos de caso epigráficos, veja, por exemplo, Gichon, 1986: 585; Funari, 1989; Garraffoni; Funari, 2009; Garraffoni, 2008.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

ligada à sua associação com a fertilidade (Adams, 1987: 5-6). Diferentes termos usados para se referir ao falo – por exemplo. ‘*mentula*’, ‘*verpa*’, ‘*fascinum*’, ‘*phallus*’ e até ‘*cauda*’ – são considerados apotropaicos. Surpreendentemente, porém, não se acredita que expressões relacionadas, especialmente aquelas referentes à relação sexual com uma mulher, tivessem conotações apotropaicas. Adams (1987: 120) postula assim que o verbo ‘*futuo*’ (foder) ‘foi usado livremente como um termo técnico sem emoção em prostíbulos tanto por clientes como prostitutas’.

Impressionado com a ubiquidade dos símbolos fálicos entre as pessoas comuns, o antropólogo Pina-Cabral (1993: 117-8) foi motivado a estudar o simbolismo genital na cultura popular portuguesa. Ele concluiu que o objetivo da exibição dessas imagens “é capturar o poder e usá-lo”. Em nossa própria experiência com inscrições cursivas romanas, ficamos impressionados com as referências ao falo e o uso repetido de expressões referentes às relações sexuais masculinas com mulheres. Depois de ler muitos grafites de pessoas comuns em Pompeia, presumimos que existia uma ligação direta entre as representações fálicas e as referências à relação sexual masculina, relacionadas tanto à fertilidade quanto à boa sorte/fortuna.

Embora as obras *The Garden of Priapus*, de Richlin, e *Sex or Symbol?*, de Johns, lidem com o falo e suas conotações apotropaicas, nenhuma delas dão atenção aos aspectos materiais como as inscrições nas paredes. Richlin (1983) e Johns (1982), entre outros, contribuíram muito para nossa compreensão em geral do simbolismo fálico, particularmente como é representado em evidências de elite, como textos literários e pinturas. Mesmo que os escritos das pessoas comuns não se oponham necessariamente às expressões escritas da elite, pois ambos se referem a uma mesma sociedade e cultura, não deixa de ser razoável enfatizar a diversidade de visões de mundo espalhadas pelos muros de Pompeia.

Desenhos fálicos não são incomuns nas paredes de Pompeia; podemos encontrá-los em diferentes edifícios da cidade, incluindo casas, teatro e prostíbulos. A localização do suporte material destes desenhos e textos (ou seja, as paredes) está relacionada com o acesso das pessoas aos diferentes edifícios e instalações. Os grafites encontrados nas casas geralmente estão localizados no átrio, peristilo ou jardim, principalmente nas colunas, que são locais que poderiam ter sido acessados por vários tipos de pessoas – familiares do dono da casa, amigos e escravos. Os desenhos itifálicos são particularmente interessantes, pois nesses casos o ‘*erectum fascinum*’ (falo ereto) é muitas vezes maior que o próprio homem. Em uma parede perto do teatro há um desenho de um gladiador itifálico

usando seu pênis como arma (Vivolo, 1993: 148-9 - Figura 01). As conotações fortemente religiosas do combate de gladiadores (Hugoniot, 1992: 12) sugerem que a representação fálica do gladiador pretendia protegê-lo contra o mal⁵.

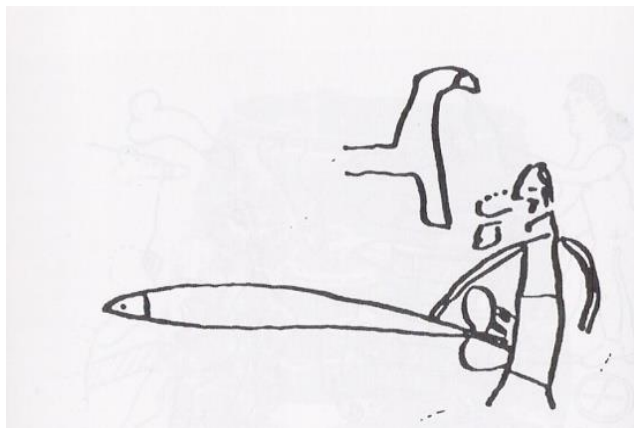


Figura 01

Um desenho fálico poderia funcionar como substituto de um texto apotropaico, com o desenho atuando como o próprio objeto apotropaico. Outro desenho itifálico (CIL IV, 4566; Figura 02) encontrado no jardim de uma casa é seguido por uma inscrição pouco clara: '*Felicio tomintare*'. Ninguém ainda conseguiu explicar o significado deste grafite, cuja segunda palavra pode derivar do verbo latino '*tumescere*' (inchar) ou de '*torqueo*' (torcer), enquanto a palavra *felicio* deriva de '*felix*' (fértil, sortudo) (Väänänen, 1937: 43; 49). O grafite poderia, assim, ser interpretado como uma referência a um falo que está sendo balançado ou endurecido. Boa sorte e fertilidade também podem ser associadas ao desenho de um homem cuja cabeça está, parcialmente, em forma de falo (Vivolo, 1993: 179) (Figura 03). Desenhos fálicos poderiam atuar como proteção contra o mau-olhado ou o desprezo feminino. Sociedades dominadas por homens, de caráter falocêntrico (Gold, 1993: 79), tendem a gerar medo das avaliações sexuais das mulheres sobre os homens. As mulheres não eram impotentes, pois podiam escolher seus companheiros (Gilmore, 1990). Um grafite de um homem chamado Fortunato, encontrado dentro da sala de jantar de uma casa, é um exemplo disso (CIL IV, 4498; Figura 04): '*Thyas noli amare Fortunatu<m> uale*' (Thyas não quer amar Fortunatus. Até a próxima). Um desenho de um falo, que aparece antes da despedida, é um amuleto de boa sorte.

⁵ Cf. Porph. *Ad. Epod.* 8, 18; Tupet, 1986: 2609; 2675.



Figura 02

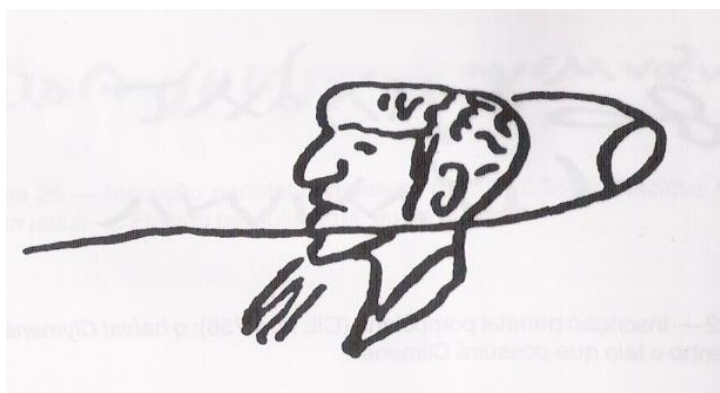


Figura 03

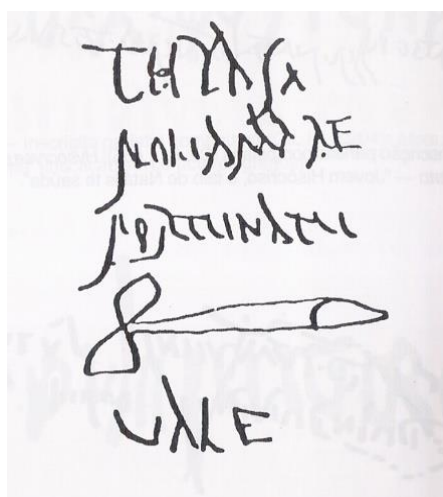


Figura 04

Um desenho fálico, em um peristilo, também poderia servir como substituto para a palavra falo em uma frase, como em CIL IV, 4756 (Figura 05): '*q() habiat Clymene <phallum>*' (Clymene, segure o falo) (Väänänen, 1937: 62). O significado da primeira letra, aparentemente um 'q', não é claro. Talvez devêssemos supor que o falo é o agente ou sujeito da frase '*describo phallum quod habiat Clymenen*' (eu desenho este falo que terá relações sexuais com Clymene) (Väänänen, 1937: 173-5). A associação destes desenhos fálicos com mensagens escritas foi provavelmente destinada a trazer boa sorte, e a sua localização em espaços regularmente acessíveis às famílias em questão, aos seus escravos e visitantes e em casas de diferentes bairros, nos permite supor que foram assim colocados para serem vistos e lidos em voz alta. A força associada ao órgão masculino também é clara em outros grafites, como em CIL IV, 1655 (Figura 06): '*Hysocryse puer Natalis uerpa te salutat*' (Jovem Hysocrysus, Natalis, o falo te saúda). De fato, como escreve Montero (1991: 69), “os genitais masculinos, como símbolo da natureza criadora, eram respeitados com piedade religiosa como representação das forças misteriosas da criação e, ao mesmo tempo, eram usados como amuletos apotropaicos contra todos os mal humano e divino”.

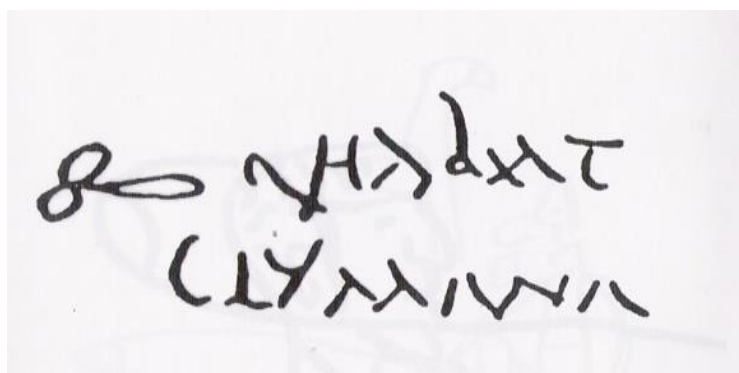


Figura 05

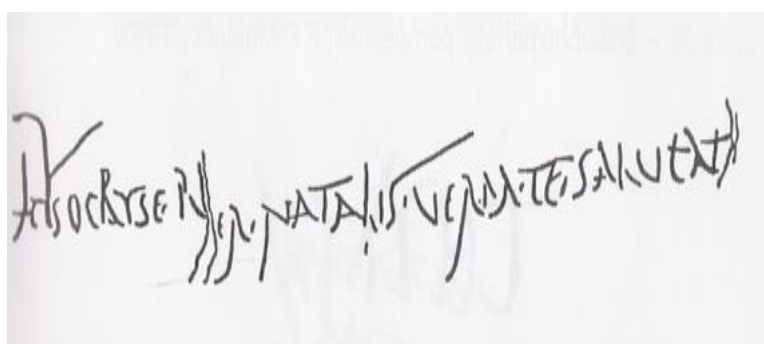


Figura 06

Os grafites pompeianos que se referem explicitamente a relações sexuais entre homens e mulheres também são muito comuns. De acordo com Cantarella (1988: 276), “a mentalidade sexual dos homens romanos era a de um estuprador, um estuprador consumado”. A palavra mais popular usada nas paredes era o verbo *futuo* ou termos relacionados⁶. Como é o caso do seu homólogo grego βινέω, que também é atestado em Pompeia (por exemplo, CIL IV, 8767), este é um termo associado, em textos antigos, ao uso da força (Lamberterie, 1991: 149; 156). No entanto, como enfatizou Boardman (1992: 239-40), referências fálicas e relações sexuais com mulheres não significam necessariamente agressão de homens contra mulheres. De fato, a maioria dos grafites que se refere às relações sexuais (*fututiones*) não é ofensivo e parece ter as mesmas conotações apotropaicas que suas contrapartes fálicas.

Por último, mas não menos importante, gostaríamos de nos concentrar em um suporte material específico para o grafite, a saber, as paredes dos prostíbulos de Pompéia e, mais especificamente, o localizado na esquina do *Vico del Lupanare*. Esta área fica perto do fórum e é possível supor que fosse um local onde as pessoas se encontravam e relaxavam nos bares próximos. Aqui os transeuntes teriam se deparado com um espaço escrito exibindo uma variedade de inscrições, como cartazes eleitorais pintados, anúncios lutas de gladiadores e grafites sexuais. Por estarem em uma área povoada da cidade, essas inscrições atestam uma intensa interação social e pessoal e exemplificam um encontro entre inscrições pintadas e grafites feitos por pessoas comuns. Essas paredes nos permitem pensar sobre como a política e os prazeres interagem na vida cotidiana.

No que concerne aos grafites, todos situados dentro do prostíbulo, muitos deles se referem ao ato sexual. A maioria é claramente inócua, como CIL IV, 2246 (Figura 07): *‘hic ego cum veni, futui, deinde redei domi’* (vim para cá, fodi e finalmente voltei para casa). Da mesma forma, *‘Placidus hic futuit quem uoluit’* (Placidus fodeu aqui quem ele quisesse) (CIL IV, 2265, Figura 08). Algumas frases são complexas: *‘futebatur, inquam futuebatur, ciuium Romanorum attractis pedibus cunus in qua nule aliae uices erant nisissei dulcisime et pissimae’* (a vagina dos cidadãos romanos foi fodida, as pernas abertas; não há substitutos, exceto para os mais doces e abençoados) (CIL IV, 1261). Embora de difícil interpretação, dado que o texto transcreve a linguagem oral, é interessante notar o uso de um termo com fortes

⁶ Cf. Adams, 1987: 118.

conotações religiosas, 'piissimae <sc. mulieres>' (as mulheres mais abençoadas) em conexão com uma 'fututio' (relação sexual)⁷.

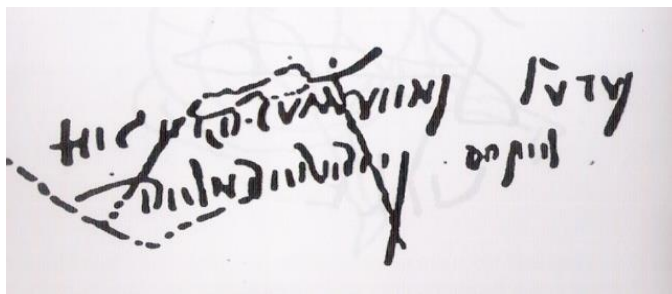


Figura 07



Figura 08

Alguns grafites são claramente propiciatórios: '*bene valeas qui bene futues*' (você está em boa forma se for um bom fodedor) (CIL IV, 2274) (Väänänen, 1937: 36). A mesma interpretação vale para uma inscrição de uma mulher: '*fututa sum hic*' (foi fodido aqui) (CIL IV, 2217, Figura 09). Adams (1987: 120) comentou sobre este grafito, comentando que "não é o tipo de comentário que se esperaria de uma pessoa que considera ter sido vítima de um ato humilhante". Essa suposição está correta, mas não acreditamos que isso represente um "uso neutro da palavra" (Adams, 1987: 120). Se *fututio* for considerado um ato que trouxe boa sorte, é natural que homens e mulheres tenham usado a palavra para se protegerem do mal. Essa hipótese é reforçada por uma série de inscrições que se referem às mulheres como 'mulheres fodedoras'. Uma inscrição latina escrita em grego refere-se a '*Mola phoutoutris*' (Mula fodedora) (CIL IV, 2204, Figura 10)⁸, enquanto uma em latim menciona '*Miduse fututrix*' (Miduse fodedora) (CIL IV, 4196, Figura 11). Parece que a única explicação razoável para essas inscrições é que *fututio* era uma atividade louvável quando se tratava de homens e mulheres.

⁸ Cf. Dubuisson, 1992: 189.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

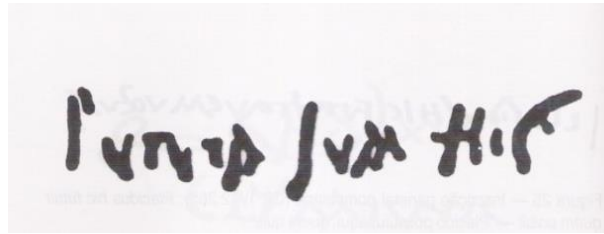


Figura 09

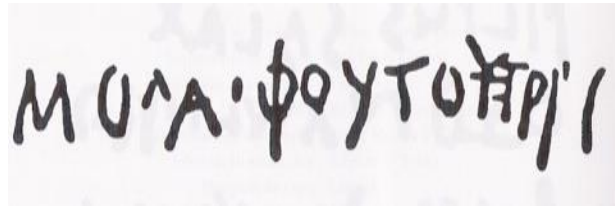


Figura 10

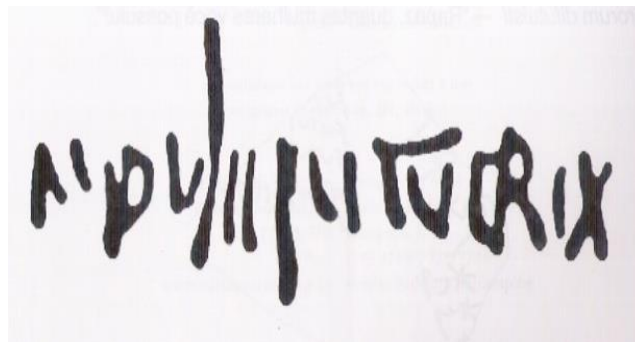


Figura 11

Um grafite mal escrito fornece evidências interessantes do uso popular de referências à relação sexual como um dispositivo para trazer boa sorte: '*filius salax qud tu mulieriorum difutuisti*' (Rapaz lascivo, quantas mulheres você fodeu!) (CIL IV, 5213, Figura 12). Vários vulgarismos na frase dificultam sua interpretação, mas não parece provável que *filius salax* (literalmente, “jovem que gosta de pular”) fosse pejorativo (*contra* Adams, 1987: 206). Considerando que o adjetivo *salax* foi usado principalmente em referência a animais machos, sua referência a um menino pode ser explicada pelo fato de o escritor ser provavelmente uma pessoa muito humilde, provavelmente conhecedor de gírias sertanejas. Isso também poderia explicar o uso de *filius* (filho) como “rapaz” (Väänänen, 1937: 191). Existem outras referências à boa ou má sorte como resultado de *fututiones*. A conhecida inscrição de Floronio é um exemplo

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

disso: *'Floriuns binet ac miles leg. vii hic fuit, neque mulieres scierunt, nisi paucae, et ses, erunt'* (Floronio, fodedor e soldado da sétima legião, esteve aqui <sc. uma estalagem> e nenhuma mulher percebeu o fato... eram somente 6, então seriam um número muito pequeno <sc. para este homem orgulhoso>) (CIL IV, 8767) (Funari, 1993: 134). A intenção de Floronio neste grafite era proteger-se do azar que poderia resultar da abstinência, e ele o fez referindo-se a si mesmo como um 'fodedor' (*'binetas'*, em grego) e, assim, reafirmando sua capacidade sexual.

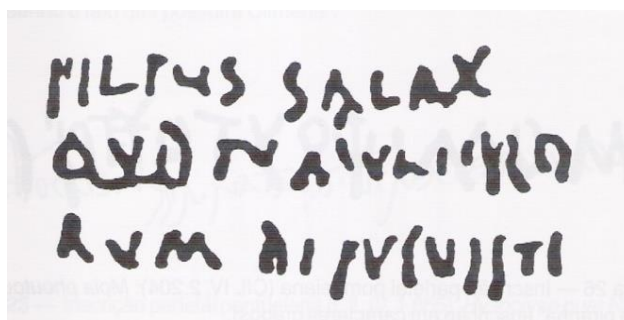


Figura 12

É possível concluir a partir desses exemplos que as referências explícitas à relação sexual eram apotropaicas? Não há uma resposta fácil para essa pergunta, mas gostaríamos de enfatizar que pesquisas recentes sobre arqueologia e sexualidade nos permitem buscar abordagens menos normativas para esses grafites. Como Voss e Schmidt (2000) argumentaram, devemos compreender a sexualidade no passado como interconectada com sistemas sociais e culturais. Com isso em mente, acreditamos que estudar os grafites em seu suporte material e em seu próprio contexto pode nos ajudar a compreender a sexualidade e o cotidiano romanos em sua plena diversidade de significados. Que o falo estava imbuído de conotações profundamente religiosas e serviu como um verdadeiro símbolo apotropaico é amplamente reconhecido. Por outro lado, o uso generalizado de referências a relações sexuais por pessoas comuns geralmente não tem explicação. Tais práticas não podem ser imputadas apenas ao desejo sexual natural (Bing; Cohen, 1991: 1). Por outro lado, é fácil entender que, se a fertilidade está na raiz das propriedades mágicas ligadas às representações fálicas, então a popularidade das referências à relação sexual seria mais clara. Anos atrás, Pierre-Grimal (1943/1969: 47-49) fez questão de enfatizar que os cultos de fertilidade eram comuns não entre as elites, mas entre “libertados, escravos, pessoas muito comuns”. As preocupações com a má sorte e o mau-olhado também foram consideradas típicas de pessoas humildes por

Jordan (1990: 438). Na cultura religiosa popular (Kuenzel, 1992: 1055), não há razão para não supor que *fututiones* estivessem associados ao falo e que relações sexuais e referências fálicas estivessem ligadas tanto à fertilidade quanto à boa sorte. A “*religion des gens incultes*” (religião de pessoas não cultas) (Gourevitch, 1991: 49), embora difícil de entender, é certamente evidente em antigas inscrições cursivas romanas escritas em latim vulgar⁹.

A onipresença das referências à relação sexual nos grafites das paredes de Pompeia é impressionante, e os termos que se referem a ela evocam assuntos relacionados, como '*fructus*' (gozo) (por exemplo, CIL IV, 2245) e '*felicitas*' (felicidade, sorte) (John, 1982: 65) (por exemplo, CIL IV, 1454). Os gestos são uma clara indicação da associação entre a relação sexual e a proteção contra más influências, como indicado pelo uso dos dedos para imitar a relação sexual¹⁰. A obscenidade ritual, as canções obscenas de casamento e outros atos cerimoniais de fertilidade e apotropaicos não devem, portanto, ser separados das referências sexuais comuns. Parece razoável supor que o uso cotidiano da linguagem sexual, representada nos grafites, fosse resultado das propriedades apotropaicas associadas tanto à própria relação sexual quanto às referências orais e escritas a ela. Para pessoas comuns desprotegidas e sujeitas à manifestação do mal na forma de doença, pobreza e fome, soletrar palavras de cunho sexual poderia pelo menos ter sido uma maneira acessível de afastar a má sorte.

Considerações Finais

Para concluir, gostaríamos de enfatizar que nossa escolha dos grafites apotropaicos como estudo de caso se origina de nossa crença de que esse tipo de inscrição pode desafiar percepções modernas comuns e ajudar aos estudiosos em sua busca por significados alternativos da cultura material, em repensar teorias e métodos, bem como as interpretações de sociedades passadas. Se associarmos tais indagações à variedade de suportes materiais e contextos de escrita evidenciados na epigrafia, poderemos capturar os hábitos epigráficos romanos em sua multiplicidade e reconsiderar a ideia da língua latina como restrita a determinados membros da elite. Ao optar por não centrar nossa análise na escrita canônica ou monumentos oficiais, mas nas paredes de teatros, casas e prostíbulos, podemos observar a lógica própria do simbolismo

⁹ Cf. Vossler, 1954: 49.

¹⁰ Cf. Ov. *Fast.* 5.433.

apotropaico, evitando a noção de transferência cultural, seja de romanos para nativos ou da elite para as pessoas comuns.

Considerando essa abordagem, acreditamos que a cultura material – aqui representada por paredes e colunas – desempenha um papel ímpar ao contar as histórias de pessoas invisíveis ou menosprezadas nas fontes escritas, e que pode nos ajudar a compreender melhor como viviam homens e mulheres comuns afetados pelo poder romano. Nossa intenção aqui, portanto, foi examinar as maneiras pelas quais o registro arqueológico, particularmente a epigrafia, quando colocado em seu contexto material adequado, pode sugerir novas abordagens para estudar o Império Romano, a sexualidade antiga e o simbolismo religioso. Como a sexualidade e as percepções religiosas são efêmeras e seu significado pode mudar ao longo do tempo, sua natureza transitória exige o desenvolvimento de novas abordagens teóricas. Como os grafites apotropaicos remetem a experiências diversas e, quando materializados, podem se tornar lugares de memória, sugerimos que possam nos ajudar a compreender melhor aqueles membros da sociedade cujos desejos e visões de mundo nem sempre foram visíveis.

Nesse sentido, como já observou Funari (1986), o grafite pompeiano representa um campo aberto para exploração. Se considerarmos essas inscrições em seu contexto espacial, torna-se possível abordar o mundo romano de forma mais plural. Os grafites apotropaicos aqui discutidos são apenas um exemplo, mas revelam o potencial dos aspectos sociais e culturais de espaços escritos pouco estudados. O grafite apotropaico também desafia o silêncio dos estudiosos sobre assuntos menos tradicionais e lança luz sobre inúmeras formas de interação social. Em outras palavras, o grafite apotropaico pode nos ajudar a pensar os efeitos imperiais de maneira menos monolítica.

Agradecimentos

Agradecemos a Alan Bowman, Catherine Johns, Sian Jones, Lourdes Feitosa, Martin Hall, Richard Hingley, Ian Hodder, Ray Laurence, José Remesal, Michael Shanks, Greg Woolf, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná, Universitat de Barcelona, British Academy, CNPq, FAPESP e CAPES. A responsabilidade das ideias aqui expressas recai apenas sobre os autores.

Abreviações das edições das fontes Primárias

CIL *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Berlin, 1863–).

Bibliografia Citada

ADAMS, James Noel. *The Latin Sexual Vocabulary*. Londres: Duckworth, 1987.

ALFÖLDY, Geza. La cultura epigráfica de los romanos: la diffusion de un medio de comunicación y su papel en la integración cultural. In: REMESAL RODRIGÉS, Jose et al. (eds). *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Barcelona: Universitat Barcelona, 2003, p. 137-149,

BAIRD, Jennifer; TAYLOR, Claire (eds). *Ancient Graffiti in Context*. Nova York: Routledge, 2011.

BARBET, Alix. La représentation des gladiateurs dans la peinture murale romaine. In: *Les gladiateurs: Lattes, 26 mai-4 juillet 1987; Toulouse, 13 juillet-début septembre 1987: exposition / conçue et réalisé par le Musée archéologique de Lattes*. Lattes: Imago, 1987, p. 69-74.

BING, Peter; COHEN, Rip (eds). *Games of Venus. An Anthology of Greek and Roman Erotic Verse from Sappho to Ovid*. Londres: Routledge, 1991.

BOARDMAN, John. The Phallos-Bird in Archaic and Classical Greek Art. *Revue Archéologique*, 2, 1992, p. 227-242.

BOWMAN, Alan; WOOLF, Greg (eds). *Literacy and Power in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CANTARELLA, Eva. *Secondo natura*. La bisessualità nel mondo antico. Roma: Riuniti, 1988.

CEBE, Jean-Pierre. *La caricature et la parodie dans le monde romain antique des origines à Juvenal*. Paris: De Boccard, 1966.

DUBUISSON, Michel. Le Grec à Rome à l'époque de Cicéron. Extension et qualité du bilinguisme, *Annales*, 1, 1992, p. 187-206.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. Cultura(s) dominante(s) e cultura(s) subalterna(s) em Pompéia: da vertical da cidade ao horizonte do possível. *Revista Brasileira de História*, 7, (13), 1986, p. 33-48.

FUNARI, Pedro Paulo. *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo. Dressel 20 Amphora Inscriptions Found at Vindolanda: The Reading of the Unpublished Evidence. In: MAXFIELD, Valerie; DOBSON, Michel (eds). *Roman Frontier Studies 1989: Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: University of Exeter Press, 1991, p. 65-72.

FUNARI, Pedro Paulo. Graphic Caricature and the Ethos of Ordinary People at Pompeii. *Journal of European Archaeology*, 2, 1993, p. 131-148.

FUNARI, Pedro Paulo. Bretanha romana – Estudos recentes sobre a Arqueologia da Bretanha romana. *Revista de História da arte e Arqueologia*, 1, 1994, p. 249-252.

FUNARI, Pedro Paulo. O pensamento popular nas inscrições parietais pompeianas. *Boletim do Centro do Pensamento Antigo*, 16, 2003, p. 101-118.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. 2ª Edição revisada e ampliada. Curitiba: Editora da UFPR, 2021.

GARRAFFONI, Renata Senna. Gladiators Daily Lives and Epigraphy: A Social Archaeological Approach to the Roman *munera* During the Early Principate. *Nikephoros: Zeitschrift für Sport und Kultur im Altertum*, 21, 2008, p. 223-241.

GARRAFFONI, Renata Senna; LAURENCE, Ray. Writing in Public Space from Child to Adult: The Meaning of Graffiti. In: SEARS, Gareth; KEEGAN, Peter; LAURENCE, Ray (eds). *Written Space in the Latin West, 200BC to AD300*. Londres: Bloomsbury, 2013, p. 123-134.

GARRAFFONI, Renata Senna; SILVA, Lorena Pantaleão. O feminino adentra a arena: mulheres e a relação com o as lutas de gladiador na Roma imperial. *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 15, 2010, p. 61-83.

GARRAFFONI, Renata Senna; FUNARI, Pedro Paulo. Reading Pompeii's Walls: A Social Archaeological Approach to Gladiatorial Graffiti. In: WILMOTT, Tony (ed.). *Roman Amphitheatres and Spectacula: A 21st Century Perspective*. Oxford: Archaeopress, 2009, p. 185-193.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-42.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

GARRAFFONI, Renata Senna. Subaltern masculinities: Pompeian graffiti and excluded memories in the early Principate. In: COURRIER, Cyrril; OLIVEIRA, Julio César Magalhães de (eds.). *Ancient History from below – subaltern experiences and actions in context*. Londres: Routledge, 2022, p. 175-192.

GICHON, Moderchai. Who Were the Enemies of Rome on the Limes Palestinae ?. *Studien zu den Militärgrenzen Roms III: 13. Internationaler Limeskongress, Aalen 1983. Vorträge*, Stuttgart: Kommissionsverlag K. Theiss, 1986, p. 584-592.

GILMORE, David. Men and Women in Southern Spain: "Domestic Power" Revisited. *American Anthropology*, 92 (4), 1990, p. 953-970.

GOLD, Barbara. But Ariadne Was Never There in the First Place: Finding the Female in Roman Poetry. In: RABINOWITZ, Nancy; RICHLIN, Amy (eds). *Feminist Theory and the Classics*. Londres: Routledge, 1993, p. 75-101.

GOUREVITCH, Aaron. La science historique et l'anthropologie. *Sciences Sociales*, 3, 1991, p. 113-138.

GRIG, Lucy. Approaching Popular Culture in the Ancient World. In GRIG, Lucy (ed.). *Popular Culture in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 1-36.

GRIMAL, Pierre. *Les Jardins romains*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

HUGONOT, Christophe. Saint Augustin et les spectacles de l'amphithéâtre en Afrique romaine. *Histoire de l'Art*, 17/8, 1992, p. 11-21.

JOHNS, Catherine. *Sex or Symbol, Erotic Images of Greece and Rome*. Londres: British Museum Publications, 1982.

JORDAN, David. Curses From the Waters of Sulis. *Journal of Roman Archaeology*, 3, 1990, p. 437-441.

KEEGAN, Peter. Blogging Rome: Graffiti as Speech-Act and Cultural Discourse. In BAIRD, Jennifer; TAYLOR, Claire (eds). *Ancient Graffiti in Context*. Nova York: Routledge, 2011.

KUENZEL, Rudi. Paganisme, syncrétisme et culture religieuse populaire au Haut Moyen Age, réflexions de méthode. *Annales*, 4-5, 1992, p. 1055-1069.

LAMBERTERIE, Charles de. Le verbe *binein* et le nom de la Femme. *Revue de Philologie*, 65, (1), 1991, p. 149–160.

LANGNER, Martin. *Antike Graffitizeichnungen – Motive, Gestaltung und Bedeutung*. Wiesbaden: Ludwig Reichert, 2001.

LOPES BARJA, Pedro. *Epigrafia Latina*, Santiago: Tórculo Artes Gráficas, 1987.

MACMULLEN, Ramsay. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, 103, 1982, p. 233–246.

MACMULLEN, Ramsay. *Changes in the Roman Empire. Essays in the Ordinary*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MEYER, Elizabeth. Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs. *Journal of Roman Studies*, 80, 1990, p. 74–96.

MONTERO, Enrique. *El Latín erótico. Aspectos léxicos y literarios (hasta el siglo I d.C.)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1991.

PINA-CABRAL, João de. Tamed Violence: Genital Symbolism in Portuguese Popular Culture. *Man, New Series*, 28 (1), 1993, p. 101–120.

RICHLIN, Amy. *The Garden of Priapus. Sexuality and Aggression in Roman Humor*. Nova Haven: Yale University Press, 1983.

SABBATINI TUMOLESI, Patrizia. *Gladiatorum paria: annunci di spettacoli gladiatorii a Pompei*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1980.

SABBATINI TUMOLESI, Patrizia. *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente romano. 1, Roma*. Roma: Edizioni Quasar, 1988.

SAVUNEN, Liisa. Women and Election in Pompeii. In: HAWLEY, Richard; LEVICK, Barbara (eds). *Women in Antiquity: New Assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1995, p. 194–206.

SHANKS, Michel; HODDER, Ian. Processual, Postprocessual and Interpretive Archaeologies. In: WHITLEY, David (ed.). *Reader in Archaeological Theory: Post-processual and Cognitive Approaches*. Londres: Routledge, 1998, p. 69–94.

TUPET, Anne-Marie. Rites magiques dans l'antiquité, romaine. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, 16, (3), 1986, p. 2591–2675.

UCKO, Peter J. Archaeological Interpretation in a World Context. In: UCKO, Peter J. (ed.). *Theory in Archaeology: A World Perspective*. Londres: Routledge, 1995, p. 1-27.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*, [ser.] B. XL, 2 . Helsinki: Annales Academiae scientiarum fennicae, 1937.

VAN DOMMELEN, Peter. Colonial Constructs: Colonialism and Archaeology in the Mediterranean. *World Archaeology*, 28, (3), 1997, p. 305-323.

MAULUCCI VIVOLO, Francesco Paolo. *Pompei: i graffiti figurati*. Foggia: Bastogi, 1993.

VOSS, Barbara; SCHMIDT, Robert. Archaeologies of Sexuality: An Introduction. In: VOSS, Barbara; SCHMIDT, Robert (eds). *Archaeologies of Sexuality*. Londres; Nova York: Routledge, 2000, p. 1-32.

VOSSLER, Karl. *Einführung ins Vulgärlatein*. Munich: Hueber, 1954.

WEEBER, Karl-Wilhelm. *Panem et circenses: Massenunterhaltung als Politik im antiken Rom*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 1996.

WILLIAMS, Craig. *Roman Homosexuality*. Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity, Ideologies of Desire. Oxford: Oxford University Press, 1999.

APOTROPAIC GRAFFITI AND MATERIALITY: A POST-COLONIAL PERSPECTIVE ON WRITTEN SPACES

Pedro Paulo Funari¹

Renata Senna Garraffoni²

Abstract

Building on post-colonial archaeological studies and earlier reflections on apotropaic graffiti by one of the authors, we shall now discuss the value of this *corpus* of graffiti as evidence for a gender approach of Roman daily life. The aim of this paper changed considering the former one to an approach which emphasises the role of graffiti and the urban written spaces in rethinking Roman identity during the Early Principate. We shall argue that such written-on spaces, when analysed in their material context, can be taken as evidence in the discussion of social conflicts, identity and diversity in Roman society. They also enable a more balanced approach to the Roman Empire by taking into consideration the worldviews of people of humble origins.

Keywords

Roman Epigraphy; Pompeii; Post-colonial Archaeology.

¹ Full Professor – Campinas State University, Campinas, Brazil. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

² Assistant Professor – Federal University of Paraná, Curitiba, Brazil. E-mail: resenna93@ufpr.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

Resumo

Construído a partir das teorias arqueológicas pós-coloniais e de um estudo anterior sobre grafites apotropaicos de um dos autores, neste artigo discutimos a importância de este *corpus* de grafites como fonte para um estudo de gênero sobre o cotidiano romano. O objetivo deste artigo é, portanto, distinto do que o inspirou, mudando a perspectiva para a importância do espaço da escrita para repensar a identidade romana no início do Principado. Argumentaremos que espaços da escrita, quando analisados a partir de sua materialidade, se torna evidência para a discussão de conflitos sociais, identidade e diversidade na sociedade romana. Também permitem uma leitura mais balanceada do Império, levando em consideração as diferentes visões de mundo das pessoas de origem humilde.

Palavras-chave

Epigrafia Romana; Pompeia; Arqueologia pós-colonial.

Introduction

Writing on walls is one of the most ancient habits of humanity and a component of the communication and visual representation that people have used since the earliest known rock art (Baird; Taylor, 2011). Old as it may be, the symbolic and cultural meaning of the act of writing or drawing on walls as well as its content have changed over the course of time and from place to place. We need only consider how writing on walls today may lead to criminal charges, something completely unheard of in the past. Cultural differences in the way in which people see and signify the world, and even the ephemeral nature of these inscriptions are factors that have led us to study the materiality of graffiti on Pompeian walls in greater detail (Garraffoni, 2022). We became enchanted by these incomplete texts and their potential to de-stabilize. Classicists, who are often accustomed to discussing the principles of philosophy or Western thought through the texts of Roman orators, historians, philosophers, rhetoricians and poets, may be surprised at the concise critique of a local politician or reflections on life, death and love that can be found in graffiti.

The graffiti at Pompeii offer an excellent opportunity to study the material aspects of writing in various ways. The different objects and materials used to make the inscriptions are related to their various functions. Graffiti can be defined as incisions engraved on walls with a stylus (*'graphium'*), and they can be found in a wide variety of different places. Funari (2003: 108) asserts that in contrast to inscriptions written in ink with brushes (*'tituli picti'*), graffiti can be understood as non-official handwritten interventions that differ from those meant to give visibility to announcements or requests for payment of taxes. They also cover a wide variety of everyday matters. We can thus define some of their essential features: graffiti can deal with any theme and are ephemeral. Access to graffiti is often accidental. It is a type of handwritten text that frequently appears fragmented, and though much of it is in Latin, it may also be in Greek or other ancient languages.

Graffiti comprise a heterogeneous epigraphic corpus, which scholars have approached in different ways over the decades (e.g. debates on social history, different types of popular *ethos*, the creation of various forms of the Latin language, the expression of worldviews, memories and feeling, etc.). Even if graffiti do not offer a theoretical elaboration on life, coming as they do from the wider context in which common folk think about the world and its situation, they provide us with a window on their reflections on life (Funari, 2003: 113). Following this logic of the subaltern or marginal position, researchers of the last decades have been examining the potential of graffiti. Williams (1999), for example, points out that graffiti provide

important documentation for the study of Roman homoeroticism; Feitosa (2005) and Clarke (2001), in turn, have used it to expand the discussion on love and sexuality among non-elite Romans.

In this paper we shall focus on apotropaic graffiti found in the different areas of Pompeii – particularly in the brothel – with the aim of discussing some theoretical frameworks for promoting what Grig (2017: 2) has pointed out in her work on popular culture: the need to move beyond top-down categories and construct a more authentic portrayal of the Roman context of the early Principate. We shall use a particular type of evidence – apotropaic graffiti – to stress that the location of the material support of the writing (the walls) can provide new insights into urban life. Building on post-colonial studies and earlier reflections on apotropaic graffiti by one of the authors of the present article (Funari, 1993), we shall discuss the value of this *corpus* of graffiti as evidence for a gender approach of daily life. The aim of this paper changed considering the former one to an approach which emphasises the role of graffiti and the urban written spaces in rethinking Roman identity during the Early Principate. We shall argue that such written-on spaces, when analysed in their material context, can be taken as evidence in the discussion of social conflicts, identity and diversity in Roman society. They also enable a more balanced approach to the Roman Empire by taking into consideration the worldviews of people of humble origins.

Epigraphic habit and the materiality of graffiti

Inscriptions are valuable evidence for reconstructing various aspects of Roman society, politics, economy and culture. They can be interpreted in a variety of ways. Alföldy (2003) observes that in Augustus' time, at the beginning of the Principate, there was an explosion of epigraphy. Drawing on McMullen's classic study (1982), he states that the Romans developed epigraphic habits and turned inscriptions of the most varied kind into an efficient medium of communication, capable of disseminating symbolic values and expressing public opinion on the most diverse areas of life.

However, it should be noted that there is no consensus among scholars on how to define inscriptions and what approach should be taken towards them. López-Barja (1987), for instance, argues that some scholars define an inscription as 'writing on a hard surface', while others see the defining factor as the writing itself, its shape and content, regardless of where it is embossed. The difference between these two methodological perspectives has generated what Funari (1994) defines as 'a crossroad of epigraphic

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

studies'; accordingly, the main difficulty posed by this impasse emerges from the fact that some scholars publish translations of inscriptions without commenting on the material support and context in which they were found, thus creating a void between material culture and epigraphy. In this sense, epigraphists may sometimes end up ignoring the work of archaeologists or vice-versa, thus making it difficult to establish a dialogue that could be useful to both disciplines.

Although this is an ongoing debate in epigraphic studies, some features of inscriptions meet with greater consensus. Scholars point out that inscriptions vary in quantity as much in time as in space. López-Barja (1987), like Meyer (1990), stresses that inscriptions occur more frequently in urban areas and during the imperial period, and that Latin inscriptions prevail in the western part of the Empire, whilst Greek ones do in the Eastern part. López-Barja draws our attention to the fact that even when faced with a variety of types of inscriptions, a scholar who transforms an inscription into a primary source for their investigation of the Roman world must consider the particularities that the inscription expresses, for instance, its legal and religious aspects. Pointing out that epigraphic data are not equivalent to objective reality, López-Barja indicates that they should be interpreted according to their limits and potentials³.

These considerations lead us to discuss the inscriptions from Pompeii while paying attention to their material support: the walls. The parietal material can be studied on more than one level. On the one hand, graffiti provide information about life and pleasures; on the other, they can illuminate patterns of habits and spatial dislocation as their writers walked down streets on foot, materializing speech-acts of pedestrianism (Keegan, 2011: 166). As Pompeii is one of the largest archaeological sites in Europe, it contains an enormous amount of material culture that remains to be studied, including very well preserved walls. The walls that withstood volcanic eruptions became a particular type of archaeological corpus: their paintings, belonging to different periods and holding a variety of inscriptions, reveal rich and heterogeneous data. As noted, inscriptions on Pompeian walls can be divided into two major groups: *tituli picti* and graffiti. The greater part of the *tituli picti* appear on posters called '*programmata*'. Produced for electoral campaigns, *programmata* constitute a unique source for the study of municipal elections in Roman society (Savunen, 1995). *Tituli picti* also include announcements of gladiatorial games and fights, which help scholars understand different aspects of the

³ This initial debate is part of a major study published as Garraffoni and Pantaleão 2010: 72-73.

'munera' (games) and their dynamic structure (Garraffoni, 2021; Weeber, 1996).

These announcements were painted on outer walls by professionals and could be read from afar. Most graffiti, however, consist of small-scale inscriptions made by common people. Their authors used sharp instruments (*'graphia'*) to scratch them into the internal and external walls of houses and public buildings. It is important to emphasise that graffiti were small in size and thus invited the reader to come close to the walls in order to read them. This situation enabled a particular kind of interaction with the material support and encouraged the reader to respond to or modify the inscription. Due to such interaction, we consider walls –the material supports onto which the graffiti were inscribed– as a constitutive part of the relationship enabled by the reader; in other words, any place on which graffiti have been scratched leads to a particular relationship between surface, text, image, author and audience (Baird; Taylor, 2011: 6). Thus, graffiti can be considered not only informal, fragmented handwriting, but also, as Baird & Taylor point out (2011: 7), a form of writing practice or a speech-act.

Since Pompeii in the early Principate was a city with a bustling commercial life, there were many people who walked its streets and left messages on its walls. The inscriptions recorded amount to nearly eleven thousand (Feitosa, 2005: 61). The sheer number of graffiti combined with an urban environment buzzing with daily activities provide us with data that help us better understand Roman everyday life. As nowadays scholars assume that any person who knew how to write could leave a message scratched on the walls (Baird; Taylor, 2011), we will focus on some types of graffiti that can be associated with non-elite groups and promote their worldview. Our approach does not intend to create a split between popular and learned culture; rather, it seeks ways of understanding the diversity of written testimony left by the Romans. In this sense, we look at this particular type of Roman inscription from a perspective that considers the material support within the context in which it was found and thus we seek to create alternative means of interpreting the everyday life of common people.

In doing so, we are taking a post-processual approach to the study of Pompeii graffiti. As Baird & Taylor state (2001: 3), the contextualization of graffiti as a particular type of material evidence enables us to contribute to various debates on orality, the relationship between text and image, and the performance or material construction of memory. This quest for alternative ways of thinking about written spaces can lead classicists to

rethink their theories and methods, as well as their interpretations of past societies (Garraffoni; Laurence, 2013). As Ucko has noted (1995), this perspective can also contribute to the construction of a plurality of interpretations of societies. A case study therefore has the potential of serving as an analytical tool (van Dommelen, 1997). If we link these inquiries and consider the material surface on which any given inscription is scratched and look at how Latin is used in it, we may reconsider the idea of Latin as a language restricted to certain members of the elite and understand the various manifestations assumed by this writing in each context. By not centring our perception of writing on canonical texts or official monuments with their standardized abbreviations, we may capture the logic inherent in different forms of expression and avoid the notion of cultural transference, whether from Romans to natives or from the elite to the lower classes.

In this sense, the variety of handwritten evidence allows us to avoid the limitations of classical texts or monumental inscriptions and thus take the common people's forms of expression into account and explore the diversity of worldviews and opinions. Even if the writing of men and women of humble origins is found in lesser quantities, its value is undeniable (Barbet, 1987; Bowman; Woolf, 1998; Feitosa, 2005; Funari, 1991; 1993; Garraffoni, 2021; Langner, 2001; Sabbatini Tumolesi, 1980; 1988).

Apotropaic wall scribbles at Pompeii: a case study

Before discussing the apotropaic corpus and the material supports that we have selected for this occasion, we must stress that graffiti appear in a variety of places, inside and outside of houses and other buildings. This means that they could reach different people depending on where they were scratched. For this reason, the material context of graffiti should be analysed on a case-by-case basis. For instance, the number and kind of people who read graffiti in a house or villa would have depended on the level of access by strangers to different rooms in the building. The well-known inscription '*Rufus est*' (This is Rufus; CIL VI, 9226) accompanied by a drawing exaggerating Rufus' baldness, nose and chin, and stressing his very small ears and toothless lips, criticizes a member of the town's elite. This graffito is found on the north wall of the atrium (room 64) of the so-called Villa dei Misteri (Villa of the Mysteries), i.e. in the main room accessible to guests. As this is a well-preserved suburban Roman villa on the outskirts of Pompeii, the presence of Rufus' caricature suggests various

implications: rivalries among the elite; tolerance of the graffito on the part of the rich owner of the villa; the type of a criticism as only those invited inside could have seen it.

Other graffiti may have been read by a larger number of persons, as in the case of an exchange between two men which was found in a bar (I.10.2 Pompeii. *Caupona di Coponia* or Thermopolium of Prima or Caupona of Iris. Linked to I.10.3. Excavated in 1927 and 1934). These two men were humble individuals trying to win a slave bartender's love. The exchange in a tavern implies literacy at a low social level, as is the case elsewhere in Pompeii. According to Della Corte (CIL IV 8259-58), the set of incised questions and answers between the two contenders appeared in tiny writing to the right of the entrance. The men's names were Severus and Successus:

*Successus textor amat coponiaes ancilla(m)
nomine Hiredem quae quidem illum
non curat sed illa com(m)iseretur
scribit rivalis vale*

*invidiose, quia romperes, sedare noli formonsiorem,
et qui est homo pravessimus et bellus. [CIL IV 8259]*

*Dixi scripsi amas Hiredem, quae te non curat. Sev (erus?) Successo, ut su[p]ra(?)...s...
Severus [CIL IV 8258]*

(Severus) – Successus, a weaver, loves the innkeeper's slave girl named Iris. She, however, does not love him.

Still he begs her to have pity on him. His rival wrote this. Goodbye.

(Answer by Successus) – Envious one, why do you get in the way? Submit to a handsomer man and one who is being treated very wrongly and good looking.

(Answer by Severus) - I have spoken. I have written all there is to say. You love Iris, but she does not love you.

The quarrel between Successus and Severus shows that people used to interact with graffiti more frequently in spaces such as taverns. Thus, responding to a graffito was part of the practice of interaction with the material support (the walls) even though we can find more examples of this attitude in places that were less controlled than was the villa where Rufus' graffito was scratched. Graffiti, therefore, can be described as being immediate and emotionally charged (Barbet, 1987); they can serve as evidence of a personal impulse expressing a particular worldview, such as a caricature of the local politician Rufus or an exchange over a love affair in a tavern, but the place where they are marked, i.e. their materiality, can help us understand how literacy interacts with urban life.

Despite the pessimism of some scholars regarding the possibility of accessing the testimony of common people (MacMullen, 1990: 186) or their characterization as coarse and vulgar (Cèbe, 1966: 372), there is a growing awareness that views such as the so-called 'ancient contempt for any manual activity' should not be applied to people's *Weltanschauungen*. The high levels of literacy among ordinary Romans⁴ strengthen the notion that there were, in fact, different types of Roman identities and different ways of speaking and being in the world. This can be better understood if we take apotropaic inscriptions as a case study and try to gain proximity to common people's ethos and religiosity through this type of epigraphic representation. Taking Pompeian wall inscriptions as a case study, particularly their apotropaic graffiti – as discussed below – we argue that the graffiti scratched by common people constitute a kind of social discourse and have the potential to illuminate aspects of Roman lives and feelings that have seldom been explored by previous scholarship.

Apotropaic acts and symbols for warding off the evil eye or evil influences played an important part in Roman society. Phallic representations and illustrations were especially used to turn away evil spells (cf. the Greek verb 'ἀποτρέπω', turn away, avert): '*contra invidentium effascinationes*' (against envious charms; Pliny *Nat. His.* 19, 50). There is common agreement that the apotropaic function of the phallus was linked to its association with fertility (Adams, 1987: 5-6). Different terms used to refer to the phallus –e.g. '*mentula*', '*verpa*', '*fascinum*', '*phallus*', and even '*cauda*' – are thus considered apotropaic. Surprisingly, however, related expressions, especially those referring to sexual intercourse with a woman, are not believed to have had apotropaic connotations. Adams (1987: 120) thus posits that the verb '*futuo*' (to fuck) 'was freely used as an unemotive technical term in brothels by both clients and prostitutes'.

Struck by the ubiquity of phallic displays among ordinary people, anthropologist Pina-Cabral (1993: 117-8) was motivated to study genital symbolism in Portuguese popular culture. He concluded that the purpose of the display of these images 'is to capture power and use it'. In our own experience with Roman cursive inscriptions we have been impressed by the references to the phallus and the repeated use of expressions referring to male intercourse with women. After reading many ordinary people's graffiti at Pompeii, we assume that a straightforward link existed between phallic representations and references to male sexual intercourse, related both to fertility and good fortune.

⁴ As case studies of epigraphic evidence reveal, see e.g. Gichon, 1986 : 585; Funari, 1989; Garraffoni; Funari, 2009; Garraffoni, 2008.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

Although both Richlin's *The Garden of Priapus* and Johns's *Sex or Symbol?* deal with the phallus and its apotropaic connotations, neither pay any attention to material aspects such as the handwriting on walls. Richlin (1983) and Johns (1982), among others, have contributed a great deal to our understanding of the general topic of phallic symbolism, particularly as it is represented in elite evidence such as literary texts and paintings. Although ordinary people's writings are not necessarily opposed to elite written expressions, as both refer to one and the same society and culture, it is nonetheless reasonable to emphasise the diversity of worldviews spread over the walls of Pompeii.

Phallic drawings are not uncommon on the walls of Pompeii; we can find them on different buildings of the city, including houses, the theatre, and brothels. The location of the material support of these drawings and texts (i.e. the walls) is related to people's access to the different buildings and premises. The graffiti found in houses are generally located in the atrium, peristyle or garden, mainly on columns, which are places that could have been accessed by various types of people – the home owner's family, friends, and slaves. Ithyphallic drawings are particularly interesting since in these cases the '*erectum fascinum*' (erected phallus) is often larger than the man himself. On a wall near the Theatre District is a drawing of an ithyphallic gladiator using his penis as a weapon (Vivolo, 1993: 148-9) (FIGURE 01). The strongly religious connotations of gladiatorial combat (Hugoniot, 1992: 12) suggest that the phallic representation of the gladiator was intended to protect him against evil.⁵



Figure 01

A phallic drawing could function as a replacement for an apotropaic text, with the drawing acting as the apotropaic object itself. Another ithyphallic drawing (CIL IV, 4566; FIGURE 02) found in the garden of a house is followed by an unclear inscription: '*Felicio tomintare*'. No one has yet been able to explain the meaning of this graffito, whose second word may stem

⁵ Cf. Porph. *Ad. Epod.* 8, 18; Tupet, 1986: 2609, 2675.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

either from the Latin verb *'tumeo'* (to swell) or from *'torqueo'* (to twist), whilst the word *felicio* stems from *'felix'* (fertile, lucky) (Väänänen, 1937: 43; 49). The graffito could thus be interpreted as a reference to a phallus that is being waved around or has hardened. Good luck and fertility can also be associated with the drawing of a man whose head is partly shaped like a phallus (Vivolo, 1993: 179) (FIGURE 03). Phallic drawings could act as protection against the evil eye or female contempt. Male-dominated societies, phallocentric in character (Gold, 1993: 79), do tend to generate fear of women's sexual assessments of men. Women were not powerless as they could choose their mates (Gilmore, 1990). A graffito by a man named Fortunatus, found inside the dining room of a home, is a case in point (CIL IV, 4498; FIGURE 04): *'Thyas noli amare Fortunatu<m> uale'* (Thyas does not want to love Fortunatus. Farewell). A drawing of a phallus, which appears before the farewell, is meant as a good luck charm.



Figure 02

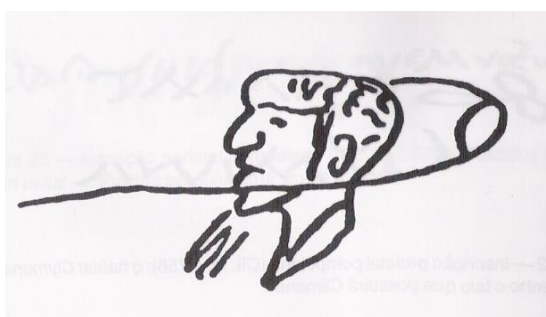


Figure 03

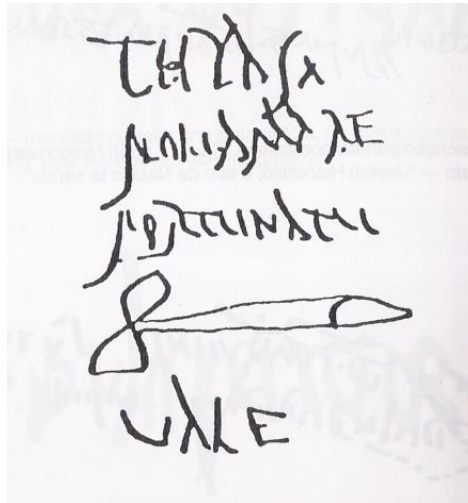


Figure 04

A phallic drawing in a peristyle could likewise serve as a substitute for the word phallus in a sentence, as in CIL IV, 4756 (FIGURE 05): '*q()* *habiat Clymene <phallum>*' (Clymene, hold the phallus) (Väänänen, 1937: 62). The meaning of the first letter, seemingly a 'q', is unclear. Perhaps we should assume that the phallus is the agent or subject of the phrase '*describo phallum quod habiat Clymenen*' (I draw this phallus which will have intercourse with Clymene) (Väänänen, 1937: 173-5). The association of these phallic drawings with written messages was probably meant to bring good luck, and their location in spaces regularly accessible to the families in question, their slaves and visitors and in houses in different neighbourhoods allows us to assume that they were so placed as to be seen and read out loud. The strength associated with the male organ is also clear in other graffiti, as in CIL IV, 1655 (FIGURE 06): '*Hysocryse puer Natalis uerpa te salutat*' (Young Hysocrysus, Natalis the phallus greets you). Indeed, as Montero writes (1991; 69), 'male genitals, as a symbol of creative nature, were respected with religious piety as the representation of the mysterious forces of creation, and at the same time they were used as apotropaic amulets against all human and divine evil'.

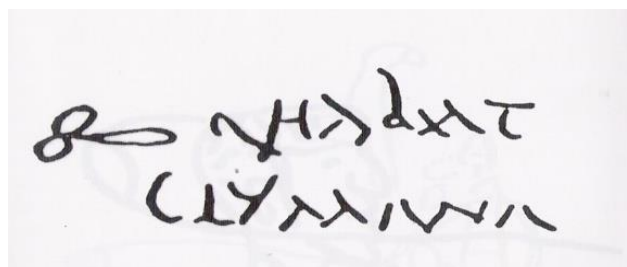


Figure 05

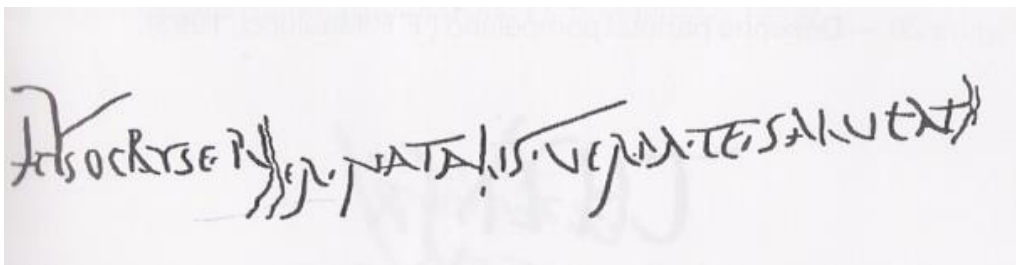


Figure 06

Pompeian graffiti that refer explicitly to male intercourse with women are also very common. According to Cantarella (1988: 276), 'the sexual mentality of Roman males was that of a rapist, a consummate rapist'. The most popular word used on walls was the verb *futuo* or related terms.⁶ As is the case of its Greek counterpart 'βινέω', which is also attested in Pompeii (e.g. CIL IV, 8767), this is a term associated in ancient texts with the use of force (Lamberterie, 1991: 149; 156). However, as Boardman stressed (1992: 239-40), phallic references and intercourse with women do not necessarily signify aggression by men against women. Indeed, most graffiti referring to sexual intercourses ('*fututiones*') are not offensive and seem to have the same apotropaic connotations as their phallic counterparts.

Last but not least, we would like to focus on a particular material support for graffiti, namely the walls of the brothels at Pompeii, and more specifically the one located at the corner of 'Vico del Lupanare' (Brothel Street). This area is close to the forum and it can be assumed that it was a place where people would meet and relax in nearby bars. Here passersby would have found themselves face to face with a written space displaying a variety of inscriptions, such as painted electoral posters/gladiatorial announcements, and sexual graffiti. Since these inscriptions were in a populated area of the city, they attest to intense social and personal interaction and exemplify an encounter between painted inscriptions and graffiti made by common people. The walls here enable us to think about how politics and pleasures interact in everyday life.

With regard to the graffiti, all of which are inside the brothel, many of them refer to sexual intercourse. Most are clearly innocuous, as CIL IV, 2246 (FIGURE 07): '*hic ego cum veni, futui, deinde redei domi*' (I came here, I fucked and finally I went back home). Similarly, '*Placidus hic futuit quem uoluit*' (Placidus fucked here whomsoever he wanted) (CIL IV, 2265, FIGURE 08).

⁶ Cf. Adams, 1987: 118.

Some phrases are complex: *'futebatur, inquam futuebatur, ciuium Romanorum atractis pedibus cunus in qua nule aliae uices erant nissimei dulcissime et pissimae'* (the vagina of Roman citizens was fucked, their legs open; there are no substitutes, except for the sweetest and kind) (CIL IV, 1261). Although difficult to interpret, given the fact that the text transcribes oral language, it is interesting to note the use of a term with strong religious connotations, *'piissimae <sc. mulieres>'* (the most blessed women) in connection with a *'fututio'* (sexual intercourse).⁷

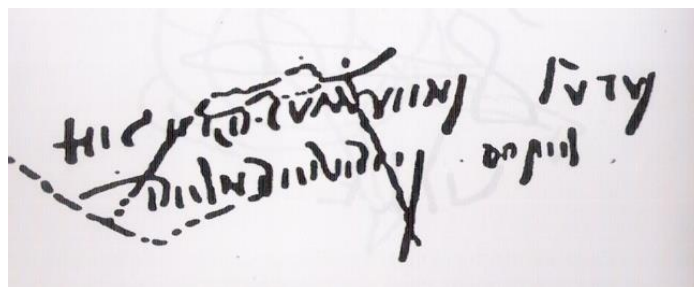


Figure 07

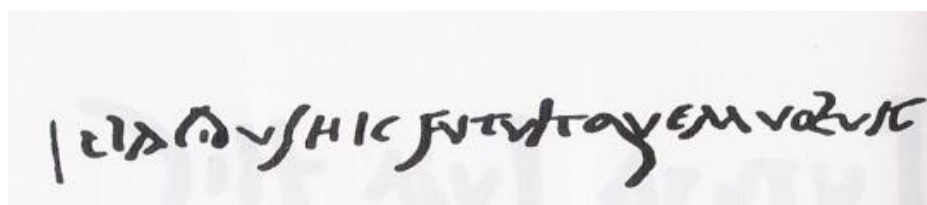


Figure 08

Some graffiti are clearly propitiatory: *'bene valeas qui bene futues'* (you are in good shape if you are a good fucker) (CIL IV, 2274) (Väänänen, 1937: 36). The same interpretation applies to an inscription by a woman: *'fututa sum hic'* (I was fucked here) (CIL IV, 2217, FIGURE 09). Adams (1987: 120) commented on this graffito by remarking that 'it is not the sort of remark one would expect from a person who considered that she had been the victim of a humiliating act'. This assumption is correct, but we do not believe that this represents a 'neutral use of the word' (Adams, 1987: 120). If the *fututio* was deemed an act that brought good luck, it is only natural that both males and females would have used the word to protect themselves from evil. This hypothesis is strengthened by a number of graffiti that refer to women as 'female fuckers'. A Latin inscription in Greek script refers to *'Mola phoutoutris'* (Mula the fucker) (CIL IV, 2204, FIGURE

⁷ For a different interpretation, see Adams, 1987: 121.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

10),⁸ while a Latin one mentions ‘*Miduse fututrix*’ (Miduse the fucker) (CIL IV, 4196, FIGURE 11). It appears that the only reasonable explanation for these inscriptions is that *fututio* was a praiseworthy activity when it came to men and women alike.

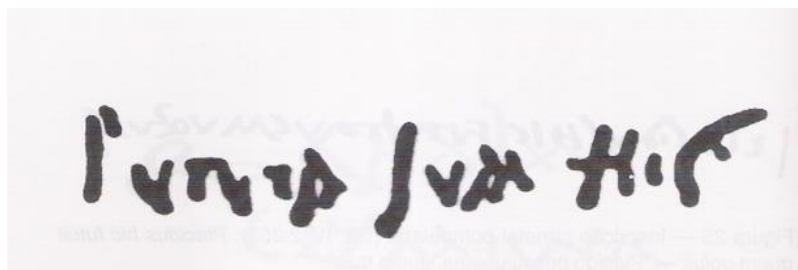


Figure 09

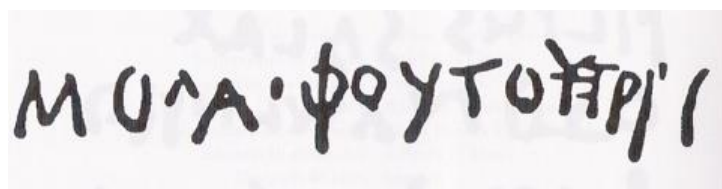


Figure 10

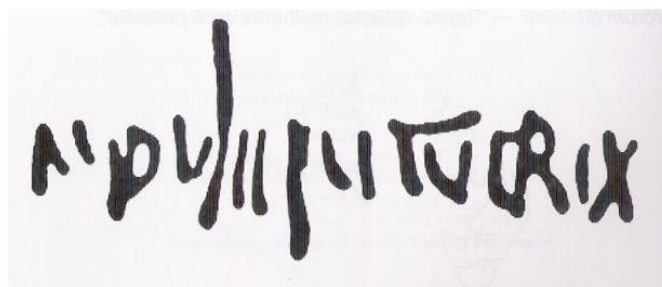


Figure 11

A poorly spelled graffito provides interesting evidence of the popular use of references to sexual intercourse as a device for bringing good luck: ‘*filius salax qud tu mulieriorum difutuisti*’ (Lustful lad, how many women have you fucked!) (CIL IV, 5213, FIGURE 12). A number of vulgarisms in the phrase make its interpretation difficult, yet it does not seem likely that *filius salax* (literally, ‘youngster fond of leaping’) was meant to be pejorative (*contra* Adams, 1987: 206). Considering that the adjective *salax* was used mostly in

⁸ Cf. Dubuisson, 1992: 189.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

reference to male animals, its reference to a boy can be explained by the fact that the writer was most likely a very humble person, probably acquainted with country slang. This could also explain the use of *filius* (son) as 'lad' (Väänänen, 1937: 191). There are other references to good or bad luck as a result of *fututiones*. The well-known Floronius inscription is a case in point: '*Floriuns binet ac miles leg. vii hic fuit, neque mulieres scierunt, nisi paucae, et ses, erunt*' (Floronius, fucker and soldier of the seventh legion, was here <sc. an inn> and no women realise the fact...but they were only six and so they would be too small a number <sc. for this boastful male>) (CIL IV, 8767) (Funari, 1993: 134). Floronius' intention in this graffito was to protect himself from the bad luck that might result from abstinence, and he did so by referring to himself as a fucker ('*binetas*', in Greek) and thus by reasserting his sexual capacity.

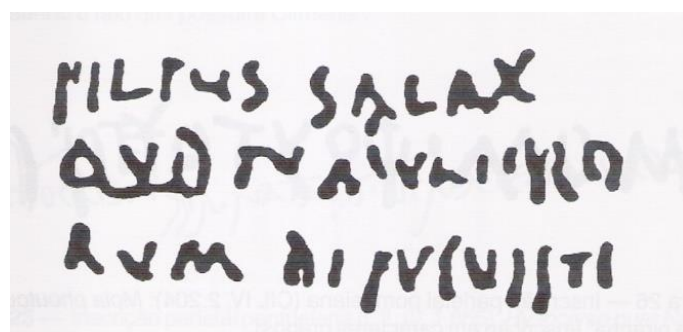


Figure 12

Is it possible to conclude from these examples that explicit references to sexual intercourse were apotropaic? There is no easy answer to this question, but we would like to emphasise that recent research on archaeology and sexuality allows us to seek less normative approaches to graffiti. As Voss and Schmidt have argued (2000), we should view sexuality in the past as interconnected with social and cultural systems. With this in mind, we believe that studying graffiti on their material support and in their proper context may help us understand Roman sexuality and daily life in their full diversity of meanings. That the phallus was imbued with deeply religious connotations and served as an actual apotropaic symbol is widely recognized. On the other hand, the widespread use of references to sexual intercourse by ordinary people has generally gone unexplained. Such practices cannot be imputed to natural sexual desire alone (Bing; Cohen, 1991: 1). On the other hand, it is easy to understand that if fertility lay at the root of the magic properties attached to phallic representations, then the popularity of references to sexual intercourse would be clearer. Years ago, Pierre-Grimal (1943/1969: 47-49)

was keen to stress that fertility cults were common not among elites but rather among 'freedmen, slaves, very ordinary people'. Concerns with bad luck and the evil eye were also thought to be typical of humble people by Jordan (1990: 438). In popular religious culture (Kuenzel, 1992: 1055), there is no reason not to suppose that *fututiones* were associated with the phallus and that sexual intercourse and phallic references were linked to both fertility and good luck. The '*religion des gens incultes*' (religion of uncultivated people) (Gourevitch, 1991: 49), though difficult to grasp, is surely evident in old Roman cursive inscriptions written in vulgar Latin⁹.

The ubiquity of references to sexual intercourse on Pompeian wall graffiti is striking, and the terms referring to it evoke related subjects such as '*fructus*' (enjoyment) (e.g. CIL IV, 2245) and '*felicitas*' (happiness, luck) (John, 1982: 65) (e.g. CIL IV, 1454). Gestures are a clear indication of the association between sexual intercourse and protection against evil influences, as indicated by the use of fingers to mimic sexual intercourse¹⁰. Ritual obscenity, bawdy wedding songs and other fertility and apotropaic ceremonial acts should thus not be set apart from ordinary sexual references. It seems reasonable to suppose that the daily use of sexual language, as represented in graffiti, was the result of the apotropaic properties associated with both sexual intercourse itself and oral and written references to it. For unprotected ordinary people subject to the manifestation of evil in the form of illness, poverty, and hunger, spelling out sexual words could at least have been an affordable way of warding off bad luck.

Concluding Remarks

To conclude, we would like to stress that our choice of apotropaic graffiti as a case study originates from our belief that this type of graffiti may challenge common modern perceptions and help scholars in their quest to seek alternative meanings of material culture and to rethink theories and methods as well as interpretations of past societies. If we associate such queries with the variety of material supports and contexts of writings evidenced in epigraphy, we may capture Roman epigraphic habits in their multiplicity and reconsider the idea of the Latin language as restricted to certain members of the elite. By choosing not to centre our perception of writing on canonical texts or official monuments, but rather on the walls of theatres, houses, and brothels, we can observe the proper logic of

⁹ Cf. Vossler, 1954: 49.

¹⁰ Cf. Ov. *Fast.* 5.433.

apotropaic symbolism while avoiding the notion of cultural transference, whether from Romans to natives or from the elite to common people.

Considering this approach, we believe that material culture – here represented by walls and columns – plays a unique role in telling the stories of people who are invisible or misrepresented in written sources, and that it can help us better understand how common men and women lived under or were affected by Roman power. Our intent here, therefore, has been to examine the ways in which the archaeological record, particularly epigraphy, when set in its proper material context, can suggest new approaches for studying the Roman Empire, ancient sexuality, and religious symbolism. As sexuality and religious perceptions are ephemeral and their meaning may change over time, their transitory nature requires the development of new theoretical approaches. Since apotropaic graffiti refer to diverse experiences and, when materialized, can become sites of memory, we suggest that they can help us better understand those members of society whose desires and worldviews have not always been visible.

In this sense, as Funari has already observed (1986), Pompeian graffiti represent a field open for exploration. If one considers these inscriptions in their spatial context, it becomes possible to approach the Roman world in a more pluralistic way. The apotropaic graffiti discussed here are just one example, but they reveal the potential of the social and cultural aspects of written spaces which are seldom studied. Apotropaic graffiti also challenge scholars' silence on less traditional subjects and shed light on numerous forms of social interaction. In other words, apotropaic graffiti can help us think about imperial effects in a less monolithic manner.

Acknowledgments

We extend our gratitude to Alan Bowman, Catherine Johns, Sian Jones, Lourdes Feitosa, Martin Hall, Richard Hingley, Ian Hodder, Ray Laurence, José Remesal, Michael Shanks, Greg Woolf, the State University of Campinas, Paraná Federal University, Universitat de Barcelona, British Academy, Brazilian National Science Foundation (CNPq), São Paulo State Science Foundation (FAPESP), CAPES. The ideas expressed here are our own and we are solely responsible for them.

Abbreviations for editions of primary sources

CIL *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Berlin, 1863–).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

Secondary works

ADAMS, James Noel. *The Latin Sexual Vocabulary*. Londres: Duckworth, 1987.

ALFÖLDY, Geza. La cultura epigráfica de los romanos: la diffusion de un medio de comunicación y su papel en la integración cultural. In: REMESAL RODRIGÉS, Jose et al. (eds). *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Barcelona: Universitat Barcelona, 2003, p. 137-149,

BAIRD, Jennifer; TAYLOR, Claire (eds). *Ancient Graffiti in Context*. Nova York: Routledge, 2011.

BARBET, Alix. La représentation des gladiateurs dans la peinture murale romaine. In: *Les gladiateurs: Lattes, 26 mai-4 juillet 1987; Toulouse, 13 juillet-début septembre 1987: exposition / conçue et réalisé par le Musée archéologique de Lattes*. Lattes: Imago, 1987, p. 69-74.

BING, Peter; COHEN, Rip (eds). *Games of Venus. An Anthology of Greek and Roman Erotic Verse from Sappho to Ovid*. Londres: Routledge, 1991.

BOARDMAN, John. The Phallos-Bird in Archaic and Classical Greek Art. *Revue Archéologique*, 2, 1992, p. 227-242.

BOWMAN, Alan; WOOLF, Greg (eds). *Literacy and Power in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CANTARELLA, Eva. *Secondo natura*. La bisessualità nel mondo antico. Roma: Riuniti, 1988.

CEBE, Jean-Pierre. *La caricature et la parodie dans le monde romain antique des origines à Juvenal*. Paris: De Boccard, 1966.

DUBUISSON, Michel. Le Grec à Rome à l'époque de Cicéron. Extension et qualité du bilinguisme, *Annales*, 1, 1992, p. 187-206.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. Cultura(s) dominante(s) e cultura(s) subalterna(s) em Pompéia: da vertical da cidade ao horizonte do possível. *Revista Brasileira de História*, 7, (13), 1986, p. 33-48.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

FUNARI, Pedro Paulo. *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo. Dressel 20 Amphora Inscriptions Found at Vindolanda: The Reading of the Unpublished Evidence. In: MAXFIELD, Valerie; DOBSON, Michel (eds). *Roman Frontier Studies 1989: Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: University of Exeter Press, 1991, p. 65-72.

FUNARI, Pedro Paulo. Graphic Caricature and the Ethos of Ordinary People at Pompeii. *Journal of European Archaeology*, 2, 1993, p. 131-148.

FUNARI, Pedro Paulo. Bretanha romana – Estudos recentes sobre a Arqueologia da Bretanha romana. *Revista de História da arte e Arqueologia*, 1, 1994, p. 249-252.

FUNARI, Pedro Paulo. O pensamento popular nas inscrições parietais pompeianas. *Boletim do Centro do Pensamento Antigo*, 16, 2003, p. 101-118.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. 2ª Edição revisada e ampliada. Curitiba: Editora da UFPR, 2021.

GARRAFFONI, Renata Senna. Gladiators Daily Lives and Epigraphy: A Social Archaeological Approach to the Roman *munera* During the Early Principate. *Nikephoros: Zeitschrift für Sport und Kultur im Altertum*, 21, 2008, p. 223-241.

GARRAFFONI, Renata Senna; LAURENCE, Ray. Writing in Public Space from Child to Adult: The Meaning of Graffiti. In: SEARS, Gareth; KEEGAN, Peter; LAURENCE, Ray (eds). *Written Space in the Latin West, 200BC to AD300*. Londres: Bloomsbury, 2013, p. 123-134.

GARRAFFONI, Renata Senna; SILVA, Lorena Pantaleão. O feminino adentra a arena: mulheres e a relação com o as lutas de gladiador na Roma imperial. *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 15, 2010, p. 61-83.

GARRAFFONI, Renata Senna; FUNARI, Pedro Paulo. Reading Pompeii's Walls: A Social Archaeological Approach to Gladiatorial Graffiti. In: WILMOTT, Tony (ed.). *Roman Amphitheatres and Spectacula: A 21st Century Perspective*. Oxford: Archaeopress, 2009, p. 185-193.

GARRAFFONI, Renata Senna. Subaltern masculinities: Pompeian graffiti and excluded memories in the early Principate. In: COURRIER, Cyril; OLIVEIRA, Julio César Magalhães de (eds.). *Ancient History from below –*

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 19-41.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15467

subaltern experiences and actions in context. Londres: Routledge, 2022, p. 175-192.

GICHON, Moderchai. Who Were the Enemies of Rome on the Limes Palestinae ?. *Studien zu den Militärgrenzen Roms III: 13. Internationaler Limeskongress, Aalen 1983. Vorträge*, Stuttgart: Kommissionsverlag K. Theiss, 1986, p. 584-592.

GILMORE, David. Men and Women in Southern Spain: "Domestic Power" Revisited. *American Anthropology*, 92 (4), 1990, p. 953-970.

GOLD, Barbara. But Ariadne Was Never There in the First Place: Finding the Female in Roman Poetry. In: RABINOWITZ, Nancy; RICHLIN, Amy (eds). *Feminist Theory and the Classics*. Londres: Routledge, 1993, p. 75-101.

GOUREVITCH, Aaron. La science historique et l'anthropologie. *Sciences Sociales*, 3, 1991, p. 113-138.

GRIG, Lucy. Approaching Popular Culture in the Ancient World. In GRIG, Lucy (ed.). *Popular Culture in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 1-36.

GRIMAL, Pierre. *Les Jardins romains*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

HUGONIOT, Christophe. Saint Augustin et les spectacles de l'amphithéâtre en Afrique romaine. *Histoire de l'Art*, 17/8, 1992, p. 11-21.

JOHNS, Catherine. *Sex or Symbol, Erotic Images of Greece and Rome*. Londres: British Museum Publications, 1982.

JORDAN, David. Curses From the Waters of Sulis. *Journal of Roman Archaeology*, 3, 1990, p. 437-441.

KEEGAN, Peter. Blogging Rome: Graffiti as Speech-Act and Cultural Discourse. In BAIRD, Jennifer; TAYLOR, Claire (eds). *Ancient Graffiti in Context*. Nova York: Routledge, 2011.

KUENZEL, Rudi. Paganisme, syncrétisme et culture religieuse populaire au Haut Moyen Age, réflexions de méthode. *Annales*, 4-5, 1992, p. 1055-1069.

LAMBERTERIE, Charles de. Le verbe *binein* et le nom de la Femme. *Revue de Philologie*, 65, (1), 1991, p. 149-160.

LANGNER, Martin. *Antike Graffitizeichnungen – Motive, Gestaltung und Bedeutung*. Wiesbaden: Ludwig Reichert, 2001.

LOPES BARJA, Pedro. *Epigrafia Latina*, Santiago: Tórculo Artes Gráficas, 1987.

MACMULLEN, Ramsay. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, 103, 1982, p. 233–246.

MACMULLEN, Ramsay. *Changes in the Roman Empire*. Essays in the Ordinary. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MEYER, Elizabeth. Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs. *Journal of Roman Studies*, 80, 1990, p. 74–96.

MONTERO, Enrique. *El Latín erótico. Aspectos léxicos y literarios (hasta el siglo I d.C.)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1991.

PINA-CABRAL, João de. Tamed Violence: Genital Symbolism in Portuguese Popular Culture. *Man, New Series*, 28 (1), 1993, p. 101–120.

RICHLIN, Amy. *The Garden of Priapus. Sexuality and Aggression in Roman Humor*. Nova Haven: Yale University Press, 1983.

SABBATINI TUMOLESI, Patrizia. *Gladiatorum paria: annunci di spettacoli gladiatorii a Pompei*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1980.

SABBATINI TUMOLESI, Patrizia. *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente romano. 1, Roma*. Roma: Edizioni Quasar, 1988.

SAVUNEN, Liisa. Women and Election in Pompeii. In: HAWLEY, Richard; LEVICK, Barbara (eds). *Women in Antiquity: New Assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1995, p. 194–206.

SHANKS, Michel; HODDER, Ian. Processual, Postprocessual and Interpretive Archaeologies. In: WHITLEY, David (ed.). *Reader in Archaeological Theory: Post-processual and Cognitive Approaches*. Londres: Routledge, 1998, p. 69–94.

TUPET, Anne-Marie. Rites magiques dans l'antiquité, romaine. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, 16, (3), 1986, p. 2591–2675.

UCKO, Peter J. Archaeological Interpretation in a World Context. In: UCKO, Peter J. (ed.). *Theory in Archaeology: A World Perspective*. Londres: Routledge, 1995, p. 1–27.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*, [ser.] B. XL, 2. Helsinki: Annales Academiae scientiarum fennicae, 1937.

VAN DOMMELEN, Peter. Colonial Constructs: Colonialism and Archaeology in the Mediterranean. *World Archaeology*, 28, (3), 1997, p. 305–323.

MAULUCCI VIVOLO, Francesco Paolo. *Pompei: i graffiti figurati*. Foggia: Bastogi, 1993.

VOSS, Barbara; SCHMIDT, Robert. Archaeologies of Sexuality: An Introduction. In: VOSS, Barbara; SCHMIDT, Robert (eds). *Archaeologies of Sexuality*. Londres; Nova York: Routledge, 2000, p. 1–32.

VOSSLER, Karl. *Einführung ins Vulgärlatein*. Munich: Hueber, 1954.

WEEBER, Karl-Wilhelm. *Panem et circenses: Massenunterhaltung als Politik im antiken Rom*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 1996.

WILLIAMS, Craig. *Roman Homosexuality. Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity, Ideologies of Desire*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E NUMISMÁTICA: AS REPRESENTAÇÕES NO IMPÉRIO ROMANO TARDIO

Cláudio Umpierre Carlan¹

Resumo

O artigo começa com uma descrição da iconografia como documento histórico. A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, em sua grande maioria analfabeto, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política. Como *corpus* principal, apresentaremos a coleção numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, importante acervo arqueológico brasileiro, ainda pouco estudado.

Palavras-Chaves

Moeda; poder; Roma; iconografia.

¹ Professor Doutor – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: carlanclaudio@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

Abstract

The article begins with a description of the iconography as document history. The image in Antiquity had a specific function: to present a particular social group, mostly illiterate, something that represented the edge of power. She not only legitimized an emperor or king, was a kind of propaganda. As a main corpus, we will present the numismatic collection of the National Museum of History, Rio de Janeiro, important archaeological collection Brazilian yet understudied

Keywords

Money; power; Rome; iconography.

Introdução

A utilização das moedas como fonte não é novidade. Não pretendemos aqui explorar todos aqueles que trilharam esse caminho, mas citaremos alguns autores que trabalharam com tal documentação. Quanto a nós, analisaremos a propaganda política representada pela iconografia, através de uma análise simples de conteúdo, tratando de identificar as conotações tanto históricas, quanto estéticas.

O homem, durante a sua passagem pelo planeta, desenvolveu diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência. Nesse sentido, a representação imagética, presente nos anversos e reversos monetários procurou ser universal, legitimando diversos regimes políticos.

A moeda, como documento, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético.

A impressão iconográfica das peças monetárias, deixando-se de lado as inscrições, revela figuras diversas: animais, vegetais, brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados.

A sociedade contemporânea dificilmente pode ligar a moeda a um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda.

O primeiro informava-o a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

Geralmente, estas figuras referem-se ao local de cunhagem e à respectiva autoridade, designada de um modo claro para os seus contemporâneos por uma figura, uma atitude, ou atributos cujos significados hoje muitas vezes nos escapam.

Moedas e o estudo da Antiguidade Tardia

Apesar de não haver criações notáveis no período conhecido como Antiguidade Tardia, sobre as representações numismáticas, devemos citar que muitos reversos exibem o tema das portas de cidades, uma maneira dos imperadores demonstrarem seu interesse em manter a segurança da população quanto aos ataques “bárbaros”. As duas únicas exceções, de acordo com Gomes Marques, são as portas de Trêves, em um sólido de Constantino; e um medalhão que representa os portões de Londres, de Constâncio II (Marques, 1982: 133).

Existe uma controvérsia quanto a esta afirmação de Gomes Marques. Sears concorda com ele, identificando o anverso como os portões de Londres. Cohen afirma ser um campo militar ou praça forte. Dezesesseis das dezoito peças do acervo do MHN apresentam essa representação, uma estrela que, segundo RIC (Roman Imperial Coinage) e o próprio Cohen (Cohen, 1892: 437), identifica as moedas cunhadas no Oriente. Ao analisarmos os respectivos exergos ou linha de terra, achando ARLQ (Arles), RΩQ (Roma), SAMNTH (Antioquia), SMHA (Heracleia), SMNE (Nicomédia), SMKT (Sisico) entre outras, concordamos com os autores acima citados.

A partir do século III começa a haver uma variação das amoedações que trazem edifícios ou construções militares como tema. Neste caso devemos destacar uma certa originalidade da cunhagem, pois não foram encontradas outras representações iguais nas coleções referentes ao século IV, tanto no MHN como nos catálogos mais antigos por nós pesquisados.



Imagem 01: foto de Cláudio Umpierre Carlan, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

Moeda do Imperador Constâncio II, filho e herdeiro político de Constantino I, o grande. Peça de bronze, denominada AE3, cunhada entre os anos de 324 e 337, em Nicomédia (exergo ou linha de terra SMNE, segunda casa monetária). Excelente visualização tanto do anverso quanto do reverso. No anverso, a legenda FL IVL CONSTANCIVS NOB C (Flávio Júlio Constâncio Nobilíssimo Cêsar, o título nobilíssimo era destinado aos

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

membros da família imperial). Os detalhes do cabelo, manto e diadema estão muito bem representados. No reverso, aparece uma representação de construção, fortaleza ou catedral, com duas torres circulares e uma estrela logo acima. Segundo Cohen seria parte de um campo militar aberto. Gomes Marques acrescenta que, tanto as peças de Constâncio II como a de seu pai, Constantino, são as que melhor representam os temas que envolvem as construções.

Estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1.01mm, peso de 2.17g, alto reverso 11 horas.

Muito desses *generais/governantes* permitiram o ingresso dos povos germanos, vulgarmente chamado de bárbaros, nas fronteiras imperiais. Porém, tinham que cultivar a terra, servir no exército romano, comandados por seus chefes, e vigiar as fronteiras. Mesmo assim, Aureliano, preocupado com quantidade de povos que entravam no império, mandou construir uma rede de fortificações, que servirá de modelo para os povos vindouros. Como podemos analisar na representação a seguir:



Imagem 02: foto de Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007.

Portão São Paulo, Muralha de Aureliano, Roma, Itália. Muralha construída pelo Imperador Aureliano (214 ou 215 – 275), para impedir as invasões dos povos bárbaros. Dos 19 km originais, sobreviveram aproximadamente 12km. As paredes eram de 3,5 m de espessura, por 8 m de altura. Durante o governo do Imperador Honório (384 – 423), foram construídas as torres circulares (característica da Antiguidade Tardia) e ampliada a altura dos muros para 16 m. Inicialmente o portão recebeu o nome de Ostiense, porque era caminho do comércio para porto de Óstia (ânforas de vinho e azeite), via rio Tibre. Mais tarde, foi rebatizado de São Paulo. A frente do portão está na mesma direção que a Basílica de São Paulo, na mesma avenida. Hoje, localizada próxima a Estação Ostiense, no bairro de Testaccio, construído por Mussolini para abrigar a classe operária.

De acordo com o *Dicionário de Semiótica*, o significado do termo “construção”, aparece como um sinônimo de “artificial” opondo-se à “natural”, uma referência à ação do homem que transforma a natureza (Greimas; Courtés, 1979: 80). Em uma política imperial no qual a moeda tem um grande poder de circulação, os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento da obra realizada pelo seu governante. Além disso, ainda há o significado da segurança representada pela própria fortificação.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas com as imagens de anverso e reverso. Ocorrendo assim a união escrita / imagem. O receptor daquela peça, saberia identificar o seu governante, suas mensagens simbólicas. Existiam todas as espécies de signos, figuras geométricas, signo de pontuação, astros, animais, vegetais, brasões, que levavam uma mensagem governante / governado, ao vasto mundo romano.

Nas representações políticas a riqueza iconográfica está mais destacada no período da tetrarquia, mas não negligenciaremos os outros períodos da História Romana. Como exemplo, *PROVIDENTIA DEORVM, IOVI / HERCVLES* (Diocleciano e Maximiano juntos), *VIRTVTI AVGG, PAX* (figura feminina), *PRINCI A INVENTVTIS, BEATA* (Altar com os votos nas amoedações de Crispus), *PROVIDENTIA CAESS* (campo militar ou fortaleza, Constantino I e II, Constâncio II, Galo, Constante, Valentiniano I), a loba amamentando Rômulo e Remo (sem legenda, Constantino), *PROVIDENTIA AVGG* (campo militar, Licínio), *IOVI / CAESAR, VIRTVS* (Licínio filho), *CASTOR / POLVX* (Maxêncio); templo com a cúpula redonda, sem legenda, cunhado após à morte do filho de Maxêncio, Rômulo, ainda criança (alusão a nomeação de César no anverso).

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Ou seja, aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospecto de uma sociedade. Ela testemunha determinadas relações culturais importante para o historiador. Mas também não podemos esquecer que a moeda como documento, não é reflexo de um simples aquecimento econômico, e sim trata-se de outro acontecimento paralelo. Uma materialidade, constituída por camadas sedimentares de interpretações: “o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento (Jenkins, 2001: 11).

Infelizmente, em alguns centros acadêmicos brasileiros continuam presos ao modelo positivista e historicista do século XIX: “sem documentação textual, não existe História”. Esse pensamento prejudica tanto o trabalho sobre Mundo Antigo, quanto os estudos em Brasil Colônia, períodos em que a documentação escrita é mais rara e complexa. Assim, muitos jovens e promissores pesquisadores são afastados da Antiguidade, sendo obrigados a se adaptarem em outra linha de pesquisa, de preferência História do Brasil, séculos XIX e XX.

Muitas vezes esquecemos a ampliação da noção de documento, defendida pela Escola dos Annales, em 1930, descritas no livro *Combate pela História* Lucien Febvre:

...A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem... (Febvre, 1985: 249).

Em contrapartida, possuímos no Brasil, uma grande quantidade de documentação, iconográfica ou não, referente à Antiguidade Clássica. Há um imenso leque de ação para os jovens pesquisadores que querem trilhar por esse caminho. Muitas vezes nós professores desestimulamos ou ensinamos o caminho errado para os nossos alunos. Escolhemos o mais prático e fácil para eles, ou para nós. Indicamos um site na Internet ao invés da coleção de um museu. Tenho observado em muitos congressos, alunos apresentando imagens de sites poucos confiáveis, sem identificá-los adequadamente. Enquanto que a coleção do Museu Histórico Nacional, por exemplo, permanece fechada, pouco conhecida pelo mundo acadêmico.

Considerações Finais

O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas. O poder não é característico de uma classe ou de uma elite dominante, nem pode ser atribuído a uma delas. Para Foucault o poder é uma estratégia atribuída as funções. O poder não se origina nem na política, nem na economia, e não

é ali que se encontram suas bases. Ele existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos sociais. O poder não se reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos é a constatação que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (Hunt, 1995: 46).

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Nesse caso, a numismática conserva um fragmento da história do homem e, segundo Frère:

...se coloca hoje como uma disciplina científica através da qual podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade...É uma ciência que tira da aridez do seu estudo grandes subsídios históricos (Frère, 1984: 11).

No Brasil o estudo da História Antiga sempre ficou legado a um segundo plano. Um local de pouca importância direcionada apenas pelo romantismo e curiosidade sobre civilizações exóticas a muito “desaparecidas”. O cinema tratou de reforçar esse romantismo exacerbado sobre o tema. Amor e aventura em um mundo perfeito, sem pobreza, miséria, fome. Apenas homens musculosos e mulheres curvilíneas (Carlan, 2008: 23).

Nas Universidades a ênfase e o maior destaque (principalmente verbos) são direcionados para as ciências exatas. Humanas, apenas relacionadas com Brasil. Por que estudar Antiguidade num país que não teve contato direto com as civilizações orientais e clássicas? Não “existem” documentos, leia-se fontes primárias, em nosso país que retratam esses povos? Qual estudante e pesquisador em Antiguidade que nunca ouviu essas críticas.

Esquecem da grande influência dessas civilizações na nossa sociedade contemporânea. Muitos costumes, cuja origem nem mais lembramos, estão ligados diretamente a esses povos. A língua (latim), as leis (Direito Romano), nas artes, nos ditados populares (gosto não se discute / tradução do provérbio latino *de gustibus non est disputandum*) (Funari, 2003: 96), o noivo que carrega a noiva nos braços (alusão ao rapto das Sabinas por

Rômulo). Enfim, uma civilização que deixou uma série de heranças, enraizadas em nós e na nossa sociedade.

Agradecimentos:

Aos amigos e mentores Pedro Paulo Funari, Filipe Silva e Carlos Fabião, pela oportunidade de trocarmos ideias: a Filipe Silva, Rachel dos Santos Funari, José Remesal, Ciro Flamarion Cardoso (in memoriam); ao apoio institucional da UNIFAL-MG, FAPEMIG, CEIPAC, CAPES e CNPQ.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Fontes Numismáticas

Acervo Numismático do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Coleção referente aos Imperadores, *Augustus e Césares*, Imperatrizes e Usurpadores dos séculos III e IV. Moedas do Imperador Constâncio II. Medalheiro de Número 3; Lotes Números: 11 ao 37, dando um total de 1828 peças.

Referências

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Antiguidade Clássica e Numismática: representações e pesquisas no ensino fundamental*. In: CHEVITARESE, André; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida Oliveira (Orgs.). *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda e Poder em Roma: um mundo em transformação*. São Paulo: Annablume, 2013.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo*. Ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo. Itu: Ottoni Editora, 2003.

COHEN, Hernry. *Description Historique des Monnaies. Frappés Sous L'Empire Romain*. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892.

FRÈRE, Hubert. *Numismática*. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2a. ed. Tradução de Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A Vida Cotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A Renovação do Ensino de História Antiga*. In: KARNAL, Leandro (org.). *História em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos didáticos n. 62. Campinas: UNICAMP; IFCH, 2007.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tieko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNGE, Ewald. *The Seaby Coin Encyclopaedia*. Second impression with revisions. London: British Library, 1994.

KENT, J.P.C. *Roman Coins*. Photographs by Max and Albert Hirmer. Department of Coins And Madals the British Museum. London: Thames and Hudson, 1978.

MARQUES, Mario Gomes. *Introdução à Numismática*. 1a. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. MATTINGLY, Harold; SUTHERLAND, C. H. V.; CARSON, R. A. G. (Eds). V. VI, VII, VIII. London: Spink and Sons Ltda, 1983.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

HISTORY, ARCHEOLOGY AND NUMISMATICS: REPRESENTATIONS IN THE LATE ROMAN EMPIRE

Cláudio Umpierre Carlan¹

Abstract

The article begins with a description of the iconography as document history. The image in Antiquity had a specific function: to present a particular social group, mostly illiterate, something that represented the edge of power. She not only legitimized an emperor or king, was a kind of propaganda. As a main corpus, we will present the numismatic collection of the National Museum of History, Rio de Janeiro, important archaeological collection Brazilian yet understudied

Keywords

Money; power; Rome; iconography.

¹ Assistant Professor – Federal University of Alfenas, Minas Gerais, Brazil. E-mail: carlanclaudio@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

Resumo

O artigo começa com uma descrição da iconografia como documento histórico. A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, em sua grande maioria analfabeto, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política. Como *corpus* principal, apresentaremos a coleção numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, importante acervo arqueológico brasileiro, ainda pouco estudado.

Palavras-Chaves

Moeda; poder; Roma; iconografia.

Introduction

The use of coins as a source is nothing new. We do not intend here to explore all those who have followed this path, but we will cite some authors who have worked with such documentation. As for us, we will analyze the political propaganda represented by iconography, through a simple content analysis, trying to identify both historical and aesthetic connotations.

Man, during his passage through the planet, developed several symbolic forms, both artistic and linguistic, expressed by his consciousness. In this sense, the imagery representation, present on the obverses and reverses of currency, sought to be universal, legitimizing various political regimes.

The currency, as a document, can inform about the most varied aspects of a society. Both political and state, as juridical, religious, mythological, aesthetic.

The iconographic impression of the monetary pieces, leaving aside the inscriptions, reveals different figures: animals, plants, coats of arms, objects, buildings and more or less stylized emblems.

Contemporary society can hardly link currency to a means of communication between distant peoples. To the possessor of a certain foreign currency, it spoke to him by the noble metal or not in which it was minted, by the type and by the legend.

The first informed him of the wealth of a kingdom and the other two elements told him something about art, that is, the greater or lesser technical improvement used in the manufacture of circulating currency, about the issuing power and, above all, about the ideology. political-religious that gave him the body. It is within this last aspect that we intend to explore the numismatic source.

Generally, these figures refer to the place of minting and the respective authority, clearly designated for their contemporaries by a figure, an attitude, or attributes whose meanings today often escape us.

Coins and the study of Late Antiquity

Although there are no notable creations in the period known as Late Antiquity, about numismatic representations, we should mention that many reverses display the theme of city gates, a way for the emperors to

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 43-52.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15473

demonstrate their interest in keeping the population safe from “barbaric” attacks. The only two exceptions, according to Gomes Marques, are the doors of Trèves, in a solid of Constantine; and a medallion representing the gates of London, by Constâncio II (Marques, 1982: 133).

There is controversy regarding this statement by Gomes Marques. Sears agrees with him, identifying the obverse as the gates of London. Cohen claims to be a military camp or stronghold. Sixteen of the eighteen pieces in the MHN collection feature this representation, a star that, according to RIC (Roman Imperial Coinage) and Cohen himself (Cohen, 1892: 437), identifies coins minted in the East. When analyzing the respective exerges or land line, finding ARLQ (Arles), R□Q (Rome), SAMNTH (Antioch), SMHA (Heraclea), SMNE (Nicomedia), SMK□ (Sisico) among others, we agree with the authors above.

From the 3rd century onwards, there began to be a variation of coins that brought buildings or military constructions as a theme. In this case, we must highlight a certain originality of the coinage, as no other similar representations were found in the collections referring to the 4th century, both in the MHN and in the oldest catalogs researched by us.



Image 01: photo by Cláudio Umpierre Carlan, National Historical Museum, Rio de Janeiro, 1998.

Coin of Emperor Constantius II, son and political heir of Constantine I the Great. Bronze piece, called AE3, minted between the years 324 and 337, in Nicomedia (exergo or land line SMNE, second currency house). Excellent visualization of both obverse and reverse. On the obverse, the legend FL IVL CONSTANCIVS NOB C (Flávio Júlio Constâncio Nobilíssimo Cêsar, the title most noble was intended for members of the imperial family). The details of the hair, robe and diadem are very well represented. On the reverse, a representation of a building, fortress or cathedral appears, with two circular towers and a star just above. According to Cohen it would be part of an open military camp. Gomes Marques adds that both the pieces by Constâncio II and that of his father, Constantino, are the ones that best represent the themes that involve the constructions.

State of conservation in good condition (BC), diameter 1.01mm, weight 2.17g, high reverse 11 hours.

Many of these generals/rulers allowed the entry of Germanic peoples, commonly called barbarians, to the imperial borders. However, they had to cultivate the land, serve in the Roman army, commanded by their chiefs, and guard the borders. Even so, Aureliano, concerned with the number of peoples that entered the empire, ordered the construction of a network of fortifications, which will serve as a model for future peoples. As we can analyze in the following representation:



Image 02: photo by Cláudio Umpierre Carlan, August 2007.

Saint Paul's Gate, Wall of Aurelian, Rome, Italy. Wall built by Emperor Aurelian (214 or 215 – 275), to prevent the invasions of barbarian peoples. Of the original 19 km, approximately 12 km have survived. The walls were 3.5 m thick by 8 m high. During the government of Emperor Honorius (384 – 423), circular towers were built (characteristic of Late Antiquity) and the height of the walls was increased to 16 m. Initially the gate was named Ostiense, because it was the trade route to the port of Ostia (amphoras of wine and oil), via the Tiber River. It was later renamed São Paulo. The front of the gate is in the same direction as St. Paul's Basilica, on the same avenue. Today, located next to Ostiense Station, in the Testaccio district, built by Mussolini to house the working class.

According to the Dictionary of Semiotics, the meaning of the term “construction” appears as a synonym for “artificial” as opposed to “natural”, a reference to the action of man that transforms nature (Greimas; Courtés, 1979: 80). In an imperial policy in which currency has a great power of circulation, the inhabitants of the vast Roman Empire would become aware of the work carried out by their ruler. In addition, there is still the meaning of security represented by the fortification itself.

These captions were Latin abbreviations, relating to the obverse and reverse images. Thus, the written/image union occurs. The receiver of that piece would know how to identify its ruler, its symbolic messages. There were all kinds of signs, geometric figures, punctuation signs, stars, animals, plants, coats of arms, which carried a ruling/ruled message to the vast Roman world.

In political representations, the iconographic richness is more prominent in the period of the tetrarchy, but we will not neglect the other periods of Roman History. As an example, PROVIDENTIA DEORVM, IOVI / HERCVLES (Diocletian and Maximian together), VIRTVTI AVGG, PAX (female figure), PRINCI A INVENTVTIS, BEATA (Altar with vows on the coins of Crispus), PROVIDENTIA CAESS (military camp or fortress, Constantine I and II, Constantius II, Gallus, Constant, Valentinian I), the she-wolf suckling Romulus and Remus (no caption, Constantine), PROVIDENTIA AVGG (military camp, Licinius), IOVI / CAESAR, VIRTVS (Licinius the son), CASTOR / POLVX (Maxêncio); temple with a round dome, without legend, minted after the death of Maxentius' son Romulus, still a child (allusion to Caesar's appointment on the obverse).

The coin proves to be an excellent source, because from its analysis we find several aspects that cover the series in its entirety. That is, political, state, legal, religious, economic, mythological, aesthetic aspects. Being able to inform about the most varied retrospect of a society. It bears witness to certain cultural relationships important to the historian. But we cannot forget that currency as a document is not a reflection of a simple economic warming, but it is another parallel event. A materiality, constituted by sedimentary layers of interpretations: “the document, is thus, archeologically thought as a monument (Jenkins, 2001: 11).

Unfortunately, in some Brazilian academic centers they remain stuck to the positivist and historicist model of the 19th century: “without textual documentation, there is no history”. This thought impairs both the work on the Ancient World and studies in Colonial Brazil, periods in which written documentation is rarer and more complex. Thus, many young and promising researchers are removed from Antiquity, being forced to adapt to another line of research, preferably History of Brazil, 19th and 20th centuries.

We often forget the expansion of the notion of document, defended by the Annales School in 1930, described in the book *Combate pela História* Lucien Febvre:

...History is made with written documents, without a doubt. When they exist. But it can be done, it must be done without written documents, if there are none. With all that the historian's ingenuity can allow him to use to make his honey, in the absence of the usual flowers. So with words. With signs. With landscapes and tiles. With ways of cultivation and weeds. With moon eclipses and oxen yokes. With stone examinations by geologists and analysis of metal swords by chemists. In a word, with everything that belongs to man, depends on man, serves man, expresses man, signifies the presence, activity, tastes and ways of being of man... (Febvre, 1985: 249).

On the other hand, we have in Brazil a large amount of documentation, iconographic or not, referring to Classical Antiquity. There is an immense range of action for young researchers who want to follow this path. Many times we teachers discourage or teach the wrong way to our students. We choose the most practical and easiest for them, or for us. We recommend a website rather than a museum collection. I have observed in many congresses, students presenting images of unreliable sites, without properly identifying them. While the collection of the National Historical Museum, for example, remains closed, little known by the academic world.

Considerations

Power cannot be apprehended through the study of conflict, struggle and resistance, except in its most restricted manifestations. Power is not characteristic of a ruling class or elite, nor can it be attributed to one of them. For Foucault, power is a strategy assigned to functions. Power originates neither in politics nor in the economy, and that is not where its bases are found. It exists as an infinitely complex network of micropowers, of power relations that permeate all social aspects. Power is not repressed, it also creates. Among all these aspects, the most controversial of all is the realization that power creates the truth and, therefore, its own legitimation. It is up to historians to identify this production of truth as a function of power (Hunt, 1995: 46).

The coinage associated with portraiture and propaganda configured two closely linked aspects in Rome. Coins, in turn, were associated with one and the other, also in a very intimate way. They are not only important tools for establishing the dating of documents and events that have come down to us without their original context, but they are also of great value in our understanding of the images they contain.

In this case, numismatics preserves a fragment of human history and, according to Frère:

...it stands today as a scientific discipline through which many aspects of a given society can be studied...It is a science that draws great historical subsidies from the aridity of its study (Frère, 1984: 11).

In Brazil, the study of Ancient History has always been left in the background. A place of little importance driven only by romanticism and curiosity about exotic civilizations to long “disappeared”. The cinema tried to reinforce this exacerbated romanticism on the subject. Love and adventure in a perfect world, without poverty, misery, hunger. Just muscular men and curvy women (Carlan, 2008: 23).

In Universities, the emphasis and the greatest emphasis (mainly funds) are directed to the exact sciences. Humanities, only related to Brazil. Why study Antiquity in a country that did not have direct contact with oriental and classical civilizations? There are no documents, ie primary sources, in our country that portray these peoples? What student and researcher in antiquity has never heard these criticisms.

They forget the great influence of these civilizations in our contemporary society. Many customs, whose origin we no longer remember, are directly linked to these peoples. The language (Latin), the laws (Roman Law), in the arts, in popular sayings (taste is not discussed / translation of the Latin proverb *de gustibus non est disputandum*) (Funari, 2003: 96), the groom who carries the bride in the arms (alluding to the kidnapping of the Sabine women by Rômulo). In short, a civilization that left a series of legacies, rooted in us and in our society.

Acknowledgment

To friends and mentors Pedro Paulo Funari, Filipe Silva and Carlos Fabião, for the opportunity to exchange ideas: Filipe Silva, Rachel dos Santos Funari, José Remesal, Ciro Flamarion Cardoso (in memoriam); to the institutional support of UNIFAL-MG, FAPEMIG, CEIPAC, CAPES and CNPQ.

Responsibility for ideas rests with the author.

Numismatic Fonts

Numismatic Collection of the National Historical Museum, Rio de Janeiro. Collection referring to Emperors, Augustus and Caesars, Empresses and

Usurpers of the 3rd and 4th centuries. Emperor Constantius II coins. Number 3 Medallion; Lots Numbers: 11 to 37, giving total of 1828 pieces.

References

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Antiguidade Clássica e Numismática: representações e pesquisas no ensino fundamental*. In: CHEVITARESE, André; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida Oliveira (Orgs.). *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda e Poder em Roma: um mundo em transformação*. São Paulo: Annablume, 2013.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo*. Ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo. Itu: Ottoni Editora, 2003.

COHEN, Hernry. *Description Historique des Monnaies. Frappés Sous L'Empire Romain*. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuarent, Éditeurs, 1880-1892.

FRÈRE, Hubert. *Numismática*. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2a. ed. Tradução de Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A Vida Cotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A Renovação do Ensino de História Antiga*. In: KARNAL, Leandro (org.). *História em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos didáticos n. 62. Campinas: UNICAMP; IFCH, 2007.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tiekko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNGE, Ewald. *The Seaby Coin Encyclopaedia*. Second impression with revisions. London: British Library, 1994.

KENT, J.P.C. *Roman Coins*. Photographs by Max and Albert Hirmer. Department of Coins And Madals the British Museum. London: Thames and Hudson, 1978.

MARQUES, Mario Gomes. *Introdução à Numismática*. 1a. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. MATTINGLY, Harold; SUTHERLAND, C. H. V.; CARSON, R. A. G. (Eds). V. VI, VII, VIII. London: Spink and Sons Ltda, 1983.

O MITREU DE *LONDINIUM* E A ESCAVAÇÃO DE DOIS IMPÉRIOS

Renato Pinto¹

Resumo

A descoberta do Mitreu de *Londinium* em 1952 foi um importante marco na reconstrução de Londres após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial. Vindo do mundo helenístico, o mitraísmo chegou à Britânia (*Britannia*), província do Império Romano, no séc. II d.C. já ressignificado, voltado aos militares, mercadores e ricos libertos. O templo dedicado a Mitra foi construído no início do séc. III e durou até meados do IV, simbolizando resistência aos ataques do cristianismo e, possivelmente, sendo reconsagrado a outra divindade. A escavação do templo e os achados arqueológicos no séc. XX no seu interior levaram muitos britânicos a conectar os vestígios de um império da Antiguidade com a ansiedade relacionada aos estertores do seu império moderno. Apesar do sucesso do Mitreu na modernidade, sua trajetória arqueológica é complexa e envolve as pressões imobiliárias de uma grande cidade como Londres e o papel de museus e da iniciativa privada na guarda do patrimônio arqueológico do passado.

Palavras-chave

Britânia (*Britannia*); *Londinium*; Mitreu de *Londinium*; *Mithraeum Bloomberg Space*; Patrimônio arqueológico.

¹ Professor Doutor – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco. E-mail: renato.pinto@ufpe.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

Abstract

The discovery of the *Londinium* Mithraeum in 1952 was a milestone in the reconstruction of London after the bombings of World War II. Coming from the Hellenistic world, Mithraism arrived in *Britannia* in the second century AD, already re-signified, and worshiped by the army, merchants and rich freedmen. The temple dedicated to Mithras was built at the beginning of the third century and lasted until the middle of the IV, symbolizing resistance to the attacks of Christianity and was possibly reconsecrated to another deity. The excavation of the temple and the archaeological finds in the twentieth century in its interior have led many Britons to connect the remains of an ancient empire with the anxiety related to the death throes of their modern one. Despite the Mithraeum's success in modernity, its archaeological trajectory is complex and involves reconstruction issues of a large city like London and the role of museums and the private initiative in guarding the archaeological heritage.

Key-words

Roman Britain (*Britannia*); *Londinium*; *Londinium* Mithraeum; Mithraeum Bloomberg Space; Archaeological Heritage.

Introdução

Aconteceu na primeira vez que visitei Londres, ao final da década de 1990. Foi uma caminhada direcionada a um local *específico*, pois já havia planejado com cuidado o trajeto, uma curta caminhada a partir da estação de metrô Cannon Street. Ao virar à direita na Queen Victoria Street, eu o achei. Simples, de canto, nenhuma estrutura grandiosa. Ao nível da rua. E, ainda assim, *espetacular*. Afinal, foi o primeiro local ligado diretamente à Antiguidade romana que vi em minha vida. Havia uma placa explicativa, modesta e econômica. Mas o impacto foi enorme em mim. Para alguém que desenvolvesse o gosto pelo estudo do mundo romano desde a infância, o momento não poderia ter sido diferente. Aquele lugar remetia a uma existência de 1800 anos anterior ao nosso “encontro”. Não foram as ruínas da cidade de Roma, é verdade, mas foi um vestígio da província mais setentrional do Império. Bastou. O destino, e a vontade, levaram-me a pesquisar, a partir daquele momento, a presença da polissêmica cultura romana na Grã-Bretanha, período tradicionalmente chamado de Bretanha Romana (*Roman Britain*), ou *Britannia* (o nome histórico em latim, e sua possível tradução para o português, Britânia, que usarei aqui, ao longo do texto). Em Londres havia muito mais a ser visto daquele período. Mas não posso deixar de registrar a importância de minha “descoberta” arqueológica da Antiguidade romana: o Templo de Mitra de *Londinium* (*Londinium* é o nome latinizado, usado durante parte da ocupação romana).

Datado do séc. III d.C, o mitreu de Londres (o nome dos templos dedicados ao deus Mitra em latim: *mithraeum*, no singular e *mithraea*, no plural) é um dos mais importantes achados arqueológicos de período romano na cidade, senão o mais importante. Na verdade, as centenas de artefatos encontrados durante sua escavação, em meados dos anos 1950, são, até hoje, a chave para diversas pesquisas a respeito do culto do mitraísmo nas províncias ocidentais do Império Romano. O templo também é chamado por alguns como o “mitreu de Walbrook”, uma referência ao rio que desaguava no Tâmesa e que passava bem ao lado da edificação na Antiguidade. O rio Walbrook foi canalizado e desapareceu da superfície da cidade no séc. XIX. Não há, comprovadamente, outro mitreu em Londres, e em toda a ilha, há poucos locais onde haja consenso sobre a existência de *mithraea*, como o mitreu de Rudchester (*Vindobala*), e o de Carrawburgh (*Procolita*), ambos no Muro de Adriano, ao norte da ilha (Salway, 1993: 509; 525). A forte apreciação do culto a Mitra entre os legionários romanos explica a presença de artefatos ligados ao culto próximo a locais de fortes de fronteiras no império (Elliott, 2021: 11). Mas o mitreu de Londres está posto num contexto bastante urbano. Algo raro

nas províncias do ocidente. Seu tamanho também foge dos padrões de outros *mithraea*.

O mitraísmo já era conhecido há séculos no mundo helenístico e em partes do território romano, oriundo de locais distantes, como a Índia e a Pérsia. Mas, pela porção mais ocidental e setentrional do Império Romano no séc. I d.C., começou seu percurso de expansão, com o dinamismo de um novo fenômeno de difusão. O culto, em sua estada e movimento pelo mundo helenístico e para além dele, sofreu, seguramente, ressignificações no caminho e no tempo. Estas adaptações, transformações e expansões criam um campo muito rico de estudos na Arqueologia e na História, e convidam à grande dedicação às pesquisas sobre tais fenômenos. Não estão no escopo deste texto, contudo. Aqui, pretendo fazer uma breve apresentação do mitreu de Londres, sem a pretensão de qualquer verticalidade sobre o tema do mitraísmo, que é muito amplo e complexo, tampouco esgotar o que se poderia escrever sobre o próprio mitreu em tela. Embora traga algumas informações a partir de obras especializadas em religião antiga e da descoberta, em Londres, desta estrutura do período da Britânia, do séc. II d.C., julgo ser muita ousadia sequer tentar me aproximar dos trabalhos exaustivos sobre o templo e suas múltiplas conexões religiosas na Britânia e no resto do Império Romano. Entre os mais completos trabalhos sobre o templo de mitra em Londres, e sua escavação em 1954, estão o de Jocelyn Toynbee (1986) e o de John Shepherd (1998). Sugiro ao pesquisador que vier a buscar um aprofundamento na história da descoberta e escavação do mitreu de Londres que o faça por meio desses autores citados e de suas obras, para começar.

Neste espaço pretendo apresentar de forma breve o contexto histórico do mitraísmo em Roma e na província da Britânia, e discorrer sobre a estrutura do mitreu de *Londinium*. A história do mitreu na Antiguidade mistura-se a maneira como é ressignificado pela modernidade. Seu percurso enquanto objeto arqueológico é complexo e permanece controverso, abrindo várias veredas para debates a respeito do patrimônio e da expansão das grandes cidades. Aqui, considero importante destacar o papel que a Arqueologia desempenha em sua missão junto ao público, ao apresentar um pouco do trajeto arqueológico do mitreu. Assim, este é um trabalho meramente introdutório e, com alguma sorte, uma pequena contribuição.

Para continuar, é preciso dizer que o mitreu de Londres não está mais lá onde eu o “descobri” há tantos anos. Diga-se, a bem da verdade, que ele nunca deveria ter estado onde eu o vi pela primeira vez. A descoberta e escavação do templo, sob o comando dos arqueólogos galeses William F.

Grimes (também conhecido como Peter Grimes) e Audrey Williams, deu-se em outro local, próximo dali, entre 1952 e 1954. Por razões de reacomodação imobiliária, o templo foi desmontado e levado na década de 1960 para a área da Queen Victoria Street, de maneira pouco cuidadosa, para dar lugar a um edifício de escritórios. Medida que foi, ao menos, melhor do que a simples destruição, por assim dizer. Alguns dos principais objetos encontrados na escavação de 1954, principalmente as estátuas, esculturas e relevos (o famoso pequeno relevo de Mitra Tauróctone citado mais adiante foi achado antes, no séc. XIX), ficaram sob a guarda do Museu de Londres e foram exibidos em um segmento deste museu desde então.

Voltei ao local do mitreu na *Queen Victoria Street* algumas vezes, mas em 2010 encontrei o local com fortes sinais de abandono, com lixo jogado no chão e com a placa de informações grafitada. Estava em péssimo estado de conservação e foi uma visão desoladora. Imaginei que não duraria muito mais. Mas algo logo mudaria radicalmente a situação do mitreu.

O influxo das religiões orientais no Principado

Uma série de religiões de origem oriental avançou, em especial a partir do séc. I d.C., por grandes porções do Império Romano, chegando até as províncias mais ocidentais. Uma boa parte delas trazia mensagens de salvação após a morte, mas, também, a perspectiva de uma vida terrena melhor. Muitas eram religiões de mistérios, comportavam associações (*collegia*) voluntárias e exclusivas, e, por meio de rituais de iniciação, prometiam a vida eterna (Hingley, 2018: 183-4). Em grande medida, rompiam com as tradições religiosas greco-romanas, que preconizam uma relação muito mais contratual entre as divindades e os devotos do que mudanças profundas de fundo espiritual e ético. O cristianismo vem logo à mente, mas havia outras, como o mitraísmo, ou o culto a Deusa Mãe (*Magna Mater*).

Os séculos II e III d.C. viram algumas dessas religiões orientais ganharem crescente influência no lado ocidental do império, depois de terem já passado e se transformado no mundo helenístico. O Mitraísmo seguiu esse padrão. Uma religião de mistérios que teve sua origem na Índia e na Pérsia, e que se espalhou pelo império a partir do século I d.C. sofrendo adaptações nos diversos locais por onde passou, mormente, no mundo helenístico. Aliás, o idioma grego e sua difusão no Império Romano teriam sido fundamentais para a expansão dessas religiões orientais. Eram cultos que se difundiam por meio de uma marcante teurgia, de rituais teatrais, ritos de passagem e da necessidade de encontrar a verdade, que era secreta

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

e deveria ser revelada (*gnosis*). Ofereciam tipos diversos de “renascimentos” (Henig, 1984: 95; Hingley, 2018: 183; 317, n. 139).

Segundo Martin Henig (1984), a oferta de novos benefícios às almas sedentas pela salvação não vinha despida de algumas regras e limitações, contudo. O cristianismo, em tese, não permitia que seus seguidores compartilhassem sua crença em Cristo com outras divindades, mas outras religiões orientais eram mais tolerantes neste quesito. O mitraísmo, por sua vez, não exigia o rompimento entre crenças antigas e a sua adoção, permitindo a inclusão de velhos ritos em seu arsenal litúrgico. As fontes antigas, textuais ou materiais, deixam entrever uma grande complexidade teológica nessas religiões do oriente, mas nem sempre temos todos os detalhes. De fato, de maneira geral, o lado mais intolerante do cristianismo fez do apagamento dessas fontes e tradições uma das suas maiores missões a partir do séc. IV.

Mas nem tudo pôde ser obliterado, felizmente. A movimentação para oeste desses cultos orientais se dá por meio de conversão, também, mas é impossível ignorar a força da influência da presença de mercadores do oriente nas províncias e da chegada de enormes contingentes de escravos daquela região à Península Itálica, por exemplo. Muitos desses escravos ganhavam suas manumissões e, libertos, permaneciam no lado ocidental do Império, desenvolvendo lá algumas de suas tradições religiosas (Henig, 1984: 95; 97). Em outra interpretação difusora, é possível concluir que as legiões romanas estacionadas na região do Danúbio tiveram contato direto com o mitraísmo helenístico, em suas variadas formas litúrgicas. Todos esses elementos podem ajudar a compreender a chegada do mitraísmo ao ocidente, que chega com força suficiente para se instalar e se fixar. O cristianismo ainda demoraria a ter o efeito deletério sobre os chamados cultos pagãos, que seus apologistas tanto desejavam. Foi assim com outras religiões de mistérios, também, ou o culto a Ísis, por exemplo. No entanto, o mitraísmo possuía certas características que o distanciava de muitos dos outros cultos orientais. A principal, era a demanda pela devoção vitalícia a Mitra, num dinamismo que lembrava o comprometimento com o serviço militar. Em vastas regiões do Império Romano, o culto a Mitra se tornou famoso entre jovens oficiais romanos, estrangeiros e mercadores, do Mar Negro à Britânia, do Egito à Germânia (Henig, 1984: 97-101; Hingley, 2018: 183-4).

Como dito, tratava-se de uma religião de mistérios e de iniciações. O terceiro grau era o do *miles*, o do soldado, daí mais um indício da forte ligação com o espírito de corporação dos legionários romanos. As origens de tais tradições ritualísticas estão nas conexões do mitraísmo com a Índia

e a Pérsia. A submissão de Mitra a Ahura Mazda (Zoroastrismo) está documentada na cultura material. Na Avesta, Mitra é o deus da luz, e foi no Império Aquemênida que o mitraísmo sofreu algumas de suas maiores influências e ressignificações (Henig, 1984: 101).

Aos poucos, o mitraísmo se fez conhecer na Roma imperial. As já mencionadas tropas romanas da região do Danúbio, na Panônia, devem ter recebido grande influência do mitraísmo e isso ajuda a explicar a velocidade de difusão do culto a Mitra no período antonino, no séc. II. A crise política e militar do Império Romano do séc. III teria ajudado na promoção de religiões que oferecessem uma maior e mais eficiente conexão entre devotos e suas divindades. A busca por maior introspecção da alma, além de sua própria salvação, e pela manutenção do cosmos em contraponto ao caos, poderiam ser atendidas pelas filosofias de muitas dessas religiões que chegavam do oriente. O mitraísmo poderia oferecer mais entusiasmo e esperança naqueles momentos obscuros. Mitra era a luz, associado ao Sol, chegando, em alguns casos, ao sincretismo com *Sol Inuictus*. E mais: Mitra *indicava* o caminho das trevas até a luminosidade da salvação, o escape do caos para o cosmos. Em uma das suas representações ritualísticas, a de Mitra Tauróctone, o sacrifício do touro criado por Ahura Mazda no início dos tempos representa a destruição de um ser divino para que todas as formas de vida possam então nascer. Mitra era representado de diversas maneiras a partir de suas narrativas de nascimento e de invenção/intervenção cósmica. Entre elas, a forma de Mitra *Saecularis* (senhor dos tempos), nascendo de um ovo (Henig, 1984: 97-99, 101-2). Ainda, em outra conformação, como Mitra *Petra Genatrix*, quando nasce de uma pedra, sendo, então, *petra natus*. Mais uma mostra do grau de enorme complexidade envolvendo o mitraísmo. Mas nossa atenção se centrará, a partir do mitreu de Londres (*Londinium*), tão somente, na representação tauróctone de Mitra. A obra *Religions of Rome* (2000), de Beard, North e Price, oferece material vasto sobre o mitraísmo e é recomendada sua leitura para aprofundamentos no tema.

Na iconografia tauróctone, Mitra entra em uma caverna, onde sacrifica o touro cósmico com uma adaga segurada por sua mão direita. Vestindo um manto e seu famoso barrete frígio, domina o animal apoiando-se sobre seu torso e desfecha o golpe fatal. O sangue gerador de todas as formas de vida, que jorra da ferida mortal, é bebido por um cão e uma serpente, simbolizando as criaturas da terra. A partir de um rito destrutivo, surge a “verdadeira” criação. Contudo, a fim de tencionar o rito e mostrar a necessidade da luta eterna contra o mal, o arquirrival de Ahura Mazda, Arimã, envia um escorpião para picar os órgãos genitais do touro, intoxicando-o durante o sacrifício, a fim de afetar a fertilidade em sua fonte

divina. Na construção imagética desta cosmogonia, Mitra Tauróctone está, ainda, acompanhado de duas outras figuras: Cautes, à direita, com uma tocha erguida, e Cautópates, à esquerda, com uma tocha voltada para baixo. Representam a oposição dos atributos entre escuro e claro, bem e mal, vida e morte. Aspectos ligados ao círculo do zodíaco também são comuns na iconografia mitraísta (Henig, 1984: 102; Ottaway, 2013: 217).

Pode-se afirmar: tratava-se de culto sofisticado. Era uma religião excludente, na medida em que sua liturgia era misteriosa, voltada a homens de certa posse, mercadores e, quase sempre, oficiais acima do ranque de centurião. E, ademais, as iniciações pareciam exigir pesados sacrifícios psicológicos e físicos (Henig, 1984: 98). Contava com sete graus de iniciação, rigorosos ritos de acesso. Esperava-se, assim, uma pequena congregação. Seus devotos eram pessoas de consequência política e social, privilegiados na sociedade romana. O mitraísmo combinava bem com a disciplina da vida militar e com o estoicismo do mundo romano, e, da mesma forma, com o indelével desejo de manter intocadas as hierarquias sociais no império, origem de múltiplos privilégios para poucos (Salway, 1993: 510).

Apesar de pouco ter sobrado das escrituras mitraístas e de outras informações litúrgicas, é possível afirmar, a partir dos vestígios epigráficos e artísticos, que o mitraísmo exigia disciplina e dedicação, ainda que não exclusiva quando se tratava de outros deuses. No Império Romano, era comum que templos dedicados a Mitra fossem localizados próximos aos de outras divindades. Assim, falaríamos de complexos templários e termas ao redor dos *mithraea*, não de edificações isoladas. Há diversos exemplos desta conformação nos templos dedicados a Mitra no porto de Óstia, em Roma, por exemplo (Hingley, 2018: 184).

No que se pode dizer a respeito dos locais de culto, certas divindades orientais veneradas pelos militares e mercadores, ofereciam experiências religiosas sensoriais distintas das mais tradicionais do panteão romano, cujos ritos que eram praticados em locais abertos e eram menos excludentes e teatrais. Já os cultos orientais, por sua vez, eram geralmente realizados em locais fechados, cercados de rituais misteriosos de iniciação. No caso do mitraísmo, os *mithraea* simbolizavam a caverna onde Mitra Tauróctone sacrifica o touro. Costumavam ser locais apertados, e subterrâneos (Ottaway, 2013: 217; Salway, 1993: 510). Assim, eram espaços reduzidos, sem janelas, e erigidos em regiões próximas de rios, para indicar a presença do elemento purificador, apesar de todo o risco de inundações (que, de fato, aconteciam, pelo que se pode observar a partir das obras de reparo nos pisos de alguns *mithraea*, caso do mitreu de *Londinium*). Apesar

da ausência de entradas para a luz natural, havia nichos específicos para a iluminação das lamparinas e dos candelabros. Curioso que a luz solar em si não era desejada, resguardando o aspecto secreto do culto dos inimigos, em especial, dos olhares curiosos ou julgadores dos cristãos. Todo o ritual tinha um forte apelo teatral. O uso de máscaras para os iniciados em diversos patamares da hierarquia, simbolizando animais como corvos e leões, surge em algumas representações do mitraísmo, encontradas na região dos Bálcãs, por exemplo. As cerimônias podiam envolver ritos extremos, como o sepultamento temporário, em vida, de alguns devotos, para que pudessem “renascer” ao saírem dos caixões (Henig, 1984: 103; 105). Ou exposição ao calor intenso, por vezes. Também era possível que os devotos bebessem vinho misturado a ervas alucinógenas durante os ritos, como o *haoma*, muito usado no zoroastrismo. Outras substâncias, como o mel, podiam ser usadas para libações e abluções nos ritos de iniciação, também. Incensos e outros aromas, somados ao que já foi citado, ofereceriam, ao que tudo indica, diversas experiências multissensoriais (Henig, 1984: 102-3; 105; 107).

Há poucos registros de *mithraea* fora de regiões de *limes*, onde ficavam estacionadas as legiões. Assim, fica claro o forte apelo que o culto tinha para os legionários, em especial aos aspirantes dos altos cargos. Mitra parece ter ganhado destaque entre os escalões mais altos dos militares, mas os ricos mercadores também podiam participar. As inscrições achadas no interior das células ou templos apontam para uma congregação bastante seleta, privilegiada e reduzida de legionários e mercadores, portanto. Era excludente, contudo, não aceitando mulheres ou pessoas de poucas posses entre seus devotos (Henig, 1984: 98; 108; Ottaway: 2013: 217-8; Hingley, 2018: 172).

Restrita apenas aos homens (Salway, 1993: 510), essa exclusão das mulheres, alijadas da salvação que Mitra poderia oferecer, deve ter se tornado um entrave para a expansão do culto para longe das áreas dos *limites*. E a ameaça dos cristãos mais proselitistas esteve sempre presente. Era preciso certo resguardo. O culto a Mitra declinou significativamente em todo o império a partir de meados do séc. IV, mas o imperador Flávio Cláudio Juliano era favorável ao seu culto e, assim, o mitraísmo pode ter durado muito mais tempo, em círculos mais seletos e conservadores, ao menos até o início do governo de Teodósio, em 379 d.C. (Henig, 1984: 109; Hingley, 2018: 183).

O mitraísmo na Britânia

Entre os cultos religiosos orientais que alcançaram a Britânia, o mitraísmo é um dos mais familiares. Na Britânia, a primeira das religiões de mistério orientais a se estabelecerem de forma eficaz foi o mitraísmo (Henig, 1984: 97; Salway, 1993: 510). Isso não quer dizer que tenha se difundido de maneira abrangente por toda a província. Na verdade, permaneceu profundamente exótico e secreto em comparação com as outras divindades do panteão greco-romano ou locais. Assim como alhures, o culto a Mitras na Britânia estava acompanhado de outras divindades, sem que isso gerasse algum conflito religioso ou político entre seus devotos (Henig, 1984: 101). É o que ocorre em Bath, por exemplo. E, da mesma forma, o mitraísmo em *Londinium* mostra o quão fácil era a assimilação de outras religiões, sua tolerância com outras divindades. Do mitreu de Londres puderam ser obtidas várias dedicatórias (*ex-voto*) e estátuas referentes a variadas divindades (Mattingly, 2007: 304; 310; Salway, 1993: 510).

De acordo com David Mattingly (2007), assim como aconteceu com alguns outros cultos com forte apelo entre a comunidade militar da ilha, o mitraísmo, em seu formato de religião de mistério e composto por vários níveis de iniciação, poderia oferecer, ao mesmo tempo, um sentido mais próximo da consciência do ranqueamento militar e, também, de senso de unidade aos alistados. De fato, quase todos os contextos nos quais não há dúvidas a respeito da adoração a Mitra na Britânia têm ligação com a vida militar. Mesmo o *mitraeum* de *Londinium*, à beira do Walbrook, um contexto urbano, guardava fortes associações com a soldadesca estabelecida na cidade, em especial, no forte de Cripplegate (Mattingly, 2007: 217; Henig, 1984: 108). Não é possível determinar com clareza como os cultos às divindades de apelo militar passavam por adaptações e ressignificações quando eram adotados pelos legionários, vindos de distintos pontos do império, mas levados às múltiplas áreas de defesa de províncias, distantes de suas origens. Há certa expectativa de que tais cultos, oriundos de regiões mais afastadas do império ou pertencentes às próprias províncias, fossem mais difundidos entre os militares de menor patente. Mas não é possível subestimar ou descartar a devoção dos comandantes, também (Mattingly, 2007: 217-8). Da mesma forma, é difícil estabelecer o quanto de integração poderia ter ocorrido entre tais adorações militares e a população de *Londinium* ou de outras regiões próximas ao culto a Mitra na Britânia.

Na Britânia, Mitra foi particularmente adorado pelos militares em templos e células em pequenos fortes ao longo do Muro de Adriano, com dedicatórias feitas por oficiais de alta patente, inclusive. Parece haver aqui ao menos uma tentativa de manter laços entre esses legionários, suas

divindades favoritas e suas terras de origem. Uma questão identitária, portanto. O Mitreu de Carrawsburgh contém uma dedicatória feita por um oficial de nome Aulo Cluêncio Hábito, que deixa clara suas conexões familiares (vale lembrar o caso do julgamento senatorial *Pro Cluentio*, do orador Cícero) com a elite do final do período republicano em Roma (Huskinson, 2002: 120-1).

Mais para o interior da ilha há o caso do mitreu de York. Imagens da tauroctonia podem ser vistas em um relevo de Micklegate, a sudoeste do rio Ouse, o que poderia indicar a presença, no local, de algum templo dedicado à divindade de origem persa (Ottaway, 2013: 217-8). A porção ao sul da Britânia oferece uma significativa quantidade de estatuetas, relevos, joias e mosaicos com imagens de divindades clássicas, porém, há escassez de inscrições votivas. Quando elas existem, há uma série de ambiguidades na definição das divindades por parte dos devotos, cujas próprias identidades tampouco estão claras (Mattingly, 2007: 308-9). Como se pode observar, de maneira geral, os locais de culto a Mitra na Britânia estão distribuídos ao longo do Muro de Adriano, uma região de *limes*, e em algumas poucas localidades no meio rural da ilha. Isso indica um favorecimento por locais mais afastados ou marcadamente habitados por legionários, nas fronteiras. Mesmo nestas localidades, a identificação de *mithraea* torna-se um ato complicado, cercado de incertezas.

Uma importante exceção é o mitreu de *Londinium*, um centro urbano bastante movimentado no séc. III d.C., momento da fundação do templo dedicado a Mitra. *Londinium* foi uma cidade de mercadores, de militares, de libertos, fundada pelos romanos, pouco antes de 50 d.C., uns seis ou sete anos após a conquista romana da ilha, feita em 43 d.C. pelas legiões do imperador Cláudio. Pujante desde o séc. II, tornara-se uma cidade internacional, comercial, com características de empório, com algo em torno de 50 mil habitantes já em 140 d.C..

O Mitreu de Londinium

O Mitreu de *Londinium* é o único local comprovado de devoção a Mitra em um centro urbano, com várias inscrições de devotos associados a ex-legionários ou a oficiais locais (Mattingly, 2007: 309). De fato, vale notar que o templo de Mitra é, também, o único templo em Londres, de período romano, cuja divindade à(o) qual o espaço foi dedicado é indubitavelmente conhecido(a).

A construção do templo de Mitra em *Londinium* data de meados do séc. III d.C., ainda que material arqueológico encontrado no seu interior possa ser do século anterior. O material vascular encontrado no templo aponta para sua construção por volta de 240 d.C.. Não se sabe ao certo quem construiu o mitreu de *Londinium*, mas pode ter sido obra de algum rico veterano ou de uma congregação de devotos de Mitra (Hingley, 2018: 183-4; Salway, 1993: 510).

O mitreu teria sido uma construção, ao menos parcialmente, subterrânea, desprovida de janelas, a fim de simular a caverna do rito tauróctone. Em formato retangular, media 18,3m de comprimento e 7,6m de largura. Um tamanho excepcional para um templo dedicado a Mitra [Henig, 1984: 108; D. Perring (2022: 318) indica outras medidas: 17,83m x 7,84m]. A entrada para o mitreu teria se dado pelo lado leste. Na outra ponta, haveria um pequeno recesso semicircular (*apse*), local onde ficaria a estátua de Mitra Tauróctone, sobre uma plataforma. O templo foi erigido a leste do antigo rio Walbrook, e teria sofrido com alagamentos, fazendo com que o piso tivesse de ser elevado ao menos oito vezes ao longo de sua existência. O interior do templo contava com sete pares de colunas suportadas por plataformas baixas, que acabam por dividir o espaço retangular em três segmentos. O piso dos corredores laterais era mais elevado do que o da nave. Estes espaços limitados, estreitos, indicam que o templo não teria sido projetado para comportar um grande número de devotos (Hingley, 2018: 184-5).

No local pode ter havido outras estruturas religiosas, como aponta o fragmento de uma inscrição encontrada durante a escavação do mitreu (ver abaixo). Todavia, a área ao redor do templo foi pouco explorada em escavações subsequentes. Cultos a outras divindades, como Baco, podem ter se desenvolvido nas vizinhanças, mas há poucas informações arqueológicas complementares. A despeito disso, o templo de Mitra de Londres costuma ser representado como edificação isolada. Seja como for, não há dúvidas de que o mitreu era composto de outras partes, para além daquela escavada, e poderia ser apenas um segmento de estruturas muito mais rizomáticas. Dificuldades na escavação de 1954 levaram Grimes e Williams a exporem e explorarem apenas o que pode ter sido uma antecâmara do templo (Hingley, 2018: 184).

O fim do mitreu na Antiguidade

As ameaças vindas de parte do cristianismo podem ter levado os devotos de Mitra a esconderem objetos relativos ao culto em fossos, sob o piso do

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

templo. No interior deles, estavam as imagens de deuses greco-egípcios (Sérapis), uma cena dionisiaca (Baco), a cabeça de Minerva, e um deus aquático não identificável, entre outros. Os primeiros sinais de possível vandalismo ocorreram no começo do séc. IV, com o desmantelamento de parte da estrutura e é quando as principais esculturas teriam sido escondidas ou descartadas (Salway, 1993: 509-10). Foi, provavelmente, neste momento que a cabeça em mármore de Mitra teria sofrido um corte por machado e sido separada de seu corpo, desaparecido até hoje. O Mitraísmo foi um alvo claro da intolerância dos cristãos, enquanto outras religiões chamadas de pagãs poderiam sofrer menos repressão dos líderes da apologia cristã (Salway, 1993: 509-10). A visita de Constantino à Britânia em 312 ou 314 pode ter marcado o momento de gatilho para o vandalismo ao templo de Mitra. As estátuas teriam então sido quebradas e partes da estrutura danificadas. Mas o templo foi reconstruído e voltou à ativa, como se presume, dedicado a Baco, ou pode ter mantido, em parte, seu propósito religioso original. Não se sabe ao certo (Henig, 1984: 108-9; Mattingly, 2007: 348).

Como já lembrado, o depósito dos fragmentos pode ter sido fruto de rituais positivos e não de vandalismo. Richard Hingley (2018: 184-86) lembra que as cabeças das esculturas formavam a maioria dos depósitos, indicando que havia uma escolha cuidadosa das partes a serem dedicadas para o sepultamento. O fato de as cabeças serem a parte mais selecionada para depósitos *ex-voto* remete a debates intensos a respeito do culto às cabeças decepadas e dos crânios do Walbrook na província (ver Redfern; Bonney, 2017; Pinto, 2017; Perring, 2022: 250-6). As mãos também podem ser bem representadas nos depósitos. Cabeças e mãos estariam mais diretamente associadas às identidades e/ou a poderes que emanariam dos fragmentos (Croxford, 2003: 83-8). Dominic Perring (2022: 355) propõe uma versão alternativa para o destino do mitreu. Uma vez que não há comprovação incontornável de vandalismo cristão neste templo, Perring sugere que o local tenha sido rededicado a Baco e que a mutilação das estátuas possa estar ligada ao ritual mítico de *sparagmos*, quando membros de sacrifícios ao deus Baco são arrancados e espalhados. Mas tampouco podemos comprovar esta hipótese.

Apesar do avanço do cristianismo na Britânia e de sua missão de apagar o mitraísmo, o templo de Mitra sobreviveu, e teria sido remodelado no início do séc. IV, tendo suas colunas sido removidas, para criar mais espaço interior. O que se nota é que altares novos parecem ter sido instalados no recinto em semicírculo (*apse*) ao início daquele século. Segundo Richard Hingley, em observação às interpretações de Henig e Shepherd, tais alterações alimentam a ideia de que o templo pode ter sido mesmo

dedicado a uma nova divindade, possivelmente, Baco (Hingley, 2018: 214). Ou ainda, sobrevivido em conjunto com a nova divindade. O que se sabe é que, a partir de meados do séc. IV, a edificação teria sido abandonada e caiu em ruínas. Mas, dada a intensidade de perseguição aos chamados templos pagãos pelos seguidores mais exaltados do cristianismo, é significativo que tenha resistido por tanto tempo (Hingley, 2018: 215). Seja como for, o chamado paganismo deteve certa força até meados do séc. IV, mostrando um cenário bastante tenso e complexo no campo das práticas religiosas na Britânia (Salway, 1993: 510). Talvez ainda seja possível encontrar mais material arqueológico que indique como foram os últimos momentos do templo de Mitra em Londres, em meados do séc. IV.

A arqueologia do Mitreu e os escombros de dois impérios

O interesse pelas pesquisas epigráficas sobre o período de ocupação romana da Britânia tomou forma na academia ao início do séc. XX, em especial, na Universidade de Oxford. Com a morte da rainha Vitória em 1901 o Império Britânico viveu momentos de incerteza, mas que foram logo mitigados com uma renovação do incentivo ao colonialismo na África e ao instigante enfrentamento do Império Turco-Otomano. Apesar da ascendência do belicismo, é comum entendermos os primeiros anos do séc. XX como continuação da suposta *Pax Britannica*. Neste contexto, o Império Romano era visto como um exemplo em larga medida bem sucedido de conquista e domínio. A principal figura acadêmica desse avanço nos estudos romano-britânicos foi a do arqueólogo e epigrafista Francis Haverfield (Perring, 2022: 15). A partir dele, outros estudiosos se debruçaram sobre a Britânia do período romano num processo quase sempre abertamente comparativo entre o Império Romano e o Britânico, a partir do polêmico conceito de “romanização” (Hingley, 2000).

Os vestígios tidos como romanos achados na ilha eram aproximados à crença colonialista de que Roma havia trazido até a Britânia os ideais de civilização, uma visão defendida por muitos acadêmicos e pela população (Perring, 2022: 15-6). No período que antecedeu a II Guerra Mundial, a Sociedade de Antiquários de Londres conseguiu arrecadar fundos para novas escavações em Londres e foi essa nova janela de oportunidade que arqueólogos como Eric Birley, Gerald Dunning e Frank Cottrill usaram para escavar a tumba de Júlio Cláudio (procurador da província), mostrar parte do plano de reconstrução do fórum e da basílica, e revelar os “horizontes” dos incêndios de Boudica e de Adriano na estratigrafia de *Londinium* (Perring, 2022: 16). O museu do Guildhall e o Museu de Londres

organizaram coleções de objetos de período romano no início dos séculos XIX e XX. Mas nada se comparou aos trabalhos de recuperação dos bombardeios que ocorreram durante a II Guerra Mundial (Hingley, 2018: 6).

Após os bombardeios alemães de 1940 e 1941 sobre Londres, o governo do Reino Unido, preocupado com a reconstrução das áreas devastadas, optou por fundar o Conselho de Escavação Romana e Medieval de Londres, com o apoio do financeiro do Ministério das Obras (*Ministry of Works*). Uma equipe de arqueólogos começou os trabalhos de escavação em 1947, sob a direção de William Francis Grimes. A ideia era se afastar de áreas que estivessem sob a imediata pressão imobiliária e o processo foi monitorado pelo museu do *Guildhall*. O trabalho de campo em si foi coordenado pela arqueóloga Audrey Williams (Perring, 2022: 16), uma pioneira no trabalho arqueológico do País de Gales, e de fato, a primeira mulher a presidir o *Royal Institution of South Wales (RISW)*.

Entre as principais descobertas arqueológicas da equipe de Grimes e Williams estão o forte de Cripplegate e o Mitreu, ambos resultados das escavações entre 1946 e 1968. Todavia, poucos duvidarão que a maior descoberta, acidental, bom que se diga, da equipe de Grimes e Williams foi a do mitreu de *Londinium*, durante a escavação de uma transecção do Walbrook em *Bucklersbury House* em 1952. Trata-se de um marco arqueológico. Já no séc. XIX, em 1889, um grupo de esculturas, entre elas um relevo de Mitra no ato de imolação do touro (tauroctonia), havia sido encontrado nessa região do vale do Walbrook (ver Figura: Mitra Tauróctone). Mas não havia sido detectada a presença de um mitreu na área (Hingley, 2018: 6; 183). Embora o mitreu tenha sido achado em 1952, as escavações só começaram em 1954. Os trabalhos duraram apenas algumas poucas semanas e teria sido somente no último dia, o domingo de 18 de setembro de 1954, que a equipe de Grimes e Williams encontrou uma cabeça em mármore de Mitra, que foi, então, associada ao patrono do templo. Embora haja outros templos em Londres, este é o único dedicado, de maneira inequívoca, ao deus Mitra.

O achado do mitreu gerou um descomunal interesse público e os planos de revitalização imobiliária foram suspensos (Perring, 2022: 16). O local foi aberto para a visitação por duas semanas. A descoberta e os vestígios expostos se provaram um estrondoso sucesso de público, após a divulgação no *Sunday Times*. Logo no primeiro dia mais de 35 mil pessoas foram ao sítio para ver as ruínas do mitreu (Perring, 2022: 16-7). A demanda e a pressa em ver as ruínas fazem algum sentido uma vez que a escavação era de salvamento do material encontrado, que deveria ser

removido o quanto antes para dar continuidade ao projeto pós-guerra de reconstrução urbana da área. O local da descoberta seria destruído para a construção de um edifício de escritórios, mas a forte reação popular, adversa à perda do templo, levou até mesmo o Primeiro Ministro Winston Churchill a procurar uma saída ao impasse. Para muitos londrinos, após o período traumático dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial, e com a destruição de partes da cidade ainda visível na superfície anos depois dos ataques, um achado como o do mitreu de Londres poderia trazer uma esperança de recomeço e resiliência. Mais do que uma curiosidade com um passado tão longínquo, reinava certa percepção de que a cidade, ainda a proverbial capital de um império moderno, mas já nos seus evidentes estertores, havia sido parte de outro poderoso mundo imperial na Antiguidade. A ligação de Londres com o mundo romano não seria ignorada. O afloramento do mitreu parece ter ativado a sensação, então já meio que saudosista, de que o *englishness* estava, desde a Antiguidade, ligado ao fardo do civilizador. Como poderiam deixar isso ser esquecido? A própria Arqueologia, ao que tudo indicava, estava bem ali para lembrá-los. A escavação do Mitreu pelos arqueólogos era, simbolicamente, a de dois impérios. Mas os impérios também perder suas materialidades.

A despeito de todo o apoio do público e da mídia, o mitreu não pôde mesmo permanecer onde esteve soterrado por mais de 1800 anos. A sanha da especulação imobiliária venceu e, em 1962, o templo foi desmantelado e reconstruído em outro local próximo, e ao nível do solo, mas sem guardar as corretas dimensões e posicionamentos cardeais encontrados no ponto original. Não houve grande preocupação em envolver arqueólogos na empreitada. Isso gerou grandes imprecisões na reconstrução. Com o passar do tempo, em especial ao final da década de 2010, o local foi praticamente abandonado e constantemente vandalizado. O poder público nada parecia fazer. Um abandono muito incômodo de uma estrutura de patrimônio público. Foi então que o grupo bilionário estadunidense Bloomberg comprou os imóveis de toda a região próxima ao templo.

Em 2010, no último ano no qual vi o mitreu a céu aberto, surgiu a ideia de mudá-lo mais uma vez de lugar. Contudo, com maior preocupação científica, desta vez o Museu de Londres participaria do processo de remoção. O mitreu foi salvo, reconstruído com a expertise dos arqueólogos do Museu de Londres. De certa maneira, o mitreu voltou a ser enterrado, ficando a sete metros abaixo do nível do solo. Mas ele não apenas ganhou um novo local, ganhou, também, um novo guardião: o grupo de mídia e tecnologia estadunidense Bloomberg. Foi daí que surgiu o dinheiro para o empreendimento em parceria com o Museu de Londres. Todavia, mais uma vez, o problema de apropriação de patrimônio se coloca, agora, nas

mãos de um gigantesco conglomerado internacional bilionário. O local, que é visitável por escolas e turistas, sempre gratuitamente, chama-se *Mithraeum Bloomberg SPACE*, e foi aberto ao público em 2017. Vale a pena repassar mais algumas informações a respeito do projeto de restauro e de realocação antes de avançar com mais informações sobre o mitreu de Londres. A parceria do grupo Bloomberg com o Museu de Londres na preservação do mitreu deve, necessariamente, levar a novos debates a respeito do uso do patrimônio público e do papel da iniciativa privada na guarda desse material, ainda que tais debates não possam ser verticalizados neste espaço.

O material arqueológico do mitreu de Londres

Centenas de artefatos (quase 600!) de madeira e couro, além de significativo material vascular, epigráfico, numismático e de estatuária foram encontrados durante as escavações do mitreu de Londres. Uma centena de nomes de habitantes de *Londinium* são citados. Entre tais inscrições está a mais antiga encontrada até hoje que menciona o nome romano da cidade.

Um dos grandes destaques entre o material arqueológico achado na escavação de Grimes e Williams do mitreu em Londres é a cabeça do deus Mitra, em mármore. Segundo Richard Hingley (2018) e Jocelyn Toynbee (1986), a cabeça de Mitra teria sido esculpida algo entre 130 d.C. e 190 d.C.. Muitas das peças em mármore Carrara encontradas no mitreu teriam sido produzidas em oficinas na Itália. A cabeça de Mitra mostra sinais de que foi deliberadamente separada do restante da estátua, ainda na Antiguidade, por meio de um potente instrumento cortante, possivelmente, um machado. Foi justamente a descoberta da cabeça em mármore de Mitra, no momento final das escavações da equipe de Grimes e Williams, que acabou por definir o local como um templo daquele deus (Hingley, 2018: 184; 186; Toynbee, 1986; Perring, 2022: 319).

Além da cabeça de Mitra, também foram encontradas as de Minerva (divindade incomum em *mithraea* e de Sérapis, sempre em mármore, muito bem preservadas. O imperador Septímio Severo visitou a cidade de *Londinium* em algum momento no início do séc. III, e era devoto de Sérapis, identificando-se com a divindade greco-egípcia. É possível que a cabeça em mármore desse deus, colocada no mitreu, tenha sido parte de uma estátua doada por algum rico patrono em homenagem ao imperador. Ainda, na assembleia escavada havia uma escultura de Mercúrio sentado sobre uma pedra, acompanhado de um carneiro, uma grande mão de Mitra

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

no ato de imolação do touro e uma mão e antebraço, de calcário, do mesmo deus. As cabeças teriam pertencido a corpos que se perderam. Talvez, em outra possível interpretação, as partes que foram escavadas tenham sido as únicas depositadas no local, o que abre a possibilidade para uma seleção específica. Material ósseo também foi encontrado durante as escavações, de animais usados em sacrifício ou para convivas. São ossos de galinhas, suínos, ovelhas, cabras e alguns poucos de gado. Bastante módico, se comparado a achados em outros *mithraea*. À entrada do templo, foram escavados fragmentos de esculturas e estátuas de mármore, talvez material votivo, datado, possivelmente, do séc. IV (Hingley, 2018: 172; 184-6; 318, n. 158).

Outro grande destaque ligado do mitreu é um relevo, em mármore, de 53 cm de altura, mostrando, claramente, em detalhes, o rito de Mitra Tauróctone, mas que havia sido escavado na região ao final do séc. XIX, em 1889. Todavia, nada se sabia da existência de um mitreu naquela região (Merrifield, 1965: 179). É muito provável que o pequeno relevo, que representa muito bem a mitologia tauróctone pertencesse ao templo, somente escavado no século seguinte. O relevo em questão foi definido como arte e estilo britãos por Toynbee (1986). Lá estão as figuras associadas à tauroctonia, incluídos os carregadores das tochas, Cautes e Cautópates, o cão, a serpente, o escorpião, além, é claro, do touro e do próprio Mitra. Toda a cena está cercada por um disco do zodíaco. Acompanha o relevo uma inscrição, fora do disco, que se refere a um veterano da segunda legião augustana, Úlpio Silvano, que teria servido no exército ou se iniciado nos mistérios de Mitra no sul da Gália (em Arausio, ou *Colonia Iulia Secundanorum*). Úlpio Silvano pode ter sido o fundador do templo, e levado para *Londinium* os objetos que lá seriam, quase dois mil anos mais tarde, escavados por Grime (Hingley, 2018: 184; 186). Diz a inscrição: VLPIVS SILVANVS EMERITVS LEG II AVG VOTVM SOLVIT FACTVS ARAVSIONE. A tradução poderia ser “Úlpio Silvano, veterano da II Legião Augusta, cumpre seu voto (de iniciação) em *Arausio* (atual Orange)” (Collingwood; Wright, 1965: 1; 2. *RIB* 3. Tradução do autor).

Outras esculturas ligadas ao mitreu foram achadas no mesmo período, no séc. XIX, e mostram divindades diversas, aquáticas, talvez Netuno, ou até mesmo uma personificação de *Londinium*, além do supracitado relevo de Mitra Tauróctone (Hingley, 2018: 186). Uma ligação de Mitra com a divindade solar também aparece em uma inscrição específica. Teria sido feita por volta de 308 d.C. e possui uma linha onde aparece a expressão [AU]GGGG, em referência aos quatro imperadores da época, Maximiano, Galério, Constantino e Maxêncio. A mesma inscrição também faz menção

ao deus Sol Invicto, [*sol* i] *nuicto* (Salway, 1993: 222, *imagem*; Collingwood; Wright, 1965: 2. *RIB* 4).

Grande parte dos artefatos encontrados nas escavações de Grimes e Williams foi estudada pela influente arqueóloga inglesa Jocelyn Toynbee (1986), que comparou os achados a outros materiais escultóricos contemporâneos do Mediterrâneo, em especial, aos da Itália. Com isso, a assembleia material encontrada pode ser datada como pertencente aos séculos II e III, e produzida, ao que tudo indica, em marmorarias na própria Itália. Richard Hingley ressalta que tais objetos são mais antigos do que o templo, e podem ter sido doados para outros espaços, sempre em devoção a Mitra (2018: 185).

Outros objetos encontrados no Templo de Mitras, que merecem destaque aqui são: um vasilhame cilíndrico, folhado em prata, no interior do qual estava um infusor/coador para bebidas e ervas. O vasilhame mede 6,3 cm de altura e 8 cm de diâmetro. A tampa do vasilhame mostra cenas que sugerem lutas de animais e a de um homem que parece se levantar de um baú ou de um caixão funerário. Talvez uma referência ao aspecto de renascimento do culto de mitra, após ritual de sepultamento temporário para iniciação. Já o infusor pode estar ligado ao consumo de bebidas alucinógenas durante os cultos sacramentais (Henig, 1984: 103; 105).

São muitos os artefatos achados nas escavações em 1954 e até mesmo antes, no séc. XIX. Não haveria como dar conta de tantos objetos importantes neste espaço. Mas é importante citar que muitos desses objetos foram encontrados em fossos, como material votivo, ou para simplesmente protegê-los do vandalismo provocado por religiões avessas ao culto a Mitra no séc. IV, em especial, o cristianismo.

O Contexto Arqueológico

A década de 1950 logrou direcionar muitos estudantes para a área de arqueologia no Reino Unido, especialmente animados pelo sucesso das escavações em Londres naquela década. Mas os anos de 1960 não foram promissores. O Conselho de Escavação Romana e Medieval de Londres deixou de patrocinar as escavações em 1963. As reconstruções não seguiam mais os conselhos de arqueólogos e extensivo dano foi causado em sítios antigos. As descobertas contavam então muito mais com o trabalho do voluntariado. Como há males que vêm para o bem, o declínio econômico dos anos 1970 pausou as novas construções e deu novo fôlego para os trabalhos de preservação. Desta vez, os arqueólogos buscaram um

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

renovado apoio das autoridades para a formação de novos times de arqueólogos. A partir daí foi fundado o *Department of Urban Archaeology* (DUA) (Perring, 2022: 17-8). Há uma acentuada retomada das escavações em Londres após a fundação do DUA, ligado ao Museu de Londres no início da década de 1970. O foco de tais pesquisas era, bem especificamente, o passado romano na cidade (Hingley, 2018: 6).

Segundo Dominic Perring (2022: 18-21), o aumento no número de sítios arqueológicos também levou ao problema dos prazos para que as intervenções fossem finalizadas mais rapidamente. Assim, boa parte das equipes passou a trabalhar com a perspectiva de que as melhores análises viriam do material recolhido e levado aos laboratórios, e não do próprio sítio. Esse problema se tornou ainda mais agudo ao final da década de 1980 e os confrontos entre arqueólogos e investidores imobiliários foram intensificados, pois os empresários estavam bancando parte das escavações e queriam resultados mais imediatos. A década de 1990 foi ainda mais problemática, pois houve significativa contração nos investimentos nos contratos arqueológicos. Uma consequência imediata é a falta de publicação de estudos realizados neste período, que ainda aguardam no prelo.

O *Museum of London Archaeological Service* (MOLAS) foi fundado em 1992 e se tornou a maior empresa de arqueologia de Londres. Em 2008, o MOLAS se tornaria o *Museum of London Archaeology* (MOLA). O Museu de Londres trabalhou muito na reformulação de suas equipes e na publicação de relatórios, mas os volumes, mais de uma centena deles já publicados, apesar de trazerem muitos dados sobre *Londinium*, não permitem um fácil diálogo entre si. Com isso, os dados ficam fragmentados. A crise de 2008 levou a maiores problemas de verba e a construção da Linha Elizabeth do metrô mostrou o quão defasado estão os estudos arqueológicos na cidade. *Brexit* e *Covid* fizeram tudo ser praticamente paralisado.

Há outras empresas de Arqueologia que vêm executando escavações em Londres nos últimos 20 anos, e que ajudam a revelar segmentos da história de *Londinium* que são fundamentais para a criação de uma cronologia e o mapeamento de edificações públicas na cidade romana. Londres é a cidade mais bem escavada do Reino Unido e uma das mais bem estudadas do império romano. Todavia, a despeito desse novo arsenal de publicações de relatórios de escavação, a tessitura urbana de *Londinium* permanece consideravelmente lacunar para os estudiosos (Hingley, 2018: 6-7). O mitreu de *Londinium* “viveu” esse contexto histórico-arqueológico e seu destino atual está indissociável das narrativas nacionalistas que marcaram e ainda afetam a guarda do patrimônio da Antiguidade no Reino Unido.

O London Mithraeum Bloomberg SPACE

O *London Mithraeum Bloomberg SPACE* é um projeto midiático e arqueológico para expor ao público, por meio de visitas guiadas, a reconstrução do mitreu de Londres no subterrâneo do prédio que abriga a filial europeia do grupo internacional Bloomberg, na região da *city* de Londres. Trata-se de uma parceria entre o Museu de Londres e a gigante de mídia e tecnologia. O *site* principal do grupo Bloomberg sobre o passeio é o londonmithraeum.com. O *site* da Bloomberg, com o fito de divulgar a nova atração educacional e turística de Londres oferece, entre outros elementos de informação, pacotes (*packs*) para *download*. Fornece, também, dados básicos e técnicos sobre o mitreu: sua cronologia, sua estrutura, interpretações de seu uso no passado e detalhes de sua escavação e realocação a noroeste de seu local de origem, em 1962. É explicado que, em 2010, o conglomerado Bloomberg adquiriu grande parte da porção imobiliária onde se encontravam as ruínas deslocadas do templo e, também, de seu local de origem. O propósito da aquisição por parte do grupo Bloomberg foi o de construir ali seu quartel-general europeu. O investimento imobiliário deu início a uma grande campanha arqueológica de escavação de investigação e salvamento, encabeçada por um time de especialistas em conservação de patrimônio material do MOLA (*Museum of London Archaeology*, um importante e profícuo braço de pesquisas e publicações arqueológicas do Museu de Londres). O projeto resultou em outras grandes descobertas arqueológicas na região, e, como dito, na realocação do mitreu. A remoção contou com a grande expertise da arqueóloga Sophie Jackson, entre outros. Foi um projeto bastante arrojado. O templo de Mitra foi reconstruído quase que em seu local original na Antiguidade. Na verdade, a reconstrução e realocação do templo não o retornou ao local *exato* de sua escavação, mas a um ponto subterrâneo o mais próximo possível da localização original, inclusive em orientação (relativa aos pontos cardeais) mais adequada àquela da Antiguidade. Como resultado, o templo, hoje, está, ainda, há alguns poucos metros de distância de seu local de construção em *Londinium*.

O Museu de Londres também produziu material similar para celebrar a inauguração do projeto em parceria, inaugurado em 2017. São mais de dezenove páginas com perguntas e respostas dos especialistas, acompanhadas de imagens e mapas de grande qualidade. De acordo com este *pack* de informações, o espaço reservado para o mitreu de Londres, criado no subterrâneo do quartel-general do Bloomberg, recebe estudantes britânicos do ensino de caráter fundamental (KS2, faixa etária entre 7 e 11 anos), que vão ao local visitar e estudar as ruínas do templo. Mas os turistas também podem perfazer o passeio e acessar as ruínas, mediante

agendamento. Da mesma forma que para os/as estudantes, para os/as turistas, o passeio é gratuito.

A despeito de também receber turistas, o material disponível no site oficial da Bloomberg tem como principal alvo as visitas escolares. Há arquivos em PDF, material a ser baixado, a fim de favorecer o trabalho dos professores e das professoras em suas atividades de ensino. O site do *London Mithraeum Bloomberg SPACE* funciona como um folheto-guia que apresenta como objetivo da visita possibilitar aos/às estudantes ampliar seus conhecimentos a respeito da Londres de período romano, fomentando habilidades de questionamento, observação e previsibilidade. Um educador-guia levará os/as estudantes a investigar artefatos autênticos da Antiguidade, e a fazerem conexões entre o presente e o passado, ao observarem quais objetos do passado são utilizados até hoje. São exploradas obras artísticas modernas inspiradas pelo sítio arqueológico, por exemplo. Aulas sobre as religiões da Britânia são ministradas pelos educadores antes dos alunos e das alunas descenderem sete metros abaixo do nível da rua até o piso do mitreu. Os visitantes da nova atração londrina passarão nesta proposição por experiências imersivas de sons e iluminação, multissensoriais. Após a visita ao mitreu, os/as visitantes poderão, ainda, dirigir-se a pé e pelas ruas próximas, até a galeria do Museu de Londres, para mais acesso aos objetos do acervo museológico sobre Londres.

O material midiático do *London Mithraeum Bloomberg SPACE* faz jus à experiência da Bloomberg na criação de canais de comunicação. A cooperação entre o grupo Bloomberg e o Museu de Londres gerou um *site* muito bem estruturado com informações e comentários sobre o mitraísmo na Antiguidade, a construção do mitreu, sua escavação em 1954, as visitas do público e seus efeitos nas concepções de passado e presente que temos hoje a partir da cultura material. Ainda no *site* oficial da Bloomberg, além dos *packs* específicos para os professores, há, também, alguns para os turistas. Somando-se ao material impresso, estão disponíveis cinco clips na aba *about* do site, uma página denominada de *cultural hub*. São valiosos e raros depoimentos em vídeo de arqueólogos/as e, no que é deveras curioso e instrutivo, de pessoas que visitaram o sítio durante sua escavação em 1954. Trata-se de um material muito bem organizado e muito rico em informações. Não há dúvidas de que houve um investimento maciço na criação desses canais de comunicação com o público leigo e também acadêmico. O uso de imagens é muito eficiente e elas existem em abundância nas páginas dos *sites*. Todo esse material está enrustado na questão do tratamento patrimonial arqueológico. Por mais bem concatenado que tenha sido o projeto, ele suscita debates a respeito da

presença de grandes instituições privadas na guarda de patrimônio público.

Considerações adicionais

Recentemente pude visitar o novo local de repouso do mitreu de Londres, nas entranhas do quartel-general europeu do grupo Bloomberg. Minhas impressões dessa experiência não foram muito positivas. Descer as escadas é parte do processo de retorno ao passado, para que esqueçamos que estamos sob o quartel general do grupo Bloomberg. O espaço é iluminado de forma a causar a impressão de retorno ao passado, sem filtros, e também ao que se pensa ser o misticismo do passado e do culto. Fumaça e luzes e sons têm a intenção de afetar os sentidos da visão e da audição. A experiência se propõe multissensorial, como dito. Contudo, logo me lembro de que a visualização ou mesmo toda a experiência é controlada em minutos. Não é possível permanecer perto da estrutura. Outro grupo de turistas ou de alunos precisa entrar. Tudo é bem rápido. Alienante. Não há tempo para as abstrações que procurei formar quando vi o mitreu, na rua. Sabia que a visita era guiada, mas acabei incomodado com o resultado. É impossível me esquecer da primeira vez que vi as ruínas do mitreu, em dia de inverno londrino, há mais de vinte anos. As peças esculturais do mitreu, exibidas há muito pelo Museu de Londres, também ganharão um novo endereço, já que o próprio museu está de mudança. Deixará a área do icônico *Barbican Centre* e irá para as suas novas instalações no bairro de West Smithfield, perto da estação de trem Farringdon. O mitreu de Londres, um patrimônio da humanidade, ainda continuará a influenciar muito da maneira como percebemos a Britânia, seus habitantes e o mundo romano, como um todo, quando voltamos nossos olhares para o passado ressignificado.

Há questões a serem respondidas. O Reino Unido terá que repensar em diversos processos de conservação patrimonial. A morte da Rainha Elizabeth em setembro de 2022, a chegada de um novo rei, Carlos III, e de um novo governo *Tory* marcado por enormes dissensões internas, além dos desafios da posição do Reino Unido na Europa e no mundo afligido pela guerra na Ucrânia criarão enorme tensionamento na oferta de verbas para pesquisas arqueológicas. Ou se vão entregar tudo à sanha da iniciativa privada.



Imagem 01: Relevô em mármore de Mitra Tauróctone, do Mitreu de Londres. Museu de Londres. *In:* Henig, 1984: imagem 40, 103.

Referências bibliográficas

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*, vol. 1: the History. Cambridge: CUP, 2000.

COLLINGWOOD, R. G.; WRIGHT, R. P. *The Roman Inscriptions of Britain I*. Oxford: OUP, 1965.

CROXFORD, Ben. Iconoclasm in Roman Britain? *Britannia*, 34, 2003, p. 81-95.

ELLIOTT, Simon. *Roman Conquests Britain*. Yorkshire, Philadelphia: Pen & Sword, 2021.

HENIG, Martin. *Religion in Roman Britain*. London: BT Batford, 1984.

HINGLEY, Richard. *Londinium: a Biography*. Roman London from its Origins to the Fifth Century. London: Bloomsbury Academic, 2018.

HINGLEY, Richard. *Roman Officer and English Gentlemen*. The Imperial Origins of Roman Archaeology. London: Routledge, 2000.

HUSKINSON, Janet. Culture and social relations in the roman province. In: SALWAY, Peter (ed.) *The Roman Era*. Oxford: OUP, 2002, p. 107-138.

MARRIFIELD, Ralph. *The Roman City of London*. London: E. Benn Ltd., 1965.

MATTINGLY, David. *An Imperial Possession: Britain in the Roman Empire*. London: Penguin books, 2007.

OTTAWAY, Patrick. *Roman Yorkshire: People, Culture and Landscape*. Pickering, UK: Blackthorn Press, 2013.

PERRING, Dominic. *London in the Roman World*. Oxford: OUP, 2022.

PINTO, Renato. Os crânios do cemitério do Vale Superior do Walbrook: tafonomia e ritos. *Revista M.*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, jul./dez, 2017, p. 375-95.

REDFERN, Rebecca; BONNEY, Heather. Headhunting and amphitheatre combat in Roman London, England: new evidence from the Walbrook Valley. *Journal of Archaeological Science* 43, 2014, p. 214-226.

SALWAY, Peter. *The Oxford Illustrated History of Roman Britain*. Oxford: OUP, 1993.

SHEPHERD, John D. *The Temple of Mithras London: Excavations by W. F. Grimes and A. Williams at the Walbrook*. London: English Heritage, Archaeological Report 12, 1998.

TOYNBEE, Jocelyn. *The Roman Art Treasures from the Temple of Mithras*. London: London and Middlesex Archaeological society, Special Paper 7, 1986. Available on http://www.lamas.org.uk/images/documents/Special_Papers/SP7%201986%20Temple%20of%20Mithras.pdf. Accessed on 13/10/2022.

Sites utilizados para consultas: (todos verificados em 13 de outubro de 2022)

London Mithraeum Bloomberg SPACE:
<https://www.londonmithraeum.com/>. Acessado em 13/10/2022.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-78.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

Mithraeum pack do Museu de Londres, em PDF:
https://www.museumoflondon.org.uk/application/files/9615/0781/4381/Mithraeum_pack.pdf. Acessado em 13/10/2022.

Pack do London Mithraeum Bloomberg SPACE:
https://www.museumoflondon.org.uk/application/files/9615/0781/4381/Mithraeum_pack.pdf. Acessado em 13/10/2022.

Teacher's pack, em PDF:
https://assets.bbhub.io/company/sites/30/2020/11/912448_SPACE_LucySkaer_TeachersResource_Oct2020.pdf. Acessado em 13/10/2022.

THE *LONDINIUM MITHRAEUM* AND THE EXCAVATION OF TWO EMPIRES

Renato Pinto¹

Abstract

The discovery of the Londinium Mithraeum in 1952 was a milestone in the reconstruction of London after the bombings of World War II. Coming from the Hellenistic world, Mithraism arrived in Britannia in the second century AD, already re-signified, and worshiped by the army, merchants and rich freedmen. The temple dedicated to Mithras was built at the beginning of the third century and lasted until the middle of the IV, symbolizing resistance to the attacks of Christianity and was possibly reconsecrated to another deity. The excavation of the temple and the archaeological finds in the twentieth century in its interior have led many Britons to connect the remains of an ancient empire with the anxiety related to the death throes of their modern one. Despite the Mithraeum's success in modernity, its archaeological trajectory is complex and involves reconstruction issues of a large city like London and the role of museums and the private initiative in guarding the archaeological heritage.

Key-words

Roman Britain (*Britannia*); *Londinium*; *Londinium Mithraeum*; Mithraeum Bloomberg Space; Archaeological Heritage.

¹ Assistant Professor – Federal University of Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brazil. E-mail: renato.pinto@ufpe.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

Resumo

A descoberta do Mitreu de *Londinium* em 1952 foi um importante marco na reconstrução de Londres após os bombardeios da Segunda Guerra Mundial. Vindo do mundo helenístico, o mitraísmo chegou à Britânia (*Britannia*), província do Império Romano, no séc. II d.C. já ressignificado, voltado aos militares, mercadores e ricos libertos. O templo dedicado a Mitra foi construído no início do séc. III e durou até meados do IV, simbolizando resistência aos ataques do cristianismo e, possivelmente, sendo reconsagrado a outra divindade. A escavação do templo e os achados arqueológicos no séc. XX no seu interior levaram muitos britânicos a conectar os vestígios de um império da Antiguidade com a ansiedade relacionada aos estertores do seu império moderno. Apesar do sucesso do Mitreu na modernidade, sua trajetória arqueológica é complexa e envolve as pressões imobiliárias de uma grande cidade como Londres e o papel de museus e da iniciativa privada na guarda do patrimônio arqueológico do passado.

Palavras-chave

Britânia (*Britannia*); *Londinium*; Mitreu de *Londinium*; *Mithraeum Bloomberg Space*; Patrimônio arqueológico.

Introduction

It happened the first time I visited London, in the late 1990s. It was a thought-out walk to a *specific location*, as I had already carefully planned the route, a short walk from Cannon Street tube station. Turning right into Queen Victoria Street, I found it. Simple, laid on a corner, not a grandiose structure, at street level. And yet *spectacular*. After all, it was the first structure directly linked to Roman Antiquity that I had seen in my life. There was an explanatory sign, modest and concise. But the impact was huge on me. For someone who had developed a taste for studying the Roman world since childhood, the moment could not have been different. That place referred to an existence of 1800 years before our “meeting”. It was not the ruins of the city of Rome, it is true, but it was a vestige of the northernmost province of the Empire. Good enough for me. Destiny and will led me to research from that moment on the presence of polysemic Roman culture in Britain, a period traditionally known as *Roman Britain*, or *Britannia*, the historical name in Latin. In London there was much more to be seen of that period. But I cannot fail to mention the importance of my archaeological “discovery” from Roman antiquity: the Temple of Mithras in *Londinium* (*Londinium* is the Latinized name, used during part of the Roman occupation).

Dating from the third century AD, the London Mithraeum (the name of the temples dedicated to the god Mithra in Latin are: *mithraeum*, in the singular and *mithraea* in the plural) is one of the most important archaeological finds of the Roman period in the city, if not the most important. In fact, the hundreds of artifacts found during its excavation in the mid-1950s are, to this day, the key to a lot of research on the cult of Mithraism in the Western provinces of the Roman Empire. The temple is also called by some as the “Walbrook Mithraeum”, a reference to the river that flowed into the Thames and which ran right next to the building in antiquity. The river Walbrook was channeled and disappeared from the surface of the city in the nineteenth century. There is arguably no other *mithraea* in London, and on the whole island there are few places where there is consensus on the existence of *Mithaea*, such as the Mithraeum in Rudchester (*Vindobala*), and another in Carrawburgh (*Procolita*), both on Hadrian's Wall, in the north of the island (Salway, 1993: 509; 525). The strong appreciation of the cult of Mithras among Roman legionaries explains the presence of artifacts linked to the cult near the sites of frontier forts in the empire (Elliott, 2021: 11). But the London Mithraeum is set in a very urban context, something rare in the Western provinces. Its size also deviates from the standards of other *mithraea*.

Mithraism had been known for centuries in the Hellenistic world and in parts of the Roman territory, coming from distant places such as India and Persia. But it began its expansion path with the dynamism of a new phenomenon of diffusion in the Westernmost and Northernmost portions of the Roman Empire in the first century AD. The cult, in its trajectory and movement through the Hellenistic world and beyond surely suffered resignifications in time and space. These adaptations, transformations and expansions create a very rich field of study in Archaeology and History, and invite great dedication to research such phenomena. They are not within the scope of this text, however. Here, I seek to make a brief presentation of the London Mithraeum, without claiming any verticality on the theme of Mithraism, which is very broad and complex, nor will I try to exhaust what could be written about the London Mithraeum. Although I intend to bring some information from works specialized in ancient religion and from the discovery in London of this structure from the period of Roman Britain, I think it is very presumptions to even attempt to approach the exhaustive work on the temple and its multiple religious connections in *Britannia* and in the rest of the Roman Empire. Among the most complete works on the temple of Mithras in London, and its excavation in 1954, are that of Jocelyn Toynbee (1986) and that of John Shepherd (1998). I suggest that the researcher who seeks to delve deeper into the history of the discovery and the excavation of the London Mithraeum should do so through these aforementioned authors and their works, to begin with.

In this paper I intend to briefly present the historical context of Mithraism in Rome and in the province of *Britannia*, and discuss the structure of the *Londinium* Mithraeum. The history of the Mithraeum in Antiquity is mixed with the way it is resignified in the present. Its path as an archaeological object is complex and remains controversial, opening several paths for debates about the heritage and expansion of large cities. Here, I consider it important to highlight the role that Archaeology plays in its mission to the public, by presenting a little of the archaeological trajectory of the London Mithraeum. Thus, this is a merely introductory work and, with any luck, a small contribution.

To continue, it must be said that the London Mithraeum is no longer where I “discovered” it so many years ago. As a matter of fact, it should never have been where I first saw it. The discovery and excavation of the temple, under the command of Welsh archaeologists William F. Grimes (a.k.a. Peter Grimes) and Audrey Williams, took place at another site nearby between 1952 and 1954. The temple was dismantled and taken carelessly to the Queen Victoria Street area in the 1960s to make way for an office

building. A measure that was, at least, better than its simple destruction, so to speak. Some of the main objects found in the 1954 excavation, mainly the statues, sculptures and reliefs (the famous small relief of the Tauroctony Mithras mentioned later was found earlier, in the nineteenth century), were kept by the Museum of London and have been exhibited in a segment of this museum ever since.

I have been back to the Mithraeum site on Queen Victoria Street a couple of times, but in 2010 I found the site with strong signs of abandonment, with rubbish thrown on the floor and the information sign covered with graffiti. It was in disrepair and it was a bleak sight. I figured it would not last much longer. But something would soon radically change the situation of the Mithraeum

The influx of Eastern religions into the Principate

A series of religions of oriental origin advanced, especially from the first century AD onwards, through large portions of the Roman Empire, reaching the Westernmost provinces. A good part of them brought messages of salvation after death, but also the prospect of a better earthly life. Many were mystery religions, involved voluntary and exclusive associations (*collegia*), and, through initiation rites, promised eternal life (Hingley, 2018: 183-4). To a large extent, they broke with Greco-Roman religious traditions, which advocated a much more contractual relationship between deities and devotees than profound changes of a spiritual and ethical background. Christianity immediately comes to mind, but there were others, such as Mithraism, or the cult of the Mother Goddess (*Magna Mater*).

The second and third centuries AD saw some of these Eastern religions gain increasing influence on the Western side of the empire, after they had already passed and morphed through the Hellenistic world. Mithraism followed this pattern. A mystery religion that had its origins in India and Persia, and which spread throughout the empire from the first century AD, undergoing adaptations in the various places where it passed, mainly in the Hellenistic world. The influence of the Greek language in Rome would have been fundamental to the expansion of these Eastern religions. They were cults that spread through a remarkable theurgy, theatrical rituals, rites of passage and the need to find the truth, which was secret and should be revealed (*Gnosis*). They offered different types of “rebirth” (Henig, 1984: 95; Hingley, 2018: 183; 317, n. 139).

According to Martin Henig (1984), the offer of new benefits to souls thirsty for salvation did not come without some rules and limitations, however. Christianity, in theory, did not allow its followers to share their belief in Christ with other deities, but other Eastern religions were more tolerant in this regard. Mithraism, in turn, did not require the break between ancient beliefs and its adoption, allowing the inclusion of old rites in its liturgical arsenal. Ancient sources, textual or material, reveal a great theological complexity in these Eastern religions, but we do not always have all the details. In fact, in general, the more intolerant side of Christianity made the erasure of these sources and traditions one of its greatest missions from the fourth century onwards.

But not everything could be obliterated, fortunately. The westward movement of these eastern cults takes place through conversion, too, but it is impossible to ignore the strength of the influence of the Eastern merchants in the provinces and the influx of huge contingents of slaves from that region to the Italian Peninsula, for instance. Many of these slaves gained their manumissions and, when freed, remained on the Western side of the Empire, developing some of their religious traditions there (Henig, 1984: 95; 97). In another diffusion interpretation, it is possible to suggest that the Roman legions stationed in the Danube region had direct contact with Hellenistic Mithraism, in its various liturgical forms. All these elements can help to understand the arrival of Mithraism in the West, which carried enough energy to settle and remain there. Christianity was yet to have the deleterious effect on the so-called pagan cults that its apologists so desired. It was the same with other mystery religions, too, or with the cult of Isis, for example. However, Mithraism had certain characteristics that set it apart from many other Eastern cults. The main one was the demand for a lifelong devotion to Mithras, in dynamism reminiscent of a commitment to military service. In vast regions of the Roman Empire, the cult of Mithras became famous among young Roman officials, foreigners and merchants, from the Black Sea to Britain, from Egypt to Germany (Henig, 1984: 97-101; Hingley, 2018: 183-4).

As mentioned, Mithraism was a religion of mysteries and initiations. The third step was that of the *miles*, that of the soldier, hence another indication of the strong connection with the corporate spirit of the Roman legionaries. The origins of such ritualistic traditions lie in Mithraism's connections with India and Persia. Mithras' submission to Ahura Mazda (Zoroastrianism) is documented in material culture. In the Avesta, Mithras is the god of light, and it was in the Achaemenid Empire that Mithraism suffered some of its greatest influences and resignifications (Henig, 1984: 101).

Gradually, Mithraism made itself known in imperial Rome. The aforementioned Roman troops from the Danube region, in Pannonia, must have received a great influence from Mithraism and this helps to explain the speed of diffusion of the cult of Mithras in the Antonine period, in the second century AD. The political and military crisis of the third century Roman Empire would have helped to promote religions that offered a greater and more efficient connection between devotees and their deities. The search for greater introspection of the soul, in addition to its own salvation, and the maintenance of the cosmos in counterpoint to chaos, could be met by the philosophies of many of these religions that arrived from the east. Mithraism could offer more enthusiasm and hope in those dark times. Mithras was light, associated with the Sun (*Sol*), reaching, in some cases, syncretism with *Sol Inuictus*. And more: Mithras *indicated* the path from darkness to the luminosity of salvation, the escape from chaos to the cosmos. In one of its ritualistic representations, that of Mithras Tauroctonos, the sacrifice of the bull (bull slaying) created by Ahura Mazda at the beginning of times represents the destruction of a divine being so that all forms of life can then be born. Mithras was represented in different ways from his birth and cosmic invention/intervention narratives. Among them, the form of Mithras *Saecularis* (Lord of the Times), hatching from an egg (Henig, 1984: 97-99; 101-2). And in another conformation, like Mithras *Petra Genatrix*, when it is born from a stone, being then, *petra natural*. Examples of the enormous complexity involved in Mithraism. But our attention will focus, starting from the London Mithraeum (*Londinium*), only on the tauroctonic representation of Mithras. The book *Religions of Rome* (2000), by Beard, North and Price offers extensive material on Mithraism and is highly recommended.

In Tauroctonos iconography, Mithras enters a cave, where he sacrifices the cosmic bull with a dagger held in his right hand. Wearing a cloak and his famous Phrygian cap, he dominates the animal by leaning on its torso and delivers the fatal blow. The blood that generates all forms of life flows from the mortal wound and is drunk by a dog and a serpent, symbolizing the creatures of the earth. Thus, from a destructive rite, the “true” creation emerges. However, intent on hindering the rite and to show the necessity of the eternal fight against evil, Ahura Mazda's arch-rival, Ahriman, sends a scorpion to sting the bull's genitals, intoxicating it during the sacrifice, in order to affect the fertility in its divine source. In the imagery construction of this cosmogony, Mithras Tauroctonos is also accompanied by two other figures: Cautes, on the right, with a raised torch, and Cautopates, on the left, with a torch facing downwards. They represent the opposition of the attributes between dark and light, good and evil, life and death. Aspects

linked to the zodiac circle are also common in Mithraistic iconography (Henig, 1984: 102; Ottaway, 2013: 217).

It must be said: Mithraism was a sophisticated cult. It was an exclusionary religion, insofar as its mysterious liturgy was aimed at men of certain possessions, merchants and, almost always, officials above the rank of centurions. And, furthermore, initiations seemed to require heavy psychological and physical sacrifices (Henig, 1984: 98). It had seven steps of initiation, rigorous access rites. A small congregation was thus expected. His devotees were people of political and social consequence, privileged in Roman society. Mithraism combined well with the discipline of military life and with the stoicism of the Roman world, and, similarly, with the indelible desire to keep the social hierarchies in the empire untouched, the origin of multiple privileges for the few (Salway, 1993: 510).

Although little remains of Mithraism scriptures and other liturgical information, it is possible to affirm, from epigraphic and artistic remains, that Mithraism required discipline and dedication, although not exclusive when it came to worshipping other gods. In the Roman Empire, it was common for temples dedicated to Mithra to be located next to those of other deities. Thus, we would normally speak of templar and thermal complexes around the mithraea, not isolated buildings. There are several examples of this arrangement in the temples dedicated to Mithras in the port of Ostia, in Rome, for example (Hingley, 2018: 184).

In what can be said about the places of worship, certain Eastern deities, venerated by the military and merchants, offered sensorial religious experiences different from the more traditional ones of the Roman pantheon, whose rites were practiced in open places and were less excluding and theatrical. On the other hand, oriental cults, in turn, were generally held in closed places, surrounded by mysterious initiation rituals. In the case of Mithraism, the Mithraea symbolized the cave where Mithras Tauroctonos slays the bull. They used to be tight, underground locations (Ottaway, 2013: 217; Salway, 1993: 510). Therefore, they were small spaces, without windows, and built in regions close to rivers, to indicate the presence of the purifying element, despite all the risk of floods (which, in fact, happened, as can be seen from the works of repair the floors of some mithraea, such as the *Londinium* Mithraeum). Despite the absence of entrances for natural light, there were specific niches for oil lamps and candelabras. It is curious that sunlight itself was not desired, protecting the secret aspect of the cult from foes, especially from the curious or judgmental eyes of Christians. The whole ritual had a strong theatrical appeal. The use of masks for initiates at different levels of the hierarchy,

symbolizing animals such as crows and lions, appears in some representations of Mithraism, found in the Balkan Peninsula, for example. Ceremonies could involve extreme rites, such as the temporary burial alive of some devotees, so that they could be “reborn” when they came out of their coffins (Henig, 1984: 103; 105). Or exposure to intense heat at times. It was also possible for the initiate to drink wine mixed with hallucinogenic herbs during rites, such as *haoma*, widely used in Zoroastrianism. Other substances, such as honey, could be used for libations and ablutions in initiation rites, too. Incense and other aromas, in addition to what has already been mentioned, would apparently offer diverse multisensory experiences (Henig, 1984: 102-3; 105; 107).

There are few records of mithraea outside the *limes* area, where legions were stationed. Thus, it is clear the strong appeal that the cult had for legionaries, especially for aspirants to high positions. Mithras seems to have risen to prominence among the higher echelons of the military, but wealthy merchants could also participate. The inscriptions found inside the cells or temples point to a very select, privileged and reduced congregation of legionaries and merchants, therefore. It was exclusionary, however, not accepting women or people of limited means among its devotees (Henig, 1984: 98; 108; Ottaway: 2013: 217-8; Hingley, 2018: 172).

Restricted to men only (Salway, 1993: 510), this exclusion of women, cut off from the salvation that Mithras could offer, must have become an obstacle to the expansion of the cult beyond the boundary areas. And the threat of more proselytizing Christians was always present. Some discretion was always needed. The cult of Mithras declined significantly throughout the empire from the mid-fourth century onwards but Emperor Flavius Claudius Julianus was favorable to its cult and, thus, Mithraism may have lasted much longer, in more select and conservative circles, at least until the beginning of Theodosius' rule, in 379 AD (Henig, 1984: 109; Hingley, 2018: 183).

Mithraism in Britannia

Among the eastern religious cults that reached Britain, Mithraism is one of the most familiar. In Britain, the first of the Eastern mystery religions to establish themselves effectively was Mithraism (Henig, 1984: 97; Salway, 1993: 510). This is not to say that it spread widely throughout the province. In fact, it remained deeply exotic and secret compared to the other deities of the Greco-Roman or local deities. As elsewhere, the cult of Mithras in *Britannia* was accompanied by other deities, without this generating any

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

religious or political conflict among its followers (Henig, 1984: 101). This is what happened in Bath, for example. And in the same way, Mithraism in *Londinium* shows how easy it was to assimilate other religions, their tolerance of other deities. From the London Mithraeum several votive elements and statues referring to various deities could be obtained (Mattingly, 2007: 304; 310; Salway, 1993: 510).

According to David Mattingly (2007), as with some other cults with strong appeal among the island's military community, Mithraism in its mystery religion format and composed of several levels of initiation could offer, at the same time, a sense closer to the consciousness of military ranking and, also, a sense of unity among the enlisted. In fact, almost all the contexts in which there is no doubt about the worship of Mithras in Britain are connected with military life. Even the *Londinium* Mithraeum, on the edge of the Walbrook, an urban context, had strong associations with the soldiery established in the city, especially in the fort of Cripplegate (Mattingly, 2007: 217; Henig, 1984: 108). It is not possible to clearly determine how the cults of deities of military appeal underwent adaptations and resignifications when they were adopted by legionaries coming from different parts of the empire, and taken to the multiple areas of defense of provinces, far from their origins. There is some expectation that such cults, coming from regions further away from the empire or belonging to the provinces themselves, would be more widespread among the lower-ranking military. But one cannot underestimate or dismiss the devotion of the commanders, either (Mattingly, 2007: 217-8). Likewise, it is difficult to establish how much integration could have taken place between such military worship and the population of *Londinium* or other regions close to the Mithras cult in *Britannia*.

In Britain, Mithras was particularly worshiped by the military in temples and cells in small forts along Hadrian's Wall, with offerings made by high-ranking officers, included. There seems to be at least an attempt here to maintain ties between these legionaries, their favorite deities, and their homelands. An identity issue, therefore. The Carrawsburgh Mithraeum contains a dedication by an official named Aulus Cluentius Habitus, who makes clear his family connections (it is worth remembering the case of the senatorial trial *Pro Cluentio*, by the orator Cicero) with the elite of the late Republican period in Rome (Huskinson, 2002: 120-1).

Further inland, there is the case of York Mithraeum. Images of tauroctony can be seen in a relief of Micklegate, southwest of the river Ouse, which could indicate the presence, at the site, of some temple dedicated to the deity of Persian origin (Ottaway, 2013: 217-8). The southern portion of

Britannia offers a significant amount of figurines, reliefs, jewelry and mosaics with images of classical deities, however, there is a scarcity of votive inscriptions. When they exist, there are a number of ambiguities in the definition of deities by devotees, whose own identities are not clear either (Mattingly, 2007: 308-9). As can be seen, in general, the places of worship of Mithras in *Britannia* are distributed along Hadrian's Wall, a region of *limes*, and in a few localities in the rural areas of the island. This indicates a preference for more remote locations or markedly inhabited by legionaries, on the borders. Even in these locations, the identification of mithraea becomes a complicated act, surrounded by uncertainties.

An important exception is the *Londinium* Mithraeum, a very busy urban center in the third century AD, the most likely moment of the foundation of the temple dedicated to Mithras. *Londinium* was a city of merchants, soldiers, freedmen, founded by the Romans, shortly before 50 AD, six or seven years after the Roman conquest of the island, made in 43 AD by the legions of Emperor Claudius. Powerful since the second century, it had become an international commercial city, with characteristics of an emporium, with around 50 thousand inhabitants as early as 140 AD.

The Londinium Mithraeum

The *Londinium* Mithraeum is the only proven site of Mithras worship in an urban centre, with multiple inscriptions from devotees associated with ex-legionnaires or local officials (Mattingly, 2007: 309). In fact, it is worth noting that the temple of Mithras is also the only temple in London from the Roman period whose deity to whom the space was dedicated is undoubtedly known.

The construction of the temple of Mithras in *Londinium* dates back to the mid-third century AD, although archaeological material found in its interior may be from the previous century. Vascular material found in the temple points to its construction around AD 240. It is not known for certain who built the *Londinium* Mithraeum, but it may have been the work of some wealthy veteran or a *collegium* of Mithras patrons (Hingley, 2018: 183-4; Salway, 1993: 510).

The Mithraeum would have been a construction, at least partially, underground, devoid of windows, in order to simulate the cave of the tauroctony rite. In a rectangular format, it measured 18.3m in length and 7.6m in width. An exceptional size for a temple dedicated to Mithras [Henig, 1984: 108; D. Perring (2022: 318) indicates other measurements:

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

17.83m x 7.84m]. The entrance to the Mithraeum would have been from the east side. At the other end, there was a small semicircular recess (*apse*), where the statue of Mithras Tauroctonos would have been put, on a plinth. The temple was built east of the ancient river Walbrook, and would have suffered from flooding, requiring the floor to be raised at least eight times throughout its existence. The interior of the temple had seven pairs of columns supported by low platforms, which ended up dividing the rectangular space into three segments. The floor of the side aisles was higher than that of the nave. These limited narrow spaces indicate that the temple would not have been designed to accommodate a large number of devotees (Hingley, 2018: 184-5).

There may have been other religious structures at the site, as a fragment of an inscription found during the excavation of the mithraeum points out (see below). However, the area around the temple was little explored in subsequent excavations. Cults of other deities, such as Bacchus, may have developed in the vicinity, but there is little complementary archaeological information. In spite of this, the temple of Mithra in London is often represented as an isolated building. In any case, there is no doubt that the mithraeum was composed of other parts, in addition to the excavated one, and could have been just a segment of much more rhizomatic structures. Difficulties in the 1954 excavation led Grimes and Williams to expose and explore only what may have been an antechamber of the temple (Hingley, 2018: 184).

The demise of the Mithraeum in Antiquity

Threats from part of Christianity followers may have led the devotees of Mithra to hide objects related to the cult in pits under the temple floor. Inside these were images of Greco-Egyptian gods (Serapis), a Dionysian scene (Bacchus), the head of Minerva, and an unidentifiable water god, among others. The first signs of possible vandalism occurred at the beginning of the fourth century, with the dismantling of part of the structure and that is when the main sculptures would have been hidden or discarded (Salway, 1993: 509-10). It was probably at this time that Mithras's marble head was cut by an axe and separated from its body, which has not been found to this day. Mithraism was a clear target of Christian intolerance, while other so-called pagan religions could suffer less repression from the leaders of Christian apology (Salway, 1993: 509-10). Constantine's visit to *Britannia* in 312 or 314 AD may have marked the trigger moment for the vandalism of the temple of Mithras. The statues

would then have been broken and parts of the structure damaged. But the temple was rebuilt and returned to service, presumably dedicated to Bacchus, or it may have partly retained its original religious purpose. It is not known for certain (Henig, 1984: 108-9; Mattingly, 2007: 348).

As already mentioned, the deposit of the fragments may have been the result of positive rituals (*ex-voto*) and not vandalism. Richard Hingley (2018: 184-86) recalls that the heads of the sculptures formed most of the deposits, indicating that there was a careful choice of parts to be dedicated for burial. The fact that heads are the most selected part for *ex-voto* deposits is part of intense debates that may be connected to the cult of severed heads and the Walbrook skulls in the province (See Redfern; Bonney, 2014; Pinto, 2017; Perring, 2022: 250-56). Hands can also be well represented in deposits. Heads and hands would be more directly associated with the identities and/or powers that would emanate from the fragments (Croxford, 2003: 83-8). Dominic Perring (2022: 355) proposes an alternative version for the fate of the *Londinium* mithraeum. Since there is no uncontested evidence of Christian vandalism at this temple, Perring suggests that the site was rededicated to Bacchus and that the mutilation of the statues may be linked to the mythical ritual of *sparagmos*, when sacrificial limbs to the god Bacchus are ripped off and scattered. But we cannot prove this hypothesis either.

Despite the advance of Christianity in *Britannia* and its mission to erase Mithraism, the temple of Mithras survived, and would have been remodeled in the beginning of the fourth century, its columns having been removed, to create more interior space. What is noticeable is that new altars seem to have been installed in the enclosure in a semicircle (*apse*) at the beginning of that century. According to Richard Hingley, in observation of the interpretations by Henig and Shepherd, such alterations feed the idea that the temple may have even been dedicated to a new deity, possibly Bacchus (Hingley, 2018: 214). Or even survived together with the new deity. What is known is that from the mid-fourth century onward the building would have been abandoned and fell into ruins. But given the intensity of persecution of so-called pagan temples by Christianity's most exalted followers, it is significant that the Mithraeum endured for so long (Hingley, 2018: 215). In any case, the so-called paganism had certain strength until the middle of the fourth century, showing a very tense and complex scenario in the field of religious practices in *Britannia* (Salway, 1993: 510). Perhaps it is still possible to find more archaeological material that can shed more light on the last moments of the temple of Mithras in Antiquity.

The archaeology of the Mithraeum and the ruins of two empires

Interest in epigraphic research on the period of Roman occupation of Britain began to shape in the academy at the beginning of the twentieth century, in particular, at the University of Oxford. With the death of Queen Victoria in 1901, the British Empire experienced moments of uncertainty, but these were soon mitigated with a renewal of incentives for colonialism in Africa and the instigating confrontation of the Ottoman Empire. In spite of the surge in belligerency, it is common to understand the early years of the twentieth century as a continuation of the alleged *Pax Britannica*. In this context, the Roman Empire was seen as a largely successful example of conquest and domination. The main academic stager of the advance in Romano-British studies as a discipline was the archaeologist and epigraphist Francis Haverfield (Perring, 2022: 15). Since then, other scholars have focused on *Britannia* in a process that is almost always openly comparing the Roman and British Empires, based on the controversial concept of “Romanisation” (Hingley, 2000).

The so called “Roman finds” on the island were closely approximated to the belief that Rome had brought the ideals of civilization to Britain, a view defended by many academics and the population (Perring, 2022: 15-6). In the run-up to World War II, the Society of Antiquaries of London was able to raise funds for further excavations in London and it was this new window of opportunity that archaeologists such as Eric Birley, Gerald Dunning and Frank Cottrill used to excavate the tomb of Julius Classicianus (the provincial procurator), show part of the plan for the reconstruction of the forum and the basilica, and reveal the Boudican and Hadrianic fire “horizons” in the stratigraphy of *Londinium* (Perring, 2022: 16). The Guildhall Museum and the Museum of London organized collections of objects from the Roman period in the early nineteenth and early twentieth centuries, but nothing compared to the reconstruction works from the bombings that took place during World War II (Hingley, 2018: 6).

After the German bombings of London in 1940 and 1941, the UK government, concerned with the reconstruction of the devastated areas, chose to found the Roman and Medieval Excavation Council in London, with the finance support of the Ministry of Works. A team of archaeologists began digging in 1947 under the direction of William Francis Grimes. The idea was to move away from areas that were under immediate development pressure and the process was monitored by the Guildhall

Museum. The fieldwork itself was coordinated by archaeologist Audrey Williams (Perring, 2022: 16), a pioneer in Welsh Archaeology, and indeed, the first woman to preside over the *Royal Institution of South Wales (RISW)*.

Among the main archaeological discoveries by the Grimes and Williams team are the Roman fort at Cripplegate and the Mithraeum, both the result of excavations between 1946 and 1968. However, few would oppose the thought that Grimes and Williams biggest find was the *Londinium* Mithraeum, during the excavation of a transect of the Walbrook at *Bucklersbury House* in 1952. It is an archaeological landmark. Already in the nineteenth century, in 1889, a group of sculptures, including a bas-relief of Mithras in the act of slaying the bull (tauroctony), had been found in this region of the Walbrook valley (see Image below: Mithras Tauroctonos). But the presence of a mithraeum in the area had not been asserted (Hingley, 2018: 6; 183). Although the mithraeum was found in 1952, excavations did not begin until 1954. The work took only a few weeks and it would have been only on the last day (Sunday, September 18, 1954), that the Grimes and Williams team found a marble head of Mithras, which was then associated with the temple's patron. Although there are other temples in London, this is the only one unequivocally dedicated to the god Mithras.

The finding of the Mithraeum generated enormous public interest and plans for urban reconstruction were suspended (Perring, 2022: 16). The site was open to visitors for two weeks. The discovery and the exposed ruins proved to be a resounding success with the public after being reported on the *Sunday Times*. On the first day, more than 35,000 people went to the site to see the mithraeum (Perring, 2022: 16-7). The demand and the rush to see the ruins make some sense since the excavation was to salvage the excavated material, which should then be removed as soon as possible to continue the post-war project of urban reconstruction of the area. The discovery site would be destroyed for the construction of an office building, but the strong popular reaction, adverse to the loss of the temple, led even Prime Minister Winston Churchill to look for a way out of the impasse. For many Londoners, after the traumatic period of the bombings of World War II, and with the destruction of parts of the city still visible on the surface years after the attacks, a find like the London Mithraeum could bring hope for a fresh start and a feeling of resilience. More than a curiosity with such a distant past, there was a certain perception that the city, still the proverbial capital of a modern empire, but already in its evident throes, had been part of another powerful imperial world in Antiquity. London's connection to the Roman world would not be ignored. The outcrop of the mithraeum seems to have activated the feeling, then already somewhat nostalgic, that *Englishness* was, since Antiquity, linked to the burden of

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

civilizing. How could they let this be forgotten? Archaeology itself, it seemed, was right there to remind them. The excavation of the Mithraeum by the British archaeologists was symbolically one of two empires. But empires also lose their “materialities”.

Despite all the support from the public and the media, the mithraeum could not remain where it had been buried for over 1800 years. The rage of real estate speculation won and in 1962 the temple was dismantled and rebuilt in another nearby location, at ground level, but without keeping the correct dimensions and cardinal positions found in the original site. Also, there was no great concern to involve archaeologists in the endeavor. This generated major inaccuracies in the reconstruction. Over time, especially at the end of the 2010s, the place was practically abandoned and constantly vandalized. The government seemed to do nothing about it: a very dismaying abandonment of a heritage structure. It was then that the US billionaire group Bloomberg bought the entire region near the temple.

In 2010, the last year I saw the mitreu in the open, the idea of moving it once more came up. However, with greater scientific concern, this time the Museum of London would participate in the removal process. The mithraeum was saved, reconstructed with the expertise of archaeologists from the Museum of London. In a way, the mithraeum was buried again, placed seven meters below ground level. But not only did it get a new location, it also got a new guardian: the American media and technology group Bloomberg. That is where the money for the venture in partnership with the Museum of London came from. However, once again, the problem of property appropriation is laid in the hands of a gigantic billionaire international conglomerate. The place, which schools and tourists can visit, always free of charge, is called *Mithraeum Bloomberg SPACE*, and it was opened to the public in 2017. It is worth reviewing some more information about the restoration and relocation project before proceeding with more data about the London Mithraeum. The partnership between the Bloomberg group and the Museum of London in the preservation of the temple must, necessarily, lead to new debates regarding the use of public heritage and the role of the private sector in the custody of this material, although such debates cannot be exploited in depth in this paper.

The archaeological material of the London Mithraeum

Hundreds of artifacts (almost 600!) of wood and leather, as well as significant vascular, epigraphic, numismatic and statuary material were

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

found during excavations of the London Mithraeum. A hundred names of inhabitants of *Londinium* are cited and among such inscriptions is the oldest found to date that mentions the Roman name of the city.

One of the highlights among the archaeological material found in Grimes and Williams' excavation of the Mithraeum is the marble head of the god Mithra. According to Richard Hingley (2018) and Jocelyn Toynbee (1986), Mithras's head would have been carved somewhere between 130 AD and 190 AD. Most of the Carrara marble pieces found in the Mithraeum would have been produced in workshops in Italy. Mithras' head shows signs that it was deliberately separated from the rest of the statue, still in antiquity, by means of a powerful cutting instrument, possibly an axe. It was precisely the discovery of the marble head of Mithras at the final moment of the excavations by the Grimes and Williams' team that ended up defining the site as a temple of that god (Hingley, 2018: 184; 186; Toynbee, 1986; Perring, 2022: 319).

In addition to the head of Mithras, the archaeologists also found those of Minerva (an unusual deity in *Mithraea*) and of Serapis, always in marble, and very well preserved. Emperor Septimius Severus visited the city of *Londinium* sometime in the beginning of the third century, and he was a devotee of Serapis, actually identifying himself with the Greco-Egyptian deity. It is possible that the marble head of this god, placed in the mithraeum, was part of a statue donated by some wealthy patron in honor of the emperor. Also in the excavated assembly were a sculpture of Mercury sitting on a stone, accompanied by a ram, a large hand of Mithras in the act of immolation of the bull and a hand and a forearm, made of limestone, of the same god. The heads would have belonged to bodies that were lost. Perhaps, in another possible interpretation, the parts that were excavated were the only ones deposited at the site, which opens the possibility for a specific selection. Bone material was also found during the excavations, from animals used in sacrifice or for meals and their symposiasts. They are bones of chickens, pigs, sheep, goats and a few of cattle, all quite modest compared to other *mithraea*. At the entrance to the temple, fragments of marble sculptures and statues were excavated, perhaps votive material, possibly dating from the fourth century (Hingley, 2018: 172; 184-6; 318, n. 158).

Another great highlight of the Mithraeum is a bas-relief, in marble, 53 cm high, clearly showing in detail the rite of Tauroctonos Mithras, but which had been excavated in the region at the end of the nineteenth century, in 1889. However, nothing was known of the existence of a Mithraeum in that region (Merrifield, 1965: 179). It is very likely that the small relief, which

represents very well the Tauroctony mythology, belonged to the temple, only excavated in the following century. The relief in question was defined as British art and style by Toynbee (1986). There are figures associated with tauroctony, including the torchbearers Cautes and Cautopates, the dog, the serpent, the scorpion, in addition, of course, to the bull and Mithras himself. The entire scene is surrounded by a zodiac disc. The relief is accompanied by an inscription, outside the disc, which refers to a veteran of the second Augustan legion, Ulpus Silvanus, who would have served in the army or had been initiated into the mysteries of Mithras in Southern Gaul (in Arausio, or *Colonia Iulia Secundanorum*). Ulpus Silvanus may have been the founder of the temple, and he took to *Londinium* the objects that would be, almost two thousand years later, excavated by Grime (Hingley, 2018: 184; 186). The inscription reads: VLPIVS SILVANVS EMERITVS LEG II AVG VOTVM SOLVIT FACTVS ARAVSIONE. The translation could be "Ulpus Silvanus, *emeritus* of the Second Legion Augusta, paid his vow, enlisted at Orange" (Collingwood; Wright, 1965: 1; 2. *RIB* 3).

Other sculptures linked to the Mithraeum were found in the same period, in the nineteenth century and show multiple aquatic deities, perhaps Neptune, or even a personification of *Londinium*, in addition to the aforementioned bas-relief of Tauroctonos Mithras (Hingley, 2018: 186). A connection of Mithras with the solar deity also appears in a specific inscription. It would have been made around 308 AD and has a line where the expression [AU] GGGG appears in reference to the four emperors of the time, Maximian, Galerius, Constantine and Maxentius. The same inscription also makes mention of the god Sol Inuicto, [soli i] *nuicto* (Salway, 1993: 222, *image*; Collingwood; Wright, 1965: 2. *RIB* 4).

Many of the artifacts found in the Grimes and Williams' excavations were studied by influential English archaeologist Jocelyn Toynbee (1986), who compared the findings to other contemporary sculptural materials from the Mediterranean, especially those from Italy. With this, the material assembly found can be dated as belonging to the second and third centuries, and were produced, apparently, in marble workshops in Italy. Richard Hingley points out that such objects are older than the temple, and may have been donated to other spaces, always in devotion to Mithras (2018: 185).

Other objects found in the Temple of Mithras, which are worth mentioning here are: a cylindrical casket, plated in silver, inside which was an infuser / strainer for drinks and herbs. The container measures 6.3 cm high and 8 cm in diameter. The lid of the casket shows scenes that suggest animal fights and that of a man who seems to get up from a chest or a funerary

coffin. Perhaps a reference to the rebirth aspect of the Mithras's cult, after a temporary burial ritual for the initiates. The infuser, on the other hand, may be linked to the consumption of hallucinogenic drinks during sacramental services (Henig, 1984: 103; 105).

There are many other artifacts found in excavations in 1954 and even earlier, in the nineteenth century. There would be no way to account for so many important objects in this space. But it is important to mention that many of these objects were found in ditches, or pits as *ex-voto* material, or to simply protect them from vandalism caused by religions averse to the cult of Mithras in the fourth century, in particular, Christianity.

The Archaeological Context

The 1950s managed to direct many students to the field of Archaeology in the UK, especially encouraged by the success of excavations in London in that decade. But the 1960s were not promising. The London Medieval and Roman Excavation Council stopped sponsoring excavations in 1963. Reconstructions no longer followed the advice of archaeologists and extensive damage was caused to ancient sites. The discoveries then relied much more on volunteer work. As out of bad comes good, the economic decline of the 1970s put a stopper to new construction and gave new impetus to conservation work. This time, the archaeologists sought renewed support from the authorities for the creation of new teams of archaeologists. From there, the Department of Urban Archaeology (DUA) (Perring, 2022: 17-8). There is a marked resumption of excavations in London after the foundation of the DUA, linked to the Museum of London in the early 1970s. The focus of such research was, quite specifically, the Roman past in the city (Hingley, 2018: 6).

According to Dominic Perring (2022: 18-21), the increase in the number of archaeological sites also led to the problem of deadlines for interventions to be met more quickly. Thus, a good part of the teams started to work with the perspective that the best analyses would come from the material collected and taken to the laboratories, and not *in-situ*. This problem became even more acute in the late 1980s and clashes between archaeologists and real estate investors intensified, as entrepreneurs were funding part of the excavations and wanted more immediate results. The 1990s were even more problematic, as there was a significant contraction in investments in archaeological contracts. An immediate consequence is the lack of publication of studies carried out in this period, which are still awaiting printing.

The Museum of London Archaeological Service (MOLAS) was founded in 1992 and has become London's largest archaeology office. In 2008, MOLAS would become the Museum of London Archaeology (MOLA). The Museum of London has worked hard on revamping its teams and publishing reports, but the volumes, more than a hundred of which have already been published, despite bringing a lot of data on *Londinium*, do not allow for an easy dialogue with each other. As a result, the data is fragmented. The 2008 crisis led to greater funding problems and the construction of the Elizabeth Line's tube stations showed how outdated archaeological studies are in the city. Brexit and the Covid pandemic brought everything to a virtual standstill.

There are other Archaeology offices that have been carrying out excavations in London for the past 20 years, which help to reveal segments of *Londinium*'s history that are salient to creating a chronology and mapping of public buildings in the Roman city. London is the best excavated city in the UK and one of the best studied in the Roman Empire. However, despite this new *corpus* of excavation report publications, the urban fabric of *Londinium* remains considerably lacking for scholars (Hingley, 2018: 6-7). The *Londinium* Mithraeum "lived" this historical-archaeological context and its current destiny is inseparable from the nationalist narratives that marked and still affect the guarding of the heritage of Antiquity in the United Kingdom.

O London Mithraeum Bloomberg SPACE

The *London Mithraeum Bloomberg SPACE* is a media and archaeological project to exhibit to the public, through guided tours, the reconstruction of the *Londinium* Mithraeum in the basement of the building that houses the European branch of the international group Bloomberg, in the City. It is a partnership between the Museum of London and the media and technology giant. The Bloomberg group's main site for the tour is *londonmithraeum.com*. Bloomberg's website, with the aim of promoting London's new educational and tourist attraction, offers among other information elements downloadable *packs*. It also provides basic and technical data about the Mithraeum: its chronology, its structure, interpretations of its past use and details of its excavation and relocation northwest of its place of origin in 1962. It is explained that in 2010, the Bloomberg conglomerate acquired a large part of the properties where the ruins of the temple were located and, also, from its place of origin. The purpose of the acquisition by the Bloomberg group was to build its

European headquarters there. The real estate investment triggered a major archaeological investigation and rescue excavation campaign, spearheaded by a team of specialists in the conservation of material heritage from the MOLA (*Museum of London Archaeology*, an important and fruitful archaeological research and publishing arm of the Museum of London). The project resulted in other major archaeological discoveries in the region, and, as said, the relocation of the Mithraeum. The removal relied on the great expertise of archaeologist Sophie Jackson, among others. It was a very outreaching project. The temple of Mithras was rebuilt almost on its original site in antiquity. In fact, the reconstruction and relocation of the temple did not return it to the *exact* site of its excavation, but to an underground point as close as possible to the original location, including in orientation (relative to the cardinal points) more suitable to that of antiquity. As a result, the temple today is still a few meters away from its construction site in *Londinium*.

The Museum of London also produced similar material to celebrate the inauguration of the joint project, which opened in 2017. There are more than nineteen pages with questions and answers from experts, accompanied by high-quality images and maps. According to this information *pack*, the space reserved for the London Mithraeum, recreated in the basement of Bloomberg's headquarters, receives British elementary school students (KS2, age group between 7 and 11 years), who go to the local to visit and study the ruins of the temple. But tourists can also complete the tour and access the ruins, by appointment. As for students, tourists can visit the temple for free.

Despite also receiving tourists, the material available on Bloomberg's official website is mainly aimed at school visits. There are PDF files, material to be downloaded, in order to facilitate the work of teachers in their teaching activities. The *London Mithraeum Bloomberg SPACE website* works as a guide booklet that presents the objective of the visit to enable students to expand their knowledge of London in the Roman period, fostering skills of questioning, observation and predictability. An educator-guide will lead students to investigate authentic artifacts from antiquity, and to make connections between the present and the past, as they observe which objects from the past are still used today. Modern artworks inspired by the archaeological site, for example, are explored. Classes on the cults of *Britannia* are given by the educators before the students descend seven meters below street level to the Mithraeum floor. Visitors to the new London attraction will go through immersive, multisensory experiences of sound and lighting in this proposition. After visiting the Mithraeum, visitors will also be able to go on foot and through

the nearby streets, to the London Museum gallery, for more access to the objects of the museum collection.

The *London Mithraeum Bloomberg SPACE* media material lives up to Bloomberg's experience in creating communication channels. The cooperation between the Bloomberg group and the Museum of London generated a very well structured *website* with information and comments on Mithraism in Antiquity, the construction of the Mithraeum, its excavation in 1954, public visitation and its effects on conceptions of past and present which we have today from material culture. Also on Bloomberg's official *website*, besides the specific *packs* for teachers, there are also some for tourists. In addition to the printed material, five videos are available on the *about tab* of the site, a page called the *cultural hub*. There are valuable and rare video testimonies from archaeologists and, in what is truly curious and instructive, from people who visited the site during its excavation in 1954. It is a very well organized material and very rich in information. There is no doubt that there was a massive investment in the creation of these channels of communication with the lay public as well as academics. The use of images is very efficient and they exist in abundance in the pages of the websites. All this material is involved in the question of archaeological heritage politics. As well coordinated as the project was between the Museum of London and Bloomberg, it raises debates about the presence of large private institutions in the custody of public assets.

Additional considerations

Recently I was able to visit the new resting place of the London Mithraeum, in the bowels of the European headquarters of the Bloomberg group. My impressions of this experience were not very positive. Going down the stairs is part of the process of returning to the past, so that we forget that we are under the headquarters of the Bloomberg group. The space is illuminated in a way that gives the impression of returning to the past, without filters, and also to what is thought to be the mysticism of the past and the cult. Smoke and lights and sounds are intended to affect the senses of sight and hearing. The experience proposes to be multisensory, as said. However, we are quickly reminded that the visualization or even the entire experience is controlled in minutes. It is not possible to stay close to the structure. Another group of tourists or students needed to enter. The cue was there for me to leave. Everything is very fast. Kind of alienating. There is no time for the abstractions I tried to form when I saw the Mithraeum in the street. I knew the tour was guided, of course, but my first impression

was not that positive. It is impossible to forget the first time I saw the ruins of the Mithraeum, on a London winter's day, more than twenty years ago. The sculptural pieces of the mithraeum, exhibited for a long time by the Museum of London, will also get a new address, as the museum itself is moving. It will leave the iconic Barbican Center area for its new premises in the West Smithfield neighborhood, close to Farringdon train station. The London Mithraeum, a World Heritage Site, will still continue to greatly influence the way we perceive *Britannia*, its inhabitants and the Roman world as a whole, as we look back and resignify the past.

There are questions to be answered. The UK will have to rethink several heritage conservation processes. The death of Queen Elizabeth in September 2022, the arrival of a new king, Charles III, and a new Tory government marked by massive internal dissent, as well as challenges to the UK's position in Europe and the world afflicted by the war in Ukraine will create enormous tension in the supply of funds for archaeological research. Or will Heritage politics surrender everything to the fury of the private sector?



Figure 01: Marble bas-relief of Tauroctonos Mithras, from the Mithraeum in London. Museum of London. *In:* Henig, 1984: image 40, 103.

Bibliographic References

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*, vol. 1: the History. Cambridge: CUP, 2000.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 53-77.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15474

COLLINGWOOD, R. G.; WRIGHT, R. P. *The Roman Inscriptions of Britain I*. Oxford: OUP, 1965.

CROXFORD, Ben. Iconoclasm in Roman Britain? *Britannia*, 34, 2003, p. 81-95.

ELLIOTT, Simon. *Roman Conquests Britain*. Yorkshire, Philadelphia: Pen & Sword, 2021.

HENIG, Martin. *Religion in Roman Britain*. London: BT Batford, 1984.

HINGLEY, Richard. *Londinium: a Biography*. Roman London from its Origins to the Fifth Century. London: Bloomsbury Academic, 2018.

HINGLEY, Richard. *Roman Officer and English Gentlemen*. The Imperial Origins of Roman Archaeology. London: Routledge, 2000.

HUSKINSON, Janet. Culture and social relations in the roman province. In: SALWAY, Peter (ed.) *The Roman Era*. Oxford: OUP, 2002, p. 107-138.

MARRIFIELD, Ralph. *The Roman City of London*. London: E. Benn Ltd., 1965.

MATTINGLY, David. *An Imperial Possession: Britain in the Roman Empire*. London: Penguin books, 2007.

OTTAWAY, Patrick. *Roman Yorkshire: People, Culture and Landscape*. Pickering, UK: Blackthorn Press, 2013.

PERRING, Dominic. *London in the Roman World*. Oxford: OUP, 2022.

PINTO, Renato. Os crânios do cemitério do Vale Superior do Walbrook: tafonomia e ritos. *Revista M.*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, jul./dez, 2017, p. 375-95.

REDFERN, Rebecca; BONNEY, Heather. Headhunting and amphitheatre combat in Roman London, England: new evidence from the Walbrook Valley. *Journal of Archaeological Science* 43, 2014, p. 214-226.

SALWAY, Peter. *The Oxford Illustrated History of Roman Britain*. Oxford: OUP, 1993.

SHEPHERD, John D. *The Temple of Mithras London: Excavations by W. F. Grimes and A. Williams at the Walbrook*. London: English Heritage, Archaeological Report 12, 1998.

TOYNBEE, Jocelyn. *The Roman Art Treasures from the Temple of Mithras*. London: London and Middlesex Archaeological society, Special Paper 7, 1986. Available on http://www.lamas.org.uk/images/documents/Special_Papers/SP7%201986%20Temple%20of%20Mithras.pdf. Accessed on 13/10/2022.

Sites used for inquiries: (all verified as of October, 2022)

Mithraeum Bloomberg SPACE: <https://www.londonmithraeum.com/>. Accessed on 10/13/2022.

Mithraeum Museum of London pack, in PDF: https://www.museumoflondon.org.uk/application/files/9615/0781/4381/Mithraeum_pack.pdf. Accessed on 10/13/2022.

Pack of London Mithraeum Bloomberg SPACE: https://www.museumoflondon.org.uk/application/files/9615/0781/4381/Mithraeum_pack.pdf. Accessed on 10/13/2022.

Teacher's pack, in PDF: https://assets.bbhub.io/company/sites/30/2020/11/912448_SPACE_LucySkaer_TeachersResource_Oct2020.pdf. Accessed on 10/13/2022.

LÍVIA E A “INSTITUCIONALIZAÇÃO” DA MULHER ROMANA

Tais Pagoto Bélo¹

Resumo

Para este trabalho, é fundamental atentar para o que já foi comentado até hoje sobre o patriarcado, averiguando-o no passado romano. Nesse sentido, este artigo tem como intuito realizar um convite ao pensamento e à reflexão acerca da posição da mulher na sociedade antiga, averiguando o caso de Livia e a hipótese de como ela foi “institucionalizada”. Ela foi esposa de Augusto, mas anteriormente tinha sido casada com Tibério Claudio Nero, com o qual teve Tibério e Druso como filhos. Otávio arranjou o divórcio para ela se casar com ele, o qual estava casado com Escríbônia. Ele soube unir uma linha da necessidade de Livia se mostrar com dotes tradicionais e poder dentro da *domus*, com seu papel ligado às coisas do Estado. Sua posição acabava por ser dúbia, pois era alguém que tinha um papel público, mas não tinha uma posição pública. A presença e a atuação de Livia poderiam estar atreladas às questões religiosas, as quais serão reportadas neste estudo através de fontes textuais, de autores como Tácito, Dione Cássio e Suetônio, e de fontes materiais, como as moedas.

Palavras-chave

Mulheres romanas; moedas; deusas; patriarcado; público/privado; dominância masculina.

¹ Pós-doutoranda – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: taispbelo@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Abstract

For this work, previous analyses and thoughts on patriarchy by investigating it in the Roman past should be considered. In this sense, this paper aims to invite the reader to the thought and the reflection on the position of women in the ancient society through the investigation of the case of Livia and the hypothesis of how she was "institutionalized". She was the wife of Augustus, but had previously been married to Tiberius Claudius Nero, with whom she had two sons, Tiberius and Drusus. Octavian arranged a divorce for her to marry him, who was married to Scribonia. He knew how to unite a line of Livia's need to show herself with traditional gifts and power within the *domus*, and her role linked to state affairs. Her position turned out to be dubious, since she was someone who had a public role, but did not have a public position. Livia's presence and performance could be linked to religious issues, which will be reported in this study through textual sources from authors such as Tacitus, Cassius Dio and Suetonius, and material sources, such as coins.

Keywords

Roman women; coins; goddess; patriarchy; public/private; masculine dominance.

Introdução

O título deste trabalho evidencia que ele se trata de um estudo sobre a mulher da Antiguidade. Com deveras críticas a respeito desse tipo de tema, é elencado aqui o motivo pelo qual continuar com tais trabalhos. Os estudos sobre as mulheres ou mesmo sobre gênero, em geral, em sua história, sofreram críticas durante seu estabelecimento nas disciplinas humanísticas, na sua continuação e até mesmo na vociferação pelo seu fim atualmente. Tais tipos de estudos não devem ser vistos como uma “moda”, mas, sim, como um novo olhar ou um novo modo de interpretação que as Ciências Humanas deram a esses tópicos no início dos anos de 1980. Esse ponto de vista somente tende a crescer e a se desenvolver, uma vez que as pautas tomadas em relação a esses assuntos são aquelas de “minorias”, as quais ainda não sanaram seus esforços de luta na sociedade contemporânea. A importância do estudo desses tópicos sobre o passado é uma forma de conscientização e aprofundamento acerca da posição e do contraste dos diferentes grupos sociais atuais.

Para este trabalho, é fundamental atentar para o que já foi comentado até hoje sobre o patriarcado. Esse conceito já foi útil para a mobilização política, retratando problemas no que se refere à historicidade da condição feminina. Ele foi importante enquanto distinguia forças para a manutenção do sexismo, na tentativa feminista de mostrar a subordinação feminina. Contudo, se o patriarcado teve um início, poderia ter um fim. O pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, ou seja, quando teria começado a história da opressão sobre as mulheres. As condições colocadas pelo termo poderiam trazer problemas, pois poderiam impedir clarificar as relações de gênero de algum grupo em estudo, uma vez que o conceito já demonstraria uma preexistência de uma dominação masculina em todas as sociedades. Desse modo, ele é criticado em sua generalidade ou universalizando uma forma de dominação masculina situada em diferentes tempos e espaços, além de sempre considerar a diferença física entre os homens e as mulheres como um aspecto universal invariável (Piscitelli, 2002: 15-16).

Consequentemente, para se pensar o patriarcalismo no passado romano, em que os pressupostos de gênero foram fundamentais para a construção da base daquela sociedade, com dispositivos que confirmaram um patriarcalismo estrutural, é fundamental construir uma racionalização de acordo com suas semelhanças e divergências com o patriarcalismo atual. Tais patriarcalismos apresentam contingências temporais atenuantes diferentes, que não deveriam ser confrontadas, contudo, a reflexão entre os dois é primordial. Isso posto, este artigo tem como intuito um convite ao

pensamento e à reflexão sobre a posição feminina na sociedade antiga, ao averiguar a mulher no passado romano através de Lúvia e a hipótese de como ela foi “institucionalizada”².

Lúvia (59/58 a.C.–29 d.C.) foi esposa de Augusto (27 a.C.–14 d.C.), mas anteriormente tinha sido casada com Tibério Claudio Nero, com o qual teve Tibério (42 a.C. – 37 d.C.) e Druso (38 a.C.–9 d.C.) como filhos (Tac. *Ann.* 5.1). Otávio, que era casado com Escríbônia, arranhou o divórcio de Lúvia para ela se casar com ele. No primeiro casamento, Otávio teve Júlia como filha. Essa união foi caracterizada como de estratégia política, mas foi um desgosto e somente durou um ano (Barrett, 2002: 20).

Otávio raptou Lúvia enquanto ela estava grávida de seu filho com o então marido, Tibério Nero (Tac. *Ann.* 5.1), amando-a e estimando-a de maneira singular e constante. Ela, que não teve filhos com Otávio (Suet. *Aug.* 62.1), pertencia a uma família distinta, da *gens Claudii*. Seu pai, Marco Lúvio Druso Claudiano, foi adotado pela *gens Livii*, sugerindo que seu pai adotivo tenha sido Druso. Além disso, acabou sendo um tribuno da plebe (Tac. *Ann.* 5.1). Por conta de seu pai, Lúvia adquiriu o cognome de Drusila e sua descendência ajudou Otávio a fortalecer seus laços com famílias distintas de Roma. O primeiro marido de Lúvia, Tibério Nero, nomeou Augusto como tutor de seus filhos com Lúvia antes de sua morte em 32 ou 33 a.C. (Barrett, 2002: 8; 22; 27).

A grande prosperidade de Lúvia, devido à sua posição eminente como esposa e mãe de imperador, resultou em um amplo poder, tanto para questões políticas quanto para ela exercer a atividade de patronato, visto que passou a ser conhecida por suas construções públicas e atos filantrópicos (Hemelrijk, 1999: 108). Consequentemente, ela foi a mulher da família Júlio-Claudiana mais bem representada e seu nome apareceu em portos, mercados e até santuários, além de ter tido sua imagem estampada em moedas. A presença da figura de Lúvia nessas comemorações não possui precedentes. Tudo isso demonstra que ela tinha uma “carreira” como esposa de Augusto e sugere que ela apresentava um senso político acurado, levando-a a um considerável poder e influência (Zager, 2014: 54–57). Lúvia, assim como Otávia, irmã de Otávio, era um modelo de matrona romana a ser seguido, evidenciado através da maternidade, da fidelidade, da *pudicitia* e da prosperidade, tornando-se um símbolo e uma figura social de influência política. De acordo com a leitura de Harvey (2020), Dião Cássio e Tácito a indicam como a “primeira senhora do Império romano”, pois Lúvia foi promovida através da mídia

² Este termo foi colocado entre aspas ao longo do texto para um efeito didático, pois essa “institucionalização” não é evidente e não é comentada nas fontes escritas.

visual como o membro feminino mais importante da família imperial (Harvey, 2020: 2; 8).

O público e o privado para Livia

Augusto soube unir uma linha da necessidade de Livia se mostrar com dotes tradicionais e poder dentro da *domus*, com seu papel ligado às coisas do Estado. Isso deve ter sido difícil de se fazer, pois mulheres desse período apenas poderiam influenciar seus maridos em assuntos concernentes à família, mas com a emergência da *domus Augusta*, os assuntos de família e Estado foram inextricavelmente unidos (Barrett, 2002: 130). Para essas tarefas, Livia deveria ter recebido excelente educação, o que pode ter dado virilidade ao seu poder racional. Consequentemente, para tais mulheres havia um impedimento à plena participação delas na vida intelectual e política (Hemelrijk, 1999: 87-88).

Autores como Tácito apontam Livia como responsável por vários crimes (Tac. *Ann.* 6.2). Dião Cássio afirmava que ela limpava o caminho para seus filhos (Cass. Dio, *Roman History* 60. 5. I), além de executar papéis políticos e públicos que ultrapassavam os limites femininos, como se compartilhasse poderes com Tibério (Cass. Dio, *Roman History* 57. 12. 1-6). Suetônio declarava que ela clamava por igualdade junto ao papel de governante de seu filho (Suet. *Tib.* 50.1) e Tácito dizia que ela tinha falta de autocontenção (Tac. *Ann.* 1.4.5).

Entretanto, ela soube viver de acordo com o sistema constitucional romano, sem criar inimigos identificáveis, demonstrando o que era esperado da mulher de Augusto, ou seja, dignidade com majestade, além de modéstia e virtudes domésticas. Sua posição acabava por ser dúbia, pois era alguém que tinha um papel público, mas não uma posição pública. Ela era uma pessoa que deveria dominar a esfera privada, na expectativa de representar valores domésticos e a moral de um cidadão. Ela era a silenciosa esposa obediente nos bastidores, nunca na vanguarda (Zager, 2014: 54 - 57), uma vez que Augusto não a promoveu, dando proeminência à irmã dele, Otávia, devido à rivalidade com Marco Antônio durante o segundo Triunvirato (Harvey, 2020: 1).

Ao longo do governo do seu filho Tibério (Barrett, 2002: x), a posição de Livia se tornou mais ambígua, devido aos títulos que ganhou e por adquirir alguns privilégios concedidos apenas para as Virgens Vestais. Essa ambiguidade poderia estar relacionada a uma polarização social estabelecida na interpretação da Vestal e da mulher casada, a qual foi

criada de acordo com a estruturação da sociedade, que gerou todo um repertório de condutas e de experiências religiosas femininas (Chartier, 1995: 41).

Depois da morte de Augusto, no governo de Tibério, grande parte da dignidade cerimonial de seu marido passou para ela. Dessa forma, como Júlia Augusta, ela esteve na direção da *gens Iulia* e do culto de deificação de Augusto. Além disso, ela passou a ocupar uma posição de suma importância no Estado, mas isso não ocorreu rapidamente. Antes da morte de Augusto, durante o Principado, ela compartilhou as honras junto ao seu marido, tendo estátuas erigidas, administrando suas propriedades e sendo dotada da sagrada inviolabilidade. Com Augusto, ela também teve o privilégio de jantar no templo de Concórdia. Sua influência na corte era como a de qualquer embaixador de Augusto. O fato de ela compartilhar da imagem de “dignidade cerimonial” do culto do imperador, claramente, a demonstra em um culto de honra e tributos de natureza divina, que foi oferecido a ela e permitido que aceitasse. As honras a ela se iniciaram no começo do Principado e continuaram até depois de sua morte, assim como seu culto, que se estendeu do início do Principado até a dinastia Antonina (Grether, 1946: 222-223).

Como viúva e sacerdotisa do novo *divus*, Lúvia esteve no foco público, principalmente logo após a morte e a consagração de Augusto. Ela planejou um novo templo para Augusto e instituiu o *Ludi Palatini* em honra de seu marido, além de que a data do aniversário de seu casamento passou a ser feriado público. Moedas que comemoravam a consagração de Augusto tinham em seu reverso uma figura feminina com uma *patera* e um cetro, com o intuito de demonstrar uma sacerdotisa do seu culto (Grether, 1946: 235-236).

Além de deixar dois terços de sua herança para Tibério e o restante para Lúvia (Cass. Dio, *Roman History* 56. 32. 1), foi da vontade de Augusto que Lúvia fosse adotada pela *gens Iulia* para receber o título de “Augusta” (14 d.C.) (Cass. Dio, *Roman History* 56. 46. 1). Otávio tinha recebido seu cognome “Augusto”, em 27 a.C., com sua poderosa associação religiosa como uma alternativa para o nome “Romulus”. Em 14 d.C., o nome adquiriu força de título, como César, o qual o suportou como *princeps* (Barrett, 2002: 151). Além disso, a *gens Iulia* fazia parte dos tempos mais remotos do povo romano e seus descendentes estavam vinculados à deusa Vênus, através de seu filho Enéias e, conseqüentemente, de seu filho Júlio, quem deu o nome a *gens* (Barrett, 2002: 150), marcando, dessa maneira, a religiosidade atrelada ao *status*, posto que essa titulação indicava sua natureza sagrada e seu caráter religioso (Martins, 2011: 75). Para uma

mulher da família imperial, o título indicava uma nova estrutura política, sendo que nos dois primeiros séculos ele foi utilizado como adereço dinástico e como um título para mães de imperadores, quando o filho prosperava (Temporini, 1978: 23-34; 44; Perkouning, 1995: 131; Flory, 1998: 115; Barrett, 2002: 152).

O título de Augusta poderia ter conferido um atributo imperial, político e de poder, que poderia ter feito de Lúvia uma companheira de governo de Tibério (Barrett, 2002: 153) ou uma rival, somando às suas virtudes domésticas as de continuidade dinástica, harmonia e estabilidade ao próprio Estado. Essa foi a primeira vez que um título masculino foi transferido para uma mulher, o que fez com que Lúvia fosse honrada e aludida a um alto *status* social (Flory, 1988), sendo que esse título apareceu em moedas nas línguas grega e latina e esteve cada vez mais frequente em inscrições. Possivelmente, o título tenha sido o desejo de Augusto em fortalecer Tibério, até pelo fato de Tácito deixar claro que tanto Lúvia quanto Tibério eram seus herdeiros, além de Augusto, em vida, ter pedido duas vezes para o Senado conceder poderes tribunários a Tibério (Tac. *Ann.* 1. 8; 10), e ainda pelo possível fato de que Augusto poderia ter visto em Tibério um governante fraco ou rebelde, que teria sido contra seu próprio sistema imperial, atribuindo à sua mãe papéis públicos para ajudá-lo em seu poder.

Por outro lado, a presença de Lúvia e a não predileção de Tibério como governante eram, possivelmente, sentidas em uma dimensão de sua masculinidade, a qual deveria ser sempre provada (Kimmel, 2016: 102). Contudo, a presença da mãe comporia um governo impotente e a negação por honras atribuídas à Lúvia seria a tentativa de manter a dignidade diante do jogo entre os homens. Barrett (2002) salienta que Tibério recusou o título de Augusto, mas continuou a ter o direito de utilizá-lo (Barrett, 2002: 152), o que sugere que este poderia ter sido um outro motivo pelo qual Augusto teria passado o título à Lúvia, para garantir a sucessão dinástica e para que, mais cedo ou mais tarde, Tibério pudesse utilizá-lo.

Provavelmente, a esfera pública que Lúvia tomou parte seria uma arena em que a masculinidade era testada e provada, ou seja, um espaço em que tensões entre os homens e, agora, entre uma mulher e entre diferentes grupos de homens eram ponderadas através de significados. Essas tensões sugerem que as definições culturais de gênero eram exauridas em um terreno disputado e definidas em si como relações de poder (Kimmel, 2016: 104). Na Roma antiga, principalmente para o imperador, deveria ser considerada, de forma conscientemente simbólica, para esse papel, uma hegemonia da masculinidade, que seria o homem no poder, um homem

com poder e um homem de poder, ou seja, aquele que seria forte, vencedor, conquistador, capaz, confiável e no controle, uma vez que ele possuía o poder sobre outros homens, sobre as mulheres e sobre as crianças. Contudo, o homem romano deveria acumular símbolos culturais que denotariam uma masculinidade, signos que deveriam ter sido adquiridos, os quais também enquadrariam os padrões utilizados contra as mulheres para impedir suas inclusões na vida pública e suas manutenções na desvalorizada esfera privada (Kimmel, 2016: 105). No entanto, a aristocrática e dinástica forma de governo de Roma deu à família uma estrutura centralizada do sistema político, que tendia a desfocar a distinção entre o privado e o público (Hallett, 1984; Wood, 1988: 409), a qual poderia ter sido, na realidade, muito mais complexa depois de posicionamentos femininos como o de Lúvia.

Mesmo com toda a divergência entre mãe e filho, Lúvia assegurou que seu filho fosse um potente exemplo para suceder a Augusto, fazendo com que seu marido o adotasse. Entretanto, o título de Augusta também poderia estar mais ligado ao fato de Augusto a elevar a uma igualdade com o imperador e parece que foi dessa forma que o Senado a interpretou, acabando por lhe conceder privilégios extraordinários. Consequentemente, foi votado que um altar seria erigido em homenagem à adoção de Lúvia pela *gens Iulia*, além de que ela receberia o título de *mater patriae*, e teria sido sugerido que Tibério receberia o título de *filius Iuliae*. As honras a Lúvia parecem também ter irritado autores como Tácito, que menciona a existência de uma grande bajulação a ela, o que resultou em um pedido do imperador de que houvesse um limite às honras pagas para uma mulher. Tibério também não deixou um *lictor* ser atribuído a ela e proibiu a construção de um altar em memória de sua adoção, além de qualquer outra atribuição de distinção a ela (Tac. *Ann.* 1.13). Em outras palavras, Dião Cássio menciona que ela ganhou o *lictor* por ser declarada sacerdotisa do culto de Augusto (Cass. Dio, *Roman History* 56. 46. 2; Barrett, 2002: 161). Contudo, Tibério desencorajou o estabelecimento de cultos para pessoas vivas, mas em algumas províncias ele tentou regulamentar seu próprio culto (Grether, 1946: 233–234).

Ademais, Augusto poderia ter tido a ideia de que sua família fosse o império, como algo único, um pensamento que não deixaria de enaltecer Lúvia, colocando-a em atividades públicas e benevolentes que evidenciavam a união de toda a família imperial com o resto do império. Entretanto, com ideias preconcebidas sobre a mulher romana, esse ideal não vingou, na medida em que as tensões de poder e gênero já se mostravam fortes durante o governo de Tibério. Isso ocorreu, pois em uma sociedade patriarcalista a virilidade, em seu aspecto ético, enquanto

quididade do *vir*, *virtus*, revela uma questão de honra, que leva o homem a querer vivenciar tudo o que estaria relacionado ao princípio da conservação e do aumento da honra, que é indissociável da virilidade física, relacionada à potência sexual (Bourdieu, 1998: 20).

Na sociedade romana, havia uma diferenciação sexual que estabelecia um vínculo entre o falo e o *logos*, ou seja, o corpo masculino fazia parte dos usos do público e do ativo, bem como tomava-se a palavra publicamente, ações que eram monopolizadas pelos homens. Nessa perspectiva, esperava-se que a mulher fosse mantida afastada dos lugares públicos ou renunciasse às atividades públicas e até ao uso público do próprio rosto, além de não usarem suas palavras. As relações antagônicas, como as da elite da sociedade romana, resultavam sempre em relações de dominação, em que as práticas e as representações dos dois sexos não eram, de maneira alguma, simétricas. Destarte, as relações sociais de dominação nesse tipo de sociedade se encarnavam em um *habitus* claramente diferenciado (Bourdieu, 1998: 26 – 34), em que estava sempre presente o risco de investir na diferença entre os sexos, impulsionado por uma força explicativa universal (Chartier, 1995: 39).

A religiosidade

Deve-se ter em mente que os pressupostos de gênero são os que criam grandes problematizações sociais, e, no caso romano, estavam presentes na base da formação da sociedade, com dispositivos para a existência de um patriarcalismo estrutural, os quais foram especialmente delineados por conta de três bases: o discurso, que envolveria o discurso educacional, familiar e, principalmente, o religioso, o qual parece ter influenciado os outros dois primeiros; o histórico, considerando os “mitos de origem”, como o estupro de Reia Sílvia, o rapto das Sabinas, o estupro de Lucrecia e o intuito do estupro de Vergínia, uma vez que a “história” foi tomada como experiência; por fim, o jurídico, que se formou de acordo com as normas religiosas e como consequência de eventos históricos, que deixaram entender que as mulheres deveriam ser protegidas de alguma maneira, resultando em leis como a *lex Iulia de adulteriis* e a *ius (trium) liberorum*.

O discurso religioso era essencial para a sociedade romana, posto que a esfera divina deveria estar de acordo com a humana. A *pax deorum* e a *pax hominum* estavam no centro do entendimento da religião romana. Os rituais e cultos eram fundamentais à manutenção do sucesso de Roma. Quando Roma tinha problemas, eles eram tratados pela esfera religiosa e a reintegração da *pax deorum* e da *pax hominum* era crucial. Contudo, quando

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

uma mulher ou uma Vestal se comportava de forma inapropriada, o sistema romano poderia quebrar e a resolução envolveria uma ação político-religiosa da elite, do Senado e dos sacerdotes (Takács, 2008: 90).

A presença e a atuação de Lúvia no governo de Tibério poderiam estar atreladas a questões religiosas, visto que era notável que, em caso de crise ou de um governo fraco, como o de Tibério, era delegada a presença religiosa das mulheres para acalmar a ira divina. Em tais circunstâncias, os dirigentes masculinos, os religiosos e os políticos recorriam às matronas para acalmar os deuses através de presentes, espetáculos e procissões femininas. Nesses momentos, confiava-se nas mulheres para conseguir a recuperação da estabilidade social e política (Cid López, 2011: 62–63).

Em Roma, quando as mulheres desejavam intervir na política, elas o faziam dentro de atividades religiosas, pois poderiam sair de suas casas para assistir cerimônias religiosas, honrar divindades em determinadas datas do ano, além de que em momentos de crise os homens recorriam a elas para honrar as divindades com mais afinco, o que dava importância política às atividades religiosas e às atividades femininas, constituindo, assim, as mulheres “piedosas”, cuja idealização serviu para moldar as normas jurídicas (Cid López, 2011: 61). Com esse ideal feminino, era compreensível que as atividades públicas elegidas para Lúvia tivessem sido atreladas ao espaço religioso.

Segundo Barrett (2002), a restauração do santuário de Bona Dea e o título de sacrossanta que Augusto concedeu a ela e a sua irmã, Otávia, evidenciam a ligação de Lúvia com rituais Vestais. Durante a República, as mulheres não tinham poderes políticos, mas tinham poderes sociais, econômicos e religiosos. Durante a vida de casadas, elas também tinham o sacerdócio e os ritos públicos, dos quais poderiam participar homens e mulheres da elite. As cerimônias religiosas das quais faziam parte na esfera pública eram ritos que aconteciam em favor de Roma e do império. Dentro desses papéis de sacrossantas, as mulheres reforçavam o estabelecimento da ordem. Os afazeres femininos privados, como a procriação e a educação dos filhos, eram projetados na esfera pública por meio de cerimônias religiosas executadas pelas matronas e pelas Vestais. Desse modo, muitos desses rituais preconizavam o ciclo da agricultura, o qual era importante porque considerava a fecundidade e a continuação da vida. Na realidade, as mulheres faziam a manutenção de Roma através da religiosidade, tendo os rituais como cruciais para o mantimento do Estado, sendo importantes para executar tais cultos dentro e fora de Roma. Entretanto, a emergência de uma República imperialista e depois o império mudaram os papéis delas, principalmente na elite romana (Takács, 2008: xix-xx). Tais mulheres

passaram a estar atreladas a religiosidade, o que se diferenciava de uma atuação direta na esfera pública.

Nessa perspectiva, para adquirir um cargo público ou para levantar a hipótese de uma possível “institucionalização” das mulheres romanas, como Lúvia, elas precisaram ser associadas a um *status* que poderia representar e guardar um aspecto ligado a *pudicitia*. Esse fato afirma uma tentativa de controle e até de limite do Estado e do imperador diante das ações femininas, indicando a existência de um poder masculino controlador, mediado pela agência de uma estrutura de pensamento articulada e construída ao longo da história e de fatos, que se amalgamaram culturalmente e que ajudaram a moldar uma concepção restrita às mulheres da elite dessa sociedade, resultando no agenciamento de concepções, ações e ideias culturais para a manutenção de certas relações de poder e gênero.

A hipótese de que Augusto queria transmitir a ideia de que a família imperial seria o império poderia ter feito com que Lúvia estivesse atrelada a serviços públicos, principalmente como benfeitora. Essa mesma ideia poderia ter sido absorvida e concretizada pelo Senado, que, numa tentativa de continuar o ideal de Augusto, votou pela concessão de vários títulos a Lúvia depois da morte do governante. Sendo assim, mesmo negando a ela alguns títulos, seu filho Tibério, que era resistente ao trabalho “institucional” e público dela, precisava do Senado para governar. Esse fato pode ter o feito aceitar a concessão de alguns privilégios à sua mãe, de modo que não o afetasse, principalmente se ela estivesse ligada às atividades Vestais. Tal ação resultou em uma estratégia política que possivelmente demonstrou a altivez da família imperial para preservar os ânimos senatoriais.

Por fim, Lúvia ganhou o privilégio *ius (trium) liberorum*, que só foi concedido a ela por causa da morte de seu filho Druso. Três outros privilégios Vestais foram concedidos a ela depois da morte de Augusto: o *lictor*, em 14 d.C.; o *carpentum*, em 22 d.C.; e o direito de sentar-se nas cadeiras baixas do teatro, em 23 d.C. (Barrett, 2002: 143–144).

Moedas de Lúvia

As primeiras mulheres romanas a serem representadas em moedas apareceram com características ou personificações de deusas e foram diferenciadas como mulheres mortais devido a alguns elementos, como o tipo de cabelo, o que pode ser visto nas moedas de Fúlvia e Lúvia, mas não

nas de Otávia. As moedas mostram como os romanos associavam Lúvia à religiosidade.

Aos 80 anos, em 22 d.C., Lúvia ficou muito doente e, para sua recuperação, o Senado decretou oferendas e jogos para a sua graça, o que a levou, simultaneamente, a ser representada em moedas como *Salus Augusta*, ou seja, a personificação do bem-estar. Para Barrett (2002), a alusão a *Salus* para representar o bem-estar de Lúvia é indireta, uma vez que o estudioso aponta que abstrações femininas, como *Salus* ou *Pietas* (piedade, virtude), modificadas por *Augusta*, não se referem a Lúvia, mas a uma relação da personificação abstrata com a casa de Augusto. A associação com *Salus* tem uma longa história, posto que em 16 a.C. moedas de Augusto celebravam votos tirados da *Salus* do Imperador, que foi identificada como a *Salus* da República, de modo que juramentos foram feitos por *Salus Augusti*. Houve também um culto a *Salus* de Augusto durante sua vida (Barrett, 2002: 93).

Entretanto, a personificação de Lúvia como *Salus Augusta* pode estar atrelada não só à sua saúde, mas também às suas atividades religiosas, uma vez que *Salus* pode estar conectada com a deusa *Bona Dea*, à qual Lúvia foi muitas vezes associada, além de ter restaurado seu templo. Várias estátuas de Lúvia com a cornucópia lembram as estátuas de *Bona Dea*. Além disso, segundo Takács (2008), a base de uma pequena estatueta de uma mulher sentada conecta *Bona Dea* com Hígia, deusa da saúde, que aparece frequentemente como consorte de Asclépio. Sendo assim, *Salus*, que estava atrelada ao significado de saúde corporal, era a equivalente latina da deusa grega, Hígia (Takács, 2008: 102).

A série de moedas de Lúvia como a personificação de *Salus*, segundo Harvey (2020), foi uma das primeiras a ser cunhada por Roma com sua face, visto que em várias outras províncias ela foi cunhada de forma similar (Harvey, 2020: 4 – 8), copiando o estilo e o padrão, não só de Lúvia como *Salus*, mas também de outras séries em que ela vem personificada como *Pietas* e *Iustitia*, como fez as casas de moeda de Thessalonica e Amphipolis (Harvey, 2020: 114). Dessa forma, sabe-se que, no mesmo ano da moeda de Lúvia como *Salus Augusta*, foi feita uma dedicatória de *Pietati Augustae* em moedas, as quais trouxeram a legenda *Pietas*, junto com sua imagem idealizada, que às vezes aparecia como *Iustitia* (Grether, 1946: 236–237).



Figura 01: Dupôndio de Livia ou Júlia Augusta como Salus, com o rosto voltado à direita, cunhada em Roma, datada de 22 - 23 d.C., durante o Império romano, de bronze, com 28 mm de diâmetro, peso de 14,06g, cunhada durante o governo de Tibério, 14 - 29 d. C. Legenda: SALVS AVGVSTA; Legenda do reverso: TI CAESAR DIVI AVG F AVG TR POT XXIII/S C (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum* = Tibério César Augusto, Filho do Divino Augusto, Auguro, Maior Sumo Pontífice encarregado do Vigésimo Quarto Poder Tribunário³); Legenda maior do reverso: *S(enatus) C(onsultum)* (cunhada pelo consentimento do Senado⁴).⁵ © The Trustees of the British Museum.

Nesse dupôndio de Livia como Salus Augusta, sua imagem aparece só no anverso da moeda, o lado mais importante do objeto, sem indicação do imperador. Entretanto, a correlação com o imperador apenas se mostra na legenda do reverso, evidenciando Livia como a mais importante figura naquele momento. Segundo Harvey (2020), havia outra moeda com uma figura feminina sentada, cunhada anteriormente, no tempo de Augusto, que parece ser Livia (Harvey, 2020: 121) e surge atrelada a ela em outros governos.

Barrett (2002) defende que o Senado fez um gesto adicional ao honrar Livia durante o ano em que esteve doente, concedendo atenção aos filhos da *pietas* dela, um conceito romano que envolveu uma responsabilidade tanto aos deuses quanto à família. Foi votada a construção da *Pietati Augustae*, referida também como o Altar de *Pietas Augusta* (Barrett, 2002: 94).

³ Tradução nossa.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Número de registro: R.6361. Referência bibliográfica: RIC1 47: 97; RE1 83: 131. Catálogo C&M: RE1, 131: 83. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=1202443&partId=1, acessado em: 10/11/2019.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475



Figura 02: Dupôndio⁶ com o busto velado e com um diadema na cabeça de Livia como *Pietas*, olhando à direita, datada de 22 – 23 d.C., cunhada durante o governo de Tibério, com anuência do Senado, S C (*Senatus Consultum*), com legenda menor: DRVSVS CAESAR TI AVGVSTI F TR POT ITER (*Drusus Caesar Tiberii Augusti Filius Tribunicia Potestate Iterum* = Druso César, filho de Tibério Augusto, com poder tribunício pela segunda vez⁷).⁸ Cortesia do *Classical Numismatic Group, Inc.*

Consequentemente, o Senado providenciou a cunhagem de uma série de dupôndio, em que Livia está representada como *Pietas*. Ela aparece com a cabeça velada e um diadema, demonstrando aspectos ligados a *pudicitia* e a Vesta, honrando seu papel de matrona romana, sem a presença masculina, mas com a referência ao filho de Tibério, Druso, no reverso. Segundo Harvey (2020), o reverso dessa moeda de *Pietas* traz o título de Druso, o Jovem, filho de Tibério e seu sucessor, enquanto o reverso da moeda de Salus e de *Iustitia* traz o título de Tibério (Harvey, 2020: 165). Acrescenta-se também que, nessa série de moedas de Livia como *Pietas*, ela está associada ao seu papel como sacerdotisa do culto de Augusto (Harvey, 2020: 187).



⁶ Referência: RIC I 43, *Corpus Nummorum Romanorum VIII*.

⁷ Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces247290.html>, acessado em 13/10/2022.

⁸ Disponível em: <https://www.acsearch.info/search.html?term=Livia&category=1&en=1&de=1&fr=1&it=1&es=1&ot=1&images=1¤cy=usd&order=0>, acessado em: 05/09/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Figura 03: Dupôndio⁹ de orichalcum¹⁰, cunhada em Roma, de 21 – 22 d.C., durante o governo de Tibério. No anverso, encontra-se o busto de Lúvia, como *Iustitia* (legenda), com uma tiara (*stephane*, que é um atributo divino¹¹); e, no reverso, encontra-se a legenda menor: TI CAESAR DIVI AVG F AVG P M TR POT XXIII (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum* = Tibério César, filho do divino Augusto, Auguro, grande pontífice com o vigésimo quarto poder tribuniciano¹²), legenda maior: S C (*Senatus Consultum* = cunhada com anuência do Senado).¹³ Cortesia do *Heritage Action*, HA.com.

Outra série feita em homenagem a Lúvia foi a de dupôndio, do governo de Tibério, datado de 21 – 22 d.C., em que ela está personificada como *Iustitia*. O objeto caracterizou-se como uma forma de homenageá-la por seus atos de ajuda, que possivelmente estariam ligados à sua atividade de patrona, além de garantir uma ligação com o governo de Tibério, pela legenda do reverso, evidenciando a marca da anuência do Senado e do imperador, ao demonstrar uma harmonia familiar, herança dinástica relacionada a Augusto.

Barrett (2002) acentua que deve haver um cuidado na interpretação de figuras como *Salus*, *Iustitia* e *Pietas*, que poderiam refletir a aparência de Lúvia. Para o estudioso, a figura feminina de *Salus*, com o nome Augusta, não teria uma ligação específica com Lúvia, pois *Salus* possuiria elementos personalizados idiossincráticos. Fora de Roma, a moeda de *Salus* era usada como um tipo de retrato de Lúvia, mas isso não prova que era um registro exato de sua aparência, apesar de refletir suas características (Barrett, 2002: 104). Representações dessas mulheres na Antiguidade muitas vezes não elucidavam de forma correta a sua aparência, porém alguns elementos se repetiam de formas precárias ou boas de representações, os quais podiam caracterizar certas pessoas, não importando sua qualidade (Harvey, 2020: 119).

Nesse mesmo ano, 22 d.C., outra série de moedas que se referia a Lúvia foi cunhada em Roma e mostrava um *carpentum*, que era composto por uma

⁹ Número de referência: RIC 46

¹⁰ Um metal amarelo valorizado nos tempos antigos, provavelmente uma forma de latão ou liga semelhante (Lexico, powered by Oxford), disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/orichalcum>, acessado em: 05/09/2020.

¹¹ A coroa ou tiara confere a distinção de Lúvia e está ligada a deusas como Hera/Juno e Afrodite/Vênus (Harvey, 2020: 137).

¹² Tradução nossa.

¹³ Disponível em <https://coins.ha.com/itm/ancients/roman-imperial/tiberius-ad-14-37-orichalcum-dupondius-1385-gm-/a/231446-62053.s?ic16=ViewItem-BrowseTabs-Auction-Archive-ThisAuction-120115>, acessado em: 05/09/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

carroça com duas mulas, utilizada pelas Vestais para atividades públicas. Nela, aparece a legenda S.P.Q.R. IVLIAE AVGVST(AE), relativa ao *supplicatio*, de modo que o Senado decretou a Lúvia o direito Vestal de uso do *carpentum*, bem como ela acabou ganhando uma celebração pública em Roma pelo dia do seu aniversário (Grether, 1946: 236-237). A permissão do uso do *carpentum* aconteceu em 22 d.C., quando ela se tornou sacerdotisa do deificado Augusto e, conseqüentemente, teve a concessão para se sentar no teatro das Vestais (Tac. *Ann.* 4.16.4; Wood, 1999: 82; Winkler, 1995: 53-54), compondo seu caráter de modéstia, *pudicitia*, mãe e com virtudes femininas (Harvey, 2020: 186).



Figura 04: Sestércio¹⁴ de liga de cobre, datado de 22-23 d.C., cunhado em Roma, durante o governo de Tibério. Em seu anverso, há um *carpentum* voltado à direita com duas mulas, com legenda: SPQR/IVLIAE/AVGVST(AE) (*Senatus Populusque Romanus Iuliae Augustae* = O Senado e o Povo Romano para Júlia Augusta¹⁵); e, no reverso, há uma legenda maior, S C (*Senatus Consultum* = pelo consentimento do Senado) e uma legenda menor, TI CAESAR DIVI AVG F AVGVST P M TR POT XXIII (*Tiberius Caesar Divi Fili Augustus Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum* = Tibério César, Filho do Divino Augusto, Grande Pontífice investido com o Vigésimo Quarto Poder Tribuniciano¹⁶).¹⁷ © The Trustees of the British Museum.

Esse Sestércio com o *carpentum* no anverso, junto com o nome de IVLIAE AVGVSTA(AE), demonstra um respeito Vestal à personagem, uma vez que esse tipo de carruagem era apenas utilizado pelas Virgens Vestais, revelando um aspecto religioso à imagem de Lúvia. Segundo Harvey (2020), essa moeda é uma das poucas cunhadas em Roma, como aquela em que ela está representada como *Salus Augusta*, tendo também a função de homenageá-la, o que demonstra seu privilégio em andar em um *carpentum* (Harvey, 2020: 160). Harvey (2020) declara que ela estaria cruzando normas

¹⁴ Número de referência: R.6358. Referências bibliográficas: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (77: 130), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (51: 97)

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

¹⁷ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-6358, acessado em: 21/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

de gênero ao utilizar o *carpentum*, diante de um *status* que não tivesse antecedentes (Harvey, 2020: 121), colocando o *carpentum* como algo masculino. Contudo, o *carpentum* era algo utilizado pelas Virgens Vestais, muito feminino para um *status* especial de mulher. Esse fato não retira a característica exclusiva de Livia, somente acrescenta honrarias. Para Barrett (2002), a moeda deveria estar ligada à doença de Livia, de modo que a cena poderia estar relacionada com a procissão de súplicas, a qual o Senado deve ter decretado (Tac. *Ann.* 12. 42. 2; Barrett, 2002: 95).

Nos anos 20 d.C., ela e Júlia foram associadas ao culto de *Hestia*, a deusa grega equivalente a Vesta romana (Barrett, 2002: 144). Elementos como o cetro, a *patera*, o véu velando a cabeça, além de suas imagens sentadas, mostram uma iconografia ligada à deusa Vesta, contribuindo para a sua posição de sacerdotisa e mãe (Harvey, 2020: 184). A identificação de Livia com outras deusas continuou nas províncias, assim como sua personificação como Hera, que persistiu nas moedas de Tarsus. Em Atenas, ela ganhou um epíteto ligado ao nome de Hera, que sugere a *Providentia* romana, demonstrando que onde Livia não era identificada divinamente, ela era associada com uma deusa (Grether, 1946: 241-242).



Figura 05: Tetradracma¹⁸ de prata, de 14 - 37 d.C., 14,43 g, de Tarsus (Turquia), do governo de Tibério, com seu busto laureado voltado para a direita no anverso e legenda: ΣΕΒΑΣΤΟΥ ΤΙΒΕΡΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΟΣ (De Tibério César Augusto¹⁹). No reverso, está Livia, como Hera, sentada em um trono voltada para a direita, segurando espigas de milho e papoulas, com legenda: ΣΕΒΑΣΤΗΣ ΙΟΥΛΙΑΣ ΗΡΑΣ ΜΗΤΡ, transliteração: SEBASTES IOULIAS ERAS METR (Júlia Augusta, mãe Hera²⁰). © The Trustees of the British Museum.

Esse tetradracma mostra Tibério no lado mais importante da moeda, o anverso, com seu busto voltado à direita e laureado, demonstrando suas

¹⁸ Número de referência: 1970,0909.225. Bibliografia: RPC1 / Roman provincial coinage. Vol.1, From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69) (4005). Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1970-0909-225, acessado em: 17/08/2020.

¹⁹ Tradução de Juarez Oliveira.

²⁰ Tradução nossa.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

glórias. No reverso, aparece uma figura feminina secundária, com características da deusa Hera, que parece estar representando Livia. Segundo Harvey (2020), ela também parece Demeter/Ceres, pelos grãos e papoulas, símbolos ligados à fertilidade, com papéis maternos (Harvey, 2020: 137; 174). Livia foi celebrada como a “nova Hera” em Assos e Pérgamo; “nova Isis” no Egito; “nova Afrodite” em Chipre; e “nova Héstia Demeter” em Lâmpsaco (Spaeth, 1996: 169–170; Harvey, 2020: 138–139).

A moeda ilustra o poder de Tibério e uma homenagem das virtudes de sua mãe, com o intuito de demonstrar uma harmonia familiar. Livia aparece como uma matrona romana, posto que as espigas de milho que ela segura podem estar ligadas a fertilidade e abundância, muitas vezes agrícolas. Além disso, as papoulas são um símbolo relacionado à morte, comum em figuras de altares de sepultamentos, o que demonstra que ela ainda poderia estar velando a morte de seu marido, Augusto. Essa moeda de Livia associada com deusas ligadas à fertilidade pode ser comparada com outra moeda da deusa Vesta, do tempo de Calígula, a qual demonstra elementos parecidos, como sua posição sentada, o cetro, a cabeça velada e, nesse caso, em vez do ramo com grãos, está a *patera*.



Figura 06: Ás²¹ de liga de cobre, Roma, 40 – 41 d.C. Anverso: busto de Calígula, C.CAESAR.DIVI.AVG.PRON.AVG.P.M.TR.P.IIIII.P.P (*Gaius Caesar Divi Augusti Pronepos Augustus, Pontifex Maximus, Tribunicia Potestate Quarta, Pater Patriae*²² = Caio César, bisneto do divino Augusto, Sumo Pontífice, detentor do poder tribunício pela quarta

²¹ R.6458. Número no catálogo C&M: RE1 (158) (73) (158). Referências bibliográficas: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (73: 158), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (54: 111), NM 2003.249 (BMC 45 - 8). RIC 38. BMCRE 46. CBN 54. C 27. [Rome, AD 37 - 8].

²² *Pater Patriae*, aparece como P P nas legendas de moedas. Esse título honorável, que significa “pai da pátria,” foi conferido a Augusto em 2 a.C., e assumido pela maioria de seus sucessores, mas não todos, como o fez Tibério e outros somente o aceitaram quando já estava governando por alguns anos, como Adriano e Marco Aurélio (Saer, 2000: 73).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

vez, pai da nação²³). Reverso: Vesta e S C (*Senatus Consultum* = cunhada com o consentimento do Senado).²⁴ © The Trustees of the British Museum.

O que parece é que o fato de Livia ter sido ligada a um ambiente religioso, com atributos concedidos apenas às Virgens Vestais, foi uma maneira de “institucionalizar” suas atividades e atos dentro do Estado. A associação de Livia com Vesta parece ter sido prudente, uma vez que Vesta era a deusa do lar ou da lareira em seu templo, próximo a Regia²⁵, no fórum, onde era guardado o fogo sagrado, o qual as Virgens Vestais protegiam. Segundo Barrett (2002), talvez Augusto tenha usado a associação de Livia com Vesta para reforçar a imagem de sua esposa como um símbolo de castidade e uma apropriada representante do lar, do *princeps* e da casa de uma nação (Barrett, 2002: 143). Dessa forma, a apresentação pública de Livia deveria estar ligada a uma moral feminina que se impunha a todas as partes do corpo e que exercia uma continuidade através de uma coação quanto aos trajes e aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e feminina se inscreviam sob maneiras permanentes de se servir do corpo ou de manter uma postura (Bourdieu, 1998: 36).

Livia aparece em outras moedas com os mesmos atributos de fertilidade feminina, mas interpretada como outras deusas. Grether (1946) a correlaciona com Pax/Ceres e menciona que sua representação teria sido associada com a deidade da abundância agrícola. Moedas de Augusto, de 2 a.C. a 14 d.C., tinham em seu reverso a imagem de uma figura sentada segurando espigas de milho e um cetro, a qual continuou a aparecer em outros governos posteriores, assim como no de Tibério e no de Cláudio, quando Livia já teria sido deificada (Grether, 1946: 226–227; 238).



²³ Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces247171.html>, acessado em: 21/07/2021.

²⁴ O culto do Estado à Vesta tinha uma associação com o imperador como *Pontifex Maximus*. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-6458, acessado em: 21/07/2021.

²⁵ *regina sacrorum* era a mulher do *rex sacrorum* (Boatwright, 2011: 112).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Figura 07: Áureo,²⁶ 14 – 37 d.C., Lugduno, do governo de Tibério, que mostra seu busto laureado voltado à direita. Legenda: TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augustus* = Tibério César Augusto, filho do divino Augusto²⁷). No reverso: figura feminina que provavelmente poderia ser Livia, sentada, voltada à direita, com um ramo de planta em sua mão esquerda e um cetro na direita. Legenda: PONTIF MAXIM (*Pontifex Maximus* = Pontífice Máximo²⁸).²⁹ © The Trustees of the British Museum.

Nesse áureo do governo de Tibério, o imperador é homenageado como *divus*, devido ao seu precedente, pai adotivo, Augusto. No reverso, está a imagem de Livia, que lembra Pax/Ceres. Mais uma vez, ela é associada a uma deusa, com um ramo de planta em sua mão esquerda, o que pode estar relacionado a prosperidade governamental de seu filho, fertilidade e abundância agrícola, além de produtividade e sucesso na transmissão hierárquica. Mostra também uma homenagem ao governo de seu filho Tibério, o qual celebra que sua mãe foi essencial para que ele chegasse ao poder. Segundo Harvey (2020), Livia, sentada com atributo de *Pax* ou *Ceres*, com ramo de espigas de grãos, demonstra seu papel de mãe da família imperial e sua presença estável na dinastia imperial, sendo que em Lepcis Magna, Colonia Romula e Tarsus, ela foi referida diretamente como mãe (Harvey, 2020: 132; 134). Para Barrett (2002), a figura feminina sentada que aparece no governo de Tibério troca o cetro por uma lança e as espigas são grãos de trigo (Barrett, 2002: 141).

A popularidade de Livia continuou a existir depois de sua morte, em 29 d.C., aos 86 anos. Suas esculturas sobreviveram e continuaram a ser erigidas durante o governo do imperador Cláudio, de modo que muitas placas atestaram honras a ela (Harvey, 2020: 4–8). Apenas em 41 d.C., com Cláudio imperador, com o intuito de fortalecer sua conexão com a casa imperial, ele não somente empreendeu novas honras a Augusto, mas também deificou sua avó, Livia (Grether, 1946: 247-249), o que fez com que a cunhagem de moedas com a figura dela passasse a ser mais corriqueira em Roma (Harvey, 2020: 121), além de ter, dessa forma, uma garantia política a si mesmo em receber o título de *divus*. Provavelmente, foi somente depois de Livia ter sido deificada, em 42 d.C., que as moedas com

²⁶ Número de referência: 1985, 0421. 38. Referências bibliográficas: CHRB VI / Coin Hoards from Roman Britain Volume VI (38: 3), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (29: 95).

²⁷ Tradução nossa.

²⁸ Tradução nossa.

²⁹ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1985-0421-38, acessado em: 17/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

sua imagem apareceram acompanhadas da legenda *diva* e o culto a ela começou a aparecer.



Figura 08: Dupôndio³⁰ datado de 41–50 d.C., do governo de Cláudio, de Roma. Anverso: busto de Augusto voltado à esquerda. Legenda: DIVVS AVGVSTVS e S C. Reverso: Livia sentada à esquerda, com uma espiga de milho na mão direita e um cetro na esquerda. Legenda: DIVA AVGVSTA.³¹ © The Trustees of the British Museum.

Nesse dupôndio do governo de Cláudio, que marca a consagração, em 41 d.C. (Barrett, 2002: 222), e consequente deificação de Livia, aparece mais uma vez a figura feminina sentada, a qual passa a ser bem identificada, seguindo o padrão ligado à figura de *Ceres* (Barrett, 2002: 141; 210) ou *Vesta*. Há uma celebração ao casal divino, pois a deificação de sua avó, Livia, garantiu o *status* de *divus* a Cláudio, demonstrando o passado de sua própria família, que o ajudou a chegar ao poder. A moeda possui a imagem de Augusto no anverso, como a figura principal, e a de Livia no reverso, como figura secundária, com uma espiga de milho na mão, significando fartura, abundância agrícola, fertilidade e outras virtudes de uma matrona romana e indicando, principalmente, a garantia de uma longevidade dinástica. Já o cetro estaria ligado ao respeito, à sabedoria e à deusa *Vesta*. De acordo com Harvey (2020), Livia está representada nessa moeda como *Ceres*/*Demeter*, aspecto que também aparece em algumas moedas do governo de Tibério, com formas semelhantes, mas com alguns atributos diferenciados, como a *patera*, o cetro e, ocasionalmente, as espigas de grãos no lugar do cetro, como também aparece em moedas do governo de Galba (Harvey, 2020: 124).

³⁰ Número de registro: R.9873. Referências bibliográficas: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (224; 195) PCR / Principal coins of the Romans: Volume I: The Republic c. 290 - 31 BC; Volume II: The Principate 31 BC - AD 296; Volume III: The Dominate AD 294-498. (395) RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (101; 128).

³¹ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-9873, acessado em: 17/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Com Galba, Livia aparece como *Diva Augusta* e foi reconhecida como uma deusa e como uma importante ancestral (Harvey, 2020: 121). Durante o governo de Tito, ela aparece como *Iustitia* e *Pietas*. Ao longo do governo de Antonino Pio, em 159 d.C. o templo de *Divus Augustus* foi reformado e recebeu uma estátua de Livia (Grether, 1946: 251; Harvey, 2020: 121).



Figura 09: Denário de prata,³² da Catalônia, província de Tarragona, cidade de Tarraco, Espanha. Anverso: busto laureado de Galba, voltado à direita, com legenda: SER GALBA IMP CAESAR AVG TR P (*Servius Galba Imperator Caesar Augustus Tribunicia Potestate* = Comandante Servo Galba César Augusto com Poder Tribunício³³); reverso: figura drapeada de Livia, voltada à esquerda, com uma *patera* na mão direita e um cetro na vertical na mão esquerda. Legenda: DIVA AVGVSTA.³⁴ © The Trustees of the British Museum.

Esse denário celebra o governo de Galba e homenageia Livia em seu anverso, como uma imagem utilizada para fortalecer o seu poder, uma vez que a sua representação aparece com uma *patera* na mão, que pode ser interpretada como um símbolo de fertilidade, abundância agrícola e de um governo próspero. Ela não está sentada, como nas figuras anteriores, mas em pé, com elementos já conhecidos. Acrescenta-se que a longevidade em se homenagear Livia estaria ligada a um respeito prolongado de sua pessoa, bem como ao resultado da expectativa de guardar a memória de uma personagem importante, o que sugere alta aceitação de sua representação tanto em períodos em que ela era viva quanto depois de sua morte.

De acordo com Harvey (2020), tanto Cláudio como Galba viam Livia como uma ancestral divina, uma vez que Cláudio a tinha como avó e Galba havia recebido favores de Livia no início de sua carreira e reivindicava ser relacionado a ela através de sua mãe adotiva, Livia Ocelina, que também dizia ser conectada a ela. Essa foi a desculpa para Galba legitimar seu

³² Número de referência do museu: 1928, 0120. 128. Referências bibliográficas: RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (52: 235).

³³ Tradução nossa.

³⁴ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1928-0120-128, acessado em: 16/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

governo como aquele que era ligado ao primeiro *princeps*, Augusto, depois da queda de Nero, marcando o fim da dinastia Júlio-Claudiana. Entretanto, sempre pairou uma dúvida relativa à ligação de Galba com a família Júlio-Claudiana (Harvey, 2020: 124).



Figura 10: Dupôndio³⁵ de liga de cobre, de 80 – 81 d.C., do governo de Tito, de Roma. Anverso: busto de Livia; legenda: PIETAS. Legenda maior do reverso: S C (*Senatus Consultum*), legenda menor: IMP T CAES DIVI VESP F AVG RES[T] (*Imperator Titus Cæsar Divi Vespasiani Filius Augusti Restituit* = O comandante Tito, filho do divino Augusto Vespasiano, foi restaurado³⁶).³⁷ © The Trustees of the British Museum.

Tito deve ter tido um interesse semelhante a Galba para homenagear Livia na cunhagem desse dupôndio, em que ela aparece no anverso como a figura principal da moeda. Contudo, seu anverso celebra o governo de Tito e sua cunhagem é, ainda nesse período, com a marca do consentimento do Senado. A homenagem que a descreve como *pietas* pode vir de um respeito à sua *pudicitia* como matrona romana e suas virtudes.

Conclusão

Os elementos monetários romanos poderiam delimitar uma marca da relação de poder, de gênero, do sistema familiar e de seus valores, além de que eram objetos que poderiam ter sido o corolário de mudanças políticas, uma vez que estava em pauta a demanda privada e doméstica elencada para as mulheres cunhadas em moedas, diante de uma visibilidade pública ainda baseada na moralidade e nos valores próximos aos mais tradicionais.

³⁵ Número de referência: 1857,0812.19. Referências bibliográficas: RE2 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol.II: Vespasian to Domitian (291; 287) RIC2.1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 2 part 1: From AD 69 to AD 96: Vespasian to Domitian (426; 227).

³⁶ Disponível em: <https://www.biddr.com/auctions/cgb/browse?a=924&l=981372>, acessado em: 18/08/2020.

³⁷ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1857-0812-19, acessado em: 18/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-107.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

As imagens de Livia foram atribuídas às personificações de deusas, junto a símbolos representativos da fertilidade, religiosidade e *pudicitia*. A fronteira religiosa tem a capacidade de definir estritamente os padrões de homens e mulheres ligados a uma sociedade estudada, suas atividades, formas rituais e práticas devotas que convêm a cada um dos sexos (Chartier, 1995: 41).

Em decorrência dos elementos simbólicos relativos à fertilidade, demonstrados pela iconografia monetária, interpreta-se que havia uma topologia sexual do corpo socializado, sendo que o corpo feminino era aquele reconhecido por procriar. Os corpos, diante de seus deslocamentos e movimentos, são revestidos de significados sociais. As diferenças entre o corpo masculino e o feminino poderiam ter levado ao emprego de diferentes práticas e elementos metafóricos para elucidá-los, os quais foram utilizados para cada sexo e diferenciados igualmente em suas aparências, estando ligados ao *habitus* dos agentes, que funcionavam como esquemas de percepções, de pensamento e de ações. Essa experiência apreendeu o mundo social e suas divisões arbitrárias, começando pela divisão social entre homem e mulher, vistas como “naturais”, pensamento que legitimou tais separações. Em face dessa “naturalização”, a visão patriarcalista foi imposta como neutra, fazendo com que a dominação masculina fosse simbolicamente alicerçada, criando uma divisão sexual do trabalho, seus instrumentos e espaços (Bourdieu, 1998: 16–18).

A “naturalização” da subordinação feminina já recebeu várias críticas feministas, uma vez que é sustentado que a subordinação da mulher decorre das maneiras como a mulher é construída socialmente, pois se acredita na ideia subjacente de que o que é construído pode ser modificado. Desse modo, alterando as formas como elas são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (Piscitelli, 2002: 10). Todavia, para demais modificações sociais, teria que ocorrer uma conscientização de tal subordinação pelas próprias mulheres. Nesse entendimento, Bourdieu (1998) comenta a respeito de tal “naturalização”, ou seja, quando essa conscientização não é recorrente, tais atuações femininas são vistas como “certas” a serem executadas em um determinado grupo social.

Outra questão que foi levantada neste trabalho elencou o local de atuação de Livia, que parece ter sido o religioso, imprescindível para o desempenho feminino. Certamente, tanto dentro da arena pública quanto da privada, as mulheres tinham limites de atuações. Nesse contexto, a interpretação dos locais de atuação pode definir e tornar tais espaços objetos de reflexão e de definição do que seria a atuação política, levando em conta que a moeda também poderia ser elencada como um espaço

público para se efetuar um discurso através de seus símbolos. Contudo, o espaço local, e em particular o modo como a arena pública e a arena privada foi delimitado, pode definir certo valor, tornando-se objetos de reflexão (Alvarez et al., 1998; Scott et al., 1997), bem como a redefinição do que é ação “política” (Goddard, 2000: 10). A “institucionalização” da mulher romana, ligada à religião, pode ter feito com que o político se camuflasse pelo religioso, abrindo espaço para a agência de Lúvia e lhe garantindo um lugar de atuação. Mesmo assim, as mulheres tenderam a não ser tão bem aceitas, mas se poderia contar com um novo estabelecimento delas entre o público e o privado, principalmente depois de Lúvia.

Entretanto, isso não significa que a dominação masculina não se encontrava em seu pleno exercício. Deve-se ter em mente que tais estruturas não eram tão fáceis de serem modificadas e que a condição dos homens era afirmada pela objetividade das estruturas sociais, produtivas e reprodutivas, que, conseqüentemente, dividiam as atividades entre homens e mulheres da elite romana, conferindo aos homens o *habitus*, moldado por condições que funcionavam como matrizes das percepções dos pensamentos e ações de todos os membros da sociedade e era algo incutido e compartilhado histórica e universalmente. Nesse sentido, a dominância masculina era investida pelo senso comum, do qual as próprias mulheres faziam parte. Mesmo nas relações de poder, elas se viram envolvidas em esquemas de pensamentos que eram produtos da incorporação dessas relações e que expressavam oposições fundantes de ordem simbólica (Bourdieu, 1998: 45). Contudo, as atuações das mulheres da elite foram ainda agenciadas de forma a estarem enraizadas em uma ordem masculina, que ao mesmo tempo era material e mental (Bourdieu, 1996: 30-31), dando a elas um caráter de uma liberdade relativa.

Provavelmente, com a atuação de Lúvia, houve uma reconceitualização indireta dos espaços, com novos limites e novas circunstâncias, em que o público teve que se reorganizar em decorrência de um privado, que antes associava as mulheres a ele. Isso posto, o que poderia ser considerado privado, em tempos de Lúvia, veio em consequência de sua agência ser pública, em um momento que parecia não ter mais uma lógica sensata guardar tais atividades ao privado. A dominação masculina se renovou de uma forma que a atuação de Lúvia, e de outras mulheres da elite, fosse parte da ordem vigente, o que não quer dizer que não houve tensões entre as partes.

A visão e o uso da divisão “público/privado” podem restringir a interpretação da sociedade estudada, de uma maneira que se fizesse

acreditar na existência apenas desses dois tipos de lugares de atuação. Essa divisão é meramente didática, como um modo de limitar o enfoque do objeto em estudo, uma vez que, provavelmente, a sociedade romana era muito mais complexa. A própria designação “público/privado” pode em si trazer um grande emaranhado de partes que se cruzam, contando com o exemplo de Lúvia, que, para atuar publicamente, teve que assumir um posto religioso, o qual permitiu que o privado (Lúvia) se entrelaçasse com o público (atividades de Lúvia). Essa divisão também pode ser atrelada às fontes documentais a que temos acesso e como elas descrevem a Antiguidade. Geralmente, as mulheres romanas são delineadas em ambientes familiares, mas também há suas exceções, formando uma oposição entre o universo público e o privado. A casa seria um local onde elas estariam inseridas na maior parte do tempo e os homens são descritos como aqueles que quase não são associados aos lugares domésticos, com uma imagem de dureza e rudeza viril (Bourdieu, 1998: 72).

Quando os espaços não são neutros e reconhecidos como tendo diferenciações de gênero, de modo que os homens são ligados à esfera pública e as mulheres à privada, a redefinição desse espaço pode ser grandiosa (Goddard, 2000: 17), o que presume que Lúvia teve que ter muita inteligência e habilidade para lidar com tais adventos, como Agripina Menor e outras mulheres que prestaram atividades nesse meio e que foram potencialmente criticadas, como Fúlvia. Os exemplos das mulheres da elite romana na vida pública podem demonstrar uma arena da perspectiva de gênero de tal época e um lugar de poder. Adiciona-se que, diante desse aspecto, a presença das mulheres em lugares públicos criava uma agência de negociação, direta ou indireta, dos limites e das maneiras com que esses lugares eram utilizados. Consequentemente, tais agências, presumivelmente, levaram a uma redefinição do significado e do valor de tais espaços que pretendiam-se manter separados, ou que eram vistos como separados, ou que vemos como se fossem separados.

Nesse ínterim, pode-se mencionar que as agências de Lúvia representaram um desafio às fronteiras entre o público e o privado e, consequentemente, uma reinvenção do doméstico e o reconhecimento da importância do gênero para os fenômenos culturais e políticos, de modo que as moedas exemplificam isso. Nessa perspectiva, este estudo teve o intuito de evidenciar, através das moedas e junto com as fontes textuais, as construções identitárias romanas e a importância da agência para a constituição de processos complexos de mudanças. O enfoque no gênero ajudou a preencher as lacunas conceituais entre processos de mudança, cenários públicos e a vida cotidiana de homens e mulheres (Goddard, 2000: 20), mas seria necessário um trabalho mais abrangente para estabelecer as

presenças das diferentes mulheres nesse passado, em diferentes locais e como elas eram percebidas, contando também com o mundo subalterno.

Bibliografia

Autores antigos

CASSIUS DIO. *Roman History*. Edited by E. Cary, London, G. B. Putman, 1925.

SUETONIUS. *The Twelve Caesars*. translation by Robert Graves, Penguin Books, Harmondsworth, 1957.

TACITUS, P. C. *The Annals and The Histories*. Tradução: Church, A. J. & Brodribb, W. J. Great Britain: Penguin Classics, 1952.

Documentação numismática

Coleção Numismática do *Classical Numismatic Group*, disponível em: <https://www.cngcoins.com/>, último acesso: 25/04/2022.

Coleção Numismática do *Heritage Action: the world's largest Numismatic Auctioneer*, disponível em: <https://www.ha.com/>, último acesso: 25/04/2022.

Coleção Numismática do Museu Britânico, disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection>, último acesso: 25/04/2022.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (eds). *Cultures of Politics of Cultures*. Re-visioning Latin American Social Movements. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998.

BARRETT, Anthony. A. *Livia: first lady of Imperial Rome*. New Haven: Yale University Press, 2002.

BOATWRIGHT, Mary, T. Woman and gender in the forum romanum. *Transactions of the American Philological Association*, 141, 2011, p. 105-141.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDON, V. R. (orgs.). *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, R. Diferença entre os sexos e a dominância simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, (4), 1995, p. 37-47.

CID LÓPEZ, Rosa M. La matrona y las mujeres de la Roma antigua. Um estereotipo feminino a través de las imágenes religiosas y las normas legales. In: *Mujeres em la Historia, el arte y el cine: discursos de género, variantes de contenidos y soportes: de la palabra al audiovisual*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, p. 55-70.

FLORY, Marleen B. The meaning of Augusta in Julio-Claudian period. *American Journal of Ancient History*, 132, 1998, p. 113-138.

GODDARD, Victoria, A. Introduction. In: GODDARD, V. A. (ed.). *Gender, agency and change: Anthropological perspectives*. Londres e Nova York: Routledge: Taylor and Francis Group, 2000.

GREITHER, Gertrude. Livia and the Roman Imperial Cult. *The American Journal of Philology*, v. 67, n. 3, 1946, p. 222-252.

HALLETT, Judith P. *Fathers and daughters in Roman society: women and the elite family*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.

HARVEY, Tracene. *Julia Augusta: images of Rome's first empress on the coins of the Roman empire*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2020.

HEMELRIJK, Emily A. *Matrona docta: educated women in the Roman elite from Cornelia to Julia Domna*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 1999.

KIMMEL, Michael S. Masculinidade como homofobia, medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. Tradução: Sandra M. Takakura. *Equatorial*. v. 3, n. 4, 2016, p. 97-124.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

PERKOUNING, C. M. *Livia Drusilla-Iulia Augusta*. Vienna, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. M. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. 2002, p. 7-42.

SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (eds). *Transitions, Environments, Translations*. Feminisms in International Politics. London and New York: Routledge, 1997.

SPAETH, Barbette S. *The Roman goddess Ceres*. Austin: University of Texas Press, 1996.

TAKÁCS, Sarolta A. *Vestal Virgins, Sibyls, and matrons: women in roman religion*. Austin: University of Texas Press, 2008.

TEMPORINI, H. *Die Fruen am Hofe Trajans. Ein Beitrag zur Stellung der Augustae im Principat*. Berlin; New York, 1978.

WOOD, Susan. E. *Memoriae Agrippinae: Agrippina the Elder in Julio-Claudian Art and Propaganda*. *AJA*, 92, 1988, p. 409-26.

_____. *Imperial women: a study in public images, 40 BC - AD 68*. Leiden, Boston, Koln: Brill's Scholars' List, 1999.

WINKLER, Lorenz. *Salus: Vom Staatskult zur politischen idee, eine, Archäologische Untersuchung*. Heidelberg: Verlag Archäologie und Geschichte, 1995.

ZAGER, Ilona. *The political role of women of the Roman elite, with particular attention to the autonomy and influence of the Julio-Claudian women (44 BCE to CE 68)*. Submitted in accordance with the requirements for the degree of Master of Arts, in the subject of Classical Studies, at the University of South Africa, Pretoria, 2014.

LIVIA AND THE “INSTITUTIONALIZATION” OF THE ROMAN WOMAN

Tais Pagoto Bélo¹

Abstract

For this work, previous analyses and thoughts on patriarchy by investigating it in the Roman past should be considered. In this sense, this paper aims to invite the reader to the thought and the reflection on the position of women in the ancient society through the investigation of the case of Livia and the hypothesis of how she was "institutionalized". She was the wife of Augustus, but had previously been married to Tiberius Claudius Nero, with whom she had two sons, Tiberius and Drusus. Octavian arranged a divorce for her to marry him, who was married to Scribonia. He knew how to unite a line of Livia's need to show herself with traditional gifts and power within the *domus*, and her role linked to state affairs. Her position turned out to be dubious, since she was someone who had a public role, but did not have a public position. Livia's presence and performance could be linked to religious issues, which will be reported in this study through textual sources from authors such as Tacitus, Cassius Dio and Suetonius, and material sources, such as coins.

Keywords

Roman women; coins; goddess; patriarchy; public/private; masculine dominance.

¹ Postdoctoral Researcher – Museum of Archeology and Ethnology of the University of São Paulo – University of São Paulo, Brazil. E-mail: taispbelo@gmail.com.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Resumo

Para este trabalho, é fundamental atentar para o que já foi comentado até hoje sobre o patriarcado, averiguando-o no passado romano. Nesse sentido, este artigo tem como intuito realizar um convite ao pensamento e à reflexão acerca da posição da mulher na sociedade antiga, averiguando o caso de Lúvia e a hipótese de como ela foi “institucionalizada”. Ela foi esposa de Augusto, mas anteriormente tinha sido casada com Tibério Cláudio Nero, com o qual teve Tibério e Druso como filhos. Otávio arranjou o divórcio para ela se casar com ele, o qual estava casado com Escríbônia. Ele soube unir uma linha da necessidade de Lúvia se mostrar com dotes tradicionais e poder dentro da *domus*, com seu papel ligado às coisas do Estado. Sua posição acabava por ser dúbia, pois era alguém que tinha um papel público, mas não tinha uma posição pública. A presença e a atuação de Lúvia poderiam estar atreladas às questões religiosas, as quais serão reportadas neste estudo através de fontes textuais, de autores como Tácito, Dión Cássio e Suetônio, e de fontes materiais, como as moedas.

Palavras-chave

Mulheres romanas; moedas; deusas; patriarcado; público/privado; dominância masculina.

Introduction

As the reader can figure out by the title, this is a study on the woman of Antiquity. Despite the criticism concerning this kind of theme, the reason for carry on investigating women in the past will be listed here. In general, studies on women or even on gender have been criticized when it was introduced into the humanistic disciplines, throughout their existence and even in the clamour for its end today. Such studies should not be seen as a “fashion”, but rather as a new perspective or a new way of interpreting these topics in the early 1980s by Human Sciences. This point of view only tends to be developed, since the agenda regarding these issues are those of “minorities”, who have not yet resolved their efforts to fight in contemporary society. The study of these topics in the past is a way of raising awareness and deepening the position and contrast of different social groups.

For this work, previous analyses and thoughts on patriarchy must be considered. This concept has already been useful for political mobilization, which portrayed problems regarding the historicity of the female condition. It was important when it distinguished forces for the maintenance of sexism, in the feminist attempt to show female subordination. However, if patriarchy had a beginning, it could also have an end. Feminist thought sought in patriarchy the idea of an origin, when the history of women’s oppression would have begun. The conditions posed by the term could bring problems, as they could prevent clarifying the gender relations of any group under study, since the concept would already demonstrate a pre-existence of masculine domination in all societies. In this way, it is criticized for being too broad or for universalizing a form of masculine domination situated in different times and spaces, apart from always considering the physical difference between men and women as an invariable universal aspect (Piscitelli, 2002: 15–16).

Hence, in order to think about patriarchy in the Roman past, in which gender assumptions were fundamental for the construction of the basis of that society, with devices that confirmed a structural patriarchy, it is essential to build a rationalization according to its similarities and divergences with current patriarchalism. Such types of patriarchalism present different mitigating temporal contingencies, which should not be confronted. However, reflecting about both is essential. Thus, this paper aims to invite the reader to the thought and the reflection on the female

position in ancient society by investigating women in the Roman past through Livia and the hypothesis of how she was "institutionalized".²

Livia (59/58 BC–29 AD) was the wife of Augustus (27 BC–14 AD), but previously she had been married to Tiberius Claudius Nero, with whom she had two sons, Tiberius (42 BC–37 AD) and Drusus (38 BC–9 AD) (Tac. *Ann.* 5.1). Octavian, who was married to Scribonia, arranged a divorce to Livia, so that she would marry him. In his first marriage, Octavian had a daughter, whose name was Julia. This marriage was characterized as a political strategy, but it ended up in a disgust which only lasted a year (Barrett, 2002: 20).

Octavian kidnapped Livia while she was pregnant with the son of her husband Tiberius Nero (Tac. *Ann.* 5.1), who loved and esteemed her unconditionally. She, who had no children with Octavian (Suet. *Aug.* 62.1), belonged to a distinguished family, of the *gens* Claudii. Her father, Marcus Livy Drusus Claudianus, was adopted by the *gens* Livii, suggesting Drusus was his adoptive father. Furthermore, he ended up being a tribune of the pleb (Tac. *Ann.* 5.1). Because of her father, Livia inherited the surname of Drusilla and her ancestry helped Octavian strengthen his ties with distinguished families in Rome. Livia's first husband, Tiberius Nero, appointed Octavian as guardian of his children with Livia before her death in 32 or 33 BC (Barrett, 2002: 8; 22; 27).

Due to her eminent position as wife and mother of the emperor, Livia's great prosperity resulted in great power. Her authority was used not only for political issues, but also in her exercise of patronage, since she became known for her public constructions and philanthropic acts (Hemelrijk, 1999: 108). Therefore, she was the best-represented woman of the Julio-Claudian family and her name appeared in ports, markets and even shrines. She also had her image stamped on coins. The presence of the figure of Livia in these celebrations is unprecedented. This demonstrates that she had a "career" as Augustus' wife and suggests that she had a keen political sense, which led her to considerable power and influence (Zager, 2014: 54–57). Livia, like Octavia, sister of Octavian, was a model of Roman matron to be followed. This was evidenced through motherhood, fidelity, prudence and prosperity, making her a symbol and a social figure of political influence. According to Harvey's (2020) reading, Cassius Dio and Tacitus appoint her as the "first lady of the Roman Empire", as Livia was

² This term was placed in quotation marks throughout the text for didactic purposes, as this "institutionalization" is not evident and is not commented on written sources.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

promoted through visual media as the most important female member of the imperial family (Harvey, 2020: 2; 8).

The public and the private for Livia

Augustus knew how to unite Livia's need to show herself, the traditional gifts and power within the *domus*, having her role linked to State affairs. This must have been difficult to do, since women of this period could only influence their husbands in matters concerning the family. However, with the emergence of the *domus* Augusta, matters of family and State were inextricably linked (Barrett, 2002: 130). For these tasks, Livia should have received an excellent education, which may have given her virility to her rational power. Consequently, for such women there was an obstacle to their full participation in intellectual and political life (Hemelrijk, 1999: 87–88).

Authors such as Tacitus point Livia as responsible for several crimes (Tac. *Ann.* 6.2). Cassius Dio claimed that she opened the way for her children (Cass. Dio, *Roman History* 60. 5. 1) as well as played political and public roles that crossed female boundaries, as if she shared powers with Tiberius (Cass. Dio, *Roman History* 57. 12. 1-6). Suetonius declared that she claimed equality with the role of ruler over her son (Suet. *Tib.* 50.1) and Tacitus said that she lacked self-restraint (Tac. *Ann.* 1.4.5).

However, she knew how to live according to the Roman constitutional system without creating identifiable enemies. She did so by also demonstrating what was expected of Augustus' wife, which is dignity with majesty, in addition to modesty and domestic virtues. Her position turned out to be dubious, as she was someone who had a public role, but not a public position. She was a person who was supposed to dominate the private sphere, hoping to represent domestic values and a citizen's morals. She was the silent obedient wife behind the scenes, never in the forefront (Zager, 2014: 54–57), as Augustus did not promote her. Instead, he gave prominence to his sister Octavia due to rivalry with Mark Antony during the second Triumvirate (Harvey, 2020: 1).

During the rule of her son Tiberius (Barrett, 2002: x), Livia's position became more ambiguous, due to the titles she won and for acquiring privileges only granted to the Vestal Virgins. This ambiguity could be related to a social polarization established in the interpretation of the Vestal and the married woman, which was created according to the

structuring of society. This brought about a whole repertoire of female religious behaviours and experiences (Chartier, 1995: 41).

After the death of Augustus, under Tiberius, much of her husband ceremonial dignity passed to her. As Julia Augusta, she oversaw the *gens* Iulia and Augustus' rite of deification. In addition, she ended up occupying a position of paramount importance in the State, but this did not happen instantly. Before Augustus's death, during his Principality, she shared the honours with her husband by having statues erected, administering her husband's properties and being endowed with sacred inviolability. With Augustus, she also had the privilege of dining in the temple of Concordia. Her influence at court was like that of any Augustus' ambassador. The fact that she shares the image of "ceremonial dignity" of the emperor cult clearly demonstrates her in a cult of honour and tribute of a divine nature, which was offered to her and allowed her to accept. The honours to her started at the beginning of the Principality and continued even after her death. Her cult also extended from the beginning of the Principality to the Antonine dynasty (Grether, 1946: 222-223).

As widow and priestess of the new *divus*, Livia was in the public spotlight shortly after Augustus' death and consecration. She planned the construction of a new temple for Augustus and instituted the *Ludi Palatini* in honour of her husband. Their wedding anniversary became a public holiday. Coins commemorating the consecration of Augustus had a female figure with a *patera* and a sceptre on their reverse aiming to demonstrate a priestess of his cult (Grether, 1946: 235-236).

In addition to leaving two-thirds of his inheritance to Tiberius and the rest to Livia (Cass. Dio, *Roman History* 56. 32. 1), it was Augustus' will that Livia be adopted by the *gens* Iulia to receive the title of "Augusta" (14 AD) (Cass. Dio, *Roman History* 56. 46.1). Octavian had received his nickname "Augustus" in 27 BC, with his powerful religious association as an alternative to the name "Romulus". In 14 AD, the name acquired the strength of a title, like Caesar, who bore him as *princeps* (Barrett, 2002: 151). Furthermore, the *gens* Iulia was part of the most remote times of the Roman people and their descendants were linked to the goddess Venus through her son Aeneas and, consequently, through her son Julius, who gave the name to the *gens* (Barrett, 2002: 150). This way, it marked religiosity linked to status, considering this title expressed its sacred nature and its religious character (Martins, 2011: 75). For a woman of the imperial family, the title conveyed a new political structure. In the first two centuries, it was used both as a dynastic adornment and a title for mothers of emperors when the

child prospered (Temporini, 1978: 23-34; 44; Perkouning, 1995: 131; Flory, 1998: 115; Barrett, 2002: 152).

The title of Augusta could have conferred to Livia an imperial, political and power attribute, which could have made her a companion in the government of Tiberius (Barrett, 2002: 153) or a rival, by adding to her domestic virtues such as dynastic continuity, harmony and State stability. This was the first time that a male title was transferred to a woman, which honoured Livia and granted her a high social status (Flory, 1988). This title appeared on coins in Greek and Latin and was increasingly frequent in inscriptions. The title maybe has been Augustus' desire to strengthen Tiberius, considering that Tacitus made it clear that both Livia and Tiberius were his heirs. This could have also to do with the fact that Augustus had asked the Senate twice to grant tribunal powers to Tiberius (Tac. *Ann.* 1.8 and 10) and also the possible fact that he could have seen in Tiberius a weak or rebellious ruler, who would have been against his own imperial system by giving his mother public roles to help him in his power.

On the other hand, the presence of Livia and the non-predilection of Tiberius as a ruler were probably felt in a dimension of his masculinity which should always be proven (Kimmel, 2016: 102). However, the mother's presence would make a weak government and the denial of honours attributed to Livia would be an attempt to maintain dignity in the game between men. Barrett (2002) points out that Tiberius refused the title of Augustus, but continued to have the right to use it (Barrett, 2002: 152). This fact also suggests that Augustus passed the title down to Livia in order to guarantee the dynastic succession, so that Tiberius could use that title occasionally.

Probably, the public sphere that Livia took part in would be an arena in which masculinity was tested and proved. This was a space in which tensions between men and, now, between a woman and different groups of men were pondered through meanings. These tensions suggest that cultural definitions of gender were exhausted on a contested terrain and defined as power relations (Kimmel, 2016: 104). In ancient Rome, especially for the emperor, a hegemony of masculinity should be considered, in a consciously symbolic way, for his role, which would be the man in power, a man with power and a man of power, the one who would be strong, victorious, conquering, capable, reliable and in control, since he possessed the power over other men, over women and over children. However, the Roman man should accumulate cultural symbols that would denote masculinity, signs that should have been acquired, which would also frame the standards used against women to prevent their inclusion in public life

and their maintenance in the devalued private sphere (Kimmel, 2016: 105). However, Rome's aristocratic and dynastic form of government gave the family a centralized structure of the political system, which tended to blur the distinction between the private and the public (Hallett, 1984; Wood, 1988: 409). This could have been, in fact, much more complex after female positions such as Livia's.

Despite all the disagreement between mother and son, Livia ensured that her son was a powerful example to succeed Augustus, making her husband adopt him. However, the title of Augusta could also be rather linked to the fact that Augustus raised her status to that of an emperor. It seems that this is how the Senate interpreted her. As a consequence, it ended up granting her extraordinary privileges. This way, it was voted that an altar would be erected in honour of Livia's adoption by the *gens Iulia*. In addition, she would receive the title of *mater patriae*. It has also been suggested that Tiberius would be given the title of *filius Iuliae*. Livia's honours also seem to have upset authors such as Tacitus, who mentions that Livia was being greatly flattered, which resulted in the emperor's request that honours should be paid to a woman only to an extent. Tiberius also did not let a *lictor* to be assigned to her and forbade the building of an altar in memory of her adoption as well as any other attribution of distinction regarding her (Tac. *Ann.* 1.13). In other words, Cassius Dio mentions that she won the *lictor* by being declared a priestess of the Augustus' cult (Cass. Dio, *Roman History* 56.46.2; Barrett, 2002: 161). However, Tiberius discouraged the establishment of cults for living people, but in some provinces, he tried to regulate his own cult (Grether, 1946: 233–234).

Furthermore, Augustus could have imagined that his family was the empire. This thought would not fail to praise Livia and would end up putting her in public and in benevolent activities, evidencing the union of the entire imperial family with the rest of the Empire. However, with preconceived ideas about the Roman woman, this ideal did not take hold, as the tensions of power and gender were already strong during the reign of Tiberius. This occurred because virility, in its ethical aspect, as the quiddity of *vir*, *virtus*, reveals a matter of honour in a patriarchal society. This leads men to want to experience everything concerning the principle of conservation and the increase of honour, which is inseparable from physical virility and related to sexual potency (Bourdieu, 1998: 20).

In Roman society, there was a sexual differentiation that established a link between the *phallus* and the *logos*. The male body was part of the public and active uses, as well as speaking publicly. These actions that were

monopolized by men. In this perspective, women were expected to be kept away from public places or to renounce public activities and even the public use of their own face, in addition to not using their words. Antagonistic relations, like those of the elite of Roman society, always resulted in relations of domination, in which the practices and representations of the two sexes were by no means symmetrical. Thus, the social relations of domination in this type of society were embodied in a clearly differentiated *habitus* (Bourdieu, 1998: 26–34), in which the risk of investing in the difference between the sexes was always present, driven by a universal explanatory force (Chartier, 1995: 39).

Religiosity

It should be borne in mind that gender assumptions are the ones that create major social problematizations. In the Roman context, they were present at the base of the foundation of society with mechanisms for the existence of a structural patriarchy, which were especially outlined by three bases: the discourse, which would involve the educational, family and, mainly, the religious discourse, which seems to have influenced the two first ones; the historical one, considering the “myths of origin”, such as the rape of Rhea Silvia, the abduction of the Sabine’s women, the rape of Lucrecia and the intention of rape of Verginia, considering that “history” was taken as an experience; finally, the juridical one, which was formed according to religious norms and as a consequence of historical events, which made it understood that women should be protected in some way, resulting in laws such as the *lex Iulia de adulteriis* and the *ius (trium) liberorum*.

The religious discourse was essential for Roman society, and the divine sphere had to be in accordance with the human sphere. The *pax deorum* and the *pax hominum* were at the centre of Roman religion. Rituals and cults were essential to maintain Rome's success. When Rome had problems, they were treated through religiosity and the reintegration of the *pax deorum* and *pax hominum* was crucial. However, when a woman or a Vestal behaved inappropriately, the Roman system could break down and the resolution would involve political-religious action by the elite, the Senate and the priests (Takács, 2008: 90).

Livia's presence and her role in Tiberius' government could be linked to religious issues, since it was notable that the religious presence of women was used to calm down the divine anger during events of a crisis or during a weak government such as Tiberius'. In such circumstances, male, religious and political leaders resorted to matrons to appease the gods

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

through female gifts, spectacles and processions. In those moments, women were trusted to restore social and political stability (Cid López, 2011: 62-63).

In Rome, when women wanted to intervene in politics, they did so within religious activities, because they could leave their homes to attend religious ceremonies, honour deities on certain dates of the year, and in times of crisis men resorted to them to honour the deities more diligently, which gave political importance to religious activities and female deities. This kind of activities made women as “pious”, whose idealization served to shape legal norms (Cid López, 2011: 61). With this feminine ideal, it was understandable that the public activities chosen for Livia had been linked to the religiosity.

According to Barrett (2002), the restoration of the shrine of Bona dea and the title of sacrosanct that Augustus granted to her, and his sister Octavia show Livia's connection with Vestal rituals. During the Republic, women did not have political powers, but they had social, economic and religious ones. When married, they also had the priesthood and public rites, in which elite men and women could participate. The religious ceremonies of which they took part in the public sphere were rites that took place in favour of Rome and the empire. Within these sacrosanct roles, women reinforced the establishment of order. Private female affairs, such as procreation and the education of children, were projected into the public sphere through religious ceremonies performed by matrons and Vestals. Thus, many of these rituals advocated the agricultural cycle, which was important because it considered fecundity and the continuation of life. Actually, women maintained Rome through religiosity, having rituals as crucial for the protection of the State. They played an important role in carrying out such cults inside and outside Rome. However, the emergence of an imperialist Republic and then the Empire changed their roles, especially among the Roman elite (Takács, 2008: xix-xx). Such women ended up being linked to religiosity, which was different from a direct action in the public sphere.

In this perspective, to enter public office or to raise the hypothesis of a possible “institutionalization” of Roman women as Livia, they needed to be associated with a status that could represent and keep an aspect linked to *pudicitia*. This fact demonstrates an attempt to control and even limit the female actions by the State and by the emperor; and it indicates the existence of a male and controlling power mediated by the agency of a structure of thought articulated and built throughout history and facts. Those were culturally amalgamated and helped shape a conception

restricted to women of the elite of that society, which resulted in the agency of cultural conceptions, actions and ideas for the maintenance of certain power and gender relations.

A hypothesis that Augustus wanted to convey the idea that the imperial family would be the empire could have made Livia linked to public services, especially as a benefactor. This same idea could have been absorbed and implemented by the Senate, which voted to grant several titles to Livia after the ruler's death in order to continue Augustus' ideal. Thus, even denying her some titles, her son Tiberius, who was resistant to her "institutional" and public work, needed the Senate to rule. This fact may have made him accept the granting of some privileges to his mother, in a way that it did not affect him, especially if she was linked to Vestal activities. Such action resulted in a political strategy that possibly demonstrated the haughtiness of the imperial family to preserve senatorial spirits.

Ultimately, Livia gained the privilege of *ius (trium) liberorum*, which was only granted to her because of the death of her son Drusus. Three other Vestal privileges were granted to her after Augustus' death: the *lictor* in AD 14; the *carpentum* in AD 22; and the right to sit in the theater's low chairs in AD 23 (Barrett, 2002: 143-144).

Livia's coins

The first Roman women to be represented on coins appeared with characteristics or personifications of goddesses and were differentiated as mortal women due to elements such as the type of hair, which can be seen on the coins of Fulvia and Livia, but not on those of Octavia. The coins show how the Romans associated Livia with religiosity.

At the age of 80 in AD 22, Livia became very ill. For her recovery, the Senate decreed offerings and games for her grace, which led her to be represented on coins as *Salus augusta*, which was the personification of well-being. For Barrett (2002), the allusion to *Salus* to represent Livia's well-being is indirect, since the scholar points out that feminine abstractions, such as *Salus* or *Pietas*, modified by *Augusta*, do not refer to Livia, but to a relationship of the abstract personification with the house of Augustus. The association with *Salus* has a long history, as in 16 BC Augustus' coins celebrated vows taken from the *Salus* of the Emperor. Such association was identified as the *Salus* of the Republic, so oaths were taken by *Salus*

augusti. There was also a cult of Augustus' Salus during his lifetime (Barrett, 2002: 93).

However, the personification of Livia as Salus augusta may be linked not only to her health, but also to her religious activities, since Salus may relate to the goddess Bona dea, to whom Livia was often associated, in addition to the fact that she had restored this goddess temple. Several statues of Livia with a cornucopia resemble the statues of Bona dea. Furthermore, according to Takács (2008), the base of a small figurine of a seated woman connects Bona dea with Hygia, goddess of health, who often appears as a consort of Asclepius. Thus, Salus, which was linked to the meaning of bodily health, was the Latin equivalent of the Greek goddess, Hygia (Takács, 2008: 102).

According to Harvey (2020), the series of coins of Livia as the personification of Salus was one of the first to be minted by Rome with her face. In several other provinces, they were minted in a similar way (Harvey, 2020: 4–8) by copying the style and pattern, not only of Livia as Salus, but also of other series in which she is personified as Pietas and Iustitia, as did the mints of Thessalonica and Amphipolis (Harvey, 2020: 114). Thus, it is known that, in the same year of Livia's coin as Salus augusta, the tribute to Pietati augustae was paid on coins containing the caption *Pieta*, along with its idealized image, which sometimes appeared as Iustitia (Grether, 1946: 236–237).



Figure 01: Dupondius of Livia or Julia Augusta as Salus, with her face turned to the right, minted in Rome, dated 22 - 23 AD, during the Roman Empire, bronze, 28 mm in diameter, weight of 14.06g, minted during the rule of Tiberius, 14 - 29 d. C., caption: SALVS AVGVSTA; caption on the reverse: TI CAESAR DIVI AVGVSTI TR POT XXIII (Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum = Tiberius Caesar Augustus, Son of the Divine Augustus, augur, Supreme Pontiff in charge of the Twenty-Fourth Tribune Power³); Larger caption on reverse:

³ Our translation.

S(enatus) C(onsultum) (coined by the consent of the Senate⁴).⁵ © The Trustees of the British Museum.

In this dupondius of Livia as *Salus augusta*, her image appears only on the obverse, which is the most important side of the object, with no reference to the emperor. However, such reference is only illustrated in the caption on the reverse, showing Livia as the most important figure at that time. Harvey (2020) said that there was another coin with a seated female figure, previously minted, in the period of Augustus, that appears to be Livia (Harvey, 2020: 121) and was associated to her in other governments.

Barrett (2002) argues that the Senate made an additional gesture by honouring Livia during the year she was ill, giving attention to her children of *pietas*, a Roman concept that involved a responsibility to both the gods and the family. The construction of the *Pietati augustae*, that was also referred to as the Altar of *Pietas Augusta*, was voted on (Barrett, 2002: 94) by the Senate.



Figure 02: Dupondius⁶ with a veiled bust and with a diadem on Livia's head like *Pietas*, looking right, dated 22–23 AD, minted during the rule of Tiberius, with the consent of the Senate on the reverse, *S C* (*Senatus Consultum*) and with smaller captions: *DRVSVS CAESAR TI AVGVSTI F TR POT ITER* (*Drusus Caesar Tiberii Augusti Filius Tribunitia Potestate Iterum* = Drusus Caesar, son of Tiberius Augustus, with tribunitial power for the second time⁷).⁸ Courtesy of the Classical Numismatic Group, Inc.

⁴ Our translation.

⁵ Registration number: R.6361. Bibliographic reference: RIC1 47: 97; RE1 83: 131. C&M Catalog: RE1 131: 83. Available on: https://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_detail.aspx?objectId=1202443&partId=1, accessed on 10th November 2019.

⁶ Referência: RIC I 43, *Corpus Nummorum Romanorum VIII*.

⁷ Available at: <https://en.numista.com/catalogue/pieces247290.html>, accessed 13/10/2022.

⁸ Available at: <https://www.acsearch.info/search.html?term=Livia&category=1&en=1&de=1&fr=1&it=1&es=1&ot=1&images=1¤cy=usd&order=0>, accessed on: 9th March 2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Hence, the Senate arranged for the minting of a series of dupondius, in which Livia is represented as Pietas. She appears with a veiled head and a diadem, demonstrating aspects linked to *pudicitia* and Vesta, honouring her role as a Roman matron. The coin was done without the male presence, but with the reference to the son of Tiberius, Drusus, on the reverse. Still according to Harvey (2020), the reverse of this Pietas coin depicts the title of Drusus the Younger, son of Tiberius and his successor, while the reverse of the Salus and Iustitia coins depicts the title of Tiberius (Harvey, 2020: 165). In addition, in this series of coins of Livia such as Pietas, she is associated with her role as a priestess of the cult of Augustus (Harvey, 2020: 187).



Figure 03: Dupondius⁹ of orichalcum¹⁰, minted in Rome, 21-22 AD, during the rule of Tiberius. The obverse contains the bust of Livia, as Iustitia (caption), with a tiara (stephane, which is a divine attribute¹¹); the reverse contains the smaller caption: TI CAESAR DIVI AVG F AVG P M TR POT XXIII (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum*¹² = Tiberius Caesar, son of the divine Augustus, augur, Supreme Pontiff with the twenty-fourth tribune power¹³), large caption: S C (*Senatus Consultum* = minted with the consent of the Senate).¹⁴ Courtesy of Heritage Action, HA.com.

⁹ Reference number: RIC 46

¹⁰ A yellow metal prized in ancient times, likely a form of brass or similar alloy (Lexico, powered by Oxford), available at <https://www.lexico.com/en/definition/orichalcum>, accessed on: 5th September 2020.

¹¹ The crown or tiara confers the distinction of Livia and is linked to goddesses such as Hera/Juno and Aphrodite/Venus. (Harvey, 2020: 137).

¹² Consulted at: <https://en.numista.com/catalogue/pieces56149.html>, accessed on: 05/09/2020.

¹³ Translation by the author.

¹⁴ Available on <https://coins.ha.com/itm/ancients/roman-imperial/tiberius-ad-14-37-orichalcum-dupondius-1385-gm-/a/231446-62053.s?ic16=ViewItem-BrowseTabs-Auction-Archive-ThisAuction-120115>, accessed on: 5th September 2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Another series made in honour of Livia was that of dupondius, from the rule of Tiberius, dated 21-22 AD, in which she is personified as Iustitia. The object was characterized as a way of honouring her for her acts of help, which would possibly be linked to her patronage activity. This would also guarantee a connection with the government of Tiberius through the caption on the reverse, demonstrating the mark of the consent of the Senate and of the emperor, by showing a family harmony, a dynastic heritage related to Augustus.

Barrett (2002) emphasizes that a care should be taken in the interpretation of figures such as Salus, Iustitia and Pietas, which could reflect Livia's appearance. For the scholar, the female figure of Salus, with the name Augusta would not have a specific connection with Livia, as Salus would have idiosyncratic personalized elements. Outside Rome, the Salus coin was used as a type of portrait of Livia, but this does not prove that it was an accurate record of her appearance, although it does reflect her features (Barrett, 2002: 104). Representations of these women in antiquity often did not correctly show their appearance, but some elements were repeated in poor or good forms of representations. Those elements could characterize certain people, no matter their quality (Harvey, 2020: 119).

In that same year, 22 AD, another series of coins that referred to Livia was minted in Rome and showed a *carpentum*, which was composed of a cart with two mules used by the Vestals for public activities. In it, the caption S.P.Q.R. IVLIAE AVGVST(AE), concerning the *supplicatio*, so that the Senate decreed to Livia the Vestal right to use the *carpentum*. She also ended up winning a public celebration in Rome for her birthday (Grether, 1946: 236-237). The permission to use the *carpentum* came in 22 AD, when she became a priestess of the deified Augustus and was consequently granted a seat in the Vestal theatre (Tac. *Ann.* 4.16.4; Wood, 1999: 82; Winkler, 1995: 53-54). Those elements composed her character of modesty, prudence, mother and feminine virtues (Harvey, 2020: 186).



Figure 04: *Sestertius*¹⁵ of copper alloy, dated 22 - 23 AD, 33 mm in diameter, 27.7 g, minted in Rome during the rule of Tiberius. On its obverse is a *carpentum* facing right with two mules, with caption: SPQR/IVLIAE/AVGVST(ae) (*Senatus Populusque Romanus Iuliae Augustae* = The Senate and the Roman People for Julia Augusta¹⁶). Reverse: TI CAESAR DIVI AVG F AVGVST P M TR POT XXIII (Tiberius Caesar Divi Fili Augustus Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum = Tiberius Caesar, Son of the Divine Augustus, Supreme Pontiff invested with the Twenty-Fourth Tribune Power¹⁷), S C (*Senatus Consultum*). © The Trustees of the British Museum.

This *sestertius* with the *carpentum* on the obverse, together with the name IVLIAE AVGVST(ae), shows a Vestal respect to the character, since this type of carriage was only used by the Vestal Virgins and reveals a religious aspect to the image of Livia. Harvey mentioned that (2020), this is one of the few coins minted in Rome, like the one in which she is represented as *Salus augusta*, which also has the function of honouring her. This demonstrates her privilege to walk on a *carpentum* (Harvey, 2020: 160). Harvey (2020) also declares that she would be crossing gender norms when using *carpentum*, in the face of a status that had no antecedents (Harvey, 2020: 121), attributing a masculine feature to that use. However, the *carpentum* was something used by Vestal Virgins and was considered too feminine for a special female status. This fact does not remove the exclusive characteristic of Livia, it only adds honours. For Barrett (2002), the coin should be linked to Livia's illness so that the scene could be related to the procession of supplications, which the Senate must have decreed (Tac. *Ann.* 12. 42. 2; Barrett, 2002: 95).

In the 20s AD, Livia and Julia were associated with the cult of Hestia, the Greek goddess equivalent to Roman Vesta (Barrett, 2002: 144). Elements such as the sceptre, the *patera*, the veil covering the head, in addition to her seated images, show an iconography linked to the goddess Vesta, which contributes to her position as priestess and mother (Harvey, 2020: 184). Livia's identification with other goddesses continued in the provinces, as did her personification as Hera, which persisted on Tarsus coins. In Athens, she gained an epithet linked to the name of Hera, which suggests

¹⁵ Reference number: R.6358. Bibliographical references: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (77: 130), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (51: 97). RIC *Tiberius* 51. BMCRE *Tiberius* 76. CBN *Tiberius* 55. C 6. [Rome, AD 22 -3]. Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-6358, accessed: 21/08/2020.

¹⁶ Translation of the author.

¹⁷ Available at: <https://en.numista.com/catalogue/pieces66003.html>, accessed on: 18/08/2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

Roman Providence and demonstrated that where Livia was not divinely identified, she was associated with a goddess (Grether, 1946: 241-242).



Figure 05: Silver Tetradrachma¹⁸, from 14 - 37 AD, 14.43 g, from Tarsus, Turkey, from the rule of Tiberius, with his laureate bust facing right on the obverse and caption: ΣΕΒΑΣΤΟΥ ΤΙΒΕΡΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΟΣ, transliteration SEBASTOU TIBERIOU KAISAROS (From Tiberius Caesar Augustus¹⁹); on the reverse is Livia, as Hera, seated on a throne facing right, holding ears of corn and poppies, with caption: ΣΕΒΑΣΤΗΣ ΙΟΥΛΙΑΣ ΗΡΑΣ ΜΗΤΡ, transliteration: SEBASTES IOULIAS ERAS METR (Julia Augusta, mother Hera²⁰). © The Trustees of the British Museum.

This tetradrachma shows Tiberius on the most important side of the coin, the obverse, with his bust turned to the right and laureate head, demonstrating his glories. On the reverse, a secondary female figure appears, with characteristics of the goddess Hera, who seems to be representing Livia. According to Harvey (2020), she also looks like Demeter/Ceres through grains and poppies, symbols linked to fertility with maternal roles (Harvey, 2020: 137; 174). Livia was celebrated as the “new Hera” in Assos and Pergamum; “new Isis” in Egypt; “new Aphrodite” in Cyprus; and “new Hestia Demeter” in Lampsacus (Spaeth, 1996: 169–170; Harvey, 2020: 138–139).

The coin illustrates Tiberius' power and a tribute to his mother's virtues in order to demonstrate a family harmony. Livia appears as a Roman matron, as the ears of corn she holds can be linked to fertility and abundance, often agricultural production. In addition, poppies are a symbol related to death and are common in burial altar figures. This demonstrates that she could still be watching over the death of her husband, Augustus. This Livia's coin associated with goddesses linked to fertility can be compared with another coin of the goddess Vesta, from the time of Caligula. This coin shows

¹⁸ Reference number: 1970,0909,225. Bibliography: RPC1 / Roman provincial coinage. Vol.1, From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69) (4005). Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1970-0909-225, accessed: 17/08/2020.

¹⁹ Translation by Juarez Oliveira.

²⁰ Translation of the author.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

similar elements, such as her sitting position, the sceptre, the veiled head and, in this case, a *patera* instead of the branch of grain.



Figure 06: The copper alloy²¹, Rome, 40 - 41 AD. Obverse: bust of Caligula, C.CAESAR.DIVI.AVG.PRON.AVG.P.M.TR.P.IIIII.P.P (*Gaius Caesar Divi Augusti Pronepos Augustus, Pontifex Maximus, Tribunicia Potestate Quarta, Pater Patriae*²² = Gaius Caesar, great-grandson of the divine Augustus, Supreme Pontiff, holder of the *tribunicia* power for the fourth time, father of the nation²³). Reverse: Vesta and S C (Senatus Consultum = minted with the consent of the Senate.²⁴) © The Trustees of the British Museum.

The fact that Livia was linked to a religious environment with attributes granted only to the Vestal Virgins seemed a way of “institutionalizing” her activities and acts within the State. Livia's association with Vesta seems to have been prudent, as Vesta was the goddess of the home or hearth in her temple, near Regia²⁵, in the forum, where the sacred fire was guarded, which the Vestal Virgins protected. According to Barrett (2002), perhaps Augusto used Livia's association with Vesta to reinforce the image of his wife as a symbol of chastity and an appropriate representative of the home, the *princeps* and the house of a nation (Barrett, 2002: 143). In this way, Livia's public presentation should be linked to a feminine morality that imposed itself on all parts of the body and that exerted continuity through coercion in terms of clothes and hairstyles. The antagonistic principles of

²¹ R.6458. Number in the C&M catalogue: RE1 (158) (73) (158). Bibliographic references: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (73: 158), BER1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (54: 111), NM 2003.249 (BMC 45 - 8). RIC 38. BMCRE 46. CBN 54. C 27. [*Rome, AD 37 - 8*].

²² *Pater Patriae*, appears as P P in coin legends. This honorable title, which means "father of the land", was conferred on Augustus in 2 BC, and was assumed by most of his successors, but not all, as Tiberius did, and others only accepted it when he was already ruling for some years, like Hadrian and Marcus Aurelius (Saer, 2000: 73).

²³ Available at: <https://en.numista.com/catalogue/pieces247171.html>, accessed on: 21/07/2021.

²⁴ The state cult of Vesta had an association with the emperor as *Pontifex Maximus*. Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-6458, accessed: 21/07/2021.

²⁵ *regina sacrorum* was the wife of the *rex sacrorum* (Boatwright, 2011: 112).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

masculine and feminine identity were inscribed in permanent ways of using the body or maintaining a posture (Bourdieu, 1998: 36).

Livia appears on other coins with the same attributes of female fertility, but interpreted as other goddesses. Grether (1946) associates her with Pax/Ceres and mentions that her representation would have been associated with the deity of agricultural abundance. Coins of Augustus, from 2 BC to 14 AD, had the image of a seated figure holding ears of corn and a sceptre on their reverse, which continued to appear in other later governments, including those of Tiberius and Claudius, when Livia would have been deified (Grether, 1946: 226-227; 238).



Figure 07: Aureus,²⁶ 14-37 AD, Lugdunum, from the rule of Tiberius, showing his laureate bust facing right. Caption: TI CAESAR DIVI AVGVSTVS (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augustus* = Tiberius Caesar Augustus, son of the divine Augustus²⁷). On the reverse: a female figure that could probably be Livia, seated, turned to the right, with a branch of a plant in her left hand and a sceptre in her right. PONTIF MAXIM (*Pontifex Maximus* = Supreme Pontiff²⁸).²⁹ © The Trustees of the British Museum.

In this aureus of the government of Tiberius, the emperor is honoured as a *divus* due to his precedent adoptive father Augustus. On the reverse, there is the image of Livia, reminiscent of Pax/Ceres. Once again, she is associated with a goddess, with a branch of a plant in her left hand, which may be related to her son's governmental prosperity, fertility and agricultural abundance, as well as productivity and success in hierarchical succession. It also shows a tribute to the reign of his son Tiberius, who celebrates the role played by his mother in helping him come to power. According to Harvey (2020), the imagine of Livia seating with the attribute

²⁶ Reference number: 1985,0421.38. Bibliographic references: CHRB VI / Coin Hoards from Roman Britain Volume VI (38: 3), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (29: 95).

²⁷ Translated by author.

²⁸ Translated by author.

²⁹ Available at https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1985-0421-38, accessed on: 17th August 2020.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

of Pax or Ceres, with a branch of ears of grain, demonstrates her role as a mother of the imperial family and her stable presence in the imperial dynasty. In Lepcis Magna, Colonia Romula and Tarsus, she was directly referred to as a mother (Harvey, 2020: 132; 134). For Barrett (2002), the seated female figure that appears in the government of Tiberius exchanges the sceptre for a spear and the ears are grains of wheat (Barrett, 2002: 141).

Livia's popularity continued to exist after her death in AD 29, aged 86. Her sculptures survived and continued to be erected during the government of the emperor Claudius so that were many plaques attested to her honour (Harvey, 2020: 4-8). Only in 41 AD, with Claudius Emperor, in order to strengthen his connection with the imperial house, he not only undertook new honours to Augustus, but also deified his grandmother Livia (Grether, 1946: 247-249). This makes the minting of coins with her figure to be more common in Rome (Harvey, 2020: 121), in addition to having himself a political guarantee to receive the title of *divus*. It was probably only after Livia was deified in 42 AD that the coins with her image appeared accompanied by the *diva* caption and the cult of her began to appear.



Figure 08: Dupondius,³⁰ dated 41 - 50 AD, 16.33 g, from the rule of Claudius of Rome. Obverse: bust of Augustus facing left, caption: DIVVS AVGVSTVS (Divus Augustus = Divo Augusto³¹) and S C (*Senatus Consultum* = minted with the consent of the Senate). Reverse: Livia seated on the left, with an ear of corn in her right hand and a sceptre in her left, caption: DIVA AVGVSTA (Diva Augusta = Diva Augusta³²). © The Trustees of the British Museum.

³⁰ Registration number: R.9873. Number in the C&M catalogue: RE1 (195) (224) (195). Bibliography: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (224: 195) PCR / Principal coins of the Romans: Volume I: The Republic c. 290 - 31 BC; Volume II: The Principate 31 BC - AD 296; Volume III: The Dominate AD 294 - 498. (395) RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (101: 12). Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-9873, accessed: 17/08/2020.

³¹ Translation of the author.

³² Translation of the author.

In this dupondius Claudius' reign, which marks the consecration, in 41 AD (Barrett, 2002: 222) and the consequent deification of Livia, the seated female figure appears once again following the pattern linked to the figure of Ceres (Barrett, 2002: 141; 210) or Vesta. There is a celebration of the divine couple, when the deification of his grandmother Livia granted Claudius the status of *divus* and the demonstration of his family's past which helped him to come to power. The coin has the image of Augustus on the obverse as the main figure, and that of Livia with an ear of corn in her hand on the reverse as a secondary figure, symbolizing abundance, agricultural production, fertility and other virtues of a Roman matron. These also demonstrates the guarantee of a dynastic longevity. The sceptre would be linked to respect, wisdom and the goddess Vesta. According to Harvey (2020), Livia is represented on this coin as Ceres/Demeter, an aspect that also appears with similar shapes on some coins of the government of Tiberius, but with some different attributes such as the *patera*, the sceptre and, occasionally, the ears of grain in place of the sceptre, as on Galba government coins (Harvey, 2020: 124).

With Galba, Livia appears as *Diva Augusta* and was recognized as a goddess and as an important ancestor (Harvey, 2020: 121). During Titus' Reign, she appears as Iustitia and Pietas. During Antoninus Pius' government in 159 AD., the temple of Divus Augustus was renovated and received a statue of Livia (Grether, 1946: 251; Harvey, 2020: 121).



Figure 09: Silver Denarius,³³ of Catalonia, province of Tarragona, town of Tarraco, Spain. Obverse: laureate bust of Galba, facing right, with caption: SER GALBA IMP CAESAR AVG TR P (*Servius Galba Imperator Caesar Augustus Tribunicia Potestate* = Serbian Commander Galba Caesar Augustus invested in the Tribune Power³⁴); reverse: draped figure of Livia, facing left, with a *patera* in her right hand and a vertical sceptre in her left hand, caption: DIVA AVGVSTA. © The Trustees of the British Museum.

³³ Museum reference number: 1928.0120.128. Bibliographical references: RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (52: 235). Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1928-0120-128, accessed: 16/08/2020.

³⁴ Translation of the author.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

This denarius celebrates the government of Galba and honours Livia on its obverse, as an image used to strengthen his power, since its representation appears with a *patera* in his hand. These elements can be interpreted as a symbol of fertility, agricultural abundance and of a prosperous government. She is not seated, as in the previous figures, but standing, with elements already known. Besides, the longevity in honouring Livia would be linked to a prolonged respect for her person, as well as the result of the expectation of keeping the memory of an important character. This suggests high acceptance of her representation in periods when she was alive and after her death.

According to Harvey (2020), both Claudius and Galba saw Livia as a divine ancestor, since Claudius had her as a grandmother and Galba had received favours from Livia early in his career. Galba claimed to be related to her through his adoptive mother Livia Ocellina, who also declared to be connected to her somehow. This was Galba's excuse to legitimize his Reign as one that was linked to the first *princeps*, Augustus, after the fall of Nero, ending the Julio-Claudian dynasty. However, there has always been a doubt regarding Galba's connection with the Julio-Claudian's family (Harvey, 2020: 124).



Figure 10: Dupondius,³⁵ in copper alloy, AD 80 - 81, 14.39 g, from the government of Titus of Rome. Obverse: bust of Livia; caption: PIETAS. Major reverse caption: S C (*Senatus Consultum*), minor caption: IMP T CAES DIVI VESP F AVG RES[T] (*Imperator Titus Cæsar Divi Vespasiani Filius Augusti Restituit* = Commander Titus, son of the divine Augustus Vespasian, was restored³⁶). © The Trustees of the British Museum.

³⁵ Reference number: 1857.0812.19. Number in C&M catalogue: RE2 (287) (291) (287). RE2 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. II: Vespasian to Domitian (291: 287) BER2.1 / The Roman Imperial Coinage, vol.2 part 1: From AD 69 to AD 96: Vespasian to Domitian (426: 227). Available at: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1857-0812-19, accessed: 18/08/2020.

³⁶ Available at: <https://www.bidder.com/auctions/cgb/browse?a=924&l=981372>, accessed on: 18/08/2020.

Titus must have had a similar interest of Galba to honour Livia in minting this dupondius, in which she appears on the obverse as the main figure on the coin. However, its obverse celebrates the government of Titus and its coinage is, even in this period, with the mark of the consented by the Senate. The homage that describes her as *pietas* may come from a respect for her *pudicitia* as a Roman matron and her virtues.

Conclusion

The Roman monetary elements could represent a mark in the power and gender relations, family system and its values. In addition, coins were objects that could have been the corollary of political changes, since private and domestic demand was on the agenda of women minted in coins in the face of public visibility that still based on morality and values close to the most traditional ones. The images of Livia were attributed to the personifications of goddesses with symbols representing fertility, religiosity and *pudicitia*. The religious boundary has the capacity to strictly define the patterns of men and women that are linked to a studied society, their activities, ritual forms and devout practices that suit each of the sexes (Chartier, 1995: 41).

As a result of the symbolic elements related to fertility demonstrated by the monetary iconography, it can be inferred that there was a sexual topology of the socialized body, which had the female body as the one recognized for procreating. Bodies, in the face of their displacements and movements, are embedded with social meanings. The differences between the male and female body could have led to the use of different practices and metaphorical elements to interpret them. These were used for each sex and equally differentiated in their appearance, being linked to the agents' *habitus*, which functioned as schemata of perceptions, thoughts and actions. This experience apprehended the social world and its arbitrary divisions by starting with the social division between man and woman, seen as "natural", a thought that legitimized such divisions. In the face of this "naturalization", the patriarchal view was imposed as neutral, making masculine domination symbolically grounded, creating a sexual division of labour, its instruments and spaces (Bourdieu, 1998: 16–18).

The "naturalization" of female subordination has already received several feminist criticisms, as it is held that the subordination of women stems from the ways in which women are socially constructed, as it is believed in the underlying idea that whatever is constructed, can be modified. In this way, by changing the ways in which they are perceived, it would be

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 79-106.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475

possible to change the social place they occupy (Piscitelli, 2002: 10). However, for other social changes, there would have to be an awareness of such subordination by the women themselves. In this understanding, Bourdieu (1998) comments on such “naturalization”, and claims that when this awareness is not recurrent, such female actions are seen as “right” to be performed in each social group.

Another issue that was raised in this work was Livia's place of work, which seems to have been religious, essential for female performance. Certainly, both within the public and private arenas, women had limits of performance. In this context, the interpretation of the spaces of action can define and make such places objects of reflection and definition of what political action would be by taking into account that coins could also be seen as a public space to carry out a discourse through its symbols. However, the local space, and in particular the way in which the public and private arenas were delimited, can define a certain value and become objects of reflection (Alvarez et al., 1998; Scott et al., 1997), as well as the redefinition of what is “political” action (Goddard, 2000: 10). The “institutionalization” of the Roman woman, linked to religion, may have made a political camouflage itself through religiosity, opening space for Livia's agency and guaranteeing her a place of action. Even so, women tended not to be so well accepted, but it could count on a new establishment of their presence in both public and private spheres, especially after Livia.

However, this does not mean that masculine domination was not in full swing. It should be borne in mind that such structures were not so easy to modify and that the condition of men was affirmed by the objectivity of social, productive and reproductive structures. These structures divided activities between men and women of the Roman elite, giving an *habitus* to men that was shaped by conditions that functioned as matrices of perceptions of thoughts and actions of all members of society, which was something instilled and shared historically and universally. In this sense, masculine dominance was invested by common sense, of which women themselves were a part. Even in power relations, they found themselves involved in schemes of thoughts that were products of the incorporation of these relations and that expressed crucial oppositions of symbolic order (Bourdieu, 1998: 45). However, the performances of elitist women were still managed in such a way as to be rooted into a masculine order, which was both material and mental (Bourdieu, 1996: 30–31), giving them a character of relative freedom.

By Livia's performance, there was an indirect reconceptualization of spaces, with new limits and new circumstances in which the public had to reorganize itself as a result of a private one, which previously associated women with it. That being said, what could be considered private in Livia's time came because her agency was public, at a time when there seemed to be illogical to keep such activities private. Masculine domination was renewed in a way that the performance of Livia and other elite women became part of the current order, which does not mean that there were not tensions between the parties.

The vision and use of the "public/private" division can restrict the interpretation of the investigated society in a way that would lead to believe in the existence of only these two types of places of action. This division is merely didactic, as a way of limiting the focus of the object under study, since Roman society was probably much more complex. The very designation "public/private" can itself bring a great tangle of parts that intersect, counting on the example of Livia, who had to assume a religious position in order to act publicly. This allowed the private (Livia) intertwine with the public (Livia's activities). This division can also be linked to the written sources we have access to and how they describe Antiquity. Roman women in general are outlined in family environments, but there are also exceptions, which form an opposition between the public and the private dimensions. The house would be a place where they would be inserted most of the time and men are described as those who are hardly associated with domestic places, with an image of toughness and virile rudeness (Bourdieu, 1998: 72).

When spaces are not neutral and recognized as having gender differentiation, men are linked to the public sphere and women to the private sphere, the redefinition of this space can be significant (Goddard, 2000: 17). It can be assumed that Livia must have been very intelligent and skilful to be able to deal with such advents, like Agrippina Minor and other women who provided activities in this environment who were potentially criticized, such as Fulvia. The examples of elite Roman women in public life can demonstrate an arena of gender perspective of such an Era and a place of power. In addition, the presence of women in public places created an agency of negotiation, directly or indirectly, of the limits and the ways in which these places were used. Consequently, such agencies presumably led to a redefinition of the meaning and value of such spaces that were intended to be kept separate, or that were seen as separate, or that we see as if they were separated.

In the meantime, it can be mentioned that Livia's feats represented a challenge to the boundaries between the public and the private. Consequently, it brought about a reinvention of the domestic and the recognition of the importance of gender for cultural and political phenomena, so that the coins exemplify it. In view of this fact, this study aimed to highlight the Roman identity constructions and the importance of the agency for building complex processes of change through the coins and textual sources. The gender focus helped to bridge the conceptual gaps between change processes, public settings and the everyday lives of men and women (Goddard, 2000: 20). However, further comprehensive work would be needed in order to establish the presence of different women in this past, in different places and how they were perceived, also counting on the subaltern world.

Bibliography

Ancient authors

CASSIUS DIO. *Roman History*. Edited by E. Cary, London, G. B. Putman, 1925.

SUETONIUS. *The Twelve Caesars*. translation by Robert Graves, Penguin Books, Harmondsworth, 1957.

TACITUS, P. C. *The Annals and The Histories*. Tradução: Church, A. J. & Brodribb, W. J. Great Britain: Penguin Classics, 1952.

Numismatic documentation

Numismatic collection of the *Classical Numismatic Group*, available on: <https://www.cngcoins.com/>, last access: 25/04/2022.

Numismatic collection of the *Heritage Action: the world's largest Numismatic Auctioneer*, available on: <https://www.ha.com/>, last access: 25/04/2022.

Numismatic collection of the British Museum, available on: <https://www.britishmuseum.org/collection>, last access: 25/04/2022.

Bibliographic references

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (eds). *Cultures of Politics of Cultures*. Re-visioning Latin American Social Movements. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998.

BARRETT, Anthony. A. *Livia: first lady of Imperial Rome*. New Haven: Yale University Press, 2002.

BOATWRIGHT, Mary, T. Woman and gender in the forum romanum. *Transactions of the American Philological Association*, 141, 2011, p. 105-141.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDON, V. R. (orgs.). *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, R. Diferença entre os sexos e a dominância simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, (4), 1995, p. 37-47.

CID LÓPEZ, Rosa M. La matrona y las mujeres de la Roma antigua. Um estereotipo feminino a través de las imágenes religiosas y las normas legales. In: *Mujeres em la Historia, el arte y el cine: discursos de género, variantes de contenidos y soportes: de la palabra al audiovisual*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, p. 55-70.

FLORY, Marleen B. The meaning of Augusta in Julio-Claudian period. *American Journal of Ancient History*, 132, 1998, p. 113-138.

GODDARD, Victoria, A. Introduction. In: GODDARD, V. A. (ed.). *Gender, agency and change: Anthropological perspectives*. Londres e Nova York: Routledge: Taylor and Francis Group, 2000.

GRETHUR, Gertrude. Livia and the Roman Imperial Cult. *The American Journal of Philology*, v. 67, n. 3, 1946, p. 222-252.

HALLETT, Judith P. *Fathers and daughters in Roman society: women and the elite family*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.

HARVEY, Tracene. *Julia Augusta: images of Rome's first empress on the coins of the Roman empire*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2020.

HEMELRIJK, Emily A. *Matrona docta: educated women in the Roman elite from Cornelia to Julia Domna*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 1999.

KIMMEL, Michael S. Masculinidade como homofobia, medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. Tradução: Sandra M. Takakura. *Equatorial*. v. 3, n. 4, 2016, p. 97-124.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

PERKOUNING, C. M. *Livia Drusilla-Iulia Augusta*. Vienna, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. M. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. 2002, p. 7-42.

SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (eds). *Transitions, Environments, Translations. Feminisms in International Politics*. London and New York: Routledge, 1997.

SPAETH, Barbette S. *The Roman goddess Ceres*. Austin: University of Texas Press, 1996.

TAKÁCS, Sarolta A. *Vestal Virgins, Sibyls, and matrons: women in roman religion*. Austin: University of Texas Press, 2008.

TEMPORINI, H. *Die Fruen am Hofe Trajans. Ein Beitrag zur Stellung der Augustae im Principat*. Berlin; New York, 1978.

WOOD, Susan. E. *Memoriae Agrippinae: Agrippina the Elder in Julio-Claudian Art and Propaganda*. *AJA*, 92, 1988, p. 409-26.

_____. *Imperial women: a study in public images, 40 BC - AD 68*. Leiden, Boston, Koln: Brill's Scholars' List, 1999.

WINKLER, Lorenz. *Salus: Vom Staatskult zur politischen idee, eine, Archäologische Untersuchung*. Heidelberg: Verlag Archäologie und Geschichte, 1995.

ZAGER, Ilona. *The political role of women of the Roman elite, with particular attention to the autonomy and influence of the Julio-Claudian women (44 BCE to CE 68)*. Submitted in accordance with the requirements for the degree of Master of Arts, in the subject of Classical Studies, at the University of South Africa, Pretoria, 2014.

A CONQUISTA ROMANA DA *HISPANIA CITERIOR*: UM MODELO TEÓRICO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

Cesar Carreras¹

Laia Catarineu²

Esther Rodrigo³

Núria Romani⁴

Joaquim Pera⁵

Resumo

A conquista romana da Península Ibérica, e mais precisamente do território que viria a ser a província da Hispânia Citerior, tem suscitado um interesse particular nos últimos anos. Intervenções arqueológicas preencheram uma lacuna no conhecimento da atividade militar dos séculos II-I a.C., que basicamente só era conhecida através de fontes antigas. Graças ao trabalho contínuo de várias equipas de investigação, temos atualmente um panorama completamente diferente. Nestas novas investigações sobre o primeiro século da conquista romana da Península, o século II a.C., que há poucas décadas era um período completamente desconhecido, surge como um período crucial para propor novas hipóteses sobre o modelo romano de conquista deste território do norte peninsular. Este modelo de conquista foi seguramente aplicado, com algumas nuances, aos outros territórios que viriam a constituir o futuro Império Romano.

Palavras-chave

Conquista romana; Península Ibérica; abastecimento; castelos; torres; acampamentos militares.

¹ Professor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: cesar.carreras@uab.cat.

² Doutora em Arqueologia Clássica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: laia.catarineu@uab.cat.

³ Professora-Leitora Serra-Hunter de Arqueología Clássica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: esther.rodrigo@uab.cat.

⁴ Professora-Leitora Serra-Hunter de Arqueología Clássica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: nuria.romani@uab.cat.

⁵ Professor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: joaquim.pera@uab.cat.

Resumen

La conquista romana de la Península Ibérica, y concretamente el territorio que se convertirá en la provincia de la Hispania Citerior ha cobrado especial un interés destacado en los últimos años. A partir de las intervenciones arqueológicas se ha completado un vacío en el conocimiento de la actividad militar de los siglos II-I a.C. sólo conocido básicamente a partir de las fuentes antiguas. Gracias al continuado trabajo de distintos equipos de investigación, hoy en día disponemos de un panorama completamente diferente. En estas nuevas investigaciones del primer siglo de la conquista romana de la Península, el siglo II a.C., que hasta hace unas décadas era un período completamente desconocido, se erige como un periodo crucial para proponer nuevas hipótesis sobre el modelo romano de conquista de este territorio del norte peninsular. Este modelo de conquista seguramente fue aplicado, con algunos matices, en los otros territorios que compondrán el futuro Imperio Romano.

Palabras clave

Conquista romana; Península Ibérica; aprovisionamiento; castella; torres; campamentos militares.

Introdução

A conquista romana da Península Ibérica, e mais especificamente da província da *Hispania Citerior*, ganhou um interesse especial nos últimos anos, graças ao trabalho arqueológico contínuo de diferentes equipes de investigação. Nestas novas investigações, o primeiro século da conquista romana da Península, o século II a.C., que há algumas décadas era completamente desconhecido, surgiu como um período crucial para propor novas hipóteses sobre o modelo romano de conquista deste território no norte da Península Ibérica.

Vários pesquisadores tentaram definir os mecanismos que o Estado romano pôs em prática para completar a conquista das províncias hispânicas após dois séculos (Cadiou, 2008). Foi um processo muito longo, que por si só sugere numerosas complicações de natureza militar, bem como mudanças nas prioridades e iniciativas. Sem dúvida, a conquista da Hispânia foi uma experiência para Roma em como conquistar um vasto território distante com os limitados meios militares e logísticos à sua disposição, enquanto mantinha ativos outros conflitos no resto do Mediterrâneo. Roma provavelmente não tinha um plano de ação preestabelecido, mas adaptou a sua estratégia às diferentes circunstâncias e períodos, que terminaram com o controle e pacificação da Península Ibérica (Richardson, 1986: 95-125). No entanto, a existência de planos em espaços e tempos limitados pode ser detectada, como se observa em alguns programas fundacionais no nordeste da *Hispania Citerior*⁶. Cabe lembrar que a Hispânia foi o primeiro grande território conquistado por Roma fora da Itália, com exceção das ilhas Tirrenas (Sicília, Córsega, Sardenha), como resultado da vitória sobre Cartago na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). A Hispânia foi, portanto, o primeiro território distante onde foram postos em prática diferentes modelos de ocupação e dominação, que foram posteriormente aplicados a outros territórios. Estes modelos partiam de uma fase inicial de ocupação militar, estruturando o território através de estradas e guarnições, estabelecendo populações através da construção de cidades, explorando recursos chave (p.ex. metal, excedentes agrícolas) e cobrando impostos.

As fontes literárias para este período e território são escassas, e concentram-se no final da Segunda Guerra Púnica no território peninsular (202 a.C.) até as primeiras décadas do século I a.C., embora na área

⁶O aparecimento de conjuntos de assentamentos com tipologias ou características semelhantes em momentos e locais específicos aponta para a possibilidade de iniciativas de construção organizadas, embora o seu alcance geográfico seja relativamente limitado (Catarineu, 2022: 768).

peninsular do NE sejam especialmente limitadas em comparação com a descrição extensiva das Guerras Celtibéricas da Meseta e do vale do Ebro (Schulten; Wulff, 2004). No entanto, escavações recentes forneceram novos dados, que alteram substancialmente o quadro das primeiras fases de conquista da Hispânia. Apesar das novas evidências, os pesquisadores do exército republicano romano destacam a necessidade peremptória de estabelecer tipologias de sítios tardo-republicanos na Península Ibérica para facilitar a interpretação (Moret, 2004: 13-29; Cadiou, 2015: 231-243; Dobson, 2008; Reddé, 2008: 61-71; Noguera et al, 2014; Morillo, 2016: 1-51). Esta análise é particularmente relevante no momento em que a investigação arqueológica está documentando novos e diversos sítios, que estão lentamente materializando a presença romana no território desde inícios do século II a.C., tanto na zona costeira como no interior. Estes locais não só mostram uma natureza militar inequívoca, como os acampamentos (*castra aestiva*), fortes, *castella* ou guarnições, mas também outras tipologias romano-republicanas que mostram um claro caráter itálico diferente da tradição ibérica e celtibérica. Esta segunda categoria de sítios incluiria estabelecimentos de caráter logístico, econômico ou centros administrativos.

De acordo com esta evidência arqueológica, o processo de conquista de novos territórios não foi apenas de natureza militar, mas envolveu uma rede de pequenos sítios que desempenharam um papel estratégico como pontos de controle de caminhos, juntamente com uma estreita rede de colaboração com assentamentos indígenas. Estas pequenas povoações poderiam ser de caráter itálico com tropas auxiliares, ou pequenos contingentes destinados a *oppida* ibérica ou celtibérica que gradualmente se tornariam os *civitates* da *Hispania Citerior*. Esta foi uma conquista "capilar" organizada com base em uma rede muito básica de vias de comunicação para assegurar o avanço das tropas para o interior, que acabariam por constituir as futuras estradas romanas. O controle destes corredores de comunicação entre a costa e o interior seria a chave logística para a conquista do território celtibérico (ver figura 1). Embora a maioria dos pesquisadores concorde que o exército romano desempenhou o papel principal no processo de conquista, existem discrepâncias acerca das suas características e da natureza da sua ocupação, que de alguma maneira são visíveis através da arqueologia. Uma das últimas propostas (Noguera et al, 2014: 177-207), que retoma a perspectiva de Cadiou (2008), distingue diferentes fases da ocupação militar do NE da *Hispania Citerior*: uma primeira fase de 225-175 a.C. que se caracteriza pela Guerra Púnica e a subsequente repressão dos povos indígenas; uma segunda fase de 175-125 a.C. de pouca atividade militar ou "invisibilidade militar"; uma terceira

fase de 125-75 a.C. que incorpora as Guerras Cimbria e a Revolta de Sertório; e uma fase final, as Guerras Civis de 50-25 a.C..

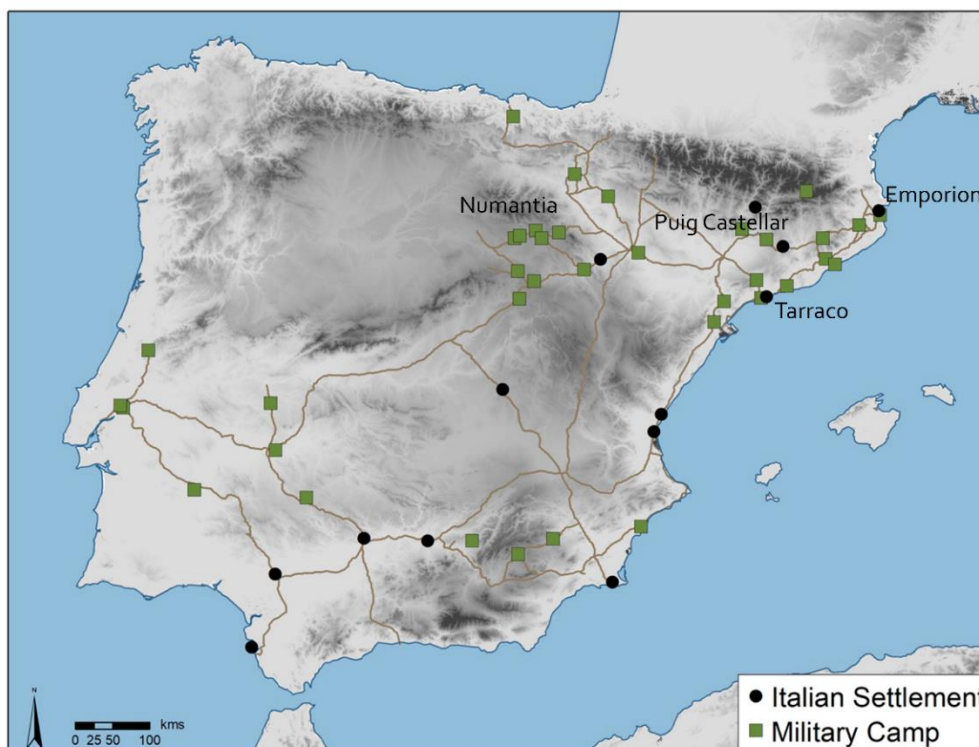


Figura 1: Assentamentos itálicos e Castrejos da Península Ibérica no século II a.C. (PC)

Portanto, segundo estes pesquisadores, estão documentados 3 períodos de "estresse bélico", e um de relativa tranquilidade porque o cenário de guerra na *Hispania Citerior* desloca-se cerca de 400-500 km para o oeste do setor NE da Península. É impressionante que o período de 175-125 a.C., que é definido como um período de "invisibilidade militar", concentre hoje a datação da maioria dos novos assentamentos militares no NE da *Hispania Citerior*, e que ao nível do conflito inclua o período das Guerras Celtibéricas (154-133 a.C.), em que o NE desempenhou um papel ativo no aprovisionamento e logística das legiões que combatiam no centro da Meseta.

Deve-se ter em conta que, durante o período das Guerras Celtibéricas, as tropas romanas lutaram exclusivamente na primavera e no verão na Meseta, passando geralmente os invernos em acampamentos militares costeiros (*castra hiberna*) como o *Tarraco* ou o *Emporion*. De fato, Apiano descreve a situação entre 181 e 133 a.C. no NE da *Hispania Citerior* como sendo marcada por um fluxo constante de tropas para o vale do Ebro e para os vários territórios das tribos celtibéricas que lutavam contra Roma.

Toda uma série de conflitos bélicos contínuos culminou na Terceira Guerra Celtibérica ou Guerra Numantina (143-133 a.C.) (Apiano, *Iberia*: 42-55). Consequentemente, todo o território peninsular do NE formava parte da retaguarda durante as Guerras Celtibéricas, e certamente da linha da frente durante os meses de inverno, quando as tropas legionárias descansaram na *castra hibernia* da costa. Neste sentido, toda os *castella*, *praesidia* e torres construídas entre a costa mediterrânica e o cenário de operações no território de Vacceo e Arevaco constituíram os limites ocidentais do domínio romano na província *Citerior*.

Após a derrota de *Numantia* frente a Cipião Emiliano em 133 a.C., parece que a maior parte do território da Meseta ficou sob controle romano completo, e todos estes estabelecimentos militares menores perderam a sua função inicial e desapareceram paulatinamente. Um dos exemplos da mudança de estratégia por parte das autoridades romanas no final do século II a.C. é o caso de Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019), que foi abandonado de forma ordenada por volta de 120 a.C., e imediatamente a cidade romana de *Iesso* (Guissona) foi fundada entre 120/110 a.C., a apenas 5 km de distância do anterior estabelecimento militar.

Um dos problemas básicos deste período é que as fontes clássicas são muito precisas sobre as batalhas e cercos romanos contra as tribos celtibéricas, mas não especificam a sua forma de controle do território, que é reconhecida exclusivamente a partir da arqueologia⁷. Embora em nível arqueológico haja cada vez mais informação disponível, e se torna fácil definir tipologias de sítios arqueológicos (Catarineu, 2022) e mesmo estabelecer a sua função hipotética, ainda existam problemas de natureza cronológica.

A maioria dos sítios itálicos da *Citerior* apresentam uma cultura material mista durante o século II a.C., cerca de 50% constituídos por cerâmica de tradição indígena (ibéricas pintadas, ânforas, cerâmicas comuns), e o resto de procedência itálica púnica e uma minoria helenística. Na maioria dos casos, as vasilhas de vidro negro (produções campanienses A e B) têm sido os únicos elementos de datação, com formas que têm uma vasta gama cronológica (Pera et al, 2019). Em tempos recentes, outros materiais, tais como ânforas, incluindo selos, permitiram fixar melhor algumas datações, complementando a vasilha fina, como no caso do Can Tacó (Rodrigo et al,

⁷A diversidade terminológica leva à falta de coerência e uniformidade. Por esta razão, foram detectadas confusões terminológicas e problemas de identificação arqueológica com as categorias canônicas mencionadas e descritas em fontes clássicas (Morillo, 2016: 10; Catarineu, 2022: 583).

2013). A presença e ausência de certos materiais em horizontes bem datados de sítios arqueológicos costeiros como Empúries ou Tarraco (García, 2013), deverá permitir no futuro uma melhor datação na qual poderão ser incluídas outras produções cerâmicas.

Tipologias de sítios arqueológicos

Recentemente, e graças ao aumento das escavações arqueológicas e ao maior volume de dados, foi possível fazer uma primeira aproximação tipológica e funcional dos sítios. Uma das autoras deste trabalho desenvolveu uma proposta, na sua tese de doutorado, baseada no estudo de um extenso catálogo de sítios localizados na Catalunha atual e no vale médio do Ebro no período republicano⁸ (Catarineu, 2022). Através de uma nova perspectiva e da integração dos dados de forma conjunta, proporciona uma visão unificada das características dos sítios vinculados ao mundo militar romano. Abre também o caminho para determinar novos modelos e padrões de assentamento na ocupação do território, o que permite observar a variedade de estratégias de controle empregadas por Roma no período republicano.

Na bibliografia, podemos ver como alguns pesquisadores consideraram que os assentamentos itálicos localizados em terras altas obedecem majoritariamente a um caráter e função militares. Não obstante, foi observado que podem ter outros fins que não estritamente militares, gerando a existência de uma grande variedade tipológica (Catarineu, 2022: 582). Uma parte significativa deles não se encaixa estritamente nos modelos conhecidos da arquitetura militar romana, descritos nas fontes clássicas, mas têm as suas particularidades. No entanto, há numerosos elementos comuns em alguns casos: a identificação de um edifício principal com elementos construtivos e decorativos de tipo itálico, a tipologia do sistema defensivo, a presença de elementos de *militaria*, ou em

⁸ Obra inscrita no nordeste da península, no vale do médio Ebro e na Catalunha, entre a Segunda Guerra Púnica e o fim das Guerras Sertorianas (218-72 a.C.).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

geral, a existência e ocupação limitadas (Catarineu, 2022: 582-583).

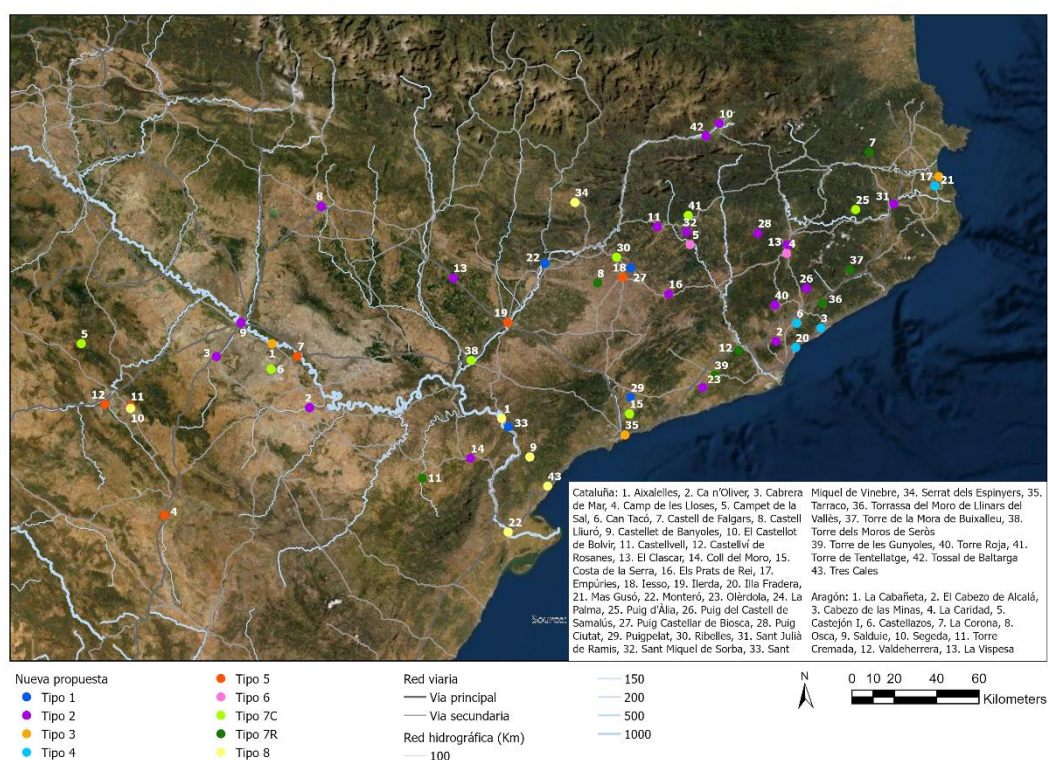


Figura 02: Assentamentos itálicos do século II a.C. no NE e vale médio do rio Ebro. (Catarineu, 2022).

A seguir, delineamos um total de oito tipologias baseadas na funcionalidade que acreditamos representar a grande variedade de formas em que o exército romano foi estabelecido na *Hispania Citerior*.

Fortalezas tardo-republicanas ou centros de controle estratégico

Foi identificada uma série de assentamentos de fundação nova a partir do segundo quartel do século II a.C., com fortes estruturas defensivas e claras evidências militares, tanto em termos arquitetônicos como em termos armamentísticos. Estão localizados em locais elevados e facilmente defensáveis de cerca de 1-2 hectares. As estruturas identificadas nos seus interiores seguem geralmente o padrão métrico itálico, assim como as técnicas construtivas e decorativas. Também é digno de nota a descoberta de elementos de *militaria*, ou seja, armas e objetos ligados ao exército, e grandes quantidades de material de importação itálica (Principal et al, 2015).

Estes núcleos eram centros estratégicos destinados a controlar o território e a organização da ocupação e romanização do território desde o início. Todos eles foram interpretados como *castella*⁹ ou *principia* na bibliografia anterior. O registo arqueológico e os dados observados permitem identificar estes assentamentos como fortes republicanos tardios (Catarineu, 2022: 588-589). Alguns deles são Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019) Monteró (Camarasa) (Principal et al, 2015) Puigpelat (Díaz, 2013) ou Sant Miquel de Vinebre (Vinebre) (Genera, 1994).

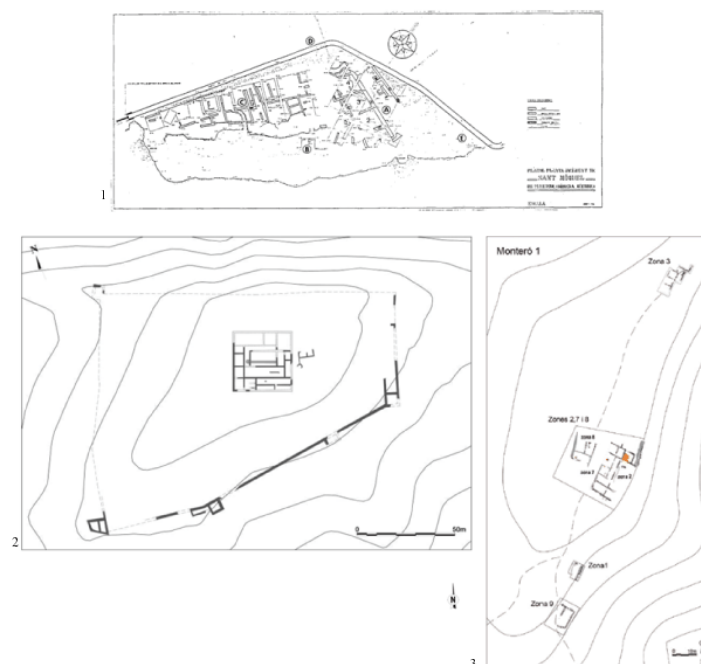


Figura 03: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como fortes tardo-republicanos. 1. Sant Miquel de Vinebre (Genera, 1994: 47); 2. Puig Castellar de Biosca (Pera et al, 2019: 184); 3. Monteró 1 (Principal et al, 2015: 312).

Oppida refortificados

Por outro lado, observou-se que vários *oppida* ibéricos sofreram modificações importantes ao longo do século II a.C. Estas foram principalmente obras de remodelação relacionadas com o sistema defensivo e/ou a incorporação de técnicas de construção itálica,

⁹ “Não é por acaso que os castella tomam o seu nome como um diminutivo de castra. Os soldados de infantaria e cavalaria que ali estão estacionados para patrulhar asseguram o trânsito das caravanas no campo aberto. O inimigo dificilmente ousa entrar num lugar onde sabe que há inimigos colocados à frente e atrás” (Veg.Mil. III.8). Na literatura, castella são designados como postos avançados ou guarnições fortificadas de pequenas dimensões, que abrigam um manancial, coorte ou turma (Dobson, 2008: 28).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

juntamente com novas construções. Além disso, foram reforçados nesta fase inicial da ocupação romana. Gradualmente, estes núcleos indígenas incorporaram elementos itálicos no seu urbanismo, nas suas habitações ou no seu sistema defensivo, e aumenta de maneira considerável a porcentagem de elementos o mobiliário de importação itálica. Embora as principais reformas estivessem relacionadas com o sistema defensivo, em alguns casos foram também construídos novos edifícios, na sua maioria numa posição central. Todas estas alterações são caracterizadas pela utilização do sistema métrico itálico, bem como *opera* tipicamente itálicas ou de inspiração itálica.

Estas reformas podem ser ligadas à adaptação da colonização às necessidades do exército, aos reajustes envolvidos na colonização de um grupo de tropas, com as funções *de hospitium militare*. O fardo económico que a instalação e manutenção das tropas dentro do seu próprio *oppidum* deve ter adquirido significado importante para os indígenas¹⁰. Numerosos sítios foram identificados como *oppida* refortificados, alguns deles são: Burriac (Cabrer de Mar), El Castellot (Bolvir), Coll del Moro (Gandesa), Olèrdola (Sant Miquel d'Olèrdola), Puig del Castell (Cànoves e Samalús), Sant Julià de Ramis, Sant Miquel de Sorba (Montmajor), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de las Minas (Botorrita), *Oscá* (Huesca) ou el Cabezo de Alcalá (Azaila) (Catarineu, 2022: 595-596).

¹⁰As redes de abastecimento e controle nem sempre podiam ser garantidas pelos soldados romanos, de modo que foi necessário em certos pontos contar com o apoio da população indígena local, controlada por um possível *praesidium* ou posto de comando no seu *oppidum* (Dobson, 2008: 25-30).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

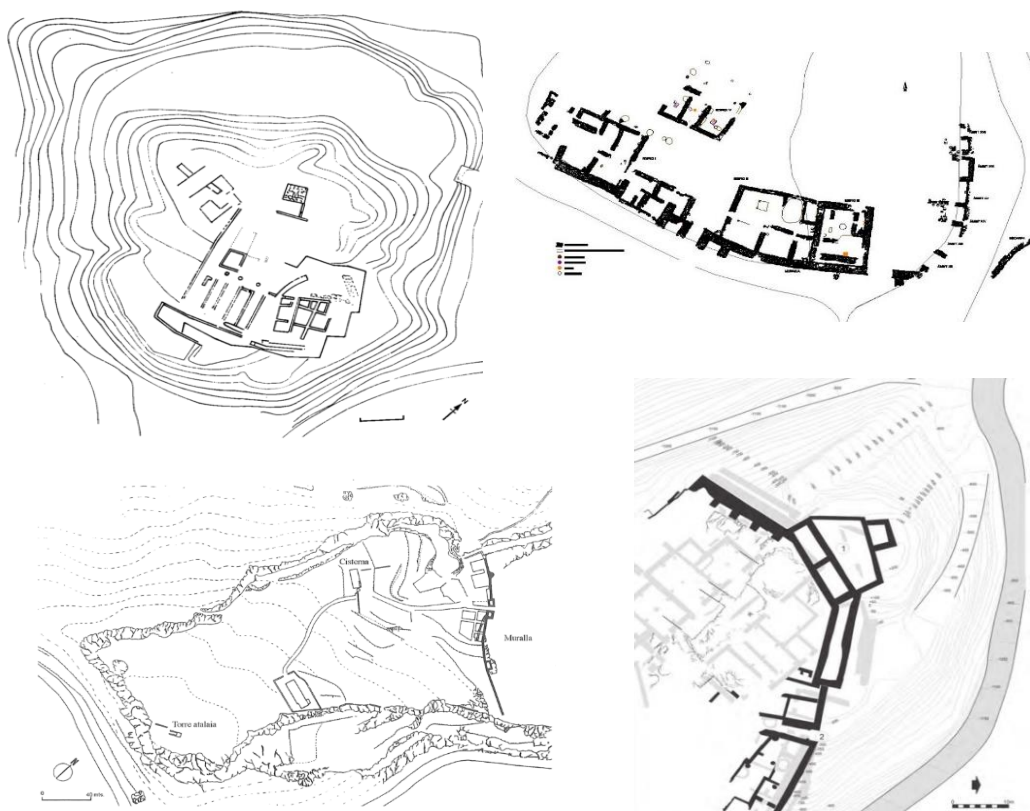


Figura 04: De cima à esquerda para baixo à direita: Planta do Cabezo de las Minas, Botorrita. (Beltrán Martínez, 1992: 58); Planta do Castellot de Bolvir (Morera; Oller, 2015: 37); Planta do conjunto arqueológico de Olèrdola (Álvarez et al, 1991); Planta do setor norte de Sant Julià de Ramis (Palahí, 2013: 74).

Recintos de acampamentos que se converteram em importantes núcleos urbanos com destacados portos

Uma série de núcleos romanos foram identificados com clara função militar na sua origem, que se converteram em importantes centros administrativos e urbanos a partir da segunda metade do século II a.C. ou por volta da virada do século II para o século I a.C.; estão geralmente localizados na costa. Estes núcleos foram estabelecidos em locais-chave e proeminentes, alguns deles desempenhariam um papel de liderança no processo de ocupação romana da *Hispania*, quer no decurso da Segunda Guerra Púnica, das revoltas indígenas ou durante as guerras celtibéricas, para mais tarde se tornarem grandes *urbes* do nordeste da *Citerior*. Este é o caso de *Emporion* (Sant Martí d'Empúries), *Tarraco* (Tarragona) e *La Cabañeta* (El Burgo de Ebro). São claramente assentamentos de filiação romana com uma fundação militar precoce que têm o papel de importantes centros operacionais, e foram utilizados como postos de penetração para todo o território peninsular (Catarineu, 2022: 600).

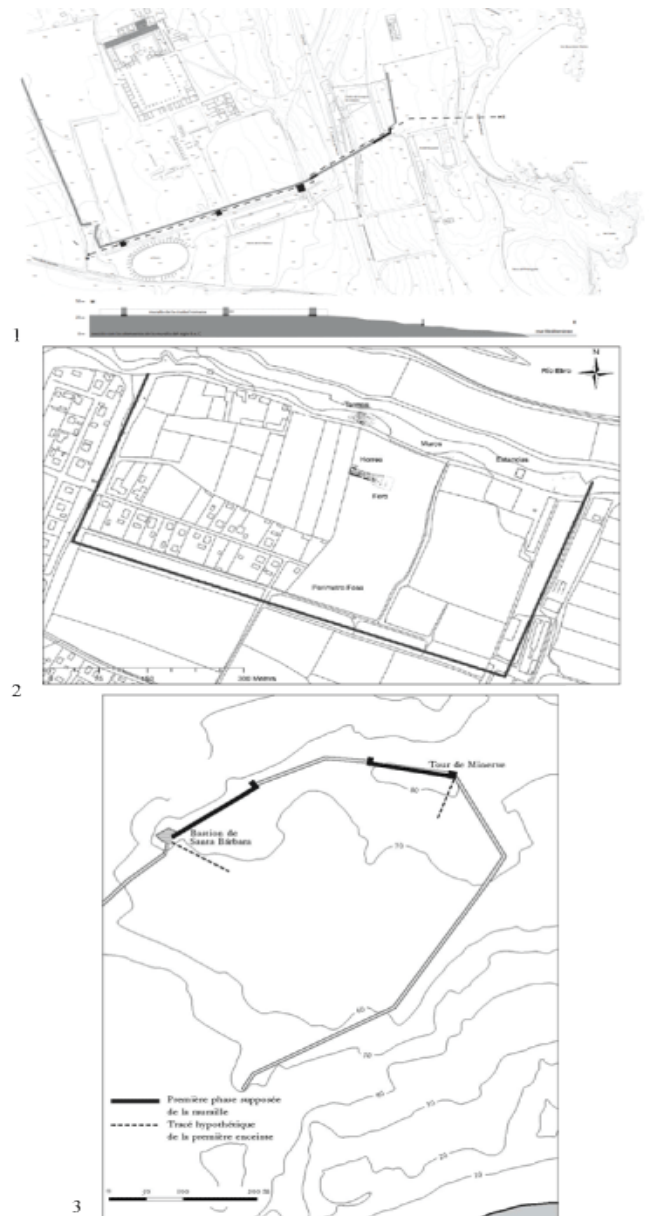


Figura 05: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como núcleos urbanos de fundação militar. 1. Empúries (Tremoleda et al, 2016: 61), 2. La Cabañeta (Mínguez, 2014: 1680), 3. Recinto primitivo de Tarraco (Cadiou, 2008: 330).

Centros administrativos

Outro grupo que pode ser observado é constituído por uma série de núcleos *ex novo* ou *ex nihilo* que se destacam claramente em um panorama ibérico tardio, mas que carecem de uma presença militar romana verificável, tais como a imposição de sistemas defensivos ou numerosos elementos de *militaria*. Caracterizam-se por uma clara falta de sistemas defensivos e pela sua localização perto da via *Heraclea* e da costa. Têm

elementos arquitetônicos e materiais tipicamente itálicos e uma solidez e qualidade de construção que sugere que pode ter havido um desejo de permanência.

Acreditamos que as suas funções foram além do estritamente militar e que devem ter estado ligadas à administração, controle e organização do novo território conquistado. Provavelmente também incluiriam a presença de algum personagem relacionado ao exército, como seria o caso de Can Tacó (Montmeló) ou *Illuro* (Cabrera de Mar). É possível que funções ideológicas também possam ser associadas a elas, ou seja, incorporariam elementos de prestígio e estruturas estrangeiras que demonstrariam o poder da nova autoridade (Catarineu, 2022: 604).



Figura 06: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como centros administrativos. 1. Can Tacó (Rodrigo et al, 2013: 220), 2. Illa Fradera (Antequera; Vázquez, 2010: planta 12), 3. Mas Gusó (Casas et al, 2015: 248), 4. Ca l'Arnau, Cabrera de Mar (Martín Menéndez, 2004: 376).

Fundações urbanas em planícies

A partir do terceiro terço do século II a.C., e coincidindo com a queda da Numancia, na zona do vale médio do Ebro, surgiu uma série de aglomerados urbanos com características inovadoras, como seria o caso de La Caridad (Caminreal), La Corona (Fuentes de Ebro), Segeda II (Durón de Belmonte) e Valdeherrera (Calatayud). Parecem ser fundações urbanas impulsionadas ou promovidas pelo poder romano, construídas sob as suas indicações, com características de origem claramente itálica (Catarineu, 2022: 610). Contudo, consideramos que estas cidades foram principalmente habitadas pela população indígena deslocada durante e no final das Guerras Celtibéricas, com exceção de Cabañeta (Burgo del Ebro) fundada durante a fase anterior, que parece ser definida como uma fundação urbana destinada a abrigar principalmente uma população proveniente da Península Itálica (Mínguez, 2014)

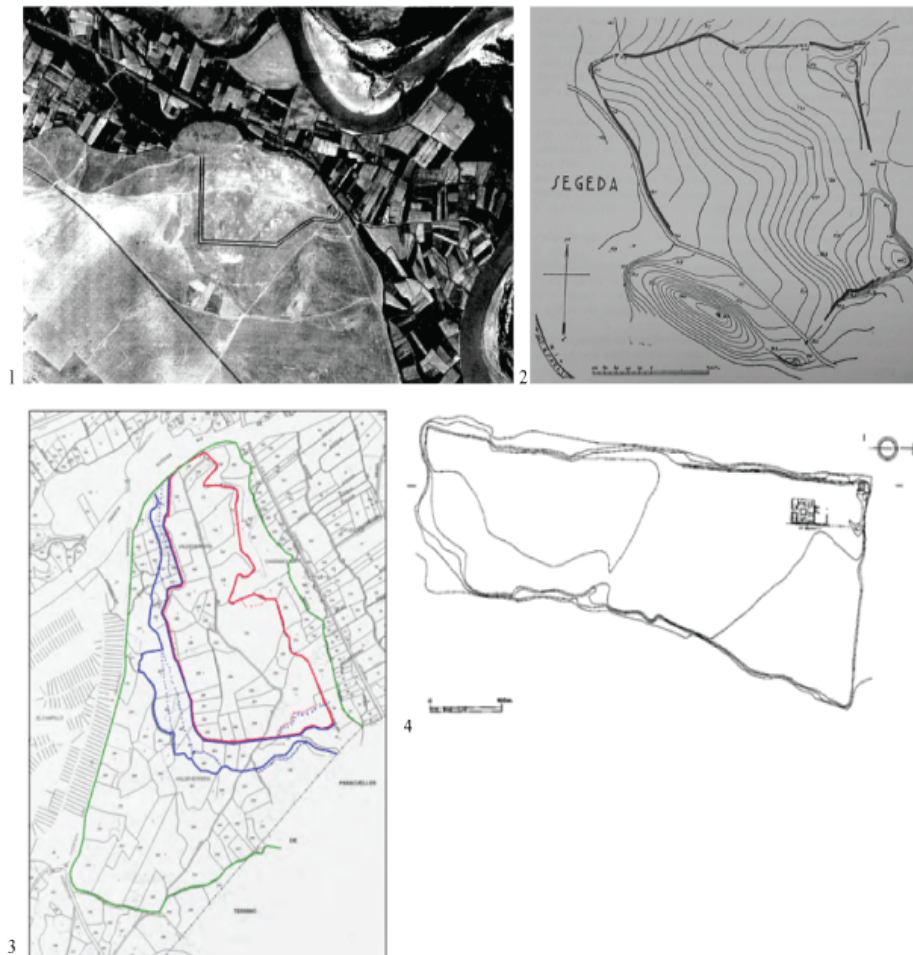


Figura 07: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como fundações urbanas impulsionadas por Roma. 1. La Corona (Ferreruela; Mínguez, 2003: 255), 2. Segeda II (Schulten, 1933), 3. Valdeherrera (Martín Bueno; Sáenz, 2012: 13), 4. La Caridad (Vicente et al, 1989: 21).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Centros logísticos e de produção

O estudo do registo arqueológico permitiu também identificar núcleos com funções logísticas e produtivas especializadas na exploração e/ou trabalho de um material específico. No caso da *Citerior*, El Campet de la Sal (Cardona) e El Camp de les Lloses (Tona) foram documentados. Tanto o sal como o metal teriam sido produtos de grande valor para Roma e foram controlados e administrados num contexto administrativo e militar, razão pela qual os escavadoras propõem equiparar ambos os locais a *officinae* e pontos de controle.

Torres de vigilância

Este tipo de pequenas construções, tanto circulares como quadrangulares, teria sido concebida para o controle estratégico do território circundante (Moret, 2004). As torres formaram provavelmente uma rede conjunta com o resto dos sítios de outras tipologias¹¹. Segundo alguns autores, seriam torres de vigia relacionadas com a vigilância dos eixos de comunicação relacionados com a estruturação das estradas no final do século II a.C. que podem ser vislumbradas no nordeste da *Citerior* (Noguera et al, 2014: 49). A sua atribuição romano-republicana e cronológica é complexa devido à falta de escavações e à reutilização destes espaços em períodos posteriores. Foi possível identificar as torres de Castell de Falgars (Beuda), Puig d'Àlia (Amer), Torrassa del Moro (Llinars del Vallès), Torre de la Mora (Sant Feliu de Buixalleu), Torre Cremada (Valdeltormo), Los Castellazos (Mediana de Aragón) e Castejón I (Aranda de Moncayo) (Catarineu, 2022: 616).

Temporários

Finalmente, também tem sido possível identificar uma série de assentamentos temporários, sejam acampamentos ou campos de batalha. Estes são sítios que foram documentados graças à presença de material de superfície, mas que não têm quaisquer elementos imóveis, ou porque não foram preservados ou porque não foram encontrados (Morillo, 2003). São assentamentos transitórios que provavelmente têm uma cronologia curta,

¹¹As fontes clássicas referem-se a dois tipos de torres, a *propugnaculis* e a *specula*. As primeiras abrigariam pequenas guarnições que seriam responsáveis pela comunicação e controle do território adjacente (Lívio, XXXII.19). Enquanto que as segundas teriam as funções de enviar sinais e vigiar áreas isoladas (Plínio, Nat. 35.48; Lívio, XXXII.19). No momento é impossível diferenciá-las arqueologicamente.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

ou seja, são rapidamente ocupados e também abandonados precipitadamente. Seriam feitos de materiais perecíveis, em muitos casos. No final destes conflitos, quando se atinge um momento de maior estabilidade, ocorrem grandes reformas com o estabelecimento de estruturas permanentes, quer no mesmo espaço, quer em outros próximos (Catarineu, 2022: 620-621). Alguns exemplos são: Aixalelles (Ascó), La Palma (L'Aldea), Serrat dels Espinyers (Isona), Tres Cales (Ametlla de Mar), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de Alcalá (Azaila), Segeda I (Poyo de Mara), e o caso mais significativo, o cerco de Numancia (Garray). estão localizados em tempos de conflito, apresentando uma ocupação concentrada na Segunda Guerra Púnica ou nas guerras Sertoriana e Cesariana (Catarineu, 2022: 620-621).

Fases de conquista

Como indicado na introdução, uma das principais discrepâncias entre os investigadores da arqueologia militar na *Hispania Citerior* é a importância do exército no território, sugerindo que apenas momentos de conflito bélico (estresse bélico) identificam realmente a luta entre as populações indígenas (ibérica, celtibéricas) com as tropas da nova potência conquistadora que é Roma. De fato, o conflito será contínuo pela simples razão de que Roma não controlará nem as populações nem o território na sua totalidade durante quase todo o século II a.C. Portanto, o conflito será um processo dinâmico que terá períodos de guerra intensa combinados com outros de ocupação extensiva, e revoltas ocasionais. Assim, foi apenas no último quarto do século II a.C. que Roma pôde ser considerada como tendo um controle quase efetivo de toda a parte ocidental da província da *Hispania Citerior*. Para melhor compreender este processo, é útil rever a periodização desta conquista no século II a.C.:

202-195 a.C.: Substituição do poder púnico

Após o resultado da Segunda Guerra Púnica na Hispânia, com a vitória de Cipião Africano sobre os exércitos cartagineses, Roma emergiu como a única potência colonial na Hispânia. Desde o início, os aliados indígenas de Roma rebelaram-se porque não queriam submeter-se a outra potência colonial. Em 206 a.C. Cipião derrotou uma coligação dos Ilergetes e tribos vizinhas (Pol. 11.32; Liv. 28.24.3-4), e em 205 a.C. uma segunda revolta, liderada pelas mesmas tribos, foi derrotada mais no interior em território sedetano (Liv. 29.2.1-2). Todos estes conflitos tiveram lugar no NE da

península, em uma área que hoje sabemos que tinha baixa densidade populacional (ver figura 6), pelo que a resistência foi limitada contra as legiões romanas (De Soto; Carreras, 2022; Sinner; Carreras, 2019).

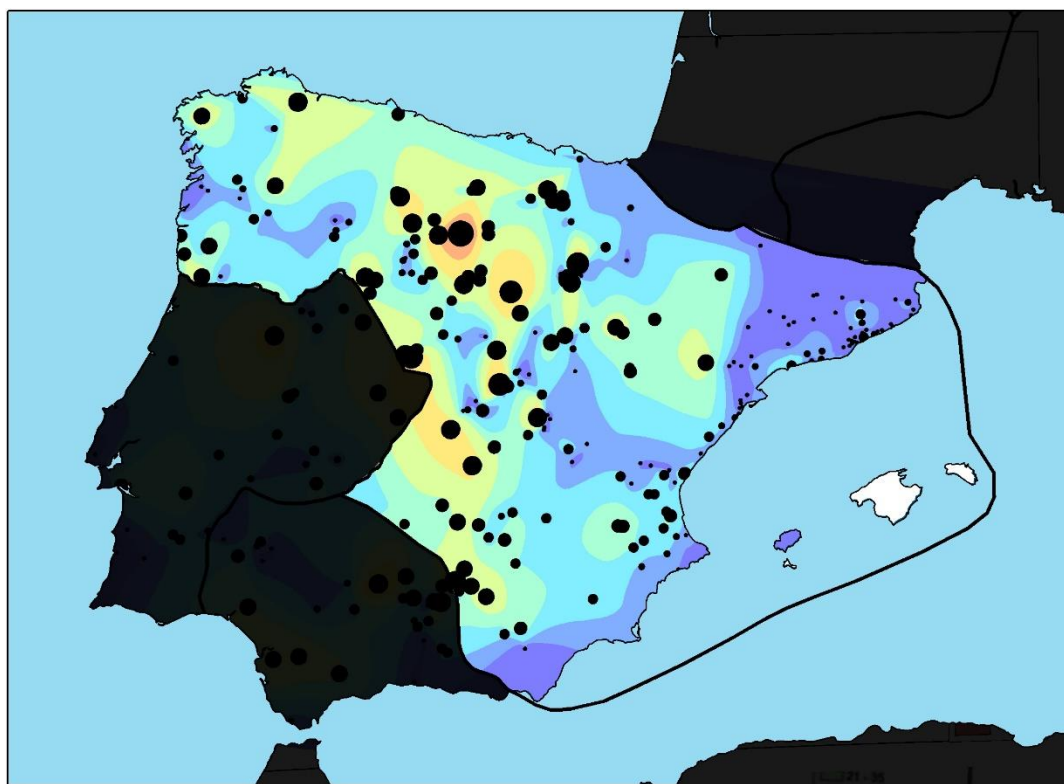


Figura 08: Densidade populacional ibérica e celtibérica na Hispania Citerior com base nas dimensões dos assentamentos (adaptado de De Soto; Carreras, 2022).

O ponto culminante desta primeira fase de rebeliões indígenas ocorre entre 197 e 195 a.C., como sugerido por Noguera et al (2014: 37-38), quando primeiro o governador da província, *C. Sempronio Tuditano*, morre num lugar incerto da província (Liv. 33.25.8-9), possivelmente no vale médio do Ebro, um lugar onde já tinham ocorrido anteriormente confrontos. A resposta romana foi enviar um exército consular em 195 a.C. sob o comando de *M. Porcio Catón*, que, após desembarcar e derrotar a coligação indígena em Empuries, levou a cabo uma rápida campanha através do território dos bargusios, sedetanos, ausetanos do Ebro e suessetanos (Liv. 34.20.1). Apesar das vitórias romanas, a situação permaneceu instável desde que, em 194 a.C., o pretor *Sex. Digicio* perdesse metade das suas tropas na província da Citerior (Liv. 35.1.1-2.).

195-178 a.C.: Expedições na Celtibéria

Entre 195 e 178 a.C., a penetração romana no interior tomou a forma de campanhas militares de verão, aproveitando a nomeação do novo governador como *C. Valerio Flaco* o *Tiberio Sempronio Graco*. Estas foram incursões através do vale do Ebro e do Alto Duero Superior em áreas com tribos como os arévacos ou váceos com uma alta densidade populacional, portanto com uma maior capacidade militar. As campanhas terminaram com vitórias romanas e tratados com as populações indígenas, que foram difíceis de implementar. Estas foram incursões sem controle efetivo do território, uma vez que as tropas regressaram à costa no outono para passar o inverno nos seus acampamentos. Estas são campanhas militares complexas em que o teatro de operações fica a cerca de 400 km das áreas efetivamente controladas por Roma. Requerem um fornecimento complexo de tropas, razão pela qual são criadas rotas estáveis de penetração e algumas guarnições ao longo do caminho. Tiberio Semprônio Graco, governador da província em 178 a.C., modificou este padrão criando a primeira cidade romana no Alto Ebro - *Gracchurris* (Alfaro) - na antiga cidade arévaca de *Ilurcis*¹².

O trabalho de Tibério Semprônio Graco mudaria a relação com os povos celtibéricos no futuro, estabelecendo tratados regulados com obrigações tais como a proibição de construir novos muros, o pagamento de impostos ou a provisão de tropas auxiliares. Apiano (Iber. 43) descreve em pormenor o trabalho de Semprônio Graco:

Então vinte mil habitantes de Complega vieram ao acampamento de Graco com ramos de oliveira ao modo de suplicantes e, quando estavam perto, atacaram-no subitamente e causaram confusão. Este deixou habilmente o seu acampamento e fingiu fugir. Depois, virando-se, atacou-os enquanto dedicavam à pilhagem, matou a maioria deles e se apoderou de Complega e as aldeias vizinhas. Assentou as classes mais pobres e dividiu a terra entre elas. Fez tratados perfeitamente regulamentados com todos os povos desta área, com base no fato de que seriam aliados dos romanos. Ele deu e fez juramentos que seriam invocados, em muitas ocasiões, em guerras futuras. Devido a tais feitos, Graco tornou-se famoso na Ibéria e Roma e foi recompensado com um esplêndido triunfo.

¹²As escavações desta cidade têm fornecido apenas contextos do século II a.C., e não há sinais claros de planejamento urbano ou arquitetura de estilo itálico, mas sim continuidade com períodos anteriores.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

178-154 a.C.: Período de estabilidade

Durante duas décadas, a província gozou de um período de alguma estabilidade com poucos conflitos, que eram geralmente de baixa intensidade. O sistema de aliança de Tibério Semprônio Graco parece estar ainda em vigor, e a escassa presença de tropas romanas no interior também parece confirmar este período de estabilidade. Mas foi precisamente nesta altura que Roma começou a construir todo o tipo de estabelecimentos na costa e no NE da Citerior, reforçando o seu controle efetivo de toda esta faixa de terra e controlando os eixos de comunicação, seguindo uma política clarividente que permitiria o movimento de tropas e abastecimentos em tempos de crise. Por conseguinte, este período de estabilidade coincidiu com um pico na construção de infraestruturas militares em todo o território ocupado e pacificado, tais como fortes, *oppida* reforçados e torres.

Para compreender as limitações da atividade militar na província, há que ter em conta que entre 197 e 154 a.C., o número médio de tropas na *Hispania Citerior* era de cerca de 15.000 efetivos (Solana, 1998; Sinner; Carreras, 2019), que incluía 1 legião e 2.150 soldados de infantaria, 2.750 *socii* e os restantes auxiliares indígenas, como indica Lívio (39.38.3) em relação às tropas do pretor A. Terencio Varro. Com este número limitado de tropas, era preferível mantê-las concentradas e não distribuir por todo um amplo território.

154-133 a.C.: Guerras celtibéricas

Após duas décadas de uma certa estabilidade, em 154 a.C. as chamadas guerras celtibéricas eclodiram após a construção de um novo muro em Segeda (Olesti, 2014: 61-112). Segundo os tratados assinados no tempo de Tibério Semprônio Graco, isto era proibido, como descreve Apiano (Iber. 44):

Esta cidade forçou outras cidades mais pequenas a estabelecerem-se ao seu lado; rodeou-se de muros de cerca de quarenta estádios em circunferência e também forçou os Títos, outra tribo limítrofe, a juntarem-se a ela. Ao ouvir isto, o senado proibiu que a muralha foi levantada, exigiu-lhes a homenagem estipulada no tempo de Graco, e ordenou-lhes que fornecessem certos contingentes de tropas para os romanos. Este último, de fato, também foi acordado nos tratados. Os habitantes de Segeda, em relação à muralha, responderam que Graco tinha proibido a fundação de novas cidades, mas não a fortificação das já existentes. Quanto ao tributo e às tropas mercenárias, disseram que tinham sido dispensados pelos próprios romanos depois de Graco. A realidade era que estavam isentos, mas o senado concedeu sempre estes privilégios, acrescentando

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

que permaneceriam em vigor enquanto o senado e o povo romano assim o decidissem.

O conflito alastrou a diferentes tribos, tais como os arévacos, que reuniram a população de Segeda. Embora as fontes não sejam muito precisas, os recursos humanos celtibéricos foram importantes, dada a elevada densidade populacional de toda a região (ver Figura 8). Como Apiano explica (Iber. 45), Roma enviou numerosas tropas, e no entanto o conflito começou com grandes derrotas:

Assim, Nobilior foi enviado contra eles com um exército de trinta mil homens. Os segedanos, quando ouviram falar da sua chegada próxima e ainda não tinham terminado de construir a muralha, fugiram para as arévacos com os seus filhos e esposas e imploraram-lhes que os acolhessem. Estes últimos fizeram-no e escolheram como seu general um segedano chamado Caro, que era considerado como um homem guerreiro. Nos três dias seguintes à sua eleição, estacionando vinte mil soldados de infantaria e cinco mil cavaleiros em uma mata, atacou os romanos à medida que estes passavam. Embora a batalha se tenha revelado incerta durante muito tempo, ele conseguiu matar seis mil romanos e ganhou um triunfo brilhante. Tão grande foi o desastre que se abateu sobre Roma.

Grande parte do conflito envolveu o cerco de *oppida* indígenas pelas tropas romanas, normalmente limitado ao período de verão, e um regresso aos campos costeiros para o inverno¹³. A única diferença em relação ao período anterior (195-178 a.C.) era que o exército romano possuía uma infraestrutura mínima de estradas, fortes, *oppida* fortificados e torres¹⁴ que lhe permitiam manter o território do NE e facilitar o abastecimento do cenário de batalha. Para além do cerco de *Segeda*, o conflito centrou-se na conquista de outras *oppida*, incluindo *Numantia*, como um símbolo da resistência celtibérica. As guerras celtibéricas levaram a um aumento significativo das tropas destinadas à província, como relatam Lívio e Apiano, e como Solana (1998) foi capaz de analisar. De fato, as tropas romanas atingiram 40.000 efetivos durante estas guerras (Sinner; Carreras, 2019: fig. 7.9) (ver figura 9).

¹³Só temos provas de que Nobilior em 153 a.C. (Apiano, Iber. 46) decidiu passar o inverno cercando a cidade de Numantia com resultados desastrosos para as suas tropas, que morreram em parte devido ao frio - já que dormiam em tendas - e à má alimentação.

¹⁴Estas infraestruturas teriam sido formadas conjunta e simultaneamente, como evidenciado pela proximidade entre a rede rodoviária e a rede de sítios que surgiram durante o século II a.C.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

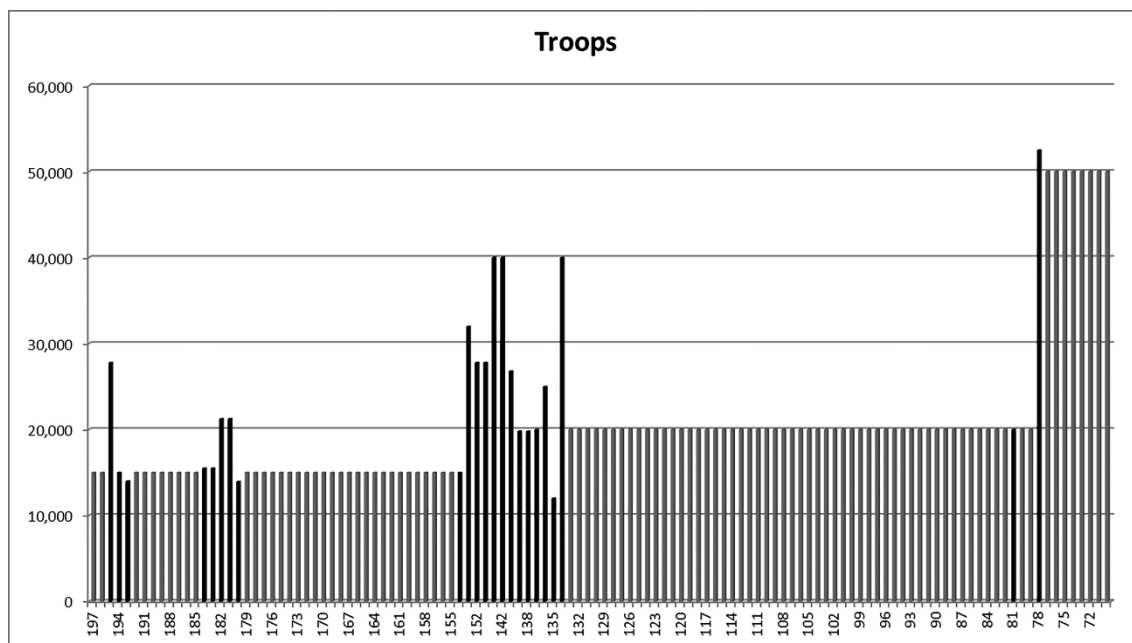


Figura 09: Forças militares romanas na *Hispania Citerior* na época republicana (197-73 a.C.). Em preto, os números extraídos de fontes clássicas, enquanto que em cinza são as projeções baseadas nestes números.

Especificamente, nas guerras celtibéricas, o número de tropas atingiu a cifra de 40.000 soldados, dos quais 30.000 eram de origem romana e itálica, enquanto 10.000 eram auxiliares (Apiano, Iber. 84; 89; 95-97). As fontes indicam também as dificuldades no recrutamento de soldados para abastecer as legiões, dada a gravidade do conflito. Em nível arqueológico, para além do aumento do número de fortalezas, *oppida* refortificadas e torres, estão documentados alguns campos de cerco temporários, tais como os encontrados ao redor de *Segeda*, *Numantia* ou El Cabezo de Alcalá (Jiménez et al, 2020; Morales; Morillo, 2020; Schulten; Wulff, 2004). Desenvolveram-se também centros urbanos na costa, tais como Tarraco e *Empuries*, que se tornaram locais de recrutamento de auxiliares indígenas (Castanyer et al, 2015), e desenvolveram-se centros administrativos ligados à logística militar da retaguarda.

Pós 133 a.C.: Estabelecimento de populações

Após a derrota dos numantinos em 133 a.C., as guerras celtibéricas chegaram ao fim e com elas começou um novo período de tratados entre Roma e as populações indígenas, semelhante ao período de estabilidade (178-154 a.C.). Uma das diferenças em relação a este período é que a construção de fortes, *oppida* refortificados ou torres ligadas à rede de

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

transportes era limitada, e em seu lugar as cidades eram fundadas na planície. Com a única exceção de Cabañeta - possivelmente *Castra Aelia* (Burgo del Ebro), onde a população parece ser basicamente itálica, o resto são assentamentos urbanos com um reassentamento da população indígena (La Caridad, Iesso, La Corona, Segeda II, Valdeherrera) num território interior no vale médio dos rios Ebro e Segre. Portanto, a presença efetiva de Roma e o seu controle territorial afetou principalmente o vale médio do Ebro, onde alguns fortes e torres também foram abandonados, uma vez que a sua função de controlar as rotas terrestres já não fazia sentido. A fundação da Gália Transalpina (125 a.C.) foi ligada à construção de estradas na *Hispania Citerior* (Noguera et al, 2014: 40), embora a maioria delas data de muito antes. Claro que ambas as redes rodoviárias estavam ligadas uma à outra, uma vez que atravessam a fronteira provincial.

Outro acontecimento importante deste período foi a chegada dos cimbros em 102 a.C. Após a vitória de uma coligação de povos germânicos em *Arausio* sobre os romanos em 104 a.C., que resultou na perda de 80.000 soldados romanos, um destes povos - os cimbros - decidiu atravessar os Pirineus. De acordo com as fontes (Lívio, *Periocas*: 67), os cimbros vaguearam pela província de *Hispania Citerior* durante o ano de 102 a.C. até serem expulsos pelos celtibéricos. Arqueologicamente, o local através do qual os cimbros atravessaram os Pirineus é desconhecido, e nenhuma das cidades recentemente fundadas nos vales médios do Ebro e Segre mostra sinais de destruição datáveis até este momento (102 a.C.)¹⁵. Não se sabe se evitaram este território já controlado pelo poder romano, mas é certo que foram os celtibéricos e não os romanos que expulsaram os cimbros da província, o que mostra que o Vale do Alto Ebro continuou a ser um território autônomo fora do controle militar estritamente romano¹⁶.

¹⁵Alguns pesquisadores relacionaram as invasões cimbras com a quantidade de tesouros no vale do Ebro e no nordeste da Hispânia, o que poderia indicar a incerteza que estas migrações produziam sobre as populações locais. Este é o caso das ocultações monetárias documentadas em El Camp de les Lloses; Puig d'Àlia, em Molí de Can Ribes (perto de Puig del Castell de Cànoves i Samalús); em Cabezo de Alcalá (Estrada e Villaronga, 1967; Beltrán Lloris, 1976; Sinner, 2014; Padrós e Amat, 2018).

¹⁶A penetração dos cimbros através dos Pirineus (Liv. Per. LXVII; App. Iber. XCIX) provocou um confronto com os celtibéricos. Acredita-se que a defesa contra os cimbros estaria nas mãos dos auxiliares locais, de modo que o avanço dos povos germânicos teria reunido as forças dos Belos, Titos, Ilergetes, Suesetanos, Oscenses, Sedetanos e Ausetanos (Roldán; Wulff, 2001: 193; Sánchez Moreno, 2017: 61-64).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Conclusões

Ao longo destas páginas intentamos mostrar como a conquista da Hispânia foi o resultado de um longo processo que durou quase dois séculos, e de uma grande complexidade no seu desenvolvimento que denota as dificuldades que as autoridades romanas tiveram que enfrentar para conseguir um controle efetivo dos territórios hispano. Acreditamos que é particularmente revelador compreender e analisar o primeiro século da conquista, pois em contraste com a visão simplificada deste período que tinha sido mantida até algumas décadas atrás, resultado do silêncio de autores antigos e do desconhecimento arqueológico, está emergindo uma realidade que é constituída por uma multiplicidade de estratégias utilizadas pelas autoridades romanas para conseguir um controle efetivo dos povos e territórios que Roma pretendia ter sob a sua autoridade como uma potência incontestada no Mediterrâneo ocidental.

A grande variedade de tipologias de assentamentos identificados mostra a diversidade de estratégias adotadas pelo exército romano, de acordo com as contingências do momento. O exército não só se limitou a ser uma força de ocupação coerciva, mas também desenvolveu uma vasta gama de funções para cobrir as necessidades logísticas, administrativas, econômicas e residenciais geradas pela conquista, que deixaram diferentes rastros detectáveis nos vestígios arqueológicos. A característica mais interessante que podemos destacar de uma análise cuidadosa dos dados arqueológicos é que nem toda a atividade militar estava estritamente ligada à frente de guerra, mas que o exército também desenvolveu múltiplas outras funções no território que lhe permitiram estabelecer-se e criar uma infraestrutura inicial que seria fundamental para assegurar a sua sobrevivência durante os períodos mais conflituosos e que mais tarde seria a base sobre a qual construiria o novo projeto provincial.

Podemos considerar, não somos os primeiros a dizer, que Roma utilizou a Península Ibérica, e especialmente o nordeste da península, como um território onde experimentou e testou um conjunto de estratégias que mais tarde aplicaria ao resto das províncias que se encontravam sob a sua esfera de influência. Os conflitos prolongados com os ibéricos e celtibéricos obrigaram os exércitos a permanecer em campanha durante longos períodos, o que representou um desafio logístico que obrigou Roma a desenvolver novas formas de organização. A experiência que Roma adquiriu nesta altura com a exploração, controle e organização da Península Ibérica permitiu criar e estruturar a política militar e logística que seria utilizada durante o apogeu do Império (Knapp, 1977: 143).

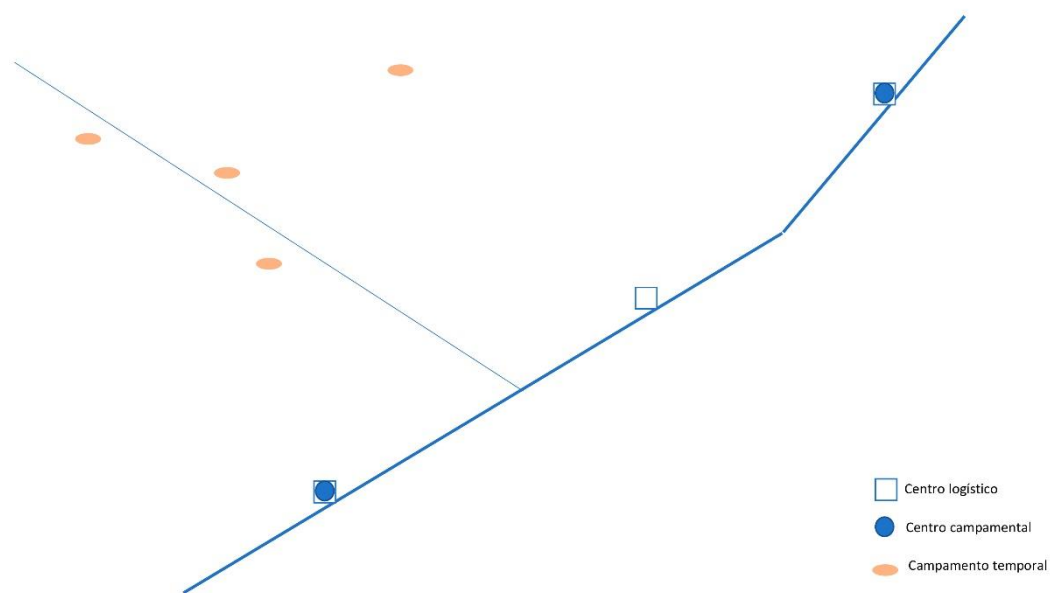


Figura 10: Esboço da estratégia romana de conquista no período 195-178 a.C.

Assim, pudemos definir o primeiro século da conquista da Península Ibérica como um "laboratório de experimentação" no qual o exército romano teve que enfrentar e ultrapassar múltiplos obstáculos, tais como o fato de na maioria dos grandes conflitos que tiveram de enfrentar (ver figura 10), os campos de batalha estarem longe da costa e por isso era de importância vital assegurar as linhas de comunicação com a frente para garantir um movimento seguro das tropas desde a costa, onde as bases estáveis estavam localizadas, até a frente de batalha.

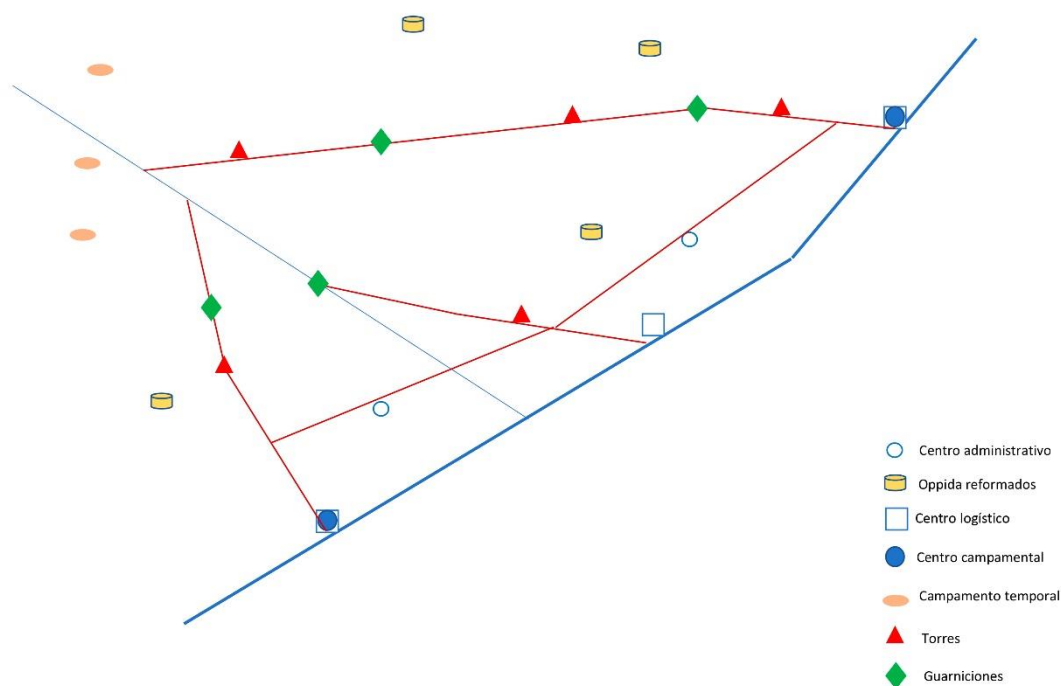


Figura 11: Diagrama da rede de assentamentos interligados do período 178-133 a.C.

A fim de atingir este objetivo, Roma criou uma linha de povoações *ex novo* com características e funções diversas (fortes, torres de defesa, centros logísticos) para assegurar o controle de toda a área da retaguarda. A colaboração das populações indígenas foi também assegurada através de pactos e, quando considerado necessário, pela instalação de guarnições no interior dos *oppida*. A partir dos dados que fornecemos, é evidente que foi formada uma rede de povoações interligadas, com diferentes funcionalidades, o que permitiu um maior controle e capacidade logística e administrativa (ver Figura 11). Esta rede foi gradualmente criada, não só durante períodos de conflito armado (os períodos definidos na historiografia como "estresse bélico") mas precisamente durante períodos de calma em que Roma podia dedicar-se mais calmamente a organização dos territórios sobre os quais, em princípio, já exercia um controle mais firme, mas nos quais também estabelecia guarnições e fortes para controlar as populações locais e assegurar vias de comunicação para o transporte e logística das tropas. Esta presença contínua e constante sobre o território como um todo, que pode ser vista a partir dos dados arqueológicos, e que é observada tanto em períodos de "estresse bélico" como em períodos aparentemente mais calmos, rompe com a imagem de um exército que só foi implantado eficazmente no território em tempos de conflito armado, de modo a que se veja um exército com uma presença mais incisiva sobre os

territórios conquistados, e no qual se implantou uma multiplicidade de funções para assegurar o seu controle.

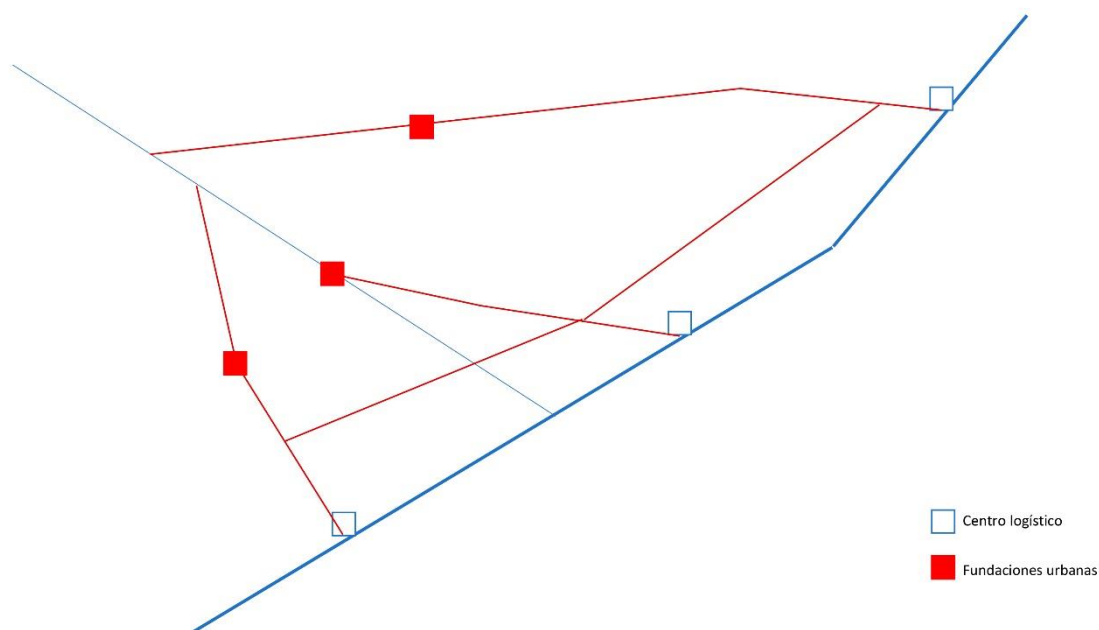


Figura 12: Diagrama de consolidação romana com fundações urbanas pós 133 a.C.

Pode-se ver como a implantação militar romana ao longo do século II a.C. transformou a região durante este período, criando gradualmente uma paisagem militarizada, pelo menos durante este século, até que a situação mudou entre o final do século II e o início do século I a.C., quando Roma abandonou gradualmente a estratégia seguida até então baseada em uma ocupação militar rigorosa, e iniciou uma nova política territorial baseada na fundação de centros urbanos (ver Figura 12) como epicentro de uma nova organização das províncias incipientes.

Referências

ÁLVAREZ, R.; BATISTA, R.; MOLIST, N.; Y ROVIRA, J. *La muralla del bronce final i pepoca ibérica d'Olèrdola (Olèrdola. Alt Penedès), Fortificacions. La problemàtica de l'ibèric ple (segles IV-III a.C).* Simposi Internacional d'Arqueologia Ibèrica. Manresa: Centre d'Estudis del Bages, 1991, p. 153-158.

ANTEQUERA, F.; VAZQUEZ, D. *Memòria de la intervenció arqueològica preventiva en les obres de construcció del Projecte d'aparcament subterrani de l'Illa Fradera (Badalona, Barcelonès).* Servei d'Arqueologia i Paleontologia,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Generalitat de Catalunya, memoria inédita, 2010.

BELTRÁN LLORIS, M. *Arqueología e historia de las ciudades antiguas del Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1976.

BELTRÁN MARTÍNEZ, M. Las casas del poblado de Contrebia Belaisca. Planteamiento de problemas y estado de la cuestión. *La Casa Urbana Hispanorromana*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 181-202.

CADIOU, F. *Hibera in Terra Miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*. Madrid: Bibliotheque de la Casa de Velazquez 38, 2008.

CADIOU, F. *Praesidia et castella dans les sources*. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 231-243.

CASAS GENOVER, J.; NOLLA, J.M.; PALAHÍ, L.; VIVÓ, D.; SOLER FUSTÉ, V. 2015. Mas Gusó; una *statio* romana al *suburbium* d'Emporiae (Provincia Hispaniae Citerior). *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 245-262.

CASTANYER, P., M. SANTOS; J. TREMOLEDA. Una nueva fortificación de época republicana en Empúries. Una base militar para la conquista de Hispania. In: BENDALA, M. (ed.) *Los Escipiones*. Roma conquista Hispania. Alcalá de Henares: Museu Arqueológico Regional. 2015, p. 107-128.

CATARINEU, L. *Topografía y arqueología del conflicto en el noreste de la Hispania Citerior y valle medio del Ebro durante las primeras fases de la ocupación romana (218-75 a.C.)*. Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Barcelona, 2022.

DE SOTO, P.; CARRERAS, C. The economic and social evolution of the Iberian Peninsula as revealed through the analysis of Roman transport infrastructure. In: BRUGHMANS, T.; WILSON, A. (eds). *Simulating Roman economies: Theories, Methods and Computational Models*. Oxford: Oxford Roman Economy, 2022, p. 248-275.

DÍAZ, M. El castellum de Puigpelat: un punt estratègic de control territorial a l'entorn de la Tarraco republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarraconensis*. Paisatge, poblament, cultura material. Actes del Simposi Internacional. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 355-365.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

DOBSON, M. *The Army of the Roman Republic. The second century BC. Polybius and the camps at Numantia, Spain*. Oxford: Osbow Boks, 2008.

ESTRADA, J.; VILLARONGA, L. La Lauro moneta y los hallazgos de Cànoves. *Ampurias* XXVIII, 1967, p. 135-191.

FERRERUELA, A.; MÍNGUEZ, J.A. Dos modelos de implantación urbana romanorrepública en el valle medio del Ebro: las ciudades de La Cabañeta y la Corona. *Archivo Español Arqueología*, 76, 2003, p. 247-262.

GARCIA, M. *Conjunts ceràmics dels segles II-I a.C. a Tarragona: Producció, comerç i consum a la Tarraco republicana*. Tesis inédita (URV). Tarragona, 2013.

GENERA, M. Sant Miquel de Vinebre (Vinebre, Ribera d'Ebre): els darrers vestigis ibèrics a la part final de l'Ebre. *Tribuna d'Arqueologia* 1992-1993, 1994, p. 85-94.

JIMÉNEZ, A. et al. Renewed work at the Roman camps at Renieblas near Numantia (2nd-1st c. BCE). *Journal of Roman Archaeology* 33, 2020, p. 5-34.

KNAPP, R. C. Aspects of the Roman Experience In Iberia 206-100 BC. *Anejos de Hispania Antiqua* 9. Valladolid: Universidad de Valladolid-Colegio Universitario de Álava, 1977.

MARTÍN MENÉNDEZ, A. Intervencions arqueològiques a Ca l'Arnau-Can Mateu (Cabrera de Mar, Maresme), 1997-1998. *Actes de les Jornades d'Arqueologia*, 2004, p. 376-407.

MARTÍN BUENO, M.; SÁENZ PRECIADO, C. (eds.). *Modelos edilicios y prototipos en la monumentalización de las ciudades en Hispania*. Monografías Arqueológicas 49. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2012.

MINGUEZ, J.A. La ciudad romanorrepública de La Cabañeta (El Burgo de Ebro, Zaragoza) y la implantación de los modelos arquitectónicos itálicos en el valle medio del Ebro. In: ÁLVAREZ, J.M.; NOGALES, T.; RODÀ, I. *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica. vol. II. 1679-1682*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2014.

MORALES, F.; MORILLO, A. New considerations on Renieblas Camp III (Soria): Nobilior's or Scipio's castra? *CUPAUAM*, 46, 2020, p. 187-214.

MORERA, J.; OLLER, J. Memòria de les intervencions arqueològiques al Castellot de Bolvir, Any 2015. *Servei d'Arqueologia I Paleontologia, Generalitat de Catalunya*, memòria inédita, 2015.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

MORET, P. Tours de guet, maisons à tour et petits établissements fortifiés de l'Hispanie républicaine: l'apport des sources littéraires. In: MORET, P.; CHAPA, T. (eds.) *Torres, atalayas y casas fortificadas*. Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. de C.-s. I d. de C). Jaén: Casa de Velázquez Universidad de Jaén. 2004, p. 13-29.

MORILLO, A. Los establecimientos militares temporales: conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana. In: MORILL, Á.; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.). *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*: (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales): coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (19 y 20 de marzo de 2001). León-Madrid: Casa de Velázquez, 2003, p. 42-80.

MORILLO, A. Campamentos y fortificaciones tardorepublicanas en Hispania. Una línea de investigación en arqueología militar romana. In: PERA, J.; VIDAL, J. (eds). *Fortificaciones y Control del Territorio en la Hispania Republicana*. Zaragoza: Pórtico, 2012, p. 1-51.

NOGUERA, J.; PRINCIPAL, J.; ÑACO DEL HOYO, T. La actividad militar y la problemática de su reflejo arqueológico: el caso del Noreste de la Citerior (218-45 a.C.). In: CANDIOU, F.; NAVARRO, M. (eds.). *La Guerre et ses traces*. Conflicts et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.). 31-56. Ausonius Memoires 37. Bordeaux: Ausonius Maison de l'Archéologie, 2014, p. 31-56.

OLESTI, O. *Paisajes de la Hispania romana*. La explotación de los territorios del Imperio. Barcelona, 2014.

PADRÓS, C.; AMAT, A. La torre romana de Puig d'Àlia i les seves fases prèvies: resultats de les campanyes 2016-2017 (Amer, La Selva). In: LLINÀS, J. (ed.), *Catorzenes Jornades d'Arqueologia de les Comarques de Girona*. Girona, 2018, p. 189-196.

PALAHÍ, L. *El suburbium de Gerunda. Evolució històrica del Pla de Girona en època romana*. Tesis Doctoral inèdita, Girona: Universitat de Girona, 2013.

PERA, J., E. RODRIGO, N. ROMANÍ; C. CARRERAS. Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a.C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*, 39, 2019, p. 19-43.

PRINCIPAL, J.; CAMAÑES, P.; PADRÓ, C. Un edifici singular al *castellum* romanorepublicà de Monteró 1 (Camarasa, la Noguera), i l'urbanisme complex d'un post avançat del nord-est de la Citerior. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 309-325.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

REDDE, M. Les camps militaires républicains et augustéens: paradigmes et réalités archéologiques. *Salduie* 8, 2008, p. 61-71.

RICHARDSON, J. S. *Hispaniae: Spain and the development of Roman imperialism, 218-82 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RODRIGO, E.; GARCIA, G.; MERCADO, M.; GUIART, J. El jaciment de Can Tacó (Montmeló i Montornès del Vallès), i els inicis de la presència romana al territori laierà en època republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarraconensis*. Paisatge, poblament, cultura material. Actes del Simposi Internacional. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 217-229.

RODRIGO, E.; CARRERAS, C.; PORCCHEDU, V. Marques africanes i ròdies de Can Tacó, Barccelona (Catalunya). *Pyrenae* 46 (2), 2015, p. 35-47.

ROLDÁN, J. M.; WULFF, F. *Historia de España: Citerior y Ulterior*. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana, *Historia de España*. Colección Fundamentos nº 177. Madrid, 2001.

SÁNCHEZ MORENO, E. Las Guerras Celtíberico-Lusitanas (114-93 a.C.) y su dimensión geopolítica. In: PRINCIPAL PONCE, J.; ÑACO DEL HOYO, T.; DURAN, M.; MESTRES, I. (eds.), *Roma en la Península Ibérica presertoriana*. Escenarios de implantación militar provincial. Universitat de Barcelona, Col·lecció Instrumenta 56, 2017, p. 59-78.

SCHULTEN, A. *Segeda, Homenajem a Martins Sarmento*. Guimaraes, 1933, p. 373-375.

SCHULTEN, A.; WULFF, F. *Historia de Numancia*. Pamplona:Urgoiti editores, 2004.

SINNER, A. La difusión de las emisiones ibéricas layetanas. *Saguntum* 45, 2014, p. 171-185.

SINNER, A.; CARRERAS, C. Methods of palaeodemography: The case of the Iberian oppida and Roman cities in the North-East Spain. *Oxford Journal of Archaeology* 38 (3), 2019, p. 302-324.

SOLANA, J. M. Ensayo demográfico de los años 155/133 a.C. según los datos de las fuentes escritas. In: MANGAS, J. (ed.), *Hispania e Italia en la crisis de la República de Roma*, Actas del III Congreso Hispano-Italiano (Toledo 20-24 de septiembre de 1993). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Editorial Complutense, 1998, p. 9-32.

TREMOLEDA, J.; SANTOS, M.; CASTANYER, P. Una nova fortificació d'època republicana a Empúries. Una base militar per a la conquesta d'Hispani. *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos* 47, 2016, p. 47-74.

VICENTE, J.D.; PUNTER, M.P.; MARTÍN, J.; HERCE, A.I.; ESCRICHE, C. Un pavimento de *opus signinum* con epígrafe ibérico. *Mosaicos romanos. Actas de la I Mesa Redonda Hispano-Francesa sobre mosaicos romanos*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989, p. 11-41.

LA CONQUISTA ROMANA DE LA *HISPANIA CITERIOR*: UN MODELO TEÓRICO A PARTIR DE LA ARQUEOLOGÍA

Cesar Carreras¹

Laia Catarineu²

Esther Rodrigo³

Núria Romaní⁴

Joaquim Pera⁵

Resumen

La conquista romana de la Península Ibérica, y concretamente el territorio que se convertirá en la provincia de la Hispania Citerior ha cobrado especial un interés destacado en los últimos años. A partir de las intervenciones arqueológicas se ha completado un vacío en el conocimiento de la actividad militar de los siglos II-I a.C. sólo conocido básicamente a partir de las fuentes antiguas. Gracias al trabajo continuado de distintos equipos de investigación, hoy en día disponemos de un panorama completamente diferente. En estas nuevas investigaciones del primer siglo de la conquista romana de la Península, el siglo II a.C., que hasta hace unas décadas era un período completamente desconocido, se erige como un periodo crucial para proponer nuevas hipótesis sobre el modelo romano de conquista de este territorio del norte peninsular. Este modelo de conquista seguramente fue aplicado, con algunos matices, en los otros territorios que compondrán el futuro Imperio Romano.

Palabras clave

Conquista romana; Península Ibérica; aprovisionamiento; castella; torres; campamentos militares.

¹ Profesor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: cesar.carreras@uab.cat.

² Doctora en Arqueología Clásica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: laia.catarineu@uab.cat.

³ Profesora Lectora Serra-Hunter de Arqueología Clásica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: esther.rodrigo@uab.cat.

⁴ Profesora Lectora Serra-Hunter de Arqueología Clásica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: nuria.romani@uab.cat.

⁵ Profesor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: joaquim.pera@uab.cat.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Resumo

A conquista romana da Península Ibérica, e mais precisamente do território que viria a ser a província da Hispânia Citerior, tem suscitado um interesse particular nos últimos anos. Intervenções arqueológicas preencheram uma lacuna no conhecimento da atividade militar dos séculos II-I a.C., que basicamente só era conhecida através de fontes antigas. Graças ao trabalho contínuo de várias equipas de investigação, temos atualmente um panorama completamente diferente. Nestas novas investigações sobre o primeiro século da conquista romana da Península, o século II a.C., que há poucas décadas era um período completamente desconhecido, surge como um período crucial para propor novas hipóteses sobre o modelo romano de conquista deste território do norte peninsular. Este modelo de conquista foi seguramente aplicado, com algumas nuances, aos outros territórios que viriam a constituir o futuro Império Romano.

Palavras-chave

Conquista romana; Península Ibérica; abastecimento; castelos; torres; acampamentos militares.

Introducción

La conquista romana de la Península Ibérica, y más concretamente la provincia de la *Hispania Citerior* ha cobrado especial interés en los últimos años, gracias al trabajo arqueológico continuado de distintos equipos de investigación. En estas nuevas investigaciones el primer siglo de la conquista romana de la Península, el siglo II a. C., que hasta hace unas décadas era un período completamente desconocido, se erige como un periodo crucial para proponer nuevas hipótesis sobre el modelo romano de conquista de este territorio del norte peninsular.

Diversos investigadores han intentado definir cuáles fueron los mecanismos que puso en práctica el Estado romano para culminar, tras dos siglos, la conquista de las provincias hispanas (Cadiou, 2008). Se trata de un proceso muy largo, que ya de por sí sugiere numerosas complicaciones de carácter militar, así como cambios en las prioridades e iniciativas. Sin duda, la conquista de Hispania supuso una experimentación para Roma de como conquistar un extenso territorio lejano con los escasos medios militares y logísticos de que disponía, mientras mantenía otros conflictos activos en el resto del Mediterráneo. Probablemente Roma no tenía ningún plan de actuación preestablecido, sino que fue adaptando su estrategia a las diferentes circunstancias y períodos, que concluyeron con el control y pacificación de la Península Ibérica (Richardson, 1986: 95-125). Sin embargo, sí se detecta la existencia de planes en espacios y tiempos acotados, como se observa en algunos programas fundacionales en el noreste de la *Hispania Citerior*⁶. Cabe recordar que Hispania fue el primer gran territorio conquistado por Roma fuera de Italia con la excepción de las islas del Tirreno (Sicilia, Córcega, Cerdeña), resultado de la victoria sobre Cartago en la Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). Por lo tanto, Hispania fue el primer territorio lejano en donde se pusieron en práctica distintos modelos de ocupación y dominio, que posteriormente fueron aplicados a otros territorios. Estos modelos partían de un primer estadio de ocupación militar, estructuración del territorio a través de vías y guarniciones, fijación de poblaciones con la construcción de ciudades, explotación de recursos claves (p.e. metal, excedentes agrícolas) y obtención de impuestos.

Las fuentes literarias para este período y territorio son escasas, y se centran en el final de la Segunda Guerra Púnica en territorio peninsular (202 a.C.)

⁶ La aparición de conjuntos de yacimientos con tipologías o características similares en momentos y lugares concretos apunta a la posibilidad de iniciativas constructivas organizadas, si bien su alcance geográfico es relativamente limitado (Catarineu, 2022: 768).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

hasta las primeras décadas del siglo I a.C., aunque en la zona NE peninsular son especialmente limitadas en comparación con la descripción extensa de las Guerras Celtíberas de la Meseta y del valle del Ebro (Schulten; Wulff, 2004). Sin embargo, las recientes excavaciones han proporcionado nuevos datos, que modifican substancialmente la imagen de las primeras fases de conquista de Hispania. A pesar de las nuevas evidencias, los investigadores del ejército romano republicano destacan la perentoria necesidad de establecer tipologías de yacimientos tardorepublicanos en la Península Ibérica para facilitar la interpretación (Moret, 2004: 13-29; Cadiou, 2015: 231-243; Dobson, 2008; Reddé, 2008: 61-71; Noguera et al, 2014; Morillo, 2016: 1-51). Este análisis es especialmente pertinente en este momento cuando la investigación arqueológica está documentando nuevos y diversos yacimientos, que lentamente van materializando la presencia romana en el territorio desde inicios del siglo II a.C., tanto en la zona costera como en el interior. Estos yacimientos no sólo muestran una inequívoca naturaleza militar como los campamentos (*castra aestiva*), fuertes, *castella* o guarniciones, sino también otras tipologías romano-republicanas que muestran un claro carácter itálico diferente de la tradición ibérica y celtibera. Esta segunda categoría de yacimientos incorporaría establecimientos de carácter logístico, económico o centros administrativos.

De acuerdo con esta evidencia arqueológica, el proceso de conquista de nuevos territorios no fue sólo de carácter militar, sino que implicó una red pequeños yacimientos que jugaron un papel estratégico como puntos de control de caminos, junto con una estrecha red de colaboración con asentamientos indígenas. Estos pequeños asentamientos podían ser de carácter itálico con tropas auxiliares, o bien pequeños contingentes destinados a *oppida* iberos o celtíberos que gradualmente se convertirían en las *civitates* de la *Hispania Citerior*. Se trata de una conquista en forma “capilar” organizada a partir de una red de vías de comunicación muy básica para asegurar el avance de las tropas hacia el interior, que con el tiempo constituirán las futuras calzadas romanas. El control de estos corredores de comunicación entre la costa y el interior será la clave logística para la conquista del territorio celtibero (ver figura 1). Aunque la mayoría de los investigadores están de acuerdo en que el ejército romano jugó el papel principal en el proceso de conquista, existen discrepancias sobre sus características y la naturaleza de su ocupación, que de alguna manera son visibles a través de la arqueología. Una de las últimas propuestas (Noguera et alii, 2014: 177-207), que recoge la visión de Cadiou (2008), distingue diferentes fases de la ocupación militar del NE de la *Hispania Citerior*: una primera fase del 225-175 a.C. que se caracteriza por la guerra púnica y la posterior represión de los pueblos indígenas; una segunda fase del 175-125

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

a.C. de escasa actividad militar o “invisibilidad militar”; una tercera fase del 125-75 a.C. que incorpora las guerras cimbrias y la revuelta de Sertorio, y una última fase, de las guerras civiles del 50-25 a.C.

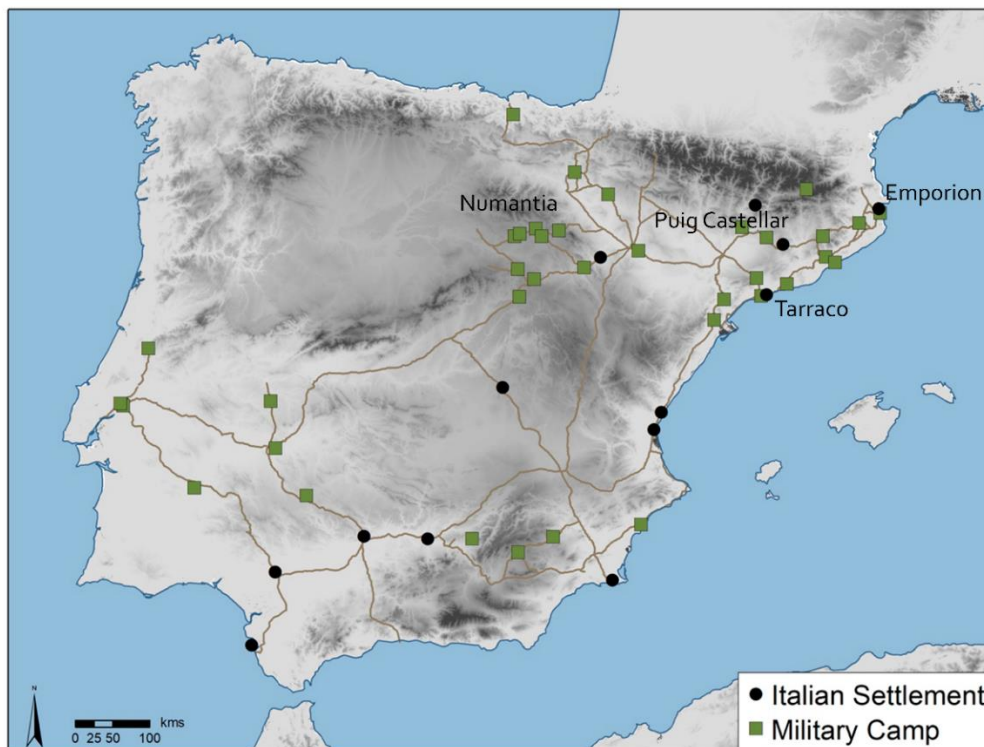


Figura 01: Asentamientos itálicos y *castramenta* de la Península Ibérica en el siglo II aC (PC)

Por lo tanto, de acuerdo con estos investigadores, se documentan 3 períodos de “estrés bélico”, y uno de relativa tranquilidad porque el escenario de la guerra en la *Hispania Citerior* se traslada a unos 400-500 Km al oeste del sector NE Peninsular. Resulta chocante que el período del 175-125 a.C. que se define como de “invisibilidad militar”, hoy en día concentra la datación de la mayoría de nuevos asentamientos militares en el NE en la *Hispania Citerior*, y que a nivel de conflicto incluya el período de las guerras celtíberas (154-133 a.C.), en las que el NE tuvo un papel activo en el aprovisionamiento y logística de las legiones que luchaban en el centro de la Meseta.

Se debe tener en cuenta que, durante el período de guerras celtíberas, las tropas romanas luchaban exclusivamente en primavera y verano en la Meseta para pasar los inviernos generalmente en los campamentos militares costeros (*castra hiberna*) como serian Tarraco o Emporion. De hecho, Apiano, describe la situación entre el 181 y el 133 a.C. en el NE de la *Hispania Citerior* marcado por un constante devenir de tropas hacia el

valle del Ebro y hacia los diversos territorios de las tribus celtíberas que luchaban contra Roma. Toda una serie de continuos conflictos bélicos que culminan en la Tercera Guerra Celtíbera o Guerra Numantina (143-133 a.C.) (Apiano, *Iberia*: 42-55). Por consiguiente, todo el territorio del NE peninsular formaba parte de la retaguardia durante las Guerras Celtíberas, y seguramente la primera línea del frente durante los meses invernales en que las tropas legionarias descansaban en los *castra hibernia* de la costa. En este sentido, todas los *castella*, *praesidia* y torres construidas entre la costa mediterránea y el teatro de operaciones de territorio Vacceo y Arevaco, constituían los límites occidentales del dominio romano en la provincia *Citerior*.

Tras la derrota de *Numantia* frente Escipion Emiliano en el 133 a.C., parece que la mayor parte del territorio de la Meseta pasó a un completo control romano, y todos estos establecimientos militares de menor entidad perdieron su función inicial y fueron desapareciendo paulatinamente. Uno de los ejemplos del cambio de estrategia por parte de las autoridades romanas a finales del siglo II a.C. es el caso de Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019), que se abandona de forma ordenada hacia el 120 a.C., e inmediatamente se funda entre el 120/110 a.C. la ciudad romana de *Iesso* (Guissona), a tan sólo 5 Km de distancia del anterior establecimiento militar.

Uno de los problemas básicos de este período es que las fuentes clásicas son muy precisas sobre las batallas y asedios romanos frente a las tribus celtíberas, pero no especifican su forma de control del territorio, que se reconoce exclusivamente a partir de la arqueología⁷. Si bien a nivel arqueológico cada día se dispone de más información, y es fácil definir tipologías de yacimientos (Catarineu, 2022) e incluso establecer su hipotética función, tenemos todavía problemas de carácter cronológico.

La mayoría de los yacimientos itálicos de la *Citerior* presentan una cultura material mixta durante el siglo II a.C., en que alrededor del 50% está constituido por cerámicas de tradición indígena (ibéricas pintadas, ánforas, cerámicas comunes), y el resto de procedencia itálica, púnica y una minoría helenística. En la mayoría de los casos, las vajillas de barniz negro (producciones campanienses A y B) han sido los únicos elementos datantes, con formas que tienen una amplia horquilla cronológica (Pera et

⁷ La diversidad terminológica provoca la falta de coherencia y uniformidad. Por este motivo se han detectado confusiones terminológicas y problemas de identificación arqueológica con las categorías canónicas que mencionan y describen las fuentes clásicas (Morillo 2016: 10; Catarineu, 2022: 583).

al, 2019). En los últimos tiempos, otros materiales como las ánforas incluidos sus sellos han permitido fijar mejor algunas dataciones, complementando la vajilla fina, como es el caso de Can Tacó (Rodrigo et al, 2013). La presencia y ausencia de determinados materiales en horizontes bien datados de yacimientos de la costa como Empúries o Tarraco (García, 2013), ha de permitir en el futuro una mejor datación en que se podrán incluir otras producciones cerámicas.

Tipologías de yacimientos

Recientemente, y gracias al aumento de las excavaciones arqueológicas y el mayor volumen de datos, se ha podido realizar una primera aproximación tipológica y funcional de los yacimientos. Una propuesta ha sido desarrollada por una de las firmantes de este trabajo, en su tesis doctoral, a partir del estudio de un amplio catálogo de yacimientos localizados en la actual Cataluña y valle medio del Ebro en época romanorrepública⁸ (Catarineu, 2022). Mediante una nueva perspectiva y la integración de los datos de forma conjunta, se aporta una visión unitaria de las características de los yacimientos vinculados con el mundo militar romano. Así como también abre el camino para poder determinar nuevos modelos y patrones de asentamiento en la ocupación del territorio, que permiten observar la variedad de estrategias de control empleados por Roma en época romanorrepública.

En la bibliografía podemos ver como algunos investigadores han considerado que los asentamientos itálicos ubicados en altura obedecen mayoritariamente a un carácter y una función militar. No obstante, se va observando que pueden tener otros cometidos diferentes a los estrictamente militares, generando la existencia de una gran variedad tipológica (Catarineu, 2022: 582). Una parte importante de los mismos no encajan estrictamente en los modelos conocidos de arquitectura militar romana, que se describen en las fuentes clásicas, sino que presentan particularidades propias. Sin embargo, son numerosos los elementos comunes en algunos casos: la identificación de un edificio principal con elementos constructivos y decorativos de tipo itálico, la tipología del sistema defensivo, la presencia de elementos de *militaria*, o en general, la acotada existencia y ocupación (Catarineu, 2022: 582-583).

⁸ Trabajo inscrito en el noreste peninsular, valle medio del Ebro y Cataluña, entre la Segunda Guerra Púnica y la finalización de las guerras Sertorianas (218-72 a.C.).
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

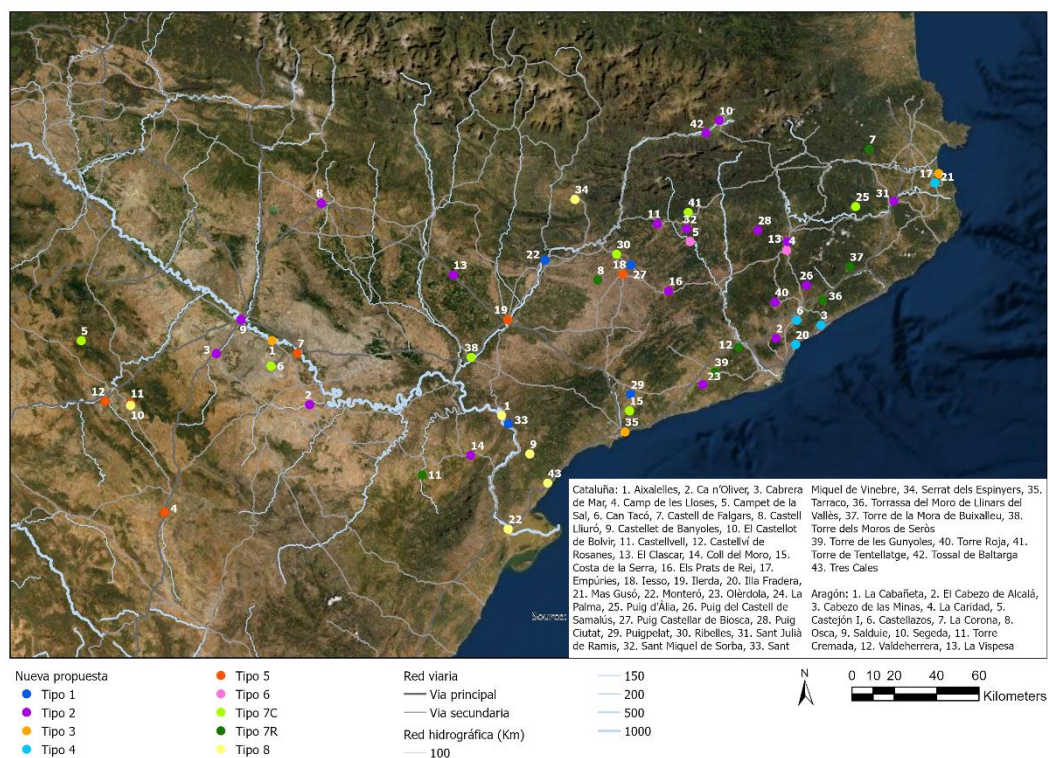


Figura 02: Asentamientos itálicos del siglo II a.C. en el NE y valle medio del río Ebro. (Catarineu, 2022).

A continuación, se describen a grandes rasgos un total de ocho tipologías basadas en la funcionalidad que consideramos que permiten representar la amplia variedad de formas en las que se establece el ejército romano en la *Hispania Citerior*.

Fortines tardorrepurbanos o centros de control estratégico

Se han identificado una serie de asentamientos de nueva fundación a partir del segundo cuarto del siglo II a.C., que presentan potentes estructuras defensivas y claras evidencias militares, tanto a nivel arquitectónico como armamentístico. Localizados en ubicaciones elevadas, fácilmente defendibles y de alrededor de 1-2 hectáreas. Las estructuras identificadas en su interior siguen habitualmente el patrón métrico itálico, así como también las técnicas constructivas y decorativas. Destaca también el hallazgo de elementos de *militaria*, o sea armas y objetos vinculados al ejército, y destacadas cantidades de material de importación itálico (Principal et al, 2015).

Estos núcleos serían centros estratégicos destinados al control del territorio y a la organización de la ocupación y romanización del territorio desde un primer momento. Todos ellos han sido interpretados como *castella*⁹ o *principia* en la bibliografía anterior. El registro arqueológico y los datos observados permiten identificar estos asentamientos como fortines tardorrepublicanos (Catarineu, 2022: 588-589). Algunos de ellos son Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019) Monteró (Camarasa) (Principal et al, 2015) Puigpelat (Díaz, 2013) o Sant Miquel de Vinebre (Vinebre) (Genera, 1994).

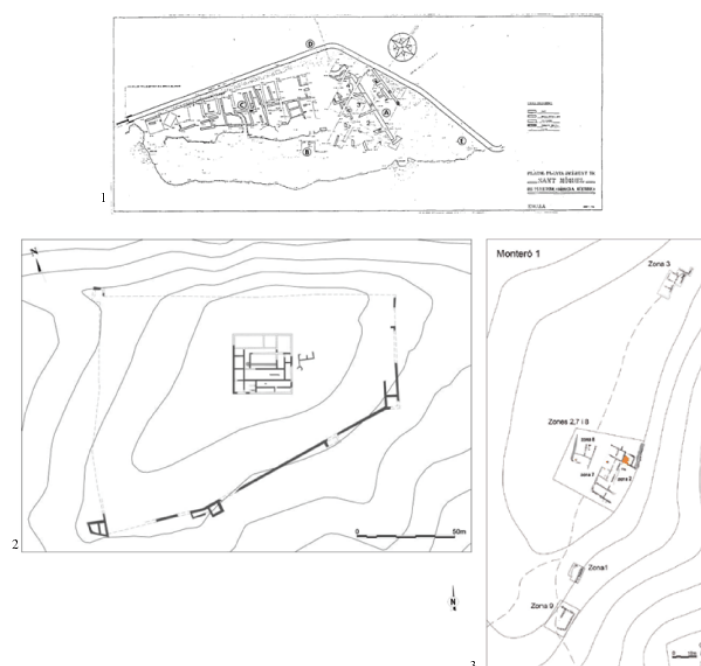


Figura 03: Plantas arqueológicas de los yacimientos identificados como fortines tardorrepublicanos. 1. Sant Miquel de Vinebre (Genera, 1994: 47); 2. Puig Castellar de Biosca (Pera et al, 2019: 184); 3. Monteró 1 (Principal et al, 2015: 312).

Oppida refortificados

Por otro lado, se ha observado como varios *oppida* ibéricos sufren importantes modificaciones a lo largo del siglo II a.C. Se trata, principalmente, de remodelaciones relacionadas con el sistema defensivo

⁹ “No en vano los castella toman su nombre como diminutivo de castra. Los soldados de infantería y caballería que están destinados allí para patrullar aseguran el tránsito de las caravanas en campo abierto. Y es que difícilmente se atreve el enemigo a entrar en un paraje en el que sabe hay enemigos apostados por delante y por detrás” (Veg.Mil. III.8). En la bibliografía, los castella son designados como puestos avanzados o guarniciones fortificadas de reducidas dimensiones, que acogería un manípulo, cohorte o turma (Dobson, 2008: 28).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

y/o la incorporación de técnicas constructivas de tipo itálico, junto con nuevas construcciones. Además, son potenciados en este primer momento de la ocupación romana. Gradualmente estos núcleos indígenas van incorporando elementos itálicos en su urbanismo, sus viviendas o en su sistema defensivo, y aumenta de manera considerable el porcentaje de elementos muebles de importación itálica. Si bien las principales reformas se encuentran en relación con el sistema defensivo, también en algunos casos se construyen nuevos edificios, mayoritariamente en una posición central. Todas estas reformas se caracterizan por utilizar el sistema métrico itálico, así como también *opera* típicamente itálicos o de inspiración itálica.

Estas reformas pueden vincularse a la adaptación del asentamiento a las necesidades del ejército, a los reajustes que implican el asentamiento de un grupo de contingentes, con funciones de *hospitium militare*. La carga económica que debió suponer a los indígenas el instalar y mantener las tropas dentro de su propio *oppidum* debió ser muy importante¹⁰. Son numerosos los yacimientos identificados como *oppida* refortificados, algunos de ellos son: Burriac (Cabrera de Mar), El Castellot (Bolvir), Coll del Moro (Gandesa), Olèrdola (Sant Miquel d'Olèrdola), Puig del Castell (Cànoves i Samalús), Sant Julià de Ramis, Sant Miquel de Sorba (Montmajor), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de las Minas (Botorrita), *Oscá* (Huesca) o el Cabezo de Alcalá (Azaila) (Catarineu, 2022: 595-596).

¹⁰ Las redes de avituallamiento y de control no podían estar siempre garantizadas por los soldados romanos, de forma que era necesario en ciertos puntos contar con el apoyo de la población local indígena, controlada por un posible *praesidium* o puesto de mando en su *oppidum* (Dobson, 2008: 25-30).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

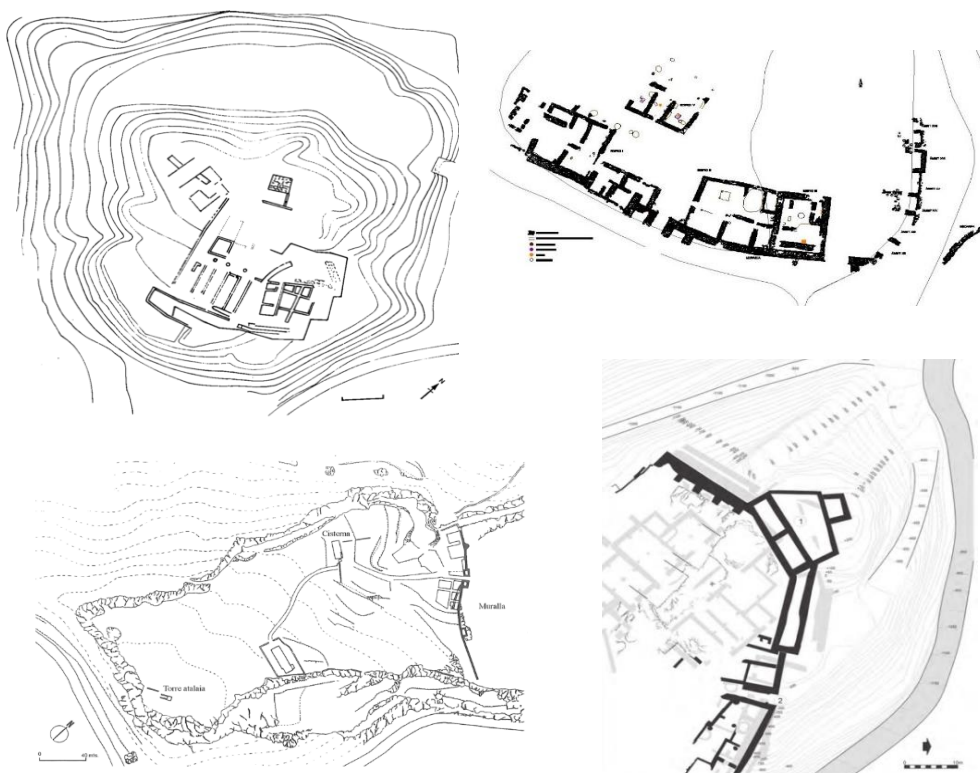


Figura 04: De arriba a la izquierda abajo a la derecha: Planta del Cabezo de las Minas, Botorrita. (Beltrán Martínez, 1992: 58); Planta del Castellot de Bolvir (Morera; Oller, 2015: 37); Planta del conjunto arqueológico de Olèrdola (Álvarez et al, 1991); Planta del sector norte de Sant Julià de Ramis (Palahí, 2013: 74).

Recintos campamentales que se convierten en importantes núcleos urbanos con destacados puertos

Se han diferenciado una serie de núcleos romanos con una clara función militar en su origen, que se convierten en importantes centros administrativos y urbanos a partir de la segunda mitad del siglo II a.C. o en torno al cambio del siglo II al I a.C.; generalmente se localizan situados en la costa. Estos núcleos se establecen en ubicaciones claves y destacadas, algunas de ellos desempeñarían un papel de primer orden en el proceso de ocupación romana de *Hispania*, ya sea en el transcurso de la Segunda Guerra Púnica, las revueltas indígenas o durante las guerras celtibéricas, para pasar, posteriormente a ser grandes *urbes* del noreste de la *Citerior*. Es el caso de *Emporion* (Sant Martí d'Empúries), *Tarraco* (Tarragona) y La Cabañeta (El Burgo de Ebro). Son asentamientos de filiación claramente romana y de fundación militar temprana que tienen el papel de centros de operaciones importantes, y eran empleados como puestos de penetración hacia todo el territorio peninsular (Catarineu, 2022: 600).

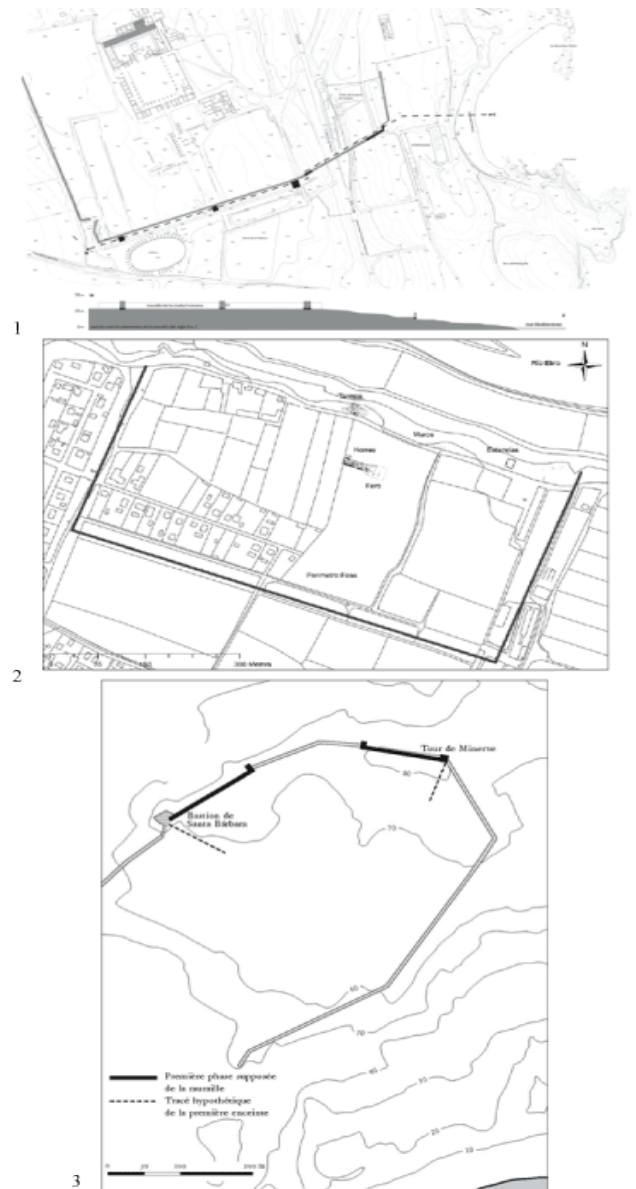


Figura 05: Plantas arqueológicas de los yacimientos identificados como núcleos urbanos de fundación militar. 1. Empúries (Tremoleda et al, 2016: 61), 2. La Cabañeta (Mínguez, 2014: 1680), 3. Recinto primitivo de Tarraco (Cadiou, 2008: 330).

Centros administrativos

Otro grupo que se puede observar está integrado por una serie de núcleos *ex novo* o *ex nihilo* que destacan claramente en un panorama ibérico tardío, pero carecen de presencia militar romana constatable, tales como imponentes sistemas defensivos o numerosos elementos de *militaria*. Se caracterizan por la falta clara de sistemas defensivos y su ubicación próxima a la vía *Heraclea* y a la costa. Presentan elementos arquitectónicos

Fundaciones urbanas en llano

A partir del tercer tercio del siglo II a.C., y coincidiendo con la caída de Numancia, en la zona del valle medio del Ebro, surgen una serie de asentamientos urbanos que presentan características novedosas, como sería el caso de La Caridad (Caminreal), La Corona (Fuentes de Ebro), Segeda II (Durón de Belmonte) y Valdeherrera (Calatayud). Parece tratarse de fundaciones urbanas impulsadas o promovidas por el poder romano, construidas bajo sus indicaciones, con características de origen claramente itálico (Catarineu, 2022: 610). No obstante, consideramos que estas ciudades estarían principalmente habitadas por población indígena reubicada en el transcurso y al fin de las guerras celtibéricas, con la excepción de la Cabañeta (Burgo del Ebro) fundada durante la fase anterior, que parece definirse como una fundación urbana destinada a alojar en su mayor parte a población proveniente de la Península Itálica (Mínguez, 2014).

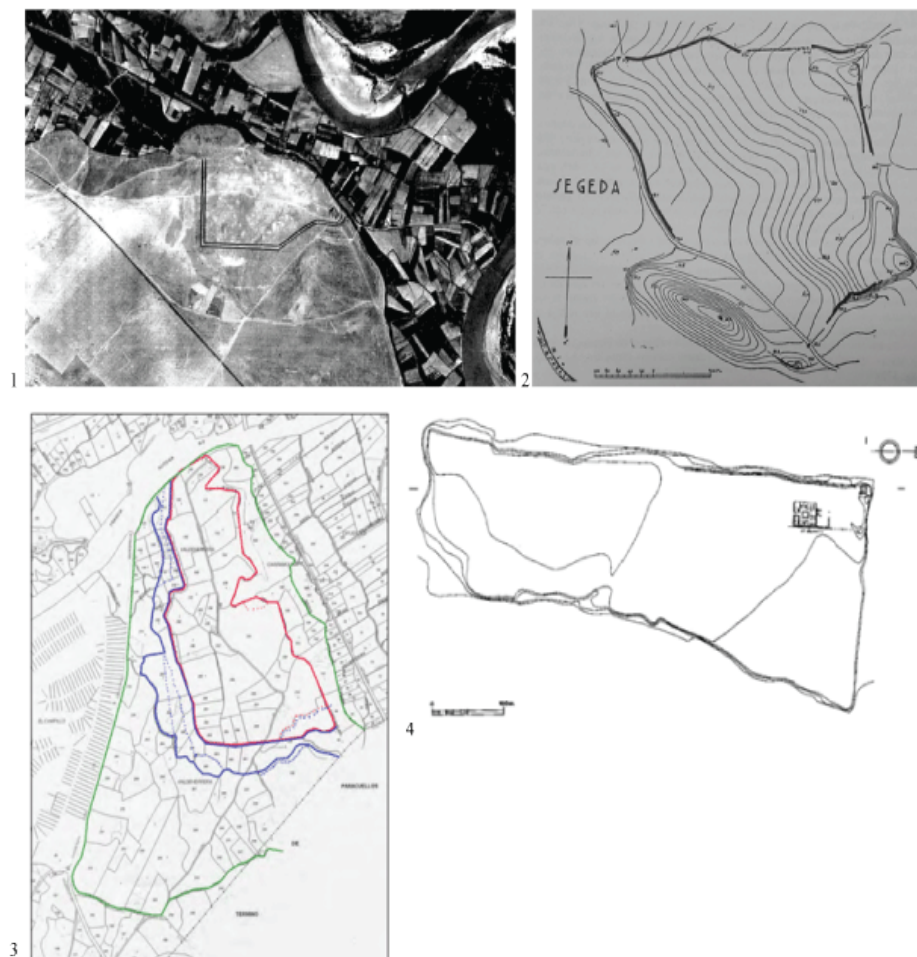


Figura 7: Plantas arqueológicas de los yacimientos identificados como fundaciones urbanas impulsadas por Roma. 1. La Corona (Ferreruela; Mínguez, 2003: 255), 2. Segeda

II (Schulten, 1933), 3. Valdeherrera (Martín Bueno; Sáenz, 2012: 13), 4. La Caridad (Vicente et al, 1989: 21).

Centros logísticos y productivos

El estudio del registro arqueológico ha permitido también identificar núcleos con funciones logísticas y productivas especializados en la explotación y/o el trabajo de un material concreto. En el caso de la Citerior se documentan El Campet de la Sal (Cardona) y El Camp de les Lloses (Tona). Tanto la sal como el metal serían productos de gran valor para Roma y estarían controlados y administrados en el contexto administrativo y militar, de ahí que los excavadores proponen equiparar ambos yacimientos con *officinae* y puntos de control.

Torres de vigilancia

Este tipo de construcciones de reducidas dimensiones, tanto circulares como cuadrangulares, estarían concebidas para el control estratégico del territorio circundante (Moret, 2004). Probablemente, las torres conformaron una red conjunta con el resto de los yacimientos de otras tipologías¹¹. Según algunos autores, se trataría de atalayas relacionadas con la vigilancia de los ejes de comunicación relacionadas con la estructuración viaria de finales del siglo II a.C. que se entrevé en el noreste de la Citerior (Noguera et al, 2014: 49). Su adscripción romanorrepublicana y cronológica es compleja debido a la falta de excavaciones y a la reutilización de estos espacios en períodos posteriores. Se han podido identificar las torres de Castell de Falgars (Beuda), Puig d'Àlia (Amer), Torrassa del Moro (Llinars del Vallès), Torre de la Mora (Sant Feliu de Buixalleu), Torre Cremada (Valdeltormo), Los Castellazos (Mediana de Aragón) y Castejón I (Aranda de Moncayo) (Catarineu, 2022: 616).

Temporales

Finalmente, también ha sido posible identificar una serie de los asentamientos temporales, ya sean campamentos o campos de batalla. Son yacimientos que se han podido documentar gracias a la presencia de

¹¹ Las fuentes clásicas hacen referencia a dos tipos de torres, las *propugnaculis* y las *specula*. Las primeras albergarían pequeñas guarniciones que se encargarían de la comunicación y control del territorio adyacente (Livio, XXXII.19). Mientras que las segundas tendrían funciones de enviar señales y vigilar zonas aisladas (Plinio, Nat. 35.48; Livio, XXXII.19). Por el momento es imposible diferenciarlas arqueológicamente. **Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.**
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

material superficial, pero que no presentan, o bien porque no se han conservado, o bien, no se han hallado, elementos inmuebles (Morillo, 2003). Se trata de asentamientos transitorios que presentan una cronología probablemente reducida, es decir, que rápidamente se ocupan y también son abandonados precipitadamente. Estarían conformados mediante materiales perecederos, en muchos casos. Al finalizar estos conflictos, cuando se consigue un momento de mayor estabilidad, se pasa a la conformación de reformas importantes con el establecimiento de estructuras permanentes, ya sea en el mismo espacio o en otros próximos (Catarineu, 2022: 620-621). Algunos ejemplos son: Aixal·les (Ascó), La Palma (L'Aldea), Serrat dels Espinyers (Isona), Tres Cales (Ametlla de Mar), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de Alcalá (Azaila), Segeda I (Poyo de Mara), y el caso más significativo, el cerco de Numancia (Garray). se sitúan en momentos de conflicto, presentado una ocupación concentrada en la Segunda Guerra Púnica o las guerras sertorianas y cesarianas (Catarineu, 2022: 620-621).

Fases de conquista

Tal como se indicaba en la introducción, una de las principales discrepancias entre los investigadores de la arqueología militar en la *Hispania Citerior* es la importancia del ejército en el territorio, sugiriendo que sólo los momentos de conflicto bélico (estrés bélico) identifican realmente la lucha entre las poblaciones indígenas (íberas, celtíberas) con las tropas de la nueva potencia conquistadora que es Roma. De hecho, el conflicto será continuo por la simple razón que Roma no controlará ni las poblaciones ni el territorio en su extensión durante casi todo el siglo II a.C. Por lo tanto, el conflicto será un proceso dinámico que tendrá períodos de intensa actividad bélica combinados con otros de ocupación extensiva, y revueltas puntuales. Así pues, no será hasta el último cuarto del siglo II a.C., que podemos considerar que Roma tendrá un control casi efectivo de toda la parte occidental de la provincia de *Hispania Citerior*. Para entender mejor este proceso es conveniente revisar de nuevo la periodización de esta conquista del siglo II a.C.:

202-195 a.C.: Sustituyendo al poder púnico

Tras el desenlace de la Segunda Guerra Púnica en Hispania, con la victoria de Escipión el Africano frente a los ejércitos cartagineses, Roma se erige como única potencia colonial en Hispania. Ya desde un primer momento,

los aliados indígenas de Roma se revelaron porque no querían someterse de nuevo a otro poder colonial. En el 206 a.C. Escipión derrota una coalición de los Ilergetes y tribus vecinas (Pol. 11.32; Liv. 28.24.3-4), y en el 205 a.C. una segunda sublevación, protagonizada por las mismas tribus, es derrotada más al interior, en territorio sedetano (Liv. 29.2.1-2). Todos estos conflictos se encuadran en el NE Peninsular, en una zona que hoy en día sabemos tenía una baja densidad de población (ver figura 6), por lo que la resistencia era limitada ante las legiones romanas (De Soto; Carreras, 2022; Sinner; Carreras, 2019).

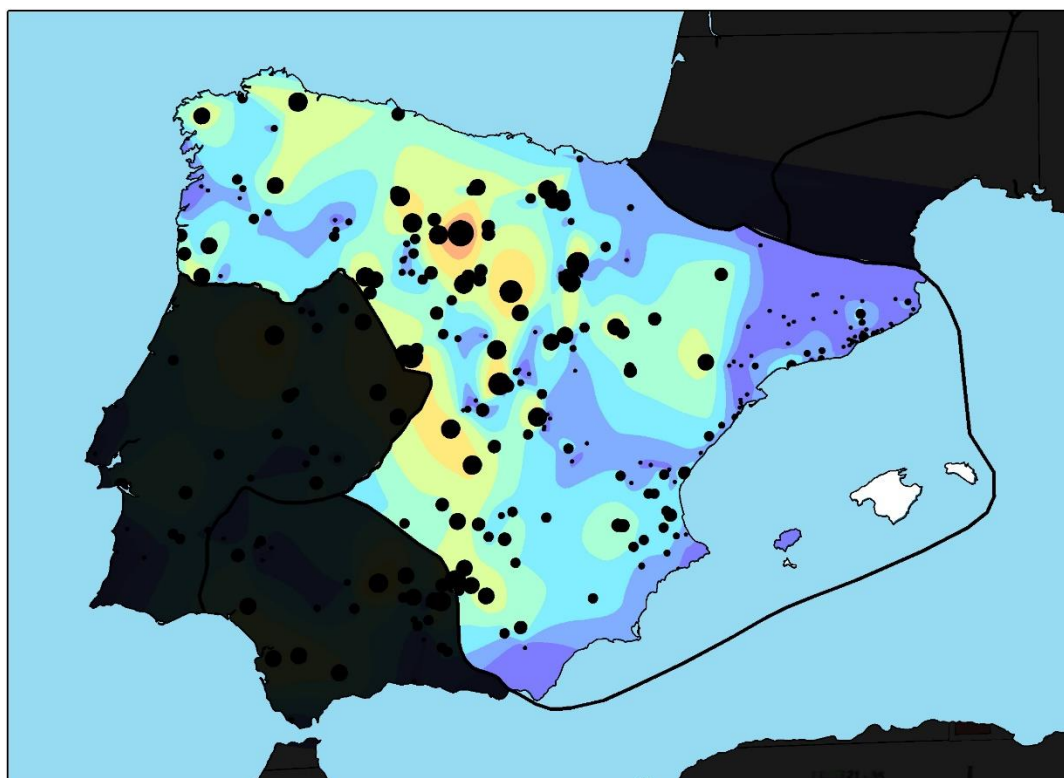


Figura 08: Densidad de población ibera y celtíbera en la Hispania Citerior a partir de las dimensiones de los yacimientos (adaptación de De Soto; Carreras, 2022).

El punto culminante de esta primera fase de rebeliones indígenas acontece entre 197 y 195 a.C., tal como sugieren Noguera et al (2014: 37-38), en que muere primero el gobernador de la provincia, *C. Sempronio Tuditano* en un lugar incierto de la provincia (Liv. 33.25.8-9), posiblemente en el valle medio del Ebro, lugar donde ya se habían producido enfrentamientos anteriormente. La respuesta romana es el envío en el 195 a.C. de un ejército consular al mando de *M. Porcio Catón*, que tras desembarcar y vencer a la coalición indígena en Empuries, realiza una rápida campaña por el territorio de los Bargusios, Sedetanos, Ausetanos del Ebro y Suessetanos (Liv. 34.20.1). A pesar de las victorias romanas, la situación seguirá

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

inestable ya que, en el 194 a.C., el pretor *Sex. Digicio* perderá la mitad de sus tropas en la provincia Citerior (Liv. 35.1.1-2.).

195-178 a.C.: Expediciones en la Celtiberia

Entre el 195 y 178 a.C., la penetración romana en el interior se realiza a partir de campañas militares estivales aprovechando el nombramiento del nuevo gobernador como *C. Valerio Flaco* o *Tiberio Sempronio Graco*. Se trata de incursiones por el valle del Ebro y Alto Duero a zonas con tribus como los arévacos o vacceos con una alta densidad de población, y por lo tanto con una mayor capacidad militar. Las campañas finalizan con victorias romanas y tratados con las poblaciones indígenas, que resultan de difícil implementación. Son incursiones sin control efectivo del territorio, ya que las tropas vuelven en otoño a la costa, para invernar en sus campamentos. Se trata de campañas militares complejas en que el teatro de operaciones se haya a unos 400 Km de las zonas controladas efectivamente por Roma. Requieren de un aprovisionamiento de las tropas complicado, por lo que se van creando vías de penetración estables y algunas guarniciones en el camino. Tiberio Sempronio Graco, gobernador de la provincia en el 178 a.C., modificará este patrón creando la primera ciudad romana en el Alto Ebro – *Gracchurris* (Alfaro) – en la antigua ciudad arévaca de *Ilurcis*¹².

La labor de Tiberio Sempronio Graco modificará la relación con los pueblos celtíberos en el futuro, estableciendo tratados regulados con obligaciones como la prohibición de construir nuevas murallas, el pago de impuestos o la aportación de tropas auxiliares. Apiano (*Iber.* 43) describe en detalle la obra de Sempronio Graco:

Entonces, veinte mil habitantes de Complega llegaron hasta el campamento de Graco con ramas de olivo a modo de suplicantes y, cuando estuvieron cerca, le atacaron de improviso y provocaron la confusión. Éste con habilidad les dejó su campamento y simuló la huida. Después, dando la vuelta, los atacó mientras se dedicaban al saqueo, mató a la mayoría y se apoderó de Complega y de los pueblos vecinos. Asentó a las clases más menesterosas y repartió las tierras entre ellos. Llevó a cabo tratados perfectamente regulados con todos los pueblos de esta zona, sobre la base de que serían aliados de los romanos. Les dio y tomó juramentos que serían invocados, en muchas ocasiones, en las guerras futuras. A causa de tales hechos, Graco se hizo célebre en Iberia y Roma y fue recompensado con un espléndido triunfo.

¹² Las excavaciones de esta ciudad apenas han proporcionado contextos del siglo II a.C., y tampoco se observan claramente signos de urbanismo o arquitectura de estilo itálico, sino más bien continuidad respecto períodos anteriores.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

178-154 a.C.: Período de estabilidad

A lo largo de dos décadas, la provincia disfrutó de un periodo de cierta estabilidad con pocos conflictos, que generalmente eran de escasa intensidad. El sistema de alianzas de Tiberio Sempronio Graco parece que todavía rige, y la escasa presencia de tropas romanas en el interior también parece confirmar este período de estabilidad. Pero es precisamente en este momento cuando Roma comienza a construir todo tipo de establecimientos en la costa y el NE de la Citerior, reforzando su control efectivo de toda esta franja y controlando los ejes de comunicación, siguiendo una política previsora que permitirá el movimiento de tropas y víveres en momentos de crisis. Por lo tanto, este período de estabilidad coincide con un momento álgido de construcción de infraestructuras militares por todo el territorio ocupado y pacificado como fortines, *oppida* refortificados y torres.

Para entender las limitaciones de la actividad militar en la provincia se debe tener en cuenta que entre el 197 y el 154 a.C., el número medio de tropas en la *Hispania Citerior* era de unos 15.000 efectivos (Solana, 1998; Sinner; Carreras, 2019), que incluían 1 legión y 2.150 soldados de infantería, 2.750 *socii* y el resto auxiliares indígenas, tal como indica Livio (39.38.3) respecto a las tropas del pretor A. Terencio Varro. Con este limitado número de efectivos, era preferible mantenerlos concentrados y no distribuirlos por todo un amplio territorio.

154-133 a.C.: Guerras celtíberas

Tras dos décadas de cierta estabilidad, en el año 154 a.C. estallan las llamadas guerras celtíberas, tras la construcción en *Segeda* de una nueva muralla (Olesti, 2014: 61-112). Según los tratados firmados en época de Tiberio Sempronio Graco este hecho estaba prohibido tal como describe Apiano (*Iber.* 44):

Esta ciudad forzó a otras más pequeñas a establecerse junto a ella; se rodeó de unos muros de aproximadamente cuarenta estadios de circunferencia y obligó también a unirse a los titos, otra tribu limítrofe. Al enterarse de ello, el senado prohibió que fuera levantada la muralla, les reclamó los tributos estipulados en tiempo de Graco y les ordenó que proporcionaran ciertos contingentes de tropas a los romanos. Esto último, en efecto, también estaba acordado en los tratados.

Los habitantes de Segeda, con relación de la muralla, replicaron que Graco había

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

prohibido fundar nuevas ciudades, pero no fortificar las ya existentes. Acerca del tributo y de las tropas mercenarias, manifestaron que habían sido eximidos por los propios romanos después de Graco. La realidad era que estaban exentos, pero el senado concede siempre estos privilegios añadiendo que tendrán vigor en tanto lo decidan el senado y el pueblo romano.

El conflicto se extendió por distintas tribus como la de los arévacos que recogieron a la población de Segeda. Aunque las fuentes no son muy precisas, los recursos humanos celtíberos eran importantes, dada la alta densidad de población de toda la región (ver figura 8). Tal como explica Apiano (*Iber.* 45), Roma envió numerosas tropas, y aun así el conflicto comenzó con importantes derrotas:

Así pues, Nobilior fue enviado contra ellos con un ejército de treinta mil hombres. Los segedanos, cuando supieron de su próxima llegada, sin dar remate ya a la construcción de la muralla, huyeron hacia los arevacos con sus hijos y sus mujeres y les suplicaron que les acogieran. Éstos lo hicieron así y eligieron como general a un segedano llamado Caro, que era tenido por hombre belicoso. A los tres días de su elección, apostando en una espesura a veinte mil soldados de infantería y cinco mil jinetes, atacó a los romanos mientras pasaban. Aunque el combate resultó incierto durante mucho tiempo, logró dar muerte a seis mil romanos y obtuvo un brillante triunfo. Tan grande fue el desastre que sufrió Roma.

Gran parte del conflicto se desarrolló con el asedio a *oppida* indígenas por parte de las tropas romanas, normalmente limitados al período estival, y por una vuelta a los campamentos de la costa para invernar¹³. La única diferencia respecto al período anterior (195-178 a.C.) era que el ejército romano disponía de una mínima infraestructura de vías, fortines, *oppida* refortificados y torres¹⁴ que permitía mantener el territorio del NE y facilitar el aprovisionamiento hasta el teatro de batalla. Aparte del asedio a *Segeda*, el conflicto se centrará en la conquista de otros *oppida*, entre los que destacará *Numantia*, como símbolo de la resistencia celtíbera. Las guerras celtíberas suponen un aumento significativo de las tropas destinadas a la provincia tal como recogen Livio y Apiano, y ha podido analizar Solana (1998). De hecho, las tropas romanas alcanzaron 40.000 efectivos durante estas guerras (Sinner; Carreras, 2019: fig. 7.9) (ver figura 9).

¹³ Tan sólo tenemos constancia de que *Nobilior* en el 153 a.C. (Apiano, *Iber.* 46) decide pasar el invierno asediando la ciudad de *Numantia* con resultados aciagos para sus tropas que morirán en parte por culpa del frío – ya que dormían en tiendas – y la mala alimentación.

¹⁴ Estas infraestructuras se conformarían de forma conjunta y simultánea, tal y como evidencia la proximidad entre la red viaria con la red de yacimientos surgidos a lo largo del siglo II a.C.

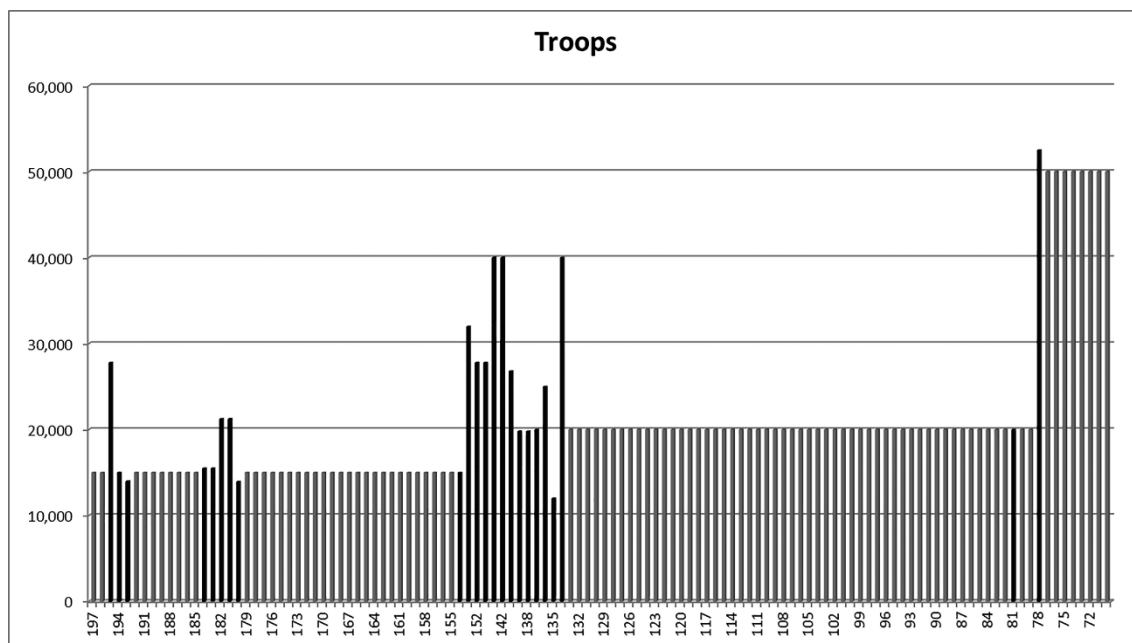


Figura 09: Fuerzas militares romanas en *Hispania Citerior* en época republicana (197–73 BCE). En negro, los números extraídos de las fuentes clásica, mientras que en gris son las proyecciones basadas en estos números.

Concretamente, en las guerras celtíberas las tropas alcanzarán la cifra de 40.000 soldados de los que 30.000 serán de origen romano e itálico, mientras que 10.000 serían auxiliares (Apiano, *Iber.* 84; 89; 95-97). Las fuentes también indican las dificultades para realizar levás para proveer de soldados a las legiones, dada la dureza del conflicto. A nivel arqueológico, además de ampliarse el número de fortines, *oppida* refortificados y torres, se documentan algunos campamentos de asedio temporales tales como los que se encuentran alrededor de *Segeda*, *Numantia* o de El Cabezo de Alcalá (Jiménez et al, 2020; Morales; Morillo, 2020; Schulten; Wulff, 2004). También se desarrollan centros urbanos en la costa como *Tarraco* y *Empuries*, que se convertirán en cajas de reclutamiento de *auxiliares* indígenas (Castanyer et al, 2015) y por otra parte, se desarrollarán los centros administrativos vinculados a la logística militar de la retaguardia.

Post 133 a.C.: Fijación de poblaciones

Tras la derrota de los numantinos en el 133 a.C., finalizan las guerras celtíberas y con ellas se inicia un nuevo período de tratados entre Roma y las poblaciones indígenas, similar al período de estabilidad (178-154 aC). Una de las diferencias respecto a este período es que se limita la

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

construcción de fortines, *oppida* refortificados o torres vinculadas a la red de transporte, y en su lugar se fundan ciudades en el llano. Con la única excepción de la Cabañeta – posible *Castra Aelia* (Burgo del Ebro) en que su población parece básicamente itálica, el resto son establecimientos urbanos con reasentamiento de población indígena (La Caridad, *Iesso*, la Corona, Segeda II, Valdeherrera) en un territorio del interior en el valle medio del río Ebro y río Segre. Por lo tanto, la presencia efectiva de Roma y su control territorial afecta principalmente este valle medio del Ebro, en donde también se produce el abandono de algunos fortines y torres, puesto que deja de tener sentido su función de control de rutas terrestres. Se ha querido relacionar la fundación de la *Galia Transalpina* (125 a.C.) con la construcción de vías de la *Hispania Citerior* (Noguera et al, 2014: 40), si bien la mayor parte de ellas son de cronología muy anterior. Por supuesto, ambas redes de calzadas se vincularán entre sí, al traspasar la frontera provincial.

Otro acontecimiento destacado de este período fue la llegada de los cimbrios en el 102 a.C. Tras la victoria de una coalición de pueblos germanos en *Arausio* ante los romanos en el 104 a.C, que supone la pérdida de 80.000 soldados romanos, uno de estos pueblos – los cimbrios – decide atravesar los Pirineos. Según las fuentes (Livio, *Periocas*: 67), los cimbrios vagarán por la provincia de la *Hispania Citerior* durante todo el año 102 a.C. hasta que los celtíberos los expulsan. Arqueológicamente se desconoce el lugar por el que los cimbrios atravesaron los Pirineos, y ninguna de las recién fundadas ciudades del valle medio del Ebro y Segre presentan signos de destrucción datables en este momento (102 a.C.)¹⁵. Se desconoce si evitaron este territorio ya controlado por el poder romano, pero lo cierto es que son los celtíberos y no los romanos quienes expulsaron a los cimbrios de la provincia, lo cual demuestra que el Alto valle del Ebro seguía siendo un territorio autónomo fuera del control estrictamente militar romano¹⁶.

¹⁵ Algunos investigadores han relacionado las invasiones de los cimbrios con la cantidad de tesorillos en la zona valle Ebro y noreste de *Hispania*, que podría indicar la incertidumbre que produjeron estas migraciones sobre las poblaciones locales. Es el caso de las ocultaciones monetarias documentadas en El Camp de les Lloses; Puig d'Àlia, en el Molí de Can Ribes (próximo a Puig del Castell de Cànoves i Samalús); en el Cabezo de Alcalá (Estrada; Villaronga, 1967; Beltrán Lloris, 1976; Sinner, 2014; Padrós; Amat, 2018).

¹⁶ La penetración de los Cimbrios a través del Pirineo (Liv. *Per.* LXVII; App. *Iber.* XCIX) provocó el enfrentamiento con los celtíberos. Se cree que la defensa ante los cimbrios se encontraría en manos de auxiliares locales, así, el avance de los pueblos germánicos habría aglutinado las fuerzas de los *Belos*, *Titos*, *Ilergetes*, *Suesetanos*, *Oscenses*, *Sedetanos* y *Ausetanos* (Roldán; Wulff, 2001: 193; Sánchez Moreno, 2017: 61-64).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Conclusiones

A lo largo de estas páginas hemos querido mostrar como la conquista de Hispania fue el resultado de un proceso largo de casi dos siglos, y de una gran complejidad en su desarrollo que denota las dificultades con las que tuvieron que enfrentarse las autoridades romanas para conseguir el dominio efectivo de los territorios hispanos. Creemos que resulta especialmente revelador comprender y analizar el primer siglo de la conquista, ya que frente a la visión simplificada que se había tenido hasta hace unos decenios para este periodo, fruto del silencio de los autores antiguos y del desconocimiento arqueológico, va emergiendo una realidad formada por una multiplicidad de estrategias desplegadas por las autoridades romanas para conseguir el control efectivo de los pueblos y territorios que Roma pretendía tener bajo su autoridad de potencia incontestada en el Occidente Mediterráneo.

La gran variedad de tipologías de yacimientos identificadas muestra la diversidad de estrategias que adoptó el ejército romano según las contingencias del momento. El ejército no solo se limitaría a ser una fuerza coercitiva de ocupación, sino que desarrolló amplias funciones con el fin de cubrir las necesidades logísticas, administrativas, económicas o residenciales que la conquista iba generando, y que han dejado diferentes huellas detectables a partir de los restos arqueológicos. El rasgo más interesante que podemos señalar a partir del análisis atento de los datos arqueológicos es que no toda la actividad militar estaría estrictamente vinculada con el frente de guerra, sino que el ejército desarrolló también otras múltiples funciones en el territorio que le permitieron afianzarse y crear una primera infraestructura que resultaría fundamental para asegurar su supervivencia durante los periodos más conflictivos y posteriormente sería la base sobre la cual construiría el nuevo proyecto provincial.

Podemos considerar, no somos los primeros en afirmarlo, que Roma utilizó la Península Ibérica y especialmente el noreste peninsular, como un territorio donde ensayó y puso a prueba un conjunto de estrategias que después aplicaría al resto de las provincias que fueron quedando dentro de su órbita de dominio. Los prolongados conflictos con iberos y celtíberos obligaron a los ejércitos a permanecer durante largos periodos en campaña, lo que supuso un reto logístico que obligó a Roma a desarrollar nuevas formas organizativas. La experiencia que Roma adquirió en este momento con la explotación, control y organización de la península ibérica, le permitirá crear y estructurar la política militar y logística que se empleará durante el máximo apogeo del Imperio (Knapp, 1977: 143).

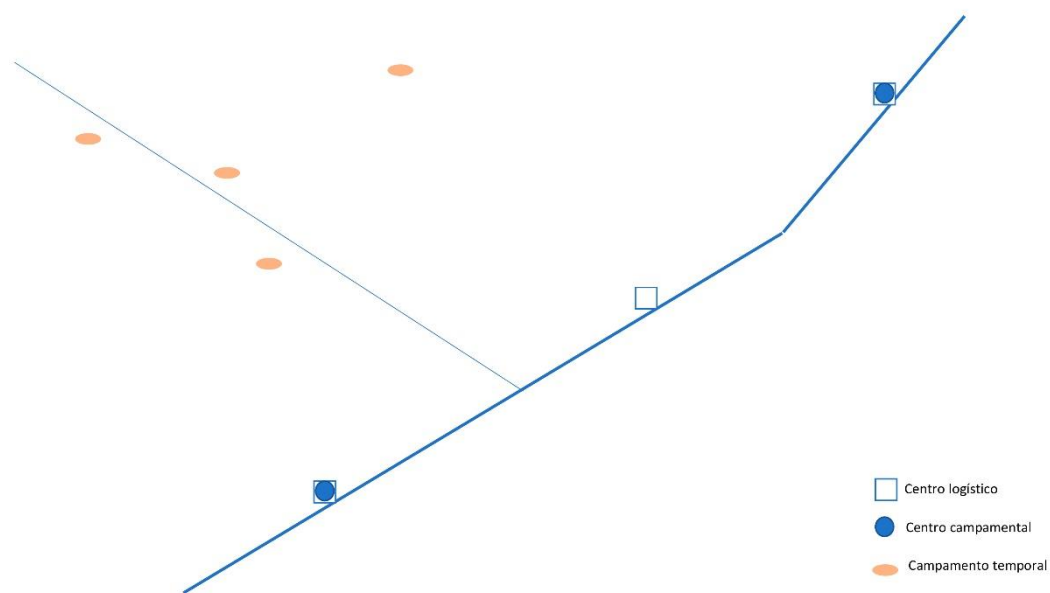


Figura 10: Esquema de la estrategia de conquista romana en el período del 195-178 a.C.

Así pues, podríamos definir el primer siglo de la conquista en la Península Ibérica como un “laboratorio de experimentación” en que el ejército romano tuvo que afrontar y solventar múltiples obstáculos, como el hecho de que en la mayor parte de los conflictos de mayor trascendencia a los que tuvieron que hacer frente (ver figura 10), los escenarios de batalla se hallaban alejados de la costa y por consiguiente resultaba de importancia vital asegurar las líneas de comunicación con el frente para poder garantizar un desplazamiento seguro de las tropas desde la costa, donde se hallaban las bases estables, hasta el frente de batalla.

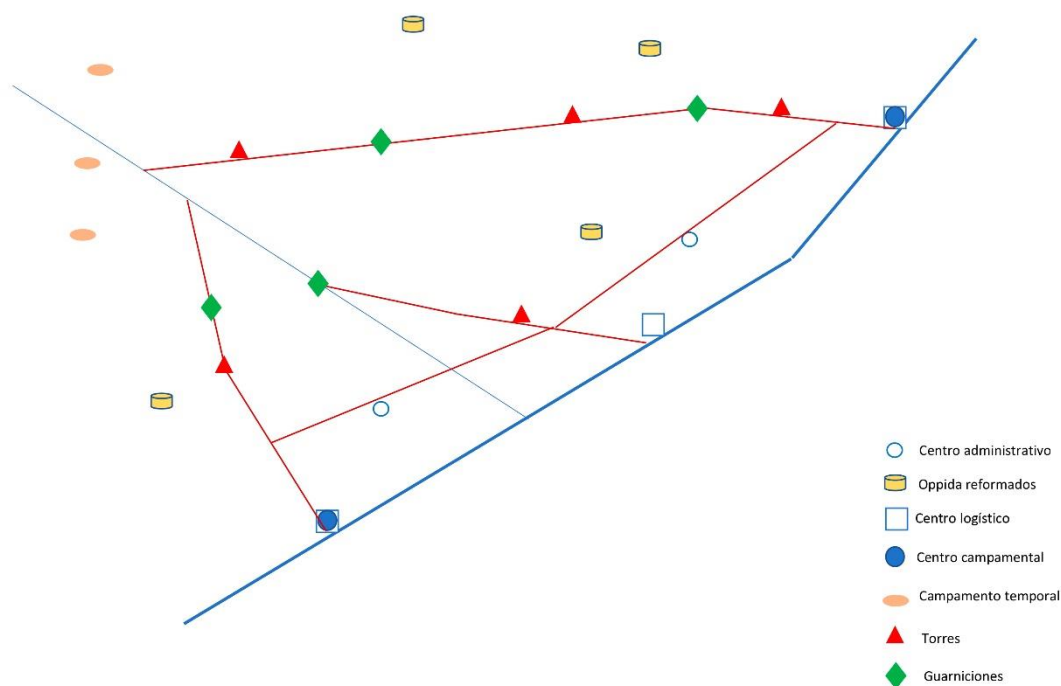


Figura 11: Esquema de la red de asentamientos interconectados del período del 178-133 a.C.

Para poder acometer con éxito este objetivo Roma fue creando una línea de asentamientos *ex novo* de características y funciones diversas (fortines, torres de defensa, centros logísticos) que aseguraran el control de toda la zona de la retaguarda. Así mismo se aseguró la colaboración de las poblaciones indígenas mediante pactos y cuando se consideraba necesario, mediante la instalación de guarniciones en el interior de los *oppida*. A partir de los datos que hemos aportado, se evidencia la conformación de una red de asentamientos interconectados, con diferentes funcionalidades, que permitían un mayor control y una capacidad logística y administrativa (ver figura 11). Esta red se fue creando paulatinamente, no sólo durante los periodos de conflicto armado (los periodos que en la historiografía aparecen definidos como de “stress bélico”) sino precisamente en los periodos de calma en que Roma podía dedicarse con mayor tranquilidad a organizar los territorios sobre los que en principio ya ejercía un control más firme, pero en los que sin embargo no deja de establecer también guarniciones y fortines que permitan controlar a las poblaciones locales y asegurar las vías de comunicación para el transporte y logística de las tropas. Esta presencia continuada y constante sobre el conjunto del territorio, que se constata a partir de los datos arqueológicos, y que se observa tanto en los periodos de “estrés bélico” como en los periodos aparentemente más calmados, rompe con la imagen de un ejército que

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

únicamente se desplegaba de manera efectiva en el territorio en los momentos de conflicto armado, de manera que se nos dibuja un ejército con una presencia más incisiva sobre los territorios conquistados, y en los que desplegará una multiplicidad de funciones para asegurar el control de los mismos.

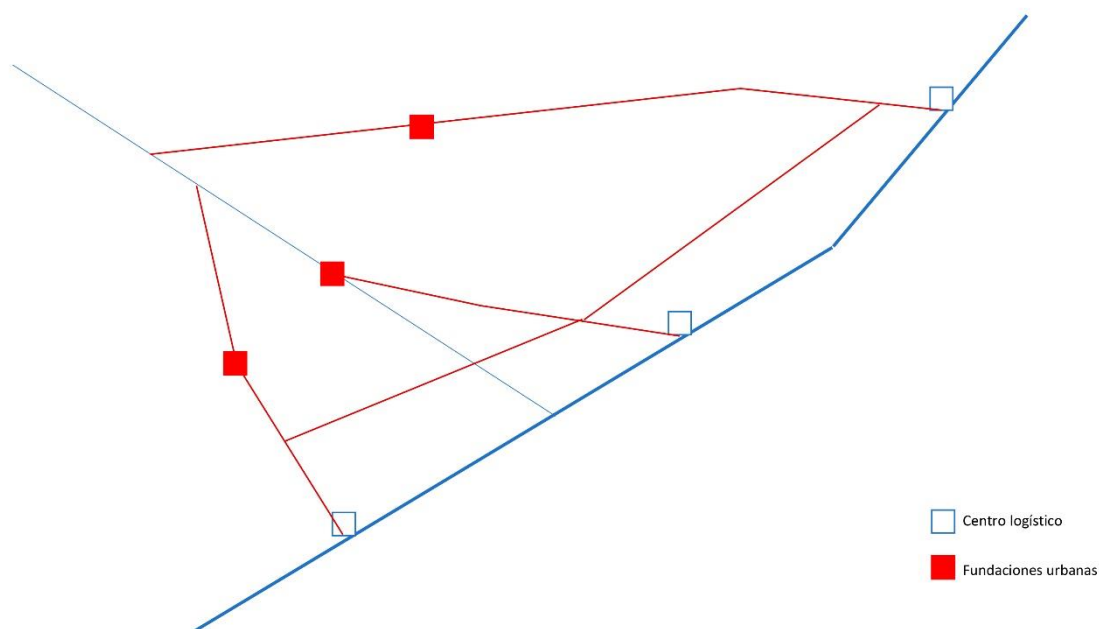


Figura 12: Esquema de la consolidación romana con las fundaciones urbanas post-133 a.C.

Se ha podido observar como la implantación militar romana a lo largo del siglo II a.C. transforma la región en este período, creando, gradualmente, un paisaje militarizado, al menos durante esta centuria, hasta que la situación experimentó un vuelco entre finales del siglo II y principios del I a.C. en que Roma abandonó paulatinamente la estrategia seguida hasta ese momento basada en una estricta ocupación militar, e iniciará una nueva política territorial basada en la fundación de núcleos urbanos (ver figura 12) como epicentro de una nueva ordenación de las incipientes provincias.

Referências

ÁLVAREZ, R.; BATISTA, R.; MOLIST, N.; Y ROVIRA, J. *La muralla del bronce final i pepoca ibérica d'Olèrdola (Olèrdola. Alt Penedès), Fortificacions. La problemàtica de l'ibèric ple (segles IV-III a.C).* Simposi Internacional d'Arqueologia Ibèrica. Manresa: Centre d'Estudis del Bages, 1991, p. 153-158.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

ANTEQUERA, F.; VAZQUEZ, D. *Memòria de la intervenció arqueològica preventiva en les obres de construcció del Projecte d'aparcament subterrani de l'Illa Fradera (Badalona, Barcelonès)*. Servei d'Arqueologia i Paleontologia, Generalitat de Catalunya, memòria inédita, 2010.

BELTRÁN LLORIS, M. *Arqueología e historia de las ciudades antiguas del Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1976.

BELTRÁN MARTÍNEZ, M. Las casas del poblado de Contrebia Belaisca. Planteamiento de problemas y estado de la cuestión. *La Casa Urbana Hispanorromana*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 181-202.

CADIOU, F. *Hibera in Terra Miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*. Madrid: Bibliothèque de la Casa de Velazquez 38, 2008.

CADIOU, F. *Praesidia et castella dans les sources*. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 231-243.

CASAS GENOVER, J.; NOLLA, J.M.; PALAHÍ, L.; VIVÓ, D.; SOLER FUSTÉ, V. 2015. Mas Gusó; una *statio* romana al *suburbium* d'*Emporiae* (Provincia Hispaniae Citerior). *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 245-262.

CASTANYER, P., M. SANTOS; J. TREMOLEDA. Una nueva fortificación de época republicana en Empúries. Una base militar para la conquista de Hispania. In: BENDALA, M. (ed.) *Los Escipiones*. Roma conquista Hispania. Alcalá de Henares: Museu Arqueológico Regional. 2015, p. 107-128.

CATARINEU, L. *Topografía y arqueología del conflicto en el noreste de la Hispania Citerior y valle medio del Ebro durante las primeras fases de la ocupación romana (218-75 a.C.)*. Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Barcelona, 2022.

DE SOTO, P.; CARRERAS, C. The economic and social evolution of the Iberian Peninsula as revealed through the analysis of Roman transport infrastructure. In: BRUGHMANS, T.; WILSON, A. (eds). *Simulating Roman economies: Theories, Methods and Computational Models*. Oxford: Oxford Roman Economy, 2022, p. 248-275.

DÍAZ, M. El castellum de Puigpelat: un punt estratègic de control territorial a l'entorn de la Tarraco republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarraconensis*. Paisatge, poblament, cultura *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

material. Actes del Simposi Internacional. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 355-365.

DOBSON, M. *The Army of the Roman Republic. The second century BC. Polybius and the camps at Numantia, Spain.* Oxford: Osbow Boks, 2008.

ESTRADA, J.; VILLARONGA, L. La Lauro moneta y los hallazgos de Cànoves. *Ampurias XXVIII*, 1967, p. 135-191.

FERRERUELA, A.; MÍNGUEZ, J.A. Dos modelos de implantación urbana romanorrepública en el valle medio del Ebro: las ciudades de La Cabañeta y la Corona. *Archivo Español Arqueología*, 76, 2003, p. 247-262.

GARCIA, M. *Conjunts ceràmics dels segles II-I a.C. a Tarragona: Producció, comerç i consum a la Tarraco republicana.* Tesis inédita (URV). Tarragona, 2013.

GENERA, M. Sant Miquel de Vinebre (Vinebre, Ribera d'Ebre): els darrers vestigis ibèrics a la part final de l'Ebre. *Tribuna d'Arqueologia 1992-1993*, 1994, p. 85-94.

JIMÉNEZ, A. et al. Renewed work at the Roman camps at Renieblas near Numantia (2nd-1st c. BCE). *Journal of Roman Archaeology* 33, 2020, p. 5-34.

KNAPP, R. C. Aspects of the Roman Experience In Iberia 206-100 BC. *Anejos de Hispania Antiqua* 9. Valladolid: Universidad de Valladolid-Colegio Universitario de Álava, 1977.

MARTÍN MENÉNDEZ, A. Intervencions arqueològiques a Ca l'Arnau-Can Mateu (Cabrera de Mar, Maresme), 1997-1998. *Actes de les Jornades d'Arqueologia*, 2004, p. 376-407.

MARTÍN BUENO, M.; SÁENZ PRECIADO, C. (eds.). *Modelos edilicios y prototipos en la monumentalización de las ciudades en Hispania.* Monografías Arqueológicas 49. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2012.

MINGUEZ, J.A. La ciudad romanorrepública de La Cabañeta (El Burgo de Ebro, Zaragoza) y la implantación de los modelos arquitectónicos itálicos en el valle medio del Ebro. In: ÁLVAREZ, J.M.; NOGALES, T.; RODÀ, I. *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica. vol. II.* 1679-1682. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2014.

MORALES, F.; MORILLO, A. New considerations on Renieblas Camp III (Soria): Nobilior's or Scipio's castra? *CUPAUAM*, 46, 2020, p. 187-214.

MORERA, J.; OLLER, J. Memòria de les intervencions arqueològiques al Castellot de Bolvir, Any 2015. *Servei d'Arqueologia i Paleontologia, Generalitat de Catalunya*, memòria inédita, 2015.

MORET, P. Tours de guet, maisons à tour et petits établissements fortifiés de l'Hispanie républicaine: l'apport des sources littéraires. In: MORET, P.; CHAPA, T. (eds.) *Torres, atalayas y casas fortificadas*. Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. de C.-s. I d. de C). Jaén: Casa de Velázquez Universidad de Jaén. 2004, p. 13-29.

MORILLO, A. Los establecimientos militares temporales: conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana. In: MORILL, Á.; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.). *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*: (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales): coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (19 y 20 de marzo de 2001). León-Madrid: Casa de Velázquez, 2003, p. 42-80.

MORILLO, A. Campamentos y fortificaciones tardorepublicanas en Hispania. Una línea de investigación en arqueología militar romana. In: PERA, J.; VIDAL, J. (eds). *Fortificaciones y Control del Territorio en la Hispania Republicana*. Zaragoza: Pórtico, 2012, p. 1-51.

NOGUERA, J.; PRINCIPAL, J.; ÑACO DEL HOYO, T. La actividad militar y la problemàtica de su reflejo arqueológico: el caso del Noreste de la Citerior (218-45 a.C.). In: CANDIOU, F.; NAVARRO, M. (eds.). *La Guerre et ses traces*. Conflicts et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.). 31-56. Ausonius Memoires 37. Bordeaux: Ausonius Maison de l'Archéologie, 2014, p. 31-56.

OLESTI, O. *Paisajes de la Hispania romana*. La explotación de los territorios del Imperio. Barcelona, 2014.

PADRÓS, C.; AMAT, A. La torre romana de Puig d'Àlia i les seves fases prèvies: resultats de les campanyes 2016-2017 (Amer, La Selva). In: LLINÀS, J. (ed.), *Catorzenes Jornades d'Arqueologia de les Comarques de Girona*. Girona, 2018, p. 189-196.

PALAHÍ, L. *El suburbium de Gerunda. Evolució històrica del Pla de Girona en època romana*. Tesis Doctoral inédita, Girona: Universitat de Girona, 2013.

PERA, J., E. RODRIGO, N. ROMANÍ; C. CARRERAS. Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a.C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*, 39, 2019, p. 19-43.

PRINCIPAL, J.; CAMAÑES, P.; PADRÓ, C. Un edifici singular al *castellum* romanorepublicà de Monteró 1 (Camarasa, la Noguera), i l'urbanisme complex d'un post avançat del nord-est de la Citerior. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 309-325.

REDDE, M. Les camps militaires républicains et augustéens: paradigmes et réalités archéologiques. *Salvée* 8, 2008, p. 61-71.

RICHARDSON, J. S. *Hispaniae*: Spain and the development of Roman imperialism, 218-82 BC. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RODRIGO, E.; GARCIA, G.; MERCADO, M.; GUIART, J. El jaciment de Can Tacó (Montmeló i Montornès del Vallès), i els inicis de la presència romana al territori laierà en època republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarraconensis*. Paisatge, poblament, cultura material. Actes del Simposi Internacional. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 217-229.

RODRIGO, E.; CARRERAS, C.; PORCCHEDU, V. Marques africanes i ròdies de Can Tacó, Barcelona (Catalunya). *Pyrenae* 46 (2), 2015, p. 35-47.

ROLDÁN, J. M.; WULFF, F. *Historia de España*: Citerior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana, *Historia de España*. Colección Fundamentos nº 177. Madrid, 2001.

SÁNCHEZ MORENO, E. Las Guerras Celtíberico-Lusitanas (114-93 a.C.) y su dimensión geopolítica. In: PRINCIPAL PONCE, J.; ÑACO DEL HOYO, T.; DURAN, M.; MESTRES, I. (eds.), *Roma en la Península Ibérica presertoriana*. Escenarios de implantación militar provincial. Universitat de Barcelona, *Collecció Instrumenta* 56, 2017, p. 59-78.

SCHULTEN, A. *Segeda, Homenajem a Martins Sarmiento*. Guimaraes, 1933, p. 373-375.

SCHULTEN, A.; WULFF, F. *Historia de Numancia*. Pamplona:Urgoiti editores, 2004.

SINNER, A. La difusión de las emisiones ibéricas layetanas. *Saguntum* 45, 2014, p. 171-185.

SINNER, A.; CARRERAS, C. Methods of palaeodemography: The case of the Iberian oppida and Roman cities in the North-East Spain. *Oxford Journal of Archaeology* 38 (3), 2019, p. 302-324.

SOLANA, J. M. Ensayo demográfico de los años 155/133 a.C. según los datos de las fuentes escritas. In: MANGAS, J. (ed.), *Hispania e Italia en la crisis de la República de Roma*, Actas del III Congreso Hispano-Italiano (Toledo 20-24 de septiembre de 1993). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Editorial Complutense, 1998, p. 9-32.

TREMOLEDA, J.; SANTOS, M.; CASTANYER, P. Una nova fortificació d'e`poca republicana a Empúries. Una base militar per a la conquesta d'Hispani. *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos* 47, 2016, p. 47-74.

VICENTE, J.D.; PUNTER, M.P.; MARTÍN, J.; HERCE, A.I.; ESCRICHE, C. Un pavimento de *opus signinum* con epígrafe ibérico. *Mosaicos romanos. Actas de la I Mesa Redonda Hispano-Francesa sobre mosaicos romanos*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989, p. 11-41.

AS EMISSÕES DE JUBA II DA MAURITÂNIA COM A ICONOGRAFIA DA VITÓRIA

Luis Amela Valverde¹

Lluís Pons Pujol²

Resumo

O monarca Juba II (25 a.C - 23 d.C) emitiu várias séries de moedas com a iconografia da Vitória, sugerindo sua participação em algumas campanhas militares. Analisamos e estudamos estes tipos para propor hipóteses sobre o que foram esses conflitos.

Palavras-chave

Juba II; Reino da Mauritânia; emissão monetária; iconografia; vitória.

¹ Doutor – Universitat de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: amelavalverde@gmail.com.

² Professor doutor – Universitat de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: llpons@ub.edu.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Resumen

El monarca Juba II (25 a.C- 23 d.C.) emitió diversas series de monedas con la iconografía de la Victoria, aludiendo a su participación en diversas campañas militares. Analizamos y estudiamos estos tipos para proponer hipótesis sobre cuales fueron estos conflictos.

Palabras clave

Juba II; Reino de Mauritania; emisiones monetales; iconografía; victoria.

Juba II foi rei da *Mauretania* entre os anos 25 a.C. e 23 d.C, e filho de Juba I, da Numídia, c.60-46 a.C. (Coltelloni-Trannoy, 1997: 34-36)³. O imperador romano Augusto (27 a.C. - 14 d.C.) o promoveu ao trono anos depois do falecimento do último monarca da dinastia mauritana (33 a.C.), pois hesitava entre transformar este reino em uma província romana ou em um protetorado (Dio Cass. 49, 43, 7; Coltelloni-Trannoy, 1997: 79-80; Amela, 2012; Bernard, 2018: 197-244). Juba II pode ser considerado como um dos *reges socii et amici populi romani*, ainda que, *de facto*, o reino da Mauritânia fosse parte do Império Romano (Bohn, 1902; Cimma, 1976), de modo que Juba não apenas recebeu os territórios mauritanos de Boco II e Bogud II (que incluíam parte da Numídia) como também uma parte da Getúlia (Dio Cass. 53, 26, 2)⁴, seguramente aquela denominada *Gaetulia mauretana* (Diosc. *De mat. med.* 2, 66; Plin. *NH* 21, 77; Desanges, 1997: 113; Camacho; Fuentes, 2000: 941; Lassère, 2015: 119; Ibba, 2012: 93). Casou-se, em primeiras núpcias, com Cleópatra Selene, filha de Marco Antônio (*cos.* I 44 a.C.) e da rainha egípcia Cleópatra VII (51-30 a.C.). Sua capital foi a cidade de Iol (Cherchell, prov. Tipasa, Argélia), renomeada *Caesarea* em honra de seu benfeitor (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Mazard, 1955: 71; Pavis d'Escurac, 1982: 227; Maraini, 1999: 45; Camacho; Fuentes, 2000: 943; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3929; Jallet-Huant, 2006: 89; Ibba, 2012: 43; Domínguez Monedero, 2017: 65).

³ Juba II recebeu a educação romana na casa de Otávia (Plu. *Ant.* 87. 1), a irmã de Augusto e primeira esposa de Marco Antônio, onde também residia Cleópatra Selene entre outros. Estes príncipes eram educados em Roma tanto para serem utilizados como reféns políticos quanto para estabelecer alianças futuras e instaurar novas monarquias aliadas. A formação de alianças dinásticas como forma de aliança política era de tradição helenística.

⁴ Estrabão se equivoca ao atribuir a Juba II os territórios de seu pai, Juba I, junto aos que haviam pertencido a Boco II e Bogud II (Str. 17, 3, 7). Cf. a excelente edição de Biffi, 1999. ***Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.**
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

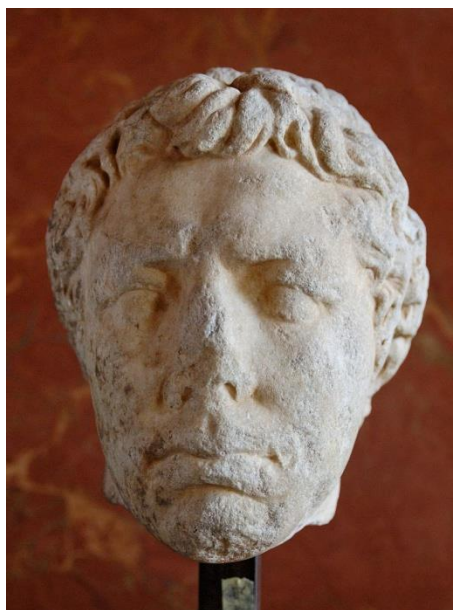


Figura 01: Retrato em mármore de Juba II localizado na atual Cherchell, Século I d.C. (Fonte: Wikipédia. Museu do Louvre).

Devido à instauração do protetorado romano, a função de Juba II foi reduzida a de um rei títere. Por isso, não pôde seguir com as guerras e conquistas (exteriores) de seus antecessores, dedicando-se, como consolo, às artes e às letras, sendo um destacado polígrafo (Ath. 3. 83 B. Avien. *Ora Mar.* 280. *FHG* (3), *sv.* «Juba mauritanus». Plin. *NH* 5. 16. Plut. *Caes.* 55; *Sert.* 9)⁵ que sabia latim, grego e (neo)púnico, apesar de muitas de suas obras terem sido perdidas (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Mazard, 1955: 71; Sirago, 1996; Maraini, 1999: 48; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3936; Meynier, 2010: 61; Lassère, 2015: 119).

⁵ Escreveu em grego, a língua de cultura daquele momento, muitas obras das quais conhecemos apenas as que o tempo nos legou: uma história dos assírios (composta por dois livros, ao menos), uma volumosa história da Líbia – leia-se: Norte da África –, uma obra (um livro) sobre o eufórbio, uma história da Arábia, uma história romana, com especial atenção às suas origens, uma obra (de pelo menos quinze livros) sobre os costumes gregos e romanos, pelo menos dois livros de gramática, uma história do teatro (de pelo menos dezessete livros), uma obra sobre pintura (constituída por, no mínimo, dois livros), uma obra sobre fisiologia e outra, provavelmente, sobre agricultura. Suas investigações a respeito das fontes do Rio Nilo fizeram-no pensar que estas poderiam estar ao sul de seu reino, tendo organizado uma expedição ao Rio Drá; Como consequência dessa viagem, talvez tenha sido realizada uma expedição às Ilhas Canárias.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

sagrada, boi Ápis, etc.) e vários consagrados ao comércio, à cidade, etc. (Mazard, 1955: 73; Spoerri-Butcher, 2015: 35)⁹. O tesouro de *Banasa* (IGCH 2307), depositado por volta do ano 17/18 d.C. e encontrado em 1907 próximo à atual Sou-el Arbaa, a 120 km a noroeste de Rabat¹⁰, continha aproximadamente 4.000 moedas de prata de Juba II e 1 de bronze de *Lixus* e possibilitou um conhecimento mais amplo sobre as emissões de Juba II. Alguns exemplos de moedas de Juba II:



Figura 03: Denário de Juba II, com elefante no reverso, cunhado em Cesarei (MAA 75 = Mazard 135).



Figura 04: Denário de Juba II, com adereço de Ísis no reverso, cunhado em Cesareia (MAA 89 = Mazard 222).



Figura 05: Denário de Juba II, com cornucópia no reverso, cunhado em Cesareia (MAA 95 = Mazard 241).

⁹ Spoerri-Butcher, 2015: 35, assinala, com data, a existência de 69 tipos de moedas de prata de Juba II.

¹⁰ Outrora, acreditava-se que este tesouro era advindo de Alkazar El Ksar El Kebir), 70 quilômetros ao sul de Tânger. Por este motivo, ocasionalmente, também é conhecido como o tesouro de El Ksar, como demonstra Spoerri-Butcher, 2015: 34.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 06: Denário de Juba II, com crocodilo no reverso, cunhado em Cesareia (MAA 104 = Mazard 343).



Figura 07: Denário de Juba II, com Cleópatra Selene no reverso, cunhado em Cesareia (MAA 108 = Mazard 361).



Figura 08: Denário de Juba II, com Ptolomeu no reverso, cunhado em Cesarea (MAA 111 = Mazard 379).



Figura 09: Denário de Juba II, com representação da Vitória sobre uma cabeça de elefante no reverso. Ano real 31 (=6/7 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 128 = Mazard -¹¹).

¹¹ Alexandropoulos, 2001: 148, indica que MAA 128 é equivalente a Mazard 196, porém, ainda que efetivamente a imagem de J. Mazard corresponda à descrição de J. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 10: Denário de Juba II com clava e pele de leão no reverso. Ano real 36 (=11/12 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 152 = Mazard 179).



Figura 11: Denário de Juba II, com imagem equestre no reverso. Ano real 36 (=11/12 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 154 = Mazard 236).



Figura 12: Denário de Juba II, com capricórnio no reverso. Ano real 42 (=17/18 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 171 = Mazard 212).



Figura 13: Denário de Juba II, com touro no reverso. Ano real 42 (=17/18 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 172 = Mazard 226).

Alexandropoulos, J. Mazard salienta que, claramente, a Vitória está representada à esquerda.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 14: Denário de Juba II, com templo dístilo no reverso. Ano real 43 (=18/19 d.C.), cunhado em Cesareia (MAA 175 = Mazard 152).



Figura 15: Unidade de bronze, de Cleópatra Selene, com crocodilo no reverso. Cunhada em Cesareia (MAA 214 = Mazard 395).

Dentre as diferentes séries de moedas de prata emitidas por Juba II, é preciso destacar aquelas do subgrupo da Vitória, pertencentes ao já mencionado tema guerreiro (Mazard 196-203, em: Mazard, 1955: 73). Ademais, existe uma série de moedas de bronze (de média unidade, segundo J. Alexandropoulos) com a mesma tipologia (Mazard 280-284, em: Mazard, 1955: 104-106).



Figura 16: Bronzes de Juba II, com a Vitória no reverso, do ano XX [-- (Mazard 287bis).

A descrição dessas emissões, de acordo com J. Alexandropoulos, é a seguinte:



Figura 17

1) MAA 128 = Mazard -. AR. Denário¹².

Anv.: REX IVBA. Busto diademado e coberto, voltado à direita.

Rev.: R XXXI. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante.



Figura 18

2) MAA - = Mazard 196 corr. AR. Denário (Mazard, 1955: 89)¹³.

Anv.: REX IVBA. Busto diademado, coberto e voltado à direita.

Rev.: R XXXI. Vitória voltada à esquerda, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante.

3) MAA 129 = Mazard -. AR. Denário (Alexandropoulos, 2001: 418). Existe?¹⁴

Anv.: REX IVBA. Busto diademado, voltado à direita, com uma clava.

Rev.: R XXXI. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante.

¹² Alexandropoulos, 2001: 418. Spoerri-Butcher, 2015: 48, menciona a existência de cinco cunhos de reverso.

¹³ Spoerri-Butcher, 2015: 49, menciona a existência de um cunho reverso.

¹⁴ Não mencionado por M. Spoerri-Butcher.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 19

4) MAA 138 = Mazard 199. AR. Denário (Alexandropoulos, 2001: 418)¹⁵.

- Anv.: REX IVBA. Busto diademado, voltado à direita, e uma clava¹⁶.

- Rev.: R XXXII. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante¹⁷.

5) MAA 139 = Mazard -. AR. Denário (Alexandropoulos, 2001: 418)¹⁸.

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: R XXXII. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante.

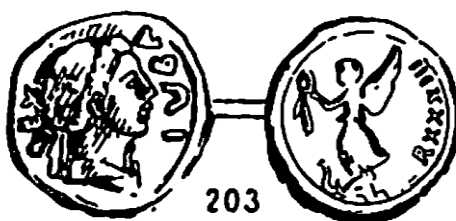


Figura 20

6) MAA 178 = Mazard 203. AR. Denário (Alexandropoulos, 2001: 420)¹⁹.

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: R.XXXXIII. Vitória voltada à esquerda, segurando uma palma e uma coroa, em pé sobre a cabeça de um elefante.

¹⁵ Spoerri-Butcher, 2015: 52, menciona a existência de um cunho reverso.

¹⁶ MAA 179 = Mazard 202, com anverso REX IVBA, busto diademado, voltado à direita, com uma clava e reverso R.XXXXIII não existe, uma vez que Spoerri-Butcher, 2015: 52, o identifica com um exemplar MAA 138 = Mazard 199.

¹⁷ J. Alexandropoulos menciona que a presença de uma coroa sobre a tromba do elefante, o que não pudemos constatar. M. Spoerri-Butcher não menciona tal particularidade.

¹⁸ Spoerri-Butcher, 2015: 52, menciona a existência de oito cunhos de reverso.

¹⁹ Spoerri-Butcher, 2015: 73, menciona a existência de dois cunhos de reverso.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

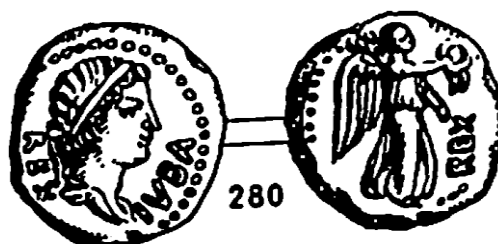


Figura 21

7) MAA 210 = Mazard 280. AE. Unidade Média. 20-22 mm, 6g. (Alexandropoulos, 2001: 422).

Anv.: REX IVBA. Busto diademado, coberto e voltado à direita.

Rev.: REX. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

8) MAA 210 var. = Mazard -²⁰. AE. Unidade Média. Anepigráfico (Alexandropoulos, 2001: 422).

Anv.: Busto diademado e coberto, voltado à direita.

Rev.: Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

9) MAA 226 = Mazard 282. AE. Unidade Média. 18-25 mm, 5g. (Alexandropoulos, 2001: 424).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: R XXX (?). Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

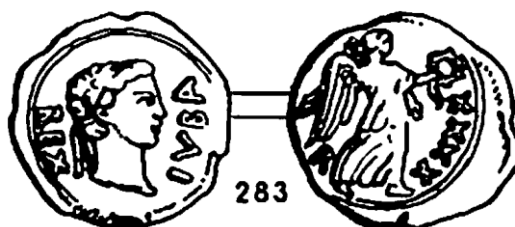


Figura 22

10) MAA 228 = Mazard 283. AE. Unidade Média (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: R XXXX. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

²⁰ J. Alexandropoulos também classifica essa variante como Mazard 280, mas, em sua obra, J. Mazard não faz menção a bronzes anepigráficos com esta tipologia.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

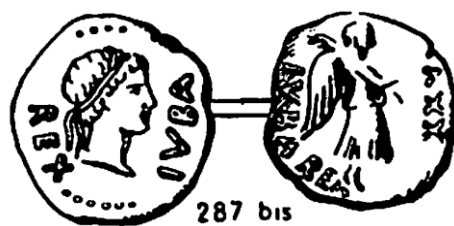


Figura 23

11) MAA 228 var. = Mazard 287 bis. AE. Unidade Média (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: IVBA REX XXXX. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

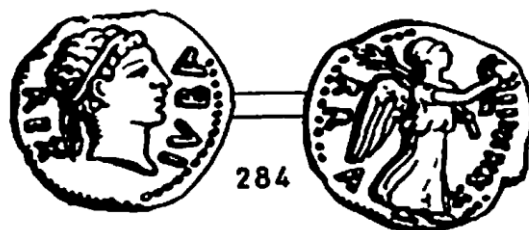


Figura 24

12) MAA 231 = Mazard 284. AE. Unidade Média (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: RRA XXXXIII. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

13) MAA 232 = Mazard 285. AE. Unidade Média. 18-22 mm, 5 g. (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: REX XXXXVI. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

14) MAA 237 = Mazard 288. AE. Unidade Média (Alexandropoulos, 2001: 426).

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: RRA XXXXVIII. Vitória voltada à direita, segurando uma palma e uma coroa.

À descrição anterior, pode-se acrescentar a seguinte variante tipológica, desconhecida por J. Mazard e J. Alexandropoulos, descrita por M. Spoerri Butcher:



Figura 25

15) MAA - = Mazard -. AR. Denário²¹.

Anv.: REX IVBA. Cabeça diademada, voltada à direita.

Rev.: R(?)A XLVIII. Vitória voltada à esquerda, sentada sobre um globo e segurando uma palma em sua mão.

Pode-se observar, no anverso dessas moedas (exceto a moeda nº15 de nosso repertório), sejam elas de prata ou de bronze²², o retrato do Rei Juba II, o qual se identifica (exceto por um bronze anepigráfico, nº8 de nosso repertório) por meio de uma legenda, em latim, que lhe faz alusão. Em duas ocasiões, ambos denários, a cabeça de Juba II aparece representado junto de uma clava, símbolo inequívoco de Hércules (números 3²³ e 4 apresentados neste artigo) e que se refere a Melkart, divindade púnica a quem considerava seu antepassado mítico (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 118; 120; Gsell, 1927: 155; 1928: 237-238; Coltelloni-Trannoy, 1990: 48-49; 2003: 3931; Smadja, 1994: 378; Alexandropoulos, 2001: 228; Domínguez Monedero: 2017: 67).

No reverso, figura a Vitória voltada à direita (exceto em dois casos, em dois denários, nº2 e nº6 de nosso repertório, em que esta se encontra voltada à esquerda), segurando uma palma e uma coroa, símbolos de vitória, sobre a cabeça de um elefante que, por vezes, é representado portando uma coroa ao final de sua tromba. Exceto por dois casos (nº7 e nº8 de nosso repertório), há uma legenda que informa sobre o ano em que foi realizada a cunhagem;

²¹ Spoerri-Butcher, 2015: 81, menciona a existência de um cunho de reverso. Devido ao baixo peso do único exemplar conhecido desta variante (1,77 g), não é estranho o fato de esta peça ter sido classificada como um quinário.

²² De acordo com o estudo de M. Spoerri Butcher a respeito das moedas de prata datadas do período de Juba II, é possível que alguma das variantes de bronze a que nos referimos não exista, em decorrência de erros na descrição do exemplar correspondente.

²³ Conforme já mencionado, esta variante pode ser inexistente.

em um dos casos (moeda nº11) se repete a legenda que figura no anverso, ainda que com os termos invertidos (IVBA REX no lugar de REX IVBA).

Uma variação tipológica desta interessante série pode ser observada na moeda nº15, cujo reverso apresenta a Vitória sentada sobre um globo e com uma palma em suas mãos. Aqui se apresenta um grande debate. A Vitória sobre a cabeça de um elefante parece sugerir que um triunfo foi alcançado sobre um inimigo africano (o elefante, inequivocamente, é um símbolo referente à África: Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 119)²⁴, e consequente domínio sobre este território (Smadja, 1994: 384), ao passo que a Vitória sobre o globo terrestre, o ecúmeno, sugere algo muito mais transcendental.



Figura 26: Denário de Juba II (MAA 128 = Mazard -) (Ampliação x 2).

Desta forma, podemos observar que nos denários figuram os anos XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.) e XLVIII (=23/24 d.C.), ao passo que, nos bronzes, aparecem os anos XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) e XXXXVIII (=23/24 d.C.): o último ano do reinado de Juba II²⁵. Os anos XXXXIII e XXXXVIII/XLVIII aparecem tanto nas moedas de prata quanto nas de bronze; portanto, ou houve, neste ano, um acontecimento digno de ser celebrado, ou, simplesmente, ainda serão descobertas emissões até o momento inéditas com a tipologia da Vitória, o que é uma explicação mais plausível se considerarmos que, nos últimos anos, novas variações às séries já conhecidas de Juba têm aparecido em leilões.

²⁴ Coltelloni-Trannoy, 1990: 47: "celle de l'émission maurétanienne se tient debout sur une tête d'éléphant: le monarque se veut, en Afrique, le délégué du princeps à qui il offre un État pacifié".

²⁵ Desconsidera-se o nº9 de nosso repertório porque possivelmente sua numeração está incompleta.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 27: Nova variante de um denário de Cleópatra Selene, cunhada em Cesareia (MAA - = Mazard -)²⁶.

Desta forma, temos moedas de Juba II com a representação da Vitória, em seu reverso, nos anos XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) e XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.). Evidentemente, a Vitória, a palma e a coroa, em conjunto, são elementos que denotam um triunfo militar. A pergunta é: contra quem esses êxitos foram logrados no campo de batalha? A resposta parece evidente: os gétulos, que se mostraram muito ativos durante o reinado de Juba II, e que ocasionaram instabilidade na parte meridional da Mauritânia (Coltelloni-Trannoy, 2003: 3927); esta iconografia conecta, de alguma maneira, o monarca à figura de Alexandre, o Magno (Alexandropoulos, 2001: 229).

Em sua época, J. Mazard observou que os denários correspondentes ao ano XXXI (=6/7 d.C.) comemoram a vitória sobre os gétulos (Mazard, 1955: 89; Rachet, 1970: 77-78), ao passo que os datados do ano XXXXIII (=18/19 d.C.) seriam sobre o rebelde Tacfarinas (Mazard, 1955: 90)²⁷, o mesmo que o bronze datado do ano XXXXVI (=21/22 d.C.; Mazard, 1955: 105; Rachet, 1970: 104-114). Nesse sentido, este mesmo investigador destacou que uma das emissões de denários do subgrupo de ornamentos do triunfo, cujo reverso apresenta um trono sobre o qual se apoia um cetro e, acima, uma coroa, também datada do ano XXXI, celebraria o fato de que Juba II recebeu os ornamentos triunfais depois da vitória alcançada por C. Coso Lêntulo (*cos.* 1 a.C.) sobre os gétulos sublevados (=6/7 d.C.) (MAA 125-127 = Mazard 193-195 em: Mazard, 1955: 88; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3926, 3928); naturalmente, também foi proposto que tais insígnias foram outorgadas em troca da Getúlia mauritana, que Juba II não chegou a controlar efetivamente (Coltelloni-Trannoy, 2003: 3929).

²⁶ Roma Numismatic Limited, E-Sale 67, lote nº 68, de 6 de Fevereiro de 2020.

²⁷ Rachet, 1970: 96, na nota 1, salienta: "Signalons au passage une erreur de L. Mazard, répétée dans l'index, qui rattache les monnaies de l'an XXII du règne de Juba II (7-8 de J.-C.), nº 133, à la révolte de Tacfarinas".

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Esta não é, precisamente, uma teoria nova. A. Dieudonné já havia argumentado que as moedas com a Vitória emitidas no ano XXXI (= 6/7 d.C.) comemorava uma expedição contra os gétulos (Dieudonné, 1910: 442), assim como as correspondentes aos anos XXXXIII (=18/19 d.C.) e XXXXVI (=21/22 d.C.; Dieudonné, 1910: 442), ainda que fizessem referência à sublevação de Tacfarinas, *vide infra*. Como se pode observar, o referido estudioso, à época, conhecia apenas parte desta iconografia que reflete apenas três dos seis anos que podemos recompilar.

Muito antes, L. Müller, com estas mesmas informações, indicou que estas peças celebravam triunfo sobre diferentes povos revoltosos (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 15). Em sua opinião, estas emissões viriam a indicar as vitórias que o exército romano, certamente apoiado pelas tropas mauritanas, obteve sobre povos africanos que se rebelaram durante o reinado de Juba II. As datas que conhecemos sobre esses acontecimentos, tanto a partir da numismática quanto das fontes literárias, coincidem umas com as outras, o que assegura uma interpretação correta desta tipologia (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 123).

Desta forma, a Vitória do ano XXXI (= 6/7 d.C.), sem dúvida, faz referência à vitória de Coso Lêntulo, procônsul da província *Africa Proconsularis* (6-8 d.C.), lograda contra os gétulos sublevados no ano 6 d.C., o que lhe assegurou o ápodo de *Gaetulicus* e os *ornamenta triumphalia* (Dio Cass. 55, 28, 3-4, Vell. Pat. 2, 116, 2)²⁸. Sem dúvida, Juba II deve ter participado, com as tropas, no êxito romano; daí o reflexo deste evento nas amoedações do monarca (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; 123-124; Desanges, 1964: 36; Pavis d'Escurac, 1982: 226 n. 60; 229; Smadja, 1994: 380; Coltelloni-Trannoy, 1997: 49; 2003: 3928; Camacho; Fuentes, 2000: 941; Roller, 2007: 110; Guédon, 2018: 66; Chausa, 2020: 109). Por sua vez, as cunhagens dos anos XXXXIII (=18/19 d.C.) e XXXXVI (=21/22 d.C.) referem-se à guerra contra Tacfarinas, que aconteceu já no final do reinado de Juba II (Desanges, 1964: 36).

Tacfarinas alcançou a liderança sobre os musulâmios e iniciou uma guerra contra os romanos, na ocasião contou com o apoio de distintas tribos, entre elas a dos mauros liderada por Mazippa (Tac. *Ann.* 2, 52), seguramente um rebelde contrário ao monarca mauritano. M. Fúrio Camilo (*cos.* 8 d.C.), governador da *Africa Proconsularis* (17-18 d.C.), conseguiu atrair Tacfarinas a uma batalha de campo aberto (ainda que os revoltosos preferissem um conflito de guerrilhas, mais compatível com seus interesses), tendo-o derrotado e, por esse motivo, obtido os *ornamenta triumphalia* (Tac. *Ann.* 2,

²⁸ Floro localiza o conflito na região de Sirtes (Flor. 2, 31).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

52, 5). É este acontecimento que se celebra na emissão da Vitória do ano XXXXIII (=18/19 d.C.; Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 123; Pavis d'Escurac, 1982: 227; Coltelloni-Trannoy, 1997: 51; Camacho; Fuentes, 2000: 941; Cases Mora, 2019: 52).

Por sua vez, a emissão do ano XXXXVI (=21/22 d.C.) possivelmente faz alusão ao conflito com Tacfarinas (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Coltelloni-Trannoy, 1997: 51; Roller, 2007: 111), aos sucessos alcançados contra ele. No ano de 22 d.C. Q. Júnio Bleso (*cos. suff.* 10 d.C.), procônsul da *Africa Proconsularis* (21-23 d.C.), graças ao envio de reforços por parte de Roma, executou uma estratégia que sufocou as iniciativas de Tacfarinas e que levou à captura de seu irmão: uma conquista que significou o fim da guerra e que assegurou a Bleso sua proclamação como *imperator* (a última vez que essa honra foi concedida a uma pessoa de fora da família imperial, segundo Tac. *Ann.* 3. 74), e honras triunfais (Tac. *Ann.* 3, 72). De acordo com M. Rachet, Bleso dividiu sua divisão em três colunas, às quais outorgou a vigilância de grandes setores: a primeira, sob as ordens de P. Cornélio Cipião, legado da *IX Hispana*, na zona de *Lepcis Magna* (Al Khoms, Líbia), para impedir a pilhagem dos *garamantes*; a segunda, sob a responsabilidade do filho do procônsul, na zona de *Cirta* (Constantina, prov. Constantina, Argélia); a terceira, dirigida pelo próprio Bleso, com a *III Augusta*, na zona de *Ammaedara* (Haïdra, gob. Kasserine, Túnez); já a Mauritânia deve ter recaído sobre Juba II, conforme se pode deduzir do silêncio de Tácito sobre esta localidade (Rachet, 1970: 109-111). Com efeito, o conflito se estendeu até o ano de 24 d.C., quando Tacfarinas sucumbiu. Esta moeda foi cunhada para celebrar o desfecho deste conflito que, sem dúvida, contou com a participação de contingentes mauritanos a favor dos romanos.



Figura 28: Denário de Juba II (MAA 138 = Mazard 199) (Ampliação x 2).

Contudo, como já observado, a representação da Vitória nas cunhagens de Juba II aparece nos anos XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) e

XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.). Existe uma boa explicação para as emissões datadas entre os anos XXXI (= 6/7 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.) e XXXXVI (=21/22 d.C.), por isso, ainda teríamos que explicar os anos XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.) e XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.).

Em geral, J. Desanges considerou que as moedas da Vitória emitidas por Juba II (junto com aquelas dotadas de ornamentos triunfais, *vide supra*) estariam associadas às campanhas de repressão contra os gétulos, opinião que também é sustentada por outros investigadores (Mazard, 1955: 71; Coltelloni-Trannoy, 1997: 53-54; Alexandropoulos, 2001: 16; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928). Segundo Desanges, uma passagem corrupta de Plínio, o Velho (Plin. *NH* 8, 48), fonte de um comentário de Solino (Solin. 27, 15-16), parece fazer referência a uma intervenção militar de Juba II contra os gétulos (Desanges, 1997, 113). Para M. Rachet, tratava-se de uma ocupação e controle (administrativo) do sul da Proconsular, territórios que outrora estavam sob o controle de Juba II²⁹.

Dión Cássio menciona o descontentamento, por parte dos gétulos, em relação ao poder real mauritano e seu protetor romano em relação ao ano 6 d.C., momento em que esta população se rebelou, como já destacado (Dio Cass. 55, 28, 3). Pode-se observar a postura sediciosa dos gétulos em sua participação na revolta de Tacfarinas (Aur. Vic. *De Caes.* 2, 3). Desta forma, a amoedação com a Vitória emitida nos anos XXXII (=7/8 d.C.) e XXXX (=15/16 d.C.) poderia ser explicada com base nos esforços de Juba II para submeter uma população que não aceitava seu governo (Camacho; Fuentes, 2000: 941; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928); a primeira pode estar relacionada com as operações levadas a cabo por Coso Lêntulo (Desanges, 1964: 36-37; Coltelloni-Trannoy, 1997: 49; Roller, 2007: 110), ao passo que a segunda talvez se relacione à construção da via *Ammaedara-Capsa-Tacapes*, no ano de 14 d.C. (Desanges, 1964: 38; Coltelloni-Trannoy, 1997: 50; 2003: 3928)³⁰.

No que se refere ao ano XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.), seguramente há relação com a guerra contra Tacfarinas (Desanges, 1964: 36; Rachet, 1970: 117-118; Camacho; Fuentes, 2000: 941)³¹, que sucumbiu em 24 d.C., quando

²⁹ Rachet, 1970: 79-80: "Sur ordre du *Princeps*, la IIIe légion Auguste, pendant les années de trêve (6-14), avait occupé, sans doute aux dépens de Juba, les points stratégiques les plus importants des hautes steppes du sud de la Proconsulaire (...) En même temps et dans le même secteur, se déroulaient, ordonnées aussi par Auguste, des opérations de cadastre, corollaire habituel de toute occupation romaine".

³⁰ Roller, 2007: 111, afirma que esta emissão poderia estar relacionada aos distúrbios provocados pela morte do imperador Augusto.

³¹ Sobre o cerco de Tacfarinas a *Tupusuctu* ou *Thubursicum Numidarum*, Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928.

Ptolomeu (23-40 d.C.), filho de Juba II, já havia substituído este último no trono da *Mauretania*. Não se sabe com precisão qual foi o envolvimento de Juba nessa campanha pelo fato de desconhecermos o mês exato, do ano de 23 d.C., em que teria se iniciado o conflito. Tampouco se sabe o mês em que ocorreu a morte do monarca. De acordo com Tácito, Juba II ainda estava vivo no ano de 23 d.C., embora atribua o reconhecimento da dignidade real de Ptolomeu, por parte do Senado, para o ano de 24 d.C. (Tac. *Ann.* 4, 5 sobre Juba II e 4, 23-26 sobre Ptolomeu). Sabe-se que o novo procônsul da *Africa Proconsularis* (24 d.C.), P. Cornélio Dolabela (*cos.* 10 d.C.), já estava em sua província no mês de julho do ano de 23 d.C., e que o conflito teria iniciado logo após a sua chegada (Tac. *Ann.* 4, 23); reivindicou a ajuda do novo rei para enfrentar a ameaça representada por Tacfarinas (Tac. *Ann.* 4, 24, 3). É precisamente nesta data, 23/24 d.C., que aparece a figura de Vitória sentada sobre um globo e segurando a palma em sua mão, ou seja, com uma tipologia diferente das amoedações da Vitória de Juba II. Como já mencionado, esta emissão deveria transmitir uma mensagem mais transcendental. É preciso considerar que a rebelião de Tacfarinas foi o movimento de resistência mais importante do mundo indígena africano contra a presença de Roma. Sua derrota significou o controle de Roma sobre o atual Magreb. Com efeito, deve-se recordar deste acontecimento. E a melhor maneira foi por meio da utilização de uma amoedação especial (nº 15 de nosso repertório). Não por acaso, Ptolomeu cunhou moedas de ouro (MAA 240 = Mazard 399) e prata (MAA 258, 266, 278, 286, 295, 302, 313, 321, 330, 335, 343 e 346 = Mazard 440-450) com alusões aos *ornamenta triumphalia* enviados pelo Senado romano por sua participação contra a rebelião de Tacfarinas (Tac. *Ann.* 4, 26; Mazard, 1955: 135; Pavis d'Escurac, 1982: 227 n.60).

Em suma, as moedas tornam explícita a sujeição de Juba II ao poder romano. O papel desempenhado pelo monarca na pacificação dos gétulos seria, para Roma, uma das maiores justificativas para o restabelecimento da *Mauretania* como “estado-cliente”, uma vez que permitia enviar tropas para outros territórios. Ptolomeu, seu filho, continuaria desempenhando este papel geopolítico no extremo ocidente do ecúmeno sob a anuência do imperador Tibério (14-37 d.C.), até o momento em que Calígula (37-41 d.C.) decidiu converter o reino em província³², no ano de 40 d.C.

³² Uma síntese das ideias apresentadas em: Pons, 2021.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Bibliografia

ALEXANDROPOULOS, J. *Les monnaies de l'Afrique Antique 400 av. J.-C.-40 ap. J.-C.* Toulouse: 2001.

AMELA VALVERDE, L. La situación de Mauritania a finales del Segundo Triunvirato e inicios del principado de Augusto. *Gerión* 30, 2012, p. 149-167.

BIFFI, N. *L'Africa di Strabone. Libro XVII della Geografia. Introduzione, traduzione e commento.* Bari: 1999.

BOHN, O. *Qua condicione iuris reges socii populi romani fuerint.* Berlin: 1902.

CAMACHO ROJO, J. M. y FUENTES GONZALEZ, P. P. Iuba (Juba) II de Maurétanie. In: *Dictionnaire des philosophes antiques. III. D'Eccélos à Juvénal.* Paris: 2000, p. 940-954.

CASES MORA, N. La guerra de Tacfarinas (17-24 d.C.): Balance historiográfico y nuevas perspectivas sobre las acusas de su estallido. *SHHA* 37, 2019, p. 31-61.

CHAUSA, A. El rey Iuba II y el concepto de monarquía sagrada en el norte de África. In: *El Norte de África en época romana. Tributum in memoriam Enrique Gozalbes Cravioto.* Madrid-Salamanca: 2020, p. 99-112.

CIMMA, M. R. *Reges socii et amici populi romani.* Milano: 1976.

COLTELLONI-TRANNOY, M. Le monnayage des rois Juba II et Ptolémée de Maurétanie: Image d'une adhésion réitérée à la politique romaine. *Karthago*, 22, 1990, p. 45-55.

COLTELLONI-TRANNOY, M. *Le royaume de Maurétanie sous Juba II et Ptolémée (25 av. J.-C.-40 ap. J.-C.).* Paris: 1997.

COLTELLONI-TRANNOY, M. Juba II. In: *Encyclopédie berbère XXV. Iseqqemâren-Juba.* Aix-en-Provence: 2003, p. 3924-3938.

DESANGES, J. Les territoires gétules de Juba II. *REA* 66, 1964, p. 33-47.

DESANGES, J. Un témoignage masqué sur Juba II et les troubles de Gétulie, *AntAfr.*, 33, 1997, p. 111-113.

DIEUDONNÉ, A. Trouvaille de monnaies de Juba II à El Ksar (Maroc). *RN*, 12, 1908, p. 350-368.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

DIEUDONNÉ, A. Trouvaille de monnaies de Juba II à El Ksar (supplément). *RN*, 14, 1910, p. 437-442.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J. *Rex Iuba*, monarca e intelectual helenístico, y la Hispania de Augusto. *Gerión*, 35, 2017, p. 61-85.

FALBE, C. T.; LINDBERG, J. Chr. y MÜLLER, L. *Numismatique de l'Ancienne Afrique*. III. Les monnaies de la Numidie et de la Mauritanie. Copenhague: 1862.

GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome VI. Les royaumes indigènes. Vie matérielle et morale. Paris [Osnabrück]: 1927 [1972].

GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome VIII. Jules César et l'Afrique. Fin des royaumes indigènes. Paris [Osnabrück]: 1928 [1972].

GUEDON, St. *La frontière romaine de l'Africa sous le Haut-Empire*. Madrid: 2018.

HUGONNIOT, Chr. *Rome en Afrique: de la chute de Carthage aux débuts de la conquête arabe*. Paris: 2000.

IBBA, A. *L'Africa mediterranea in età romana (202 a.C.-442 d.C.)*. Roma: 2012.

JALLET-HUANT, M. *Les rois numides et la conquête de l'Afrique du Nord par les Romains*. Charemont-le-Pont: 2006.

LASSÈRE, J.-M. *Africa, quasi Roma (256 av. J.-C.-711 apr. J.-C.)*. Paris: 2015.

MARAINI, T. Juba de Maurétanie et l'héritage Antique. *Horizons Maghrébins*, 39, 1999, p. 43-61.

MAZARD, J. *Corpus Nummorum Numidiae Mauretaniae*. Paris: 1955.

MEYNIER, G. *L'Algérie des origines*. De la préhistoire à l'avènement de l'Islam. Paris: 2010.

PAVIS D'ESCURAC, H. Les méthodes de l'impérialisme romain en Maurétanie de 33 avant J.-C. à 40 après J.-C. *Ktèma*, 7, 1982, p. 221-233.

PONS PUJOL, Ll. *Luxuria Mauretaniae*. ¿La explotación de los productos de lujo como causa de la conquista? *AFAM*, 11, 2021, p. 25-46.

RACHET, M. *Rome et les berbères. Un problème militaire d'Auguste à Dioclétien*. Bruxelles: 1970.

ROLLER, D. W. *The World of Juba II and Kleopatra Selene*. Royal Scholarship on Rome's African frontier. New York-Leiden: 2003.

SIRAGO, V. A. Il contributo di Giuba II alla conoscenza dell'Africa. In: *L'Africa romana*. Atti del XI Convegno di studio, Carthagine, 15-18 dicembre 1994. Sassari: 1996, p. 303-317.

SMADJA E. Juba II, Hercule sur le monnayage maurétanien. In: *Mélanges Pierre Lévêque*. Tome 8: Religion, anthropologie et société. Besançon: 1994, p. 371-388.

SPOERRI BUTCHER, M. Le monnayage d'argent émis par le roi Juba II de Maurétanie (I): catalogue des monnaies datées. *RSN*, 94, 2015, p. 33-114.

LAS EMISIONES DE JUBA II DE MAURITANIA CON LA ICONOGRAFÍA DE LA VICTORIA

Luis Amela Valverde¹

Lluís Pons Pujol²

Resumen

El monarca Juba II (25 a.C- 23 d.C.) emitió diversas series de monedas con la iconografía de la Victoria, aludiendo a su participación en diversas campañas militares. Analizamos y estudiamos estos tipos para proponer hipótesis sobre cuales fueron estos conflictos.

Palabras clave

Juba II; Reino de Mauritania; emisiones monetales; iconografía; Victoria.

¹ Doctor – Universitat de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: amelavalverde@gmail.com.

² Profesor doctor – Universitat de Barcelona, Barcelona, España. E-mail: llpons@ub.edu. *Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Resumo

O monarca Juba II (25 a.C - 23 d.C) emitiu várias séries de moedas com a iconografia da Vitória, sugerindo sua participação em algumas campanhas militares. Analisamos e estudamos estes tipos para propor hipóteses sobre o que foram esses conflitos.

Palavras-chave

Juba II; Reino da Mauritânia; Emissão Monetária; Iconografia; Vitória.

Juba II fue el rey de *Mauretania* entre los años 25 a.C. y 23 d.C., hijo de Juba I de Numidia *ca.* 60-46 a.C. (Coltelloni-Trannoy, 1997: 34-36)³. El emperador romano Augusto (27 a.C.-14 d.C.) lo instaló en el trono unos años después del fallecimiento del último monarca de la dinastía mauritana (33 a.C.), pues dudaba entre convertir ese reino en provincia romana o en un protectorado (Dio Cass. 49, 43, 7; Coltelloni-Trannoy, 1997: 79-80; Amela, 2012; Bernard, 2018: 197-244). Juba II ha de ser considerado como uno de los *reges socii et amici populi romani*, aunque *de facto*, el reino de Mauritania formaba parte del Imperio Romano (Bohn, 1902; Cimma, 1976). De tal forma que Juba II no sólo recibió los territorios mauritanos de Boco II y Bogud II (que incluían parte de la Numidia) sino una parte de la Getulia (Dio Cass. 53, 26, 2)⁴, seguramente la denominada *Gaetulia mauretana* (Diosc. *De mat. med.* 2, 66; Plin. *NH* 21, 77; Desanges, 1997: 113; Camacho y Fuentes, 2000: 941; Lassère, 2015: 119; Ibba, 2012: 93). Casó en primeras nupcias, por orden de Augusto, con Cleopatra Selene, hija de Marco Antonio (*cos.* I 44 a.C.) y la reina egipcia Cleopatra VII (51-30 a.C.). Su capital será la ciudad de Iol (Cherchell, prov. Tipasa, Argelia), que renombró *Caesarea* en honor de su benefactor (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Mazard, 1955: 71; Pavis d'Escurac, 1982: 227; Maraini, 1999: 45; Camacho; Fuentes, 2000: 943; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3929; Jallet-Huant, 2006: 89; Ibba, 2012: 43; Domínguez Monedero, 2017: 65).

³ Juba II fue educado a la romana en la casa de Octavia (Plu. *Ant.* 87. 1), hermana de Augusto y primera esposa de Marco Antonio, en la que también se encontraba, entre otros, Cleopatra Selene. Estos príncipes eran educados en Roma para ser utilizados tanto como rehenes políticos, como para realizar alianzas futuras e instaurar nuevas monarquías aliadas. La tradición de las alianzas dinásticas con valor de alianza política era de tradición helenística.

⁴ Estrabón hierra al adjudicar a Juba II los territorios de su padre, Juba I, junto a los que habían pertenecido a Boco II y Bogud II (Str. 17, 3, 7). *Cf.* a la excelente edición de Biffi, 1999.

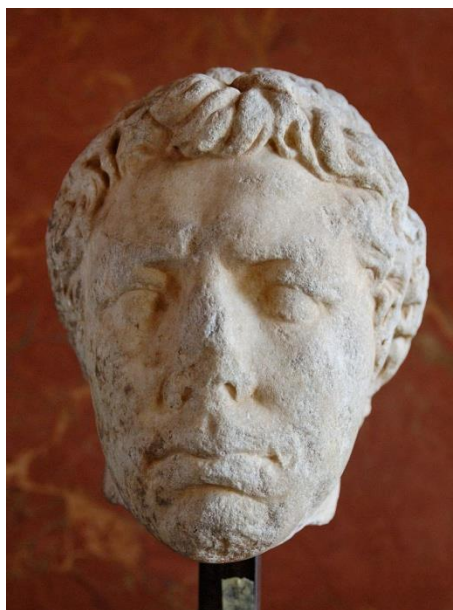


Figura 01: Retrato en mármol de Juba II localizado en la actual Cherchell, siglo I d.C. (Fuente: Wikipedia. Musée du Louvre).

Debido a la instauración del protectorado romano, la función de Juba II se vio reducida a la de un rey títere. Por ello, no pudo seguir la vida de guerras y conquistas (exteriores) de sus antecesores y se consoló dedicándose a las artes y las letras, siendo un destacado polígrafo (Ath. 3. 83 B. Avien. *Ora Mar.* 280. *FHG* (3), *sv.* «Juba mauritanus». Plin. *NH* 5. 16. Plut. *Caes.* 55; *Sert.* 9)⁵, que sabía latín, griego y (neo)púnico, aunque sus obras se han perdido (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Mazard, 1955: 71; Sirago, 1996; Maraini, 1999: 48; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3936; Meynier, 2010: 61; Lassère, 2015: 119).

⁵ Escribió en griego, la lengua de cultura del momento, muchas obras, de las que conocemos solamente las que el paso del tiempo nos ha legado: una historia de los asirios (compuesta al menos de dos libros), una historia de Libia -entiéndase el Norte de África- muy voluminosa, una obra sobre el euforbio (un libro), una historia de Arabia, una historia romana, con especial atención a los orígenes, una obra sobre los costumbres de griegos y romanos (al menos quince libros), una obra de gramática (al menos dos libros), una historia del teatro (al menos diecisiete libros), una obra sobre pintura (al menos dos libros), una obra de fisiología y quizás una obra sobre agricultura. Sus investigaciones sobre las fuentes del Nilo le llevaron a pensar que podrían hallarse en el Sur de su reino, organizando una expedición al río Drâa; quizás consecuencia de este viaje se derivase también una expedición a las Islas Canarias.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 02: Mapa de la Getulia de Juba II (Fuente: Wikipedia, basado en J. Desanges). Ubicación de los diferentes pueblos de Getulia entre el reino de Juba II de Mauritania (reino cliente de Roma) y la provincia romana del África proconsular entre el siglo I a.C. y el siglo 1 d.C.

El largo reinado de Juba II, de casi medio siglo, dio origen a una ingente amonedación, según el patrón ponderal romano -reducido- (Pavis d'Ecurac, 1982: 227; Smadja, 1994: 372; Alexandropoulos, 2001: 217. Coltelloni-Trannoy, 2003: 3932), tanto en oro, plata y bronce (Alexandropoulos, 2001: 413; Spoerri-Butcher, 2015: 33), mayormente fechada según los años de reinado del monarca, medida que no se implanta de manera definitiva hasta el año XXX (Mazard, 1955: 73), reflejo de su peripecia personal y política, con un variado número de tipos, que J. Mazard, en cuanto a la moneda de plata (denarios), dividió en siete grupos, siguiendo a L. Müller (Mazard, 1955: 73): nacionales (África, elefante⁶, león), religiosos (templos⁷, altares, vasos sagrados, piel de león, maza), guerreros (atributos del triunfo, Victoria, corona), cesarianos (horóscopo de Augusto⁸, águila), egipcios (símbolo de Isis, sistro, astro, creciente, ureo, cocodrilo, hipopótamo, ibis, vaca sagrada, buey Apis, etc.) y varios

⁶ Coltelloni-Trannoy, 1990: 49-50.

⁷ Coltelloni-Trannoy, 1990: 46.

⁸ Coltelloni-Trannoy, 1990: 46-47.

consagrados al comercio, a la ciudad, etc. (Mazard, 1955: 73; Spoerri-Butcher, 2015: 35)⁹. El tesoro de *Banasa* (IGCH 2307), depositado *ca.* el año 17/18 d./C., encontrado en 1907 cerca de la actual Souk-el Arbaa, a 120 km al noreste de Rabat¹⁰, que contenía aproximadamente 4.000 monedas de plata de Juba II y 1 de bronce de *Lixus*, amplió notablemente el conocimiento de las emisiones de Juba II. Ejemplos de monedas de Juba II:



Figura 03: Denario de Juba II con elefante en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 75 = Mazard 135).



Figura 04: Denario de Juba II con tocado de Isis en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 89 = Mazard 222).



Figura 05: Denario de Juba II con cornucopia en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 95 = Mazard 241).

⁹ Spoerri-Butcher, 2015: 35, señala la existencia de 69 tipos de monedas de plata de Juba II con fecha.

¹⁰ Anteriormente se decía que este tesoro procedía de Alkazar (El Ksar El Kebir), 70 km al sur de Tánger y, por lo tanto, ocasionalmente se lo conoce como el tesoro de El Ksar, como indica Spoerri-Butcher, 2015: 34.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 06: Denario de Juba II con cocodrilo en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 104 = Mazard 343).



Figura 07: Denario de Juba II con Cleopatra Selene en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 108 = Mazard 361).



Figura 08: Denario de Juba II con Ptolomeo en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 111 = Mazard 379).



Figura 09: Denario de Juba II con Victoria sobre cabeza de elefante en el reverso, año real 31 (=6/7 d.C.), ceca de Cesarea (MAA 128 = Mazard -¹¹).

¹¹ Alexandropoulos, 2001: 148, indica que MAA 128 es equivalente a Mazrad 196, pero si bien efectivamente la imagen de J. Mazard corresponde a la descripción de J. Alexandropoulos, J. Mazard señala claramente que la Victoria está a la izquierda.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

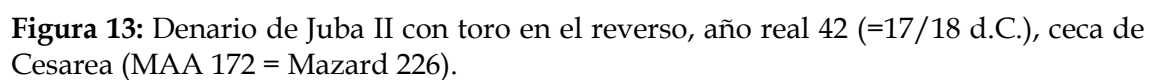
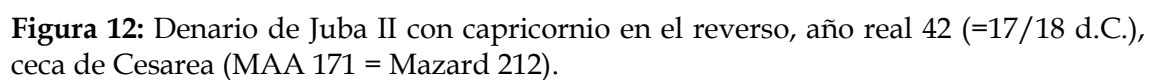
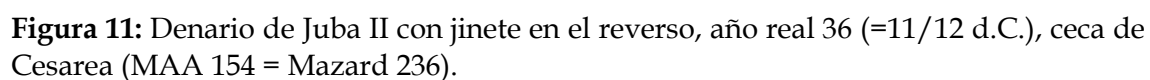
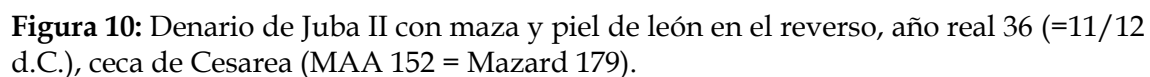




Figura 14: Denario de Juba II con templo dístilo en el reverso, año real 43 (=18/19 d.C.), ceca de Cesarea (MAA 175 = Mazard 152).



Figura 15: Unidad de bronce de Cleopatra Selene con cocodrilo en el reverso, ceca de Cesarea (MAA 214 = Mazard 395).

Entre las diferentes series de monedas de plata emitidas por Juba II hay que hacer mención destacada del subgrupo de la Victoria, perteneciente a los tipos guerreros (Mazard 196-203, en: Mazard, 1955: 73), que ya hemos mencionado. Asimismo, existe una serie de monedas de bronce (de denominación de media unidad según J. Alexandropoulos) con la misma tipología (Mazard 280-284, en: Mazard, 1955: 104-106).



Figura 16: Bronces de Juba II con la Victoria en el reverso del año XX[-- (Mazard 287bis).

La descripción de estas emisiones es la siguiente, según J. Alexandropoulos:



Figura 17

1) MAA 128 = Mazard -. AR. Denario¹².

Anv.: REX IVBA. Busto diademado y cubierto a derecha.

Rev.: R XXXI. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante.



Figura 18

2) MAA - = Mazard 196 corr. AR. Denario (Mazard, 1955: 89)¹³.

Anv.: REX IVBA. Busto diademado y cubierto a derecha.

Rev.: R XXXI. Victoria a izquierda, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante.

3) MAA 129 = Mazard -. AR. Denario (Alexandropoulos, 2001: 418).
¿Existe?¹⁴

Anv.: REX IVBA. Busto diademado a derecha con maza.

Rev.: R XXXI. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante.

¹² Alexandropoulos, 2001: 418. Spoerri-Butcher, 2015: 48, menciona la existencia de cinco cuños de reverso.

¹³ Spoerri-Butcher, 2015: 49, menciona la existencia de un cuño de reverso.

¹⁴ No mencionado por M. Spoerri-Butcher.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 19

4) MAA 138 = Mazard 199. AR. Denario (Alexandropoulos, 2001: 418)¹⁵.

- Anv.: REX IVBA. Busto diademado a derecha con maza¹⁶.

- Rev.: R XXXII. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante¹⁷.

5) MAA 139 = Mazard -. AR. Denario (Alexandropoulos, 2001: 418)¹⁸.

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: R XXXII. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante.

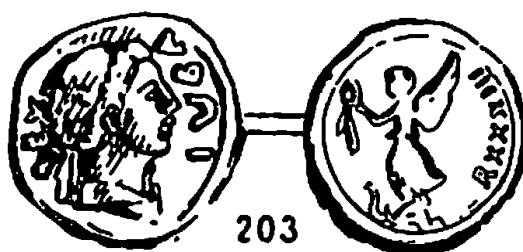


Figura 20

6) MAA 178 = Mazard 203. AR. Denario (Alexandropoulos, 2001: 420)¹⁹.

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: R.XXXXIII. Victoria a izquierda, sosteniendo una palma y una corona, de pie sobre la cabeza de un elefante, que sostiene igualmente una corona.

¹⁵ Spoerri-Butcher, 2015: 52, menciona la existencia de un cuño de reverso.

¹⁶ MAA 179 = Mazard 202 con anverso REX IVBA busto diademado a derecha con maza y reverso R.XXXXIII no existe, ya que Spoerri-Butcher, 2015: 52, lo identifica con un ejemplar MAA 138 = Mazard 199.

¹⁷ J. Alexandropoulos menciona que en la trompa del elefante figura una corona, que no apreciamos. M. Spoerri-Butcher no menciona tal particularidad.

¹⁸ Spoerri-Butcher, 2015: 52, menciona la existencia de ocho cuños de reverso.

¹⁹ Spoerri-Butcher, 2015: 73, menciona la existencia de dos cuños de reverso.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

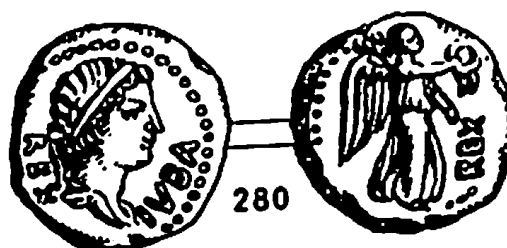


Figura 21

7) MAA 210 = Mazard 280. AE. Media Unidad. 20-22 mm, 6g. (Alexandropoulos, 2001: 422).

Anv.: REX IVBA. Busto diademado y cubierto a derecha.

Rev.: REX. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

8) MAA 210 var. = Mazard -²⁰. AE. Media Unidad. Anepigráfico (Alexandropoulos, 2001: 422).

Anv.: Busto diademado y cubierto a derecha.

Rev.: Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

9) MAA 226 = Mazard 282. AE. Media Unidad. 18-25 mm, 5g. (Alexandropoulos, 2001: 424).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: R XXX (?). Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.



Figura 22

10) MAA 228 = Mazard 283. AE. Media Unidad (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: R XXXX. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

²⁰ J. Alexandropoulos igualmente califica a esta variante como Mazard 280, pero en ningún momento J. Mazard habla en su obra de bronce anepigráficos con esta tipología *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

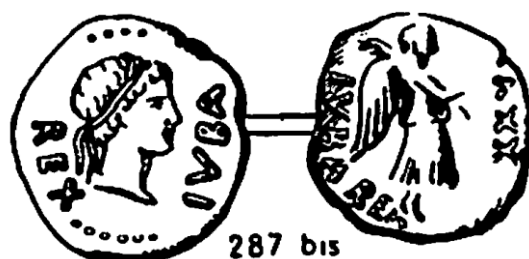


Figura 23

11) MAA 228 var. = Mazard 287 bis. AE. Media Unidad (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: IVBA REX XXXX. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

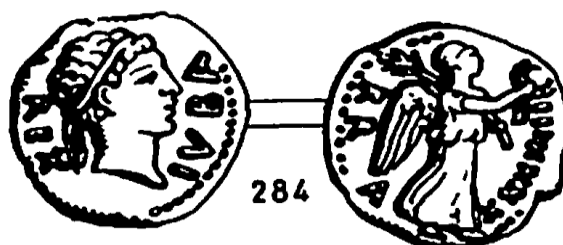


Figura 24

12) MAA 231 = Mazard 284. AE. Media Unidad (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: RRA XXXXIII. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

13) MAA 232 = Mazard 285. AE. Media Unidad. 18-22 mm, 5 g. (Alexandropoulos, 2001: 425).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: REX XXXXVI. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

14) MAA 237 = Mazard 288. AE. Media Unidad (Alexandropoulos, 2001: 426).

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: RRA XXXXVIII. Victoria a derecha, sosteniendo una palma y una corona.

A la descripción anterior, puede añadirse la siguiente variante tipológica, desconocida por J. Mazard y J. Alexandropoulos, y descrita por M. Spoerri Butcher:



Figura 25

15) MAA - = Mazard -. AR. Denario²¹.

Anv.: REX IVBA. Cabeza diademada a derecha.

Rev.: R(?)A XLVIII. Victoria sentada a izquierda sobre un globo y con una palma en la mano.

Como puede observarse, en estas monedas (a excepción del n° 15 de nuestro repertorio), sean de plata o de bronce²², presentan en el anverso siempre el retrato del rey Juba II, al que se identifica (a excepción de un bronce anepigráfico, n° 8 de nuestro repertorio) mediante una leyenda alusiva a su persona en latín. En dos ocasiones, en sendos denarios, la cabeza de Juba II aparece junto a una maza, símbolo inequívoco de Hércules (n° 3²³ y 4 de nuestro repertorio), que recubre a la divinidad púnica Melkart, a quien consideraba su antepasado mítico (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 118; 120; Gsell, 1927: 155; 1928: 237-238; Coltelloni-Trannoy, 1990: 48-49; 2003: 3931; Smadja, 1994: 378; Alexandropoulos, 2001: 228; Domínguez Monedero, 2017: 67).

En cuanto al reverso, figura una Victoria a derecha (a excepción de dos casos, dos denarios, n° 2 y 6 de nuestro repertorio, en que ésta se encuentra a izquierda), que sostiene una palma y una corona, ambos símbolos de victoria, sobre la cabeza de un elefante, que es descrito a veces portando a su vez una corona al final de la trompa. A excepción de dos casos (n° 7 y 8 de nuestro repertorio), figura una leyenda en la que se informa del año en

²¹ Spoerri-Butcher, 2015: 81, menciona la existencia de un cuño de reverso. Por el bajo peso del único ejemplar conocido de esta variante (1,77 g), no es de extrañar que se le haya calificado como un quinario.

²² A tenor del estudio de M. Spoerri Butcher de las monedas de plata fechadas de Juba II, es muy posible que alguna de las variantes de bronce que aquí hemos mencionado no exista, por error en la descripción del ejemplar correspondiente.

²³ Ya se ha señalado la posibilidad de que esta variedad en concreto no exista.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

que se produjo la emisión; en un caso (nº 11 de nuestro repertorio) se repite la leyenda que figura en el anverso, aunque con los términos al revés (IVBA REX en lugar de REX IVBA).

Una variante tipológica de esta interesante serie la presenta nuestra variedad nº 15, en cuyo reverso aparece la Victoria sentada sobre un globo y con una palma en la mano. Aquí se nos presenta un interesante debate. La Victoria sobre una cabeza de elefante parece dar a entender que se ha logrado el triunfo sobre un enemigo africano (el elefante inequívocamente es un símbolo de África: Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 119)²⁴, y su dominio sobre este territorio (Smadja, 1994: 384), mientras que la Victoria sobre un globo, el globo terráqueo, la *oikouméné*, da a entender algo mucho más transcendental.



Figura 26: Denario de Juba II (MAA 128 = Mazard -) (ampliación x 2).

De esta forma, podemos observar que en los denarios figuran los años XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.) y XLVIII (=23/24 d.C.), mientras que en los bronce aparecen los años XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) y XXXXVIII (=23/24 d.C.), el último año de reinado de Juba II²⁵. Los años XXXXIII y XXXXVIII/XLVIII aparecen tanto en las monedas de plata como en las de bronce; por ello, o en ese año hubo un acontecimiento digno de celebrar o, simplemente, todavía han de descubrirse emisiones por ahora inéditas con la tipología de la Victoria, explicación mucho más plausible a la vista de la aparición de nuevas variantes de series conocidas de Juba II en diversas casas de subastas a lo largo de estos últimos años.

²⁴ Coltelloni-Trannoy, 1990: 47: "celle de l'émission maurétanienne se tient debout sur une tête d'éléphant: le monarque se veut, en Afrique, le délégué du princeps à qui il offre un État pacifié".

²⁵ Se desestima el nº 9 de nuestro repertorio porque posiblemente la numeración está incompleta.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480



Figura 27: Nueva variante de denario de Cleopatra Selene, ceca de Cesarea (MAA - = Mazard -)²⁶.

De esta forma, tenemos monedas de Juba II con la representación de la Victoria en el reverso de los años XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) y XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.). Evidentemente, la Victoria, junto a la palma y la corona, son elementos que denotan un triunfo militar. La pregunta es contra quién se logró estos éxitos en el campo de batalla. La respuesta parece evidente: los gétulos, que se mostraron muy activos durante el reinado de Juba II, y que llevaron la inestabilidad a la parte meridional de Mauritania (Coltelloni-Trannoy, 2003: 3927); esta iconografía liga de alguna manera al monarca con la figura de Alejandro Magno (Alexandropoulos, 2001: 229).

J. Mazard señaló en su momento que los denarios correspondientes al año XXXI (=6/7 d.C.) conmemorarían la victoria sobre los gétulos (Mazard, 1955: 89; Rachet, 1970: 77-78), mientras que los pertenecientes al año XXXXIII (=18/19 d.C.) lo serían sobre el rebelde Tacfarinas (Mazard, 1955: 90)²⁷, lo mismo que el bronce fechado en el año XXXXVI (=21/22 d.C.; Mazard, 1955: 105; Rachet, 1970: 104-114). En este mismo sentido, este mismo investigador señaló que una de las emisiones de denarios del subgrupo de ornamentos del triunfo, en el que en el reverso figura un trono sobre el cual se apoya un cetro y encima una corona, asimismo al año XXXI, celebraría el hecho de que Juba II recibió los ornamentos del triunfo después de la victoria lograda por C. Coso Léntulo *cos. 1 a.C.*) sobre los gétulos sublevados (=6/7 d.C.) (MAA 125-127 = Mazard 193-195 en Mazard, 1955: 88; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3926; 3928); claro que también se ha propuesto que tales insignias hubieran sido otorgadas a cambio de la

²⁶ Roma Numismatic Limited, E-Sale 67, lote n° 68, de 6 de febrero de 2020.

²⁷ Rachet, 1970: 96, que precisa en la nota 1: "Signalons au passage une erreur de L. Mazard, répétée dans l'index, qui rattache les monnaies de l'an XXII du règne de Juba II (7-8 de J.-C.), n° 133, à la révolte de Tacfarinas".

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Getulia mauritana, que Juba II no logró efectivamente controlar (Coltelloni-Trannoy, 2003: 3929).

No es precisamente una teoría nueva. A. Dieudonné ya señaló que la emisión de moneda de la Victoria del año XXXI (= 6/7 d.C.) conmemoraba una expedición contra los gétulos (Dieudonné, 1910: 442), lo mismo que la del año XXXXIII (=18/19 d.C.) y la correspondiente al año XXXXVI (=21/22 d.C.; Dieudonné, 1910: 442), aunque en realidad se refiere a la sublevación de Tacfarinas, *vid infra*. Como puede observarse, el citado investigador sólo tenía conocimiento en aquel momento de únicamente piezas de esta iconografía que sólo reflejaban tres de los seis años que hemos podido recopilar.

Bastante antes, L. Müller, con la misma información, indicó que estas piezas celebran el triunfo sobre diferentes pueblos sublevados (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 15). En su opinión, estas emisiones vendrían a indicar las victorias que el ejército romano, apoyado sin duda por tropas mauritanas, obtendrían sobre pueblos africanos que se rebelaron bajo el reinado de Juba II. Las fechas que conocemos sobre estos acontecimientos, tanto por la numismática como por las fuentes literarias, coinciden las unas con las otras, lo que garantiza la correcta interpretación de esta tipología (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 123).

De esta forma, la Victoria del año XXXI (= 6/7 d.C.) hace referencia sin duda a la victoria de Coso Léntulo, procónsul de la provincia del *Africa Proconsularis* (6-8 d.C.), lograda sobre los gétulos sublevados en el año 6 d.C., lo que le valió el apodo de *Gaetulicus* y los *ornamenta triumphalia* (Dio Cass. 55, 28, 3-4, Vell. Pat. 2, 116, 2)²⁸. Indudablemente, Juba II debió participar con tropas en el éxito romano; de aquí, el reflejo de este evento en la amonedación del monarca (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; 123-124; Desanges, 1964: 36; Pavis d'Escurac, 1982: 226 n. 60; 229; Smadja, 1994: 380; Coltelloni-Trannoy, 1997: 49; 2003: 3928; Camacho; Fuentes, 2000: 941; Roller, 2007: 110; Guéron, 2018: 66; Chausa, 2020: 109). A su vez, las de los años XXXXIII (=18/19 d.C.) y XXXXVI (=21/22 d.C.) a la guerra contra Tacfarinas, que aconteció a finales del reinado de Juba II (Desanges, 1964: 36).

Tacfarinas logró el caudillaje sobre los musulamios e inició una guerra contra los romanos, en la que logró al apoyo de distintas tribus, entre ellas algunas de mauros lideradas por Mazippa (Tac. *Ann.* 2, 52), seguramente un rebelde contrario al monarca mauritano. M. Furio Camilo (*cos.* 8 d.C.), el gobernador de la *Africa Proconsularis* (17-18 d.C.), logró atraer a

²⁸ Floro ubica el conflicto en la región de las Sirtes (Flor. 2, 31).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Tacfarinas a una batalla en campo abierto (en tanto en cuanto los sublevados preferían una guerra de guerrillas, más afín a sus intereses), al que derrotó duramente, por lo cual obtuvo los *ornamenta triumphalia* (Tac. *Ann* 2, 52, 5). Es este acontecimiento el que celebra la emisión de la Victoria del año XXXXIII (=18/19 d.C.; Falbe, Lindberg, Müller, 1862: 123; Pavis d'Escurac, 1982: 227; Coltelloni-Trannoy, 1997: 51; Camacho y Fuentes, 2000: 941; Cases Mora, 2019: 52).

En cuanto a la del año XXXXVI (=21/22 d.C.), posiblemente haga alusión al conflicto con Tacfarinas (Falbe; Lindberg; Müller, 1862: 112; Coltelloni-Trannoy, 1997: 51; Roller, 2007: 111), evidentemente a los logros contra éste. En el año 22 d.C., Q. Junio Bleso (*cos. suff.* 10 d.C.), procónsul del *Africa Proconsularis* (21-23 d.C.), gracias al envío de refuerzos por parte de Roma, ejecutó una estrategia tal que ahogó las iniciativas de Tacfarinas, e incluso logró capturar al hermano de éste, un logro que fue interpretado como el fin de la guerra, lo que le valió a Bleso su proclamación como *imperator* (la última vez que se concedía a una persona ajena a la familia imperial según Tac. *Ann.* 3, 74), así como los honores del triunfo (Tac. *Ann.* 3, 72). Según M. Rachet, Bleso dividió sus fuerzas en tres columnas a las que encargó la vigilancia de grandes sectores: la primera, bajo las órdenes de P. Cornelio Escipión, legado de la *IX Hispana*, en la zona de *Lepcis Magna* (Al Khoms, Libia) para impedir los pillajes de los *garamantes*; la segunda, bajo las órdenes del hijo del procónsul, en la zona de *Cirta* (Constantina, prov. Constantina, Argelia); la tercera, dirigida por el propio Bleso, con la *III Augusta*, en la zona de *Ammaedara* (Haïdra, gob. Kasserine, Túnez); y la Mauritania, recayó en Juba II, según se deduce del silencio de Tácito sobre esta zona (Rachet, 1970: 109-111). En realidad, el conflicto continuó hasta el año 24 d.C., en que murió Tacfarinas. Esta moneda fue acuñada para celebrar la conclusión de este conflicto, en la que sin duda debieron participar contingentes mauritanos a favor del lado romano.



Figura 28: Denario de Juba II (MAA 138 = Mazard 199) (ampliación x 2).

Pero, como hemos visto, la representación de la Victoria en la amonedación de Juba II aparece en los años XXXI (= 6/7 d.C.), XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.), XXXXVI (=21/22 d.C.) y XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.). Existe una buena explicación para las emisiones fechadas en los años los años XXXI (= 6/7 d.C.), XXXXIII (=18/19 d.C.) y XXXXVI (=21/22 d.C.), por lo que todavía nos quedaría por explicar los años XXXII (=7/8 d.C.), XXXX (=15/16 d.C.) y XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.).

Desde un punto de vista general, J. Desanges consideró que la amonedación de la Victoria de Juba II (junto con la de los ornamentos triunfales, *vid supra*) estaría en relación con las campañas de represión contra los gétulos, opinión sustentada por otros investigadores (Mazard, 1955: 71; Coltelloni-Trannoy, 1997: 53-54; Alexandropoulos, 2001: 16; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928). Según Desanges pudo demostrar un pasaje corrupto de Plinio el Viejo (Plin. *NH* 8, 48), fuente de un comentario de Solino (Solin. 27, 15-16), parece hacer referencia a una intervención militar de Juba II contra los gétulos (Desanges, 1997: 113). Para M. Rachet se trataría de la ocupación y control (catastro) del sur de la Proconsular, territorios antes bajo control de Juba II²⁹.

Dion Casio señala el descontento existente entre los gétulos contra el poder real mauritano y su protector romano en relación con el año 6 d.C., momento en que este pueblo se rebeló, como ya hemos señalado (Dio Cass. 55, 28, 3). El carácter “sedicioso” de los gétulos puede observarse en que participaron en la revuelta de Tacfarinas (Aur. Vic. *De Caes.* 2, 3). De esta forma, la amonedación con la Victoria de los años XXXII (=7/8 d.C.) y XXXX (=15/16 d.C.) podría explicarse en este sentido, en los esfuerzos de Juba II de someter a una población que no aceptaba su gobierno (Camacho; Fuentes, 2000: 941; Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928); la primera quizás relacionada con las operaciones llevadas a cabo por Coso Léntulo (Desanges, 1964: 36-37; Coltelloni-Trannoy, 1997: 49; Roller, 2007: 110), y la segunda quizás en relación con la construcción de la vía *Ammaedara-Capsa-Tacapes* en el año 14 d.C. (Desanges, 1964: 38; Coltelloni-Trannoy, 1997: 50; 2003: 3928)³⁰.

²⁹ Rachet, 1970: 79-80: “Sur ordre du *Princeps*, la IIIe légion Auguste, pendant les années de trêve (6-14), avait occupé, sans doute aux dépens de Juba, les points stratégiques les plus importants des hautes steppes du sud de la Proconsulaire (...) En même temps et dans le même secteur, se déroulaient, ordonnées aussi par Auguste, des opérations de cadastre, corollaire habituel de toute occupation romaine”.

³⁰ Roller, 2007: 111, menciona que esta emisión estaría relacionada con disturbios provocados quizás con la muerte del emperador Augusto.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

En cuanto al año XXXXVIII/XLVIII (=23/24 d.C.), seguramente estaría en relación con la guerra contra Tacfarinas (Desanges, 1964: 36; Rachet, 1970: 117-118; Camacho; Fuentes, 2000: 941)³¹, que pereció en el año 24 d.C., cuando Ptolomeo (23-40 d.C.), hijo de Juba II, ya había sucedido a este último en el trono de *Mauretania*. No sabemos exactamente cuál fue la implicación de Juba II en esta campaña, dado que desconocemos en qué mes del año 23 d.C. empezó el conflicto ni tampoco el mes de la muerte del monarca. Según Tácito, Juba II vivía todavía en el año 23 d.C. pero data el reconocimiento por el Senado de la dignidad real de Ptolomeo en el año 24 d.C. (Tac. *Ann.* 4, 5 sobre Juba II y 4, 23-26 sobre Ptolomeo). Sí se sabe que el nuevo procónsul del *Africa Proconsularis* (24 d.C.), P. Cornelio Dolabela (cos. 10 d.C.), ya estaba en su provincia en julio del año 23 d.C. y que el conflicto empezó enseguida después de su llegada (Tac. *Ann.* 4, 23); solicitó ayuda al nuevo rey para acabar con la amenaza que representaba Tacfarinas (Tac. *Ann.* 4, 24, 3). Precisamente, de esta fecha, año 23/24 d.C., es la emisión en que aparece la Victoria sentada sobre un globo y con una palma en la mano, es decir, diferente desde el punto de vista tipológico con el resto de la amonedación de la Victoria de Juba II. Ya hemos mencionado que esta emisión debe transmitir un mensaje más trascendental. Hay que tener en cuenta que la rebelión de Tacfarinas fue el movimiento de resistencia más importante del mundo indígena africano contra la presencia de Roma. Su aplastamiento significó que Roma controlaba de manera indiscutible el actual Magreb. Tal acontecimiento, desde luego, debía de recordarse. Y que mejor manera que con una amonedación especial (nº 15 de nuestro repertorio). No en vano, Ptolomeo acuñó monedas de oro (MAA 240 = Mazard 399) y plata (MAA 258, 266, 278, 286, 295, 302, 313, 321, 330, 335, 343 y 346 = Mazard 440-450) que aluden a los *ornamenta triumphalia* enviados por el Senado romano por su participación contra la rebelión de Tacfarinas (Tac. *Ann.* 4, 26; Mazard, 1955: 135; Pavis d'Escurac, 1982: 227 n. 60).

En resumen, las monedas muestran sin embalajes la sujeción de Juba II al poder romano. El papel desempeñado por el monarca en la pacificación de los gétulos sería sin duda para Roma una de las mayores justificaciones del restablecimiento de *Mauretania* como “estado-cliente”, dado que permitía poder destinar tropas a otros territorios. Su hijo Ptolomeo continuaría jugando este papel geopolítico en el extremo occidente de la ecúmene con la aquiescencia del emperador Tiberio (14-37 d.C.), hasta que Calígula (37-41 d.C.) decida en el año 40 d.C. convertir el reino en provincia³².

³¹ Sobre el sitio por Tacfarinas de *Tupusuctu* o *Thubursicum Numidarum*, Coltelloni-Trannoy, 2003: 3928.

³² Una síntesis de las hipótesis propuestas en Pons, 2021.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

Bibliografía

ALEXANDROPOULOS, J. *Les monnaies de l'Afrique Antique 400 av. J.-C.-40 ap. J.-C.* Toulouse: 2001.

AMELA VALVERDE, L. La situación de Mauritania a finales del Segundo Triunvirato e inicios del principado de Augusto. *Gerión* 30, 2012, p. 149-167.

BIFFI, N. *L'Africa di Strabone. Libro XVII della Geografia. Introduzione, traduzione e commento.* Bari: 1999.

BOHN, O. *Qua condicione iuris reges socii populi romani fuerint.* Berlin: 1902.

CAMACHO ROJO, J. M. y FUENTES GONZALEZ, P. P. Iuba (Juba) II de Maurétanie. In: *Dictionnaire des philosophes antiques. III. D'Eccélos à Juvénal.* Paris: 2000, p. 940-954.

CASES MORA, N. La guerra de Tacfarinas (17-24 d.C.): Balance historiográfico y nuevas perspectivas sobre las acusas de su estallido. *SHHA* 37, 2019, p. 31-61.

CHAUSA, A. El rey Iuba II y el concepto de monarquía sagrada en el norte de África. In: *El Norte de África en época romana. Tributum in memoriam Enrique Gozalbes Cravioto.* Madrid-Salamanca: 2020, p. 99-112.

CIMMA, M. R. *Reges socii et amici populi romani.* Milano: 1976.

COLTELLONI-TRANNOY, M. Le monnayage des rois Juba II et Ptolémée de Maurétanie: Image d'une adhésion réitérée à la politique romaine. *Karthago*, 22, 1990, p. 45-55.

COLTELLONI-TRANNOY, M. *Le royaume de Maurétanie sous Juba II et Ptolémée (25 av. J.-C.-40 ap. J.-C.).* Paris: 1997.

COLTELLONI-TRANNOY, M. Juba II. In: *Encyclopédie berbère XXV. Iseqqemâren-Juba.* Aix-en-Provence: 2003, p. 3924-3938.

DESANGES, J. Les territoires gétules de Juba II. *REA* 66, 1964, p. 33-47.

DESANGES, J. Un témoignage masqué sur Juba II et les troubles de Gétulie, *AntAfr.*, 33, 1997, p. 111-113.

DIEUDONNÉ, A. Trouvaille de monnaies de Juba II à El Ksar (Maroc). *RN*, 12, 1908, p. 350-368.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 139-161.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15480

DIEUDONNÉ, A. Trouvaille de monnaies de Juba II à El Ksar (supplément). *RN*, 14, 1910, p. 437-442.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J. *Rex Iuba*, monarca e intelectual helenístico, y la Hispania de Augusto. *Gerión*, 35, 2017, p. 61-85.

FALBE, C. T.; LINDBERG, J. Chr. y MÜLLER, L. *Numismatique de l'Ancienne Afrique*. III. Les monnaies de la Numidie et de la Mauritanie. Copenhague: 1862.

GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome VI. Les royaumes indigènes. Vie matérielle et morale. Paris [Osnabrück]: 1927 [1972].

GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome VIII. Jules César et l'Afrique. Fin des royaumes indigènes. Paris [Osnabrück]: 1928 [1972].

GUEDON, St. *La frontière romaine de l'Africa sous le Haut-Empire*. Madrid: 2018.

HUGONNIOT, Chr. *Rome en Afrique: de la chute de Carthage aux débuts de la conquête arabe*. Paris: 2000.

IBBA, A. *L'Africa mediterranea in età romana (202 a.C.-442 d.C.)*. Roma: 2012.

JALLET-HUANT, M. *Les rois numides et la conquête de l'Afrique du Nord par les Romains*. Charemont-le-Pont: 2006.

LASSÈRE, J.-M. *Africa, quasi Roma (256 av. J.-C.-711 apr. J.-C.)*. Paris: 2015.

MARAINI, T. Juba de Maurétanie et l'héritage Antique. *Horizons Maghrébins*, 39, 1999, p. 43-61.

MAZARD, J. *Corpus Nummorum Numidiae Mauretaniae*. Paris: 1955.

MEYNIER, G. *L'Algérie des origines*. De la préhistoire à l'avènement de l'Islam. Paris: 2010.

PAVIS D'ESCURAC, H. Les méthodes de l'impérialisme romain en Maurétanie de 33 avant J.-C. à 40 après J.-C. *Ktèma*, 7, 1982, p. 221-233.

PONS PUJOL, Ll. *Luxuria Mauretaniae*. ¿La explotación de los productos de lujo como causa de la conquista? *AFAM*, 11, 2021, p. 25-46.

RACHET, M. *Rome et les berbères. Un problème militaire d'Auguste à Dioclétien*. Bruxelles: 1970.

ROLLER, D. W. *The World of Juba II and Kleopatra Selene*. Royal Scholarship on Rome's African frontier. New York-Leiden: 2003.

SIRAGO, V. A. Il contributo di Giuba II alla conoscenza dell'Africa. In: *L'Africa romana*. Atti del XI Convegno di studio, Carthagine, 15-18 dicembre 1994. Sassari: 1996, p. 303-317.

SMADJA E. Juba II, Hercule sur le monnayage maurétanien. In: *Mélanges Pierre Lévêque*. Tome 8: Religion, anthropologie et société. Besançon: 1994, p. 371-388.

SPOERRI BUTCHER, M. Le monnayage d'argent émis par le roi Juba II de Maurétanie (I): catalogue des monnaies datées. *RSN*, 94, 2015, p. 33-114.

A IDENTIFICAÇÃO... EM ARQUEOLOGIA E AFINS

José d'Encarnação¹

Resumo

Procura mostrar-se como a correcta identificação dos artefactos exumados duma escavação é preocupação fundamental do arqueólogo. Daí a existência, desde muito cedo, de tabelas classificativas em relação aos vários tipos de cerâmicas. Na Numismática, a identificação das moedas é fundamental para se documentar uma cronologia adequada; nos estudos epigráficos, por seu turno, os elementos identificativos de divindades e das personagens referidas nas epígrafes constituem o primeiro passo da investigação epigráfica.

Palavras-chave

Identificação; Arqueologia; Numismática; Epigrafia; tabelas classificativas.

¹ Professor catedrático - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: jde@fl.uc.pt.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Abstract

In the archaeological activity, the just classification of the artefact is the right key-word to understand the whole monument in study. Therefore, classification tables of ceramics, for example, were early established. In other side, exhaustive coins' catalogues – specially of the Roman Empire – are indispensable. In the epigraphic studies identify gods and persons is one of the most important jobs of the researcher.

Keywords

Identification; Archaeology; Numismatics; Epigraphy; Catalogues; identifying tables.

Introdução

Propõem os organizadores deste número da *Heródoto*, especialmente dedicado à Arqueologia Romana, alcançar «uma visão atual e abrangente sobre os desafios científicos subjacentes ao estudo da Antiguidade Romana a partir da cultura material».

– Como te chamas?

– Que idade tens?

São normalmente estas as perguntas mais correntes a um menino de dois/três aninhos, que já começa a falar e os amigos acham piada à resposta e à pronúncia infantil.

Numa rusga policial, também são esses os elementos primeiros a serem perguntados e aí de quem não tenha consigo um elemento de identificação! No tempo que guerra que atravessamos e nos que já se atravessaram, a necessidade de erigir monumentos «ao soldado desconhecido» pretende colmatar a pena sentida por não se terem logrado identificar tantos corpos encontrados.

Se bem repararmos, são também essas duas as perguntas essenciais que o arqueólogo põe quando encontra um objecto ou mesmo uma estrutura arquitectónica: como lhe vamos chamar? A que época é que o vamos atribuir?

A identificação em Arqueologia

A cerâmica, os grafitos e as marcas de oleiro

Encontramos um tijolo. De um modo geral, é-nos possível distingui-lo de uma telha, pela forma e pelas dimensões. A telha pressupõe a existência de um edifício coberto e, por isso, interessa ver, antes de a retirar, qual a posição em que está e, por exemplo, se tem vestígios de fogo. Aí estarão os indícios para saber se o telhado caiu, por as traves de madeira terem apodrecido, se houve incêndio ou, caso outros indícios significativos se encontrem, se foi um tremor de terra que tudo deitou a perder.

O tijolo pode ser para pavimentação ou para ser inserido numa parede. Logo, houve construção por perto.

Podem os tijolos e as telhas ostentar grafitos. A sua decifração permitir-nos-á penetrar num outro plano, o dos operários que estiveram na sua *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

confeção. Sem letras, imaginaremos um operário vulgar, impessoal; algumas letras, por poucas que sejam, levam-nos logo a pensar em quem as gravou, ora no barro ainda mole ora no que acabara de sair do forno e a mensagem carecia de um objecto cortante.

Num quadrante de coluna achado na cidade romana de *Conimbriga* encontrámos a frase *Ex officina Maelonis. Diarias rogatas solvi* (Fig. 01). E imaginamos o operário, no final da sua dura jornada, o suor perlava-lhe a fronte, num desabafo: «Pronto! Por hoje já fiz o que me era pedido!».



Figura 01: Grafito de *Conimbriga* num tijolo.

Num tijolo de *Eburobrittium*, outro operário não quis enganar-se e gravou *usque hic CCC*; ou seja, estava a contar e, para que se não esquecesse, decidiu apontar «Até aqui, são 300» (Fig. 02).



Figura 02: Grafito de *Eburobrittium*.

Numa telha da *officina* de Castor, em *Abelterium*, o artesão *Vernaculus* foi apontando o número de *imbrices*, à medida que os ia fazendo... (Fig. 03).

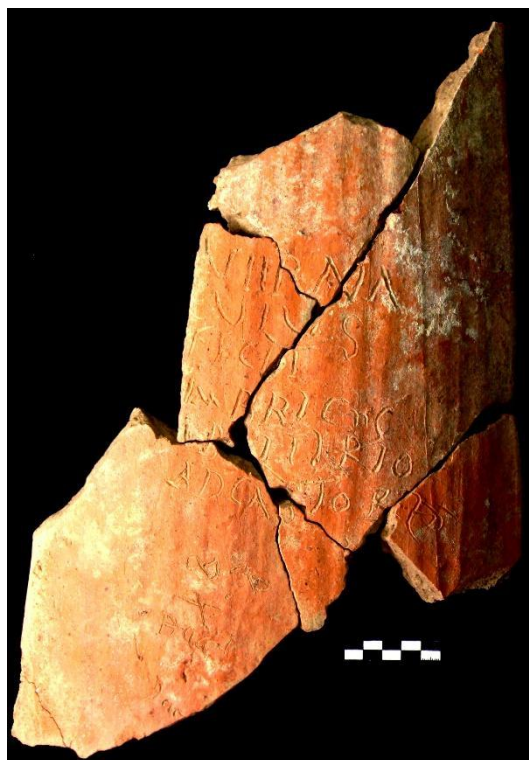


Figura 03: Grafito de *Abelterium*.

Os grafitos como forma possível de identificação não apenas dos objectos achados mas igualmente de quem com o seu fabrico e utilização esteve directamente ligado. Casos excepcionais esses, os indicados; mas gostaríamos de ter muitos mais, a fim de que mais pudéssemos lidar com o homem que está – que esteve – por detrás desses frios artefactos.

Há, todavia, outros meios de aí chegar. Tal como as faianças de uso comum, mormente se de alguma singularidade, trazem, na actualidade, a identificação do fabricante, também os oleiros romanos não quiseram deixar seus créditos por mãos alheias. Daí que se fale em «marcas de oleiros» e os investigadores dessa área da cerâmica muito se comprazem em decifrar essas marcas e com elas estabelecer catálogos, sobretudo porque já se descobriu que houve oleiros célebres em determinadas zonas. Tal descoberta tem permitido nomeadamente a possibilidade de se traçarem rotas de comercialização, o que, juntamente com outros factores, redonda no traçado do panorama económico aqui e além, e o estabelecimento de comparações.

O material anfórico

Nesse âmbito da cerâmica, há objectos que mereceram mais aturada atenção, quer pela relativa abundância dos achados, quer pelo significado económico e cultural que a sua análise possibilita.

As ânforas, como contentores privilegiados de *garum*, azeite e vinho, ainda que o modelo se possa considerar universal, variam muito: se têm pé ou não; se são muito bojudas ou esguias, se as asas colam no gargalo ou quase na boca... Heinrich Dressel (1845-1920) passou uma vida no Monte Testaccio, em Roma, a examinar milhares de fragmentos; pôde, a partir daí, estabelecer uma tipologia, que, tendo embora sofrido ajustes e afinações por parte doutros investigadores – recordem-se Maurice Henry Callender (*Roman amphorae*, Londres, 1965), Michel Ponsich (cf. *Conimbriga* XIII 1974 167-170), Martín Almagro (em *Las necrópolis de Ampurias*, I 1953 e II 1955), entre outros – hoje é utilizada para detectar proveniências, modelos, circuitos (Fig. 04), a par da base de dados *Roman Amphorae a digital resource*.²

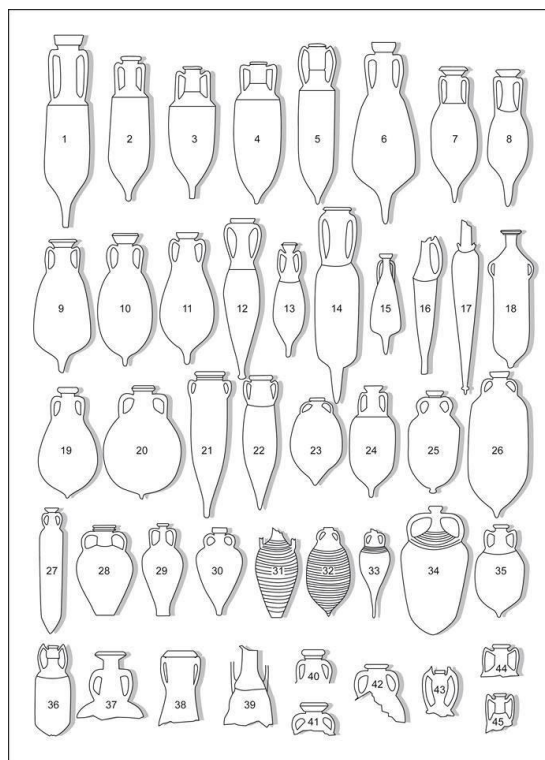


Figura 04: Tabela de Dressel. Tipologia das ânforas.

² Disponível em:

<https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/index.cfm>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Os barcos chegavam carregados ao rio Tibre, vindos das mais variadas regiões; as ânforas eram esvaziadas e atiradas para esse monte, onde, mais tarde, José María Blázquez Martínez e, agora, José Remesal Rodríguez e sua equipa continuam a desvendar mistérios. Publicou-se, neste ano de 2022, o extraordinário repositório que significam os minuciosos apontamentos deixados por Dressel – e honra seja prestada aos editores (Fig. 05).

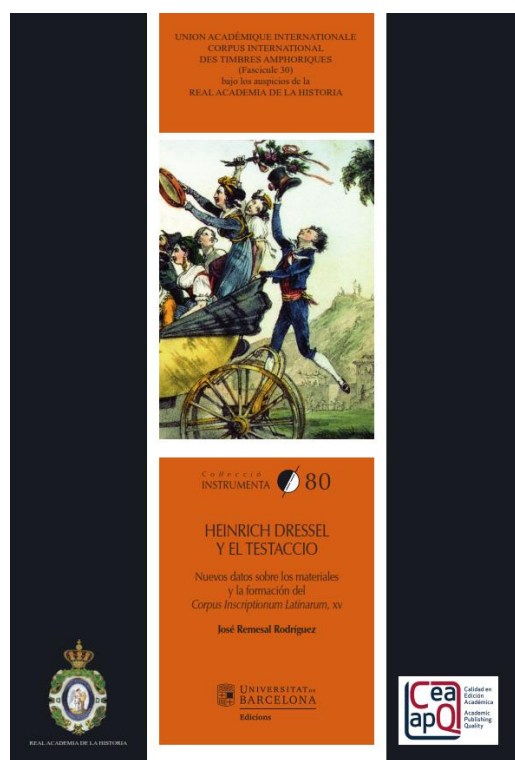


Figura 05: O livro sobre Dressel e o Testaccio.

Fornos de ânforas houve também na Hispânia; no estuário do Sado, nomeadamente, houve possibilidade de encontrar fornos quase intactos; em Peniche, também essa ‘indústria’ floresceu, assim como nas margens do Tejo. Ânforas de fabrico dito lusitano – pelas suas características singulares – viriam a detectar-se no espólio do Monte Testaccio. E muitas destas, no Testaccio, têm marca de oleiro na asa e, no bordo, em grafitos ou pintadas, informações acerca do conteúdo, da capacidade, do destinatário... Um mundo!

As lucernas

Outro objecto que cedo chamou a atenção foram as lucernas.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Sim, basicamente, todas obedeciam ao mesmo modelo: pega, depósito, vertedouro. Tratando-se de um objecto que até poderia dizer-se pessoal, não que cada pessoa tivesse uma lucerna, mas pelo ambiente que criava em seu redor, no seio da casa, no ambiente familiar, seria objecto a merecer particular atenção, até porque depressa se começou a decorar a parte superior do depósito com cenas da vida quotidiana, com motivos mitológicos, o rosto de divindades...

Notável, nesse aspecto, é o chamado «depósito votivo de Santa Bárbara de Padrões» (Ourique), no Baixo Alentejo: centenas de lucernas aí foram encontradas, com as mais diversas figurações, sobretudo de divindades, o que induziu os investigadores a considerarem, com razão, estar-se perante um local a que se atribuiu carácter sagrado e as lucernas constituíam óbolos às divindades aí veneradas (Fig. 06).



Figura 06: Lucernas de S. Bárbara de Padrões.

Também por esse motivo, dadas as variedades de formas, se deve ao arqueólogo italiano Nino Lamboglia (1912-1977) uma tabela classificativa, comumente usada também para definir influências culturais e económicas.

Terra sigillata

Ainda dentro da cerâmica, merece uma palavra especial a dita *terra sigillata*.

«Terra» significa barro, argila, a matéria-prima de que se faz a cerâmica; «sigillata», ainda que nem sempre esta explicação seja aceite, deriva do facto de este tipo de louça, polida, de aspecto atraente, agradável ao tacto, alvo de maior atenção por parte do oleiro, apresentar amiúde – também devido a esses factores – a marca, o selo, *sigillum* (em latim), com o nome do proprietário da oficina que a havia produzido.

Na verdade, se, pelas formas e pelas pastas, as lucernas, as ânforas e mesmo a cerâmica comum proporcionam elementos identificativos, é a *terra sigillata* que a todas as outras leva a palma. Há a *terra sigillata* itálica, a sudgálica, a hispânica, a clara (**a**, **c** e **d**), a foceense tardia, a africana D, a cinzenta...

Daí que tenham sido várias as tentativas de criar uma classificação de tipologias o mais abrangente possível. As tabelas mais conhecidas são as de Christian Goudineau (1939-2018), um ceramólogo francês de referência, e as do inglês John Walter Hayes, cuja obra mais notável é *Late Roman Pottery* (Londres, 1972), de que foi feita minuciosa recensão em *Conimbriga* XII 1973 223-227.

Cerâmica de paredes finas

Outro grupo de cerâmicas é o das «paredes finas».

São também delicadas, como a *terra sigillata*, ostentando, no entanto, a característica de os oleiros se terem aprimorado na diminuta espessura das paredes, o que lhes confere delicadeza especial e também por isso atraiu a atenção dos investigadores.

Cite-se, a título de exemplo, a obra de Françoise Mayet, sobre esse tipo de cerâmica na Hispânia (*Les Céramiques à Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*), datada de 1975 e sobre a qual minuciosamente se debruçou Jeannette U. Smit Nolen (*Conimbriga* XV 1976 189-197).

Almofarizes

Lógico que há toda uma panóplia de publicações sobre o que se chama a «cerâmica comum», aquela que vulgarmente se usa na cozinha e vai à mesa no quotidiano.

A sua importância, mormente pela quantidade de achados, levou a que Jorge Alarcão elaborasse a sua tese de doutoramento sobre esse tipo de cerâmica encontrada nas escavações de *Conimbriga*. Foi-lhe dedicado o volume V (*La Céramique Commune Locale et Régionale* – Paris 1975) da série *Fouilles de Conimbriga*, como às ‘sigillatas’ se dedicara o volume IV publicado no mesmo ano (*Les Sigillées*). Aliás, noutra escavação levada pela mesma equipa, a da *villa* romana de S. Cucufate, também esse tipo de cerâmica mereceu atenção, por parte de Inês Vaz Pinto, que também o escolheu para tema da tese de doutoramento (*A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate* – Beja, Lisboa 2003).

Pelas suas dimensões e tipologia, houve, dentre essa cerâmica, um tipo que acabou por despertar atenção, o almofariz, certamente também devido do facto de se haver identificado junto ao Cabo Dramont, na Provença, um barco romano naufragado, em meados do século I d. C., com um grande carregamento de almofarizes de diversas tipologias, o que levou a que se tivesse adoptado para o estudo desses objectos de cozinha a classificação proposta aquando do seu estudo: almofariz Dramont D1, Dramont D2...

Acrescente-se que, se os ceramólogos se interessam pelas formas e pelos centros de fabrico e, inclusive, pormenorizadamente analisam as pastas, certo é que a cor assume neste tipo de artefactos um papel primordial. E também para isso há um guia, que se vê amiúde citado em trabalhos desse domínio: é o sistema de cores proposto pelo americano Albert Henry Munsell (1858-1918).

Os vidros

Também os vidros merecem particular destaque.

Se as formas dos objectos de vidro só mui recentemente ganharam outro requinte na ansiosa busca de originalidade por parte dos *designers*, em relação à época romana, teremos de convir que as formas dos objectos de vidro do nosso quotidiano caseiro não serão assim tão diferentes das que os Romanos usaram.

Também nesse domínio, todavia, foi necessário optar por nomenclaturas e estabelecer tipologias, mormente tendo em vista, como se tem dito, os circuitos comerciais e as influências culturais.

Deve-se à arqueóloga holandesa Clasina Isings (1919-2018) a tentativa pioneira nesse domínio, com a obra *Roman Glass from Dated Finds* (Groningen, 1957), ainda hoje a cartilha de referência nos estudos sobre vidros romanos.

A identificação em Numismática

Escusado será dizer que, de tudo o que se encontra nas escavações arqueológicas, as moedas ocupam lugar primordial. Quer porque se pensa de imediato no seu eventual valor venal quer porque constituem, de facto, insubstituível meio de datação, porque as inscrições e motivos presentes no verso e no anverso a permitem.

Perdidas ocasionalmente ou ciosamente guardadas em «tesouros», como se designa, em Arqueologia, um conjunto significativo de moedas resultante de vontade deliberada de ocultação (Fig. 07). Das centenas e, por vezes, milhares de um tesouro são mais significativas, como se sabe, a numisma mais antiga e a mais recente, por definirem os termos *post quem* e *ante quem* em que foram guardadas. Por isso se recomenda não haver desmembramento de um tesouro antes de todas terem sido observadas.



Figura 07: Um tesouro monetário.

Também para a identificação das moedas se dispõe de catálogos, livros de cabeça de numismatas. Clássico, o *Roman Coins*, de Harold Mattingly, cuja 1ª edição, em Londres, data de 1928, com sucessivas reedições actualizadas. Em 1984, Sutherland e Carson iniciaram em Londres a publicação de *The Roman Imperial Coinage*; em 1992 foi a vez de Burnett, Amandri e Ripollès começarem a da *Roman Provincial Coinage*. Dispõe-se hoje do OCRE, *Online Coins of the Roman Empire*.³

A identificação em Epigrafia

Nos monumentos epigráficos, a questão da identificação põe-se em relação aos teónimos e aos antropónimos.

Se dos teónimos ditos ‘clássicos’ – Júpiter, Vénus, Mercúrio... – a identificação não causa problemas, inclusive porque, além das narrativas mitológicas, há representações escultóricas, a questão levanta-se em relação às divindades a que damos a classificação de ‘indígenas’, porque só documentadas em regiões determinadas e porque apresentam nomes

³ Disponível em: <<https://numismatics.org/ocre/>>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

que, embora latinizados, resultam estranhos. Para esses, os investigadores, a fim de tentarem descortinar que características divinas assumem, procuram analisar o nome, na presunção de que a semelhança etimológica com palavras concretas do substrato pré-romano (indo-europeu) pode trazer alguma luz.

O modo de identificação das pessoas também tem sido alvo de atenção, porque se parte do princípio que revela o seu estatuto social e, por vezes, a sua origem geográfica.

Mesmo na actualidade, esse estudo etimológico não é despendendo.

Nuno tem de apelido Sucá. Nunca se interessou por saber donde é que esse nome veio, porque já seu avô o tinha. Ora acontece que a família esteve longo tempo radicada em Moçambique. Seu avô era Cardoso; chamavam-lhe os indígenas Sor Cardoso, o Senhor Cardoso; na pronúncia corrente deu, pois, Sucá e, daí, Sucá passou a nome de família.

Há no Brasil enorme espírito de abertura à introdução de nomes estranhos à tradição portuguesa. Nomes de personagens da Antiguidade Clássica podem, naturalmente, ser escolhidos – e isso é, sem dúvida, eco duma cultura. Acolheu o Brasil refugiados europeus da 2ª Grande Guerra; daí a abundância de apelidos que se prendem com regiões europeias: Theml, Musco, Cuoco... Pode surpreender-nos, à primeira vista, saber que uma senhora brasileira se chama Daiane; se atentarmos, porém, na popularidade que teve a malograda Princesa Diana, facilmente depreenderemos que se grafou como, em inglês, seu nome se pronunciava.

No que concerne à onomástica que encontramos, por exemplo, nas inscrições romanas da Hispânia, há regras que têm já um valor praticamente aceite por todos:

- um homem que use três nomes (*praenomen*, *nomen* e *cognomen*), indique a filiação e a tribo em que foi inscrito é cidadão romano;
- a presença da filiação constitui sintoma de que é *ingenuus*, ou seja, filho legítimo;
- uma identificação com três nomes, sem filiação e cognome etimologicamente grego sugere de imediato que estamos em presença de um liberto;
- quem se identificar com um nome e o patronímico, quer se trate de nomes latinos ou colhidos do substrato pré-romano, pertence ao mundo indígena que os Romanos vieram encontrar;

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

– se alguém se identifica apenas com um nome e etimologicamente grego, mui provavelmente é um escravo;

– há, no entanto, escravos e libertos que, por a família não ter vergonha da sua condição (recorde-se que, amiúde, ser escravo não constitui labéu entre os Romanos, ao contrário do que possa parecer), e, por isso, a tarefa do epigrafista fica facilitada porque a seguir ao nome vem a informação SER(*vus*), LIB(*ertus*) de alguém.

Anote-se, todavia, que a presença de um nome etimologicamente grego não significa, de per si, que o seu portador tenha nascido na parte oriental do Império, onde o Grego era a língua dominante. O nome era atribuído ao escravo pelo seu senhor, o *dominus*; por isso, quer devido a eventuais características físicas quer por desejo de ostentação por parte do senhor (é basto aliciante ter uma escrava *Agatamera*...), os nomes gregos altissonantes eram frequentemente escolhidos. Também na Antiguidade terá havido modas, como hoje as há em relação à atribuição de nomes retirados da identificação de ideólogos, artistas, jogadores de futebol... E em tudo isso se atenta para fazer História!

Sirvam-nos, a título de exemplo, dois monumentos epigráficos da Lusitânia.

O epitáfio de Firmano

Em Idanha-a-Velha, antiga *civitas Igaeditanorum*, encontrou-se a placa de jazigo de família, elegantemente decorada, que a figura 08 apresenta. Diz-se o seguinte o seu leiteiro:

C(*aio*) CVRIO PVLLI F(*ilio*) / QVIR(*ina*) FIRMANO / ANN(*orum*) LXIII CVRIA
/ VITALIS MARITO / OPTIMO ET SIBI F(*aciendum*) C(*uravit*).

A Gaio Cúrio Firmano, filho de Pulo, da tribo Quirina, de 63 anos. Cúria Vital tratou de fazer para o óptimo marido e para si.



Figura 08: O epitáfio de Firmano.

Na sequência do que atrás se frisou, o defunto era cidadão romano: tem os três nomes e foi adscrito a uma tribo, a da sua cidade. Sucede, no entanto, que a filiação vem indicada não com o *praenomen* do pai, em sigla, mas por extenso: é *Pullus*, um nome que, embora latino, detém um significado concreto: «animal ainda novo», «menino querido». Antoja-se, por isso, que a seu pai, pertencente ao estrato indígena, tenha sido dado um nome latino relacionado com qualquer dessas circunstâncias concretas: ser pequeno, ser querido... Ora, esse modo de Firmano vir identificado denuncia que, embora haja adquirido a cidadania romana, de que a mulher tem orgulho, não menos orgulho tem da origem indígena de seu esposo.

Resulta, todavia, estranho o facto de Cúria Vital ter o mesmo nome de família do marido, sabendo nós que os casamentos consanguíneos não eram permitidos. Que se terá passado então? A hipótese mais viável é que ambos tenham sido adoptados – não necessariamente do ponto de vista jurídico – por uma das famílias da *civitas*, os *Curii*, que (sabemo-lo por haver outras inscrições que disso nos dão conta) teria notoriedade na *civitas Igaeditanorum*.... Aliás, esta placa de mausoléu – pela sua imponentia (mede 88 x 118 x 12 cm), por ser de mármore numa região em que o granito é a rocha dominante, e por ostentar toda esta decoração à maneira clássica – é bem eloquente sintoma de abastança.

O cenotáfio de Évora

O segundo exemplo foi exumado na *villa* romana de Tourega (Fig. 09), situada nos subúrbios da cidade *Liberalitas Iulia Ebora*. Nessa placa – também ela singular pelas suas dimensões (60,5 x 118,5) – lê-se o seguinte, em duas laudas:

D(is) M(anibus) S(acrum)

Q(uito) IV(lío) MAXIMO C(larissimo) V(iro) / QVAESTORI PROV(inciae)
SICI/LIAE TRIB(un)o PLEB(is) LEG(ato) / PROV(inciae) NARBONENS(is) /
GALLIAE PRAET(ori) DES(ignato) / ANN(orum) XLVI / CALPVRNIA
SABI/NA MARITO OPTIMO

Q(uito) IVL(io) CLARO C(larissimo) I(uveni) IIIIVIRO / VIARVM
CVRANDARVM / ANN(orum) XXI / Q(uito) IVL(io) NEPOTIANO C(larissimo)
I(uveni) / IIIIVIRO VIARVM CURAN/DARVM ANN(orum) XX / CALP(urnia)
SABINA FILIIS

Consagrado aos deuses Manes.

A Quinto Júlio Máximo, varão mui preclaro, questor da província da Sicília, tribuno da plebe, legado da província Narbonense da Gália, pretor designado, de 46 anos – Calpúrnia Sabina ao marido óptimo.

A Quinto Júlio Claro, jovem mui preclaro, quatuórviro curador das vias, de 21 anos; a Quinto Júlio Nepociano, jovem mui preclaro, quatuórviro curador das vias, de 20 anos – Calpúrnia Sabina aos filhos.



Figura 09: O cenotáfio de Tourega.

Classificamos este monumento como placa de um cenotáfio, ou seja, não estamos perante um jazigo de família em que se depositaram os familiares, mas sim de uma evocação protegida pelos númenes do Além, os Manes.

A placa figuraria sob a entrada do sepulcro, vazio dos restos mortais dos entes nomeados, o que não impediria de, por exemplo, os corpos da mãe e doutros familiares ali viessem a ser depositados. De momento, porém, a ausência da fórmula *aqui jaz* ou *aqui jazem* é reveladora de que Sabina quis, fundamentalmente, demonstrar assim a sua enorme dor, bem compreensível, pela morte prematura de marido e filhos. Poder-se-á, como se afigura natural, pensar que tudo haja sido enorme pesadelo, devido a um acidente em que a morte ceifou numa vez os três entes queridos. Não quis Sabina explicitou na epígrafe o que realmente acontecera; tanto lhe bastava, desta forma nua e crua, patentear o que terá sido a sua dor indescritível.

Mui provavelmente, pai e filhos faleceram no exercício das suas funções, em Roma, pois que os jovens haviam ingressado há pouco numa das funções preliminares do *cursus honorum* senatorial, a superintendência das vias, que é como diz não apenas do bom estado das vias, mas, sobretudo, da sua segurança como importantes meios para a circulação dos produtos de que a cidade carecia.

O pai, por seu turno, depois de ter exercido funções municipais na sua cidade natal e de nelas, sem dúvida, se haver notabilizado – partimos do princípio ter sido *Ebora* – foi chamado a integrar a classe senatorial, porventura por intervenção directa do imperador ou dos seus representantes provinciais. Não se refere que tenha ocupado algum cargo das funções preliminares, o que é normal, na medida em que se diz que foi questor (a questura é o primeiro cargo após esse tirocínio) na Sicília. Assumiu, de seguida, o tribunate da plebe, o que – se o não soubéramos – indiciava a sua origem não-nobre; um cargo que zelava pelos direitos dos cidadãos e que, por isso mesmo, acabava por introduzir e iniciar o seu detentor na complexa máquina administrativa e judicial romana. Constituiu, pois, esse o trampolim para vir a desempenhar as funções de representante do imperador numa das províncias mais importantes do Ocidente: a Gália Narbonense. Foi designado, mas faleceu antes de tais funções exercer. E, se atrás se comentou que só depois de algum currículo a nível local e provincial é que Máximo ingressou na ordem senatorial, tal se deduz do facto de, numa carreira normal, aos 46 anos já se estava há muito no topo da carreira, no consulado, por exemplo, dado que a idade habitual para se questor rondava os 25 anos e a partir dos 33 já se podia ser cônsul.

No que se prende com a onomástica das quatro personagens aqui citadas, dir-se-á que a escolha do gentílico *Iulius* não causa admiração, por nos encontrarmos numa cidade que tem *Iulia* no seu nome, devido a ter sido

fundação de *Caius Iulius Caesar*. Uma ou várias poderiam ser as famílias mais salientes na cidade com esse gentílico. Os filhos herdaram do pai o *praenomen Quintus* e o nome de família, no seio da qual se distinguiram pelos cognomes *Clarus* e *Nepotianus*.

Por seu turno, a mãe pertencia a outra família, a Calpúrnia, e vem identificada, como é habitual nas senhoras, com o nome de família e o cognome, *Sabina*, não querendo isso implicar obrigatoriamente que tivesse ascendência no povo sabino da Península Itálica. Contudo, por ter desposado um senador, outorga-se-lhe, naturalmente, a qualidade de membro dessa classe, o que – por extensão – nos leva a afirmar que terá existido em Évora essoutra família de senadores.

Conclusão

Propuseram-nos os organizadores deste volume, especialmente dedicado à Arqueologia Romana, que abordássemos «os desafios científicos subjacentes ao estudo da Antiguidade Romana a partir da cultura material».

Agarrámos num desses desafios: o da identificação dos objectos arqueológicos, sublinhando como boa parte, se não a totalidade, dos resultados obtidos na investigação radica na adequada identificação do que se encontra. Se não se distingue um mármore de um calcário, uma taça de um prato, um miliário de um fuste de coluna, uma moeda do tempo do imperador Augusto de uma outra de Diocleciano, um escravo de um cidadão romano, a história que nos propomos contar estará eivada de mui falsas perspectivas.

Aproveitou-se, pois, tal ensejo para mostrar – nomeadamente a quem não está por dentro desta problemática – que cedo a preocupação de classificação dos artefactos esteve na mente dos investigadores. Há, por isso, tabelas de classificação de cerâmicas as mais variadas (lucernas, objectos de mesa e de cozinha, ânforas...) e catálogos de moedas...

No que concerne aos monumentos epigráficos, interessou-nos não o domínio das tipologias, mas – como se privilegiava a identificação – as informações passíveis de obter acerca das pessoas cujos nomes figuram nas inscrições romanas, porque desse modo de se identificar é possível deduzir o ambiente sociocultural a que essas pessoas pertencem – como, hoje, deduzimos, mesmo sem o querer, que o senhor que é Vasconcellos de Abreu e Alancastre certamente tem antecedentes de nobreza e que o

António José, sem apelido, recordado numa campa do cemitério de Montemor-o-Novo, era de etnia cigana (Fig. 10).



Figura 10: Um epitáfio no cemitério de Montemor-o-Novo.

E se, boa parte das vezes, a escolha do nome para uma criança obedece a critérios que só aos pais dizem respeito, em relação aos homens públicos, a escolha do nome por que optam ser designados tem sempre pesadas razões. O testemunho mais significativo é, sem dúvida, o dos Papas: Francisco escolheu esse nome por querer ter sempre em mente o testemunho de S. Francisco de Assis.

Identificar correctamente o objecto saído duma escavação constitui, por conseguinte, contributo eficaz para melhor se compreender os homens que ali viveram. Penetrar no âmago do mecanismo que presidiu à atribuição do nome a uma pessoa no tempo dos Romanos é abrir caminho para melhor comunhão com quem, para que a sua memória se não perdesse, quis o seu nome imorredoiamente gravado na dureza do mármore ou numa tábua de bronze.

THE IDENTIFICATION IN ARCHAEOLOGICAL SCIENCES

José d'Encarnação¹

Abstract

In the archaeological activity, the just classification of the artefact is the right keyword to understand the whole monument in study. Therefore, classification tables of ceramics, for example, were early established. In other side, exhaustive coins' catalogues – specially of the Roman Empire – are indispensable. In the epigraphic studies identify gods and persons is one of the most important jobs of the researcher.

Keywords

Identification; Archaeology; Numismatics; Epigraphy; Catalogues; identifying tables.

¹ Full Professor – University of Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: jde@fl.uc.pt.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Resumo

Procura mostrar-se como a correcta identificação dos artefactos exumados duma escavação é preocupação fundamental do arqueólogo. Daí a existência, desde muito cedo, de tabelas classificativas em relação aos vários tipos de cerâmicas. Na Numismática, a identificação das moedas é fundamental para se documentar uma cronologia adequada; nos estudos epigráficos, por seu turno, os elementos identificativos de divindades e das personagens referidas nas epígrafes constituem o primeiro passo da investigação epigráfica.

Palavras-chave

Identificação; Arqueologia; Numismática; Epigrafia; tabelas classificativas.

Introduction

In this new issue of *Heródoto*, especially dedicated to Roman Archaeology, the organizers propose “to reach a current and comprehensive view on the scientific challenges underlying the study of Roman Antiquity from the material culture”.

– What is your name?

– How old are you?

Those are questions usually made by a two/three years old child, who is already starting to talk, and his friends think the answer and the childish pronunciation are funny.

In a police raid, these are also the first elements to be requested, and woe betide those who do not have an identification element with them! In these times of the war we are going through and in those that we have already gone through, the need to erect monuments "to the unknown soldier" intends to fill the pain felt for not having been able to identify so many bodies found.

If we look closely, these two are also the essential questions that the archaeologist asks when he finds an object or even an architectural structure: what are we going to call it? What time are we going to assign it to?

The identification in Archaeology

Ceramics, graffiti and potter's marks

We found a brick. Generally speaking, it is possible for us to distinguish it from a tile, by shape and dimensions. The tile presupposes the existence of a covered building and, therefore, it is important to see, before removing it, what position it is in and, for example, if it has vestiges of a fire. There will be the clues to know if the roof has collapsed, because the wooden beams have rotted, if there was a fire or, if other significant clues are found, if it was an earthquake that ruined everything.

The brick could have been used for paving a road or to be used in a wall. Thus, there was a construction nearby.

The bricks and the tiles can have graffiti. Deciphering them will allow us to penetrate into another plane, that of the workers who were its
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

manufacturers. Without letters, we will imagine a common, impersonal worker; some letters, however few, immediately make us think of who engraved them, sometimes on clay that was still soft, sometimes on clay that had just come out of the oven and the message lacked a sharp object.

In a quadrant of a column found in the Roman city of Conimbriga we found the phrase *Ex officina Maelonis. Diarias rogatas solvi* (Figure 01). And we imagine the worker, at the end of his hard day, sweat beading his forehead, in an outburst: «That's it! I have done what was asked of me for today!».



Figure 01: Graffiti from *Conimbriga* in a brick.

In a brick from *Eburobrittium*, another worker didn't want to make a mistake and recorded *usque hic CCC*; i.e., he was counting and, so that he wouldn't forget, he decided to point «So far, it's 300» (Figure 02).



Figure 02: Graffiti from *Eburobritium*.

In a tile from Castor's *officina*, in *Abelterium*, the craftsman *Vernaculus* pointed out the number of *imbrices* as he made them... (Figure 03).

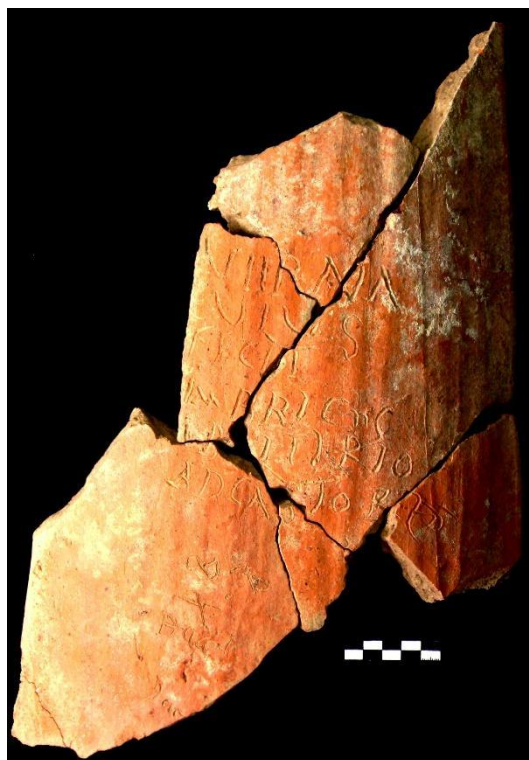


Figure 03: Graffiti from *Abelterium*.

Graffiti are a possible way of identifying not only the objects found, but also those who were directly connected with their manufacture and use. These are exceptional cases, the ones indicated; but we wish we had many more, so that more we could deal with the man who is – who was – behind those cold artifacts.

There are, however, other ways to get there. Just as earthenware in common use, especially if of some singularity, currently bears the identification of the manufacturer, so Roman potters did not want to leave their credits in the hands of others. That is why we talk about «potters' marks» and researchers in this area of ceramics are very pleased to decipher these marks and establish catalogues with them, especially since it has already been discovered that there were famous potters in certain areas. This discovery has in particular allowed the possibility of tracing marketing routes, which, together with other factors, results in tracing the economic panorama here and beyond, and the establishment of comparisons.

The amphorae

In the scope of ceramics, there are objects that deserved closer attention, either because of the relative abundance of finds, or because of the economic and cultural significance that their analysis makes possible.

Amphorae, as privileged containers for garum, oil and wine, although the model can be considered universal, vary a lot: whether they have feet or not; if they are too bulky or slender, if the wings stick to the neck or almost to the mouth... Heinrich Dressel (1845-1920) spent his life in the *Monte Testaccio*, in Rome, examining thousands of fragments; from then on, he was able to establish a typology, which, despite having been adjusted and refined by other researchers – remember Maurice Henry Callender (*Roman amphorae*, London, 1965), Michel Ponsich (cf. *Conimbriga* XIII 1974 167-170), Martín Almagro (in *Las necrópolis de Ampurias*, I 1953 and II 1955), among others – today it is used to detect provenances, models, circuits (Figure 04), along with the database *Roman Amphorae a digital resource*.²

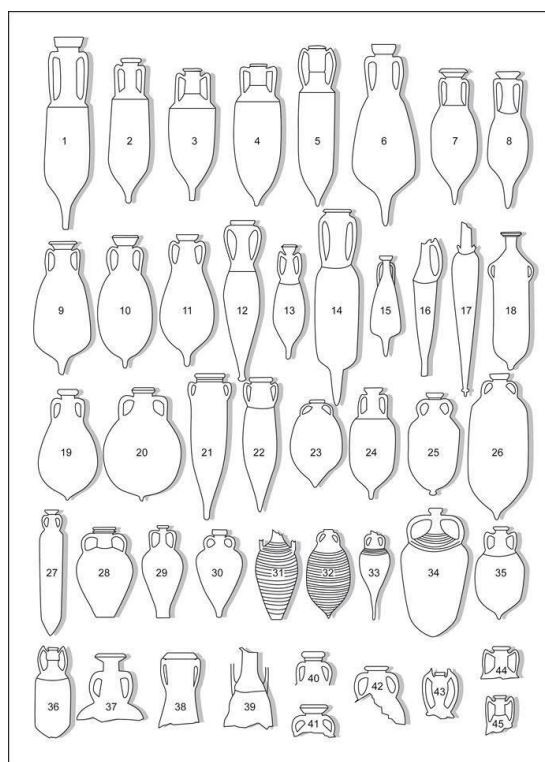


Figure 04: Dressel's Table. Typology of *amphorae*.

² Available at:

<https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/index.cfm>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Boats arrived laden on the Tiber, coming from the most varied regions; the amphorae were emptied and thrown into this pile, where, later, José María Blázquez Martínez and, now, José Remesal Rodríguez and his team continue to unravel mysteries. In this year of 2022, the extraordinary repository of the meticulous notes left by Dressel was published – and honour be paid to the editors (Figure 05).

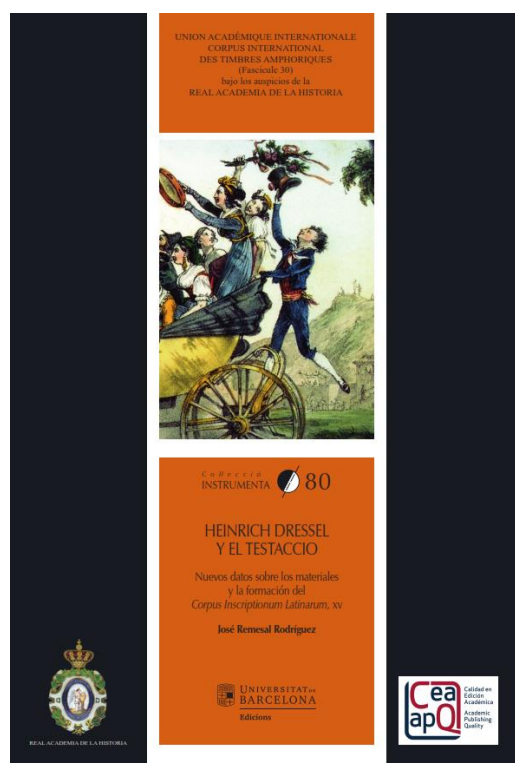


Figure 05: The book about Dressel and the *Testaccio*.

There were also amphorae ovens in Hispania; in the *Sado* estuary, in particular, there was the possibility of finding ovens almost intact; in *Peniche*, this 'industry' also flourished, as well as on the banks of the Tagus. So-called Lusitanian-made *amphorae* – due to their unique characteristics – would come to be detected in the *Monte Testaccio*. And many of these, in *Testaccio*, have a potter's mark on the handle and, on the edge, in graffiti or painted, information about the content, the capacity, the recipient... A world!

The *lucernae*

Another object that attracted early attention were the *lucernae*.

Yes, basically, they all obeyed the same model: handle, deposit, spillway. Being an object that could even be said to be personal, not that each person had a lamp, but because of the atmosphere it created around them, in the heart of the house, in the family environment, it would be an object that deserves particular attention, not least because it quickly began to decorate the upper part of the warehouse with scenes from everyday life, with mythological motifs, the faces of divinities...

Notable in this regard is the so-called “votive deposit of Santa Bárbara de Padrões” (Ourique), in the Lower Alentejo region: hundreds of *lucernae* were found there, with the most diverse figures, especially of deities, which induced the researchers to consider, with reason, that this was a place that was attributed a sacred character and the lamps constituted offerings to the deities venerated there (Figure 06).



Figure 06: *Lucernae* from S. Bárbara de Padrões.

For this reason, given the variety of forms, the Italian archaeologist Nino Lamboglia (1912-1977) created a classification table, commonly used to also define cultural and economic influences.

Terra sigillata

Still in the scope of ceramics, the *terra sigillata* deserves a special word.

“*Terra*” means it means clay, the raw material from which pottery is made; «*sigillata*», although this explanation is not always accepted, derives from the fact that this type of pottery, polished, attractive in appearance, pleasant to the touch, subject to greater attention by the potter, often presents – also due to these factors – the mark, the seal, *sigillum* (in Latin), with the name of the owner of the workshop that had produced it.

In fact, if *lucernae*, *amphorae* and even common pottery provide identifying elements through their forms and finishes, it is the *terra sigillata* that takes the lead over all the others. There is the italic *terra sigillata*, the sudgalic, the hispanic, the *clara* (a, c and d), the late focean, the african D, the gray...

Hence, there have been several attempts to create a classification of typologies as comprehensive as possible. The best-known tables are those by Christian Goudineau (1939-2018), a leading French ceramologist, and those by the Englishman John Walter Hayes, whose most notable work is *Late Roman Pottery* (London, 1972), which was thoroughly reviewed in *Conimbriga* XII 1973 223-227.

Fine-ware Ceramics

Another group of ceramics is the “Fine-ware” one.

They are also delicate, like the *terra sigillata*, however, the potters have perfected the thickness of its wall, which gives them a special delicacy and, for this reason, they also attracted the attention of researchers.

As an example, Françoise Mayet's work on this type of ceramics in Hispania (*Les Céramiques à Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*), dated 1975 and on which Jeannette U. Smit Nolen studied in detail (*Conimbriga* XV 1976 189-197).

Mortars

Of course, there is a whole range of publications on what is called “common ceramics”, the kind commonly used in the kitchen and on the table in everyday life.

Its importance, mainly due to the number of finds, led Jorge Alarcão to write his doctoral thesis on this type of ceramics found in the excavations of *Conimbriga*. Volume V (*La Céramique Commune Locale et Régionale* – Paris 1975) of the *Fouilles de Conimbriga* series was dedicated to him, as volume IV published in the same year (*Les Sigillées*) was dedicated to the ‘*sigillatas*’. Incidentally, in another excavation carried out by the same team, the one from the Roman *villa* of *S. Cucufate*, this type of ceramics also got attention, on the part of Inês Vaz Pinto, who also chose it for the subject of her doctoral thesis (*A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate* – Beja, Lisbon 2003).

Due to its dimensions and typology, there was, among these ceramics, a type that ended up attracting attention, the mortar, certainly also due to the fact that a shipwrecked Roman ship was identified near Cape Dramont, in Provence, in the middle of the 1st century d. C., with a large load of mortars of different types, which led to the adoption of the classification proposed at the time of their study for the study of these kitchen objects: mortar Dramont D1, Dramont D2...

It should be added that, if ceramologists are interested in shapes and manufacturing centers and even analyse pastes in detail, it is certain that color assumes a primordial role in this type of artefact. And there is also a guide for this, which is often cited in works in this field: it is the color system proposed by the American Albert Henry Munsell (1858-1918).

The glass

The glasses also deserve particular mention.

If the shapes of glass objects only very recently gained another refinement in the eager search for originality on the part of designers, in relation to Roman times, we have to agree that the shapes of glass objects in our daily lives at home are not that different from those the Romans used.

Also in this domain, however, it was necessary to opt for nomenclatures and establish typologies, especially in view, as has been said, of commercial circuits and cultural influences.

The pioneering attempt in this domain is due to the Dutch archaeologist Clasina Isings (1919-2018), with the work *Roman Glass from Dated Finds* (Groningen, 1957), still today the primer reference in studies on Roman glass.

The identification in Numismatics

It goes without saying that, of all that is found in archaeological excavations, coins occupy a primordial place. Either because one immediately thinks of their eventual market value or because they constitute, in fact, an irreplaceable means of dating, as the inscriptions and motifs present on the reverse and obverse allow this.

Occasionally lost or jealously guarded in “hoards”, as in Archaeology, a significant set of coins resulting from deliberate concealment (Figure 07). Of the hundreds and sometimes thousands of hoards, the oldest and most recent numisms are most significant, as they are known, as they define the terms *post quem* and *ante quem* in which they were kept. That is why it is recommended not to dismember a hoard before all of them have been observed.



Figure 07: A hoard of coins.

Catalogues and numismatists' bedside books are also available for coin identification. A classic, the *Roman Coins*, by Harold Mattingly, whose 1st edition, in London, dates from 1928, with successive updated re-editions. In 1984, Sutherland and Carson began publishing *The Roman Imperial Coinage* in London; in 1992 it was the turn of Burnett, Amandri and Ripollès

to start the *Roman Provincial Coinage*. Today, OCRE, Online Coins of the Roman Empire.³

The identification in Epigraphy

In epigraphic monuments, the question of identification arises in relation to theonyms and anthroponyms.

If the identification of the so-called 'classic' theonyms – Jupiter, Venus, Mercury... – does not cause problems, mostly because, in addition to mythological narratives, there are sculptural representations, the question arises in relation to the deities that we classify as “indigenous”, because they are only documented in certain regions and because they have names that, although Latinized, are strange. For these, researchers, in order to try to discover what divine characteristics they assume, try to analyse the name, on the presumption that the etymological similarity with concrete words from the pre-Roman (Indo-European) substratum can shed some light.

The way in which people are identified has also been the focus of attention, as it is assumed that it reveals their social status and, sometimes, their geographical origin.

Even at present, that etymological study is not negligible.

Nuno is nicknamed Sucá. He was never interested in knowing where that name came from, because his grandfather already had it. Now it turns out that the family was rooted in Mozambique for a long time. His grandfather was Cardoso; the natives called him Sor Cardoso, Senhor Cardoso; in the current pronunciation he gave it, therefore, Sucá and, from there, Sucá passed to family name.

In Brazil, there is an enormous spirit of openness to the introduction of names foreign to the Portuguese tradition. Names of characters from Classical Antiquity can, of course, be chosen – and this is undoubtedly an echo of a culture. Brazil received European refugees from the 2nd World War; hence the abundance of nicknames linked to European regions: Theml, Musco, Cuoco... It may surprise us, at first glance, to learn that a Brazilian lady is called Daiane; If we pay attention, however, to the

³ Available at: <<https://numismatics.org/ocre/>>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

popularity of the disgraced Princess Diana, we will easily understand that the name was spelled as her name was pronounced, in English.

With regard to onomastics that we find, for example, in Roman inscriptions from Hispania, there are rules that are already practically accepted by everyone:

- a man who uses three names (*praenomen*, *nomen* and *cognomen*), indicates affiliation and the tribe in which he was inscribed, is a Roman citizen;
- the presence of affiliation is a symptom of being *ingenuus*, that is, a legitimate child;
- an identification with three names, without affiliation and etymologically Greek *cognomen* immediately suggests that we are in the presence of a freedman;
- anyone who identifies with a name and patronymic, whether they are Latin names or those drawn from the pre-Roman substratum, belongs to the indigenous world that the Romans came to find;
- if someone identifies himself only with a name and etymologically Greek, he is most likely a slave;
- there are, however, slaves and freedmen who, because the family is not ashamed of their condition (it should be remembered that, often, being a slave is not a label among the Romans, contrary to what it may seem), and, therefore, the epigraphist's task is facilitated because after the name comes the information SER(*vus*), LIB(*ertus*) of someone.

It should be noted, however, that the presence of an etymologically Greek name does not in itself mean that its bearer was born in the eastern part of the Empire, where Greek was the dominant language. The name was assigned to the slave by his master, the dominus; for this reason, whether due to possible physical characteristics or the desire for ostentation on the part of the master (it is quite enticing to have a slave *Agatamera*...), high-sounding Greek names were often chosen. Also in Antiquity there were fashions, as there are today in relation to the attribution of names taken from the identification of ideologues, artists, football players... And in all of this we are careful to make history!

Let us, by way of example, serve two epigraphic monuments of Lusitania.

The Epitaph of *Firmanus*

In *Idanha-a-Velha*, former *civitas Igaeditanorum*, the elegantly decorated plaque of a family tomb was found, as shown in figure 08. Its sign says the following:

C(aio) CVRIO PVLLI F(ilio) / QVIR(ina) FIRMANO / ANN(orum) LXIII CVRIA
/ VITALIS MARITO / OPTIMO ET SIBI F(aciendum) C(uravit)

To Gaius Curius Firmanus, son of Pullus, from the tribe Quirina, aged 63 years. Curia Vital did it to the great husband and herself.



Figure 08: The epitaph of *Firmanus*.

Following what has been highlighted above, the deceased was a Roman citizen: he has the three names and was assigned to a tribe, that of his city. It happens, however, that filiation is indicated not with the father's praenomen, in abbreviation, but in full: it is *Pullus*, a name that, although Latin, has a concrete meaning: "still young animal", "beloved boy". Therefore, his father, belonging to the indigenous stratum, was given a Latin name related to any of these concrete circumstances: being small, being loved... Now, this way in which *Firmanus* is identified denounces that, although he has acquired Roman citizenship, of which his wife is proud, she is no less proud of her husband's indigenous origin.

However, it is strange that the *Curia Vitalis* had the same family name as her husband, as we know that consanguineous marriages were not allowed. What happened then? The most viable hypothesis is that both were adopted – not necessarily from a legal point of view – by one of the families of the *civitas*, the *Curii*, who (we know this from other inscriptions that tell us about this) would have notoriety in the *civitas Igaeditanorum*... Incidentally, this mausoleum plaque – due to its grandeur (it measures 88 x 118 x 12 cm), for being made of marble in a region where granite is the dominant rock, and for displaying all this decoration in the classical manner – is a very eloquent symptom of abundance.

The Cenotaph of Évora

The second example was exhumed in the Roman *villa* of *Tourega* (Figure 09), located on the outskirts of the city *Liberalitas Iulia Ebora*. On that plaque – also unique for its dimensions (60.5 x 118.5) – reads the following, in two faces:

D(is) M(anibus) S(acrum)

Q(uinto) IV(lio) MAXIMO C(larissimo) V(iro) / QVAESTORI PROV(inciae) SICI/LIAE TRIB(un)o PLEB(is) LEG(ato) / PROV(inciae) NARBONENS(is) / GALLIAE PRAET(or)i DES(ignato) / ANN(orum) XLVI / CALPVRNIA SABI/NA MARITO OPTIMO

Q(uinto) IVL(io) CLARO C(larissimo) I(uveni) IIIIVIRO / VIARVM CVRANDARVM / ANN(orum) XXI / Q(uinto) IVL(io) NEPOTIANO C(larissimo) I(uveni) / IIIIVIRO VIARVM CURAN/DARVM ANN(orum) XX / CALP(urnia) SABINA FILIIS

To the gods Manes.

To Quintus Julius Maximus, very distinguished man, quaestor of the province of Sicily, tribune of the plebs, legate of the Narbonense province of Gaul, appointed praetor, aged 46 years old – Calpurnia Sabina to her great husband.

To Quintus Julius Clarus, a very distinguished young man, four-year curator of roads, aged 21; to Quintus Julius Nepotianus, a very distinguished young man, four-year curator of the roads, aged 20 – Calpurnia Sabina to her sons.



Figure 09: The cenotaph of *Tourega*.

We classify this monument as a plaque of a cenotaph, that is, we are not looking at a family tomb in which relatives were deposited, but rather an evocation protected by the numen from the Beyond, the *Manes*.

The plaque would appear under the entrance to the tomb, empty of the mortal remains of the named ones, which would not prevent, for example, the bodies of the mother and other family members from being deposited there. At the moment, however, the absence of the formula here they lie or here they lie is revealing that *Sabina* wanted, fundamentally, to demonstrate her enormous pain, quite understandable, for the premature death of her husband and children. One could, as it seems natural, think that it was all a huge nightmare, due to an accident in which death claimed the three loved ones at once. *Sabina* did not want to explain in the epigraph what had really happened; it was enough for her, in this naked and raw way, to show what must have been her indescribable pain.

Most likely, the father and sons died in the exercise of their functions in Rome, since the young men had just entered one of the preliminary functions of the senatorial *cursus honorum*, the superintendence of the roads, which is, as it says, not only the good condition of the roads, but, above all, their security as important means for the circulation of products that the city lacked.

The father, in turn, after having exercised municipal functions in his hometown and undoubtedly having made himself famous in them – we assume that it was *Ebora* – was called to join the senatorial class, perhaps through direct intervention by the emperor or of their provincial representatives. It is not mentioned that he held any position in the preliminary functions, which is normal, inasmuch as he is said to have

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

been *quaestor* (the quaestorship is the first position after this apprenticeship) in Sicily. He then took over the tribunate of the plebs, which – if we did not know it – indicated his non-noble origin; a position that looked after the rights of citizens and which, for that very reason, ended up introducing and starting its holder in the complex Roman administrative and judicial machinery. He therefore constituted the springboard to come to perform the functions of representative of the emperor in one of the most important provinces of the West: Gaul *Narbonensis*. Furthermore, he was appointed, but died before such functions were exercised. And, if it was mentioned earlier that *Maximus* entered the senatorial order only after some *curriculum* at local and provincial level, this can be deduced from the fact that, in a normal career, at the age of 46 one had already been at the top of one's career for a long time, in the consulship, for example, given that the usual age for becoming a *quaestor* was around 25 years old and from 33 onwards one could already be a consul.

With regard to the onomastics of the four characters mentioned here, it will be said that the choice of the gentilician *Iulius* is not surprising, as we find ourselves in a city that has *Iulia* in its name, due to having been founded by *Caius Iulius Caesar*. One or several could be the most prominent families in town with this courtship. The sons inherited from their father the *praenomen* *Quintus* and the family name, within which they were distinguished by the cognomens *Clarus* and *Nepotianus*.

In turn, the mother belonged to another family, the *Calpurnia*, and is identified, as is customary for ladies, with her family name and cognomen, *Sabina*, not necessarily implying that she had ancestry from the Sabine people of the Italian Peninsula. However, for having married a senator, she was naturally granted the status of a member of that class, which – by extension – leads us to state that there must have been another family of senators in *Évora*.

Conclusion

The organizers of this volume, especially dedicated to Roman Archaeology, proposed that we address “the scientific challenges underlying the study of Roman Antiquity from the perspective of material culture”.

We took on one of these challenges: that of identifying archaeological objects, emphasizing that a good part, if not all, of the results obtained in

the investigation is rooted in the proper identification of what is found. If you cannot distinguish a marble from a limestone, a cup from a plate, a miliary from a column shaft, a coin from the time of Emperor Augustus from another from Diocletian, a slave owned by a Roman citizen, the story we propose to tell it will be riddled with many false perspectives.

Therefore, this opportunity was taken advantage of to show – namely to those who are not aware of this problem – that early on the concern of classifying artifacts was in the minds of researchers. There are, therefore, classification tables of the most varied ceramics (*lucernae*, table and kitchen objects, *amphorae*...) and coin catalogues...

With regard to the epigraphic monuments, we were interested not in the domain of typologies, but – as identification was privileged – the information that could be obtained about the people whose names appear in the Roman inscriptions, because in this way of identifying oneself it is possible to deduce the environment sociocultural to which these people belong – as, today, we deduce, even without wanting to, that the gentleman who is *Vasconcellos de Abreu e Alancastre* certainly has a noble background and that *Antônio José*, without a surname, remembered in a tomb in the cemetery of *Montemor-o-Novo*, was of gypsy ethnicity (Figure 10).



Figure 10: An epitaph from the cemetery of *Montemor-o-Novo*.

And if, most of the time, the choice of name for a child obeys criteria that only parents are concerned with, in relation to public figures, the choice of name by which they choose to be designated always has weighty reasons. The most significant testimony is undoubtedly that of the Popes: Francis chose this name because he wanted to always keep in mind the testimony of St. Francis of Assisi.

Correctly identifying the object that came out of an excavation is therefore an effective contribution to better understanding the men who lived there. To penetrate to the core of the mechanism that presided over the attribution of a name to a person in Roman times is to open the way to better communion with those who, so that their memory would not be lost, wanted their name immutably engraved in the hardness of marble or on a brass board.

A FILIAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DE NEROLA NA ÉPOCA ROMANA*

Marco Buonocore¹

Em memória de Maria Pia Muzzioli

Resumo

Nesta contribuição, tenta-se definir com precisão os limites do *ager* da jurisdição administrativa dos *Cures Sabini* (*regio IV Augustea*) com base nas inscrições disponíveis. Em particular, acredita-se que o território que inclui os atuais municípios de Nerola (RM) e Montelibretti (RI) pertenciam, na antiguidade, ao *ager Curensis*.

Palavras-chave

Itália Romana; *Cures Sabini*; topografia; epigrafia; municípios Nerola-Montelibretti

¹ Presidente Emérito da Pontifícia Academia Romana de Arqueologia– Roma, Itália.

* O presente texto foi enviado à Revista Heródoto pelo professor Buonocore em Outubro de 2022, poucos meses antes de seu falecimento ocorrido no final do mesmo ano. Esta publicação póstuma homenageia a vida e obra de um humanista cuja contribuição para o estudo da Antiguidade foi, e continuará sendo, inestimável.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

Riassunto

In questo contributo si cerca di definire con esattezza i limiti dell'ager di competenza amministrativa delle città di *Cures Sabini* (*regio IV Augustea*) in base alle iscrizioni disponibili. In particolare si ritiene che il territorio comprendente gli attuali comuni di Nerola (RM) e di Montelibretti (RI) apparteneva in antico all'ager *Curensis*.

Parole chiave

Italia romana; *Cures Sabini*; topografia; epigrafia; comuni di Nerola-Montelibretti.

Durante os meus quase quarenta anos de experiência direta na área para a construção do suplemento do volume IX do *CIL*, relativo ao *regio IV Augustea (Samnium et Sabina)*, um dos principais problemas que encontrei² foi a tentativa de definir com precisão os limites do *ager* sob a jurisdição administrativa das cidades. Como é bem sabido, a *pertica* municipal poderia facilmente estender-se para além das divisões oferecidas pela geomorfologia do território, tais como rios, serras ou outros, que na nossa opinião poderiam revelar-se quase naturais e considerados como limites garantidos; tal como os limites diocesanos, mesmo que nascidos na antiguidade, nem sempre podiam sobrepor-se ao que tinham sido os limites de um território municipal na época romana. Para ultrapassar esta dificuldade, Mommsen sempre tentou - com base nos conhecimentos então disponíveis - oferecer uma imagem razoavelmente genuína, frequentemente compartilhada por Heinrich Kiepert (1818-1899): filólogo, historiador e, sobretudo, geógrafo e cartógrafo. Professor na Universidade de Berlim desde 1859, Kiepert foi o autor de numerosas publicações cartográficas que convergiam para a parte moderna no *Neuer Handatlas der Erde* (1857-1860), para a parte antiga, histórico-geográfica no *Atlas Antiquus* (1859), que juntamente com a sua *Formae Orbis Antiqui* (1894) permanece fundamental para a reconstrução topográfica do mundo clássico e oriental. Mommsen encarregou-o de elaborar as *mappae geographicae* a serem anexados aos volumes da *CIL* (Jäger, 1993: 26-28; Freitag, 1999; Zögner, 1999). Mas Mommsen não deixou de se contradizer por vezes no que diz respeito à atribuição precisa dos limites territoriais das áreas de competência administrativa dos antigos centros: dúvidas e incertezas que reaparecem diariamente mesmo nos arranjos geográficos modernos; o exemplo do *Eretum*³ é muito indicativo a este respeito. Na planta topográfica anexa ao *CIL*, IX, o centro do *Eretum* é de fato atribuído ao *Latium vetus* (fig. 01), enquanto no mapa do *Latium vetus*, no apêndice da *CIL*, XIV, toda a área está incluída no *regio IV* (fig. 02) (Buonocore, 2001: 125; Buonocore, 2002: 285). Para nós, historiadores da antiguidade, é de fundamental importância chegar a delimitações que correspondam tanto quanto possível à verdade, uma vez que o material epigráfico é por vezes arbitrariamente atribuído a este ou aquele município com repercussões negativas sobre a visão histórica das administrações locais (Santoro, 1981: 57-58; Muzzioli, 1985: 363-364)⁴. Este território produziu numerosos *lateres signati* (por exemplo: *figlinae Caepionianae, Domitianae Maiores e Veteres, Oceanae, Tonneianae Vicianae; Opus Salarese*), entre os quais se encontram

² O próprio Theodor Mommsen deparou-se inevitavelmente com a mesma questão.

³ Em geral: Ogilvie, 1965; Muzzioli, 1980: *passim*; Santoro, 1981; Muzzioli, 1985; Brucchiotti, 2018b. V. também *infra*

⁴ Ogilvie, 1965: 82 relata um fragmento epigráfico no mármore da Proconésia.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

aqueles que nos conduzem de volta às oficinas de *Q. Sulpicius Sabinus*, já conhecido de *Cures* (CIL XV, 1490), e *L. Petronius Fuscus* (CIL XV, 2479).

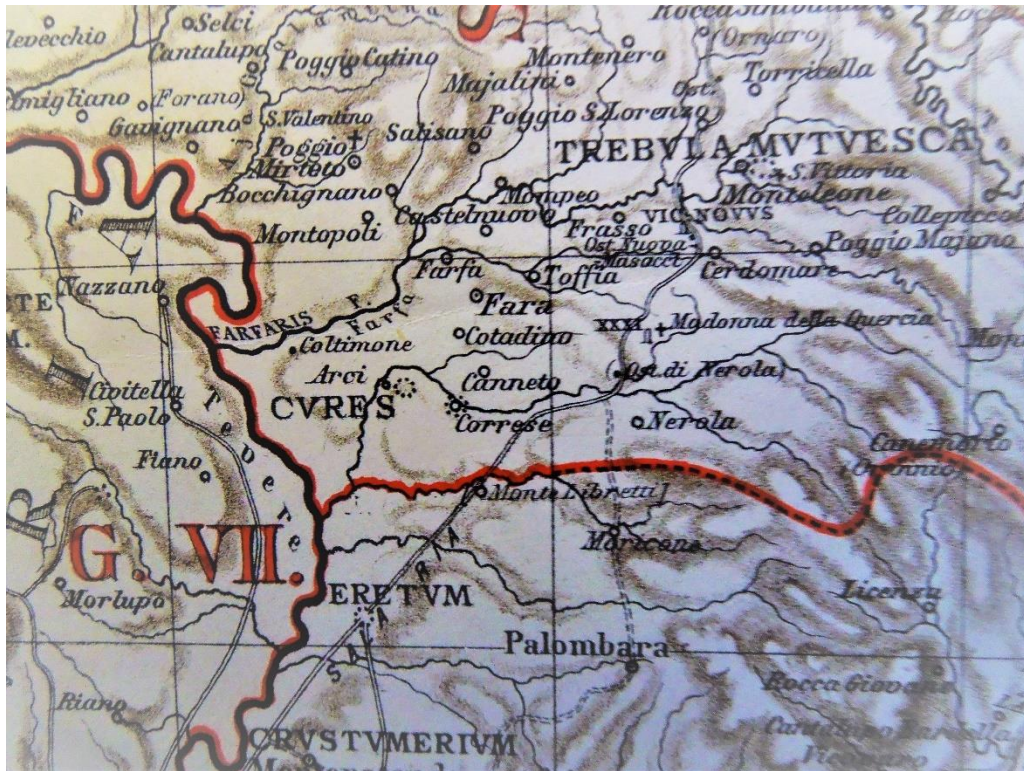


Figura 01



Figura 02

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

Para a clareza e conveniência do leitor, proponho a passagem Mommsen em questão (CIL IX, p. 472):

Cum titulis eruderatis in ipsis Curium parietinis, scilicet *alla Madonna degli Arci* prope Correse, composui qui prodierunt in vicis vicinis Castel nuovo di Farfa, Farfa, Toffia, Fara, Cotodino, Canneto, Nerola, Ponticelli. Inferius Romam versus sequitur Eretum [...] situm prope Tiberim [...] ibi, ubi Nomentana via incidit in Salariam [...] id est prope Tiberim inter Monte Rotondo et Correse. [...]. Rem publicam non habuisse Eretanos ostendunt cum Valerius [...] tum Plinius omittens in recensu populorum Sabinorum. Denique ex iis locis, ubi fuit Eretum, tituli nulli quod sciam unquam prolati sunt. - Nomentum, id est Mentana prope Monterotondo, cum vicis Monte Libretti, Moricone, Stazzano, Palombara, denique agri Tiburtini partem a dextra Anienis Digentiae vallem et Vicovarum totumque angulum inter Anienem et Tiberim volumini ei reservavimus, quod Latio veteri.

Embora os *tituli Eretani* de Hermann Dessau foram registrados no CIL XIV (“sub capite XXXV. *Monte Rotondo*”) sob os números 3933. 3935. 3937. 3938. 3940, os de Montelibretti não foram aceitos; Mommsen, por outro lado, em CIL IX registou apenas dois deles, um, aliás considerado não antigo, na secção de *inscriptiones falsae vel alienae* sob número 440* (“ad viam Nomentanam in territorio vici Monte Libretti”), o segundo, corretamente considerado *antiquus*, sob o número 4906 = p. 686 (“Nibby (*analisi* 2, 348) ait a. 1825 ad Monte Libretti inter rudera villae Romanae et statuas complures repertas esse et fistulas aliquot inscriptas C ° BRVTTI ° PRAESENTIS. Simul cum fistulis his teste Amatio (apud Lancianum *acque* p. 271 n. 437) prodierunt tegulae eodem nomine inscriptae”).

O primeiro documento atribuído a Montelibretti nos daria a conhecer o liberto imperial *T(itus) Flavius Parmenides*, um médico, que colocou a dedicação a *Feronia*; mas a incerteza da transmissão correta da *ratio nominis* e, sobretudo da fonte, isto é, Pirro Ligorio, que a relata, coloca justificadamente reservas à sua autenticidade.

A segunda é uma *fistula aquaria*⁵ que no número V⁶ é seguida pelo nome do famoso *Caius Bruttius Praesens, consul II* em 139 d. C. bem atestado no território trebulano, mas que, como atestado por Nibby, também tinha possessões no território de Montelibretti, bem como em *Amiternum*⁷. Poderíamos, portanto, assumir desde já, com uma grande margem de

⁵ Também por Heirinch Dressel em CIL XV, 7912a.

⁶ V. Bruun, 1991: 48, 69.

⁷ No qual se pode ver principalmente Eck, 1974: 77, n. 5; Andermahr, 1998: 182-187, n. 89; Simelon, 1993: 95-96; Brusini, 2000: 25-35; De Giuseppe; Russo, 2012: 405-423.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

confiabilidade, que a área do atual município de Montelibretti deve ter sido, na antiguidade, incluída no *ager* das *Cures Sabini*.

Passando agora ao assunto principal do meu trabalho, devo confessar que as dúvidas, as dificuldades, as perguntas às quais não pude responder, em suma, todas as perguntas que me tinha feito há mais de vinte anos quando estava tratando dos limites territoriais do *ager* de relevância administrativa de *Cures Sabini*, permaneceu inalterado e inexoravelmente tive de me ater ao que o próprio Mommsen tinha escrito no *praefatio* ao capítulo CIII dedicado às *Cures*, com o qual fechou o impressionante *recensio* das inscrições latinas do território *Sabini* (*Amiternum*, *Cascia-Norcia*, *Reate*, *Forum Novum*, *Trebula Mutuesca* e precisamente *Cures*, para indicar os centros de maior visibilidade e que retornaram uma rica massa de documentação epigráfica: cerca de 800 inscrições para além das já registradas por Mommsen), que, para maior clareza, transcrevo novamente:

Cum titulis eruderatis in ipsis Curium parietinis, scilicet alla *Madonna degli Arci* prope Correse, composui qui prodierunt in vicis vicinis Castel nuovo di Farfa, Farfa, Toffia, Fara, Co(l)todino, Canneto, Nerola, Ponticelli.

Mommsen acreditava, portanto, que o município de Nerola, em tempos antigos, deveria ter sido incluído no *pertica* das *Cures Sabini*. Por conseguinte, nessa seção, revisou os *tituli* que tinham sido "encontrados" nesse município, tanto os *falsi vel alieni* como os *genuini*.

Mais uma vez, para a correção documental e bibliográfica, Mommsen apresentou os documentos considerados não antigos. Estes são os três seguintes, novamente transmitidos por Pirro Ligorio:

CIL IX, 449* (fig. 03): *mineruae squaterianae / praed. cons. sacr / q. squaterius q. f. clus. muc/rio eq. rom.* ("in collibus Sabinis ad Nerulum castellum"). Resultaria numa dedicação a Minerva acompanhada das singulares epicleses *Squateriana* cunhado no *nomen*, nunca atestado, de *Squaterius*, aquele que teria levantado a dedicação.

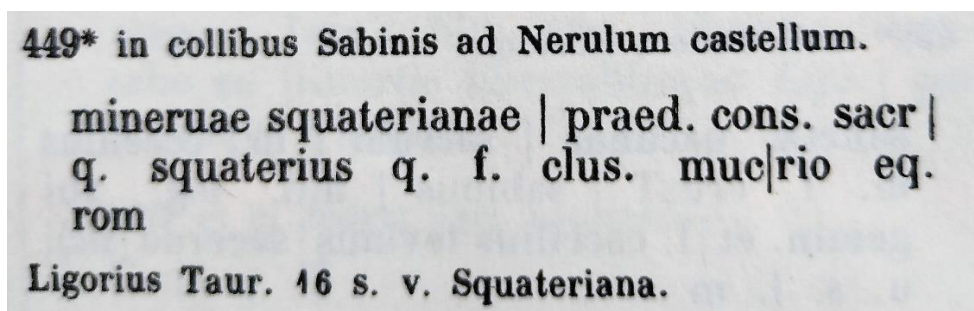


Figura 03

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

CIL IX, 455* (fig. 04): deo | sommo fidio / semoni / sancro sacr / c. priscius c. f. cru / secundinus / eq. rom. praef. uig / u. s. l. m / iii id. noueb. m. lolli/ano et / gauio maximo CoS (“*rep. ad Nerulum castellum in Sabinis in via Quinctia Nomentana*”). Também aqui, o texto levanta muitas questões sobre a lição exata que um *eques Romanus*, bem como *praefectus vigilum*, veriam como o comissário de uma dedicação sagrada. Para além do casal consular, a primeira parte do *titulus* que parece ter sido cunhado a partir do exemplo das duas seguintes inscrições urbanas: *Sanco sancto Semoni / deo Fidio sacrum / decuria sacerdotum / bidentalium reciperatis / vectigalibus* (CIL VI, 568 = ILS 3473); *Semoni Sanco / sancto deo Fidio / sacrum / decuria sacerdot(ium) / bidentalium* (CIL VI, 30994 = ILS 3472).

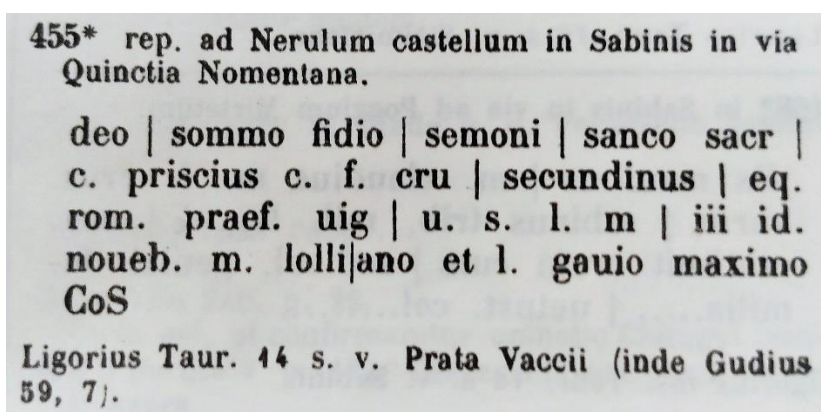


Figura 04

CIL IX, 465* (fig. 05): dls manib / ti. claudius aticTus / aedituus aedis | san. sabinorun / huic loc. comm. comp. ss Ψ c. deriorum / ti. claudius quadratius frat. eius | in front. ped. xxi s. in agr. ped. xxx. s (“*in la uigna derimpetto del hostaria di Nerula scritto in marmo Tiburtino*”). A pedra tumular de travertino, que delimitava uma área de 21 x 30,5 pés, teria sido colocada por *Tiberius Claudius Quadratius* a seu irmão *Tiberius Claudius Atictus*, guardião de um templo dos sabinos (?) e de um evergeta.

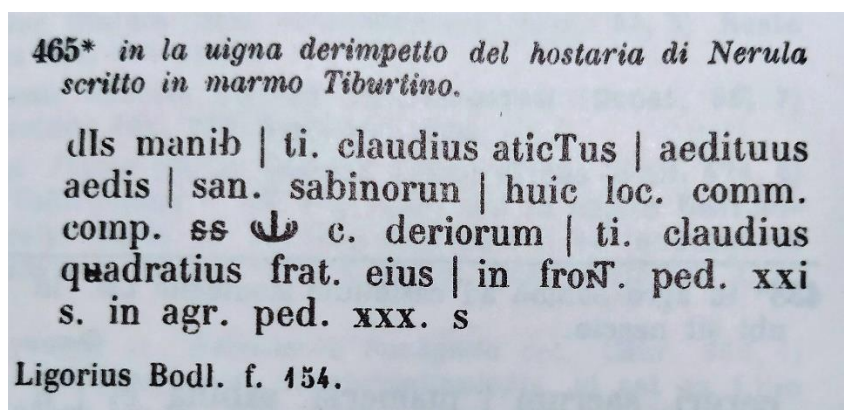


Figura 05

Tendo eliminado, portanto, estas três inscrições, resta apenas considerar quais delas podemos atribuir com segurança ao *corpus* de Nerola.

Mommsen no *CIL* fez referência essencialmente a apenas um documento, uma vez que o *miliarium* (*CIL* IX, 5945; Donati, 1974: 167-168 n. 4), notado por Lukas Olstenio “*Alla hosteria della Nerula [prope Ponticelli] a capo della scala*”, deve ter sido relevante para a *statio* conhecida nos Itinerários como *ad Novas* ou *vicus Novus*, portanto em território trebulano.

O único registrado por Mommsen, portanto, permanece *CIL* IX, 4997, que pôde arquivar Eugen Bormann (1842-1917) “*extra Nerolam in ecclesia S. Sebastiani in altari maximo*”. Professor de história antiga e filologia clássica nas universidades de Marburg e Viena, Bormann participou na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e foi premiado com o 'Eiserne Kreuz'. Discípulo primeiro de August Boeckh e depois, sobretudo, de Theodor Mommsen, que lhe confiou, entre outras coisas, a tarefa de compilar o volume XI do *CIL*, foi o fundador da escola epigráfica vienense, onde ensinou a partir de 1885, sucedendo a Otto Hirschfeld, e o portador da tradição mommseniana (Weber, 1989: 333-342; La Monaca, 2007: 421-447). Não deveríamos estranhar que este documento foi visto por Bormann, porque sabemos que na segunda metade do século XIX ele estava preparando o Volume XI do *CIL*, e era bastante evidente que no seu *itinera epigraphica* poderia inspeccionar zonas contíguas às fronteiras das regiões que ele considerou. O texto, transcrito para Bormann por um *amicus*, é o seguinte (fig. 06):

Q · GENI
CESTO
POPILLI
SYNETHE · MATRI

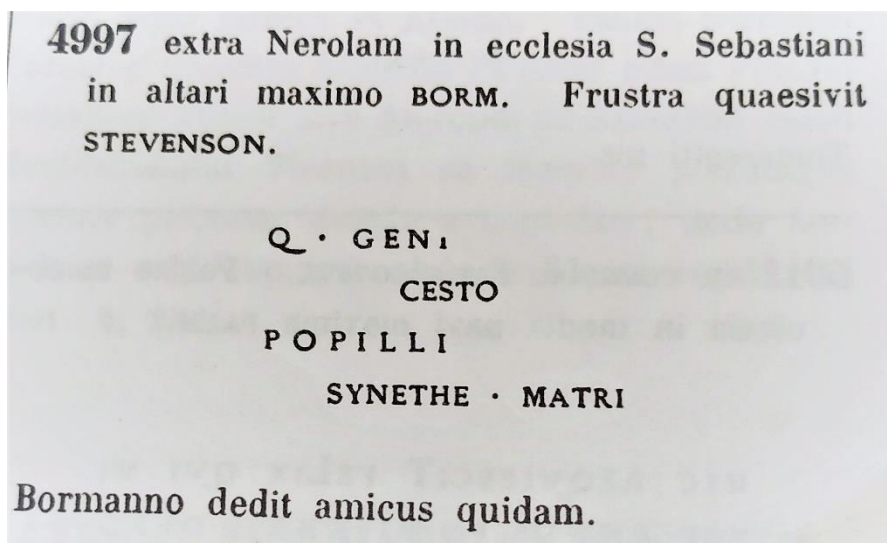


Figura 06

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

Para a primeira linha, continua a ser difícil compreender como o traço tênue na vertical, que pode ser seguido até um “E”, um “I”, um “N”, um “T”, com todas as possibilidades de possíveis gentios, que estão ausentes na área: *Geneius*, *Genicius*, *Gennaeus*, *Gentilius*, *Gentius*. Na segunda linha, poder-se pensar também na integração [A]cesto. Na quarta linha, o *cognomen* *Synethe* é uma variante de *Synete*. Em qualquer caso, estamos perante uma inscrição sepulcral, da era imperial, na qual aparecem pelo menos dois caracteres.

Devemos recordar que Mommsen tinha confiado a sua investigação epigráfica no território sabino a uma personalidade de indiscutível profundidade científica, que apesar da sua juventude, demonstrou competência, confiabilidade e dedicação: Enrico/Henry Stevenson (1854-1898)⁸. Foi um dos maiores estudiosos da arqueologia cristã na segunda metade do século XIX, e já em 1870, quando tinha apenas 16 anos de idade, juntou-se ao pequeno grupo de discípulos procurado por Giovanni Battista de Rossi (talvez o seu favorito); também colaborou extensivamente na catalogação de textos latinos para o *CIL*; em 1882 tornou-se *scriptor Graecus* da Biblioteca do Vaticano, sucedendo ao seu pai. Em 1886 foi nomeado inspector da Pontifícia Comissão de Arqueologia Sagrada, em 1894 - com a morte de Rossi - assumiu o cargo de conservador do Gabinete Numismático do Vaticano e director "especial" do *Nuovo bullettino di archeologia cristiana*. Tinha, de fato, contato constante com Mommsen, principalmente por cartas: além das três cartas incluídas nos códices BAV, *Vat. lat.* 10547-10587 portadores de suas anotações sobre topografia e epigrafia antigas, temos trinta documentos, muitos dos quais escritos na década 1878-1887, nos códices BAV, *Vat. lat.* 14299-14303 (contendo o epistolário de Stevenson), tratando dos problemas inerentes à leitura dos códices epigráficos da Biblioteca do Vaticano e das investigações textuais de um número congruente de inscrições, que Mommsen irá apreciar para a *additamenta* aos volumes IX e X do *CIL*:

Sed horum omnium beneficia superavit et quodammodo obscuravit Henricus Stevenson, qui anno 1878 meas vices subiens iuvenili robore et arte matura universos Sabinos summa cum industria peragravit quaeque nos collegeramus exempla ubi fieri poterat ad archetypa accuratissime et doctissime exegit. Qui nisi adiutor mihi extitisset optatus magis quam speratus, difficillimam hanc operis partem equidem perficere non potuissem (*CIL* IX, p. 472).

Em particular, menciono o código BAV, *Vat. lat.* 10561 (mm 315 x 215; ff. 233), portador da maior parte das suas notas manuscritas, pertencentes à via Nomentana e à via Salaria. A seção de maior interesse para nós está em

⁸Ver as contribuições em Enrico Stevenson, 1998; também em Heid, 2012: 1192-1193.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

ff. 143v-233r, com a seguinte divisão: (ff. 143v-151r) *Via Salaria* (*Schede generali*); (ff. 152r-185r) *Sabina. Schede generali* (ff. 189r-190v) *Cures*; (ff. 191r-197r) *Foronovum* (*Fornuovo - Vescovio*); (ff. 199r-202r) *Trebula Mutuesca*; (f. 203rv) *S. Anatolia e Vittoria*; (f. 204rv) *Antrodoco*; (ff. 217v-225r) *Nerola. Montelibretti. Scandriglia*; (ff. 226r-233r) *Farfa*. A importância dos seus reconhecimentos, principalmente da geografia territorial, é oferecida, como já salientei várias vezes em outros locais, pelas transcrições de documentos epigráficos executados com moldes ou em apográficos, com legendas muito claras sobre o local de preservação, bem como indicações de medições e possíveis propostas complementares; elementos cognitivos ainda mais importantes onde ocorreu o desaparecimento dos *titulus*. Para que os registos mommseniano estejam completos, relato abaixo as referências às inscrições inspeccionadas pessoalmente por Stevenson relativas à sua pesquisa sabina: *CIL IX*, 4821 f. 152r; 5947, f. 152v; 4993, f. 153v; 4751, f. 154r; 4752, f. 154r; 4666, f. 155r; 4644, f. 155r; 4656, f. 155r; 5943, f. 156r; 5944, f. 156r; 4720, f. 157v; 4649, f. 158r; 4647, f. 158r; 4659, ff. 158r, 159r; 4658, ff. 158v, 159r, 159v; 4954, f. 160v; 4650, f. 161v; 4911, f. 162v; 4866, f. 162v; 4670, f. 165v; 4637, f. 165v; 4776, f. 168r; 4779, f. 168r; 4770, f. 168r; 4790, f. 168r; 4789, f. 168v; 5009, f. 183r; 4965, f. 183r; 4946, f. 184r; 4945, f. 184r; 4670, f. 185r; 4976, ff. 189r, 190v; 4979, f. 189r; 4957, ff. 189r, 190v; 4987, f. 189v; 4988, f. 189v; 4986, f. 189v; 4985, f. 189v; 4984, f. 189v; 4975, f. 190v; 4980, f. 190v; 4971, f. 190v; 4960, f. 190v; 4961, f. 190v; 4970, f. 190v; 4785, ff. 191v, 197r; 4781, f. 196v; 4845, f. 196v; 4942, f. 199v; 4882, f. 199v; 4914, f. 199ar; 4883, f. 199ar; 4939, f. 199ar; 4888, f. 199ar; 4885, f. 199av; 4902, f. 199av; 4905, f. 199av; 4879, f. 199av; 4903, f. 199av; 4899, f. 200r; 4944, f. 200r; 4951, f. 200r; 4889, f. 200v; 4943, f. 200v; 4916, f. 200v; 4660, ff. 201r, 204rv; 4661/2, ff. 202r, 204rv; 4949, f. 203r; 4950, f. 203r.

A par dos documentos já no *CIL IX* que Stevenson teve a oportunidade de verificar novamente, apontando a Mommsen tudo o que era necessário para que o documentário estivesse completo, em f. 218v está um desenho de um fragmento de uma inscrição (originalmente, talvez, uma simples mesa de mármore) com letras bem gravadas que em 21 de Setembro de 1896 ele notou murada “*sulla facciata della cappelletta che è a piè della salita che conduce a Montelibretti dalla parte della strada che conduce a Nerola*” desenho do seguinte apógrafo (fig. 07):

[- -]+IO
 [- -]MO

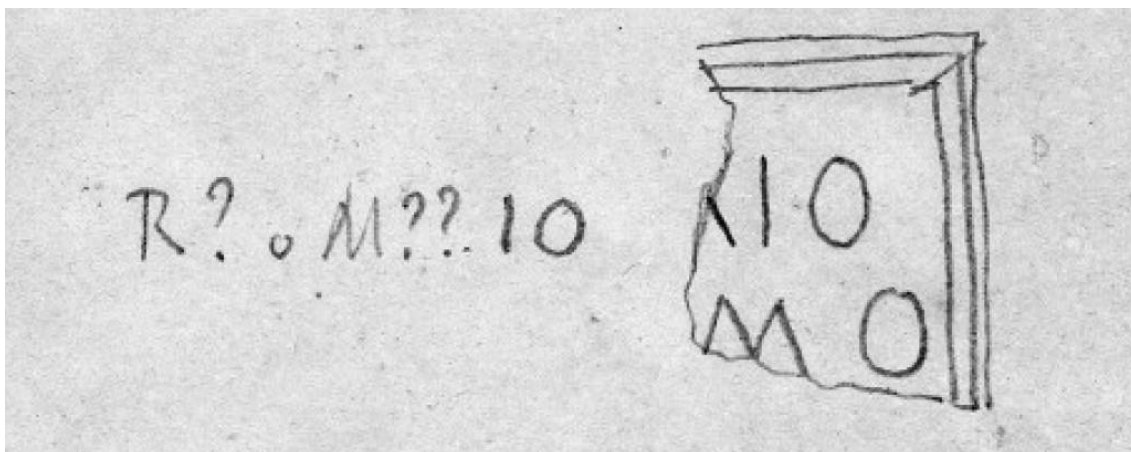


Figura 07

Infelizmente, as poucas letras sobreviventes (na linha inicial, antes da IO, Stevenson reconheceu as características de uma letra que poderia ser rastreada até um M ou R) não permitem uma integração segura, embora se pudesse provavelmente pensar numa fórmula onomástica (primeira linha: *nomen*; segunda linha: *cognomen*) expressa no caso dativo e, portanto, a ser considerada como os *titulus* de uma inscrição sepulcral comum. Além disso, não é possível estabelecer se o texto, datado da época imperial, deve ser atribuído a Montelibretti ou Nerola, devido à sua reutilização⁹.

Depois de Stevenson, outro estudioso dedicou-se ao estudo das antiguidades sabina, marcando profundamente o conhecimento e indicando quais os outros caminhos a tomar para fazer avançar a investigação: Niccolò Persichetti (1849-1915). A ele devemos, para além das numerosas comunicações arqueológico-epigráficas que apareceram no *Not. Scavi*, a importante contribuição de 1912 para a recuperação e conservação do material antigo do Museu Cívico Aquilano, *Iscrizioni e rilievi del Museo Civico Aquilano*, in *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Römische*, e, acima de tudo, as duas monografias topográficas *Viaggio archeologico sulla Salaria nel circondario di Cittaducale con appendice sulle antichità dei dintorni e tavola topografica*, Roma 1893; *La Via Salaria nei circondarii di Roma e Rieti*, Roma 1910. Também era propriedade dele o Palácio Persichetti em L'Aquila, na Piazza S. Maria di Roio, no qual foi recolhida uma grande quantidade de material inscrito, a maior parte murada ao longo da escadaria de entrada. O próprio Persichetti, entre o final do século XIX e o início do século seguinte, tinha conseguido recuperá-lo no território sob jurisdição administrativa quer de *Amiternum* quer de alguns centros vestino, especialmente *Aveia* e *Peltuinum*.

⁹ Ver CIL IX, 8985a.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

Novamente Persichetti em 1907 transcreveu o texto de um painel de calcário partido no fundo (37 x 22 cm), murada no exterior da igreja de São Nicolau de Bari em Montelibretti, mas que não conseguiu recuperar nos últimos anos. Assim, o texto, baseado na leitura de Persichetti (fig. 08) (Persichetti, 1907: 428)¹⁰:

Cn(aeus) Egnatius Cn(aei) l(ibertus)
Theophilus,
Egnatia Cn(aei) l(iberta)
Philostrata,
[Cn(aeus)] Egnatius Cn(aei) l(ibertus) Philo.

C N · E G N A T I V S · C N F · L
 T H E O P H I L V S
 E G N A T I A · C N · L
 P H I L O S T R A T A
 cn } E G N A T I V S · C N · L · P H I L O

Figura 08

A inscrição, que pode ser datada de meados do século I d.C. devido ao fato de os personagens, todos os libertados, serem expressos em casos nominativos, não teria uma ancoragem certa para a sua atribuição a Nerola, uma vez que foi murada em Montelibretti. No entanto, nada nos impede de pensar que tenha sido deslocada da sua localização original para fins de reutilização.

Mas o texto de uma inscrição encontrada em 1993, com serenidade de julgamento, leva-nos a considerar a área de Nerola como originalmente relevante para o documento agora discutido.

No Verão de 1993, de fato, tive a oportunidade, com os meus amigos Giorgio Filippi e Tersilio Leggio, de ver em *Acquaviva* perto de Nerola, ao longo da rota da *Salaria Vetus*, uma pedra calcária, arredondado no topo e ligeiramente lascada ao longo das bordas (68,8 x 32,5 x 15 cm), com letras

¹⁰ VER CIL IX, 8970.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

de 3-4,5 cm de altura; esta é a inscrição (fig. 09) (Buonocore, 1994: 342-343 n. 7; AE, 1994, 566; CIL IX, 8969):

[L(ucius)] *Egnatius*
L(uci) l(ibertus)
Primio
vixit annis
XXV.



Figura 09

Não devemos, portanto, excluir a possibilidade de que o texto visto por Persichetti murado nas estruturas externas da igreja de São Nicolau de Bari em Montelibretti seja referido ao território de Nerola, e que foi neste mesmo território ao longo do século I d.C. (a inscrição de *L. Egnatius Primio*

também data do mesmo período de tempo, pelas mesmas razões que a anterior) que os *Lucii e Cnaei Egnatii*¹¹ tinha uma certa afirmação local.

Mesmo que Nerola, com o não distante Montelibretti, tenha até agora deixado poucos *vestigia* epígrafes (aos quais devemos acrescentar a lucerna *Communis*, como me informa o Dr. Emanuele Brucchiatti), podemos afirmar com segurança que, na antiguidade, este território pertencia à *ager Curensis*, embora, como sabemos e como foi escrito, seja ainda impossível delinear as fronteiras exatas (se não só abstratamente) do território da cidade sabina (no qual outros centros conhecidos das fontes poderiam ser incluídos) devido à escassez de sondagens arqueológicas e à impossibilidade de utilizar *argumenta ex silentio*¹².

Fontes Antigas

AE = *L'année épigraphique*. L'Anée Épigraphique. Revue des publications épigraphiques relatives à l'Antiquité romaine. Paris, 1888-.

BAV = Biblioteca Apostolica Vaticana.

CIL = *Corpus inscriptionum Latinarum*. Corpus Inscriptionum Latinarum VI: Inscriptiones Urbis Romae Latinae. HENZEN, G; DE ROSSI, I.B; BORMANN, E; HUELSEN, C; BANG, M. (et al.) Editors. Berlim, 1876.

ILS = *Inscriptiones Latinae selectae*.

Referências Bibliográficas

ANDERMAHR, A. *Totus in praediis*. Senatorischer Grundbesitz in Italien in der Frühen und Hohen Kaiserzeit. Bonn, 1998.

BRUCCHIETTI, E. Gli studi intrapresi da Caterina Montagna nella Sabina tiberina. Nuovi elementi per Cures e il suo territorio. In: ARMELLIN, P. (ed), *La storia del territorio di Poggio Mirteto*. Un racconto tra archeologia, architettura, economia, geologia, storia della musica, storia dell'arte, urbanistica. Atti della giornata di studi (Poggio Mirteto, 29 novembre 2014, con integrazioni ed aggiornamenti). Roma, 2018a, p. 125-135.

¹¹ Sobre esta família, ver Wikander, 1990: 207-211.

¹² Ver Muzzioli, 1980: 34. Ver também Brucchiatti, 2016: 225-228; Brucchiatti, 2018a: 125-135.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-195.

DOI:

BRUCCHIETTI, E. La Sabina: dalle transumanze alle Salarie romane. In: TOZZI, I.; VIRILI, C. (eds). *La via del sale, Via di Civiltà*. Atti del Convegno di Antrodoco (Antrodoco, 14 maggio 2016). Santa Rufina di Cittaducale (RI). 2018b, p. 45-78.

BRUCCHIETTI, E. Agro curensis (Nerola, Roma). Note topografiche e archeologiche sulla villa romana di Colle S. Pietro. In: RUSSO TAGLIENTE, A.; GHINI, G.; MARI, Z. (eds). *Lazio & Sabina* 11, Atti del Convegno. Undicesimo Incontro di Studi sul Lazio e la Sabina (Roma, 4-6 giugno 2014). Roma, 2016, p. 225-228.

BRUSINI, S. La decorazione scultorea della villa romana di Monte Calvo. In : *Rivista dell'Istituto Nazionale d'Archeologia e Storia dell'Arte* 55, 2000, p. 25-35.

BRUUN, C. *Water Supply of Ancient Rome. A Study of Roman Imperial Administration*. Helsinki, 1991.

BUONOCORE, M. Curensia. In: *Rendiconti dell'Accademia Nazionale dei Lincei*, serie 9°, 5. 1994, p. 329-348.

BUONOCORE, M. Il capitolo delle inscriptiones falsae vel alienae nel CIL. Problemi generali e particolari: l'esempio della regio IV Augustea. In: *Varia Epigraphica*, Atti del Colloquio Internazionale di Epigrafia (Bertinoro, 8-10 giugno 2000). Bologna, 2001, p. 63-127.

BUONOCORE, M. *L'Abruzzo e il Molise in età romana tra storia ed epigrafia*. L'Aquila, 2002.

DE GIUSEPPE, H.; RUSSO, A. Instrumenta inscripta dalla villa romana di Barricelle in Lucania. In: *Sylloge epigraphica Barcinonensis* 10. 2012, p. 405-423.

DONATI, A. I miliari delle regioni IV e V dell'Italia. In: *Epigraphica* 36. 1974, p. 155-222.

ECK, W. C. Bruttius Praesens. In : *Pauly-Wissowa. Supplement*, XIV, col. 77 n. 5. Stuttgart, 1974.

STEVENSON, E. In memoria di Enrico Stevenson nel I centenario della morte (1898-1998). *Rivista di Archeologia Cristiana*: 74. Roma, 1998.

FREITAG, U. *Heinrich Kiepert's kartographische Leistung*. Berlin, 1999.

HEID, S. Henry/ Enrico Stevenson iunior. In: *Personenlexicon zur christlichen Archäologie. Forscher und Persönlichkeiten vom 16. bis zum 21. Jahrhundert*: Regensburg, 2012, p. 1192-1193.

JÄGER, H. Zum 175. Geburtstag des Akademiemitgliedes, Altphilologen und Geographen Heinrich Kiepert. In: *Mitteilungen der Akademie gemeinnütziger Wissenschaften zu Erfurt*. 1993, p. 26-28.

LA MONACA, V. Wilhelm Henzen, Eugen Bormann, Giovan Battista Carlo Giuliani e il Corpus Inscriptionum Latinarum: lettere inedite. In: *Annali dell'Istituto storico italo-germanico in Trento* 33. 2007, p. 421-447.

MUZZIOLI, M. P. *Cures Sabini*. Forma Italiae. Regio IV. Vol. II. Firenze, 1980.

MUZZIOLI, M. P. Eretum. In: *Enciclopedia Virgiliana*, II. Roma, 1985, p. 363-364.

OGILVIE, R. M. Eretum. In: *Papers of the British School at Rome* 33. 1965, p. 70-112.

PERSICHETTI, N. Montelibretti. Antichità scoperte nel territorio del Comune. In: *Notizie degli scavi di antichità*. 1907, p. 428-429.

SANTORO, P. *La città sabina di Eretum*. In: *Enea nel Lazio: archeologia e mito*. Roma, 1981, p. 57-58.

SIMELON, P. La propriété en Lucanie depuis les Grecques jusqu'à l'avènement des Sévères. *Étude épigraphique*. Bruxelles, 1993.

WEBER, E. L'impresa epigrafica di Eugen Bormann. In: MANSUELLI, A.; SUSINI, G. (eds). *Il contributo dell'Università di Bologna alla storia della città: l'evo antico*, Atti del 1° convegno (Bologna, 11-12 marzo 1988). 1989, p. 333-342.

WIKANDER, O. Senators and équités IV. The Case of the Egnatii, In: *Opuscula Romana* 18. 2002, p. 207-211.

ZÖGNER, L. *Antike Welten*. Neue Regionen. Heinrich Kiepert 1818-1899. Begleitband zur Ausstellung (Staatsbibliothek zu Berlin, 16. April-29. Mai 1999). Berlin, 1999.

L'APPARTENENZA AMMINISTRATIVA DEL TERRITORIO DI NEROLA IN EPOCA ROMANA *

Marco Buonocore¹

Nel ricordo di Maria Pia Muzzioli

Riassunto

In questo contributo si cerca di definire con esattezza i limiti dell'ager di competenza amministrativa delle città di *Cures Sabini* (*regio IV Augustea*) in base alle iscrizioni disponibili. In particolare si ritiene che il territorio comprendente gli attuali comuni di Nerola (RM) e di Montelibretti (RI) apparteneva in antico all'*ager Curensis*.

Parole chiave

Italia romana; *Cures Sabini*; topografia; epigrafia; comuni di Nerola-Montelibretti.

¹ Presidente Emerito della Pontificia Accademia Romana di Archeologia- Roma, Italia.

* L'articolo è stato presentato a la Rivista Erodoto dal professore Buonocore nell'Ottobre 2022, poco prima della sua scomparsa alla fine anno. Questa pubblicazione postuma rappresenta un omaggio alla vita ed opera di questo umanista, il cui contributo per lo studio della Antichità rimarrà inestimabile.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

Resumo

Nesta contribuição, tenta-se definir com precisão os limites do *ager* da jurisdição administrativa dos *Cures Sabini* (*regio IV Augustea*) com base nas inscrições disponíveis. Em particular, acredita-se que o território que inclui os atuais municípios de Nerola (RM) e Montelibretti (RI) pertenciam, na antiguidade, ao *ager Curensis*.

Palavras-chave

Itália Romana; *Cures Sabini*; topografia; epigrafia; municípios Nerola-Montelibretti.

Durante la mia quasi quarantennale esperienza diretta sul territorio per la costruzione del Supplemento al volume IX del *CIL*, relativo alla *regio IV Augustea (Samnium et Sabina)*, uno dei principali problemi che ho incontrato² è stato il tentativo di definire con esattezza i limiti dell'*ager* di competenza amministrativa delle città. Come si sa, la *pertica* municipale poteva tranquillamente estendersi oltre quelle divisioni offerte dalla geomorfologia del territorio, come ad esempio fiumi, crinali o altro, che a nostro avviso si sarebbero potute dimostrare quasi limiti naturali e scontati; così come non sempre, lo voglio sottolineare anche in questa sede, i limiti diocesani, pur nati in epoca antica, non sempre possono sovrapporsi a quelli che erano stati i confini di un territorio municipale d'epoca romana. Per superare questa difficoltà, Mommsen cercò sempre - sulla base delle conoscenze allora disponibili - di offrire un quadro abbastanza certificato, spesso coadiuvato da Heinrich Kiepert (1818-1899): filologo, storico e soprattutto geografo e cartografo. Dal 1859 professore all'università di Berlino, Kiepert fu autore di numerose pubblicazioni cartografiche che confluirono per la parte moderna nel *Neuer Handatlas der Erde* (1857-1860), per la parte antica, storico-geografica, nell'*Atlas Antiquus* (1859), che insieme al suo *Formae Orbis Antiqui* (1894) rimane fondamentale per la ricostruzione topografica del mondo classico e orientale. Mommsen lo incaricò di redigere le *mappae geographicae* da annettere ai volumi del *CIL* (Jäger, 1993: 26-28; Freitag, 1999; Zögner, 1999). Ma Mommsen non mancò di cadere talvolta in contraddizione riguardo alla precisa assegnazione dei limiti territoriali delle aree di competenza amministrativa dei centri antichi: dubbi e incertezze che quotidianamente riemergono anche nelle moderne sistemazioni geografiche; quanto mai indicativo a tale proposito è l'esempio di *Eretum*³. Nella pianta topografica acclusa a *CIL*, IX, il centro eretino, infatti, viene assegnato al *Latium vetus* (fig. 01), mentre nella carta del *Latium vetus* in appendice al *CIL*, XIV tutta l'area risulta inserita nella *regio IV* (fig. 02) (Buonocore, 2001: 125; Buonocore, 2002: 285). Per noi storici dell'antichità è di fondamentale importanza addivenire a delimitazioni il più possibile rispondenti al vero, in quanto il materiale epigrafico talvolta viene arbitrariamente assegnato a questa o a quella municipalità con spiacevoli ricadute sulla visione storica delle amministrazioni locali (Santoro, 1981: 57-58; Muzzioli, 1985: 363-364)⁴. Questo territorio ha restituito numerosi *lateres signati* (ad esempio: *figlinae Caepionianae, Domitianae Maiores e Veteres, Oceanae, Tonneianae Vicianae; Opus Salarese*), tra cui da segnalare quelli che ci riconducono alle officine di *Q. Sulpicius*

² Lo stesso Theodor Mommsen dovette inevitabilmente imbattersi sul medesimo quesito.

³ In generale: Ogilvie, 1965; Muzzioli, 1980: *passim*; Santoro, 1981; Muzzioli, 1985; Brucchiotti, 2018b. V. anche infra.

⁴ Ogilvie, 1965: 82 riporta la notizia di un frammento epigrafico in marmo proconnesio.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

Sabinus, già noto a *Cures* (CIL XV, 1490), e di *L. Petronius Fuscus* (CIL XV, 2479).



Figura 01



Figura 02

Per maggiore chiarezza e comodità del lettore propongo il passo di Mommsen in questione (*CIL IX*, p. 472):

Cum titulis eruderatis in ipsis Curium parietinis, scilicet *alla Madonna degli Arci* prope Correse, composui qui prodierunt in vicis vicinis Castel nuovo di Farfa, Farfa, Toffia, Fara, Cotodino, Canneto, Nerola, Ponticelli. Inferius Romam versus sequitur Eretum [...] situm prope Tiberim [...] ibi, ubi Nomentana via incidit in Salarium [...] id est prope Tiberim inter Monte Rotondo et Correse. [...]. Rem publicam non habuisse Eretanos ostendunt cum Valerius [...] tum Plinius omittens in recensu populorum Sabinorum. Denique ex iis locis, ubi fuit Eretum, tituli nulli quod sciam unquam prolati sunt. - Nomentum, id est Mentana prope Monterotondo, cum vicis Monte Libretti, Moricone, Stazzano, Palombara, denique agri Tiburtini partem a dextra Anienis Digentiae vallem et Vicovarum totumque angulum inter Anienem et Tiberim volumini ei reservavimus, quod Latio veteri.

Sebbene i *tituli Eretani* da Hermann Dessau furono registrati in *CIL XIV* ("sub capite XXXV. *Monte Rotondo*") ai numeri 3933. 3935. 3937. 3938. 3940, quelli di Montelibretti non furono recepiti; Mommsen, di contro, in *CIL IX* ne registrò due soli, uno, per di più ritenuto non antico, nella sezione delle *inscriptiones falsae vel alienae* al numero 440* ("ad viam Nomentanam in territorio vici Monte Libretti"), il secondo, giustamente considerato *antiquus*, al numero 4906 = p. 686 ("Nibby (*analisi* 2, 348) ait a. 1825 ad Monte Libretti inter rudera villae Romanae et statuas complures repertas esse et fistulas aliquot inscriptas C ° BRVTTI ° PRAESENTIS. Simul cum fistulis his teste Amatio (apud Lancianum *acque* p. 271 n. 437) prodierunt tegulae eodem nomine inscriptae").

Il primo documento assegnato a Montelibretti ci farebbe conoscere il liberto imperiale *T(itus) Flavius Parmenides*, medico, che pose la dedica a *Feronia*; ma l'incertezza della corretta trasmissione della *ratio nominis* e soprattutto la fonte, cioè Pirro Ligorio, che la riporta, pongono giuste riserve sulla sua autenticità.

Il secondo è una *fistula aquaria*⁵ che al numerale V⁶ fa seguire il nome del famoso *Caius Bruttius Praesens, consul II* nel 139 d. C. ben attestato nel territorio trebulano, ma che, come attestato da Nibby, anche nel territorio di Montelibretti aveva possedimenti, come anche ad *Amiternum*⁷. Potremmo già quindi ritenere, con un vantato margine di attendibilità che

⁵ Schedata anche da Heirinch Dressel in *CIL XV*, 7912a.

⁶ V. Bruun, 1991: 48, 69.

⁷ Su cui v. principalmente Eck, 1974: 77, n. 5; Andermahr, 1998: 182-187, n. 89; Simelon, 1993: 95-96; Brusini, 2000: 25-35; De Giuseppe; Russo, 2012: 405-423.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

l'area dell'attuale comune di Montelibretti doveva essere in antico compresa nell'*ager* di *Cures Sabini*.

Venendo ora all'argomento primario della mia relazione, devo confessare che i dubbi, le difficoltà, le domande a cui non riuscivo a dare risposta, insomma, tutti i quesiti che mi ero posto oltre vent'anni fa quando stavo affrontando i limiti territoriali dell'*ager* di pertinenza amministrativa di *Cures Sabini*, sono rimasti invariati e inesorabilmente mi sono dovuto attenere a quanto Mommsen stesso aveva scritto nella *praefatio* al capitolo CIII dedicato a *Cures*, con cui si chiudeva l'imponente *recensio* delle iscrizioni latine del territorio dei *Sabini* (*Amiternum*, *Cascia-Norcia*, *Reate*, *Forum Novum*, *Trebula Mutuesca* e appunto *Cures*, per indicare i centri di maggiore visibilità e che hanno restituito una ricca messe di documentazione epigrafica: circa 800 iscrizioni in aggiunta a quelle già censite da Mommsen), che, per maggiore chiarezza, nuovamente trascrivo:

Cum titulis eruderatis in ipsis Curium parietinis, scilicet *alla Madonna degli Arci* prope Correse, composui qui prodierunt in vicis vicinis Castel nuovo di Farfa, Farfa, Toffia, Fara, Co(l)todino, Canneto, Nerola, Ponticelli.

Mommsen dunque riteneva che il comune di Nerola, in antico, doveva essere compreso nella *pertica* di *Cures Sabini*. Di conseguenza in detta sezione recensiva i *tituli* che erano stati "trovati" in quel comune, sia quelli *falsi vel alieni* sia quelli *genuini*.

Anche in questo caso, per correttezza documentaria e bibliografica, Mommsen presentò quei documenti ritenuti non antichi. Si tratta dei tre seguenti, ancora una volta trasmessi da Pirro Ligorio:

CIL IX, 449* (fig. 03): *mineruae squaterianae / praed. cons. sacr / q. squaterius q. f. clus. muc/rio eq. rom.* ("in collibus Sabinis ad Nerulum castellum"). Risulterebbe una dedica a Minerva accompagnata dalla singolare epiclesi *Squateriana* coniata sul *nomen*, mai attestato, di *Squaterius*, colui che avrebbe innalzato la dedica.

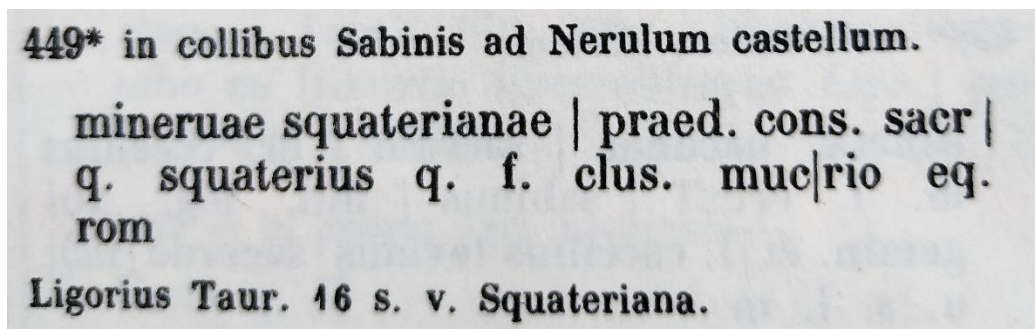


Figura 03

CIL IX, 455* (fig. 04): deo | sommo fidio / semoni / sancō sacr / c. priscius c. f. cru / secundinus / eq. rom. praef. uig / u. s. l. m / iii id. noueb. m. lolli/ano et / gauio maximo CoS (“*rep. ad Nerulum castellum in Sabinis in via Quinctia Nomentana*”). Anche in questo caso il testo pone non poche perplessità sull’esatta lezione che vedrebbe un *eques Romanus* nonché *praefectus vigilum* quale committente di una dedica sacra. A parte la coppia consolare, lascia perplessi la prima parte del *titulus* che sembra essere stata coniata sull’esempio delle due seguenti iscrizioni urbane: *Sanco sancto Semoni / deo Fidio sacrum / decuria sacerdotum / bidentalium recipieratis / vectigalibus* (CIL VI, 568 = ILS 3473); *Semoni Sanco / sancto deo Fidio / sacrum / decuria sacerdot(ium) / bidentalium* (CIL VI, 30994 = ILS 3472).

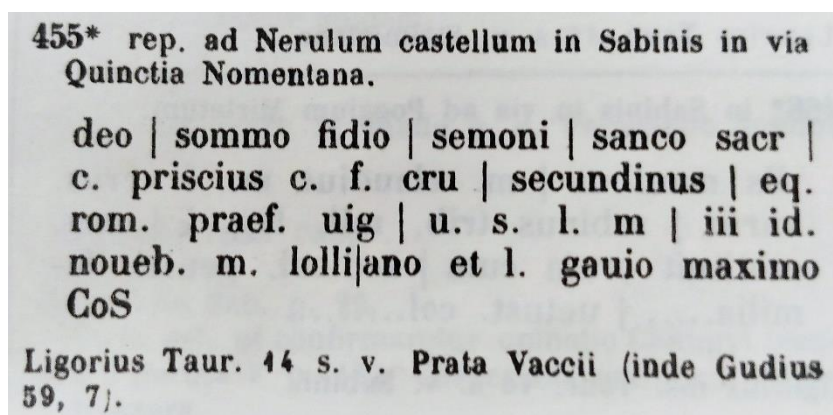


Figura 04

CIL IX, 465* (fig. 05): dIs manib / ti. claudius aticTus / aedituus aedis | san. sabinorun / huic loc. comm. comp. ss Ψ c. deriorum / ti. claudius quadratius frat. eius | in front. ped. xxi s. in agr. ped. xxx. s (“*in la uigna derimpetto del hostaria di Nerula scritto in marmo Tiburtino*”). Il cippo sepolcrale in travertino che delimitava un’area di 21 x 30,5 piedi, sarebbe stata posta da *Tiberius Claudius Quadratius* a suo fratello *Tiberius Claudius Atictus*, custode di un tempio dei Sabini (?) nonché evergeta.

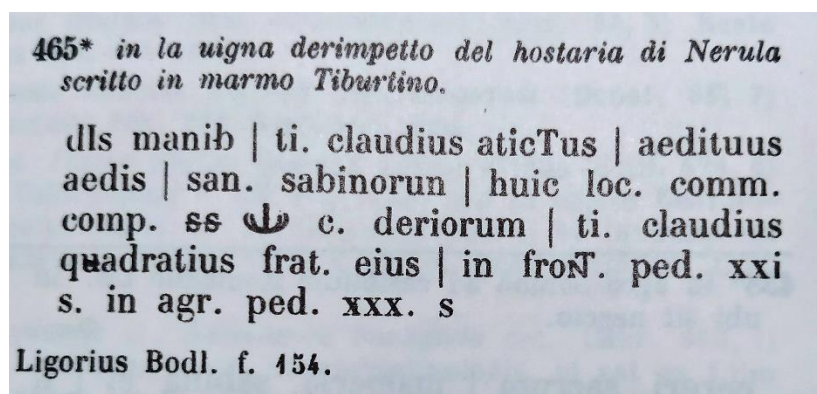


Figura 05

Eliminate dunque, queste tre iscrizioni, non rimane che considerare quali sono quelle che con sicurezza possiamo assegnare al *corpus* di Nerola.

Mommsen in *CIL* fece riferimento sostanzialmente a un solo documento, poiché il *miliarium* (CIL IX, 5945; Donati, 1974: 167-168 n. 4), notato da Lukas Olstenio “*Alla hosteria della Nerula [prope Ponticelli] a capo della scala*”, doveva essere pertinente alla *statio* nota negli Itinerari come *ad Novas* o *vicus Novus*, quindi in territorio trebulano.

L’unico censito da Mommsen rimane dunque CIL IX, 4997, che poté schedare Eugen Bormann (1842-1917) “*extra Nerolam in ecclesia S. Sebastiani in altari maximo*”. Professore di storia antica e filologia classica alle università di Marburg e Vienna, Bormann prese parte alla guerra franco-prussiana (1870-1871) e fu insignito della ‘Eiserne Kreuz’. Discepolo prima di August Boeckh e poi, soprattutto, di Theodor Mommsen, che gli affidò, tra l’altro, l’incarico di costituire il volume XI del *CIL*, fu il fondatore della scuola epigrafica viennese, dove insegnò dal 1885 succedendo a Otto Hirschfeld, nonché portatore della tradizione mommseniana (Weber, 1989: 333-342; La Monaca, 2007: 421-447). Non dobbiamo meravigliarci se questo documento venne visto da Bormann, perché sappiamo che nella seconda metà dell’Ottocento egli stava preparando il volume XI del *CIL*, e naturalmente era abbastanza evidente che nei suoi *itinera epigraphica* potesse ispezionare zone contermini ai confini delle regioni da lui considerate. Il testo, così come a Bormann era stato trascritto da un *amicus*, è il seguente (fig. 06):

Q · GENI
CESTO
POPILLI
SYNETHE · MATRI

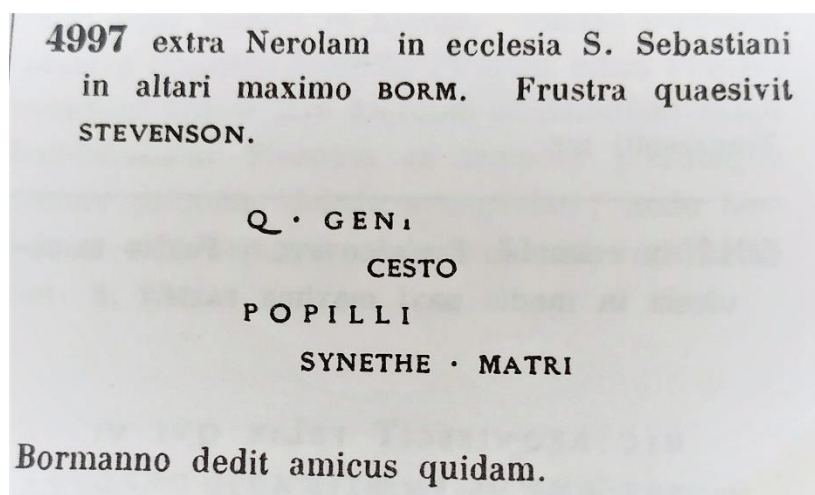


Figura 06

Per la prima riga, rimane difficile capire come intendere la labile traccia del tratto verticale, riconducibile a una “E”, una “I” una “N”, una “T”, con tutte possibilità di eventuali gentilizi, peraltro assenti nella zona: *Geneius*, *Genicius*, *Gennaeus*, *Gentilius*, *Gentius*. Alla seconda riga si potrebbe pensare anche alla integrazione [A]cesto. Alla quarta riga il *cognomen* *Synethe* è variante di *Synete*. In ogni caso siamo dinanzi a una iscrizione sepolcrale, di piena età imperiale, in cui compaiono almeno due personaggi.

Dobbiamo ricordare che Mommsen per la ricerca epigrafica in territorio sabino si era affidato a una personalità di indiscusso spessore scientifico, che nonostante la sua giovane età, dimostrò competenza, affidabilità e dedizione: Enrico/Henry Stevenson (1854-1898)⁸. Fu uno dei massimi studiosi di archeologia cristiana della seconda metà dell'Ottocento, che già dal 1870, appena sedicenne, entrò a far parte del ristretto gruppo dei discepoli voluto da Giovanni Battista de Rossi (forse il suo prediletto); collaborò molto anche alla catalogazione dei testi latini per il *CIL*; nel 1882 divenne *scriptor Graecus* della Biblioteca Vaticana, succedendo a suo padre. Nel 1886 fu nominato ispettore della Pontificia commissione di archeologia sacra, nel 1894 - con la morte di de Rossi - assunse la carica di conservatore del Gabinetto numismatico vaticano e di direttore 'speciale' del *Nuovo bullettino di archeologia cristiana*. Ebbe, appunto costanti contatti con Mommsen, soprattutto epistolari: oltre alle tre lettere inserite extravaganti tra i codici BAV, *Vat. lat.* 10547-10587 latori dei suoi appunti di topografia antica e di epigrafia, abbiamo trenta documenti, molti dei quali redatti nel decennio 1878-1887, nei codici BAV, *Vat. lat.* 14299-14303 (contenenti l'epistolario dello Stevenson), che riguardano i problemi inerenti allo spoglio dei codici epigrafici della Vaticana e gli approfondimenti testuali a un congruo numero d'iscrizioni, di cui Mommsen farà tesoro per gli *additamenta* ai volumi IX e X del *CIL*:

Sed horum omnium beneficia superavit et quodammodo obscuravit Henricus Stevenson, qui anno 1878 meas vices subiens iuvenili robore et arte matura universos Sabinos summa cum industria peragravit quaeque nos collegeramus exempla ubi fieri poterat ad archetypa accuratissime et doctissime exegit. Qui nisi adiutor mihi extitisset optatus magis quam speratus, difficillimam hanc operis partem equidem perficere non potuissem (*CIL* IX, p. 472).

In particolare menziono il codice BAV, *Vat. lat.* 10561 (mm 315 x 215; ff. 233), latore in gran parte di sue schede autografe, pertinente alla via Nomentana e alla via Salaria. La sezione maggiormente che a noi interessa è ai ff. 143v-233r, con la seguente ripartizione: (ff. 143v-151r) *Via Salaria (Schede generali)*; (ff. 152r-185r) *Sabina. Schede generali* (ff. 189r-190v) *Cures*;

⁸ V. i contributi in Enrico Stevenson, 1998; ora anche Heid, 2012: 1192-1193.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

(ff. 191r-197r) *Foronovum* (Fornuovo - Vescovio); (ff. 199r-202r) *Trebula Mutuesca*; (f. 203rv) *S. Anatolia e Vittoria*; (f. 204rv) *Antrodoco*; (ff. 217v-225r) *Nerola. Montelibretti. Scandriglia*; (ff. 226r-233r) *Farfa*. L'importanza delle sue ricognizioni e della sua profonda conoscenza della geografia territoriale, è offerta, come più volte ho già segnalato in altre sedi, dalle trascrizioni di documenti epigrafici eseguiti con calchi o in apografo, con chiarissime didascalie relative al luogo di conservazione nonché con l'indicazione delle misure e di eventuali proposte integrative; elementi conoscitivi ancora più importanti laddove si sia verificata la scomparsa del *titulus*. Al fine di completezza con le schede mommseniane riporto qui di sèguito i riferimenti a quelle iscrizioni ispezionate personalmente dallo Stevenson afferenti alla sua ricerca sabina: *CIL IX*, 4821 f. 152r; 5947, f. 152v; 4993, f. 153v; 4751, f. 154r; 4752, f. 154r; 4666, f. 155r; 4644, f. 155r; 4656, f. 155r; 5943, f. 156r; 5944, f. 156r; 4720, f. 157v; 4649, f. 158r; 4647, f. 158r; 4659, ff. 158r, 159r; 4658, ff. 158v, 159r, 159v; 4954, f. 160v; 4650, f. 161v; 4911, f. 162v; 4866, f. 162v; 4670, f. 165v; 4637, f. 165v; 4776, f. 168r; 4779, f. 168r; 4770, f. 168r; 4790, f. 168r; 4789, f. 168v; 5009, f. 183r; 4965, f. 183r; 4946, f. 184r; 4945, f. 184r; 4670, f. 185r; 4976, ff. 189r, 190v; 4979, f. 189r; 4957, ff. 189r, 190v; 4987, f. 189v; 4988, f. 189v; 4986, f. 189v; 4985, f. 189v; 4984, f. 189v; 4975, f. 190v; 4980, f. 190v; 4971, f. 190v; 4960, f. 190v; 4961, f. 190v; 4970, f. 190v; 4785, ff. 191v, 197r; 4781, f. 196v; 4845, f. 196v; 4942, f. 199v; 4882, f. 199v; 4914, f. 199ar; 4883, f. 199ar; 4939, f. 199ar; 4888, f. 199ar; 4885, f. 199av; 4902, f. 199av; 4905, f. 199av; 4879, f. 199av; 4903, f. 199av; 4899, f. 200r; 4944, f. 200r; 4951, f. 200r; 4889, f. 200v; 4943, f. 200v; 4916, f. 200v; 4660, ff. 201r, 204rv; 4661/2, ff. 202r, 204rv; 4949, f. 203r; 4950, f. 203r.

Accanto ai documenti già confluiti in *CIL IX* che Stevenson ebbe la possibilità di controllare nuovamente, segnalando a Mommsen tutto il necessario per la richiesta completezza documentaria, al f. 218v si trova il disegno di un frammento d'iscrizione (originariamente, forse, una semplice tabella marmorea), con lettere ben incise che il 21 settembre 1896 egli notò murata "sulla facciata della cappelletta che è a piè della salita che conduce a Montelibretti dalla parte della strada che conduce a Nerola" traendone il seguente apografo (fig. 07):

[- -]+IO
 [- -]MO

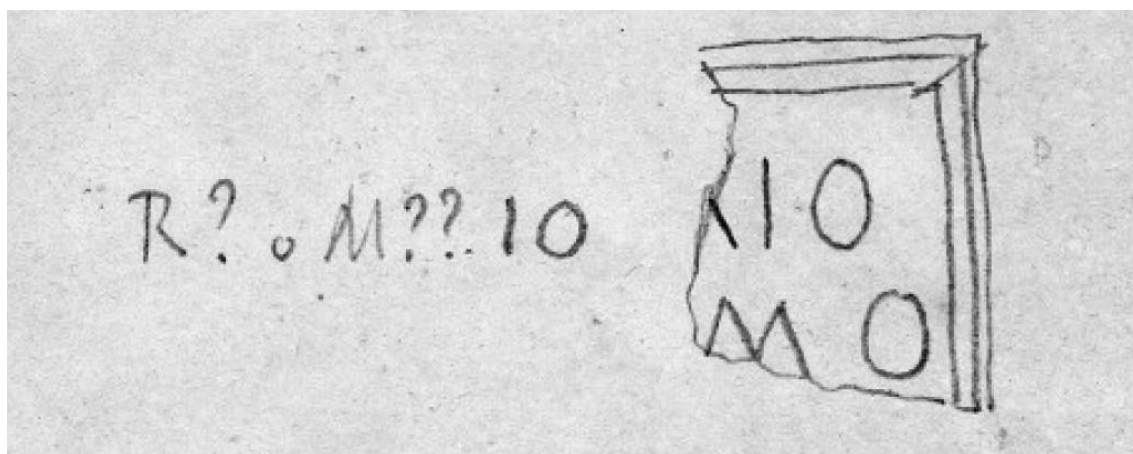


Figura 07

Purtroppo le poche lettere superstiti (alla riga iniziale, prima di IO, Stevenson riconosceva i tratti di una lettera riconducibile a una M o R) non consentono sicure integrazioni, anche se verosimilmente si potrebbe pensare a una formula onomastica (1 riga: *nomen*; seconda riga: *cognomen*) espressa in caso dativo e pertanto da considerare come il *titulus* di una comune iscrizione sepolcrale. Inoltre non è possibile stabilire se il testo, di piena età imperiale, debba essere assegnato a Montelibretti o a Nerola, a motivo del suo reimpiego⁹.

Dopo Stevenson, un altro studioso dedicò impegno e zelo allo studio delle antichità Sabine, marcando profondamente le conoscenze e indicando quali ulteriori strade sarebbe stato necessario intraprendere per l'avanzamento della ricerca: Niccolò Persichetti (1849-1915). A lui si devono, oltre alle numerose comunicazioni archeologico-epigrafiche apparse nelle *Not. Scavi*, l'importante contributo del 1912 finalizzato al recupero e alla conservazione del materiale antico per il Museo Civico Aquilano, *Iscrizioni e rilievi del Museo Civico Aquilano*, in *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Römische Abteilung* 27: 298-310, e, soprattutto, le due monografie topografiche *Viaggio archeologico sulla Salaria nel circondario di Cittaducale con appendice sulle antichità dei dintorni e tavola topografica*, Roma 1893; *La Via Salaria nei circondarii di Roma e Rieti*, Roma 1910. Di sua proprietà era anche il Palazzo Persichetti situato a L'Aquila, in Piazza S. Maria di Roio, nel quale è stato raccolto numeroso materiale iscritto, murato nella maggior parte dei casi lungo lo scalone d'ingresso. Persichetti stesso tra la fine del sec. XIX e l'inizio del successivo era riuscito a recuperarlo nel territorio di competenza amministrativa o di *Amiternum* o di alcuni centri vestini, soprattutto *Aveia* e *Peltuinum*. Sempre

⁹ Ora CIL IX, 8985a.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

Persichetti nel 1907 trascrisse il testo di una tavola in calcare spezzata nel basso (37 x 22 cm), murata all'esterno della chiesa di S. Nicola di Bari a Montelibretti, ma che non mi è stato possibile recuperare in questi anni. Così il testo, sulla base della lettura di Persichetti (fig. 08) (Persichetti, 1907: 428)¹⁰:

Cn(aeus) Egnatius Cn(aei) l(ibertus)
Theophilus,
Egnatia Cn(aei) l(iberta)
Philostrata,
[Cn(aeus)] Egnatius Cn(aei) l(ibertus) Philo.

C N · E G N A T I V S · C N F · L
 T H E O P H I L V S
 E G N A T I A · C N · L
 P H I L O S T R A T A
 cn } E G N A T I V S · C N · L · P H I L O

Figura 08

L'iscrizione, databile in pieno I sec. d. C. per il fatto che i personaggi, tutti liberti, sono tutti espressi in caso nominativo, non avrebbe sicuri ancoraggi per una sua assegnazione a Nerola, dal momento che si trovava murata a Montelibretti. Tuttavia nulla vieterebbe di pensare a un suo spostamento dal luogo originario con le finalità del reimpiego.

Ma il testo di una iscrizione rinvenuta nel 1993, con serenità di giudizio, induce a considerare il territorio Nerola come originaria pertinenza del documento appena trattato.

Nell'estate del 1993 ebbi, infatti, la possibilità, con gli amici Giorgio Filippi e Tersilio Leggio, di visionare in località *Acquaviva* presso Nerola, lungo il tracciato della *Salaria Vetus*, un cippo in calcare superiormente stonato e leggermente scheggiato lungo i margini (68,8 x 32,5 x 15 cm), con lettere alte mediamente 3-4,5 cm; questo il dettato (fig. 09) (Buonocore, 1994: 342-343 n. 7; AE, 1994, 566; CIL IX, 8969):

¹⁰ Ora CIL IX, 8970.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

[L(ucius)] Egnatius
L(uci) l(ibertus)
Primio
vixit annis
XXV.



Figura 09

Non dobbiamo pertanto escludere la possibilità che il testo visto da Persichetti murato nelle strutture esterne della chiesa di San Nicola di Bari a Montelibretti sia da riferire al territorio di Nerola, e che proprio in questo territorio per tutto il I sec. d. C. (anche l'iscrizione di *L. Egnatius Primio* si data, per le stesse ragioni di quella precedente, al medesimo arco temporale) i *Lucii* e *Cnaei Egnatii*¹¹ abbiano avuto il riscontro di una certa affermazione locale.

¹¹ Su questa famiglia in generale v. Wikander, 1990: 207-211.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

Anche se Nerola, con la non distante Montelibretti, ha restituito finora esili *vestigia* epigrafici (a cui si deve aggiungere la lucerna *Communis* come mi comunica il dott. Emanuele Brucchietti), possiamo affermare con sicurezza che in antico questo territorio apparteneva all'*ager Curensis*, quantunque, come si sa e come è stato scritto, sia ancora impossibile delineare con esattezza (se non solo astrattamente) i confini del territorio della città sabina (in cui potrebbero essere inseriti altri centri noti dalle fonti) a motivo della scarsità delle indagine archeologiche e dell'impossibilità di utilizzare *argumenta ex silentio*¹².

Documentazione

AE = *L'année épigraphique*. L'Anée Épigraphique. Revue des publications épigraphiques relatives à l'Antiquité romaine. Paris, 1888-.

BAV = Biblioteca Apostolica Vaticana.

CIL = *Corpus inscriptionum Latinarum*. Corpus Inscriptionum Latinarum VI: Inscriptiones Urbis Romae Latinae. HENZEN, G; DE ROSSI, I.B; BORMANN, E; HUELSEN, C; BANG, M. (et al.) Editors. Berlin, 1876.

ILS = *Inscriptiones Latinae selectae*.

Bibliografia

ANDERMAHR, A. *Totus in praediis*. Senatorischer Grundbesitz in Italien in der Frühen und Hohen Kaiserzeit. Bonn, 1998.

BRUCCHIETTI, E. Gli studi intrapresi da Caterina Montagna nella Sabina tiberina. Nuovi elementi per Cures e il suo territorio. In: ARMELLIN, P. (ed), *La storia del territorio di Poggio Mirteto*. Un racconto tra archeologia, architettura, economia, geologia, storia della musica, storia dell'arte, urbanistica. Atti della giornata di studi (Poggio Mirteto, 29 novembre 2014, con integrazioni ed aggiornamenti). Roma, 2018a, p. 125-135.

BRUCCHIETTI, E. La Sabina: dalle transumanze alle Salarie romane. In: TOZZI, I.; VIRILI, C. (eds). *La via del sale, Via di Civiltà*. Atti del Convegno di Antrodoco (Antrodoco, 14 maggio 2016). Santa Rufina di Cittaducale (RI). 2018b, p. 45-78.

¹² Così Muzzioli, 1980: 34. V. anche Brucchietti, 2016: 225-228; Brucchietti, 2018a: 125-135. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 181-196.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15483

BRUCCHIETTI, E. Agro curensis (Nerola, Roma). Note topografiche e archeologiche sulla villa romana di Colle S. Pietro. In: RUSSO TAGLIENTE, A.; GHINI, G.; MARI, Z. (eds). *Lazio & Sabina 11*, Atti del Convegno. Undicesimo Incontro di Studi sul Lazio e la Sabina (Roma, 4-6 giugno 2014). Roma, 2016, p. 225-228.

BRUSINI, S. La decorazione scultorea della villa romana di Monte Calvo. In : *Rivista dell'Istituto Nazionale d'Archeologia e Storia dell'Arte* 55, 2000, p. 25-35.

BRUUN, C. *Water Supply of Ancient Rome. A Study of Roman Imperial Administration*. Helsinki, 1991.

BUONOCORE, M. Curensia. In: *Rendiconti dell'Accademia Nazionale dei Lincei*, serie 9°, 5. 1994, p. 329-348.

BUONOCORE, M. Il capitolo delle inscriptiones falsae vel alienae nel CIL. Problemi generali e particolari: l'esempio della regio IV Augustea. In: *Varia Epigraphica*, Atti del Colloquio Internazionale di Epigrafia (Bertinoro, 8-10 giugno 2000). Bologna, 2001, p. 63-127.

BUONOCORE, M. *L'Abruzzo e il Molise in età romana tra storia ed epigrafia*. L'Aquila, 2002.

DE GIUSEPPE, H.; RUSSO, A. Instrumenta inscripta dalla villa romana di Barricelle in Lucania. In: *Sylloge epigraphica Barcinonensis* 10. 2012, p. 405-423.

DONATI, A. I miliari delle regioni IV e V dell'Italia. In: *Epigraphica* 36. 1974, p. 155-222.

ECK, W. C. Bruttius Praesens. In : *Pauly-Wissowa. Supplement*, XIV, col. 77 n. 5. Stuttgart, 1974.

STEVENSON, E. In memoria di Enrico Stevenson nel I centenario della morte (1898-1998). *Rivista di Archeologia Cristiana*: 74. Roma, 1998.

FREITAG, U. *Heinrich Kiepert's kartographische Leistung*. Berlin, 1999.

HEID, S. Henry/Enrico Stevenson iunior. In: *Personenlexicon zur christlichen Archäologie. Forscher und Persönlichkeiten vom 16. bis zum 21. Jahrhundert*: Regensburg, 2012, p. 1192-1193.

JÄGER, H. Zum 175. Geburtstag des Akademiemitgliedes, Altphilologen und Geographen Heinrich Kiepert. In: *Mitteilungen der Akademie gemeinnütziger Wissenschaften zu Erfurt*. 1993, p. 26-28.

LA MONACA, V. Wilhelm Henzen, Eugen Bormann, Giovan Battista Carlo Giuliani e il Corpus Inscriptionum Latinarum: lettere inedite. In: *Annali dell'Istituto storico italo-germanico in Trento* 33. 2007, p. 421-447.

MUZZIOLI, M. P. *Cures Sabini. Forma Italiae. Regio IV. Vol. II.* Firenze, 1980.

MUZZIOLI, M. P. Eretum. In: *Enciclopedia Virgiliana*, II. Roma, 1985, p. 363-364.

OGILVIE, R. M. Eretum. In: *Papers of the British School at Rome* 33. 1965, p. 70-112.

PERSICHETTI, N. Montelibretti. Antichità scoperte nel territorio del Comune. In: *Notizie degli scavi di antichità*. 1907, p. 428-429.

SANTORO, P. *La città sabina di Eretum*. In: *Enea nel Lazio: archeologia e mito*. Roma, 1981, p. 57-58.

SIMELON, P. *La propriété en Lucanie depuis les Grecques jusqu'à l'avènement des Sévères. Étude épigraphique*. Bruxelles, 1993.

WEBER, E. L'impresa epigrafica di Eugen Bormann. In: MANSUELLI, A.; SUSINI, G. (eds). *Il contributo dell'Università di Bologna alla storia della città: l'evo antico*, Atti del 1° convegno (Bologna, 11-12 marzo 1988). 1989, p. 333-342.

WIKANDER, O. Senators and équités IV. The Case of the Egnatii, In: *Opuscula Romana* 18. 2002, p. 207-211.

ZÖGNER, L. *Antike Welten. Neue Regionen. Heinrich Kiepert 1818-1899*. Begleitband zur Ausstellung (Staatsbibliothek zu Berlin, 16. April-29. Mai 1999). Berlin, 1999.

VIDAS LABORAIS NUMA ERA DE REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA: PERÍODO ÚRUK, MESOPOTÂMIA¹

Susan Pollock²

Resumo

A noção de reprodutibilidade técnica foi tornada famosa por Walter Benjamin num ensaio de 1936. Benjamin estava preocupado com desenvolvimentos modernos; neste artigo, porém, argumento que uma mudança em direção à repetitividade generalizada no trabalho e, portanto, uma forma de reprodutibilidade técnica, já havia sido introduzida no período Úruk (quarto milênio a.C.) no sul da Mesopotâmia. Levo em conta as maneiras pelas quais o trabalho foi concebido e estruturado nos tempos de Úruk e, por extensão, como as inovações no campo do trabalho afetaram outras esferas da vida. Meu exame inclui a produção e uso de cerâmica, construções e seus tijolos de barro constituintes, imagens duráveis envolvendo representações antropomórficas, e produtos têxteis.

Palavras-chave

Reprodutibilidade técnica; trabalho; repetitividade; período Úruk; Mesopotâmia; padronização; criatividade.

¹ Texto traduzido por Alberto Sartorelli, mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo. E-mail: sartorelli-alberto@hotmail.com.

² Susan Pollock (PhD, Universidade de Michigan) é professora do Instituto de Arqueologia da Ásia Ocidental da Freie Universität Berlin. Sua pesquisa desenha aproximações entre feminismo e política econômica, focando nos últimos anos especialmente nas temáticas de subjetivação e comensalidade. Também é ativamente envolvida na arqueologia do século XX. Conduziu trabalhos de campo no Iraque, Irã, Turquia e Turcomenistão, bem como no antigo aeroporto de Tempelhof e outros locais do século XX em Berlim e arredores.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

Abstract

The notion of mechanical reproduction was made famous by Walter Benjamin in a 1936 essay. Benjamin was concerned with modern developments; in this paper I argue that a shift toward pervasive repetitiveness in work and thus a form of mechanical reproduction was already introduced in the Uruk period (4th millennium BCE) in southern Mesopotamia. I consider the ways in which work was conceptualized and structured in Uruk times, and by extension how innovations in the realm of work affected other spheres of life. My examination includes the production and use of pottery, buildings and their constituent mudbricks, durable imagery involving anthropomorphic depictions, and textiles.

Keywords

Mechanical reproduction; work; repetitiveness; Uruk period; Mesopotamia; standardization; creativity.

Introdução

Em seu famoso ensaio ³ *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*,⁴ publicado pela primeira vez em 1936, Walter Benjamin empenha-se numa meditação sobre a arte e a aura numa época de transformação profunda. Para Benjamin, a possibilidade de reproduzir imagens mecanicamente, numa magnitude e com uma rapidez nunca antes possível, foi uma transformação de enormes proporções. Ele traça o caminho da tecnologia desde da Grécia clássica – o uso de estamperia e fundição para fabricar moedas, objetos de bronze e terracota –, passando pela época medieval até o desenvolvimento moderno de xilogravuras, impressão, litografia e, finalmente, a fotografia e especialmente o cinema. Benjamin lamenta a perda da aura da obra de arte, que ele considera ter acompanhado esses desenvolvimentos. Ele argumenta que as reproduções mecânicas não são mais cópias cuidadosas, individualmente trabalhadas, como eram feitas antes. “Essa imitação [da arte] era praticada por discípulos, em seus exercícios, pelos mestres, para a difusão das obras, e finalmente por terceiros, interessados no lucro” (Benjamin, 1968: 218 [2014: 180]). Em vez disso, as obras modernas são produzidas de forma mecânica e repetitiva, pelo uso de técnicas como a fotografia. Em outras palavras, mecânica aqui refere-se a uma forma de (re)produção que é irrefletida e, até certo ponto, independente do contexto social, que ocorre por meio de processos que permitem a fabricação de cópias mais ou menos idênticas.

³ [Nota do tradutor] Sempre que o ensaio de Benjamin for citado literalmente durante o artigo, recorreremos à tradução de Sérgio Paulo Rouanet (1985, revisada em 2014, publicada pela Editora Brasiliense), citada sempre entre colchetes após a versão inglesa, à qual o artigo de Pollock se refere. Todas as ocorrências de colchetes com palavras em inglês no decorrer do texto são interferências do tradutor, com a finalidade de expor termos cujas soluções de tradução apresentaram alguma dificuldade ou não são tão evidentes. Notas com referência a autores foram alçadas ao texto entre parênteses, e notas com algum detalhe textual foram mantidas no rodapé. Desse modo, a numeração das notas na tradução não coincide com as do artigo original.

⁴ [Nota do tradutor] O termo *reprodutibilidade técnica*, tradução adotada na versão mais conhecida do texto de Benjamin em língua portuguesa, a de Sérgio Paulo Rouanet (Grünewald, 1980 traduziu outra versão do texto antes de Rouanet e utilizou a mesma grafia, assim como a maioria dos tradutores posteriores, como Machado, 2012), parece mais adequado ao original alemão *Technischen Reproduzierbarkeit*. A tradução inglesa mais comum, utilizada no artigo de Pollock, no entanto, é *Mechanical Reproduction* (Zohn, 1968). Portanto, a palavra *mecânica* e suas variantes, muito presentes neste artigo, têm todas sempre a ver com técnica. Para efeito de constelação, em francês o termo foi traduzido por *reproduction mécanisée* (Klossowski, 1936).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

Para Benjamin, a aura é um produto da situação [*situatedness*] de uma obra de arte num determinado tempo e lugar, o que confere à obra uma história específica e a insere dentro de uma tradição específica. Tudo isso, de acordo com Benjamin, foi perdido quando as inovações tecnológicas permitiram que as cópias fossem produzidas em número mais ou menos infinito, para serem vistas e interagirem em quase qualquer contexto.

Apesar de uma certa sensação nostálgica de autenticidade perdida, Benjamin também viu alguns vislumbres de esperança nesses desenvolvimentos – um acesso sem precedentes por parte das massas a formas de arte como o cinema. Como resultado desse processo de democratização, “a reprodutibilidade técnica da obra de arte emancipa-a, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária no ritual” (Benjamin, 1968: 224 [2014: 186]). Numa era de reprodutibilidade técnica, a arte é projetada para ser reproduzida e exibida, e é baseada na política em vez do ritual. Sua análise, sugere Benjamin, pode ser utilizada “para a formulação de exigências revolucionárias na política artística” (Benjamin, 1968: 218 [2014: 180]).

Como tantas reflexões filosóficas de estudiosos europeus e norte-americanos, Benjamin adota uma perspectiva sobre a história na qual pouca ou nenhuma atenção é dada a contextos culturais não-europeus ou pré-modernos. Em vez disso, ele está preocupado com desenvolvimentos históricos específicos do século XX. Argumentarei, em contrapartida, que alguns dos mais profundos e transformadores elementos que acompanharam uma mudança em direção à reprodução mecânica – especialmente a repetitividade generalizada por meio da (re)produção em massa – foram introduzidos em tempos históricos muito anteriores e dentro de outros contextos culturais. O caso específico no qual me concentrarei aqui é o período Úruk (quarto milênio a.C.) no sul da Mesopotâmia.

Repetitividade no trabalho

O sociólogo do trabalho Richard Sennet examinou as apreciações teóricas [*scholarly evaluations*] sobre o papel do trabalho repetitivo no contexto da emergência da industrialização em meados do século XVIII na Europa ocidental (Sennet, 2006: 39-56). Ele põe em contraste os julgamentos de dois estudiosos muito diferentes em relação a este assunto. Em sua *Encyclopédie*, o filósofo Denis Diderot discutiu a rotina como sendo um elemento crucial para o domínio de um ofício. Ele defendeu que a rotina era essencial para a

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

organização da produção industrial. Isso não deveria ser visto como uma repetição mecânica interminável de uma atividade; em vez disso, aprender a fazer algo a ponto de poder fazê-lo mais ou menos automaticamente, segundo Diderot, em última análise torna o trabalho criativo possível, permitindo que a pessoa que domina o processo introduza mudanças nele. A pessoa que internalizou a rotina de um processo de trabalho também aprende os ritmos adequados do trabalho e pode, ao menos em certa medida, modificá-los de acordo com a necessidade. Em outras palavras, a rotina, fruto da repetitividade, está associada ao domínio de um processo de trabalho, que por sua vez torna possível a variação de elementos, promovendo assim – pelo menos em princípio – a criatividade. Ingold desenvolve um argumento similar, citando um artista que afirma focar no processo de fazer e “deixar que a peça [que está sendo criada] cuide de si mesma” (Ingold, 2007: 11).

Sennet justapõe a perspectiva positiva de Diderot sobre o desenvolvimento da rotina industrial com a visão claramente mais negativa de Adam Smith em *A riqueza das nações*. Smith via o trabalho rotineiro, no qual cada trabalhador realiza tarefas chatas e repetitivas, como algo que entorpece a mente. O problema, de acordo com Smith, era que os trabalhadores perdem o controle sobre suas próprias atividades e deixam de ter motivos para exercer julgamento e compreensão em seu trabalho. Como resultado, o trabalho se torna uma rotina sem ritmo, acompanhada por um mínimo de espontaneidade. Em contraste com a visão de Diderot, Smith enxergava a rotina e a repetitividade como sendo vias condutoras ao entorpecimento e à estagnação.

Outro elemento da repetitividade e da (re)produção em massa deriva de suas implicações temporais. Os processos de trabalho altamente repetitivos podem ser dissociados dos ritmos "normais", aqueles característicos da vida doméstica ou da sazonalidade, tornando-se, ao invés disso, sujeitos a formas administrativas de cronometragem (ver Englund, 1988). Estes, por sua vez, estão mais facilmente sujeitos à manipulação do tempo, por exemplo a pressão [*the push*] para acelerar o trabalho.⁵

⁵ [Nota da autora] Ver, por exemplo, a discussão de Paul Virilio sobre velocidade e a “revolução” no transporte que ele situa no século XIX (Morisch, 2006).
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

Repetitividade no período Úruk, Mesopotâmia

O quarto milênio a.C. na planície aluvial do sul da Mesopotâmia é amplamente reconhecido pelos arqueólogos como sendo uma época de grandes transformações. Referido como período Úruk, devido ao sítio de Úruk no atual sul do Iraque, o quarto milênio testemunhou uma série de mudanças fundamentais nas práticas materiais, bem como nas esferas da vida: demográfica, econômica, política, social e ideológica. Juntas, elas foram incluídas sob rubricas como as origens e consolidação dos primeiros Estados e o surgimento das sociedades urbanas (Johnson, 1973; Johnson, 1980; H. T. Wright; Johnson, 1975; Adams, 1981; Nissen, 1988; H. T. Wright, 1998; Pollock, 1992; 1999). Entre as mudanças mais notáveis estavam um vasto crescimento de assentamentos com população cada vez mais aglomerada; alteração nos regimes dos rios, resultando numa secagem gradual do que antes era uma paisagem predominantemente deltaica; uma ampla gama de mudanças tecnológicas na produção artesanal; elaboração de sistemas de registro e contagem que culminaram na invenção da escrita; representações visuais da violência entre pessoas; e uma extensa distribuição de estilos característicos de cultura material numa grande área geográfica na última metade do período Úruk, a chamada expansão urukiana (Algaze, 1993; 2008; Rothman, 2001; Pournelle, 2007).

No meu exame da introdução da produção em massa e da repetitividade generalizada no trabalho na Mesopotâmia do período Úruk, não estou preocupada inicialmente com as inovações em termos de processos técnicos específicos, embora estes desempenhem algum papel em minha discussão. Em vez disso, estou interessada em como o trabalho foi concebido e estruturado e, por extensão, como as inovações no campo do trabalho afetaram outras esferas da vida, por exemplo, a mobilização massiva de trabalho que foi empreendida a fim de produzir e transportar bens. Em outras palavras, como a introdução da repetitividade enquanto uma característica básica dos processos de trabalho afetou:

- aquilo que foi produzido, isto é, os produtos;
- como os produtos foram usados, ou seja, a forma como as pessoas lidavam com coisas produzidas em massa; e
- os sujeitos que foram produzidos através de suas interações com essas formas de trabalho e com os objetos fabricados desse modo.

Por fim, examino como a repetitividade generalizada produziu coisas monotonamente semelhantes. Ao mesmo tempo – embora não necessariamente para as mesmas pessoas – a repetitividade permitiu e talvez até encorajou a diversidade e a criatividade, o que muitas vezes consideramos ser o cerne da inovação. O que pode ter começado primeiramente [*primarily*] como um meio de racionalizar a produção de certos produtos-chave, acabou mudando as pessoas que os fizeram e os usaram, de maneiras que não poderiam ter sido inteiramente pretendidas ou previstas por aqueles que iniciaram as mudanças (ver Schivelbusch, 2000).

Mudança tecnológica e reprodução mecânica

Os arqueólogos frequentemente comentam sobre as inovações no campo das tecnologias durante o período Úruk (Nissen, 1977; 1989; Algaze, 2008). Sugiro que muitas dessas inovações podem ser entendidas como parte de uma introdução da repetitividade generalizada que veio a caracterizar muitas esferas da vida no período de Úruk Tardio. Aqui, examino vários domínios nos quais a prática da repetitividade generalizada pode ser observada.

Produção e uso de cerâmica

A produção de cerâmica sofreu mudanças substanciais no período Úruk, com uma proliferação de diferentes formas de vasos, bem como mudanças nas tecnologias de fabricação destes. A moldagem era amplamente utilizada para dar forma a vasos, especificamente tigelas de borda chanfrada, o tipo de recipiente de ocorrência mais comum na época de Úruk (figura 1). Com base em suas características específicas, na frequência com que eram descartadas quando ainda intactas, junto de referências [*analogues*] nos primeiros textos escritos do período de Úruk Tardio, as tigelas de borda chanfrada foram consideradas recipientes usados para a distribuição de comida ou bebida, na forma de rações, para trabalhadores dependentes (Nissen, 1970: 136-138; Johnson, 1973: 129-139; Pollock, 2003: 27-32). A introdução da roda rápida para torneamento de vasos⁶, incluindo o desenvolvimento da técnica de

⁶ [Nota do tradutor] *Throwing vessels*, ou “torneamento de vasos”, é um procedimento que consiste em “lançar” um pedaço de argila no centro da roda de oleiro e então começar a girar a roda para modelá-lo. O termo “lançar” gera alguma confusão mesmo na língua inglesa, pois não se trata de arremessar um pedaço de argila na roda como se arremessa *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

"tornear desde a corcova" (Rye, 1981: 75), data do final do período Úruk, e também se limitou principalmente à produção em massa de recipientes usados para a distribuição em grande escala de alimentos e/ou bebidas. Essas tecnologias para a confecção de cerâmica possibilitaram a produção de grandes quantidades de vasos de aparência muito similar, em processos que parecem ter sido projetados para maximizar o escoamento [*output*] e minimizar o investimento de tempo, e eram claramente do interesse daqueles que recrutaram o trabalho, que foi compensado por meio da distribuição de rações.



Figura 1: Tigelas de borda chanfrada, a forma mais comum de vaso cerâmico produzido e utilizado no período Úruk. *Vorderasiatisches Museum Berlin*, SMB. Fotografia de Olaf M. Teßmer. Reproduzida com autorização.

dardos ou discos; a palavra do inglês antigo *throwan*, na origem da expressão, significava torção, curvatura, predicados que condizem mais com o trabalho do oleiro do que propriamente “lançar” algo. Optamos por traduzir a expressão como *torneamento de vasos*, a ação de dar forma cilíndrica à argila utilizando-se do torno (outro nome para roda de oleiro, diferente do torno de arco horizontal, instrumento específico para entalhe), sob inspiração do verbo italiano *tornire* (agradeço à autora Susan Pollock pela sugestão). Já a técnica de “tornear desde a corcova” (*throwing from the hump*) se trata de colocar um grande pedaço de argila na roda, comprimi-lo para que a base fique firme, esculpir somente a parte de cima da massa argilosa e então retirá-la da roda; depois, era possível tornear outro pedaço de argila por cima da base anterior e modelar sucessivamente várias peças sobre a mesma base sem parar a roda. O procedimento poupava o tempo que os trabalhadores empregariam na compressão e torneamento sucessivo de pedaços de argila direto na roda, além de facilitar a moldagem, pois a parte superior de argila fresca é mais maleável do que a base comprimida na roda.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

Não é apenas a produção de recipientes por moldagem ou torneamento na roda rápida que indica uma ênfase nas práticas repetitivas, mas também as formas como essas cerâmicas foram utilizadas no consumo. A distribuição em massa de comida e/ou bebida utilizando esses recipientes foi organizada com o objetivo de efetividade e eficiência, como é graficamente ilustrado por um achado in situ no sítio de Chogha Mish (Delougaz; Kantor, 1996: Pl. 15). Nele, tigelas de borda chanfrada estavam alinhadas em fileiras, aparentemente prontas para serem enchidas e entregues aos trabalhadores. Os tamanhos e formatos padronizados das tigelas apontam para um ambiente em que o consumo de alimentos foi racionalizado ao extremo, sendo dividido numa série de frações facilmente repetíveis. Como é o caso de quase todas as outras cerâmicas produzidas e utilizadas na época de Úruk, as tigelas de borda chanfrada são desprovidas de decoração. A “perda” da decoração foi um processo gradual que aconteceu ao longo dos séculos (Wengrow, 2001), culminando numa ausência quase completa que coincidiu com a introdução da produção em massa.

Recipientes produzidos em massa foram usados na distribuição de comida e bebida para alimentar uma nova classe de trabalhadores, que estavam eles próprios envolvidos em formas repetitivas de trabalho (ver abaixo seção 3.3. “Imagens Duráveis”). Muitos deles provavelmente tiveram poucas oportunidades de exercer o controle sobre suas condições de trabalho ou comensalidade⁷. Desta forma, produtos padronizados fabricados em massa foram, por sua vez, usados para “reproduzir em massa” os trabalhadores que estavam eles próprios envolvidos em trabalhos que eram constituídos de tarefas repetitivas.

Acompanhando a produção de vasos padronizados, feitos em moldes ou torneados, está uma acentuada proliferação de diferentes formas de tais vasos. A introdução de um número substancial de novas espécies de recipientes pode ser entendida como um locus [*local*] de inovação e criatividade por parte dos oleiros, que estavam aprendendo novos métodos para preparar a argila adequada para torneiar na roda e aproveitaram a ocasião para experimentar a produção de novos formatos de bordas e gargalos, bem como o uso de alças e bicos raramente atestados antes disso. Essa diversidade de formas e atributos dos vasos deve ser entendida não apenas como uma questão de diferenciação

⁷ [Nota do tradutor] Comensalidade quer dizer não só o ato de comer, mas todas as relações criadas pelo sujeito em torno do alimento, sejam elas sociais, ambientais, subjetivas, na liberdade ou não de escolher o que ingerir, de que forma, com que tipo de recipiente, se se alimenta sozinho ou em grupo, se a alimentação é um processo ritual ou desencantado, etc. *Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.*

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

funcional, mas sim como um produto de formas mutáveis de trabalho que permitiram e, por extensão, talvez encorajaram um certo grau de experimentação.

Tijolos de barro e construção civil

Uma ênfase crescente na repetição dentro da produção e no uso de objetos é evidente também no campo da construção. Feitos em moldes, os tijolos de barro secos ao sol há muito eram empregados na Mesopotâmia para a construção de edifícios; porém, no final do período Úruk, uma nova espécie de tijolos com seção transversal quadrada, conhecida como *Riemchen*, foi introduzida (Sauvage, 1998: 110-114). Seu uso se estendeu muito além de um costume local – os *Riemchen* eram utilizados em localidades tão distantes como o sul do Iraque e o norte da Síria. Sua uniformidade de feição e tamanho os tornou mais flexíveis para o uso do que as formas anteriores. A produção de tijolos de barro é um trabalho fisicamente exigente, e o tamanho crescente de alguns edifícios não-domésticos e estruturas associadas, especialmente plataformas de tijolos, teriam exigido grandes quantidades destes. Além disso, a produção provavelmente era restringida sazonalmente, já que água e materiais de revenimento [*tempering materials*] – muitas vezes consistindo principalmente de palha e joio – deveriam estar disponíveis, assim como o clima apropriado para permitir que os tijolos secassem. O resultado provável é que os tijolos geralmente eram fabricados após a colheita no final da primavera / início do verão, possivelmente continuando até o início do inverno.

Ao mesmo tempo em que grandes quantidades de "blocos de construção" intercambiáveis estavam sendo produzidas, havia também uma experimentação sem precedentes com a forma e a elaboração da construção, mais conhecida pela variedade de edifícios monumentais não-domésticos do sítio de Úruk (Nissen, 1988: 96-100; Butterlin, 2003; Eichmann, 2007). A produção repetitiva de componentes – neste caso, tijolos – permitiu a criatividade, com esses blocos de construção usados em última análise para construir edifícios de um tamanho e elaboração anteriormente incomparáveis. As possibilidades de uso criativo desses componentes flexíveis não se traduziam necessariamente em ocasiões para experimentação por parte dos trabalhadores envolvidos no processo de construção propriamente dito, mas

era provavelmente reservado para aqueles encarregados de projetar os edifícios.

Imagens duráveis

Em comparação com períodos anteriores, as imagens duráveis que trazem à tona [*bearing*] representações antropomórficas mostram uma verdadeira explosão em quantidade e formatos na última metade do período Úruk. Podemos falar de uma inovação no sentido da exibição das pessoas umas em relação às outras.

Um dos meios [*media*] mais comuns em que essas imagens estão presentes são os selos cilíndricos. O uso de selos e *cretulae*⁸ tem uma longa história na Ásia Ocidental, remontando a vários milhares de anos antes do período Úruk. As práticas anteriores de selagem giravam em torno do uso de selos de carimbo, geralmente pequenos e em forma de botão, com uma superfície plana na qual um desenho era entalhado. Imprimindo a superfície esculpida em argila úmida, o desenho poderia ser transferido para uma *cretula*, que fechava um recipiente, pacote ou porta.

Começando no período de Úruk médio, houve uma mudança drástica nas práticas de selagem, à medida que o selo de carimbo usado há muito tempo deu lugar aos selos cilíndricos. Como o nome indica, essa nova forma de selo tinha formato de cilindro, com o desenho esculpido em torno da circunferência. A impressão era produzida rolando o selo sobre um pedaço de argila, em vez de carimbá-lo. Como também foi o caso para os selos de carimbo, a maioria dos selos cilíndricos eram feitos de pedras de vários tipos, mas exemplos feitos de concha, argila e metal sobre um núcleo de betume também são atestados. A quantidade absoluta de selos e *cretulae* aumentou notavelmente com a introdução dos selos cilíndricos. Os primeiros selos em formato cilíndrico exibem uma variedade de tamanhos e formas, de altos e estreitos a curtos e atarracados (Frankfort, 1955: 13-14), só mais tarde se tornando mais padronizados.

⁸ [Nota do tradutor] Optei por substituir *sealings* pelo termo *cretulae*, plural de *cretula*, na esteira de Mario Liverani (*Antigo Oriente*, 2020) e mantida pela tradutor Ivan Esperança Rocha; a palavra italiana remete exatamente aos pedaços de argila nos quais os selos eram impressos, utilizadas inicialmente para deixar uma assinatura, e depois para lacrar recipientes ou documentos. O termo sempre aparecerá em itálico.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

A tecnologia de fabricar e entalhar selos foi estudada com alguns detalhes. Edith Porada sugeriu que os selos cilíndricos podem ter sido desenvolvidos por lapidários que faziam vasos de pedra (Porada, 1993). Outros propuseram que as pré-formas para selos cilíndricos podem ter sido o produto residual da fabricação de recipientes de pedra. Numa série de estudos, os dentistas⁹ Leonard Gorelick e John Gwinnett argumentaram que quase todas as tecnologias necessárias para fabricar selos cilíndricos estavam disponíveis muito antes do primeiro aparecimento desses selos. As formas cilíndricas eram derivadas de tradições de fabricação de contas, cujo entalhe era praticado em ossos, conchas e objetos de marfim, bem como em selos de carimbo de pedra, e a impressão era usada em cerâmicas, estatuetas e impressões de tokens¹⁰ em bulas de argila ou de selos de carimbo em *cretulae* (Gorelick; Gwinnett, 1981). Gorelick e Gwinnett descreveram a transição do instrumento de arco e broca vertical para o torno de arco horizontal como uma inovação técnica primária que permitiu o entalhe mecânico, bem como o potencial de utilizar versões de metal de ferramentas que anteriormente eram feitas de pedra ou madeira. Sua análise demonstra muito bem como um novo tipo de objeto – o selo cilíndrico – pode resultar de uma série de tecnologias existentes combinadas de novas maneiras.

⁹ [Nota do tradutor] Dentistas com um interesse em história antiga para muito além das arcadas dentárias, é importante deixar claro.

¹⁰ [Nota do tradutor] *Tokens* são, segundo Marcelo Rede, “pequenos dispositivos mnemônicos” (*Complexidade social, sistemas comunicativos e gênese da escrita cuneiforme*, 1997: 40), e estão na origem dos primeiros sistemas de contagem e administração anteriores ao advento da escrita. Os tokens, de estruturas geométricas simples feitas de argila ou pedra, passaram a ter sua superfície cada vez mais interferida, até o surgimento das bulas de argila, que por sua vez serviam inicialmente para envelopar os tokens; comumente a imagem do próprio token era impressa na bula que o envolvia.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484



Figura 2: Selo cilíndrico de alabastro e impressão moderna, mostrando duas figuras em pé frente a frente. A figura da direita segura o feixe de junco, que é o símbolo da deusa Inanna, e a figura da esquerda usa a saia característica do *Mann im Netzrock*.¹¹ Fotografia de Olaf M. Teßmer. Reproduzida com autorização.

Uma variedade de outros elementos acompanharam a introdução dos selos cilíndricos ou surgiram como consequências de sua produção e uso. Dois novos efeitos importantes de sua introdução foram, primeiramente, a maneira como os desenhos entalhados em suas superfícies foram concebidos e, em segundo lugar, como esses desenhos foram transferidos para as *cretulae*. Os motivos nos selos cilíndricos carecem de princípio ou finalidade [*beginning or end*] clara (Moortgat, 1982: 34). O entalhe de um selo cilíndrico também significou conceber a superfície de trabalho como contínua. As habilidades necessárias para criar desenhos circulares já eram praticadas em outros meios,

¹¹ [Nota do tradutor] Uma tradução aproximada do termo alemão é “homem da saia arrastão”, uma figura típica dos selos mesopotâmicos; essa saia de origem suméria, utilizada posteriormente também entre os persas, é conhecida como *gaunaca* ou *pérsis*.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

inclusive na pintura de vasos de cerâmica, que eram comuns durante milênios antes do período Úruk, e no entalhe de desenhos em vasos de pedra, que (re-)apareceram na mesma época que os selos cilíndricos.¹² Para estes selos, no entanto, o fenômeno do desenho circular se estende além de sua produção, atingindo também seu uso: onde colocar o selo ao começar a rolar não é algo óbvio, e um selo pode, em princípio, ser rolado tanto quanto a extensão da superfície selada permitir. Hans Nissen propôs que a introdução dos selos cilíndricos foi uma resposta, entre outras coisas, à necessidade de cobrir mais efetivamente a superfície de uma *cretula* com uma impressão – por exemplo, um tablete selado de argila – do que era convenientemente [*easily*] possível com um selo de carimbo (Nissen, 1977). Produzir uma impressão com um selo cilíndrico também requer o domínio da técnica de rolá-lo e, ao mesmo tempo, manter uma pressão constante para que o motivo seja transferido de forma clara – legível – para a *cretula*.

A conexão entre os selos cilíndricos e a reprodução repetitiva tem ainda outra dimensão. Uma característica marcante dos motivos do selo cilíndrico de Úruk é a diversidade e o tipo de desenhos entalhados neles. Na verdade, quase não há duas cenas idênticas, embora princípios estruturais semelhantes tenham sido seguidos para compor os desenhos dos selos. Pela primeira e talvez [*almost*] única vez na história das práticas de selagem na Mesopotâmia, cenas de pessoas trabalhando – seja num contexto ritual ou de um trabalho diário – formam uma parte substancial do repertório. Muitas delas também mostram pessoas envolvidas em cenas altamente repetitivas e muitas vezes organizadas hierarquicamente, frequentemente envolvendo trabalho.¹³ Em outras palavras, não apenas as propriedades dos próprios selos – a possibilidade de transferir as imagens por meio de rolamento – enfatizam a repetição sem fim, mas muitos dos motivos transferidos para selos são eles próprios caracterizados por ações repetitivas, ligando deste modo a forma e o conteúdo. As principais exceções são aquelas cenas em que uma figura barbada vestindo trajes característicos e amplamente identificada como a representação de um líder é mostrada envolvida em atividades que podem ser interpretadas como de caráter político-religioso (figuras 2 e 3), bem como algumas cenas envolvendo aquilo que chamei noutro artigo de “figuras sem

¹² [Nota da autora] Vasos de pedra entalhada eram utilizados na época do Neolítico, por exemplo em Körtik Tepe e Hallan Çemi, no leste da Turquia (Rosenberg, 1999; Özkaya; Coşkun, 2009).

¹³ [Nota da autora] Ver Pollock e Bernbeck, 2000, figura 13.2.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

gênero”.¹⁴ Dito de outra forma, a ênfase na ação repetitiva não se aplica, mais uma vez, para aqueles na esfera sociopolítica mais elevada (Pollock; Bernbeck, 2000; Pittman, 1994).



Figura 3: Selo cilíndrico e impressão moderna retratando o *Mann im Netzrock* alimentando animais numa cena ritualizada. Fotografia de Olaf M. Teßmer. Reproduzida com autorização.

As relações hierárquicas fixadas entre as pessoas também são enfatizadas na chamada *Lista de Profissões Padrão*, um texto que contém aproximadamente cem profissões diferentes, listadas aparentemente em ordem de importância (Nissen, 1988: 80-81; Englund; Nissen, 1993). Essa lista foi copiada muitas e muitas vezes por várias centenas de anos após sua primeira atestação no período de Úruk Tardio, aparentemente servindo tanto para treinar escribas quanto para fixar – por pura repetição – uma compreensão particular das relações sociais. Aqui, a repetição prática do trabalho mostrada nos selos é

¹⁴ [Nota da autora] Ver, por exemplo, Pollock e Bernbeck, 2000, figura 13.3. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

convertida numa repetição estrutural de profissões graduadas ou classificadas de maneira semelhante.

O entalhe em superfícies convexas de objetos também é atestado em vasos de pedra da época de Úruk, o que se tornou bastante comum no final desse período, e dos quais o mais famoso e um dos mais intrigantes exemplos é o chamado Vaso de Úruk (figura 4). Esculpida neste vaso de calcário de um metro de altura está uma cena fascinante de hierarquia idealizada, que se estende de plantas e animais a homens de diferentes categorias sociais, até a deusa Inanna (Winter, 2007: 125-131). Exceto no registro superior, em todos os outros os motivos são repetidos, desde plantas até homens, passando por animais, todos levando consigo [*bringing*] oferendas, com diferenciação principalmente nos produtos específicos carregados pelos homens. Somente no registro superior, que representa o líder, seus assistentes e a deusa Inana, vemos uma parte de uma cena em que a repetição desempenha apenas um papel menor.



Figura 4. O Vaso de Úruk, dividido em registros mostrando, de baixo para cima, água estilizada, uma fileira de plantas seguida por outra de animais, uma série de homens nus transportando vasos cheios, e no topo o *Mann im Netzrock* e seus assistentes levando presentes para uma figura que representa a deusa Inanna ou sua sacerdotisa. – Molde de gesso; original no Museu do Iraque, Bagdá. Fotografia de Olaf M. Teßmer. Reproduzida com autorização.

Os selos cilíndricos e o Vaso de Úruk foram parte integrante de uma enorme expansão das imagens duráveis no período de Úruk tardio. Mais importantes do que apenas a quantidade absoluta de imagens, no entanto, são seu conteúdo e forma: muitas delas incluem um tipo particular de novidade, na forma de imagens de pessoas em relação umas com as outras, algo que estava quase completamente ausente em períodos anteriores na Mesopotâmia. Em virtude de serem entalhadas em vasos ou selos, as relações representadas entre as pessoas e entre as pessoas e os animais tornaram-se literalmente fixadas na pedra (ou noutros materiais duráveis). Como se isso não bastasse, a composição das cenas e a forma como os selos cilíndricos foram utilizados enfatizam a incessante repetição e reprodução dessas relações transferidas para um novo meio, a selagem. Desta forma, junto com um aumento maciço na diversidade de imagens e na forma, tamanho e materiais dos portadores dessas imagens (principalmente os selos cilíndricos), as mensagens políticas e sociais que essas formas disseminaram foram cuidadosamente canalizadas e fixadas por pura força da repetição. E essa repetição mostra, em muitos casos, pessoas no exercício do trabalho e que têm pouco controle sobre suas condições laborais.

O meio [medium] dos tecidos

Passo agora ao meu exemplo final, o do tecido. O crescimento maciço da indústria têxtil, que andou de mãos dadas com o uso da lã como fibra preferida, é frequentemente considerado uma característica da economia mesopotâmica do terceiro milênio (Wartzoldt, 1972; Zagarel, 1986; R. Wright, 1996; McCorriston, 1997), mas é uma inovação que pode ser rastreada pelo menos até os tempos de Úruk Tardio. Embora haja pouca dúvida de que a adoção em grande escala da lã trouxe consigo mudanças fundamentais no trabalho, bem como no uso de tecidos, deve-se enfatizar que, como no caso da produção de selos cilíndricos, há poucos indícios de inovações na tecnologia de produção têxtil que envolvam a invenção ou adoção de novas ferramentas ou técnicas. Em vez disso, é a nova combinação de tecnologias já existentes que é responsável pelas consequências inovadoras da produção de tecidos de lã.

Uma variedade de evidências, incluindo a composição e datação [*age profiles*] de imagens, textos escritos e animais propriamente ditos, apontam para o final do quarto milênio como a época em que a produção de tecidos de lã se tornou um elemento importante na economia mesopotâmica (Pollock, 1999: *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223. DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

93-110). Antes do surgimento das ovelhas criadas especificamente para a produção de lã, o linho era a principal fonte de fibra apropriada para a produção de tecidos. Joy McCorrison argumentou que a transição de tecidos à base de linho para tecidos de lã trouxe consigo uma mudança fundamental nas exigências de trabalho: enquanto a cultura do linho requer acesso às melhores terras agrícolas, a criação de ovelhas para lã pode ser facilmente realizada em áreas de solo mais pobre; além disso, cuidar de rebanhos exige menos pessoas do que os campos de trabalho (McCorrison, 1997). A extração das fibras utilizáveis do linho e sua preparação para a fiação também são atividades que requerem trabalho mais intensivo do que as tarefas semelhantes para a lã. Um resultado da transformação que prioriza o tecido de lã é que no final do terceiro milênio, se não antes, as vestimentas de linho passaram a ser reservadas para reis e divindades.

Não apenas as fontes de fibra passam por uma grande mudança nalgum momento no final do quarto milênio, ou talvez antes disso, mas a quantidade absoluta de produtos têxteis produzidos também parece ter crescido substancialmente. A julgar pelas representações de fiação e tecelagem em selos cilíndricos, bem como por menções nos primeiros textos escritos, a produção de tecidos constituiu uma parcela decisiva da economia política e doméstica, crescendo dentro daquilo que pode ser chamado com razão de uma indústria.

Elizabeth Barber fez a provocativa proposta de que nas regiões temperadas as roupas eram usadas apenas em menor grau antes do quarto milênio anterior à nossa era (Barber, 1998: 18). A base para sua afirmação – de que as pessoas costumam ser retratadas nuas – não está isenta de problemas.¹⁵ Na verdade, a distribuição relativamente ampla de pequenas quantidades de cossoiros¹⁶ [*spindle whorls*] e outras ferramentas relacionadas a tecidos no período de Ubaid (quinto milênio a.C.) aponta para a produção doméstica de tecidos em pequena escala (Pollock, 1999: 83-86; Sudo, 2010). No entanto, o ponto de Barber continua digno de ser contemplado, chamando a atenção para o fato de que a produção de tecidos e o uso de roupas não são algo que pode ser simplesmente tomado como certo enquanto um fenômeno cotidiano para todas as pessoas.

¹⁵ [Nota da autora] Isso pode ter mais a ver com os contextos de representação do que com a prática cotidiana real.

¹⁶ [Nota do tradutor] Instrumento também conhecido como fusaiola ou verticilo.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

Tanto a fiação quanto a tecelagem exigem enorme investimento de tempo, sem falar no trabalho de extração e preparação das fibras antes do processo propriamente dito. A julgar pelas representações em selos, bem como por menções em textos, a indústria têxtil à base de lã do período de Úruk tardio empregava um grande número de pessoas e era organizada de uma maneira altamente estruturada e hierárquica. A especialização das tarefas aumentou a repetitividade na produção têxtil, como as imagens dos selos destacam graficamente. Além da repetitividade, a fiação da linha e a tecelagem do pano compartilham com outras esferas de atividade da cultura Úruk o potencial para uma continuidade quase ilimitada. A linha pode ser preparada – fiada e tingida – e armazenada indefinidamente para uso posterior, permitindo que tarefas produtivas sejam parceladas [*cut*] em pequenos segmentos. Isso é de particular relevância no caso da produção protoindustrial [*quasi-industrial*], pois significa que a manufatura de tecidos pode ser desvinculada dos ritmos de trabalho voltados para tarefas domésticas e dos padrões sazonais de disponibilidade de recursos.

As fibras podem ser fiadas em linhas de qualquer comprimento desejado, limitado principalmente pela quantia de fibra disponível. O comprimento de um pano tecido depende, por sua vez, do tamanho do tear e da extensão do fio de urdidura. O comprimento das vestimentas parece ter tido um significado especial na época de Úruk. No Vaso de Úruk, a principal figura humana, o chamado *Mann im Netzrock*, que geralmente é identificado como um líder político-religioso [*politico-ritual*], usa uma vestimenta que vai até os tornozelos com uma longa cauda enfeitada. O *Netzrock*, mais claramente visto numa variedade de representações de selos (ver figura 3), é ele mesmo uma peça de roupa que se destaca por sua estrutura incomum de tecido. Embora não tenhamos descrições detalhadas dos tipos de tecido que são citados nos textos mesopotâmicos do final do terceiro milênio, as representações do período Úruk apontam claramente para a importância social das roupas, que foram elaboradas em termos de comprimento e padrões de tecido e, portanto, distinguidas das formas de tecido mais ordinárias. As vestimentas típicas usadas pelos trabalhadores são menos conhecidas, embora representações de cenas de trabalho em selos indiquem que eram formas simples, pouco elaboradas.¹⁷ Aqui, mais uma vez, está um contexto em que a ênfase no trabalho repetitivo – a fiação de fibras e a tecelagem de panos – também se

¹⁷ [Nota da autora] Por exemplo, Boehmer, 1999: 140, Abb. 120 e-h, k-l.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

tornou a base para a produção de formas elaboradas de roupas, que distinguiam certos tipos de pessoas de outras.

Outro elemento importante da produção têxtil, mas que tem recebido muito menos atenção, é a incorporação da cor ao tecido. Nos casos em que arqueólogos e historiadores da arte examinaram o uso de cores na Mesopotâmia, por exemplo, na forma da joalheira, há boas evidências de que cores e combinações de cores específicas, bem como propriedades particulares de cor, como o brilho, foram altamente valorizadas (Barber, 1999; Winter, 2010: 293). Embora o uso e a presença de cores de todos os tipos formem um pano de fundo inquestionável para nossas vidas contemporâneas, obter e manter a cor no mundo antigo costumava ser uma tarefa difícil. As matérias-primas estão disponíveis [*come in*] em várias cores, mas transferi-las para outros objetos é um desafio maior. Os produtos têxteis são um exemplo disso. Barber e outros observaram que o linho, que tem uma cor esbranquiçada naturalmente, não aceita tintas permanentes com facilidade (Barber, 1999: 118). A lã, no entanto, não oferece tais resistências: em primeiro lugar, ela está disponível naturalmente numa variedade de cores, mas o mais importante, ela absorve os corantes com relativa facilidade, e os ácidos presentes na lã crua ajudam a fixar esses corantes permanentemente. O processo de tecelagem permite que a cor seja aplicada a um pano acabado de várias maneiras. Embora seja possível tingir uma peça inteira ou aplicar uma cor ou um desenho estampando-o num tecido pronto [*fabric*], a tecelagem de linhas de cores diferentes diretamente no pano oferece a possibilidade de incorporação controlada, dentro do próprio tecido, do material que está sendo produzido, bem como a elaboração do padrão. Do uso de fio tingido para tecer um desenho colorido resulta não apenas um maior controle do efeito, mas também um maior grau de repetibilidade do produto, uma vez que a escolha dos esquemas de cores pode ser feita antes de começar a tecer. Será que o que vemos como um padrão em forma de rede na saia do *Mann im Netzrock* é um indicador do uso de múltiplas cores numa vestimenta?

Conclusão

Em cada um dos campos considerados aqui – a produção e o uso de cerâmica, a construção de edifícios, a fabricação e o uso de imagens duráveis, e a produção têxtil – é perceptível a ênfase na repetição generalizada por meio de formas de produção cada vez mais mecânicas, muitas vezes incluídas sob a

rubrica arqueológica de “especialização artesanal”. Essas ações repetitivas também eram acompanhadas – e muitas vezes produziam – diversidade (tabela 1).

Esfera	Repetição	Diversidade
Cerâmica	Técnicas de modelagem; uso de tigelas de borda chanfrada para rações	Repertório de formatos de recipientes
Construção civil	Uniformidade dos blocos de construção de tijolos	Edifícios públicos “especiais”
Selos e selagem	Rolamento como meio de transferir o desenho; ações dentro das cenas retratadas	Composição, tamanhos, elaboração de selos; conteúdo das cenas
Produção têxtil	Etapas de produção (fiação, tecelagem) numa escala “industrial”	Elaboração do tecido: diferenças na trama, comprimento, cor

Tabela 01: Ações repetitivas e diversidade nas esferas de produção e uso. Tabela de Susan Pollock.

Quando Benjamin escreveu sobre as novas formas de arte e sua recepção pelas massas, ele expressou a esperança de que elas levassem a um “violento abalo da tradição” (Benjamin, 1968: 221 [2014: 183]), que aumentaria os potenciais revolucionários das obras de arte mecanicamente (re)produzidas nas mãos das massas. Como frequentemente é o caso, o exemplo de Úruk não conduz tão claramente nessa direção: em vez disso, os exemplos explorados aqui apontam para as maneiras pelas quais uma classe de elite apossava-se cada vez mais para seu próprio benefício dos potenciais do trabalho repetitivo, a fim de promover uma diversidade de produtos que podem ser utilizados enquanto expressões, bem como mecanismos de controle e repressão. Em Úruk, na Mesopotâmia, a reprodução mecânica e a repetitividade nas rotinas de trabalho parecem ter significado para as massas trabalho penoso, alienação

e disciplina; para as elites (consumidoras), por sua vez, representava uma diversidade de formas materiais elaboradas; para os artesãos que concebiam e/ou produziam objetos como selos cilíndricos ou edifícios importantes restava provavelmente uma quantia módica de possibilidades criativas.

A história, entretanto, não termina aí. A arqueologia mesopotâmica, de modo geral, mostrou um espantoso desprezo pela investigação das maneiras pelas quais as pessoas comuns – aquelas que não pertenciam às classes de elite – se posicionavam dentro de seus mundos em transformação. Em vez disso, as narrativas têm dedicado atenção principalmente ao espetacular e ao romanesco, as chamadas obras de arte, e com isso demonstram uma implícita – senão explícita – orientação em direção à perspectiva dos consumidores de elite que se beneficiaram desse novo regime. O destino das massas, cujas possibilidades para autoexpressão e realização foram em grande parte radicalmente reduzidas, é desta forma minimizado,¹⁸ assim como o papel central de novas formas de trabalho e de trabalhadores, cujo labor contribuiu em grande medida para a criação de muitos dos elementos materiais – e com eles também os imateriais – da emergente “civilização”. Foi pouco considerada até agora a possibilidade de que os artesãos e trabalhadores fizeram um uso criativo e potencialmente subversivo dos resultados de sua era de reprodutibilidade técnica.

Original: POLLOCK, Susan. *Working Lives in an Age of Mechanical Reproduction*. In: BURMEISTER, S.; BERNBECK, R. (Eds.). *The Interplay of People and Technologies: Archaeological Case Studies on Innovations*. Berlin: Topoi, 2017, p. 205-224.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, R. *Heartland of Cities*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ALGAZE, G. *The Uruk World System: The Dynamics of Expansion of Early Mesopotamian Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

ALGAZE, G. *Ancient Mesopotamia at the Dawn of Civilization: The Evolution of an Urban Landscape*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

¹⁸ [Nota da autora] Sobre este assunto, ver Bernbeck, 2009.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

BARBER, E. Colour in Early Cloth and Clothing. *Cambridge Archaeological Journal* 9, 1999, p. 117-120.

BENJAMIN, W. The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction. In: H. Arendt (Ed.). *Iluminations: Essays and Reflections*. Translated by H. Zohn. New York: Schocken Books, 1968 [1936], p. 217-251.

BERNBECK, R. Class Conflict in Ancient Mesopotamia: Between Knowledge of History and Historicising Knowledge. *Anthropology of the Middle East*, 4.1, 2009, p. 33-64.

BOEHMER, R. M. *Uruk. Frühest Siegelabrollungen*. Mainz: Philip von Zabern, 1999.

BUTTERLIN, P. *Les temps protourbaines de Mésopotamie: contacts et acculturation à l'époque d'Uruk au Moyen Orient*. Paris: CNRS Éditions, 2003.

DELOUGAZ, P.; KANTOR, H. *Choga-Mish I. The First Five Seasons of Excavations 1961-1971*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1996.

EICHMANN, R. *Uruk Architektur I. Von den Anfängen bis zur frühdynastischen Zeit*. Rahden/Westfalen: Leidorf, 2007.

ENGLUND, R. Administrative Timekeeping in Ancient Mesopotamia. *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 31, 1988, p. 121-185.

ENGLUND, R., NISSEN, H. J. *Die lexikalischen Listen der archaischen Texte aus Uruk*. Berlin: Gebr. Mann, 1993.

FRANKFORT, H. *Stratified Cylinder Seals from the Diyala Region*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1955.

GORELICK, L.; GWINNETT, A. J. The Origin and Development of the Ancient Near Eastern Cylinder Seal: A Hypothetical Reconstruction. *Expedition* 23.4, 1981, p. 17-30.

INGOLD, T. Materials against Materiality. *Archaeological Dialogues* 14, 2007, p. 1-16.

JOHNSON, G. *Local Exchange and Early State Development in Southwestern Iran*. Ann Arbor: University of Michigan / Museum of Anthropology, 1973.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 197-223.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15484

JOHNSON, G. Spatial Organization of Early Uruk Settlements System. In: BARRELET, M. T. (Ed.). *L'Archéologie de l'Iraq*. Paris: CNRS, 1980, p. 233-263.

MCCORRISTON, J. The Fiber Revolution: Textile Extensification, Alienation, and Social Stratification in Ancient Mesopotamia. *Current Anthropology* 38, 1997, p. 517-535.

MOORTGAT, A. *Die Kunst des Alten Mesopotamiens*. Die klassische Kunst Vorderasiens. I: Sumer und Akkad. Köln: DuMont, 1982.

MORISCH, C. Paul Virilio. Geschwindigkeit ist Macht. In: MOEBIUS, S.; QUADFLIEG, D. (Eds.). *Kultur. Theorien der Gegenwart*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2006, p. 417-429.

NISSEN, H. J. Grabung in den Quadraten K/L XII in Uruk-Warka. *Baghdader Mitteilungen* 5, 1970, p. 101-191.

NISSEN, H. J. Aspects of the Development of Early Cylinder Seals. In: GIBSON, M.; BIGGS, R. (Eds.). *Seals and Sealings in the Ancient Near East*. Malibu: Undena, 1977, p. 15-23.

NISSEN, H. J. *The Early History of the Ancient Near East, 9000-2000 B.C.* Chicago: University of Chicago Press, 1988.

NISSEN, H. J. The 'Ubaid Period in the Context of the Early History of the Ancient Near East. In: HENRICKSON, E.; THUESEN, I. (Eds.). *Upon This Foundation – The 'Ubaid Period Reconsidered*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press. 1989, p. 245-255.

ÖZKAYA, V., COŞKUN, A. Körtik Tepe, a New Pre-Pottery Neolithic A Site in Southeastern Anatolia. *Antiquity* 83.320, 2009.

PITTMAN, H. Towards an Understanding of the Role of Glyptic Imagery in the Administrative Systems of Proto-Literate Greater Mesopotamia. In: FIEROLI, P. (Ed.). *Archives Before Writing*. Torino: Scriptorium, 1994, p. 177-203.

POLLOCK, S. Bureaucrats and Managers, Peasants and Pastoralists, Imperialists and Traders: Research on the Uruk and Jemdet Nasr Periods in Mesopotamia. *Journal of World Prehistory* 6.3, 1992, p. 297-336.

POLLOCK, S. *Ancient Mesopotamia: The Eden that Never Was*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POLLOCK, S. Feasts, Funerals, and Fast Food in Early Mesopotamian States. In: BRAY, T. (Ed.). *The Archaeology and Politics of Food and Feasting in Early States and Empires*. New York: Kluwer Academic Press, 2003, p. 17-38.

POLLOCK, S.; BERNBECK, R. "And They Said, Let us Make Gods in our Image": Gendered Ideologies in Ancient Mesopotamia. In: RAUTMAN, A. (Ed.). *Reading the Body: Representations and Remains in the Archaeological Record*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000, p. 150-164.

PORADA, E. Why Cylinder Seals? Engraved Cylindrical Seal Stones of the Ancient Near East, Fourth to First Millennium B.C.. *The Art Bulletin* 75.4, 1993, p. 563-582.

POURNELLE, J. KLM to CORONA: A Bird's Eye View of Cultural Ecology and Early Mesopotamian Urbanization. In: STONE, E. (Ed.). *Settlement and Society: Essays Dedicated to Robert McCormick Adams*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, 2007, p. 29-62.

ROSENBERG, M. Hallan Çemi. In: ÖZDOĞAN, M.; BAŞGELEN, N. (Eds.). *Neolithic in Turkey. The Cradle of Civilization. New Discoveries*. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayınları, 1999, p. 25-33 (Text); p. 9-18 (Plates).

ROTHMAN, M. (Ed.). *Uruk Mesopotamia and Its Neighbors: Cross-Cultural Interactions in the Era of State Formation*. Santa Fe: School of American Research Press, 2001.

RYE, O. *Pottery Technology: Principles and Reconstruction*. Washington, D.C.: Taraxacum, 1981.

SAUVAGE, M. *La brique et sa mise en oeuvre en Mésopotamie. Des origines à l'époque achéménide*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1998.

SCHIVELBUSCH, W. *Geschichte der Eisenbahnreise. Zur Industrialisierung von Raum und Zeit im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Fischer, 2000 [1977].

SENNET, R. *Der flexible Mensch. Die Kultur des neuen Kapitalismus*. Translated by M. Richter. Berlin: Berliner Taschenbuch Verlag, 2006 [1998].

SUDO, H. The Development of Wool Exploitation in Ubaid-Period Settlements of North Mesopotamia. In: CARTER, R.; PHILIP, G. (Eds.). *Beyond the Ubaid: Transformation and Integration in the Late Prehistoric Societies of the Middle East*. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 2010, 169-179.

WAETZOLDT, H. *Untersuchungen zur neusumerischen Textilindustrie*. Rome: Centro per le Antichità e la Storia dell'Arte del Vicino Oriente, 1972.

WENGROW, D. The Evolution of Simplicity: Aesthetic Labour and Social Change in the Neolithic Near East. *World Archaeology* 33.2, 2001, p. 168-188.

WINTER, I. Representing Abundance: A Visual Dimension of the Agrarian State. In: STONE, E. (Ed.). *Settlement and Society: Essays Dedicated to Robert McCormick Adams*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, 2007, p. 117-138.

WINTER, I. The Aesthetic Value of Lapis Lazuli in Mesopotamia. In: *On Art in the Ancient Near East*. Vol. II: From the Third Millennium B.C.E. Leiden: Brill, 2010, p. 291-306.

WRIGHT, H. T. Uruk States in Southwestern Iran. In: FEINMAN, G.; MARCUS, J. (Eds.). *Archaic States*. Santa Fe: School of American Research Press, 1998, p. 173-192.

WRIGHT, H. T.; JOHNSON, G. Population, Exchange and Early State Formation in Southwestern Iran. *American Anthropologist* 77, 1975, p. 267-289.

WRIGHT, R. Technology, Gender, and Class: Worlds of Difference in Ur III Mesopotamia. In: WRIGHT, R. (Ed.). *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, p. 79-110.

ZAGARELL, A. Trade, Women, Class, and Society in Ancient Western Asia. *Current Anthropology* 27, 1986, p. 415-430.

KAPELLOS, AGGELOS. THE ORATORS AND THEIR TREATMENT OF THE RECENT PAST. BERLIN, BOSTON: DE GRUYTER, 2023, 531P. ISBN: 9783110791815.

Priscilla Gontijo Leite ¹

Palavras-chave

Retórica ática; história; memória.

O *corpus* dos oradores áticos constitui uma importante fonte para entender a democracia ateniense no decorrer dos séculos IV e V a.C. Contudo, nem sempre foi assim. No século XIX e início do século XX, os oradores foram vistos com desconfiança e os estudos destacavam a inveracidade de seus relatos (Todd, 1990). A reabilitação dos oradores como uma fonte importante para o entendimento do passado, tal como Tucídides e Xenofonte, se dá por mudança de percepção da retórica e da própria História, buscando entender as razões que levaram o orador incluir o relato do passado em seu discurso (Worthington, 1994). Assim, o uso da história nos discursos áticos está subordinado às intenções persuasivas do orador, permitindo que seu relato histórico contenha verossimilhanças, distorções e, até mesmo, mentiras a respeito do passado grego. É fundamental entender não apenas se orador disse algo verdadeiro ou falso sobre o passado, mas sobretudo como essas narrativas circulavam na comunidade política e serviam para apoiar projetos de futuro da cidade. Nesse sentido, o livro *The Orators and Their Treatment of the Recent Past* (2023) é um convite a reflexão urgente e necessária para nossa própria democracia, envolta por *Fakes News* e negacionismos históricos, cujo passado é mobilizado para diversos projetos políticos, alguns com contornos claramente excludentes e violentos.

O livro organizado por Aggelos Kapellos reúne 28 capítulos escritos por especialistas em retórica ática que concentram suas análises no uso do passado recente pelos oradores. É um dos materiais mais completos sobre a temática que, ao longo de suas mais de 500 páginas, abarca todo o cânone dos oradores áticos, incluindo àqueles com poucos discursos como

¹ Professora Doutora – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: priscillagontijo@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 224-227.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15485

Licurgo, abordado por Joseph Roisman, e Dinarco, por Ian Worthington. Já para oradores com um *corpus* mais extenso, como Demóstenes e Isócrates, são dedicados mais de um capítulo o que permite o contato com hipóteses diversas que podem ser convergentes ou não. Cada capítulo é acompanhado por um trabalho minucioso de notas de rodapé e de uma atual e extensa bibliografia. Isso torna o livro num guia interessante para especialistas bem como para quem deseja iniciar os estudos no campo da retórica ática.

O livro aborda o tratamento do passado pelos oradores a partir de uma metodologia específica. Se concentra no denominado *passado recente*, que está até 30 anos da data do discurso. Na Introdução, Kapellos apresenta 3 categorias para analisar o uso do passado pelos oradores: 1) passado distante – *distante past* – que corresponde aos eventos que a audiência não consegue se lembrar, mas conhece por ouvir dizer; 2) passado médio – *middling past* – eventos que os mais velhos podem lembrar e contar aos mais novos; 3) passado recente – *recente past* – eventos que toda audiência poderia lembrar por terem acontecido alguns anos atrás. O estudioso alerta que essa divisão é artificial, mas se mostra uma ferramenta eficaz para entender as variadas formas como o passado é tratado pelos oradores.

O relato do passado na retórica deve ser entendido sobre o prisma da persuasão e da relação do orador com sua audiência. Dessa forma, mentir é um ato arriscado, pois ao ver o orador como um mentiroso, a audiência poderia votar contra ele. O passado recente se torna ainda mais difícil de ser manipulado, uma vez que a audiência conseguiria com mais facilidade perceber isso. Contudo, isso não impede o confronto de narrativas com apresentação de diversas versões sobre os fatos, bem como de estratégias diferentes para abordar o passado, como é o caso da Segunda Embaixada e da Paz de Filócrates, assunto dos capítulos de Patrice Brun e de Peter A. O'Connell.

Os relatos do passado utilizados pelos oradores permitem perceber as consequências da Guerra do Peloponeso. Também é recorrente nos relatos os golpes oligárquicos de 411 e 404 a.C., o processo de anistia, a revolta de Mitilene e a batalha de Queroneia. Ademais, destaca-se o capítulo de Joshua P. Nudell sobre a conquista de Samos em 366 a.C. e a percepção dos atenienses sobre um episódio de excessos do imperialismo marítimo. Questões sociais também são abordadas nos capítulos sobre assuntos relacionados à família e herança, como o capítulo de Stefano Ferrucci, sobre Iseu, e de Brad L. Cook, sobre os discursos contra tutores de Demóstenes.

Antifonte é abordado por Michael Gagarin. Hiperides é centro da reflexão de Craig Cooper e de Janek Kucharski. Já Andocides é o tema dos capítulos de Frances Powell e de Edward M. Harris e, por sua vez, Isócrates de David Whitehead e de Yun Lee Too. Lísias é objeto de reflexão de Peter Rhodes, de Cinzia Bearzot, de Dino Piovan e de Markus Zimmermann. Ao *Corpus Demosthenicum*, o mais extenso do cânone, é dedicado o maior número de capítulos: Nicolas Siron aborda *Contra Timóteo* atribuído a Apolodoro; Gunther Martin, *Contra Andrócion* e *Contra Timócrates*; e Jeremy Trevett, *Contra Leptines*. Já Nathan Crick analisa a oração fúnebre de Demóstenes a partir dos conceitos de *rhetoric of defeat* e *rhetoric of deflection* para demonstrar a transformação de um fracasso militar em uma memória positiva, refletindo sobre o impacto de médio e longo prazo de uma oração fúnebre para mascarar a realidade de uma cidade. Ésquines é abordado de maneira pormenorizada por Dániel Bajnok. Zhichao Wang dedica seu capítulo a Hegesipo, um fervoroso anti-macedônico.

Além dos capítulos cujo tema central são os oradores, o livro também traz um estudo de Thomas G. M. Blank sobre o tribunal como um importante espaço na democracia ateniense para raciocinar sobre o passado e a partir daí criar uma memória. Utilizando o conceito de “comunidade mnemônicas” (2023: 3), aponta a possibilidade do *demos* compartilhar várias visões do passado. Já Agellos Kapellos apresenta a ótica de Platão, a partir de *Menêxeno*, sobre os acontecimentos da batalha de Egospótamo e Arginusas, destacando a possibilidade do filósofo ser leitor de Xenofonte. James Sickinger traz uma abordagem panorâmica a respeito do uso das inscrições de até duas décadas pelos oradores. Esse tipo de prova não é comum nos discursos. Deve-se considerar que os oradores tinham diversas provas a sua mão, escolhendo aquelas que causariam maior e mais imediato impacto - nesse ponto, os testemunhos se tornam mais elegíveis. O livro termina com o capítulo de Pierre Chiron sobre *Retórica a Alexandre* e como essa obra traz várias referências de um contexto entre a batalha de Queroneia e a Batalha de Lâmia.

Portanto, o livro organizado por Kapellos nos permite entender o conturbado cenário pós Guerra do Peloponeso, o debate público entre democracia e oligarquia e os diversos projetos políticos em debate em Atenas. Um dos aspectos mais importantes do livro é a reflexão de como esses temas eram recepcionados pelo *demos* e como fatos marcantes, a exemplo da batalha de Queroneia, eram moldados na memória coletiva. Ao ler esse livro é inevitável pensar no presente e no acirrado uso da história enquanto objeto de manipulação retórica no cenário público. A conclusão de Patrice Brun se mostra um alerta para nós. De acordo com o historiador,

Lies, alternative facts, *fake news*, delivered from the *bema* at the *Pnyx* by orators keen on developing them had a detrimental impact on Athenian democracy: while they still believed that the *logos* was important in the democratic process, perhaps the Athenians came to see it as a dead end, precisely because the orators on the *bema* had misused it. The fall of democracy could not well be the sole result of the military process, even if it cannot be discarded of course. (2023: 319)

Reconhecer o uso retórico do passado nos discursos é prevenir que mentiras destruam a nossa democracia, afinal o *logos* é o dos maiores pilares desse regime político.

Referências

TODD, S. The Use and Abuse of the Attic Orator. *Greece & Rome*, v. 37, n. 2, 1990, p. 159-178.

WORTHINGTON, I. History and oratorical exploitation. In: WORTHINGTON, I, (ed.). *Persuasion: Greek Rhetoric in Action*. London: Routledge, 1994.

KAPELLOS, AGGELOS. THE ORATORS AND THEIR TREATMENT OF THE RECENT PAST. BERLIN, BOSTON: DE GRUYTER, 2023, 531P. ISBN: 9783110791815.

Priscilla Gontijo Leite¹

Keywords

Attic rhetoric; history; memory.

The *corpus* of Attic orators constitutes a relevant source for understanding Athenian democracy during the 4th and 5th centuries BC. However, this was not always the case. In the 19th and early 20th centuries, orators were perceived with suspicion and studies highlighted the untruthfulness of their reports (Todd, 1990). The rehabilitation of orators as a source for understanding the past, such as Thucydides and Xenophon, is due to a change in the perception of rhetoric and history itself, seeking to understand the reasons that led the orator to include the account of the past in his speech (Worthington, 1994). Thus, the treatment of the past in speeches is subordinated to the orator's persuasive intentions. So, the historical account could contain verisimilitudes, distortions and even lies about the Greek past. It is essential to understand not only whether the orator said something true or false about the past, but how these narratives circulated in the political community and served to support projects for the future of the city. In this sense, the book *The Orators and Their Treatment of the Recent Past* (2023) is an invitation to urgent and necessary reflection for our own democracy, surrounded by Fakes News and historical denialism, whose past is mobilized for various political projects, some with excluding contours and violent lines.

The book organized by Aggelos Kapellos brings together 28 chapters written by rhetoric scholars who focus their analysis on the treatment of the recent past by Attic orators. It is one of the most complete materials on

¹ Assistant Professor – Federal University of Paraíba, João Pessoa, Brazil. E-mail: priscillagontijo@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 224-227.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15485

the subject which, throughout its more than 500 pages, encompass the entire canon of Attic orators, including those with few speeches such as Lysurgus, addressed by Joseph Roisman, and Dinarchus, by Ian Worthington. As for orators with a more extensive *corpus*, such as Demosthenes and Isocrates, more than one chapter is dedicated, which allows contact with different hypotheses that may or may not converge. Each chapter is accompanied by careful footnote work and an extensive current bibliography. This makes the book an interesting guide for specialists as well as for those who want to start their studies in the field of Attic rhetoric.

The book addresses the treatment of the past by the orators through a specific methodology. It focuses on the so-called recent past, which is within 30 years of the date of the speech. In this Introduction, Kapellos presents 3 categories to analyse the treatment of the past by orators: 1) distant past – which corresponds to events that the audience cannot remember, but knows hearsay; 2) middling past – an event that the older ones can remember and tell the younger ones; 3) recent past – events that every audience would remember because they happened a few years ago. The scholar warns that this division is artificial. However, it proves to be effective to understand the many ways in which the orators treatment the past.

The narrative of the past in rhetoric must be understood from the perspective of persuasion and the orator's relationship with his audience. In this way, lying is a risky act, because by seeing the speaker as a liar, the audience could vote against him. The recent past becomes even more difficult to manipulate since the audience would be able to more easily perceive this. However, this does not prevent the confrontation of narratives with the presentation of different versions of the facts, as well as different strategies to approach the past, as is the case of the Second Embassy and the Peace of Philocrates, a subject addressed in the chapters by Patrice Brun and by Peter A. O'Connell.

The accounts of the past used by the orators allow us to understand the consequences of the Peloponnesian War. Also recurrent in the reports of the orators are the oligarchic movement of 411 and 404 BCE, the amnesty process, the Mytilene revolt and the battle of Chaeronea. Furthermore, Joshua P. Nudell's chapter on the conquest of Samos in 366 BCE and the Athenians' perception of one of the excesses of the maritime imperialism stands out. Social issues are also addressed in chapters on matters relating to family and inheritance, such as Stefano Ferrucci's chapter on Isaeus and Brad L. Cook on speeches against Demosthenes' tutors.

Antiphon is approached by Michael Gagarin. Hyperides is the centre of reflection for Craig Cooper and Janek Kucharski. Andocides is the subject of chapters by Frances Powell and Edward M. Harris. In turn, Isocrates by David Whitehead and Yun Lee Too. Lysias is the object of reflection by Peter Rhodes, Cinzia Bearzot, Dino Piovan and Markus Zimmermann. The largest number of chapters are devoted to the *Corpus Demosthenicum*, the most extensive in the canon: Nicolas Siron deals with *Against Timotheus* attributed to Apollodorus; Gunther Martin, *Against Androtion* and *Against Timocrates*; Jeremy Trevett, *Against Leptines*. Nathan Crick analyses Demosthenes' funeral oration based on the concepts of the *rhetoric of defeat* and *rhetoric of deflection* to demonstrate the transformation of a military failure into a positive memory, reflecting on the medium and long-term impact of a funeral oration to mask the reality of a city. Aeschines is also covered in detail by Dániel Bajnok. Zhichao Wang dedicates his chapter to Hegesippus, an ardent anti-Macedonian.

In addition to the chapters whose central theme is the orators, the book also features a study by Thomas G. M. Blank on the court as an important space in Athenian democracy to reason about the past and from there create a memory. Using the concept of "mnemonic communities" (2023: 3), he points to the possibility of *demos* sharing various visions of the past. Agellos Kapellos, on the other hand, presents Plato's perspective, from *Menexenus*, on the events of the battle of Aegospotami and Arginousaia highlighting the possibility of the philosopher being a reader of Xenophon. James Sickinger provides an overview of orators' use of up to two decades-old inscriptions. This type of proof is not common in speeches, and we must consider that the orator had several proofs in their hands, choosing those that would have more and immediate impact - at this point testimonies should be preferable. The book ends with Pierre Chiron's chapter on *Rhetoric to Alexander* and how this brings several references to a context between the battle of Chaeronea and Lamiam War.

Therefore, the book organized by Kapellos allows us to understand the troubled scenario after the Peloponnesian War, the public debate between democracy and oligarchy and the various political projects under debate in Athens. One of the most important aspects of the book is the reflection on how these themes were received by the *demos* and how remarkable facts, such as the battle of Chaeronea, are moulded in the collective memory. When reading this book, it is inevitable to think about the present and the fierce use of history as an object of rhetorical manipulation in the current democratic field. Patrice Brun's conclusion is a wake-up call for us. According to the historian,

Lies, alternative facts, fake news, delivered from the *bema* at the Pnyx by orators keen on developing them had a detrimental impact on Athenian democracy: while they still believed that the *logos* was important in the democratic process, perhaps the Athenians came to see it as a dead end, precisely because the orators on the *bema* had misused it. The fall of democracy could not well be the sole result of the military process, even if it cannot be discarded of course. (2023: 319)

Recognizing the rhetorical use of the past in speeches is preventing lies from destroying our democracy, after all, *logos* is one of the most important pillars of this political regime.

References

TODD, S. The Use and Abuse of the Attic Orator. *Greece & Rome*, v. 37, n. 2, 1990, p. 159-178.

WORTHINGTON, I. History and oratorical exploitation. In: WORTHINGTON, I, (ed.). *Persuasion: Greek Rhetoric in Action*. London: Routledge, 1994.

CIROPÉDIA DE XENOFONTE. TRAD. DE LUCIA SANO. SÃO PAULO: EDITORA FÓSFORO, 2021, 400P. ISBN: 978-65-89733-24-9.

Tobias Vilhena de Moraes¹

Palavras-Chave

Xenofonte; História Antiga; *Ciropédia*; exercício do poder; grego clássico.

Nos últimos vinte anos, foram lançadas diversas obras de pesquisadores do período clássico grego que analisam a figura histórica de Xenofonte (420 a. C. – 355 a.C.), além de traduções de algumas de suas obras em diferentes línguas modernas (Gray, 2010; 2011; Jenofonte, 2017; Tuplin, 2004; Xenophon, 2021).

Este impulso nos estudos que tomam como base documental o autor ateniense não surge ao acaso, nem foi parte do diletantismo de pesquisadores modernos interessados no mundo antigo.

Ao contrário, dentre os autores clássicos, Xenofonte possui uma vasta obra que dialoga diretamente com a sociedade contemporânea, tanto pela temática tratada, como pelos conceitos trazidos em cada linha de sua escrita.

Sobretudo, a administração pública e a instabilidade política, temas caros ao autor, sempre despertaram discussões apaixonadas a respeito de qual é o melhor sistema de governo. Temas tão pertinentes no passado, como em nossa sociedade atual.

O interesse por Xenofonte casa assim perfeitamente com o crescente questionamento que o sistema democrático contemporâneo sofre em todos os continentes. Principalmente nesta última década, quando revoltas ocupam as ruas em grandes cidades e governantes autocráticos ditam as regras.

¹ Pesquisador colaborador/Historiador – IFCH-Unicamp/Biblioteca Jenny Klabin Segall (IBRAM/Museu Lasar Segall), Campinas/São Paulo, Brasil. E-mail: tovilhena@yahoo.com.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 228-232.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15486

A própria trajetória de Xenofonte permitiu que ele tivesse um olhar acurado sobre detalhes da sobrevivência política em um contexto de conflito social. Desde o início de sua caminhada podemos verificar isso: aprendeu com Sócrates, participou da expedição de Ciro (relatada em sua obra *Anabáse*), guiou Dez Mil gregos com habilidosa estratégia militar, serviu o rei Agesilau, participou de combates ao lado dos espartanos na batalha de Coronea (394 a. C.), atuando como mercenário, fato que levou ao seu exílio de Atenas e o confisco de seus bens.

A partir desta sua experiência de vida, o poder é um dos tópicos que mais atrai atualmente o interesse do público em sua obra. Interessados que, muitas vezes, não se encontram apenas na academia, ou em núcleos de pesquisa, mas em partidos políticos, governos ou mesmo em membros das forças armadas que enxergam nele um modelo a ser seguido. Gestores, militares, políticos, etc., buscam nele uma fonte de inspiração(ação).

Muito do que sabemos hoje sobre Xenofonte deriva de seus próprios escritos: a *Constituição dos Espartanos*, *Memoráveis*, *Econômico*, *O Banquete*, *Apologia de Sócrates* e *Anábase*. Obras dotadas de alta qualidade literária, escritas por um ateniense educado na filosofia e na retórica, mas que ao mesmo tempo possuía a austeridade de um *hippeis* pró-lacônico. A mistura entre a interpretação histórica e o relato de suas próprias experiências permeia a sua escrita.

A primeira biografia completa de Xenofonte surge na antiguidade, no terceiro século antes de Cristo, quando *Diogenes Laertius* copila um apanhado de relatos denominado *Vidas de Eminentes Filósofos*. Nos chama atenção que, se Xenofonte é mais conhecido hoje como historiador e um soldado, na época ele era tratado como um filósofo (Gray, 2010; 2011; Tuplin, 2004).

Notamos que há dificuldade em enquadrar o estilo literário de Xenofonte. Na realidade, o escritor transitou entre diversos gêneros ao longo de sua vida: biografia, história, ficção histórica, tratado técnico, guia de viagem e diálogo filosófico.

De todas as suas obras a *Ciropédia* (do grego *Κύρου παιδεία*; a *paidea* ou Educação de Ciro) é aquela que abarca de maneira mais ampla parte dos temas relacionados acima, partindo do tema do poder (Brennan em *Anabasis*, 2021).

Recentemente traduzida para o português pela estudiosa classicista Lucia Sano, a obra apresenta um verdadeiro manual sobre como conquistar e manter o poder político.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 228-232.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15486

Escrita entre os anos de -370 a.C. e -360 a. C., a obra detalha passagens importantes da vida de Ciro, o Grande (c. -600 a. C./-530 a. C.), o imperador da Pérsia que fundou a dinastia Aquemênida.

Como também aconteceu quando tratou de seu mestre em *Apologia de Sócrates*, sua experiência de vida inspira e molda seus relatos, conferindo um tom de veracidade e embasamento aos fatos relatados.

Mesmo assim, apesar apresentar um sem número de dados históricos, a obra em si não pode ser caracterizada como uma biografia “não oficial” de governante antigo, talvez nem mesmo como uma biografia. Isso porque os fatos históricos e personagens ali presentes são modificados a todo instante, se ajustando aos desígnios didáticos do autor, que desejava acima de tudo demonstrar exemplos de boa governança.

Logo, Ciro assume no decorrer da obra um papel muito mais de modelo a ser seguido por aqueles que desejam ser estadistas, governantes ou generais.

Isso acontece porque Xenofonte acreditava fortemente no poder do exemplo para afetar positivamente (ou, negativamente) o comportamento humano. Mesmo quando, na *Ciropédia*, comenta sobre a queda moral dos povos da Ásia, esta sua crença ganha força:

todos os povos habitantes da Ásia, ao observar essa situação voltaram-se para a impiedade e a injustiça, pois seja qual for o caráter dos governantes, este passa a ser o da maioria dos homens sob seu comando. Certamente agora se tornaram mais indiferentes à lei do que antes (*Ciropédia* 8.8.5)

Este estilo de escrita se enquadra dentro do “espelho de príncipes”, isto é, um guia para dirigentes. Estilo que continuaria a ser empregado ao longo dos séculos como na obra máxima de Maquiavel, *O príncipe*. Na França, por exemplo, Xenofonte possuiu notórios admiradores como Fénelon (*Telêmaco*, 1699) e Montaigne (*Ensaio*, séc. XVI).

A nova tradução em português está distribuída em um único volume organizado pela editora Fósforo. Sendo que ao longo das 394 páginas, o livro está dividido em Introdução; Nota à Edição e Tradução do Original Grego; os oito livros; além de Notas da Introdução e sugestões de Leituras Adicionais.

Nesta edição merece destaque a introdução que reúne os estudos mais recentes sobre Xenofonte, assim como uma detalhada contextualização histórica da obra em seu tempo e uma avaliação acurada sobre a recepção dela no mundo contemporâneo.

Como forma de facilitar a leitura da obra, o estudioso inglês Walter Miller (Miller em Xenophon, 1914), propôs a seguinte divisão para os oito livros da *Ciropédia*, que acredito será de grande valia ao leitor brasileiro:

- I. A juventude de Ciro.
- II. A reorganização do exército.
- III. A conquista da Armênia e da Cítia.
- IV. A captura do primeiro e do segundo campo dos assírios.
- V. Gobrias e Gadatas.
- VI. Na véspera da grande batalha.
- VII. A grande batalha.
- VIII. A organização do império.

As diversas notas preparadas pela tradutora servem como um instrumento valioso para os interessados em compreender de maneira mais detalhada a mitologia, a história, a religião e a sociedade da época. Tudo isso sem perder a cadência da leitura.

Cabe destacar que durante muito tempo a escrita de Xenofonte foi a mais utilizada pelos iniciantes no estudo do grego antigo. Algo que, de forma alguma, reflete uma simplicidade de escrita, ou falta de qualidade literária.

Ao mesclar relatos pessoais e talento literário a narrativa ganha vivacidade. Conteúdo baseado em reflexões de um personagem histórico que vivenciou de fato aquilo que relata, sem perder a perspectiva e a reflexão crítica.

A tradução manteve assim a linguagem elegante, descritiva e pausada de Xenofonte, não fugindo da expressividade relativamente 'simples' do texto e permitindo uma leitura agradável do relato.

BIBLIOGRAFIA

Traduções

Jenofonte/Pseudo Jenofonte. Constitución de los lacedemônios, Constitución de los atenienses, Hierón (estudo preliminar, traducción y

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 228-232.
DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15486

notas de C. Mársico, R. Illarraga y P. Marzocca) Unividarsidade Nacional de Quilmes/ Prometeo solo: Bernal, 2017.

The Landmark Xenophon's Anabasis. (Trad. Shane Brennan, David Thomas). New York, NY: Pantheon Books, 2021.

Xenophon. Cyropaedia. (Trad. Walter Miller) London / Cambridge MA: William Heinemann / Harvard University Press, 1914.

Leituras adicionais

GRAY, Vivienne (Org.). *Xenophon*. Oxford Readings in Classical Studies. Nova: Oxford University Press, 2010.

GRAY, Vivienne (Org.). *Xenophon's Mirror of Princess: Readings the Reflections*. Oxford Readings in Classical Studies. Nova: Oxford University Press, 2011.

TUPLIN, Christopher (Org.) *Xenophon and His World*: Franz Steiner, 2004.

CIROPÉDIA DE XENOFONTE. TRAD. DE LUCIA SANO. SÃO PAULO: EDITORA FÓSFORO, 2021, 400P. ISBN: 978-65-89733-24-9.

Tobias Vilhena de Moraes¹

Keywords

Xenophon; Ancient History; Cyropaedia; exercise of power; classical Greek.

Over the last twenty years, several studies by researchers of the classical Greek period analyzing the historical figure of Xenophon (420 B.C. - 355 B.C.) have been published, as well as translations of some of his works into different modern languages (Gray, 2010; 2011; Jenofonte, 2017; Tuplin, 2004; Xenophon, 2021).

The great interest in studies taking the Athenian author as their documentary basis did not come about by chance, nor was it part of the dilettantism of modern researchers interested in the ancient world.

On the contrary, among the classical authors, Xenophon has a vast body of work that is in direct dialogue with contemporary society, both because of the themes he deals with and because of the concepts brought up in each line of his writing.

Public administration and political instability, themes cherished by the author, have always aroused passionate discussions as to which is the best system of government. Themes that were as pertinent in the past as they are in our society today.

The interest in Xenophon thus fits perfectly with the growing questioning that the contemporary democratic system is undergoing on all continents. Especially in this last decade, when riots have taken the streets in large cities and autocratic governors have dictated the rules.

Xenophon trajectory allowed him to have an accurate look at the details of political survival in a context of social conflict. From the very beginning

¹ Research Associate/Historian – IFCH-Unicamp/Jenny Klabin Segall Library (IBRAM/Lasar Segall Museum), Campinas/São Paulo, Brazil. E-mail: tovilhena@yahoo.com.br. *Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.7, n.2 - 2022.2. p. 228-232. DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15486

of his journey, we can verify this: he learned from Socrates, took part in Cyrus' expedition (as described in *Anabasis*), led Ten Thousand Greeks with skillful military strategy, served King Agesilaus, fought alongside the Spartans at the Battle of Coronae (394 BC), acting as a mercenary, which led to his exile from Athens and the confiscation of his property.

From this life experience, power is one of the topics that currently attracts the most public interest in his work. This interest is not only found in academia, or in research centers, but also in political parties, governments, or even in members of the armed forces, who see in him a model to be followed. Managers, military personnel, politicians and the like seek in him a source of inspiration.

Much of what we know today about Xenophon derives from his own writings: the *Constitution of the Spartans*, *Memorables*, *Economics*, *The Banquet*, *Apology of Socrates*, and *Anabasis*. Works endowed with high literary quality, written by an Athenian educated in philosophy and rhetoric, but who at the same time possessed the austerity of a pro-Laconian *hippeis*. The mixture between historical interpretation and the account of his own experiences permeates his writing.

The first complete biography of Xenophon dates from antiquity, in the third century before Christ, when *Diogenes Laertius* compiled a collection of accounts called *Lives of Eminent Philosophers*. What strikes us is that, while Xenophon is better known today as a historian and a soldier, at the time he was treated as a philosopher (Gray, 2010; 2011; Tuplin, 2004).

We note that it is difficult to framing Xenophon's literary style. The writer moved between several genres throughout his life: biography, history, historical fiction, technical treatise, travel guide, and philosophical dialogue.

Of all his works, the *Cyropaedia* (from the Greek *Κύρου παιδεία*; a *paidea* or Education of Cyrus) is the one that more broadly covers part of the themes listed above, starting from the theme of power (Brennan in *Anabasis*, 2021).

Recently translated into Portuguese by the classical scholar Lucia Sano, the work presents a thorough manual on how to conquer and maintain political power.

Written between -370 B.C. and -360 B.C., the work details important passages in the life of Cyrus the Great (c. -600 B.C./-530 B.C.), the emperor of Persia who founded the Achaemenid dynasty.

As also happened when he dealt with his master in the *Apology* of Socrates, his life experience inspires and shapes his accounts, conferring a tone of truthfulness and foundation to the reported facts.

Even so, despite presenting a plethora of historical data, the work itself cannot be characterized as an "unofficial" biography of an ancient ruler, perhaps not even as a biography. This is because the historical facts and characters therein are modified all the time, adjusting to the didactic designs of the author, who wanted above all to demonstrate examples of good governance.

Therefore, throughout the work, Cyrus assumes a role as a model to be followed by those who wish to be statesmen, governors or generals.

And this is because Xenophon strongly believed in the power of example to positively (or negatively) affect human behavior. Even when, in the *Cyropaedia*, he comments on the moral downfall of the peoples of Asia, and this belief gains strength:

all the inhabitants of Asia have been turned to wickedness and wrong-doing. For, whatever the character of the rulers is, such also that of the people under them for the most part becomes. In this respect they are now even more unprincipled than before (*Cyropaedia* 8.8.5)

This style of writing fits into the "princes' mirror," i.e., a guide for rulers. A style that would continue to be employed throughout the centuries as in Machiavelli's masterpiece, *The Prince*. In France, for example, Xenophon had notorious admirers as Fénelon (*Telemachus*, 1699) and Montaigne (*Essays*, 16th century).

The new Portuguese translation is distributed in a single volume organized by Fósforo publishing company. Over its 394 pages, the book is divided into an Introduction; Notes on the Edition and Translation of the Original Greek; the eight books; and Notes on the Introduction and Suggestions for Further Reading.

This edition includes an introduction that brings together the most recent studies on Xenophon, as well as a detailed historical contextualization of the work produced in that time and an accurate assessment of its reception in the contemporary world.

To facilitate the reading of the work, the English scholar Walter Miller (Miller in Xenophon, 1914), proposed the following division for the eight books of the *Cyropaedia*, which I believe will be of great value to the Brazilian reader:

- I. The boyhood of Cyrus
- II. The reorganization of the army
- III. The conquest of Armenia and Scythia
- IV. The capture of the first and second camps of Assyrians
- V. Gobryas and Gadatas
- VI. On the eve of the great battle.
- VII. The great battle.
- VIII. The organization of the empire.

The various notes prepared by the translator serve as a valuable tool for those interested in a more detailed understanding of the mythology, history, religion, and society of the time. All this without losing the cadence of the reading.

It is worth noting that for a long time Xenophon's writing was the most widely used by beginners in the study of ancient Greek. This in no way reflects a simplicity of writing, or a lack of literary quality.

By mixing personal accounts and literary talent, the narrative gains vivacity. Content based on the reflections of a historical character who experienced what his own account, without losing perspective and critical reflection.

The translation has thus kept Xenophon's elegant, descriptive and paused language, keeping the relatively 'simple' expressiveness of the text and allowing a pleasant reading of the account.

BIBLIOGRAPHY

Translations

Jenofonte/Pseudo Jenofonte. Constitución de los lacedemônios, Constitución de los atenienses, Hierón (estudo preliminar, traducción y notas de C. Mársico, R. Illarraga y P. Marzocca) Unividerrsidade Nacional de Quilmes/ Prometeo solo: Bernal, 2017.

The Landmark Xenophon's Anabasis. (Trad. Shane Brennan, David Thomas). New York, NY: Pantheon Books, 2021.

Xenophon. Cyropaedia. (Trad. Walter Miller) London / Cambridge MA: William Heinemann / Harvard University Press, 1914.

Further reading

GRAY, Vivienne (Org.). *Xenophon*. Oxford Readings in Classical Studies. Nova: Oxford University Press, 2010.

GRAY, Vivienne (Org.). *Xenophon's Mirror of Princess: Readings the Reflections*. Oxford Readings in Classical Studies. Nova: Oxford University Press, 2011.

TUPLIN, Christopher (Org.) *Xenophon and His World*: Franz Steiner, 2004.